

**Valter Pomar**

# SABÁTICOS

Página  13

## SABÁTICOS

Organização e edição:  
Valter Pomar

Revisão:  
Nicole Domenico e  
Natali Domenico

Diagramação:  
Sandra Luiz Alves

Impressão:  
Forma Certa Gráfica

Tiragem:  
500 exemplares

1ª edição, novembro de 2015

ISBN 978-85-62508-27-1

Página 13

Conselho Editorial: Adriana Miranda, Elisa Guaraná, Francisco Xarão, Iole Iliada, Jandyra Uehara, Marcos Piccin, Pamela Kenne, Paulo Denisar, Pedro Pomar, Pere Petit, Rodrigo Cesar, Rosana Ramos, Sonia Fardin, Valter Pomar

Endereço para correspondência: Associação de Estudos Página 13.  
Rua Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000

Acesse: [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

# Índice

Apresentação .....	7
A quem possa interessar .....	9
Comentários (sobre a Convocatória e Contribuição) .....	11
Avaliação do PED 2013 .....	42
Sobre um texto da LBI acerca da Chacina da Lapa .....	49
De tédio, não morreremos I .....	56
Que o Congresso seja melhor que sua abertura .....	59
Genial, simplesmente .....	67
Resolução sobre funcionamento .....	69
Em memória de um comunista .....	73
2014 e o que virá depois .....	81
Apresentação do livro “A esperança é vermelha” .....	98
Tempos bichudos .....	100
Polêmica com Maringoni .....	103
A presidenta Dilma cometeu um gravíssimo erro .....	111
Vaccarezza é coerente: erra há tempos .....	113
En recuerdo de Javier Diez Canseco .....	122
Tática Eleitoral e Política de Alianças .....	124
Convenções, Encontros, Congressos .....	129
A Copa, as eleições e o que virá depois .....	134
De tédio não morreremos II .....	142
Editorial da revista Esquerda Petista .....	147
Aécio e Eduardo .....	149
Palestra no 1º de Maio de 2014 em Mossoró (RN) .....	150
Palestra sobre conjuntura para a direção nacional do MST .....	152

Palestra sobre reforma política em São José do Rio Preto .....	155
Dai-nos paciência, ó senhor!!!! .....	160
Roteiro de curso sobre socialismo: história, teoria e estratégias .	162
Sequestraram Safatle? .....	167
Sobre a posição das FARC acerca	
das eleições presidenciais na Colômbia .....	169
Ao companheiro Emídio, presidente do PT São Paulo .....	174
Nem todo “escravo” tem a “mentalidade da Casa Grande” .....	177
Um detalhe que me escapou .....	183
Nossas tarefas .....	186
Chat com Tiago Moreira .....	195
Sobre crítica do Jones Makaveli .....	200
A Copa, as eleições e depois .....	207
Quem chamou a besta para esta discussão? .....	209
Luciana Genro .....	213
Resolução sobre conjuntura .....	217
A burguesia nunca nos faltará (again, again e again) .....	226
Brasil, caminhos para o pós-neoliberalismo .....	228
Editorial da segunda edição da revista Esquerda Petista .....	233
Não teve hexa. Mas teve Copa! .....	235
Desproporcional? .....	237
Truques do “gigante” .....	238
Plano de aula para jornada de formação .....	239
Não é ignorância. É coerência .....	241
Resolução sobre Palestina .....	244
Resolução sobre conjuntura .....	246
Felicidade não se encontra no supermercado .....	256
Roteiro para Santa Maria .....	259
Comentário sobre texto de Safatle .....	265
As hienas exultam .....	268
Comentário complementar ao texto do Safatle .....	272
Pânico, nada! Vamos é tirar o tatu da toca .....	275
Roteiro para gravação: 30/8/2014 .....	279

Eu acredito em pesquisas .....	290
Todo mundo tem seu momento quaker .....	297
Um momento decisivo para a história do Brasil .....	299
A turma do medo está do lado de lá .....	307
Quem não sabe contra quem luta não pode vencer .....	311
O oportunismo de Leitão .....	319
Sobre a resposta de Valério Arcary .....	321
Melhor bizarro .....	325
Vaccarezza, compromisso com a Igreja .....	329
Fernando Rodrigues, o reducionista .....	332
Ser de esquerda não é profissão	
de fé, nem serviços prestados .....	334
"Confundir e atacar" .....	339
Eles têm um plano C .....	344
Quem é a esquerda que a direita usa? .....	347
O que falta para Dora Kramer? .....	354
Marina, peça para Rands dar mais entrevistas assim .....	356
Grife Higienópolis, molde Carandiru .....	360
Safatle em fase Bee Gees .....	364
Eles não usam ciclovias .....	366
Já leu Capobianco, Amaral? .....	368
Vitória no primeiro turno .....	370
Saindo do armário .....	373
A polêmica sobre a redução da desigualdade .....	376
Miriam Leitão e Ana Paulo Araújo	
são de Marte ou de Vênus? .....	377
Os coxinhas em defesa dos milionários .....	380
A cada qual, o seu .....	382
Guarda alta, salto baixo e bandeira firme .....	384
Declarando voto .....	387
Algumas precisões .....	389
Chega de PT? .....	396
Como trocar a roda, com o carro em movimento? .....	401

Resolução da direção nacional	
da Articulação de Esquerda .....	406
2018 .....	411
Alemão .....	415
A caixa de gordura .....	417
Siqueira tem saudade de Meirelles!!!! .....	419
Nas vésperas .....	423
Cada profissão tem o Lobão que merece .....	426
Sandra Starling .....	433
Veja faz .....	435
A ordem de batalha .....	438
Comemoração e luta! .....	440
Comentários adicionais (1) .....	454
Curso de leitura rápida para juristas .....	461
Nem escrever, nem desenhar: basta um poema .....	463
Texto escrito a pedidos da	
Territórios Transversais: Fator de transformação .....	465
Moralmente primitivas .....	471
Os Mesquita são contra a livre concorrência .....	473
Para leitura .....	476
Sobre Frei Betto .....	479
Pedra sobre pedra .....	481
Carta sobre o PT, o governo e assuntos conexos .....	482
Devaneios juristas? .....	494
Entrevista sobre o Foro .....	499
Memorial .....	506
Roteiro de curso sobre socialismo:	
história, teoria e estratégias II .....	514
Perguntas e respostas sobre o relatório da CNV .....	518
Nassif: quando a relevância sobe à cabeça .....	521
De duas, vencemos uma .....	526
Eu não vou à posse da Presidenta Dilma .....	528
O que falta fazer .....	533

## Apresentação

*Sabáticos* é uma coletânea de textos escritos e publicados entre 3 de dezembro de 2013 e 3 de dezembro de 2014. Na primeira data, deixei de ser dirigente profissionalizado do Partido dos Trabalhadores. Na segunda data, fui aprovado no concurso para professor de economia política internacional da Universidade Federal do ABC.

Ao longo daqueles doze meses, que considereei como um “período sabático” (daí o título desta coletânea), escrevi dezenas de textos – alguns publicados com a minha assinatura, outros não – geralmente publicados no [www.valterpomar.blogspot.com.br](http://www.valterpomar.blogspot.com.br)

*Sabáticos* reúne tais textos, submetidos a uma triagem que eliminou basicamente repetições e informes organizativos, bem como exclui a resenha de cada um dos 50 volumes das *Obras Completas* de Lênin, trabalho que reservei para uma publicação que pretendemos editar em homenagem aos 100 anos da revolução russa.

A coletânea que o leitor tem em mãos concentra-se, em sua maior parte, no debate sobre a linha política do PT, do governo Dilma e da campanha eleitoral de 2014.

No blog, o leitor poderá encontrar não apenas os textos publicados neste livro, mas também – em muitos casos – a versão integral das entrevistas, artigos e documentos com os quais polemizo.

Concluo reafirmando o que é dito no trecho final do último artigo desta coletânea: ***venceremos. Mesmo que às vezes pareça ser contra quase tudo, contra quase todos e contra a maioria de nós mesmos, venceremos.***

## **Nota editorial**

Esta coletânea inclui três tipos de textos: roteiros de cursos, aulas e palestras; artigos assinados; e textos de autoria e/ou assinatura coletiva, em cuja elaboração contribuí.

Ao pé de cada texto, é indicado o endereço eletrônico onde encontrar a versão original. Isto é importante no caso dos textos que polemizam com artigos e/ou entrevistas de terceiros que foram publicadas na grande imprensa; bem como no caso dos raros textos que sofreram modificações em relação a sua versão original.

*Valter Pomar*  
*30 de outubro de 2015*

## A quem possa interessar

Companheiros (as)

Informo a quem possa interessar que ontem, 3 de dezembro, eu e o Paulo Frateschi comparecemos ao sindicato, para homologar nossas respectivas rescisões.

Cada qual por suas razões, deixamos de ser dirigentes profissionalizados do Partido dos Trabalhadores.

No meu caso, tornei-me profissional do Partido em 1986, quando fui contratado pelo Instituto Cajamar (Inca), centro de formação política vinculado a CUT e ao PT.

Em 1990, por motivos políticos desliguei-me do Inca, mas segui como colaborador remunerado no jornal *Brasil Agora*, outra iniciativa do PT. Além disso, trabalhei numa editora privada.

Entre 1993 e 1995, fui secretário de comunicação do diretório estadual do PT em São Paulo. Em seguida, assessoriei o prefeito David Capistrano em Santos (SP), trabalhei no Programa Educativo sobre a Dívida Externa (PEDEX) e novamente numa editora privada.

Em 1997, passei a compor a direção nacional do PT, como profissional. Esta condição foi interrompida no período em que assumi a secretaria de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas (SP), entre dezembro de 2001 e dezembro de 2004.

Em resumo: direta ou indiretamente, com breves intervalos, durante cerca de 28 anos minha atividade política e minha remuneração profissional teve relação direta com a minha condição de dirigente petista.

Diferente de outros períodos da história do Brasil, e ao menos no caso da direção nacional do PT e da direção estadual paulista, a condição de dirigente profissionalizado não constituiu, do meu ponto de vista pelo menos, nenhum sacrifício material ou pessoal digno de nota.

Assim, o mínimo que posso fazer é agradecer as muitas oportunidades pessoais, culturais e políticas que me foram proporcionadas pelo Partido dos Trabalhadores, em particular pelos companheiros e companheiras da Articulação de Esquerda e de outros setores da chamada esquerda petista.

Nos próximos dias, tomará posse uma nova direção nacional do PT, na qual escolhi estar na condição de suplente.

Evidentemente, mesmo fora de qualquer direção partidária, seguirei contribuindo com a luta pelo socialismo, com a classe trabalhadora, com o PT, com a tendência Articulação de Esquerda, assim como com a reeleição da companheira Dilma, na condição de militante.

Espero, em especial, contribuir com a reflexão acerca das classes e da luta de classes no Brasil e na América Latina; com a análise do capitalismo no Brasil e no mundo; com o balanço das tentativas de construção do socialismo, no século XX e XXI; e com a formulação de uma nova estratégia para a esquerda brasileira e para o PT. Estou convicto de que tal reflexão é uma das condições necessárias, seja para reverter o processo de degeneração que afeta o Partido, seja para colocar o PT à altura das necessidades e possibilidades históricas.

Por motivos óbvios, deixando de ser profissionalizado, não poderei manter o nível de presença e resposta que busquei manter ao longo dos últimos anos. Mas meu endereço, telefone e correio eletrônico continuam os mesmos e, ainda que mais esporadicamente, buscarei sempre responder a quem me contatar.

Um grande abraço

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2013/12/a-quem-possa-interessar.html>*

## Comentários (sobre a Convocatória e Contribuição)

A secretaria geral nacional do Partido dos Trabalhadores divulgou, recentemente, três textos que servirão de base aos debates do V Congresso Nacional do PT.

O primeiro destes documentos é a *Convocatória* do V Congresso, datada de 8 de dezembro de 2012. O segundo documento é uma *Resolução* política do Diretório Nacional do PT, de 29 de julho de 2013. O terceiro documento é uma *Contribuição* ao debate, escrita por Marco Aurélio Garcia e Ricardo Berzoini, que corresponde no fundamental a um texto divulgado ainda durante o PED 2013.

Curiosamente, a secretaria geral não divulgou, como um dos subsídios ao debate congressual, a tese apresentada pela chapa que venceu o PED. Como veremos adiante, não se trata de um lapso.

\*

O V Congresso do PT foi solenemente convocado, há um ano, em dezembro de 2012. Mas desde o debate que resultou na aprovação da *Convocatória*, ficou clara a existência, na direção nacional do Partido, de pelo menos duas posições distintas a respeito.

A ampla maioria, senão toda a direção nacional reconhecia a necessidade de um debate estratégico e programático de fundo. Ao mesmo tempo, reconhecia existir uma contradição entre as necessidades da luta política imediata, por um lado, e as diretrizes mais estratégicas e programáticas que poderiam ou deveriam emergir do Congresso.

Num primeiro momento, como se pode perceber na leitura da *Convocatória*, prevaleceu a ideia de resolver esta contradição, *elevando e corrigindo* nossa tática de acordo com as necessidades de nossa estratégia e programa.

Num segundo momento, como também se pode perceber na leitura da *Contribuição*, prevaleceu outra ideia: a de *controlar o escopo* dos debates congressuais, para que eles não prejudicassem nosso desempenho na disputa eleitoral de 2014.

Esta polêmica, entre duas visões acerca da relação entre tática e estratégia, entre eleições e programa, apareceu de diversas formas.

Por exemplo: qual deveria ser o documento base do V Congresso? A tradição manda que seja o texto apresentado pela chapa mais votada ou, se nenhuma chapa tiver maioria absoluta, que seja aquele texto que venha a ser aprovado pela maioria de delegados e delegadas.

A comissão do Congresso (coordenada por Marco Aurélio Garcia e Ricardo Berzoini) optou por outra solução: a elaboração de um documento de *Contribuição*, que deveria ser debatido pela Executiva Nacional, pelo Diretório Nacional, depois em seminários abertos, num processo simultâneo ao PED. E, após o PED, a *Contribuição* seria refeita, incorporando as contribuições das teses apresentadas ao debate. Ou sendo incorporada pela tese vencedora.

Essa solução adotada pela comissão do Congresso foi um compromisso entre distintas posições, especialmente entre as que sustentavam caber à base do Partido debater e votar o que será deliberado pelo Congresso, versus as que advogavam que o PED não é, ao menos neste momento, espaço adequado para um debate programático e estratégico de fundo. Posição que, se verdadeira, deveria nos levar a um questionamento mais sério sobre o PED e sobre os mecanismos democráticos pelos quais o PT elege suas direções e os delegados que, ao fim e ao cabo, definem a linha partidária.

Seja como for, os debates previstos pela comissão do Congresso nunca ocorreram. E os debates do PED deixaram muito a desejar, ao menos do ponto de vista programático e estratégico. E, salvo engano,

o documento agora distribuído como *Contribuição* ao V Congresso é basicamente o mesmo produzido e distribuído, aos membros da comissão e da direção, antes do PED.

A chapa “Partido que muda o Brasil”, que recebeu a maioria absoluta dos votos no PED, abriu mão de sua tese em favor da *Contribuição*. De nossa parte, é claro, perguntamos por qual motivo tal chapa não adotou oficialmente a *Contribuição* desde o início do PED. Neste caso, ela poderia ter sido apresentada e debatida pelos filiados e filiadas ao longo do PED. Cabe aos signatários responder, mas o fato é que o V Congresso vai debater um documento com certo *déficit de legitimidade*.

Este problema seria secundário, se a *Contribuição* estivesse à altura dos desafios postos frente ao PT, ao governo Dilma e a classe trabalhadora brasileira. Infelizmente, como buscaremos demonstrar a seguir, não é o caso. A *Contribuição* é um documento totalmente aquém das necessidades táticas e estratégicas do PT. E é assim, entre outros motivos, porque a maioria da nova direção nacional decidiu “não mexer em time que está ganhando”.

Como diz a *Contribuição*: “No ano de 2014 a ação do PT estará concentrada na reeleição da companheira Dilma Rousseff à presidência da República, na expansão de suas bancadas no Senado Federal, na Câmara de Deputados e nas Assembleias Legislativas. Da mesma forma, terá papel central o aumento do número de seus governadores. Claro está que todos estes embates eleitorais exigirão a consolidação, ampliação e qualificação de nossas alianças políticas, essencial não só para vencer as eleições como para o exercício futuro dos governos em nível nacional e estadual. Ainda que as questões programáticas em jogo nas eleições de 2014 não possam ser separadas totalmente de uma política de longo prazo do partido, é necessário evitar que esses temas, de natureza estratégica, se sobreponham e confundam o debate eleitoral do próximo ano”.

Segundo nossa interpretação, o trecho acima reproduzido quer dizer o seguinte: *não estamos seguros de que a tática para 2014 ajude a*

*política de longo prazo do Partido, mas estamos convictos de que debater agora certos temas de longo prazo pode dificultar nosso desempenho eleitoral. Logo, melhor não misturar as duas coisas.*

Esta opção política da maioria da direção nacional do nosso Partido – opção totalmente legitimada pelo resultado globalmente “continuista” do PED 2013 – pode ter vários desdobramentos, inclusive “dar certo” (nos limites do que ela se propõe). Ou seja: pode ser que tenhamos condições de primeiro ganhar a eleição presidencial em 2014 e depois debater os desafios de médio e longo prazo.

Mas há três variantes alternativas, que nos preocupam.

Na primeira delas, podemos perder as eleições presidenciais, entre outros motivos porque não percebemos a necessidade de mudar a tática e a estratégia adotadas até aqui.

Na segunda delas, podemos ganhar as eleições presidenciais e fazermos um segundo governo coerente com a tática adotada para ganhar as eleições 2014, mas aquém das necessidades estratégicas, o que terá consequências profundamente negativas até 2018 e em 2018.

Na terceira delas, podemos ganhar as eleições. E, passadas as eleições presidenciais, tentarmos fazer um “giro” na atuação do governo e do Partido, mas sem ter construído, durante o processo eleitoral, algumas das bases políticas necessárias para tal.

Para o bem do Partido, esperamos que a maioria da direção nacional esteja certa e que seja possível, primeiro vencer, depois debater as alterações programáticas e estratégicas, e em seguida implementar as mudanças na política partidária. A favor desta hipótese está o fato da história já ter mostrado várias vezes, que “sorte” e “juízo” as vezes se combinam de forma inusitada.

Porém, somos de opinião que o Partido não deveria subestimar os riscos contidos na primeira variante. O grande capital, a mídia, a direita local e internacional estão fazendo um grande esforço para produzir uma “tempestade perfeita”. E nosso governo tem reagido a isto de maneira cada vez mais recuada, fazendo um grande esforço para conciliar com os interesses do grande Capital e do rentismo. Já

nosso Partido tem sido excessivamente cauteloso frente aos ataques da direita e também frente às reclamações de parcelas de nossa base social. O esforço da direita e as reações defensivas a ele projetam um cenário perigoso, econômica, política e eleitoralmente falando.

Apesar da subestimação desses riscos, o mais provável segue sendo nossa vitória na disputa presidencial de 2014, com a reeleição da presidenta Dilma. Ainda que no segundo turno, e ainda que com dificuldades. Neste caso da provável reeleição, cabe perguntar: ganharemos as eleições em que condições? Conseguiremos fazer um segundo mandato Dilma que seja superior ao atual?

É claro que há várias maneiras de criar, numa disputa eleitoral, as condições para um governo superior. Uma delas, a preferida por nós, é transformar a eleição num debate entre projetos políticos, como fizemos, por exemplo, no segundo turno de 2006. O que contribuiu muito para que o segundo mandato de Lula fosse melhor do que o primeiro.

Outra destas maneiras é ampliar nossa presença no Congresso, nos governos e legislativos estaduais. Uma vitória petista nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e/ou Minas Gerais pode mudar a correlação de forças políticas. Parece ser esta, aliás, a opção prioritária de setores da maioria da direção nacional: buscar uma grande vitória eleitoral, sem destacar o confronto programático.

Ocorre, porém, que certas vitórias eleitorais podem funcionar como alavanca ou, ao contrário, como peso morto, como algumas prefeituras conquistadas em 2012 estão demonstrando. E, de maneira mais geral, sem uma orientação política adequada, é difícil imaginar que a simples conquista de governos e mandatos legislativos seja solução para os problemas estratégicos de fundo que estamos enfrentando.

Reconhecemos que a maioria da nova direção nacional tem todo o direito, depois da vitória obtida no PED, de insistir na manutenção da atual tática e estratégica. Dizendo com nossas palavras, *a maioria tem o direito de continuar insistindo numa postura geral defensiva e aquém das necessidades e possibilidades da conjuntura e do período histórico.*

Da nossa parte, respeitando o direito da maioria implementar a política vitoriosa, exerceremos nosso direito de *continuar insistindo na necessidade de um imediato giro estratégico e tático, assim como organizativo*. Achamos que a conjuntura de 2014 será turbulenta, que a campanha eleitoral será muito difícil, que o PT precisa de outra postura e de outra política, para vencer, para governar e principalmente para transformar o Brasil.

Feito este esclarecimento inicial, passemos à análise da *Contribuição*, da *Convocatória* e da *Resolução* citadas, bem como da *Tese* apresentado pela chapa “Partido que muda o Brasil”.

\*

A parte inicial da *Contribuição* traz uma série de considerações sobre a conjuntura histórica em que o PT surgiu, se desenvolveu e chegou a presidência da República. O grande defeito dessas considerações é seu caráter teleológico, como se nossa trajetória fosse um processo linear que nos conduziu à “formulação das linhas gerais com as quais os governos Lula e Dilma começaram a realizar a grande mudança pela qual o Brasil vem passando nos últimos anos”.

Acontece que o governo Lula foi e o governo Dilma é uma coalizão política e social. O que eles são ou deixam de ser não é, portanto, produto exclusivo da ação do PT, nem da classe trabalhadora brasileira. Pelo contrário, é produto do confronto entre grandes blocos político-sociais, sendo que o bloco capitaneado pelo PT é extremamente diversificado, nem sempre predominando nele as posições do nosso Partido (vide o tema da jornada de trabalho, que o PMDB fez excluir do programa de governo que apresentamos às eleições presidenciais de 2010).

Não perceber isto tem consequências políticas e teóricas muito graves. Colocar um sinal de igualdade entre o acumulado historicamente pelo partido e a resultante produzida pelo governo, é uma das

muitas formas de confundir partido e governo. No caso, rebaixando as tarefas e objetivos históricos do primeiro (o Partido) aos limites do segundo (o governo).

De toda forma, a *Contribuição* reconhece que estamos diante de uma nova situação, produto em parte de nossa ação. Mas o texto não destaca adequadamente as principais mudanças ocorridas neste período: por um lado, as mudanças ocorridas na classe trabalhadora assalariada, que sofreu mudanças geracionais e sociológicas; por outro lado, a atitude do grande Capital, que não está disposto mais a tolerar a política de “bem estar social” e de “estatal-nacional-desenvolvimentismo” insinuadas ao longo de nossos primeiros 11 anos de governo.

É principalmente a conjunção destas duas mudanças, num ambiente de crise internacional, que nos leva a concluir que estamos diante de um esgotamento da estratégia adotada pelo PT desde 1995, sendo necessário e urgente mudar de estratégia. Obviamente, a *Contribuição* não compartilha deste raciocínio.

\*

Em seguida, a *Contribuição* faz um resumo do que já havia sido dito na *Convocatória*, a exemplo da necessidade de um balanço dos mandatos Lula e Dilma. Acontece que a *Contribuição* já enquadra este “balanço” numa interpretação pré-concebida: a de que teria ocorrido uma “Grande Transformação econômica, social e política que mudou a cara do Brasil em 11 anos, projetando o país, de forma inédita, na cena internacional”.

Esta tese, da “Grande transformação” (Karl Polany??), é ótima como peça eleitoral, mas é péssima como paradigma de interpretação. Afinal, que “Grande transformação” foi esta, que não tocou nas estruturas mais profundas do país?

Não adotamos a jornada de 40 horas, não conseguimos os recursos orçamentários necessários para a Saúde, não fizemos a reforma

política, não fizemos a reforma tributária, não fizemos a democratização da comunicação, não fizemos a reforma agrária, não fizemos a reforma urbana, não tocamos no oligopólio do capital financeiro, não colocamos na cadeira os criminosos da ditadura militar etc.

Antes que os governistas reclamem, queremos deixar claro que nós valorizamos profundamente tudo o que foi feito nesses 11 anos. Mas não queremos nem podemos perder de vista que *as mudanças realmente profundas, no sentido de estruturais, ainda estão por fazer*. Aliás, porque não fizemos tais mudanças profundas, corremos o risco de um retrocesso. Pior: já estamos sofrendo retrocessos em algumas áreas.

O que ocorre, talvez, é que a *Contribuição* padece de um problema cada vez mais comum aos escritos e “teorizações” de um setor do Partido: tomar como parâmetro o nível de consciência dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora. Sem dúvida, para estes setores, houve uma mudança profunda nos últimos dez anos. Mas do ponto de vista dos interesses históricos da classe trabalhadora, percebidos pelos setores mais organizados e conscientes da classe, é óbvio que as mudanças mais profundas ainda estão por fazer.

A *Contribuição*, repetindo a *Convocatória*, diz que “o PT não tem sido capaz de construir uma narrativa de sua experiência governamental”. Mas não se pergunta por qual motivo o PT não tem sido capaz de construir esta narrativa. E uma das respostas poderia ser: por razões político-eleitorais, nosso Partido fica espremido pela necessidade de proclamar os sucessos táticos e constrangido quando se trata de apontar as deficiências estruturais, programáticas e estratégicas.

A *Contribuição* (nos pontos 14, 15 e 16) raciocina neste mesmo sentido que estamos apontando. E chega ao ponto de reconhecer que nosso governo é “progressista”. Não socialista. Não de esquerda. Não democrático-popular. Nem mesmo de “grandes transformações”, mas apenas *progressista*.

Mas mesmo aqui, em que aparentemente vai melhor, o texto que estamos criticando revela um de seus defeitos fundamentais. Nos re-

ferimos ao seguinte trecho da *Contribuição*: “o realismo político – que o exercício de responsabilidades governamentais exige – não pode sufocar a utopia, ficar cego e surdo às demandas que surgem na sociedade, mesmo quando elas aparecem como contraditórias”.

A *Contribuição* contrapõe, portanto, a “utopia” das ruas ao “realismo político” do governo. Acontece que o problema é exatamente o oposto: nosso governo tem sido tão mais “realista que o rei”, que cai seguidas vezes numa postura completamente utópica. Acha que é possível compatibilizar os interesses e as necessidades nacionais, democráticas e populares da maioria do povo, com os interesses do grande Capital e da direita.

Vemos com alguma simpatia o esforço que a *Contribuição* faz para “acomodar” as dificuldades do governo e do Partido. Mas o problema está mal posto pela *Contribuição*, pois a questão não é “governo” versus “partido”.

Quem coloca as coisas nestes termos quer ter o governo como escudo, como proteção, como pretexto para justificar suas posições: “não faço tal e qual coisa porque as condições do governo não permitem”. Quando na verdade o problema está no confronto entre duas visões estratégicas distintas, existentes dentro do Partido, duas visões entre as quais não há nem pode haver acomodação.

Vejam um caso concreto: a questão da democratização da comunicação. Perguntamos se a postura do governo frente ao tema pode ser explicada, ou desculpada, ou compreendida, com as seguintes considerações que constam da *Contribuição*: “não é fácil para um Governo, sobretudo de esquerda: (1) estabelecer equilíbrio entre ação e reflexão e entre o urgente e o importante; (2) resolver as dificuldades institucionais e burocráticas que se antepõe à ação governamental e (3) entender e dar conta das novas reivindicações que surgem na sociedade”.

A verdade é que a postura do nosso governo frente ao tema da democratização da comunicação não se explica, nem se desculpa, nem se compreende por nenhuma dessas considerações. A postura do governo advém de uma visão estratégica errada, baseada na concilia-

ção com o oligopólio da mídia. Nesta questão, aliás, a *Contribuição* está aquém daquilo que o próprio PT já deliberou a respeito. A direção nacional do PT que finda seu mandato dia 11 de dezembro já disse claramente claro que existe, sobre este tema, uma divergência de fundo.

O Mais Médicos já demonstrou que a correlação de forças, inclusive dentro do governo, permite fazer mais, quando se tem disposição estratégica e vontade política. Mas na ausência de uma estratégia adequada, não nos admiremos que alguns setores usem o Mais Médicos como justificativa para adiar ou não implementar o conjunto das medidas necessárias ao SUS, que não pode ser “SUS para pobres”, que não pode ser médico-centrado e que não pode receber um financiamento inferior ao necessário.

\*

A *Contribuição* faz uma crítica acerca da versão que a oposição e o oligopólio da comunicação difundem sobre os governos Lula e Dilma. Não é preciso dizer que concordamos que a direita e a mídia mentem a nosso respeito. Paradoxalmente, a *Contribuição* deixou de dizer algo fundamental: a tese segundo a qual os “êxitos econômicos de Lula-Dilma foram apenas continuidade do Governo FHC” foi *vitaminada por setores do próprio PT*.

Em primeiro lugar, pelo palocismo, que nunca se resumiu a pessoa do ex- ministro da Fazenda. Embora seja dele, Antonio Palocci pessoa física, a primazia de, num famoso evento em Comandatuba (BA), ter apresentado nosso governo como de continuidade.

Em segundo lugar, por amplos setores do PT que namoraram (será certo utilizar este tempo verbal, perguntamos ao leitor) a ideia de uma aliança estratégica entre PT e PSDB. E isto não é algo do passado longínquo: lembremos de Fernando Pimental em Belo Horizonte, no ano de 2012, por exemplo.

Em terceiro lugar, pela recusa a golpear fundo o capital financeiro, reverter as privatizações, rever a legislação neoliberal, denunciar em tempo hábil a herança maldita recebida etc etc.

Ao contrário do que dá a entender a *Contribuição*, nossa defensiva no debate ideológico advém não da falta de uma “narrativa” alternativa, mas sim da falta de uma política consequente. No segundo mandato Lula, por exemplo, a inflexão desenvolvimentista foi mais poderosa e eficaz para nos tirar da defensiva, do que teria sido capaz qualquer narrativa. E as medidas adotadas recentemente pelo governo Dilma, no tocante as concessões e os juro, tornam cada vez mais difícil construir uma narrativa convincente.

\*

A *Contribuição* aponta que “desde 2003, sobretudo, temos enfrentado dificuldades em mudar o sistema político brasileiro, verdadeira camisa de força que impede transformações mais profundas e impõe um “Presidencialismo de coalisão”, que corrói o conteúdo programático da ação governamental”.

Mas atenção: temos “enfrentado dificuldades” em mudar este sistema, em primeiríssimo lugar porque não tentamos mudá-lo no momento certo, com a intensidade necessária e com a radicalidade indispensável. E optamos por tentar governar nos marcos da institucionalidade estatal herdada.

Esta opção não decorreu apenas de um cálculo “objetivo” de custo e benefício, mas também porque setores do PT e da esquerda adaptaram-se complementemente a esta institucionalidade.

Isto tem conduzido a um rebaixamento também de nossos horizontes. De Assembleia Constituinte, passamos a falar de Constituinte exclusiva para tratar da reforma política. De reforma política vamos deslizando para algumas reformas. E de algumas reformas acabamos tendo que nos esforçar para evitar que eles façam contrarreformas.

O rebaixamento, é bom que se diga, é também “teórico”. Exemplo: a *Contribuição* diz que somos prisioneiros “de um sistema eleitoral que favorece a corrupção e de uma atividade parlamentar que dificulta a mudança, a despeito da vontade das forças progressistas”. É claro que isto é verdade. Mas o problema do sistema eleitoral brasileiro é anterior a este: ele distorce a vontade popular. Ou seja: ele não é democrático.

E não se trata apenas de falar – como a *Contribuição* fala acerca do Judiciário – de instituições “permeadas” por “interesses privados”. Não se trata de “interesses privados” genericamente falando. A democracia brasileira está estruturada para garantir o predomínio dos interesses *do grande Capital*. E tanto isto é verdade que, à medida que os trabalhadores furaram o bloqueio eleitoral, foram crescendo as “medidas de contenção”. O preço das campanhas subiu, a compra de votos retornou, os meios de comunicação converteram-se em partido, a política foi judicializada, o judiciário se encastelou ainda mais etc etc.

Precisamos entender que é disto que se trata: de quebrar o caráter de classe do Estado, de construir uma democracia popular. Ou entendemos isto, ou continuaremos vivendo aquela situação que alguém resumiu assim: enquanto a gente vai de Woodstock, eles vêm de Al Capone.

Neste sentido, as considerações da *Contribuição* não são erradas, são insuficientes, são parciais: o problema central da reforma do Estado, por exemplo, não está em “remover os obstáculos burocráticos que criam empecilhos para o avanço mais rápida dos grandes projetos de infraestrutura”; e o problema central da comunicação não está em desenvolver “instrumentos de comunicação social que pudessem contra-arrestar a permanente ofensiva conservadora dos grandes proprietários de jornais, rádios e televisões”.

Quanto a este último tema, é claro que compartilhamos plenamente da ideia segundo a qual tanto o governo, quanto o Partido, devem desenvolver seus instrumentos próprios de comunicação. Mas o “problema central” só será resolvido quando quebramos o oligopólio, através de uma Lei da Mídia Democrática.

E a questão, mais uma vez, é: isto não foi feito, ao longo destes onze anos, não apenas devido à oposição da direita, mas também devido a uma opção de setores da esquerda. Opção cujo equívoco consiste, no fundo, em ter acreditado ser possível fazer uma “transição” econômico-social sem realizar uma “reforma político-institucional”.

Falando de outra maneira, um pedaço da esquerda brasileira acredita que o problema está em reformar as “instituições políticas”, quando na verdade nosso desafio está em construir uma *democracia popular*.

Abordagem que, como está claro, não é compartilhada pela *Contribuição*, que finaliza suas reflexões sobre as “instituições” falando de passagem sobre as mobilizações ocorridas em junho de 2013, assim como sobre a “atração de parte do eleitorado tradicionalmente petista” por candidato conservadores e discursos populistas de direita.

Os dois fenômenos revelam que parte da nossa base social está descontente, manifestando este descontentamento em dois sentidos diferentes: “pela esquerda” e “pela direita”.

A *Contribuição* afirma que “sem compreender plenamente o alcance e os limites das mudanças realizadas e o que estão pensando e sentindo os novos atores sociais será impossível superar as dificuldades do momento”. E conclui (ponto 35) dizendo que “não se trata de converter o Partido e o Governo em uma academia, mas de atribuir à reflexão política e econômica a importância decisiva que ela tem para uma ação transformadora”.

Que a *Contribuição* tenha sentido a necessidade de vestir a carapuça e proteger-se da crítica de “academicismo” é bem revelador do ambiente pragmático, taticista, empirista, que predomina em certos meios. Mas o essencial precisa ser repetido, com palavras mais claras: *sem compreender como se dá a luta de classes no Brasil e a luta entre Estados no mundo, seremos derrotados. E, infelizmente, a julgar pelos textos submetidos ao debate, nosso V Congresso não dará nenhum passo novo neste sentido.*

A partir do item 36, a Contribuição passa a falar de “um mundo em transição”. Não vamos nos deter neste ou naquele detalhe da descrição necessariamente genérica e superficial que o texto faz da situação mundial, desde 2008.

O essencial, em nossa opinião, é destacar as principais variáveis em jogo: a crise do capitalismo, o declínio dos Estados Unidos, o deslocamento geopolítico do centro dinâmico do mundo, a instabilidade generalizada e, neste contexto, a integração regional como decisiva para o sucesso da estratégia que defendemos para o Brasil.

A questão é: a política externa do governo brasileiro e a política de relações internacionais do PT, por razões diferentes, não estão à altura desta situação internacional.

Isto vem sendo dito, especialmente desde 2011, pela própria secretaria de relações internacionais do PT: observando o conjunto da obra, tanto a política externa do governo brasileiro, quanto a política de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores são globalmente positivas. Porém, especialmente a partir de 2011, vem se acumulando problemas.

Alguns reputam estes problemas às diferentes posturas do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma frente aos temas internacionais; outros citam as mudanças ocorridas no Itamaraty; outros falam das mudanças na conjuntura global. Certamente há um pouco de verdade nisto. Mas o essencial, na nossa opinião, é algo mais simples: assim como ocorreu no plano interno, também no plano internacional vem ocorrendo um esgotamento de nossa estratégia.

Isto fica claro, por exemplo, no terreno da integração regional: sem alterar qualitativamente o papel do Estado em nosso país, sem criar os meios que nos permitam fazer um forte investimento público na região, sem impor um alto nível de controle sobre as empresas privadas que possuem sede no Brasil e atuam internacionalmente, o Brasil não criará as condições necessárias para que integração avance.

A integração regional, combinada com a expansão dos investimentos em infraestrutura no Brasil, assim como a ampliação do consumo interno de bens públicos (e não apenas privados), é a chave para retomar o dinamismo e o crescimento acelerado que o Brasil precisa.

Avançar na integração é essencial, também, porque na conjuntura internacional em que estamos, quem não avançar, retrocederá sob os golpes do inimigo.

E nesta palavra – “inimigos” – talvez esteja resumido o tema “teórico” mais decisivo para o debate sobre o mundo moderno: salvo engano de nossa parte, a *Contribuição* não utiliza o termo *imperialismo*. Arrodeia, mas não fala. E a questão é: sem compreender a natureza do imperialismo, não compreenderemos nada sobre o momento internacional que vivemos.

As ilusões no que seria Obama, por exemplo, estão relacionadas com a incompreensão da natureza do imperialismo. O mesmo vale para a insólita afirmação acerca do “caráter errático da posição do EUA no mundo”.

A *Contribuição* não fala em imperialismo, mas lembra que “o capitalismo, quando não sofre pressão das esquerdas, tende a mostrar sua face mais cruel”. Eis aí uma questão que o V Congresso do PT deve responder: neste mundo em transição, qual nosso horizonte? Fazer pressão sobre o capitalismo, para que ele seja menos cruel?

\*

O capítulo que trata dos “desafios programáticos” abre “reiterando que a orientação programática do Quinto Congresso do PT não se confunde com o enfoque que deve ter o Programa de nossos candidatos nas eleições de 2014”.

Como já dissemos antes, esta maneira de colocar o problema pode resultar numa dissociação entre tática e estratégica, entre programa

eleitoral e programa geral. No limite, converteria a resolução do V Congresso num exercício academicista, sem nenhuma incidência prática. Afinal, somos um partido que disputa eleições, que governa o Brasil. Nossas resoluções programáticas, especialmente aquelas que explicitam “os principais desafios do partido, em uma perspectiva mais duradoura”, devem sim iluminar, orientar, incidir sobre o enfoque com que nosso Partido vai atuar, por exemplo, nas eleições 2014.

O mais grave é que, ao ler os itens 53 a 70, não encontramos absolutamente nada que não possa ser dito por nossas candidaturas, em 2014. Recomendamos a cada delegado e delegada que leia atentamente e reflita se não é verdade isto, ou seja, que o alerta de “não confundir” é, além de errado, totalmente desnecessário.

Até porque se excluiu, dos desafios programáticos, o tratamento do socialismo, que foi convenientemente remetido para outro item. O que não deixa de ser curioso, pois como o PT é um partido socialista, seu programa deve estar organizado por esta perspectiva.

\*

No capítulo que fala da “situação e perspectivas do PT”, há novamente um conjunto de considerações históricas, escritas naquilo que um conhecido intelectual brasileiro brincou ser “um grande passado pela frente”, do qual sempre nos orgulharemos, hoje ou daqui há 100 anos, mas que muitas vezes serve para dissimular as imensas dificuldades do presente e do futuro.

De toda forma, a Contribuição reconhece que “um certo afastamento do partido em relação a suas bases originais e àqueles novos segmentos que foram sendo beneficiados pelas políticas aplicadas por petistas em seus governos”; que “governantes e parlamentares do PT, pressionados por seus afazeres institucionais, ganharam exagerada autonomia em relação à atividade partidária”; que “sindicalistas e dirigentes de organizações sociais nem sempre acompanharam as

mudanças por que passaram seus movimentos”; que “esses e outros fatores contribuíram para certa burocratização do partido e consequente perda de importância de suas direções junto aos governos”.

O que espanta nesta descrição não são os fatos, que aqui são resumidos de maneira asséptica. O que espanta é a “naturalização” do processo: o Sol nasce, a Lua nasce, os dias passam e os partidos, com o passar do tempo, se burocratizam.

Esta visão “naturalista” omite que os processos ocorridos em nosso Partido foram produto de uma intensa luta política, dentro e fora do Partido e dos movimentos sociais, entre diferentes correntes de opinião, no contexto de uma dura luta de classes.

Não temos dúvida alguma de que os autores da *Contribuição* sabem disto. Mas ao omitir isto de sua análise, estimulam uma leitura incorreta do ocorrido. Por exemplo: não é fato que os governantes tenham ganho autonomia frente ao Partido, por estarem “pressionados por seus afazeres institucionais”. Não se tratou, nunca, de um problema de “agenda”, de “tempo”. Há uma concepção envolvida, segundo a qual o governo é superior, historicamente falando, ao Partido. Sem colocar os problemas nestes termos, ele não terá solução.

Poderíamos dar outros exemplos, mas nos foquemos no tema decisivo, que a *Contribuição* resume assim: “Perdemos capacidade de análise das conjunturas e das perspectivas de médio e longo prazos de evolução do país e do mundo. O PT deixou de ser aquele “intelectual coletivo” que se espera deva ser um partido de esquerda. Afastou-se do socialismo, não por negá-lo, mas por ser incapaz de pensá-lo de forma criativa”.

Não há dúvida de que o PT afastou-se do socialismo. Mas não é verdade que o problema tenha sido “incapacidade” de “pensá-lo de forma criativa”. O problema é que amplos setores do PT abandonaram a ideia de construir uma sociedade socialista e conformaram-se com administrar, com doses maiores ou menores de reforma, a sociedade capitalista. E alguns ainda têm o desprazer de chamar isto – uma administração melhorista – do socialismo realmente possível.

Certamente precisamos de criatividade. Mas o problema é anterior a este: para que sejamos criativamente socialistas, é preciso ser socialistas primeiro. E uma parte do PT precisa ser ganha para o socialismo.

Como os autores da *Contribuição*, confiamos que o PT tem potencial para recuperar seus melhores atributos. Porém, não concordamos com o excessivo otimismo contido na seguinte frase: “É um partido democrático, capaz de conviver com as diferenças internas”. Esta frase não condiz com o que temos visto, nos últimos anos, em que a democracia partidária tem sido progressivamente degenerada pelo abuso do poder econômico, pela influência de máquinas parlamentares e governamentais, por práticas que condenamos nas eleições burguesas.

\*

Quando fala do socialismo, a *Contribuição* aborda-o sob título “referentes político-ideológicos: perspectivas atuais do socialismo”.

Os parágrafos 71 a 73 resumem, de maneira mais superficial, um raciocínio que está presente num texto escrito no início dos anos 1990 por Marco Aurélio Garcia, segundo o qual o PT seria “pós”: “pós-comunista”, “pós-socialdemocrata”. E, claro, pós-neoliberal.

Não vamos nos deter, aqui, em criticar este raciocínio. Basta chamar atenção para um detalhe digamos “linguístico”: por qual motivo colocar num mesmo “pacote” comunismo, socialdemocracia e neoliberalismo, frente aos quais o PT seria “pós”?! Por qual motivo não dizer que somos *antineoliberais*? Voltaremos a isto noutra oportunidade, pois neste detalhe esconde-se um mundo de considerações.

A *Contribuição* afirma que “acossados pelas tarefas de Governo e pelas vicissitudes da luta política, não fomos capazes, no entanto, de inserir as transformações que realizamos em uma estratégia de longo prazo, que pudesse apontar para uma efetiva renovação do socialismo no século XXI”.

Como já apontamos antes, a *Contribuição* dissimula o fundo do problema. É verdade e é muito importante que o texto reconheça que não fomos capazes de inserir o que fizemos, entre 2003 e 2013, em uma estratégia socialista.

Mas isto não ocorreu por acaso, não foi por falta de tempo, não foi porque estávamos acossados por tarefas e pelos inimigos. A dissociação entre nossa tática na última década e uma estratégia socialista ocorreu porque, nestes anos todos, predominou no Partido outra estratégia, uma estratégia que não tinha como objetivo “uma efetiva renovação do socialismo no século XXI”.

A *Contribuição* deveria falar claramente que está colocado é mudar a estratégia do PT, é voltar a assumir uma estratégia que tenha como objetivo o socialismo. E esta necessidade está colocada porque a realidade da luta de classes no Brasil está mostrando os limites do melhorismo, os limites do progressismo, os limites do reformismo de baixa intensidade, os limites da socialdemocracia num país capitalista periférico.

Mas só teremos êxito em enfrentar este desafio, só teremos êxito de reconstruir uma estratégia socialista, se entendermos que o caminho socialista é uma resposta para os problemas que estamos vivendo hoje, aqui e agora.

Na nossa opinião, a maneira tímida com que a *Contribuição* trata do assunto, quase pedindo desculpas pela impertinência em colocar este problema (o socialismo) num momento pré-eleitoral, deve-se a incompreensão deste “detalhe”: a solução para nossos problemas táticos passa pela adoção de “soluções socialistas”.

\*

O último capítulo da *Contribuição* fala do “momento atual e seus desafios”. Começa dizendo uma verdade incompleta: “o 5º. Congresso do PT realizar-se-á em uma conjuntura política excepcional, mar-

cada pelo renascimento de manifestações sociais, como as ocorridas em junho deste ano. A nova situação criada no país a partir dessas mobilizações e as soluções concretas que formos capazes de apresentar e realizar terão influência sobre a estratégia mais geral do Partido e do Governo e, de forma especial, sobre as eleições de 2014”.

Trata-se de uma verdade incompleta, pelo seguinte: a nova situação criada no país deveria ter influência sobre nossa estratégia e sobre nossa tática. Mas os debates do PED, o comportamento da direção nacional do PT, de setores importantes da nossa bancada e de nosso governo mostram outra coisa: que as chamadas lições de junho não foram adequadamente compreendidas.

Concordamos com a *Contribuição* quando diz que “parte da sociedade, inclusive aquela beneficiária das transformações dos últimos anos, está insatisfeita com o ritmo – que considera lento – das mudanças e não vê alternativas para suas demandas nos políticos e nas instituições atuais”. E concordamos, também, com outras análises feitas neste capítulo pelo texto.

Mas falta algo fundamental: em todo o texto, inclusive neste ponto, a *Contribuição* não aponta que houve uma mudança qualitativa na postura do grande Capital frente ao nosso governo e frente as mudanças que fizemos no país.

A *Contribuição* não indica que por trás da oposição e da mídia oligopolizada, está o grande Capital. A chave de nossa vitória, não apenas da vitória eleitoral, mas da vitória na ação de governo e na ação de transformação da realidade brasileira, está em derrotar o grande Capital.

Na nossa opinião, isto passa hoje por isolar e golpear a fração dominante do grande Capital, a saber, o setor financeiro. Acontece que o governo Dilma não tem uma postura adequada a este respeito. Iniciou mal, em 2011. Depois fez uma ofensiva contra as taxas de juros e a ganância do setor bancário-financeiro. Mas ultimamente recuou. Ao recuar, permitiu que a fração financeira do grande Capital coesionasse o conjunto da burguesia, em torno de seu programa,

que como a Contribuição aponta, é o programa das oposições, o programa do retrocesso. Pior: como a postura do governo é recuada, setores da oposição fazem demagogia a respeito, aumentando a confusão política.

Este é o tema ao redor do qual giram os demais. Por exemplo: qual o programa para 2015-2018? Qual a sustentabilidade econômica de um programa de crescimento com mudanças sociais mais profundas? Qual o discurso de campanha? Qual a política de alianças? (tema sobre o qual a *Contribuição* mantém um praticamente silêncio para lá de constrangedor, só equiparável ao que não é dito sobre a AP470).

\*

A *Contribuição* conclui propondo como “aprofundar o debate do quinto congresso”. De nossa parte, a questão essencial a debater é a seguinte: a luta de classes no Brasil entrou em uma nova etapa. Quem não compreender isto e não agir em conformidade, será atropelado, não importando se antes das eleições, durante as eleições ou depois das eleições.

Esperamos e buscaremos contribuir para que a primeira etapa do Congresso, realizado pouco antes do aniversário de 50 anos do golpe militar de 1964, leve isto em consideração.

\*

Junto da Contribuição, a secretaria geral nacional distribuiu a Resolução sobre a situação política, aprovada pelo Diretório Nacional do PT no dia 29 de julho de 2013.

Esta resolução foi produto de um confuso processo, que resultou na votação, pelo Diretório Nacional, entre dois textos muito parecidos, mas distintos em alguns aspectos fundamentais. Não há espaço,

aqui, para explicar novamente estas diferenças, que já detalhamos noutro momento.

O importante é dizer que o documento afirmava que a “condução de uma nova etapa do projeto popular exige retificações na linha política do PT e do governo, que se reflitam na atualização do programa e na consolidação de estratégia que expresse a radicalização da democracia”. Além disso, o documento detalhava várias medidas programáticas, além de conter propostas como um documento para ser distribuído no 7 de setembro e a oferta de asilo ao ex-agente da CIA Edward Snowden. Em vários sentidos, o documento do Diretório é mais concreto e mais avançado que a *Contribuição*.

\*

O mesmo pode ser dito da *Convocatória* do quinto Congresso, aprovada em dezembro de 2012. O parágrafo a seguir, por exemplo, é muito superior a *Contribuição*, quando fala da combinação entre tática eleitoral e estratégia geral:

“(…) um partido comprometido com a transformação socialista e democrática da sociedade brasileira, sem descuidar das importantes tarefas que lhe são impostas pela conjuntura, deve erguer o olhar, mais além do cotidiano, e ocupar-se também dos problemas de dimensão estratégica que tem pela frente; aqueles de cujo enfrentamento depende o futuro do país. Trinta e três anos após sua fundação e passados dez anos do início do Governo Lula, o PT vive um desses momentos. Nosso partido tem uma dupla e complexa tarefa: apoiar os Governos que ajudou a eleger, mantendo sobre eles uma permanente e generosa vigilância crítica; e atuar na sociedade para alterar a correlação de forças, para tornar possível avançar em direção aos nossos objetivos históricos e estratégicos. O exercício dessas duas tarefas nos impõe uma reflexão que reconstitua nossa trajetória e projete um caminho de

transformações para o futuro. É chegada, assim, a hora de convocar um novo Congresso – o 5º. Congresso do Partido dos Trabalhadores para fevereiro de 2014, ano no qual disputaremos, uma vez mais, a Presidência da República, as eleições para a Câmara, Senado, Governos e Assembleias estaduais. Mas, para vencer esses pleitos, teremos de disputar também os corações e as mentes dos brasileiros. Teremos de apontar para o futuro”.

A *Convocatória* também é superior à *Contribuição*, quando fala das classes sociais no Brasil:

“(…) a formação de novas classes ou segmentos sociais não é expressão única da incorporação de novos setores aos mercados de trabalho e, principalmente, ao de consumo. Uma classe social não se define apenas, nem principalmente, por sua capacidade de consumir produtos que antes lhes eram inacessíveis. As classes sociais não se encaixam no abecedário no qual são segmentadas nas pesquisas de mercado e/ou eleitorais – A, B, C ou D. A mobilidade social que experimentamos implica também mudanças de valores, demandas imateriais, em exigências novas em relação àquelas do passado, sobretudo em uma sociedade que passa por acelerada transformação como a brasileira. Os principais beneficiários das transformações ocorridas no país somente se identificarão com as forças políticas que as produziram a partir da ação coletiva e da compreensão partidária deste fenômeno. Diferentemente de uma visão economicista vulgar, a consciência de classe se constrói. Não entender isso pode significar que os principais beneficiários das transformações ocorridas no país não sejam capazes de reconhecer-se e identificar-se com as forças políticas que produziram essas mudanças. Diferentemente de uma visão economicista vulgar, a consciência de classe se constrói também – e talvez, sobretudo – no entrelaçamento de culturas e de ideias e na ação coletiva. Hoje, as ideias e a cultura dominantes expressam ainda, e predominantemente, os valores dos que até agora controlaram o Estado, os meios de comu-

nicação e todos os aparelhos vinculados à produção e à reprodução da cultura. A reflexão sobre esses temas pelo PT, mais do que um exercício intelectual necessário, é uma exigência política inadiável.”

Outro trecho em que a Convocatória é superior está nos trechos que reproduzimos a seguir:

“(…) Uma das particularidades da sociedade brasileira, apontada e criticada pelos grandes pensadores que se dedicaram a analisar nossa formação social, é a de termos realizado as grandes transformações econômicas, sociais e políticas de nossa história por meio da conciliação. A Independência não foi resultado de um processo de libertação nacional, como no resto da América Latina, mas do acordo com a metrópole colonial. O fim da escravidão, apesar das revoltas negras e do Abolicionismo, resultou de um ato tardio da Coroa, que deveria ter ocorrido muitas décadas antes. O advento da República não configurou uma ruptura significativa na sociedade. A partir de 1930, a despeito das profundas mudanças processadas na era Vargas, foram preservados os interesses do latifúndio. O fim da ditadura, nos anos 80, não decorreu das reclamadas eleições diretas pela sociedade, mas de um acordo entre a maioria da oposição e segmentos que haviam dado sustentação ao regime militar. Alguns procuraram ver, também, no período pós-2003 a persistência desse viés conciliador. Creditaram o êxito do Governo Lula à sua capacidade de incluir milhões de pobres e miseráveis, proteger e expandir o emprego e a renda dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, de beneficiar o capital financeiro, o agronegócio e os monopólios da mídia, além dos grupos do capital produtivo. No plano político-institucional, como expressão das distorções do sistema político, impôs-se a constituição de um bloco mais amplo de partidos - de esquerda e de centro – para dar sustentação parlamentar ao Governo. Essa percepção pode encobrir, no entanto, questões cruciais. A expansão da renda dos trabalhadores e a inclusão de dezenas de milhões de homens e mulheres ao mercado de bens de consumo de mas-

sas, embora não tenham estimulado o desenvolvimento sem ameaçar o capitalismo, sofreu e sofre uma oposição brutal de setores das classes dominantes. Oposição que recrudesceu, sobretudo quando sobreveio a crise global. A verdade é que os donos do poder não aceitam essa irrupção de pobres na vida social e política do país”.

“Certamente também porque temem as reformas estruturais, como a tributária, agrária e política. O êxito de um nordestino, sem educação formal, como Presidente da República e sua gravitação internacional era inaceitável para setores da sociedade que se acostumaram a dirigi-la a partir de seus preconceitos e segundo suas normas hierárquicas. Era plenamente “normal” que o poder fosse exercido por doutores, banqueiros, grandes proprietários. Passou a ser “intolerável” que sindicalistas, dirigentes de movimentos populares, intelectuais críticos pudessem participar da condução da República, vencendo três vezes a Presidência da República, duas com Lula e uma com Dilma, a primeira mulher a dirigir a República no Brasil”.

“A história do século XX e dos primeiros anos deste século mostra como as classes dominantes e seus aparelhos reagem contra governos que vão na contramão de seus interesses particulares. Vargas suicidou-se para deter insidiosa campanha de forças políticas, meios de comunicação e outros agentes inconformados com sua política nacionalista e de fortalecimento do Estado. Dez anos depois, por razões semelhantes, esses mesmos atores se reuniram para derrubar o Governo João Goulart e impor vinte anos de ditadura ao país. No período que antecedeu as eleições de 2002 desencadeou-se uma campanha de medo com o objetivo de impedir a eleição de Lula para a Presidência. A partir de 2003, de forma intermitente, tratou-se de anular os notórios êxitos do Governo, com campanhas que procuravam ou desconstruir as realizações do Governo Lula (o que havia de bom era apresentado apenas como o resultado da herança de FHC) ou tachá-lo de “incapaz” e “corrupto”. Sabe-se que denúncias sobre corrupção sempre foram utilizadas pelos conservadores no Brasil para desestabilizar governos populares, como os já citados casos de Vargas e Goulart. Grandes episódios

de corrupção – a votação da emenda da reeleição de FHC, os turvos processos de privatização nos anos 90 ou o Governo Collor, para só citar alguns exemplos notórios – nunca mereceram uma investigação que levasse seus responsáveis à punição pela Justiça. Essa constatação não pode, no entanto, eludir o tema da corrupção de nossas preocupações. O repúdio ético e moral que esse fenômeno provoca tem de incitar, porém uma reflexão mais abrangente. A corrupção vence onde persiste um Estado vulnerável a pressões de grupos e corporações e onde o sistema político não permite a clara expressão da vontade popular. Onde a República é fraca. Nos últimos dez anos, as denúncias de malfeitos no Brasil se viram beneficiadas pela absoluta liberdade de imprensa reinante, pelo funcionamento livre e independente dos poderes da República, em particular pela ação de organismos do Executivo como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da República, a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal, todos eles revalorizados, funcional e materialmente, pelos nossos governos”.

Lendo isto tudo, que está na *Convocatória* mas não está na *Contribuição*, cabe perguntar: por qual motivo o texto mais recente é pior, mais fraco, do que o texto original?

Sobre o tema do socialismo, por exemplo, o texto da Contribuição diz o seguinte:

“(…) A dissolução da União Soviética e do chamado “campo socialista”, a deriva da Socialdemocracia, os rumos seguidos pela República Popular da China, para só citar alguns fenômenos maiores das últimas décadas, lançaram uma profunda incerteza sobre o ideário socialista. Nascido nos anos em que essa crise começou a se fazer mais evidente e herdeiro de tradições democráticas e libertárias, o PT resistiu aos descaminhos desses projetos socialistas, não sendo constrangido pela aparentemente irresistível ascensão do neoliberalismo ou pelo proclamado “fim da História”. Ao contrário, fizemos a História andar em nosso país. Mas, ainda que tenhamos dado respostas práticas e alter-

nativas aos desafios do presente, não fomos capazes de construir nem mesmo um esboço de um novo e abrangente ideário de esquerda – socialista e democrático – que pudesse abrir perspectivas àqueles que sofrem a orfandade de uma generosa utopia, sobretudo naquelas partes do mundo onde a crise econômica e social ceifa esperanças; onde a política é substituída por arranjos tecnocráticos, que produzem desilusão e impotência. Dar, pelo menos, alguns passos para reinstaurar o socialismo como horizonte político, ajudar a reconstruir uma cultura política de esquerda, aí estão tarefas a que devemos nos dedicar em nosso Congresso”.

Isto tudo é dito no documento aprovado no dia 8 de dezembro de 2012. Depois veio a crise de junho, o PED, e a Contribuição resultante é aquém da Convocatória inicial.

\*

Para concluir, faremos alguns comentários sobre a *Tese* apresentada pela chapa “O Partido que muda o Brasil”, vencedora do PED 2013.

O que mais chama nossa atenção, no início mesmo da *Tese*, é a visão sobre o alcance das mudanças feitas pelos governos Lula e Dilma. Segundo a tese, foram “mudanças estruturais” que modificaram “os padrões de acumulação do capitalismo brasileiro na medida em que a histórica manutenção da miséria e das condições de exploração do trabalho, funcionais a esse padrão, estão sendo transformadas”.

Como já tivemos a oportunidade de dizer, a não ser que banalizemos o significado do termo “mudança estrutural”, não se pode dizer que elas tenham sido realizadas pelos governos Lula e Dilma.

Igualmente, salvo por incompreensão do que significa a expressão “padrões de acumulação do capitalismo brasileiro”, é totalmente incorreto dizer que eles tenham sido modificados ao longo destes 12 anos.

O que ocorreu, isto sim, é que estamos lentamente tirando o “bode neoliberal” da “sala apertada” do capitalismo brasileiro. Isto faz a sala parecer mais arejada, mas a verdade é que estamos voltando aos parâmetros existentes nos anos... 1980, quando criamos o PT.

Infelizmente, no afã de qualificar as mudanças positivas feitas nos últimos 12 anos, a tese “Partido que muda o Brasil” exagera tanto nas velas que corre o risco de por fogo na igreja.

\*

A tese incorpora vários trechos da resolução do Diretório nacional já citada anteriormente. E introduz, sobre o tema da reforma política, um trecho muito interessante, que reproduzimos a seguir:

“(…) Uma vez mais, setores do parlamento brasileiro antepõem obstáculos à realização da reforma política. É imprescindível colocar novamente no centro do debate a questão da soberania. Quem deve eleger seus representantes: o povo ou o poder econômico? O custo tenham maioria crescente das campanhas e os padrões atuais de financiamento privado afastam, cada vez mais, das eleições as lideranças populares e permitem que as representações dos diferentes interesses do poder econômico. Constrangem, por outro lado, os partidos de esquerda que têm dependido desse tipo de financiamento de maneira crescente”.

É no mínimo curioso que esta *Tese* tenha sido apoiada pelo deputado federal Candido Vaccarezza, legítima expressão dos setores que obstaculizam a reforma política e que representam dentro do PT, a influência perniciosa do financiamento privado empresarial.

A Tese também traz uma reflexão interessante sobre a necessidade de “democratizar as comunicações e ampliar a liberdade de expressão no Brasil (...)A estrutura da comunicação hoje não reflete a

pluralidade e a diversidade cultural e política brasileiras. Isso fragiliza e serve de negativa à própria democracia, já que estabelece dois tipos de liberdade: uma, para os que podem exercitar livremente sua capacidade de expressão, inclusive com apoio do Estado, via concessões, inibição à comunicação comunitária e permissão para propriedades cruzadas; outro, a liberdade de expressão do cidadão comum, muito mais restrita e, geralmente, de caráter passivo”.

Novamente, nos chama a atenção que esta *Tese* recebeu o voto do ministro Paulo Bernardo, conhecido por suas críticas a posição do PT na área da comunicação, críticas expostas em entrevista que Paulo Bernardo concedeu a revista *Veja*.

A *Tese* traz ainda um conjunto de pontos programáticos e chama o PT a enfrentar “de uma só vez os riscos de excessiva burocratização e vinculação dos seus quadros com os aparelhos de Estado e o descolamento da militância partidária das forças vivas de nossa sociedade”.

De conjunto, trata-se de um texto superior ao da *Contribuição*, embora evidentemente cause espécie a *Tese* não diz sobre a política de alianças, sobre a AP 470 e sobre as debilidades do nosso governo.

Um comentário final: no item 17 é dito que “o Processo de Eleições Diretas (PED) no PT constitui-se, nesse momento, em uma grande oportunidade de análise e compreensão da conjuntura”. E no item 18 é dito que o “PED prepara o debate do 5º Congresso que tem a inadiável tarefa de apontar um horizonte de transformações estratégicas para o país”.

Portanto, debateríamos “conjuntura” com a base e “estratégia” no Congresso: a vida está sendo um pouco diferente deste roteiro. Mas como a vida é viva, faremos um esforço para que o V Congresso aprove resoluções mais avançadas do que as contidas na *Contribuição*, na *Tese*, na *Resolução* e na *Convocatória*.

Este esforço significa dar continuidade ao que defendemos ao longo de todo o processo de eleição direta das direções petistas: que o PT precisa mudar de estratégia, mudar a tática para 2014 e mudar o funcionamento partidário.

A atual estratégia do PT é baseada na ideia de mudança através de políticas públicas. Defendemos que o PT adote uma estratégia de mudança através de reformas estruturais.

Salvo engano, nenhum petista se opõe às reformas estruturais. Todos parecem defender a reforma tributária, reforma política, lei da mídia democrática, reforma agrária, reforma urbana, 40 horas, universalização das políticas públicas etc.

Assim parece, mas não é exatamente verdade. Alguns setores do PT se opõem a tais reformas, como vimos, por exemplo, toda vez que houve chance real de aprovar a reforma política. Outros setores defendem tais reformas, mas são contra adotar uma estratégia de mudança baseada nelas.

Os que pensam assim parecem acreditar que será possível continuar melhorando a vida do povo, continuar ampliando a democracia, continuar afirmando a soberania nacional, continuar avançando na integração regional, sem fazer reformas estruturais.

Nós, pelo contrário, achamos que a estratégia de melhorar a vida do povo *apenas ou principalmente* através de políticas públicas entrou numa fase de “rendimentos decrescentes”. A comparação entre o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma é uma das provas disto.

Os problemas da saúde pública, por exemplo, exigem um salto na capacidade de financiamento. O mesmo pode ser dito de outras questões, como o transporte público. Visto de conjunto, a “sustentabilidade” das políticas públicas universais exige reforma tributária e uma mudança radical no serviço da dívida pública.

Mas como viabilizar isto, se o Congresso seguir majoritariamente composto por representantes do grande empresariado? E como ter sucesso na batalha da reforma política, sem derrotar o oligopólio da mídia?

E como viabilizar estas e outras reformas estruturais, se nossas bancadas, governos, aliados políticos e sociais não organizarmos nossa atuação em função disto? Se não formos para as eleições de 2014 com o propósito de reeleger Dilma em condições dela realizar um

segundo mandato superior, marcado pelas reformas estruturais? Se nosso Partido não for capaz de uma atuação militante em favor destes objetivos?

Seja para ganhar as eleições de 2014, seja para continuar mudando o país, seja para construir um caminho para o socialismo, o PT precisa adotar uma estratégia democrática e popular, por reformas estruturais. Esta é a principal tese que defendemos no PED e defenderemos no Congresso do Partido dos Trabalhadores.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2013/12/comentario.html>*

## Avaliação do PED 2013

*O texto a seguir foi debatido e aprovado pela direção nacional da AE, reunida nos dias 11 e 12 de dezembro de 2013. Esta versão final está sendo submetida à revisão final e será divulgada oficialmente nos próximos dias.*

A Articulação de Esquerda concluiu o segundo turno do PED com uma grande vitória, no estado do Rio Grande do Sul, onde ajudamos a eleger o presidente Ary Vanazzi. Noutros estados e cidades, alcançamos vitórias políticas, sofremos derrotas eleitorais e assistimos, em geral sem concordar, acordos que contornaram algumas disputas de segundo turno, como no caso de Pernambuco.

Quanto ao conjunto da eleição das direções partidárias, o dado fundamental a ser levado em conta na avaliação nacional do processo, é que a maioria dos votantes não optou pelas chapas e candidaturas que defendiam mudanças na estratégia, na tática e no padrão de funcionamento do PT.

Não apenas os filiados-eleitores, mas inclusive parcela majoritária dos militantes do PT seguiu apoiando, conscientemente ou por simples inércia, a política de centro-esquerda.

Apesar de parcelas crescentes reconhecerem os limites desta política e o acúmulo de problemas decorrente, a maioria dos votantes não quis tirar as consequências disto na hora de votar nas chapas e candidaturas.

Portanto, é preciso dizer que a maioria dos que votaram no PED não transformou em voto o recado que as ruas nos deram em junho de

2013, em mobilizações que podem voltar a ocorrer, dado que certas condições objetivas e subjetivas seguem presentes.

Não transformou em voto a constatação de que mudou a postura do grande Capital frente ao nosso governo, mudança de que decorre o atual cenário de dificuldades econômicas, seja no que ele tem de real, seja no que tem de especulação artificial.

Não transformou em voto a percepção de que o cenário de 2014 aponta para uma campanha e provavelmente para um segundo turno acirradíssimo.

Não transformou em voto a percepção de que há um grande desgaste do PT junto à juventude em geral e junto à juventude trabalhadora em particular.

A opção conservadora e continuísta que predominou no PED poderá ter implicações graves sobre o futuro próximo e mediato do PT e da luta política no Brasil. Isto porque a situação política exige não apenas ousadia e renovação, mas principalmente outra orientação política e outra conduta organizativa. O desfecho da AP470 é mais uma prova disto.

Além de criticar a opção política da maioria dos votantes, bem como criticar o gosto do grupo vencedor no PED pelo aparato em detrimento da política, assim como pela “tragédia anunciada” que foi a organização do PED, consideramos imprescindível reconhecer, de maneira autocrítica, as debilidades do conjunto de tendências, chapas e candidaturas que propunham mudanças na política e no comportamento do Partido.

Desde 2005, a chamada esquerda do PT vem sofrendo um processo de divisão e redução de sua influência, que somadas ao processo de burocratização e degeneração da vida interna partidária, torna cada vez mais remota a possibilidade da minoria de esquerda virar maioria. Apesar deste contexto tão difícil, no PED 2013 a chamada esquerda petista saiu dividida em várias candidaturas e chapas.

Uma de nossas tarefas é recompor a esquerda petista, inclusive para que volte a existir a possibilidade da minoria virar maioria. Des-

te ponto de vista, nossa principal conquista no PED 2013, em âmbito nacional, foi termos conseguido resistir e impedir o “aniquilamento” que se anunciava, quando houve a cotização artificial de dezenas, talvez centenas de milhares de filiados. Saudamos, portanto, a continuidade, no novo Diretório Nacional, de representantes de variados setores da esquerda petista.

Mas embora “sobreviver” seja condição necessária, é absolutamente insuficiente para quem deseja conduzir o PT a adotar outra orientação política. Temos a nossa frente o desafio de ampliar e muito a presença de nossa política junto a classe trabalhadora, na luta social, política, eleitoral e de ideias.

O PED 2013 foi marcado pela adesão – ao grupo majoritário – de grupos e indivíduos que antigamente integravam a esquerda petista. Também a tendência denominada “Movimento PT” optou por aderir ao grupo majoritário.

É importante dialogar com os dirigentes, militantes e bases dos setores que aderiram ao grupo majoritário, mostrando os efeitos negativos disto para o Partido e, em alguns casos, até mesmo para os que aderiram. Os resultados políticos e eleitorais do PED fornecem material abundante para mostrar que não se inaugura um novo período, abrindo mão da história e do debate franco das divergências.

Entre as chapas e candidaturas que defenderam mudanças, destaca-se a denominada Mensagem ao Partido. A principal diferença que temos em relação a Mensagem é que não consideramos que sua visão estratégica seja efetivamente alternativa à defendida pelo grupo majoritário.

É a ausência de uma visão estratégia realmente alternativa que explica, em nossa opinião, as profundas contradições existentes na ação da Mensagem antes, durante e depois do PED.

Exemplos destas contradições podem ser vistos, por exemplo, nos estados de Pernambuco, Espírito Santo e Paraíba, onde setores integrantes da Mensagem defendem a subordinação do Partido a forças políticas de direita, externas ao PT.

Outro exemplo destas contradições: no estado de São Paulo, a Mensagem apoiou a candidatura presidencial apresentada pelo grupo majoritário. Diferentemente do Rio Grande do Sul, onde os vários setores da Mensagem foram, todos eles, parte fundamental da vitória de esquerda com Ary Vanazzi.

Finalmente, mesmo naquele terreno onde a Mensagem se movimenta com mais desenvoltura, a saber, a crítica aos procedimentos organizativos da maioria, percebemos uma postura ambivalente, crítica para fora, mas conciliadora para dentro, como ficou evidente no rumoroso episódio da denúncia de “compra de votos” durante o PED.

Do ponto de vista organizativo, o PED 2013 foi pior do que todos os anteriores. Podemos dizer que há um amplo consenso sobre isto dentro do Partido. O problema é que este consenso esconde posições muito distintas.

Por um lado estamos nós e outros setores, que defendemos que o processo de eleição das direções partidárias seja feito através de encontros partidários.

Por outro lado, estão os que defendem “qualificar” o PED, por meio de adoção de regras que reduzam o peso dos filiados-eleitores e ampliem o peso dos militantes, na linha do que foi aprovado no IV Congresso do Partido e posteriormente revogado pelo Diretório Nacional.

Finalmente, há os que defendem ampliar e facilitar a participação, reforçando a influência dos filiados-eleitores em detrimento dos militantes.

Em termos objetivos, o número de filiados que participou do PED 2013 foi inferior ao PED 2009. Em 2009 votaram 518.192 filiados e filiadas. Em 2013, votaram 425.604 petistas.

Exatos 387.837 filiados cotizaram (ou foram cotizados), mas não compareceram para votar, deixando clara a artificialidade (e a influência do poder econômico) no processo de filiação e cotização. A artificialidade foi tamanha que só restou, a um dos responsáveis pela organização do PED, falsificar a realidade para tentar explicar a quebra: “O voto hoje é mais criterioso, as pessoas precisam passar por

atividade partidária, tem que efetuar contribuição financeira. É um processo muito mais complexo. No PT, não é só voto. As pessoas têm que participar efetivamente do processo”, disse a pessoa citada.

Somando os que votaram nulo (10.343) ou branco (36.317), com os que estavam cotizados mas não compareceram (387.837), temos 434.497 filiados, número maior do que os dos 421.507 que votaram em alguma chapa.

É preciso analisar detidamente os motivos pelos quais tantos filiados optaram por votar em branco ou nulo para presidente e chapas nacionais. Assim como é necessário compreender por quais motivos a “abstenção de cotizados” variou, de cidade para cidade, de estado para estado.

A quebra na votação pode ser ilustrada pelo resultado presidencial: em 2009 José Eduardo Dutra ganhou no primeiro turno com 58% e 274 mil votos. Rui Falcão foi eleito agora com 69,5% mas com 268 mil votos.

A maioria dos que votaram não participou de nenhum debate, nem tampouco teve acesso ao jornal com as posições das chapas e candidaturas nacionais. Jornal que o grupo majoritário não queria enviar, motivo pelo qual foi postado muito tarde, chegando na casa de parte dos filiados depois da eleição.

Setores do PT trabalharam para esvaziar e esterilizar a discussão. Em alguns estados, como São Paulo, não ocorreu nenhum debate nacional. Mesmo onde o debate ocorreu, sua profundidade foi inferior ao necessário. Também devido à falta de debate, o PED não ajudou a elevar a qualidade das novas direções.

Apesar do enorme esforço político e material, o resultado final do PED nacional não provocou alterações significativas na composição do Diretório e da Comissão Executiva Nacional do PT. Exemplo disto: em 2013 as chapas que apoiaram Rui Falcão receberam 69% dos votos; em 2009, os mesmos setores obtiveram cerca de 70%.

Claro que para os setores minoritários, um pequeno deslocamento pode ser a diferença entre estar ou não na direção do PT. A Articula-

ção de Esquerda passou por esta prova. Conseguimos sair do PED 2013 com a mesma presença na direção nacional do PT que tínhamos quando começou o processo: 4 integrantes no Diretório Nacional, um dos quais na Comissão Executiva Nacional.

Ademais, tivemos resultados nas eleições estaduais e municipais que expressam nosso enraizamento na classe trabalhadora, nos movimentos sociais, na institucionalidade, no debate de ideias e no Partido.

Nosso resultado global, obtido contra todo tipo de pressão externa e debilidades internas, foi produto em parte da quebra na votação geral, mas também de nossa ação, inclusive de uma correta decisão política de priorizar, durante o PED, o debate político-programático. Assim, sem prejuízo da necessária autocrítica de nossos erros e debilidades, saímos deste PED com moral alta e sentimento de dever cumprido.

Para nos representar no próximo Diretório Nacional, apresentamos como titulares os seguintes companheiros e companheiras: Bruno Elias, secretário executivo do Conselho Nacional de Juventude do Governo Federal; Jandyra Uehara, da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores; Adriano Oliveira, secretário de formação política do PT-RS; Rosana Ramos, da atual Comissão de Ética Nacional do PT.

Nossa chapa indicou como seus primeiros suplentes: Valter Pomar, dirigente nacional do PT; Iriny Lopes, deputada federal PT-ES; Jonatas Moreth, da executiva nacional da juventude do PT; Ana Affonso, deputada estadual PT-RS; Rubens Alves, dirigente nacional do PT; Ana Lucia, deputada estadual PT-SE; Mucio Magalhaes, dirigente nacional do PT; Adriele Manjabosco, diretora da UNE; Marcel Frison, secretário de habitação do governo do Rio Grande do Sul; Inês Pandeló, deputada estadual do PT-RJ..

Para nos representar na Comissão Executiva Nacional, a chapa “A Esperança é Vermelha” indicou o companheiro Bruno Elias, um jovem com experiência nos movimentos sociais, no governo e no Partido. Alguém à altura da tarefa política e afinado com a necessidade de renovação, que vem sendo vocalizada (mas nem sempre praticada) por diversos líderes partidários.

Propusemos e o Diretório Nacional, em sua reunião dia 11 de dezembro aprovou, que o companheiro Bruno Elias assumisse a Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Estamos seguros de que ele terá, a frente desta secretaria, o mesmo compromisso partidário demonstrado em outras tarefas, compromisso também demonstrado por representantes de nossa tendência, no período recente, a frente das tarefas de formação política e relações internacionais.

A direção nacional da AE concluiu sua avaliação preliminar do PED, fazendo um reconhecimento e um agradecimento aos filiados e filiadas petistas que confiaram em nós, à militância que fez nossas campanhas, aos que foram candidatos e candidatas à direção e presidência.

Seja onde o resultado foi expressivo, seja onde foi modesto, fizemos uma campanha politicamente clara, defendendo mudanças profundas na estratégia, na tática e no funcionamento do PT.

Nas redes sociais, nos destacamos por uma campanha ágil, criativa e bonita, que ajudou a quebrar o silêncio da mídia (inclusive de parte da mídia dita alternativa) acerca do PED.

Disputamos o PED da forma como sempre deveria ser, oferecendo nossas ideias e nossa disposição militante. E seguimos na luta por um PT democrático-popular e socialista, com muita esperança vermelha e sem medo de ser feliz.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2013/12/avaliacao-do-ped-2013-o-texto-seguir.html>*

## **Sobre um texto da LBI acerca da Chacina da Lapa**

O centenário de nascimento de Pedro Pomar e os 37 anos da chacina da Lapa motivaram diversas iniciativas, entre as quais duas no mínimo curiosas.

A primeira delas foi iniciativa do jornal A Nova Democracia, que na primeira quinzena de novembro de 2013 publicou um texto intitulado Pelo caminho de Pedro Pomar, relatando uma atividade realizada pela Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP) e defendendo a “reconstituição” do Partido Comunista do Brasil. De orientação maoísta, este grupo foi o responsável por pichações e colagens de cartazes comemorativos do centenário, em algumas cidades brasileiras.

A segunda delas foi iniciativa da Liga Bolchevique Internacionalista, que em seu blog publicou um texto intitulado: “Chacina da Lapa”: Há trinta e sete anos os chacais da ditadura eliminaram o setor da direção do PCdoB crítico à guerrilha Maoísta do Araguaia.

O referido texto está disponível no endereço <http://lbi-qi.blogspot.com.br/2013/12/chacina-da-lapa-hatrinta-e-sete-anos-os.html#more> e contém grande quantidade de erros, sobre os quais passo a comentar, na ordem em que eles aparecem no referido texto.

A guerrilha do Araguaia não foi realizada “sob orientação ideológica do Partido Comunista Chinês”. Esta talvez fosse a intenção, mas o estudo detalhado dos fatos e dos documentos revela que a guerrilha foi marcada pelo chamado blanquismo, não pelo maoísmo.

O texto afirma que João Amazonas e Renato Rabelo estariam refugiados em Pequim, por fazerem parte de uma “fração dirigente que

defendia o “grande acerto” da tática Maoísta”. Amazonas e Rabelo estavam fora do país quando houve a Chacina, por coincidência. Pedro Pomar, que deveria ter feito a viagem, ficou por conta da saúde de sua esposa. E Amazonas, acompanhado por Rabelo, o substituiu na viagem.

O texto afirma que Pedro Pomar e Angelo Arroyo defendiam fazer uma autocrítica em relação ao Araguaia. Isto é correto apenas no que diz respeito a Pomar. A posição de Arroyo não era esta. Tanto é que, em suas intervenções na reunião da Lapa, Arroyo reiterou a defesa do método e das decisões da Comissão Militar do PCdoB, responsável pela condução da guerrilha.

Não é fato que Pomar tivesse “manifestado para a militância partidária suas diferenças de avaliação política com Amazonas”. Nas condições da época, o debate sobre a guerrilha estava compartimentado na direção. Só anos mais tarde, quando o jornal Movimento publicou o documento de avaliação escrito por Pedro Pomar, as suas posições tornaram-se públicas para a militância.

Naquela época (1976), João Amazonas não era “secretário geral” do Partido Comunista do Brasil. O cargo não existia, por conta da avaliação que se fazia do papel de Prestes no antigo PCB, antes de 1962.

Não é verdade que “Pomar teria sido chamado para uma viagem de ‘advertência’ a Albânia, não efetivada em função do grave estado de saúde em que se encontrava sua companheira”. A viagem era para a China, para informar a derrota da guerrilha. Pomar era o encarregado, porque havia sido ele que informara aos chineses sobre a decisão de iniciar a guerrilha. A viagem não ocorreu porque, como é dito, sua esposa estava com graves problemas de saúde.

Quem primeiro identificou Jover Telles como provável responsável por prestar ao Exército informações que permitiram localizar o aparelho do PCdoB em São Paulo, e capturar ou matar metade de seus dirigentes, não foi a direção do PCdoB, mas sim Wladimir Pomar, filho de Pedro Pomar, membro do Comitê Central e um dos

presos em dezembro de 1976. Na prisão, em conversas com os companheiros, Wladimir aos poucos montou as peças do que denominou “quebra-cabeças”, organizando informações e indícios que incriminavam Jover.

A responsabilidade de Jover Telles não se trata de uma “versão”, mas de fatos documentados.

O texto da LBI afirma ser “estranho” que “somente em 1983, no sexto congresso do PCdoB, se “oficializaria” a expulsão definitiva do “traidor”, ou seja, quase sete anos após os gravíssimos acontecimentos da Lapa”. Não há nada de estranho nisto. Em primeiro lugar, houve um inquérito interno. Em segundo lugar, João Amazonas demorou a se convencer da responsabilidade de Jover Telles. Em terceiro lugar, estou convencido de que esta demora deve-se também ao fato de que Jover foi convocado para a reunião por insistência de João Amazonas.

A decisão de organizar uma dissidência no PCdoB não foi de José Novaes. Esta dissidência foi iniciativa coletiva, encabeçada especialmente pelos membros do Comitê Central que divergiam em primeiro lugar do balanço que Amazonas fazia do Araguaia e, em segundo lugar, divergiam de um conjunto de concepções defendidas por Amazonas e seus aliados. Participaram dessa dissidência Wladimir Pomar, José Novaes, Tarso Genro, Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim, Sérgio Weiggert, José Genóino, Ozeas Duarte, Ronald Rocha, Maria Luiza Fontenelle, Jorge Paiva, Luiz Mackloun Carvalho, Humberto Cunha etc.

O texto insiste em defender Jover Telles, chegando a dizer que “diante das circunstâncias criadas (e nunca totalmente esclarecidas) em torno da militância de Telles, este decide abandonar a política”. Como foi dito acima, as circunstâncias foram no fundamental esclarecidas: Jover Telles foi preso, negociou com a repressão e foi através dele que os militares localizaram a reunião. Mais detalhes podem ser lidos no livro *Massacre na Lapa*, de Pedro Estevam da Rocha Pomar, cuja edição mais recente, a terceira, foi publicada pela Editora Fundação Perseu Abramo.

Segundo o texto “Wladimir toma o rumo da socialdemocracia ingressando no PT em 1980”. Na verdade, aproximadamente metade da dissidência do PCdoB entra no PT no início dos anos 80: é o caso de Wladimir, Genoíno e outros. E outra metade permanece abrigada por mais algum tempo no PMDB (é o caso de Tarso Genro). Quanto à acusação de “socialdemocracia”, ela não resiste a análise das posições defendidas por Wladimir, nem à época, nem hoje.

A dissidência, também conhecida como “esquerda do PCdoB”, sofreu um processo de cisão interna. Parte dos integrantes construiu o Partido Revolucionário Comunista (PRC). Outra parte se dispersou, indo para o PCB (Alon Feuerwerker), Convergência Socialista e na maioria ingressando individualmente no PT (Carlos Eduardo Carvalho, Celeste Dantas, Wladimir Pomar).

José Novaes nunca foi o principal líder do PRC.

O texto da LBI pergunta-se “quem teria de fato ‘vazado’ para os genocidas a informação da reunião que poderia ter mudado a linha Maoísta do PCdoB?” A primeira parte desta pergunta já foi respondida, de forma documentada: foi Jover Telles. A segunda parte da frase está totalmente equivocada: a crítica de Pedro Pomar à guerrilha do Araguaia não foi uma crítica ao maoísmo. Ao contrário, foi uma crítica baseada no maoísmo contra uma iniciativa guerrilheira que, na sua opinião, não era baseada nos ensinamentos da guerra popular prolongada.

O texto da LBI pergunta “porque somente ao final da reunião do CC (que durou vários dias) a polícia da ditadura decidiu agir, pondo em risco o próprio sucesso da operação criminosa”. Em primeiro lugar, em nenhum momento esteve em risco o sucesso da operação policial-militar. A casa estava totalmente cercada. Ao que tudo indica, a decisão de atacar ao final fazia parte do acordo feito com Jover Telles (de permitir que ele ficasse livre) e, também, buscava garantir que todos os integrantes da reunião pudessem ser presos ou assassinados (pois está claro que havia a intenção de atacar a casa ao final e matar os que lá permaneciam: Pedro Pomar e Angelo Arroyo)..

Não é verdade que os militares só “intervieram após o CC do PCdoB se inclinar, por uma pequena margem de maioria, na autocrítica da guerrilha do Araguaia”. Os militares atacaram ao término da reunião, mas eles não tinham a menor ideia do que estava sendo debatido ali. Em segundo lugar, os registros da reunião mostram que de um lado estavam Arroyo e Elza Moneratt; de outro lado estavam Pedro, Haroldo, Aldo, Wladimir, Novaes, Drummond e o próprio Jover Telles.

É incorreto afirmar-se, sem contextualizar, que Drummond “morreu posteriormente em uma tentativa de fuga na sede do próprio DOPS”. Ele estava sendo torturado no DOI-CODI (e não DOPS) quando se desvencilhou dos algozes e, ao tentar a fuga, caiu no poço da antena de rádio desse centro de torturas. Drummond é um herói e já havia deixado claro que, se preso, faria o que fosse necessário para resistir às torturas.

Não é exato dizer que existia uma direção do PCdoB “instalada” no exílio. Tanto é assim que foi necessário convocar uma conferência nacional (ver a este respeito o registro em filme desta conferência, disponível na página da Fundação Maurício Grabois), para recompor a direção.

Diógenes Arruda não foi “ex-tesoureiro do Partidão”. Ele foi *de fato* o secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, entre 1947 e 1956.

O texto afirma que se consolidou uma “maioria alinhada com o PTA da Albânia” e reorganizada sobre as “bases políticas da recém ruptura do partido com o Maoísmo, agora considerado como uma das vertentes do revisionismo, pondo fim à defesa da guerrilha camponesa”. Os fatos são os seguintes: a disputa no interior do PCdoB coincide com a disputa no interior do PC chinês, que levou a queda da Gangue dos Quatro e a ascensão definitiva de Deng Xiao Ping. Naquele momento, o PTA e o PCdoB criticam o “revisionismo chinês” por ter rompido com o maoísmo e não por ser maoísta.

O texto afirma o seguinte: “o ex-militante do partido que teria toda a autoridade moral para elucidar o verdadeiro festival de calúni-

as stalinistas, seria Wladimir Pomar. Filho do grande quadro teórico Pedro Pomar, assassinado na Chacina da Lapa, Wladimir esteve presente naquela reunião do CC, também na condição de dirigente do partido. Mas o filho não tinha a mesma estatura ideológica do pai Pedro, e optou por calar-se diante da intensa polêmica aberta no marco da esquerda comunista”.

Os fatos são os seguintes: Wladimir Pomar esteve preso de 1976 até setembro de 1978. Em decorrência de sua posição crítica à guerrilha, foi punido pela direção do PCdoB e desligado do Comitê Central (o que, inicialmente, ocorreu também com Aldo Arantes e Haroldo Lima, depois reintegrados à direção). Logo que saiu da cadeia, distribuiu o texto “Em Defesa da Verdade”, rebatendo as calúnias que vinha sofrendo, e integrou ativamente a luta interna do PCdoB, tendo escrito vários textos a respeito, entre os quais um livro inteiro intitulado Araguaia, o Partido e a Guerrilha. Este livro, publicado pela editora *Brasil Debates*, tem 312 páginas. Se isto é “calar-se”, não sei dizer o que é falar.

Wladimir divergiu da posição de Ozeas Duarte e José Genoíno, de transformar a comissão organizadora do Congresso Extraordinário convocado pela dissidência em Comitê Central e afastou-se da dissidência, ingressando individualmente no Partido dos Trabalhadores. Isto tudo está fartamente documentado, em muitos textos, alguns clandestinos, outros publicados por exemplo na revista Teoria e Política.

No Partido dos Trabalhadores, Wladimir Pomar foi secretário nacional de formação política e coordenador geral da campanha Lula em 1989. Posteriormente, desligou-se da direção mas segue filiado ao PT até hoje, colaborando ativamente no debate teórico.

O texto afirma ainda que “Wladimir seguiu o “tranquilo” o curso de assessor “intelectual” da burocracia sindical Lulista, o que lhe rende até hoje muitas vantagens financeiras (atualmente é responsável pelo comércio exterior com a China)”.

Em relação a primeira parte da afirmação, ficou claro que entre 1976 e 1990, Wladimir prosseguiu como dirigente político, seja da

dissidência, seja do PT. Em relação à segunda parte da afirmação, é pura calúnia.

Quem conhece o padrão de vida de Wladimir, que, aliás, segue trabalhando até hoje, sabe que simplesmente não procede a afirmação acerca de “muitas vantagens financeiras”. Quem conhece o seu trabalho, sabe que sua atividade como consultor nas relações Brasil-China é real, ou seja, não se trata de lobby nem advocacia administrativa, mas sim produção de estudos, análises, palestras, organização de visitas, feiras etc. E, por fim, ele nunca foi “responsável pelo comércio exterior com a China”, seja lá o que isto quer dizer.

Por fim, concordamos com o texto da LBI no seguinte: cabe honrar a memória e a luta de todos os militantes da esquerda comunista que caíram sob o tacão assassino da ditadura do capital. Uma bom começo é escrever textos mais sérios.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2013/12/sobre-um-texto-da-lbi-acerca-da-chacina.html>*

## De tédio, não morreremos I

Entre assinantes e militantes presentes ao V Congresso do Partido dos Trabalhadores, foram distribuídos todos os exemplares da edição 127 do Página 13.

Por conta disto, tomamos a decisão de fazer uma segunda tiragem, combinando as matérias da edição 127 com algumas matérias novas, especialmente uma que fala do Congresso da CNTE, uma entrevista com a deputada Iriny Lopes sobre a Câmara dos Deputados em 2014, bem como um balanço do V Congresso do Partido dos Trabalhadores.

Além disso, fizemos uma revisão e atualização do que foi publicado na edição 127 original. De forma que os leitores encontrarão, nas próximas páginas, um jornal sob vários aspectos novo.

Por exemplo, trazemos a versão definitiva do balanço do processo de eleição das direções partidárias, ocorrido em novembro de 2013. Aproveitamos, também, para falar da bancada que representará a Articulação de Esquerda no Diretório Nacional do PT, empossado dia 12 de dezembro de 2013.

Trazemos, também, diversos textos analisando os desafios de 2014: Igor Fuser aborda o cenário internacional, sob o prisma do Irã e da Venezuela; Breno Altman fala de pesquisas e eleições presidenciais; João de Deus atualiza o quadro da momentosa eleição maranhense; Rubens Alves (assim como Iriny Lopes) fala da pauta legislativa do próximo ano; Max Altman e Rodrigo César abordam, em textos distintos, o tema da reforma política; Jandyra Uehara trata dos desafios da CUT; e publicamos extratos da tese da Articulação de Esquerda para o Congresso da CNTE.

*Página 13* republica, também, um texto de Valter Pomar, sobre o significado estratégico das prisões de Genoíno, Dirceu e Delúbio. Junto, publicamos um Box comentando a resolução aprovada no V Congresso do PT acerca da AP 470.

Publicamos, também, um artigo de Iole Iliada, sobre o debate de ideias no Partido dos Trabalhadores, a luz de importante evento realizado pela Fundação Perseu Abramo.

Ricardo Menezes aborda os desafios da saúde pública, Jonatas Moreth atualiza o quadro da juventude petista, Patrick Campos e Adriele Manjabosco falam do recente congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. E Marcos Lazaretti, coordenador geral da UEE Livre do Rio Grande do Sul, fala da eleição do Diretório Central dos Estudantes de Santa Maria (RS).

Além disso, esta segunda tiragem de *Página 13* reitera a homenagem feita a Marcelo Deda, militante petista, governador de Sergipe, que recentemente nos deixou.

\*

Coerentemente com as posições que defendemos no PED, *Página 13* não espera da maioria da nova direção petista eleita no PED e empossada no V Congresso uma mudança de tática ou na estratégia. Continuarão insistindo numa postura geral defensiva e aquém das necessidades e possibilidades da conjuntura e do período histórico.

Da nossa parte, vamos continuar insistindo na necessidade de um giro estratégico e tático, assim como no funcionamento do PT. Acharmos que a conjuntura de 2014 tende a ser turbulenta, que a campanha eleitoral será muito difícil, que o PT precisa de outra postura e de outra política, seja para vencer, seja para governar, seja para transformar o Brasil.

Por isto, estamos seguros, nós que somos petistas, que de tédio não morreremos.

E também por isto lutaremos para que 2014 seja um ano marcado por grandes mobilizações e vitórias da classe trabalhadora brasileira.

*Os editores*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2013/12/segunda-tiragem.html>*

## Que o Congresso seja melhor que sua abertura

O V Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores deveria ter sido realizado entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2013. Mas o que houve nestes dias foi apenas uma “abertura”.

Para compreender o ocorrido, é importante recapitular alguns fatos e analisar algumas posições.

O V Congresso foi convocado solenemente em dezembro de 2012. Mas desde o debate sobre a **Convocatória do Quinto Congresso**, ficou clara a existência, no Partido, de pelo menos duas posições distintas a respeito.

Todos reconheciam existir uma contradição entre as necessidades da luta política imediata, por um lado, e as diretrizes mais estratégicas e programáticas que deveriam emergir do Congresso, por outro lado.

Alguns propunham resolver esta contradição rebaixando o Congresso, transformando-o numa convenção eleitoral. Outros propunham resolver esta contradição, elevando nossa tática às necessidades de nossa estratégia.

A polêmica se traduziu, do ponto de vista prático, na elaboração de um documento de subsídio ao Congresso, que deveria ter sido debatido pela CEN, pelo DN e em encontros especiais, simultaneamente ao PED. E que, após o PED, seria refeito, incorporando as contribuições das teses apresentadas ao debate.

Tais debates “congressuais” nunca ocorreram. E os debates do PED foram tudo, menos “congressuais”. E, por fim, o documento apresentado como contribuição ao V Congresso, assinado por apenas dois (Marco Aurélio Garcia e Ricardo Berzoini) dos vários integran-

tes da comissão, é basicamente o mesmo produzido antes do PED. Sendo que chapa “Partido que muda o Brasil”, que disputou o PED com uma tese, abriu mão desta tese em favor do documento assinado por Marco Aurélio e Ricardo Berzoini.

Assim, um ano depois de convocado solenemente, o V Congresso foi convertido em três partes: uma primeira parte, a “abertura”, realizou-se entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2013; a segunda parte, que vai debater a tática eleitoral, reunir-se-á provavelmente no Rio de Janeiro em abril de 2014; e a terceira etapa do Congresso, supostamente conclusiva, vai se reunir em 2015, mês a definir. Sempre com os mesmos delegados eleitos no PED 2013.

## **A abertura**

Portanto, o V Congresso começou, mas não terminou. Vejamos como foi cada momento da fase de “abertura”, dedicada a Luis Gushiken e Marcelo Deda.

A sessão inaugural foi na noite de 12 de dezembro, resumindo-se a composição de uma mesa com a nova comissão executiva nacional, com os presidentes estaduais eleitos (com exceção do presidente do estado do Maranhão, que está sub judice), com Rui Falcão, Lula e Dilma Rousseff, que fizeram uso da palavra nesta ordem.

Recomendamos a leitura dos discursos feitos esta noite, que ilustram as contradições do grupo majoritário do Partido e as debilidades da linha política vencedora no PED. Símbolo destas, aliás, foi algo que a muitos pode ter parecido “normal”, mas que é de um simbolismo profundo, especialmente num partido que tanto se propôs a renovar a visão dominante no movimento socialista acerca da relação entre partido/governo/Estado: quem deu posse ao novo presidente nacional, aos presidentes estaduais e a nova direção nacional foram Lula e Dilma.

Na sexta-feira 13 de dezembro, tivemos três momentos distintos. No final da manhã, uma solenidade dedicada aos presos José Genoí-

no, José Dirceu e Delúbio Soares. No início da tarde, uma mesa onde Marco Aurélio Garcia e Ricardo Berzoini apresentaram seu texto de Contribuição ao V Congresso. E, depois do almoço, uma terceira mesa que alguns bem humorados denominaram “momento fórum social”, em que falaram intelectuais, movimentos sociais e representantes das chapas que disputaram o PED. Nesta terceira mesa, destacou-se Sonia Fleury, representante do Cebes, que fez uma dura crítica às contradições da política adotada pelos governos Lula e Dilma.

Finalmente, no sábado 14 de dezembro, votaram-se emendas e moções. O grupo majoritário adotou como política absorver todas as emendas, exceto algumas apresentadas por O Trabalho, convenientemente promovido a “oposição oficial”, pois foi o único setor (exceto a maioria) que teve o direito de usar da palavra.

Dois temas foram remetidos para outro momento: os questionamentos à política de alianças foram remetidos para o Encontro de tática eleitoral, em abril de 2014, quando a tática eleitoral já estará deliberada na prática; e os questionamentos quando ao PED foram remetidos para uma comissão, que discutirá alternativas, que caso aprovadas serão adotadas na eleição da nova direção, no ano de 2017 (o que nos garantirá uma dupla diversão num mesmo ano: um PED e o aniversário dos 100 anos da revolução russa).

A voto mesmo, foram dois temas: o superávit primário e a AP 470. Nos dois casos, coube a Ricardo Berzoini defender a posição do grupo majoritário, logo ele que sabidamente está em conflito com seu próprio grupo em tantos pontos importantes.

É muito importante que a organização do Congresso divulgue os discursos feitos na defesa e na crítica as emendas. A fala de Berzoini é particularmente importante, porque revelou a falta de argumentos de mérito para defender as respectivas posições.

No caso do superávit, por exemplo, Berzoini nos lembrou que o país precisa crescer e que para isto precisa de investimentos privados e públicos. Mas não conseguiu explicar por qual motivo o investimento, seja público, seja privado, é beneficiado pela política de gera-

ção de superávits primários. Seu único argumento, ao fim e ao cabo, foi dizer que o congresso do PT deve apoiar a política econômica do governo. O problema é que as pedras sabem que grande parte do PT não concorda com esta política econômica, mas escolheu tratar isto como assunto de bastidor, não como debate público. Deixando a oposição e setores da base fazerem o debate público contra nós, aproveitando-se de problemas que todos sabemos que são reais e que deveriam ser corrigidos com rapidez, como a taxa de juros que voltou a crescer e como superávit que continua nos oprimindo.

Já no caso da AP470, a fala de Berzoini deixou no ar uma dúvida imensa: por qual motivo de mérito ele, signatário de uma emenda que falava em revisão penal e anulação do julgamento, passou a subscrever outra emenda, que não falava mais nisto. Berzoini, é verdade, explicou que sua nova posição (ver box na página 21) “unificava” mais o Partido. Mas não explicou ao plenário do Congresso quais os argumentos dos setores do Partido contrários à revisão penal e contrários a anulação da AP470.

Finalmente, ia a voto, mas foi retirada por O Trabalho uma emenda referente ao Haiti. Depreende-se que os signatários confiam que a presidenta Dilma Rousseff vai suspender a participação brasileira na Minustah.

Votadas estas emendas e as moções, o Congresso foi encerrado. Ou melhor, a abertura foi encerrada. Para a maioria dos que lá estiveram, uma coisa é certa: é melhor que o Congresso seja melhor do que esta abertura, um gasto de tempo e de dinheiro desproporcional a importância dos debates e resoluções ali aprovadas.

## **Continuismo**

O essencial da abertura do V Congresso é que se confirmou que a maioria do Partido decidiu “não mexer em time que está ganhando”.

Como diz a contribuição assinada por Marco Aurélio e Ricardo Berzoini: “No ano de 2014 a ação do PT estará concentrada na ree-

leição da companheira Dilma Rousseff à presidência da República, na expansão de suas bancadas no Senado Federal, na Câmara de Deputados e nas Assembleias Legislativas. Da mesma forma, terá papel central o aumento do número de seus governadores. Claro está que todos estes embates eleitorais exigirão a consolidação, ampliação e qualificação de nossas alianças políticas, essencial não só para vencer as eleições como para o exercício futuro dos governos em nível nacional e estadual. Ainda que as questões programáticas em jogo nas eleições de 2014 não possam ser separadas totalmente de uma política de longo prazo do partido, é necessário evitar que esses temas, de natureza estratégica, se sobreponham e confundam o debate eleitoral do próximo ano”.

Traduzindo: não estamos seguros de que a tática para 2014 ajude a política de longo prazo do Partido, mas estamos convictos de que colocar agora certos temas de longo prazo pode dificultar nosso desempenho eleitoral, assim é melhor não misturar as duas coisas.

Esta opção pode ter vários desdobramentos, inclusive dar certo. Mas há três variantes que nos preocupam.

Na primeira delas, perdemos as eleições por que não percebemos a necessidade de mudar a tática e a estratégia adotadas até aqui. Na segunda delas, ganhamos as eleições e fazemos um segundo governo a altura da tática, mas aquém das necessidades estratégicas, o que terá consequências até 2018 e em 2018. Na terceira delas, ganhamos as eleições e buscamos, após as eleições, fazer um giro na atuação do governo, sem ter construído, durante o processo eleitoral, as bases políticas necessárias para tal.

Não subestimamos a primeira variante. A direita está fazendo um grande esforço para produzir uma tempestade perfeita. E nosso governo tem reagido a isto de maneira recuada, fazendo um grande esforço para conciliar com os interesses do grande capital e do rentismo. As duas variantes projetam um cenário perigoso, econômica, política e eleitoralmente falando. Mas, ainda assim, ainda que no segundo turno, ainda que com dificuldades, o mais provável é nossa vitória com a reeleição da presidenta Dilma.

Mas, em caso da provável reeleição, a opção tática e estratégica da maioria do Partido não terá criado as condições para fazer um segundo mandato superior ao atual. É claro que esta nossa opinião deve ser matizada: uma vitória petista nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e/ou Minas Gerais muda a correlação de forças políticas. Porém, já sabemos de longa data que a depender da política implementada pelos novos governos estaduais, uma vitória eleitoral pode se converter num problema político, como algumas prefeituras conquistadas em 2012 estão demonstrando.

## **O futuro**

Como já foi dito no editorial deste Página 13, não esperamos da maioria da nova direção partidária uma mudança na tática ou na estratégia. Continuarão insistindo numa postura geral defensiva e aquém das necessidades e possibilidades da conjuntura e do período histórico.

Da nossa parte, vamos continuar insistindo na necessidade de um giro estratégico e tático, assim como no funcionamento do PT. Acha-mos que a conjuntura de 2014 tende a ser turbulenta, que a campanha eleitoral será muito difícil, que o PT precisa de outra postura e de outra política, seja para vencer, seja para governar, seja para transformar o Brasil.

E, seja qual for o resultado final de 2014, estamos convencidos de que não teremos um segundo mandato superior ao primeiro, salvo se o Partido dos Trabalhadores mudar sua orientação.

Por isto, tão logo sejam publicadas, submeteremos o texto base aprovado neste V Congresso a um minucioso exame crítico. E faremos um esforço para que o V Congresso aprove resoluções mais avançadas.

Este esforço significa dar continuidade ao que defendemos ao longo de todo o processo de eleição direta das direções petistas: que o PT

precisa mudar de estratégia, mudar a tática para 2014 e mudar o funcionamento partidário.

A atual estratégia do PT é baseada na ideia de mudança através de políticas públicas. Defendemos que o PT adote uma estratégia de mudança através de reformas estruturais.

Salvo engano, nenhum petista se opõe às reformas estruturais. Todos parecem defender a reforma tributária, reforma política, lei da mídia democrática, reforma agrária, reforma urbana, 40 horas, universalização das políticas públicas etc.

Assim parece, mas não é exatamente verdade. Alguns setores do PT se opõem a tais reformas, como vimos, por exemplo, toda vez que houve chance real de aprovar a reforma política. Outros setores defendem tais reformas, mas são contra adotar uma estratégia de mudança baseada nelas.

Os que pensam assim parecem acreditar que será possível continuar melhorando a vida do povo, continuar ampliando a democracia, continuar afirmando a soberania nacional, continuar avançando na integração regional, sem fazer reformas estruturais.

Nós, pelo contrário, achamos que a estratégia de melhorar a vida do povo apenas ou principalmente através de políticas públicas entrou numa fase de “rendimentos decrescentes”. A comparação entre o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma é uma das provas disto.

Os problemas da saúde pública, por exemplo, exigem um salto na capacidade de financiamento. O mesmo pode ser dito de outras questões, como o transporte público. Visto de conjunto, a “sustentabilidade” das políticas públicas universais exige reforma tributária e uma mudança radical no serviço da dívida pública.

Mas como viabilizar isto, se o Congresso seguir majoritariamente composto por representantes do grande empresariado? E como ter sucesso na batalha da reforma política, sem derrotar o oligopólio da mídia?

E como viabilizar estas e outras reformas estruturais, se nossas bancadas, governos, aliados políticos e sociais não organizarmos nossa

atuação em função disto? Se não formos para as eleições de 2014 com o propósito de reeleger Dilma em condições dela realizar um segundo mandato superior, marcado pelas reformas estruturais? Se nosso Partido não for capaz de uma atuação militante em favor destes objetivos?

Seja para ganhar as eleições de 2014, seja para continuar mudando o país, seja para construir um caminho para o socialismo, o PT precisa adotar uma estratégia democrática e popular, por reformas estruturais. Esta é a principal tese que defenderemos nas próximas etapas do V Congresso do Partido dos Trabalhadores.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2013/12/que-o-congresso-seja-melhor-que-sua.html>*

## Genial, simplesmente

Lenin morreu no dia 21 de janeiro de 1924.

90 anos depois, é simplesmente genial ler o seguinte:

- numa assembleia, Struve declara que “todos os atuais adversários do partido Kadete não tardarão em se converter eles mesmos em kadetes (...) Os únicos que se mantêm incorrigíveis parecem ser os bolcheviques, razão pela qual estão destinados a... ir parar num museu de história”.

- a este discurso, Lenin responde o seguinte: “agradecemos o elogio. Sim, passaremos ao museu da história que ostentará o nome de ‘história da revolução russa’. Nossas palavras de ordem serão *indissoluvelmente e para sempre* unidas a história da revolução russa de outubro”.

Detalhe: o discurso de Struve é de 27 de dezembro de 1906.

A resposta de Lenin foi escrita em 7 de janeiro de 1907, nas páginas do jornal *Proletari*.

A “revolução de outubro” a qual Lenin se refere é a de outubro de 1905, que hoje sabemos serviu de “ensaio geral” da revolução de outubro de 1917.

No mesmo texto de janeiro de 1907, Lenin escreveu ainda o seguinte: “No pior dos casos, este lugar que ocuparemos no *museu histórico* nos servirá, no transcurso de muitos anos ou décadas de reação, para educar o proletariado no espírito do ódio contra a burguesia traidora, no espírito do desprezo contra a intelectualidade charlatã e contra a moderação medular pequeno-burguesa. Este lugar no *museu histórico* servirá para que prediquemos aos operários, ain-

da que sob as piores condições políticas, para ensiná-los a prepararem-se para a nova revolução, uma revolução que, sendo independente da mediocridade e da covardia burguesas, estará mais próxima da revolução socialista do proletariado”.

O texto de Lenin conclui assim: “Se a revolução, ao contrário do que esperamos, não chegar a triunfar, Struve será durante um longo período um herói da contrarrevolução e nós passaremos a ocupar um “lugar no museu”, porém um lugar de honra: o lugar que corresponde *a luta de outubro do povo*. Porém, se a revolução voltar a ficar de pé, a luta de massas voltará a travar-se com base nas palavras de ordem bolcheviques. Sob hegemonia Kadete, a revolução só pode ser derrotada. Se a revolução há de triunfar, terá que ser sob a hegemonia da socialdemocracia bolchevique”.

Pois é.

Por estas e outras, entre os 90 anos da morte de Lenin e os 100 anos da revolução russa de outubro de 1917, vale a pena ler (ou reler) as Obras Completas do velho.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/01/genial-simplesmente.html>

## Resolução sobre funcionamento

A direção nacional da AE, reunida nos dias 11 e 12 de dezembro, aprovou as seguintes deliberações, relativas ao funcionamento da tendência no ano de 2014.

1. O ano de 2014 será de intensa luta política, não apenas eleitoral. Temos que fazer um esforço para que o PT e as organizações do campo democrático-popular funcionem, e não apenas para fins eleitorais. Da mesma forma, temos que fazer um enorme esforço para manter o funcionamento regular da Articulação de Esquerda. Com a especificidade que temos que manter o funcionamento da tendência, em novas condições, abertas com a renovação de nossa representação no Diretório Nacional do Partido. As orientações a seguir têm como propósito servir de parâmetros gerais para nosso funcionamento ao longo de 2014.

2. O Segundo Congresso da AE será realizado entre os meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2015, sendo agosto a divulgação do documento base, setembro os congressos municipais, outubro os congressos estaduais e novembro o congresso nacional. Naturalmente, em dezembro de 2014 a Dnae pode ajustar estas datas, levando em consideração o calendário do Partido e a dinâmica da luta política no país. De toda forma, nosso objetivo é realizar um Segundo Congresso precedido por um debate profundo, com nossa base social, eleitoral e militante.

3. Só poderão votar e ser votados no Segundo Congresso os militantes da AE que a) tenham entrado na tendência até agosto de 2014 e b) que em agosto de 2015 estejam em dia com suas contribuições para com a tendência.

4. Ao longo do ano de 2014, as prioridades da tendência serão as seguintes:

4.1. Contribuir para as tarefas gerais do Partido, a começar pela reeleição de Dilma;

4.2. Impulsionar o trabalho da secretaria de movimentos populares do PT, assim como as tarefas que tivermos assumido nas direções estaduais, municipais e setoriais do PT, com destaque para a presidência do PT do RS;

4.3. Prosseguir nosso trabalho na direção executiva nacional da CUT, assim como as tarefas que temos nas CUTs estaduais e demais organismos sindicais;

4.4. Prosseguir nosso trabalho na direção nacional da UNE e na direção nacional da Ubes;

4.5. Manter e ampliar nossa presença nos legislativos

4.6. Manter o funcionamento regular da tendência, com destaque para as direções estaduais nos 27 estados, as jornadas de formação, a edição mensal do *Página 13*, o funcionamento da nossa página eletrônica, editora e listas de discussão.

5. O plano de trabalho da secretaria nacional de movimentos populares deve ser debatido com a direção do partido, com os setoriais envolvidos e com o conjunto da militância, levando em consideração o trabalho que foi acumulado pelas gestões anteriores. Nossa opinião sobre este plano de trabalho deve ser debatida em reunião específica, convocada pela Dnae, e alimentada por reuniões similares nos estados e também utilizando os meios eletrônicos de comunicação.

6. Tendo em vista a importância da gestão de Ary Vanazzi a frente do PT-RS, propomos a realização de uma reunião conjunta entre a Dnae e a Deae-RS, para debater os desafios da gestão do PT-RS.0

7. Será organizado um cadastro de todos os militantes da AE que são dirigentes nacionais, estaduais, municipais e setoriais do Partido, para convocação de reuniões regionais (Sul, Sudeste, Nordeste/s, Centro-oeste, Norte/s) dos quadros a frente destas tarefas. A proposta é que estas reuniões aconteçam durante o primeiro semestre de 2014 e sejam momentos de debate, formação política e organização da AE.

8. Realizar, durante o primeiro semestre de 2014, nova conferência sindical nacional da AE, com texto-base e delegados/as eleitos/as em conferências estaduais. Aprovar, nesta conferência, a versão final da cartilha sobre trabalho de base sindical.

9. Realizar, em julho de 2014, nova conferência da juventude da AE, com texto-base e delegados/as eleitos/as em conferências estaduais.

10. Realizar, durante os meses de dezembro e janeiro, um levantamento da situação eleitoral e das candidaturas da AE, para que a direção nacional da tendência possa ter elementos para aprovar uma linha e ajudar nas campanhas. Encarregar o companheiro Adriano Oliveira desta tarefa, o que implicará viajar a vários estados e entrar em contato telefônico com outros.

11. Visitar, durante o primeiro semestre, todos os estados e realizar reuniões com todas as direções estaduais. Naqueles estados em que a AE não tem direção estadual organizada, planejar e executar um roteiro público. Encarregar o companheiro Adriano Oliveira de planejar este roteiro e agendar cada atividade, comparecendo pessoalmente e/ou convocando dirigentes nacionais a participar.

12. Realizar as jornadas de formação em janeiro de 2014 (Espírito Santo), julho de 2014 (local a definir) e janeiro de 2015 (local a definir). Os companheiros Lício e Rodrigo são encarregados. Ao longo do ano de 2014, preparar o material de apoio para os cursos (textos, cartilhas, vídeos etc.). Em 2015, como parte do processo de segundo congresso, retomar o debate geral sobre nosso projeto pedagógico. Foi aprovado que no caso da décima segunda jornada de formação, a direção nacional da AE buscará subsidiar a taxa de inscrição daqueles que foram delegados e delegadas ao recém encerrado congresso da Ubes.

13. Manter a edição mensal do *Página 13* e ampliar a circulação paga. Realizar uma reunião, ao longo da décima segunda jornada, para debater o projeto gráfico-editorial do jornal. Valter será responsável pela edição.

14. Manter o funcionamento da página eletrônica. Realizar uma reunião, ao longo da décima segunda jornada, para debater o projeto gráfico-editorial da página e também para debater nossa atuação nas redes sociais. Emilio será responsável pela edição.

15. Manter o funcionamento da lista eletrônica. Edma é a responsável pela gestão da lista nacional, da lista da Dnae e ajudará na gestão das demais listas nacionais.

16. A direção nacional da AE realizará três reuniões em 2014, uma nos dias 1 e 2 de fevereiro, em Serra (ES); outra simultânea ao congresso/encontro nacional extraordinário do PT que discutirá tática eleitoral (provavelmente em março de 2014) e uma terceira após o segundo turno (em dezembro de 2014).

17. O secretariado realizará reuniões mensais, com a seguinte composição: membros do Diretório Nacional do PT (Bruno, Rosana, Jandyra, Adriano), dirigentes da juventude (Jonatas, Manjabosco, Ubes), dirigentes CUT ((Jandyra, Solaney), formação (Licio e Rodrigo), comissão de finanças (Emilio, Damarci, Edma, Rubens, Valter), núcleo parlamentar (Adriana, Iriny, Marcon, Ana Rita), FPA (Iole). Com 10 presentes será considerado quórum.

18. A responsabilidade por convocar o secretariado e a Dnae, responder as questões genéricas postas na lista, acionar os dirigentes para responder demandas específicas, interagir com as demais tendências, é dos que estiveram *full time* no DN do PT (a princípio, Bruno, Rosana e Adriano). Para questões emergenciais, a reunião destes três será considerada com poder decisório.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/01/resolucao-sobre-funcionamento.html>

## Em memória de um comunista

Pedro Pomar foi assassinado no dia 16 de dezembro de 1976, quando agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) atacaram a casa onde ele estava, em São Paulo, no bairro da Lapa, ao término de uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Ao seu lado tombou Ângelo Arroyo, igualmente fuzilado. Pouco antes, no DOI-CODI, na Rua Tutóia, já havia morrido João Batista Franco Drummond, que estava sendo torturado. Foram capturados e aprisionados Haroldo Lima, Aldo Arantes, Joaquim Celso de Lima, Elza Monnerat e Wladimir Pomar. Escaparam da prisão José Gomes Novaes e Jover Telles.

Foi através de Jover que a repressão localizou a casa, prendeu e assassinou grande parte do Comitê Central. Havia suspeitas de que Jover estava em contato com a repressão. Mesmo assim ele foi avisado da reunião, para irritação de Pedro Pomar, que soube do fato consumado.

Por que Jover foi avisado da reunião? Ao que tudo indica, porque ele reforçaria as posições de um setor do Comitê Central, contra outro, naquele momento liderado por Pedro Pomar. A presença de Jover na reunião, entretanto, não impediu que a maioria do Comitê Central (CC) do PCdoB adotasse, acerca da Guerrilha do Araguaia, a posição autocrítica proposta por Pomar. Quem “virou o jogo” na luta interna não foi Jover, mas a repressão.

A queda da Lapa transformou a minoria em maioria. O setor do CC liderado por João Amazonas recuperou o controle da direção par-

tidária. Fez isto de diversas formas: desqualificando as posições adotadas por Pedro Pomar, que vieram à luz anos depois, por meio do jornal *Movimento*; atacando os integrantes da reunião, sob acusações infamantes; e, posteriormente, expulsando os integrantes do CC que mantinham as posições defendidas por Pomar.

Anos se passaram até que se constatou que Jover estava vivo e que havia sido o responsável. Mas a principal testemunha do ocorrido – Sergio Miranda – morreu sem que tenha revelado toda a verdade sobre o episódio.

A queda da Lapa ocorrera num momento de transição. Por motivos que Carlos Eduardo Carvalho já detalhou ao prefaciá-lo livro *Massacre da Lapa*, era muito comum (hoje menos) lermos ou ouvirmos que os últimos mortos pela Ditadura Militar haviam sido Manoel Fiel Filho e Herzog. Em seguida vinha Santo Dias. A chacina da Lapa ficava num estranho limbo.

Esforços foram feitos para resgatar a memória dos que tombaram ali. A verdade sobre a morte de João Batista Franco Drummond, a localização dos despojos de Arroyo e de Pomar, o traslado e enterro de seus restos mortais são parte destes esforços, assim como os livros publicados a respeito, alguns dos quais citamos a seguir.

Já nos anos 1980, tivemos *Pedro Pomar*, editado pela Brasil Debates. Depois veio *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB-São Paulo, 1976* (1ª ed. Busca Vida, 1987; 2ª ed. Scritta, 1996; 3ª ed. Fundação Perseu Abramo, 2006), livro dedicado às circunstâncias da queda, escrito por Pedro Estevam da Rocha Pomar, neto de Pedro.

Em 2003 foi publicada a biografia *Pedro Pomar; uma vida em vermelho* (editora Xamã). Uma segunda edição, em formato eletrônico, será lançada até setembro de 2013 pela editora da Fundação Perseu Abramo. Escrito por Wladimir Pomar, *Uma vida em vermelho* foi possível graças aos recursos provenientes da indenização paga pelo Estado. Vale informar que parte desta indenização foi reivindicada judicialmente, como se fora uma “herança”, por outros filhos de Pedro.

Neste ano de 2013, ao completar 100 anos do nascimento e 37 de seu assassinato, é publicada mais uma biografia de Pedro Pomar, agora sob patrocínio oficial do PCdoB.

O PCdoB tem o direito e o dever de honrar a memória de Pedro Pomar. Naturalmente, o faz de seu jeito, com as ênfases e as omissões indispensáveis e inevitáveis, assim como os anacronismos, às vezes impensados, de atribuir a Pedro “se vivo fosse” esta ou aquela posição.

Não fazemos ideia do que Pedro Pomar pensaria do tempo em que estamos vivendo. Pessoas de sua geração e de características similares seguiram caminhos tão diferentes, que se pode especular à vontade. O que podemos dizer com alguma segurança é o que ele fez, o que ele escreveu, o que ele ajudou a construir enquanto esteve vivo.

Por fim, gostaria de salientar três aspectos.

O primeiro tem relação com a família. Talvez por conta do papel dos familiares na luta contra a Ditadura Militar e pela Anistia, talvez pela força que a noção de família tem no inconsciente coletivo, talvez por conhecerem alguns e desconhecerem outros, ou talvez por causa de algumas “famílias” atuantes hoje em dia, é comum encontrar militantes que imaginam que exista uma “família Pomar”, politicamente falando.

O pai de Pedro era um pintor peruano, que mais tarde seria conhecido como ativo militante do APRA, partido liderado por Haya de la Torre. De passagem por Óbidos (Pará), casou-se com a filha de um militar local, e com ela teve três filhos, dos quais Pedro foi o mais velho. Seu irmão Eduardo (Edward Mary) morreu ainda criança. O outro irmão, Roman, morreu adulto, mas sem filhos.

Os pais de Pedro separaram-se cedo. A mãe não voltou a casar, o pai casou outra vez, mas que saibamos não teve outros filhos, exceto um adotivo.

Um detalhe curioso: o pai de Pedro chamava-se Felipe Cossio del Pomar. Pomar era o sobrenome materno. Mas como o registro de Pedro fora feito por seu avô materno, de origem portuguesa, num cartório brasileiro, tomou-se o nome da mãe pelo nome do pai. E assim surgiu Pedro Pomar, onde normalmente teríamos Pedro Cossio.

Pedro teve relações esparsas com seu pai, sabe-se que voltaram a ver-se pessoalmente em 1948, no México, quando Pomar lá esteve para participar do Congresso Mundial pela Paz.

Pedro casou-se com Catharina e tiveram quatro filhos: Wladimir, Eduardo, Joran e Carlos.

Wladimir tornou-se militante comunista ainda no velho PCB, participou da cisão que deu origem ao PCdoB, fez parte do seu CC e, posteriormente, integrou a direção nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), partido em que segue militando. Viveu na clandestinidade, foi preso por duas vezes (em 1964 e em 1976) e torturado, como de praxe. Casado desde 1956 com Rachel, Wladimir teve três filhos, tendo onze netos e dois bisnetos.

Eduardo militou na juventude comunista, foi à então Tchecoslováquia completar sua formação técnica, casou-se com uma jovem natural daquele país e voltou ao Brasil. Quando ocorreu o golpe de 1964, sua esposa grávida embarcou para a Tchecoslováquia. Anos depois, ela contaria que Eduardo prometera juntar-se a ela. Como isso não aconteceu, ela viveu durante anos convencida de que ele havia morrido. Mas isto não ocorrera: ele manteve seu nome verdadeiro durante toda a Ditadura Militar, chegando a alto executivo de uma importante empresa. Casou-se novamente, é pai de dois filhos e avô. Desde 1964, nunca mais teve militância política. Apenas nos anos 1980, por iniciativa de um amigo comum, manteve contato com sua filha checa.

Joran e Carlos continuaram vivendo com Pedro e Catharina depois do golpe. Ambos assumiram outras identidades, casaram-se e tiveram filhos (e netos, no caso de Joran). Carlos, o mais novo, tornou-se um pequeno empresário. Morou vários anos em Maceió (AL) e depois radicou-se no Triângulo Mineiro, onde faleceu tragicamente num acidente de avião em dezembro de 2012, aos 62 anos. Já Joran, ou melhor Jonas, desenvolveu ativa militância política, primeiro no PMDB e posteriormente no PSDB, partido pelo qual chegou a ser candidato a deputado. Há muitos anos chegou à condição de alto funcionário de governos tucanos em São Paulo.

Como se pode ver, não existe uma “família Pomar”, politicamente falando. Wladimir foi o único que manteve militância ativa na esquerda, o mesmo valendo para seus filhos e para alguns de seus netos. Confirmando que as brincadeiras sobre “política no sangue”, “genética” e “herança” são, ao menos em parte, influência inconsciente da cultura política oligárquica, que mistura o público e o privado.

O segundo aspecto a ressaltar tem relação com a contribuição política e teórica de Pedro. O papel de Pedro Pomar no movimento comunista brasileiro parece ter sido maior do que lhe é atribuído pela historiografia. Certamente pesa nisto o fato dele ter sido um intelectual de poucos livros e ter se dedicado principalmente a tarefas organizativas. Mas é possível que o principal motivo seja outro: ele era demasiado disciplinado, mais do que o aceitável para receber o mesmo destaque que a historiografia posterior concedeu, algumas vezes anacronicamente, a tantos “comunistas críticos”; e, ao mesmo tempo, Pedro era intelectual e politicamente diferenciado, mais do que o aceitável para manter suas posições no aparato partidário comunista de então.

O terceiro e último aspecto é que Pedro foi comunista. Claro que lutou pela igualdade, pela liberdade, pela democracia, pela justiça social, pela paz e tantas outras coisas. Mas durante a maior parte da sua vida, lutou por isto *porque* era comunista.

É impressionante como tantas mortes e tantas lutas depois, haja quem sinta necessidade de “pedir licença” para afirmar coisa tão óbvia. Como se fosse necessário todo o demais para “desculpar”, para “compensar” seu comunismo.

O fenômeno é conhecido e atinge pessoas com muito mais importância: Hobsbawn era um ótimo historiador, apesar de comunista... Saramago era um ótimo escritor, apesar... Niemeyer era um ótimo arquiteto, apesar... Num plano muito mais modesto, vale a mesma coisa para o revolucionário profissional Pedro Pomar, um comunista.

Para concluir, transcrevo a íntegra do pronunciamento feito por Wladimir Pomar no ato de traslado (São Paulo-Belém) dos restos mor-

tais de Pedro Pomar. O ato foi realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em São Paulo, no dia 11 de abril de 1980.

## **“Pronunciamento de Wladimir Pomar**

*1) Todos sabem que meu pai era um homem de partido. 40 anos de sua vida dedicou ao PCdoB por estar convencido que assim servia à classe operária e ao povo. E é na mesma condição que desejo salientar esse aspecto fundamental da vida de meu pai, que desejo ressaltar o homem de partido.*

*2) Há quem pense que ser homem de partido é agarrar-se a dogmas, é considerar o partido como algo perfeito e acabado, imune a erros. Há quem pense que uma crítica a um homem de partido é uma crítica ao partido. E há quem considere uma crítica ao partido como um ataque. Pomar não era esse tipo de homem de partido. Era um intransigente defensor do partido como uma necessidade histórica, como um instrumento que a classe operária necessita para dirigi-la no processo revolucionário. Mas entendia que o partido era composto de homens, um organismo vivo composto por pessoas vivas. Portanto, um organismo com defeitos que só podem ser superados por meio da luta contra os próprios defeitos, por meio da crítica. Por isso estava sempre pronto a reconhecer os erros. Não via nisso nenhum desmerecimento. Ao contrário. Considerava que seu partido só poderia ser encarado seriamente se tivesse a coragem de reconhecer e superar os próprios erros. Por isso, encarava o verdadeiro homem de partido, modesto, sem vaidade, que compreendia a autocritica como um princípio indispensável para que seu partido cumprisse o que se propunha.*

*3) Há quem pense que meu pai sempre esteve no topo do partido. Não é verdade. Meu pai ousou divergir numa época em que divergir era considerado o pior dos crimes. E divergiu contra o pêndulo, contra a política sem critério de classe, que ora fazia o partido ir a*

*reboque da burguesia, ora cair no radicalismo pseudo-esquerdista. Nessa luta meu pai jamais esmoreceu, até seu último alento, apesar de em largos períodos ter sido quase relegado ao ostracismo. Jamais abandonou seu posto de luta pela transformação de seu partido num verdadeiro partido de vanguarda do proletariado, para que prevalecesse uma política verdadeiramente de classe, proletária.*

*4) Há quem diga que Pomar foi um batalhador pela unidade do partido. É verdade. Ele considerava essa unidade a base para alcançar a unidade das forças revolucionárias. A unidade pela qual ele sempre pugnou era uma unidade em torno de princípios ideológicos e políticos de classe, em torno dos interesses fundamentais da classe à qual ele aderiu, a classe operária. Por isso sempre se colocou contra os que, falando em unidade, aplicavam uma política sectária e sem princípios. Essa unidade não era a unidade de princípios de seu partido.*

*5) Há quem diga que Pomar foi um intransigente lutador contra o liquidacionismo. É verdade. Sua vida foi uma luta constante contra a liquidação do espírito de partido. Por isso sua luta não se restringiu a ir contra os liquidacionistas declarados, contra aqueles que diziam abertamente não haver necessidade de partido, que o partido atrapalhava. Não, sua luta foi muito além. Ele estava convencido da existência de um liquidacionismo muito mais perigoso, muito mais destrutivo. Um liquidacionismo prático que se realiza através de políticas incorretas, sejam reformistas e revisionistas, sejam aventureiras e blanquistas. Políticas que isolam o partido das massas e que acabam permitindo a liquidação de grande número de revolucionários, que acabam permitindo que o inimigo de classe destrua praticamente toda uma geração de antigos combatentes revolucionários. Esse liquidacionismo prático destruiu fisicamente meu pai, mas não conseguiu destruir suas concepções sobre a construção de um partido proletário verdadeiramente revolucionário. E estou certo que um dia tais concepções acabarão prevalecendo.*

*6) Há quem tenha dito que Pomar era um pacifista burguês. É uma calúnia. Era tão intransigente com o pacifismo burguês dos*

*reformistas e revisionistas, quanto com o aventureirismo blanquista dos voluntaristas. Jamais apoiava um lado para combater o outro. Tinha uma posição de classe definida. Revolução e luta armada são obras das massas em luta, e não obra de grupos, por mais generosas que sejam as intenções. E por considerar a generosidade revolucionária dos que tomaram na luta contra o regime é que meu pai podia, ao mesmo tempo, criticar o voluntarismo e exaltar o heroísmo, a dedicação e o desprendimento dos que pagaram seu tributo de sangue para que a classe operária e o povo brasileiro aprendam o caminho correto de sua libertação.*

*Em nenhum momento Pomar vacilou ante a necessidade que a classe operária tem de utilizar a violência revolucionária para emancipar-se. Jamais deixaremos que essa calúnia seja difundida impunemente.*

*7) Há, finalmente, quem diga que Pomar deixou uma herança. É verdade. Ele nos deixou o exemplo de sua vida, um legado de modéstia, de retidão de caráter, de dedicação à classe operária, ao povo e a seu partido, de amor entranhado à verdade, de aversão à vaidade e de constante alerta e combate aos próprios erros. Há quem queira ser dono desse legado. Essa pretensão é uma afronta a meu pai, que sempre se bateu contra o exclusivismo e o espírito de seita. A herança de Pomar, uma herança digna dos melhores revolucionários, não é patrimônio da família ou de qualquer grupo. Ela pertence a todo o seu partido, pertence a todos os revolucionários, à classe operária e ao povo explorado e oprimido. Eu a entrego a vós”.*

*\*Contribuíram Wladimir Pomar, Rachel da Rocha Pomar e Pedro Estevam da Rocha Pomar, sem que isto os torne responsáveis pela versão final.*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/02/texto-publicado-na-revista-mouro-numero.html>

## 2014 e o que virá depois

*A direção nacional da Articulação de Esquerda (tendência do Partido dos Trabalhadores) realizou, nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2014, um debate sobre a conjuntura. Este texto é uma síntese do que foi debatido. Seu objetivo é subsidiar nossa intervenção no Encontro Extraordinário sobre tática eleitoral que o PT fará no mês de abril de 2014, no Encontro Estatutário que a CUT fará em julho deste ano, bem como nos debates que travamos em diferentes espaços e instâncias dos movimentos sociais e do Partido.*

1. As eleições presidenciais de 2014 constituem o **centro da tática**. Isto significa que a batalha em torno de quem ocupará a presidência da República no período 2015-2018 está no centro das preocupações e movimentações de todas as classes sociais e frações de classe, de todos os movimentos sociais e populares, de todos os meios de comunicação, governantes, parlamentares e partidos políticos. Como vem ocorrendo desde 1989, as eleições presidenciais cristalizam o *estado da arte* da luta de classes no Brasil.

2. O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo **vencer as eleições presidenciais de 2014**. Ou seja: eleger a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial.

3. O Partido dos Trabalhadores tem dois motivos fundamentais para reeleger Dilma. O primeiro deles é que fazemos um balanço “globalmente positivo” de seu mandato. O segundo deles é para evitar o retrocesso que seria causado por uma eventual vitória das candidaturas oposicionistas.

4. O Partido dos Trabalhadores não quer apenas vencer as eleições presidenciais de 2014. Queremos vencer *criando as condições para um segundo mandato superior ao atual*. Esta posição, defendida desde há muito pela Articulação de Esquerda, hoje integra as resoluções oficiais do PT (ainda que a prática predominante na direção nacional não corresponda a isto).

5. Por que queremos um segundo mandato superior ao atual? Em primeiro lugar, porque ou bem avançamos em relação ao ponto onde estamos, ou bem retrocederemos. Não avançar é retroceder. Dito de outra forma: para manter os níveis de bem-estar social, democracia e soberania conquistados até agora, será necessário que o segundo mandato Dilma tome medidas mais radicais do que aquelas adotadas no primeiro mandato.

6. Em segundo lugar, queremos um segundo mandato superior ao atual, porque o Partido dos Trabalhadores não foi criado para administrar o *status quo*. Nosso partido foi criado para lutar por mudanças profundas na sociedade brasileira, mudanças que agrupamos sob o nome de reformas estruturais democrático-populares, reformas que fazem parte de nossa luta por um Brasil socialista.

7. Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também elegemos Dilma em 2010. Analogamente, se queremos continuar governando o país a partir de 1 de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

8. O povo deseja que Dilma faça um segundo mandato superior ao primeiro. As pesquisas indicam que Dilma é a preferida da maioria do eleitorado. Entretanto, várias pesquisas também indicam que o povo quer mudança. Ou seja: a maioria do eleitorado e do povo brasileiro deseja que o segundo mandato Dilma “continue mudando” o Brasil. Diremos mais adiante o que “continuar mudando” significa programaticamente, em nossa opinião.

9. A oposição, o grande capital e o imperialismo tentam pegar carona no desejo de mudanças manifesto por amplos setores da popu-

lação. Evidentemente, a mudança que eles desejam se traduz na derrota de Dilma e do PT, bem como na adoção de outro programa de governo. A mudança que a oposição, o grande capital e o imperialismo desejam é mudança para pior. Já as mudanças desejadas pelo povo se traduzem em *mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia*.

10. A contradição entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pelas elites é uma contradição antagônica. Por isto, a oposição não pode assumir abertamente seu programa: seria a derrota antecipada. Por isto, a oposição aposta na deterioração e na crise. Por isto, a oposição precisa manipular a população.

11. Para difundir suas mentiras, para tentar criar um clima de desgoverno e caos, para buscar conquistar o apoio popular, as elites contam com o oligopólio da comunicação. Os meios de comunicação disputam a natureza da mudança desejada pela população. Ironicamente, um setor do Partido dos Trabalhadores continua tratando o oligopólio da comunicação com luvas de pelica, sem entender que está principalmente nas mãos do governo mudar as regras do setor, desconcentrar as verbas publicitárias, estimular a mídia democrática e independente e, principalmente, construir uma forte rede pública de rádio e televisão.

12. Até agora falamos das ações da oposição de direita, o grande capital e o imperialismo. Mas é importante lembrar que a “esquerda da esquerda” (PSOL, PSTU, PCO, PCB, outros setores) tenta surfar na onda da oposição de direita. Aqueles partidos e grupos falam de mudança mais radical, o que é um desejo legítimo, uma intenção valorosa. O problema é que, nas condições atuais da luta política do Brasil, as críticas e as ações da “esquerda da esquerda”, daqueles que fazem oposição “pela esquerda” ao governo Dilma e ao PT, não estão acumulando principalmente em favor de posições de esquerda ou mesmo ultrasquerda: ao contrário, estão acumulando principalmente em favor da oposição de direita. É por isto que, mesmo contra sua vontade, a “esquerda da esquerda” funciona, no mais das vezes, como

linha auxiliar da oposição de direita. Não precisaria ser necessariamente assim, mas tem sido assim, inclusive porque os partidos e grupos citados acima adotam no mais das vezes um imenso sectarismo na ação e um absoluto esquematismo na análise.

13. Regressemos aos nossos inimigos: a oposição de direita, o grande capital e o imperialismo querem? O ideal para eles seria recuperar plenamente o governo federal, através da vitória de um de seus candidatos. Caso isto não seja possível, eles continuarão trabalhando para impor, tanto ao atual quanto ao segundo mandato Dilma, as políticas preferidas pela oposição de direita. Vale dizer que estas “duas táticas” da direita vem sendo aplicadas pelo menos desde o dia 1 de janeiro de 2003.

14. Para tentar recuperar o controle pleno do governo federal, a oposição de direita conta com duas candidaturas presidenciais: a candidatura Aécio Neves e a candidatura Eduardo Campos.

15. Aqui cabe esclarecer: nos referimos à “oposição de direita”, por dois motivos. O primeiro motivo é que há setores de direita que apoiam o governo (e que, pelo menos de direito, não são oposição). O segundo motivo é que, em nossa opinião, ser de “direita” ou de “esquerda” na conjuntura atual está vinculado à natureza do projeto de desenvolvimento defendido por cada candidatura, partido e movimento. Os que defendem um projeto de desenvolvimento submisso aos Estados Unidos e de natureza neoliberal ou social-liberal são, em nossa opinião, forças de direita e centro-direita. Os que defendem um projeto desenvolvimentista conservador estão, falando em tese, ao “centro” (em tese, porque de fato o centro se inclina e se divide em favor da direita e/ou da esquerda). Já os que defendem um projeto de desenvolvimento autônomo, de natureza social-desenvolvimentista ou democrático-popular são forças de centro-esquerda ou esquerda.

16. A candidatura Aécio Neves é a candidatura do PSDB, partido do grande capital financeiro e transnacional, partido do neoliberalismo, que algum dia se apresentou como a “direita de punhos de renda”, mas que hoje tem cada vez mais punhos e cada vez menos renda.

Aécio Neves só tem chances de vencer a eleição presidencial, se conseguir no segundo turno conquistar o apoio daqueles setores do eleitorado que oscilam entre o PT e o PSDB.

17. A candidatura da dupla Eduardo Campos/Marina é lançada pelo consórcio PSB/Rede. O fato de terem feito parte do governo – Marina até o segundo governo Lula, o grupo de Campos até meados do governo Dilma – tem gerado alguma confusão na hora de interpretar a natureza político-programática e o caráter de classe desta candidatura bicéfala.

18. O fato, entretanto, é que Campos/Marina só têm chances de ir ao segundo turno da eleição presidencial, se conquistarem o apoio de quem não se identifica nem com PT, nem com PSDB. Mas só têm chances de vencer o segundo turno, se contarem com o apoio do eleitorado do PSDB. Por isto o núcleo duro de seu programa é anti-PT, “antichavista” como disse Marina num momento de sinceridade comovente.

19. Campos/Marina expressam os interesses de setores da grande burguesia, da média burguesia e dos chamados setores médios. Que setores são esses? São os que apoiaram Collor contra Lula em 1989; apoiaram FHC contra Lula em 1994; começaram a ganhar distância de FHC em 1998; não apoiaram de corpo e alma Serra em 2002; durante o governo Lula mantiveram uma postura de apoio mais ou menos crítico, ganhando distância pouco a pouco; e agora estão à busca de uma “terceira via” entre o neoliberalismo duro do tucanato e o programa democrático-popular que eles acham (e reclamam) que o governo petista estaria implementando.

20. Claro que há setores do povo, dos trabalhadores, que votarão tanto em Aécio quanto em Campos/Marina. Mas a natureza de sua candidatura não é dada pelo voto popular, mas sim pelos interesses de classe que ambos representam. E, somadas, *as candidaturas Aécio + Eduardo/Marina expressam o interesse de conjunto do grande capital*. Claro que haverá empresários apoiando e votando em Dilma. Mas *enquanto classe, a burguesia estará financiando, apoiando, votando e torcendo pela oposição*. Por isto é que erram e

erram muito aqueles que, baseados em eventuais semelhanças programáticas, esquecem de apontar as divergências de classe existentes entre as coligações que apoiam Dilma, por um lado, e Aécio/Campos/Marina de outro.

21. O que dissemos até agora não impedirá que, no primeiro turno, as candidaturas Neves e Campos disputem entre si. Pelo contrário, não é impossível que em alguns momentos esta disputa ganhe certa temperatura. Entretanto, a dinâmica política impõe uma aproximação programática entre as duas candidaturas, já no primeiro turno, e uma aproximação eleitoral, no segundo turno. Aliás, nas eleições de Minas e Pernambuco, por exemplo, está evidente que há uma tática combinada entre PSB e PSDB.

22. É prematuro dizer qual destas candidaturas (Aécio ou Campos/Marina) irá ao segundo turno contra Dilma. A rigor, é prematuro até mesmo falar que haverá segundo turno. Mas, tendo em vista o histórico político do país e a análise que fazemos das tendências futuras da correlação de forças, nossa impressão é que haverá segundo turno; que neste momento Aécio tem mais chances de estar no segundo turno; mas que a fórmula Campos/Marina, se for ao segundo turno, é mais competitiva; e que num segundo turno, todos estarão unidos contra nós (como disse o ex-presidente FHC, não importa com quem, importa derrotar o PT). Por isto, não se deve ter nenhuma complacência com inimigos, apenas porque algum dia foram aliados.

23. Aliás, é preciso que setores do PT reflitam sobre o seguinte: estes partidos e personalidades que foram aliados do PT e que hoje são nossos inimigos, qual o conteúdo real da ação deles quando estavam conosco? Que projeto político e social era implementado, em Pernambuco, em Belo Horizonte e em outros lugares em que o PSB governava com a participação do PT? Era um projeto democrático-popular ou era um projeto social-liberal? Em nossa opinião, há setores do PT que hoje tem dificuldade de enfrentar com qualidade e conteúdo as candidaturas da oposição, porque conciliaram e até defenderam posições social-liberais muito próximas as do PSDB e do PSB

(como vimos em Belo Horizonte e Minas Gerais e também no Acre, por seguidas vezes).

24. Mesmo que perca as eleições, mesmo que Dilma vença as eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita não vai deixar de existir. Pelo contrário, vai continuar com suas duas táticas: por um lado preparando-se para as eleições presidenciais de 2018, por outro lado trabalhando para impor a política deles ao segundo governo Dilma.

25. As chances disto ocorrer, a influência maior ou menor da oposição sobre nosso segundo mandato, depende de vários fatores. Depende, é claro, do tamanho da vitória eleitoral de Dilma em 2014. Depende, ainda, da natureza da vitória: será uma vitória como a de Lula em 2006, na ofensiva? Ou será uma vitória como a de Dilma em 2010, na defensiva? A influência da oposição de direita dependerá, ainda, da composição do futuro Congresso Nacional e de quem será eleito para governar os estados brasileiros.

26. Por estes motivos, para nós que defendemos não apenas a reeleição de Dilma, mas uma reeleição em condições dela comandar um segundo mandato superior ao atual, é essencial debater a linha de campanha, a política de alianças, a ampliação de nossa presença no Congresso e a tática nos estados.

27. A linha de campanha não pode repetir nem o primeiro turno de 2006, nem o primeiro turno de 2010. Naquelas ocasiões, prevaleceu na coordenação de campanha e na direção do Partido a tese absurda de que o mais provável seria nossa vitória no primeiro turno. Convenhamos: ninguém pode desconsiderar as possibilidades de uma vitória em primeiro turno e ninguém deve torcer para que a disputa vá ao segundo turno. Mas a análise dos fatos, desde 1989, aponta para que o mais provável seja a eleição de 2014 ser decidida no segundo turno, numa disputa violenta, feroz, sem quartel.

28. Tampouco pode prevalecer a postura de “salto alto” e “chapa branca”. Embora inúmeros indicadores nos sejam favoráveis, o que ganha uma disputa eleitoral é a política. E política inclui a percepção da realidade. E tanto uma (a percepção) quanto outra (a realidade)

são objeto de disputa cotidiana. A oposição de direita está apostando no caos, na confusão, na crise, no exacerbar dos problemas. E aposta tanto na criação desta realidade, quanto na maximização dela através dos meios de comunicação. Esta campanha da direita não será derrotada de maneira burocrática, com a apresentação de relatórios administrativos. Exigirá uma disputa política cotidiana, articulando partidos, movimentos, bancadas e governos; e exigirá que tenhamos a maturidade de entender que a maioria do povo brasileiro tem consciência política, sabe que há problemas reais no país, sabe que nosso governo não é perfeito e ainda assim poderá repetir seu voto em nós, se conseguirmos convencê-lo não apenas do que fizemos, mas principalmente acerca do que faremos, das mudanças que nós mesmos seremos capazes de fazer, inclusive corrigindo nossos erros.

29. Por isto defendemos uma a) uma campanha politizada, que polarize programaticamente com as duas fórmulas opositoras: Aécio & Eduardo/Marina; b) uma campanha que combine a ação estritamente eleitoral, com a mobilização em favor do plebiscito, da lei da mídia democrática, da plataforma da classe trabalhadora, das plataformas do MST, Une e Ubes.

30. Também por isto consideramos que nosso programa de governo 2015-2018 deve ser muito incisivo, propondo medidas radicais nas áreas de reforma urbana, reforma agrária, segurança pública, educação e saúde, redução dos juros, jornada de 40 horas e outras demandas da classe trabalhadora, inclusive o fim do fator previdenciário.

31. Esta postura programática deve se traduzir na política de alianças. Recusamos a ideia tosca segundo a qual a soma de legendas e o tempo de televisão resultante constituem, *de per si*, um fator mais decisivo do que o perfil político da candidatura, a linha de campanha e o programa de governo. Somos de opinião que a política de alianças deve ser compatível com o programa que defendemos para o segundo mandato. E, dada a natureza do programa que propomos, deixamos claro o seguinte: se a adoção deste programa inviabilizar a aliança do PMDB conosco, devemos ficar com nosso programa. Em hipótese

alguma deve repetir-se o ocorrido em 2010, quando a defesa das 40 horas (entre outras bandeiras) foi riscada do programa por imposição de “aliados”. E para aqueles que dizem que este e outros temas são de natureza congressual, respondemos: não tergiversem. Todo mundo sabe que a aprovação ou não de determinados temas no Congresso depende do empenho maior ou menor do governo.

32. Em decorrência de tudo que foi dito até agora, defendemos que nas eleições para governador de estado, o PT tenha uma tática e uma política de alianças compatível com a que foi até aqui exposta. É o caso, por exemplo, do Maranhão, onde passa da hora de libertar o PT da subalternidade, da condição de linha auxiliar de uma oligarquia fisicamente decrépita, mas politicamente ativa e socialmente desastrosa. É o caso, também, de Pernambuco, onde seria um suicídio chamar voto num grande empresário para governador, favorecendo a tentativa que Eduardo Campos fará de apresentar-se como o verdadeiro defensor dos interesses populares. Raciocínio semelhante pode ser feito quanto ao Pará e ao Ceará, onde o PT precisa apresentar candidaturas ao governo estadual. Ainda sobre Maranhão e Pernambuco, é preciso que nosso Partido reflita: como chegamos a este ponto? Valeu a pena a intervenção no Maranhão? Até quando vai prevalecer a tolerância de certas tendências internas para com seus quadros, visivelmente cooptados pelo esquema de Eduardo Campos?

33. Finalmente e em decorrência de tudo que dissemos até agora, defendemos uma tática de ampliação de nossas bancadas, especialmente no Senado e na Câmara dos Deputados. Isso passa não apenas pela política de alianças adequada, mas por uma postura distinta da direção partidária frente a campanha proporcional. ***O Partido precisa agir como se o voto fosse em lista, fazer campanhas de voto na legenda, centralizar o uso dos recursos financeiros de campanha nesse sentido, inclusive trabalhando com candidaturas prioritárias onde isto for politicamente consensual no Partido.*** Agregamos, também, a necessidade do Partido vetar candidaturas quinta-coluna, como a de certo deputado federal paulista que sabotou a reforma política.

34. Dissemos antes e repetimos aqui: para nós que defendemos não apenas a reeleição de Dilma, mas uma reeleição em condições dela comandar um segundo mandato superior ao atual, é essencial debater a linha de campanha, a política de alianças, a ampliação de nossa presença no Congresso e a tática nos estados. Mas agregamos: é essencial que a ação do governo Dilma esteja sintonizada com esta tática, desde agora.

35. Na luta política contra nós, a oposição de direita usa e abusa das insuficiências e contradições do governo e do próprio Partido. Citamos a manipulação do sentimento popular contra a política conservadora, que o oligopólio da mídia direciona, hipocritamente, contra o PT, usando principalmente o caso da AP 470. Citamos a manipulação de legítimas aspirações, críticas e mobilizações populares, incluindo na manipulação a infiltração de provocadores e a repressão seletiva. Citamos, ainda, a atitude tibia do governo frente ao oligopólio da comunicação e a judicialização da política, assim como a atitude tibia de setores do Partido frente a mercantilização das eleições (como não lembrar do famoso deputado petista, que sabotou a reforma política, onde entrou em boa medida graças ao generoso apoio financeiro que recebeu de grandes empresários?).

36. O que a oposição de direita faz, evidentemente, constitui seu papel histórico: nos atacar, nos desgastar, tentar nos derrotar. Aqueles que “reclamam” da atitude da oposição comportam-se de maneira simplesmente ridícula. A atitude da oposição deve ser denunciada, não “corrigida”. Não somos professores da oposição, somos seus inimigos.

37. O problema é que a linha política predominante na maioria do PT e também predominante no governo contém graves falhas e erros, que não ajudam no enfrentamento adequado da oposição de direita, da sabotagem do grande Capital, da virulência cotidiana do oligopólio da mídia, da influência deletéria do imperialismo.

38. Entre as falhas e erros do governo, destacamos aqueles que precisam de correção imediata:

a) a política de concessões sem contrapartidas ao grande capital (especialmente a política de ampliação da taxa de juros, mas também a política de subsídios e isenções sem contrapartida etc.);

b) a política de contenção dos investimentos no setor social (a exemplo do veto aos 10% da saúde e da educação, a recusa em libertar os estados asfixiados pela herança fiscal maldita deixada por FHC etc.);

c) a postura incorreta no trato do tema da segurança pública (vide a postura do ministro da Justiça nas manifestações de 2013, a proposta divulgada originalmente pela Defesa tratando os movimentos sociais como inimigos, a defesa da lei antiterrorista por parte de próceres petistas);

d) a ausência de uma política adequada para o explosivo tema urbano, aí incluído o transporte público, erro agravado pelos efeitos colaterais da Copa;

e) o desacertado discurso em favor de um “país de classe média”;

f) as em geral desastrosas indicações de ministros para o Supremo Tribunal Federal;

39. Entre as falhas e erros do Partido, destacamos como aqueles que necessitam de correção imediata:

a) aceitar terceirizar, seja para o governo, seja para o Instituto Lula, aquilo que é papel do Partido, a saber, o papel de direção política global;

b) a incompreensão acerca do papel do grande capital na disputa política. O grande capital mudou de postura frente ao governo Dilma, não pelos “defeitos” da presidenta (como diz certa imprensa, muitos analistas e mesmo vários petistas), mas fundamentalmente porque, mesmo parciais e incompletas, certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro;

c) a insistência na política de alianças com setores da direita, insistência que decorre exatamente da incompreensão citada no item anterior;

d) a incompreensão que amplos setores revelam, acerca do papel positivo e indispensável dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos, quando estes querem colocar-se à serviço da transformação.

40. Cabe dizer que a postura incorreta, conservadora, que predomina nos governos e, em menor medida, nas direções partidárias, já é criticada pela direção majoritária dos movimentos sociais. Não apenas as entidades e movimentos vinculados a partidos de esquerda que fazem oposição a nós, ou dirigidos por militantes ligados a chamada esquerda petista, mas também movimentos e entidades dirigidas pelos setores majoritários do PT percebem que é preciso ampliar a organização e luta popular, politizar as reivindicações, colocar a classe trabalhadora, especialmente jovens e mulheres, na vanguarda das mobilizações. Sem o que, eleitoral ou não, mais cedo ou mais tarde, a derrota virá.

41. Falamos antes que a direita busca, desde 1 de janeiro de 2003, influenciar “por dentro” nosso governo, ao mesmo tempo que busca pressioná-lo e derrotá-lo “por fora”. É preciso deixar claro que, hoje, o principal instrumento da direita nesta operação quinta-coluna chama-se PMDB. É através deste partido, de sua influência no governo e no Congresso, que se faz pressão sobre o governo, no sentido de obter determinadas políticas (ampliação da taxa de juros, contenção dos recursos para políticas universais de saúde e educação, recusa da Constituinte, proteção aos militares envolvidos com crimes contra os direitos humanos etc.). Enfrentar o apetite do PMDB, mesmo que o preço seja não tê-lo em nossa chapa, ajudará na sobrevivência e desempenho presente e futuro do governo Dilma.

42. Certamente haverá quem diga que a política até agora exposta é, além de temerária, inviável. Em nossa opinião, pelo contrário, há casos recentes que ilustram a necessidade e a possibilidade de mudar de linha. E, pelo contrário, que ilustram o preço das opções conservadoras, tíbias, recuadas. Vejamos a seguir alguns.

43. A atitude que predominou no governo, em casos como o da Comissão da Verdade e do tratamento dos povos indígenas, foi de

conciliação com a direita. E qual foi a reação da direita? Redobrou sua violência contra nós, contra a esquerda, contra o povo.

44. A atitude que predominou no governo, no caso da reforma agrária, foi a da inércia. Qual foi o resultado? Em nome do ótimo (assentamentos de qualidade), sacrificamos o bom (assentamentos) e colhemos o péssimo (sem assentamentos).

45. A atitude que predominou no governo, no caso da taxa Selic, foi a da inconsistência: iniciamos o governo com uma postura ortodoxa; depois travamos uma batalha contra o setor financeiro; como não tivemos disposição de ir até o fim nesta batalha, o resultado foi o recuo. E o recuo significa a volta de taxas de juros que obstruem os níveis de desenvolvimento que necessitamos.

46. A regulamentação do trabalho doméstico beneficiará 7 milhões de trabalhadoras e foi um importante avanço no governo Dilma. Mas a atitude que predominou no governo frente a Pauta da Classe Trabalhadora, entregue à Presidenta Dilma em março de 2013, foi o descompromisso em discutir os pontos, como por exemplo o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho. O efeito colateral desta atitude do governo foi a contraofensiva patronal, especialmente através do PL 4330. O fato é que em relação a Pauta da Classe Trabalhadora não houve nenhuma conquista nova no curso do primeiro mandato da presidenta Dilma. Em parte por isto, hoje não há consenso nas centrais sobre a candidatura Dilma, diferente do que ocorreu em 2010 (evidentemente, a atitude da Força Sindical responde a outras motivações).

47. Por outro lado, o que ensina o caso do Mais Médicos? Que quando uma ação tem apoio popular, quando o governo e o partido estão articulados em sua defesa, quando decidimos vencer, é possível dividir o inimigo e obter uma vitória.

48. Infelizmente, mesmo neste caso há aqueles que, apoiados no sucesso do Mais Médicos, não querem implantar o financiamento adequado do SUS. E sem financiamento, o SUS será convertido em “SUS para pobres”, empurrando o resto da população para planos de

saúde privados, sonho de consumo da “classe média”, mas totalmente incapazes de enfrentar os temas da saúde brasileira.

49. O tema fundamental, portanto, é de linha política. E é deste ângulo que enfrentamos o debate acerca da Copa, das manifestações e da violência policial, debate que ganhou tremendo espaço depois do assassinato de um jornalista fotográfico no Rio de Janeiro, assassinato que repudiamos com todas as nossas forças, mas sem em nenhum momento fortalecer a posição dos que pretendem, usando pretextos como a “atualização do marco legal” e a “proximidade da Copa”, adotar uma legislação “celerada”, que legalize a violência policial-militar contra os movimentos sociais e contra a população pobre em geral. A esse respeito, é didático o ataque da PM do Distrito Federal contra uma marcha do Movimento Sem Terra, em fevereiro de 2014, em Brasília.

50. Voltemos ao tema da Copa: o que se pretendia era, contando com o grande apelo popular do futebol, desencadear um conjunto de investimentos públicos e privados em infraestrutura urbana. O que foi feito de fato? Um conjunto de investimentos cujo legado é no mínimo controverso. Teria como ser diferente? A experiência da África do Sul e toda a trajetória da FIFA indicam que não, salvo se o governo tivesse uma política urbana de outro tipo, tivesse assumido o gerenciamento e execução estatal das obras e, ao mesmo tempo, tivesse enfrentado a quadrilha que comanda os grandes negócios do mundo esportivo nacional e internacional. Alguns talvez tenham sido contra fazê-lo, por medo de colocar em xeque a decisão de trazer a Copa para o país. Outros, talvez por opção preferencial pelas “parcerias público-privadas”. O resultado desta postura é este que estamos vendo. De nossa parte, queremos que a Copa ocorra, queremos que o Brasil vença a Copa, mas não consideramos possível defender globalmente o “legado da Copa”, como fazem alguns setores da esquerda, notadamente o PCdoB.

51. Ademais, achamos necessário reconhecer que o governo e o PT estão na defensiva neste debate sobre a Copa, e estamos na defensiva porque não se construiu uma estratégia estatal global, adminis-

trativa e política, para enfrentar a questão. Uma vitória brasileira na Copa pode mudar, simbolicamente, este ambiente. Mas fora esta hipótese, a situação geral é de defensiva.

52. Como sair da defensiva? Em primeiro lugar, devemos separar o joio do trigo. Recusamos a palavra de ordem “não vai ter Copa”. Esta palavra de ordem poderia ser parte legítima do debate, quando se discutia se o Brasil pleitearia ou não ser sede do evento. Agora, não há maneira de considerar como tempestiva, nem como correta, esta palavra de ordem: “não vai ter Copa” significaria na prática inviabilizar o evento, com os danos imensos que isto causaria, tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do ponto de vista político.

53. Na mesma linha de separar o joio do trigo, devemos distinguir os movimentos de protesto legítimos, que mobilizam setores populares vítimas dos efeitos colaterais da Copa (remoções, por exemplo); daqueles movimentos que constituem cobertura ou ambiente propício para ações políticas de direita. Neste sentido, devemos analisar caso a caso cada mobilização, apoiando e participando apenas daquilo que a) tenha legitimidade e b) onde haja participação e influência real de setores sociais organizados. E devemos, principalmente, ajudar a organizar as demandas destes setores sociais.

54. Também na linha de separar o joio do trigo, é importante combater a violência nas manifestações. Não cabe aqui fazer um debate genérico, teórico, abstrato, sobre o papel da violência na história, sobre o direito a autodefesa contra a truculência policial, ou ainda sobre a existência cotidiana de uma violência racista e fascista contra os pobres deste país. Quando falamos em combater a violência nas manifestações, nos referimos:

a) a desmilitarização das polícias: grande parte dos atos de violência ocorridos nos últimos meses tem origem na ação ou falta de ação dos aparatos policiais. É preciso denunciar a atitude predominante nas polícias: a provocação e a permissividade quando interessa gerar o caos; o racismo e atitudes militaristas, quando interessa impor o medo. E as vítimas, em sua grande maioria, sempre jovens e negras;

b) a necessidade de localizar, prender, julgar e punir, nos termos da lei, atos individuais de violência. O que temos visto em algumas manifestações não é qualitativamente distinto do que assistimos nos estádios, no conflito entre torcidas. Não é preciso lei “antiterrorista” para enfrentar esta situação, não há fatos novos que exijam nova legislação;

c) a uma ação preventiva contra a proliferação de grupos fascistas, racistas, homofóbicos, de “vigilantes”. Há setores médios que, atendendo ao discurso histérico de certa direita, estão sendo estimulados, financiados e dirigidos no sentido de gerar situações de conflitos;

d) a adoção, nas manifestações organizadas pelos movimentos sociais, populares, estudantis, sindicais e pelos partidos de esquerda, de “serviços de ordem”, a saber, equipes identificadas e treinadas para impedir a ação de baderneiros e provocadores.

55. Resumindo tudo o que foi exposto até agora: trabalhamos para vencer as eleições de 2014, em condições de fazermos um segundo mandato Dilma superior ao atual. Para isto, consideramos necessário *corrigir significativamente* a tática adotada pela maioria, inclusive para evitar o risco de derrota eleitoral e para evitar que tenhamos um segundo mandato pior do que o atual. Especialmente porque qualquer uma destas possibilidades constitui uma ameaça ao PT e a esquerda brasileira.

56. Por isto aplicaremos a política de vencer criando condições para um segundo mandato superior, defenderemos esta linha no Encontro extraordinário do PT e nos estados, vamos nos preparar para vencer provavelmente no segundo turno (a exemplo de 2002, 2006 e 2010) e, principalmente, vamos nos preparar para um segundo mandato com mais conflitos políticos, econômicos e sociais.

57. Concluimos destacando esta ideia: achamos que a contradição entre o desenvolvimentismo conservador do grande capital e a defesa das reformas estruturais por parte da classe trabalhadora vai se agudizar. Isto, é bom lembrar, é dito no ano em que completam 50 anos do golpe militar de 1964, exemplo claro do que são capazes de fazer

as classes dominantes contra a democracia, a soberania nacional e o bem estar social do nosso povo. Precisamos de um governo, de movimentos sociais e principalmente de um Partido dos Trabalhadores que estejam à altura deste desafio histórico.

*A direção nacional da Articulação de Esquerda*

Fevereiro de 2014

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/02/2014-e-o-que-vira-depois.html>*

## **Apresentação do livro “A esperança é vermelha”**

### **Apresentação**

Ao concluir meu mandato no Diretório Nacional do PT, assumi como obrigação reunir, editar e publicar o conjunto de textos que ajudei a produzir ao longo dos últimos anos. Do ponto de vista pessoal trata-se, como expliquei noutro lugar, de “organizar e revisar o que foi feito e dito, para seguir adiante”. Do ponto de vista político, permitirá aos militantes interessados o contato com uma das posições existentes no debate petista, ao longo dos últimos 34 anos.

Entretanto, o que parecia ser uma tarefa fácil, revelou-se complicada. Em primeiro lugar, tais textos estão dispersos em livros, revistas, jornais, páginas e listas eletrônicas. O simples trabalho de reunir o conjunto de textos para, em seguida, poder fazer a seleção e edição, já tomou um tempo significativo e ainda não está concluído.

Em segundo lugar, estamos falando de textos escritos entre o início dos anos 1980 e o final de 2013. Mesmo considerando que os textos oficiais, bem como aqueles assinados coletivamente pela Articulação de Esquerda não fazem parte desta coletânea, ainda assim trata-se de uma quantidade relevante de materiais.

Para agilizar o processo, mas também por corresponder a minha principal atividade partidária nos últimos anos, priorizei a organização dos textos dedicados à temática internacional. Isto resultou numa coletânea intitulada *Miscelânea internacional*, que já está em fase final de editoração eletrônica e espero que até maio de 2014 esteja disponível. Seja em formato digital, seja em formato impresso.

A *Miscelânea* não reúne todos os textos que produzi acerca de temas internacionais, mas a grande maioria está lá (com exceção de textos oficiais do Partido, da Secretaria de Relações Internacionais, do Foro de São Paulo; e também com exceção de um livro sobre o Foro de São Paulo, escrito em coautoria com Roberto Regalado).

Concluída a organização da *Miscelânea*, passamos aos textos sobre a temática nacional. A intenção original era organizar quatro coletâneas: uma contendo textos anteriores a 1993 (mais exatamente, anteriores ao lançamento do manifesto *A hora da verdade*); outra com os textos escritos entre 1993 e 1997 (quando a esquerda ganha e depois perde a direção partidária para o futuro “campo majoritário”); uma terceira coletânea reunindo escritos desde 1998 até as vésperas da crise de 2005; e finalmente uma quarta coletânea, reunindo os textos que foram escritos a partir de 2005 até 2013.

Por razões práticas (a maior parte dos textos escritos neste período está em forma digital), foi possível concluir a primeira versão desta quarta coletânea, que decidimos chamar de *A esperança é vermelha*. O título remete ao fato de ter sido este o nome da chapa com que disputamos o PED, nos anos de 2005, 2007 e 2013.

Falamos de “primeira versão” desta coletânea, seja porque há textos relevantes que ainda não foram localizados e incluídos; seja porque se faz necessária uma preparação editorial, que certamente tomará algumas semanas. De toda forma, ao disponibilizar em formato digital, torna-se possível contar com a ajuda (às vezes involuntária) de mais pessoas nestes dois trabalhos.

De resto, espero que esta publicação seja útil, pelo menos como parte do registro histórico de um momento importante na história do Brasil e do PT.

*Valter Pomar*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/02/livro-esperanca-e-vermelha.html>

## Tempos bicudos

Esta edição de *Página 13* concentra-se em dois grandes temas: os 50 anos do golpe que deu origem à ditadura militar (1964-1985) e a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Por este motivo, deixamos de tratar da situação internacional, especificamente da Ucrânia e da Venezuela. Faremos isto na próxima edição de *Página 13*, no mês de abril, incluindo não apenas os casos citados, mas também um balanço das eleições em El Salvador.

Por enquanto, nos limitamos a: 1) reafirmar nosso apoio ao presidente Nicolas Maduro, ao governo da República Bolivariana da Venezuela e aos partidos do Grande Pólo Patriótico, com destaque para o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV); 2) denunciar a escandalosa aliança entre os Estados Unidos e governos da União Europeia, com os neonazistas atuantes na Ucrânia; 3) constatar que mais uma vez se confirma que a situação internacional é de profunda instabilidade, marcada por cada vez mais conflitos, inclusive militares, tendência que deve ser levada em devida conta nas análises da conjuntura latino-americana e brasileira.

Passado o Carnaval, a luta política no país vai se acentuar, tendo como centro tático as eleições presidenciais de 2014. O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo eleger a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial. E queremos vencer criando as condições para um segundo mandato superior ao atual.

Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também elegemos Dilma em 2010. Analogamente, se queremos continuar governando o país a

partir de 1 de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

As pesquisas indicam que Dilma é a preferida da maioria do eleitorado. Entretanto, várias pesquisas também indicam que o povo quer mudança. Ou seja: a maioria do eleitorado e do povo brasileiro deseja que o segundo mandato Dilma “continue mudando” o Brasil.

A oposição, o grande capital e o imperialismo tentam pegar carona no desejo de mudanças manifesto por amplos setores da população. Evidentemente, a mudança que eles desejam é em seu próprio benefício. Já as mudanças desejadas pelo povo se traduzem em mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia.

A contradição entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pelas elites é uma contradição antagônica. Por isto, a oposição não pode assumir abertamente seu programa: seria a derrota antecipada. Por isto, a oposição aposta na deterioração e na crise. Por isto, a oposição precisa manipular a população.

O ideal para eles seria recuperar plenamente o governo federal, através da vitória de um de seus candidatos. Caso isto não seja possível, continuarão trabalhando para impor, tanto ao atual quanto ao segundo mandato Dilma, as políticas preferidas pela oposição de direita.

A influência maior ou menor da oposição sobre nosso segundo mandato, depende de vários fatores: do tamanho e da natureza da vitória: será uma vitória como a de 2006, na ofensiva, ou como a de 2010, na defensiva? A influência da oposição de direita, dependerá, ainda, da composição do futuro Congresso Nacional e de quem será eleito para governar os estados brasileiros.

Por isto defendemos a) uma campanha politizada, que polarize programaticamente com as duas fórmulas opositoras: Aécio & Eduardo/Marina; b) uma campanha que combine a ação estritamente eleitoral, com a mobilização em favor do plebiscito, da lei da mídia democrática, da plataforma da classe trabalhadora.

Nosso programa de governo 2015-2018 deve ser muito incisivo, propondo medidas radicais nas áreas de reforma urbana, reforma agrária, segurança pública, educação e saúde, redução dos juros, jornada de 40 horas e outras demandas da classe trabalhadora, inclusive o fim do fator previdenciário.

A política de alianças, tanto nacional quanto nos estados, deve ser compatível com o programa que defendemos para o segundo mandato. Finalmente, defendemos uma tática de ampliação de nossas bancadas. Isso exigirá uma postura distinta da direção partidária frente a campanha proporcional. O Partido precisa agir como se o voto fosse em lista, fazer campanhas de voto na legenda, centralizar o uso dos recursos financeiros de campanha nesse sentido..

Finalizamos este editorial prestando homenagem a todos e a todas que tombaram na luta contra a ditadura militar. Não esquecemos, não perdoamos e seguimos na luta por um Brasil democrático e socialista.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/03/editorial-do-jornal-pagina-13-de-marco.html>*

## Polêmica com Maringoni

*Para aqueles que não acompanharam os lances anteriores: o Gilberto Maringoni escreveu um “post” criticando setores do PT que atacam o PSOL.*

*Eu respondi a este post (interessados podem ler os dois textos no blog da Mariafrô: <http://www.mariafro.com.br>).*

*Maringoni escreveu uma tréplica, intitulada: UM DEBATE COM VALTER POMAR.*

*O que segue é minha resposta a esta tréplica.*

## Resposta ao Maringoni

Prezado Maringoni, como vai?

Espero que bem, como diziam nossos velhos.

Isto posto e indo ao primeiro ponto: é fato que temos concepções afins. Como você, “penso até que na seara internacional nunca tivemos algum tipo de diferença. Falamos a mesma língua”.

Mas se é isto, e acho que é exatamente isto, me surge a seguinte questão: por qual motivo você não aplica, ao governo Dilma, o mesmo metro, a mesma medida, que você aplica ao analisar o papel do Putin na crise recente da Ucrânia?

Explico, dando um exemplo desagradável: uma das correntes do PSOL, creio que a CST, divulgou uma análise comemorando a vitória da revolução popular na Ucrânia. Acho a posição deles “peregrina e monstruosa”, para citar nosso velho preferido. Mas apesar disto,

acho que a CST é coerente: eles aplicam o mesmo metro, o mesmo critério, tanto aqui quanto lá.

Antes que você diga que nisso reside o erro deles (aplicar o mesmo método para situações concretas distintas), deixe eu esclarecer com mais precisão o que eu quero dizer: acho que a CST, tanto aqui quanto lá, adota um critério maximalista, “tudo ou nada”, que os leva a desconsiderar o papel do imperialismo, que os leva a achar que “tanto faz que ele seja inimigo do meu inimigo, continua sendo meu inimigo do mesmo jeito” etc.

Trazendo para nosso quintal: objetivamente, a existência do governo Dilma (assim como a existência do governo Lula) é um ponto de apoio para processos muito mais avançados que estão em curso na América Latina.

Como diziam algumas correntes em relação a URSS nos anos 70: tratava-se de um aliado objetivo (mesmo quando adotava políticas internas ou externas incorretas).

Também objetivamente, não existe no horizonte a menor possibilidade do governo Dilma ser substituído por um governo do PSOL, ou do PCB, ou do PSTU, ou do PCO. Assim, a questão é: quem luta para derrotar o governo Dilma opera, objetivamente, mesmo que não queira, mesmo que não seja este o seu desejo, na mesma frequência de rádio do imperialismo.

Portanto, não acho que seja correto você dizer que “nossas discrepâncias estão na política interna”. Elas não estão apenas na política interna.

Vamos agora ao segundo ponto: você diz que nossas discrepâncias estariam “especialmente no papel do PT”.

Veja: aqui há um detalhe sutil sobre o qual eu gostaria de chamar sua atenção, muito respeitosamente. Acho que você, quase sem perceber, trata PT e governo como se fossem coisas iguais.

Você diz assim: “não acho que o ciclo histórico do partido tenha se esgotado”.

E logo em seguida diz que a “divergência está em ver o PT como polo transformador e veio principal para a rearticulação da esquerda socialista brasileira”.

E ato contínuo afirma que “essa possibilidade é praticamente inexistente hoje. Se em quase 12 anos e em situações de aceleração econômica o partido não fez isso, não o fará num cenário de retração da economia mundial”.

Opa: nesta última frase, o critério utilizado para julgar o Partido é a ação do governo. Eu acho que esta interpretação é parcialmente válida, mas não esgota o problema.

Compreendo que aqueles que criticam o PT queiram julgá-lo pelas contradições, insuficiências e equívocos cometidos pelos governos Lula e Dilma.

Como disse, acho que é um critério parcialmente válido. Mas o PT não é apenas isto, apesar dos esforços que setores do próprio PT fazem no sentido de converter o Partido em “correia de transmissão” do governo.

De toda forma, como a confusão teórica anda instalada na esquerda brasileira, deixa eu ser mais claro acerca do que estou querendo dizer.

Existe uma disputa na sociedade brasileira, entre dois caminhos de desenvolvimento: o caminho conservador e o caminho democrático.

Ambos são caminhos capitalistas. A diferença é que o caminho conservador preserva, conserva, os padrões que caracterizaram a maior parte da história brasileira: a dependência externa, a falta de democracia e a desigualdade social. Já o caminho democrático busca alterar estes padrões, no sentido de mais soberania, mais democracia e mais igualdade.

Na história do Brasil, o caminho conservador sempre foi estrategicamente vitorioso, apesar de derrotas táticas, momentâneas. E o caminho conservador sempre foi vitorioso porque a classe dominante brasileira nunca se dividiu seriamente a este respeito: nos momentos de crise, nos momentos em que seria possível fazer uma revolução democrática, o conjunto da classe dominante, ou praticamente toda ela, cerrava fileiras em favor do caminho conservador e impunha derrotas ao caminho democrático.

A conclusão é: para que o caminho democrático prevaleça, a classe trabalhadora precisa assumir sua vanguarda. E isto implica em entender que a classe dominante, como um todo, é nossa inimiga. E implica em entender, portanto, que um caminho democrático para o Brasil só terá êxito se for, também, um caminho de tipo socialista.

O Partido dos Trabalhadores, nos anos 1980, entendia isto. Mas desde 1990, veio crescendo dentro do Partido um setor que acredita na possibilidade de uma aliança estratégica entre os trabalhadores e uma parte da classe dominante.

Enquanto éramos oposição, isto era apresentado como sabedoria eleitoral. Agora que somos governo, é apresentado como necessário para a governabilidade. Mas a outra face disto são as mudanças parciais e o risco de retrocesso.

É nesta armadilha histórica que estamos: melhoramos a vida do povo, mas governamos o país em aliança com setores da classe dominante, fazemos concessões importantes a setores da classe dominante.

Se perdermos o governo, será um retrocesso.

Se ganharmos nas mesmas condições, continuaremos na mesma armadilha: sem reforma política, sem democratização da mídia, sem reformas estruturais etc.

Qual a resposta do PSOL para isto? Ou melhor, qual a conclusão que você tira deste quadro?

Tomando como base o que você diz na tua carta: “é praticamente inexistente” a “possibilidade” do PT ser “o PT como polo transformador e veio principal para a rearticulação da esquerda socialista brasileira”, pois se “em quase 12 anos e em situações de aceleração econômica o partido não fez isso, não o fará num cenário de retração da economia mundial”.

Com todo o respeito, este tipo de análise me recordar uma citação do Giorgy que você me enviou, uma vez, explicando por qual motivo a posição do Trotsky nos anos 1920 estava equivocada.

Veja: podemos mudar o Brasil (a favor da classe trabalhadora) com o PT. Sem o PT e contra o PT, ao menos no tempo de nossas vidas, considero impossível.

O que pode ocorrer, sem o PT e/ou contra o PT, é uma mudança para pior. Uma mudança contra os interesses da classe trabalhadora. E é este, na minha opinião, o risco que se abate sobre o PSOL e sobre todos os partidos da “esquerda da esquerda”.

O desdobramento patético deste risco é um texto que li, de alguém da CST tendência interna do PSOL, sobre a “revolução” na Ucrânia. Neste texto o cidadão comemora a ocorrência de uma revolução popular, dirigida por neoliberais e nazistas. E que agora o desafio é levar a revolução para a esquerda...

Guardadas as proporções, é isto que se imagina para o Brasil pós-PT? Com o PT derrotado, com a direita no governo, implementando programas que vão deixar clara a diferença entre nós do PT e eles da oposição neoliberal (Eduardo, Marina e Aécio), aí a “esquerda da esquerda” vai trabalhar para levar o país para a esquerda?

Como você vê, tampouco consegui ser breve na resposta. Mas acredito que consegui deixar claro o tamanho das nossas divergências, que explicam o fato de termos militando juntos no PT até o início de 2005, depois do quê você apoiou a candidatura do Plínio de Arruda Sampaio e depois saiu do PT rumo ao PSOL.

Registre-se: você e outros saíram entre o primeiro e o segundo turno das eleições internas do PT. Provavelmente, se vocês tivessem permanecido, a esquerda teria vencido a presidência do Partido.

Mas eu compreendo: como HOJE a “possibilidade” de fazer do PT um “polo transformador” é “praticamente inexistente”, por qual motivo ONTEM vocês deveriam ter ajudado a esquerda a vencer a disputa interna do PT?

Para concluir, alguns comentários breves sobre tuas opiniões numeradas.

*Opinião 1:* você acusou Amorim, Eduardo e Lassance de “ligações com o aparato de segurança do governo”.

Agora você apresenta teus indícios disto: Eduardo teria citado uma “declaração do comandante da PM, dada a um jornal, para corroborar sua sentença”. Amorim no dia 27 de janeiro teria chamado o “Não

vai ter Copa” de “terrorista” e ato contínuo setores da direita no Congresso começaram a “ articular a aprovação da lei antiterror”. E Lassance escreveu sobre a “A conivência do PSOL com os black blocs”, depois do que Alckmin e outros patrocinaram a barbárie.

Desculpe, Maringoni, mas nada disto permite você acusar alguém de ter “ligações com o aparato de segurança”.

Você está criticando opiniões políticas. Não é preciso ter ligações com o aparato de segurança para citar uma declaração de um policial, para considerar o não vai ter Copa como terrorista ou para falar das ligações do PSOL com os Black Blocks. E o aparato de segurança controlado pela direita não precisa de pretextos, nem de instruções de gente de esquerda, para fazer o que está fazendo.

Respeitosamente, acho que você pesou a mão. E faria melhor em reconhecer isto. Manter a desconfiança ligada é um dever; alardear esta desconfiança, sem que haja embasamento sólido, é uma estultice, no mínimo.

*Opinião 3:* de fato somos todos crescidos. Mas a “bronca” de setores do PT contra o PSOL, ou contra setores do PSOL, não é um problema de “mágoa”, nem tem relação com a AP 470.

Lembro que no segundo turno de 2006 Heloísa Helena não apoiou Lula. Lembro que no segundo turno de 2010 Plínio não apoiou Dilma. Lembro que em 2012, na eleição de São Paulo capital, Plínio disse que Serra era melhor que Haddad. Neste último caso, recorde que o PT fez de tudo para eleger o Edmilson prefeito de Belém no segundo turno. Mas a recíproca não foi verdadeira.

Não se trata de mágoa: na prática, nos momentos decisivos, a postura do PSOL tem sido derrotar o PT.

*Opinião 4:* eu não minimizo as ações erradas de Paulo Bernardo, Gleisi Hoffmann e Cardozo.

Como você sabe, não apenas eu, mas a tendência de que faço parte, sempre fez uma crítica dura, tanto a pessoas quanto a ações que contradizem nosso programa. Por exemplo, a presença do PT na vice do Eduardo Paes, contra a qual nos posicionamos desde sempre.

But, aqui há duas diferenças importantes a considerar. A primeira é que o PSOL se propõe a superar o PT. Logo, espera-se dele uma coerência superior, certo?

A segunda diferença importante diz respeito ao que você diz sobre a “política macroeconômica abertamente liberal do governo petista, a manutenção da política privatista, os favores dados ao grande capital”.

Por partes.

Sou contra os subsídios sem contrapartida. Mas acho impossível (e acho que você também acha isto) que um governo de esquerda, na atual correlação de forças mundial e nacional, não faça algum tipo de “negócio” com o grande capital. Vice Cuba, vide Venezuela etc.

Acho que uma parte dos que criticam o governo petista por fazer “favores ao grande capital” acreditam que é possível expropriar o conjunto do grande capital. Por isto acho indispensável que deixemos claro no que acreditamos. Eu acho que é possível e necessário submeter o grande Capital, mas isso exige pau e cenoura. Não apenas pau.

Sou contra as concessões e acho que o leilão do pré-Sal foi um erro. Mas não acho que se trata de “manutenção da política privatista”. Não é a mesma política adotada pelos governos tucanos. Por exemplo: leia a excelente entrevista do Estrela na *Folha de S.Paulo*, onde ele critica o leilão e ao mesmo tempo mostra as diferenças.

Aliás, um dos erros do governo foi exatamente este: permitir que a direita diga que se trata da “manutenção da política privatista”, que é tudo igual. Eles sabem que não é, tanto é que forçaram a mão para derrubar as licitações feitas nas regras estabelecidas pelo governo. Mas dizem de público que é, por razões políticas.

E, para não dizer que não falei de flores: você afirma que a “política macroeconômica” do “governo petista” é “abertamente liberal”.

Não acho que o governo Dilma seja petista, nem que os governos Lula tenham sido “petistas”: governo de coalizão com partidos de esquerda, centro e direita é uma coisa, governo petista é outra coisa. Mas admitamos, para facilitar o debate, que seja como você diz.

O interessante na tua frase é que você diz que a política do governo é “abertamente liberal”. Ora, ora... terá sido um erro de digitação

ou você reconhece que não se trata de uma política abertamente neoliberal?

Pois este é o ponto: a política dos governos FHC foi neoliberal. A política dos governos encabeçados pelo PT (embora não petistas) não foi neoliberal. O que foi, então? Liberal? Desenvolvimentista? Em disputa? Aqui cabe um debate, mas neoliberal é que não foi.

*Opinião 6:* você reclama que petistas tem “tomado manhosamente a parte pelo todo”, acusado o PSOL de conjunto por atos de indivíduos ou de setores do PSOL. E diz que você não faz “isso com o PT”. Buenas, você há de convir que a maior parte do PSOL também “toma a parte pelo todo”.

*Opinião 9:* você evidentemente fugiu de responder. Minha questão não é sobre o teu voto. Minha questão é sobre como agirá o PSOL, como partido, na hipótese do segundo turno de 2014, caso tenhamos Dilma contra Eduardo ou Aécio.

Por fim, quanto a opinião 8: nunca confie num cartunista, ele sempre acaba apelando para uma caricatura.

Na tua opinião 8, você diz que uma das “maiores provas” de que os governos petistas não foram/são de “esquerda” é que “um dos melhores e mais preparados quadros da esquerda brasileira – sequer ter sido cogitado para exercer função decisiva nas administrações de Lula e Dilma”.

Meu caro, se eu fosse mesmo tudo isto, você estaria no PT, na Articulação de Esquerda. Se nem você aceita minha orientação, por qual motivo o Lula e a Dilma me dariam importância???

Ademais, para ser honesto, uma vez fui indiretamente consultado a respeito. Pedi a presidência do Banco Central. Como não tive resposta, preferi ficar na direção do Partido, que para mim continua sendo muito mais importante que estar no governo.

Abraços e um bom domingo

*Valter Pomar*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/03/resposta-ao-maringoni.html>

## **A presidenta Dilma cometeu um gravíssimo erro**

A presidente Dilma Rousseff cometeu um gravíssimo erro político no seu discurso de 31 de março.

Refiro-me ao seguinte trecho do discurso presidencial: “reconquistamos a democracia à nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais. Muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Como eu disse, na instalação da Comissão da Verdade, assim como eu respeito e reverencio os que lutaram pela democracia, enfrentando a truculência ilegal do Estado e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e essas lutadoras, também reconheço e valorizo os pactos políticos que nos levaram à redemocratização”.

O erro consiste no seguinte: não foram os pactos políticos que levaram à redemocratização. Nem sozinhos, nem mesmo “também”. Os pactos políticos detiveram a democratização, corromperam a democratização, macularam a democratização.

Nós lutamos contra os pactos, contra a conciliação, contra o acordo das elites. E se temos mais democracia hoje, é porque nunca nos conformamos com os pactos.

Quanto a chamada lei da Anistia, ela foi aprovada contra os nossos votos. Foi uma vitória do lado de lá. Não foi um “pacto”, não foi um “acordo”, foi uma vitória da direita, da ditadura, dos torturadores.

Por isto, é politicamente, historicamente e moralmente inaceitável colocar no mesmo plano as “lutas e sacrifícios humanos” das classes trabalhadoras, e os “pactos e acordos nacionais” patrocinados pelas elites.

A presidenta está completamente errada. É filiada ao meu partido, votei nela, votarei de novo em 2014, defendo seu governo contra a direita e contra o esquerdismo. Mas ela erra totalmente ao dizer isto.

Note-se o seguinte: a presidenta não se limitou a “reconhecer” os pactos. Ela os “valoriza”.

Uma coisa é reconhecer a força do inimigo e avaliar se é possível avançar mais ou não. Outra coisa é não querer avançar, por princípio, por que se “valoriza” os pactos, os acordos, as conciliações.

Quem paga por este erro?

Entre outros, cada cidadão vítima da brutalidade policial, que se alimenta da impunidade.

Paga, também, nosso futuro. Pois este futuro depende entre outras coisas de termos forças armadas poderosas, mas sob absoluto controle civil. E para que isto ocorra, é preciso que nosso governo queira, deseje, valorize e atue contra a herança viva da ditadura militar.

Finalmente: a presidenta falou de sacrifícios irreparáveis. Na minha opinião, a única coisa realmente irreparável é desistir de lutar.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/04/a-presidenta-dilma-cometeu-um.html>*

## Vaccarezza é coerente: erra há tempos

### **Para fazer do Ilmão uma llimonada**

O deputado Vaccarezza é um dos maiores críticos da “reforma política” atualmente em curso na Câmara dos Deputados.

Vaccarezza considera que o Partido deveria ter outras prioridades (como a reforma tributária).

Vaccarezza considera, também, que o Partido deveria defender uma reforma política abrangente (não apenas uma reforma do sistema eleitoral), centrada em medidas democratizantes (como a participação popular na propositura de leis e o fim das distorções nas eleições proporcionais).

Até aí, concordo com Vaccarezza. Por isso, aliás, acho que o Partido deveria ter incluído na sua plataforma, a defesa de uma Constituinte Exclusiva.

O problema é, a partir daquelas reflexões iniciais, Vaccarezza transformou-se no maior opositor (dentro do PT) da “reforma política realmente existente”.

Vejam os argumentos utilizados pelo deputado Vaccarezza, tal como são apresentados numa das edições do boletim eletrônico distribuído pelo seu mandato.

### **Os direitos do eleitor**

Não há sistema político perfeito; a reforma política que queremos

não se restringe ao sistema eleitoral; a reforma em discussão na Câmara é minimalista, contém enormes problemas e, como quase tudo, pode ter efeitos colaterais negativos.

Isto posto, será justo dizer, como diz o boletim do deputado Vacca-rezza, que ele “defende o direito do eleitor escolher seu representante” e, por isto, é “contra o voto em lista pré-ordenada de candidatos”?

Noutras palavras, será correto dizer que a lista pré-ordenada tira “o direito do eleitor escolher seu representante”?

Deixemos de lado o aspecto “constitucional” da discussão. Afinal, hoje as pessoas já podem votar apenas na legenda. Logo, o “direito de escolher seu representante” diretamente pode se traduzir tanto no voto nominal, quanto no voto no Partido (o que equivale, conceitualmente falando, ao voto em lista).

Portanto, o voto em lista também é um voto direto. Mesmo assim, cabe responder: eliminar o voto nominal não significaria privar os eleitores de um direito?

Vejamos os seguintes fatos: grande parte dos eleitores brasileiros não vota em deputados. Outra parte vota em deputados que não são eleitos; neste caso, seus votos ajudam a eleger outros parlamentares, às vezes pertencentes a outros partidos. Finalmente, há os que votam na legenda, caso em que seus votos ajudam a eleger os demais.

Vejamos o mesmo caso, do ponto de vista dos eleitos, tomando como exemplo o caso do PT: nas eleições de 2006, apenas dois deputados federais do PT, no Brasil inteiro, obtiveram uma votação nominal suficiente para sua eleição. O restante da bancada federal do PT dependeu dos votos de legenda e de votos nominais dados a outros candidatos.

Pergunto: que “direito” é esse, que é exercido pelo eleitor tentando eleger sicrano, mas que beneficia beltrano?

Na verdade, para a imensa maioria dos eleitores do PT, o “direito” de votar nominalmente num candidato não resulta na eleição de seu candidato e, ademais, resulta na eleição de outros parlamentares, que o eleitor só fica sabendo quem são ao final do processo.

Deste ponto de vista, a existência de uma lista pré-ordenada dá ao eleitor o “direito” de saber, antecipadamente, quem será beneficiado com seu voto. Portanto, com a mudança do sistema eleitoral, podemos dizer que há uma “troca de direitos”: o “direito” de votar nominalmente (sem saber quem será beneficiado pelo seu voto), pelo direito de votar na lista (sabendo quem será beneficiado pelo seu voto).

## **O controle das cúpulas partidárias**

O deputado Cândido Vaccarezza acha que, com o sistema de lista, o eleitor perde o poder de escolher seus representantes.

Como vimos, isto não é verdade: ele deixa de votar nominalmente, o que é bem diferente de perder o “poder de escolher seus representantes”.

Este poder não é “perdido”, pois na vida real a maioria dos eleitores que “escolhe” não “elege” seus representantes.

Hoje, a “eleição” depende do “livre mercado eleitoral”, que como sabemos, está longe de ser “livre” da influência do poder econômico e dos meios de comunicação.

Mas como Vaccarezza pensa que a lista “tira poder” do eleitor, ele obviamente acha que este poder passa para as mãos de quem faz a lista. Segundo as palavras do deputado, tal como está no seu boletim eletrônico: “A escolha dos parlamentares fica nas mãos da cúpula dos partidos, dificultando a renovação de lideranças, e o poder econômico poderá ter grande espaço, por meio da compra de lugares na lista”.

Este raciocínio de Vaccarezza é um “método polêmico” paradoxal: atribui ao sistema de lista pré-ordenada problemas que já existem no atual sistema.

Quem compõe, hoje, a lista que os partidos apresentam aos processos eleitorais? Tirante alguns poucos casos (como o PT), já é exclusivamente a cúpula dos partidos.

O poder econômico já se faz presente, em diversos partidos, tanto na conquista de espaços na lista, quanto no processo eleitoral. Por isto há quem diga que certos parlamentares não são eleitos: “compram” uma cadeira na Câmara.

Quanto à renovação das “lideranças”, perguntamos: o sistema atual tem possibilitado a renovação? Ou existe uma oligarquização crescente, decorrente da combinação perversa entre voto nominal, financiamento privado e monopólio da comunicação?

O deputado Vaccarezza critica problemas reais, mas que já existem, não sendo portanto decorrências do voto em lista pré-ordenada.

Esses problemas podem ser agravados pelo voto em lista? Podem, no caso dos partidos de direita. No caso dos partidos de esquerda, pode ocorrer exatamente o contrário. A existência do voto em lista pré-ordenada, definida por métodos democráticos, pode neutralizar ou minimizar tais problemas. Mudando as regras, pode acontecer uma coisa ou outra. Mantendo as regras atuais, uma coisa é certa: no sistema eleitoral vigente, os problemas apresentados e criticados por Vaccarezza não serão resolvidos nunca.

## **Os métodos de composição da lista**

O deputado Vaccarezza acredita que com o voto em lista pré-ordenada, as cúpulas partidárias podem “se eternizar no Congresso”.

Trata-se de um argumento curioso, uma vez que – como todos sabemos – o atual sistema eleitoral brasileiro promove mais renovação no executivo do que no legislativo.

Este é um dos motivos, aliás, que levou a maioria do PT – Vaccarezza inclusive – a apoiar, no plebiscito de 1993, o presidencialismo contra o parlamentarismo.

Uma das razões desta diferença na “taxa de renovação” é que, na eleição majoritária, ficam mais claras a diferença de projetos e as disputas ideológicas.

Além disso, nas eleições majoritárias, partidos como o PT podem “concentrar esforços” contra o inimigo comum. Já nas eleições proporcionais, nas regras atuais, ocorre diluição das disputas programáticas, dispersão de esforços e — inclusive — disputa dentro das forças de esquerda, inclusive dentro do PT.

Uma das vantagens do voto em lista pré-ordenada é que, exatamente, permite concentrar esforços na campanha do Partido.

É revelador do estado de coisas atual, que tenhamos que lembrar disto que sempre foi um be-a-bá para nós do PT, pois sempre defendemos fortalecer o voto na legenda, o voto no 13, o voto no Partido.

Vaccarezza, entretanto, parece só ter olhos para a fidelidade partidária. Mas a busca da fidelidade partidária supõe o quê? Supõe, mais do que regras administrativas, um contrato com o eleitorado, com a sociedade. No atual sistema, de voto nominal, este contrato é imperfeito, pois uma parte dos eleitores vota em “nomes”, não num partido.

A fidelidade partidária só será plena, se ela estiver baseada no voto do eleitorado em partidos, não em pessoas.

Vaccarezza acha, pelo contrário, que “o voto em lista vai incentivar a disputa interna. Os candidatos deixarão de lutar na sociedade para lutar dentro dos partidos”.

Primeiro, uma correção: voto em lista já existe hoje. A discussão é se a lista deve ser pós-ordenada (sistema atual) ou pré-ordenada (lista fechada), cabendo ainda variantes mais ou menos flexíveis entre uma e outra.

Isto posto, pergunto: hoje não há luta interna? E, ademais, toda luta interna é sempre nociva? Por qual motivo a luta interna seria necessariamente prejudicial ao PT e/ou à democracia? A “luta externa”, em que candidatos de um mesmo partido guerreiam entre si pelos mesmos votos, não é muito mais prejudicial??? Esta “luta externa” não corrói, na prática, a razão de ser de qualquer conceito de “partido político”???

## **Financiamento público já existe?!!**

O boletim do deputado Vaccarezza argumenta, ainda, que “80% dos entrevistados desejam manter a possibilidade de escolher seus candidatos e eram contrários à lista fechada”.

Não acho apropriado utilizar como argumento de autoridade um retrato da opinião pública, num determinado momento. Mas é curioso que o argumento venha exatamente de quem tem dito, nas instâncias partidárias, que não houve debate suficiente sobre o tema da reforma política, nem no partido, nem no parlamento, nem na sociedade.

Se isto é verdade, se não houve debate, qual então o valor desta ou de qualquer outra pesquisa?

Na minha opinião, serve apenas para constatar o óbvio: quando a esquerda não esclarece adequadamente o que está em jogo, o povo tende a ser conservador, mesmo que contra os seus interesses e especialmente se há meios de comunicação trabalhando contra o esclarecimento e manipulando as informações.

Nessa linha, o maior erro que Vaccarezza comete é falar contra o financiamento público de campanha.

Segundo ele, “já existe financiamento público. Os partidos e os candidatos têm acesso gratuito ao rádio e à televisão e há o Fundo Partidário, composto basicamente por recursos da União, que são distribuídos conforme a votação de cada partido”.

Claro que já existe financiamento público, que é distribuído de maneira relativamente democrática.

Mas e o financiamento privado empresarial? Este é distribuído do jeito que as empresas querem. Em benefício de quem elas querem. E com os propósitos que sabemos. Isto é democrático, por acaso?

Segundo o boletim de Vaccarezza, o “financiamento público não impede a corrupção, pois candidatos e partidos podem buscar recursos por fora para suas campanhas (o chamado Caixa 2) e nem garante a igualdade de condições entre os candidatos, uma vez que a distribuição dos recursos pode privilegiar alguns em detrimento de outros”.

O raciocínio acima é um primor. Em primeiro lugar, nada “impede” em definitivo a corrupção, mas disto não decorre que devemos defender um sistema de corrupção política institucionalizada. E o sistema de financiamento empresarial de campanhas eleitorais é isso: corrupção institucionalizada.

Em segundo lugar, criminosos sempre haverá. A questão é saber se vamos ou não considerar crime o financiamento empresarial. Neste terreno, todos devemos aprender com a crise vivida pelo PT em 2005, que decorreu ao menos em parte do financiamento privado de campanhas eleitorais.

Em terceiro lugar, a “igualdade de condições entre os candidatos” não depende do financiamento público, mas da combinação entre financiamento público e voto em lista (pois, quando há voto em lista pré-ordenada, deixa de existir campanha individualizada e passa a existir campanha partidária). E, neste caso, não cabe falar em “igualdade de condições” entre candidatos, mas sim de distribuição proporcional de recursos entre partidos.

### **Breve reflexão estratégica**

A estratégia de acumulação de forças do PT inclui a dimensão institucional, principalmente governos e parlamentos.

Há discordâncias, dentro do Partido, sobre como fazer isto; sobre o que fazer uma vez conquistados determinados espaços; sobre a combinação entre o acúmulo institucional e as demais dimensões do acúmulo de forças.

Mas ninguém discorda de que continuaremos disputando eleições.

Se isto é verdade, precisamos perceber que nosso acúmulo de forças institucional está dando sinais de certo esgotamento. Ou, para ser mais preciso: se não superarmos determinados obstáculos, não seguiremos avançando e podemos inclusive retroceder.

Um exemplo disto: ganhamos governos e não conseguimos chegar perto de ter maioria nos legislativos.

Outro exemplo: a combinação entre voto nominal e financiamento privado está introduzindo, no PT, uma forte degeneração política (cada mandato se torna um pequeno partido) e também “ética”.

Não se trata de um problema apenas do PT. Devido, em parte, aos mesmos motivos, vem crescendo o desgaste da política em geral e dos parlamentares em particular.

Se nossa estratégia fosse outra, poderíamos comemorar este desgaste. Mas tendo em conta nossa estratégia, este desgaste ajuda as forças de direita, não ajuda as forças de esquerda.

Finalmente, se é verdade que nossa estratégia implica em conquistar espaços institucionais para mudar a vida do povo, então é urgente mudar a correlação de forças existente nos legislativos, criando as pré-condições institucionais para mudanças mais profundas.

A correlação de forças existente no Congresso Nacional não é apenas “conjunturalmente” favorável à direita. Ela é estruturalmente favorável à direita, devido (entre outros fatores) a combinação inversa entre financiamento privado e monopólio da comunicação.

Por isto precisamos de financiamento público das campanhas eleitorais, por isto precisamos de democratização da comunicação social.

A oposição que Vaccarezza faz à reforma política “realmente possível”, em alguns casos utilizando argumentos formalmente “radicais”, na prática pode favorecer o conservadorismo.

Vitoriosa a tática e os argumentos de Vaccarezza, corremos o risco de não ter reforma alguma. Com isso, não teremos alteração para melhor da correlação de forças do Congresso Nacional. Com isso, ao menos nos marcos da atual estratégia seguida pelo Partido, fica praticamente inviabilizada qualquer reforma mais ampla (tributária, política etc.). Que é exatamente aquilo que Vaccarezza diz que o PT deve perseguir.

Ao menos nesta questão, o reformismo maximalista (“ou quase tudo, ou nada presta”) pode servir ao antirreformismo radical, nos conduzindo para uma armadilha Tucana.

Se não sair voto em lista pré-ordenada (no sistema flexível, que permite agregar mais apoios no Partido e também fora dele) e finan-

ciamento público, enfrentaremos uma campanha pelo financiamento privado com voto distrital, tal como propõem os tucanos.

Este é o principal risco que corremos, neste estágio da reforma política realmente em debate no Congresso Nacional.

Por isso, melhor alguma reforma (que viabilize o financiamento público, que por sua vez supõe algum tipo de voto em lista), do que nenhuma reforma.

Certamente Vaccarezza, que ao contrário de mim é doutrinariamente um reformista, compreenderá isto e dará todo apoio para o movimento de unidade que está em curso, tanto na bancada quanto no Partido, em torno da proposta de lista flexível, que pode ajudar a viabilizar os demais pontos em debate.

A reunião que o Diretório Nacional do PT fará na próxima segunda-feira será, neste sentido, o momento de fazer do limão colhido nos últimos dias, uma boa limonada.

*15 de junho de 2007*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/04/vaccarezza-e-coerente-erra-ha-tempos.html>*

## En recuerdo de Javier Diez Canseco

Estimada Liliana

Estimado Esteban

Companeros y companeras

Agradezco la invitacion para el acto en recuerdo de Javier.

Infelizmente, en los dias 2 y 3 de mayo tuvimos el Encontro Nacional del Partido dos Trabalhadores.

Y hoy estoy haciendo un informe del encuentro en el estado de Sergipe, en el Nordeste de Brasil.

Por esas razones, me fue imposible comparecer al acto.

Como saben ustedes, fue secretario ejecutivo del Foro de SP, ademas de secretario de relaciones internacionales del PT, entre 2005 y 2013.

Tuvo, durante este período, algunas oportunidades de compartir con el companero Javier Diez Canseco.

Creo que Javier no lo sabia, pero yo lo conozco desde antes, desde 1990, cuando estuvimos en el mismo local de fundacion del Foro de São Paulo.

El, como parte de la directiva de la actividad, yo como un participante más.

Volvi a estar con ele 15 anos despues, en 2005.

Y como ya dice, compartimos algunas vezes en actividades del Foro, incluso en Peru.

En general, me parece que teniamos coincidencia en muchas de nuestras posiciones.

Por supuesto, en algunos casos, en especial en la evaluación sobre Ollanta Humala y su gobierno, tuvimos muchas discrepancias.

De hecho, prefería seguir teniendo discrepancias con él.

Esta es, creo, una de las muchas diferencias entre lo que sentimos por nuestros enemigos y lo que sentimos por nuestros compañeros.

A los enemigos, uno quiere derrotar, aplastrar, tu no los quiere de manera alguna.

A los compañeros, independiente de tenermos o no discrepancias, tu los quiere vivos y actuantes.

En el caso particular de Javier, agregó algo que siempre me llamó la atención: su trato amistoso.

No sé si la expresión “carinhoso” tiene el mismo sentido que tiene para nosotros, brasileños, mas es así: Javier siempre fue muy cariñoso con nosotros.

Su partida nos provocó, a mí y a otros compañeros del PT que lo conocían, mucha tristeza, mucha inconformidad.

Pido que transmitan estas palabras a su familia, a sus amigos y a sus camaradas de lucha por el socialismo.

Un abrazo

*Valter Pomar*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/04/acto-politico-cultural-en-recuerdo-de.html>

## **Tática Eleitoral e Política de Alianças\***

1. A eleição presidencial de 2014 está no centro das preocupações e movimentações de todas as classes sociais e frações de classe, de todos os movimentos sociais e populares, de todos os meios de comunicação, governantes, parlamentares e partidos políticos. Como vem ocorrendo desde 1989, a eleição presidencial cristaliza o estado da arte da luta de classes no Brasil.

2. O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo vencer a eleição presidencial de 2014. Ou seja: eleger a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial. E queremos vencer criando as condições para um segundo mandato superior ao atual, ampliando a base de apoio do governo no Congresso, nos governos de estado e nos movimentos sociais.

3. Um segundo mandato Dilma superior ao atual é o desejo não apenas do PT, mas da maioria do povo brasileiro. Pesquisas recentes confirmam que a Presidenta Dilma é a preferida da maioria do eleitorado, parte importante do qual deseja mudanças no segundo mandato. Ou seja: parte importante do eleitorado e do povo brasileiro deseja que o segundo mandato Dilma “continue mudando” o Brasil.

4. O que significa, programaticamente, um segundo mandato superior ao primeiro? O que significa “continuar mudando” o Brasil? Responder a estas perguntas exige perceber que no Brasil e na Amé-

---

\* Primeira versão da proposta que a Articulação de Esquerda apresentará para debate no Encontro Nacional do PT dias 2 e 3 de maio de 2014.

rica Latina, continua posta a tarefa de superar a herança maldita proveniente da crise da ditadura, do desenvolvimentismo conservador e da devastação neoliberal.

5. Esta herança possui três dimensões principais: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia, e a lógica do Estado mínimo. Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e regional, motivo pelo qual defendemos o aprofundamento da soberania nacional, a aceleração e radicalização da integração latino-americana e caribenha, com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

6. As quase três décadas perdidas (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começou a ser debelada, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma. Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política, políticas públicas universalizantes de bem estar-social, com desenvolvimento ancorado em reformas estruturais.

7. Para atingir estes objetivos programáticos, para dar continuidade ao processo de mudanças iniciado em 2003, para tornar possível um segundo mandato Dilma superior ao atual, precisamos não apenas de uma campanha eleitoral, não apenas de coligações eleitorais, mas de uma grande mobilização apoiada nos movimentos sociais, na juventude, nas mulheres, nos idosos, nos trabalhadores da cidade e do campo, nos intelectuais e artistas, nos setores médios e pequenos proprietários comprometidos com o desenvolvimento nacional, bem como setores partidários comprometidos com o projeto democrático-popular.

8. Este apoio político-social é a condição necessária tanto para vencer a eleição presidencial, quanto para fazer um segundo mandato superior ao atual. É fundamental, também, para reeleger nossos governos estaduais e garantir outras vitórias na sucessão dos atuais,

assim como para ampliar nossas bancadas parlamentares e as de nossos aliados.

9. Compete ao Diretório Nacional dirigir politicamente a campanha eleitoral nacional e articular a ela as campanhas estaduais, imprimindo ao conjunto as diretrizes do Programa de Governo aprovadas neste Encontro, bem como a tática e alianças definidas na primeira etapa do 5º Congresso e no atual Encontro. À Direção Nacional, através da CEN, cabe decidir, em última instância, as questões das alianças necessárias à condução vitoriosa da campanha nacional.

10. A disputa eleitoral de 2014 é e seguirá marcada por um pesado ataque ao nosso projeto, ao governo e ao PT da parte dos conservadores, de setores da elite e da mídia monopolizada, que funciona como verdadeiro partido de oposição. Nossos principais adversários representam um projeto oposto ao nosso, inclusive a candidatura bicéfala que se esforça em apresentar-se como suposta terceira via. Guardadas diferenças secundárias e temporais, ambas candidaturas expressam os interesses dos partidos e forças sociais que desejam uma política externa subalterna aos Estados Unidos, uma política econômica descomprometida com o bem-estar social, uma política sem movimentos sociais e radicalização democrática.

11. A eleição presidencial de 2014, em que hoje aparecemos como favoritos nas pesquisas, será das mais duras desde a redemocratização do País – devido à complexidade da conjuntura, ao perfil dos adversários e aos reflexos da crise mundial. Por isso mesmo, o enfrentamento exige uma tática política capaz de promover um elevado grau de unidade interna e mobilização, associados à formação e capacitação da militância, para que sejamos capazes de responder à altura aos ataques da oposição, mantendo uma postura ofensiva e não defensiva.

12. A continuidade – e, sobretudo, o avanço – do nosso projeto está vinculada à nossa capacidade de fortalecer um bloco democrático e popular, amparado nos movimentos sociais, na intelectualidade e em todos os setores comprometidos com o processo de transforma-

ções econômicas, políticas, sociais e culturais implementadas pelos governos Lula e Dilma. É a existência deste bloco democrático e popular que tornará possível agregar outras forças políticas e sociais de centro, numa ampla frente que apoie a eleição e o governo da presidenta Dilma.

13. As manifestações de junho e o amplo processo de discussões que o PT vem promovendo demonstram que há um sentimento de urgência por mudanças mais profundas e rápidas. O fato é que, após mais de uma década de melhorias sociais relevantes, a população reivindica reformas, todas contidas em nosso programa, como é o caso exemplar da reforma política, a democratização da comunicação, a reforma agrária e a reforma urbana.

14. Inegável que as condições de vida das pessoas melhoraram sensivelmente na renda, no emprego, no acesso à educação e em diferentes políticas públicas, mas essa melhora fica esmaecida pela mobilidade urbana cada vez mais difícil, pelas restrições orçamentárias que afetam a eficiência dos sistemas de saúde e educação públicas, pela violência, pela insegurança e pela corrupção no mundo político e no judiciário.

15. Ao apoio à continuidade do nosso projeto pela maioria da população soma-se um manifesto desejo de mudança. Por isto reafirmamos que não basta reeleger Dilma. É preciso criar condições para fazer um segundo mandato com novas conquistas, novos direitos, novos avanços e reformas estruturais, com prioridade para a reforma política com participação popular, a democratização da mídia e a melhoria dos serviços públicos, criando assim as condições para passos mais ousados em direção as reformas estruturais.

16. Nessa linha, o primeiro desafio político da campanha é articular a defesa das grandes conquistas obtidas pelo povo brasileiro durante os governos Lula e Dilma com a proposta de um novo ciclo de desenvolvimento e reformas estruturais, que amplie e aprofunde os avanços anteriores. Não basta defender o legado, por maior que ele seja. Também é necessário responder às novas demandas da sociedade.

de, que só serão atendidas realizando as velhas demandas por reformas estruturais.

17. Evidentemente, quem busca a reeleição não pode apenas apresentar novos programas e falar sobre o futuro. Precisa, igualmente, mostrar o que já fez. Assim, a campanha deverá apontar os desafios que pretendemos vencer no futuro e, simultaneamente, resgatar a bem-sucedida solução dos grandes problemas do passado. No essencial, nosso discurso deve unir os dois momentos: “quem foi capaz de acabar com o desemprego vai melhorar a qualidade de vida”.

18. Na medida do possível, devemos buscar a construção de palanques estaduais unitários, respeitando sempre as particularidades de cada Estado. Onde isso se revelar politicamente inviável, devemos firmar acordos de procedimento antes e durante a campanha, que possibilitem a existência de dois ou mais palanques para a candidatura presidencial.

19. As eleições de 2014 são também um momento decisivo para travar o debate de ideias e conquistar hegemonia em torno do nosso projeto de sociedade. Nesse sentido, a proposta de um plebiscito para convocar uma Constituinte Exclusiva pela Reforma Política, proposta pela presidenta Dilma ao Congresso e encampada pelo PT, movimentos sociais, centrais sindicais, partidos políticos, organizações da sociedade, deve envolver a participação da militância e de nossas candidaturas. A luta pela reforma política deve estar no centro de nossa tática eleitoral e dos programas de governo nacional e estaduais.

20. Por fim, relembramos à militância a necessidade de preservar o defender o PT. Os setores conservadores e o conjunto da classe dominante encaram o PT como um pesadelo, porque está destruindo um desejo acalentado por eles durante séculos: o sonho de uma “democracia” sem povo. E ao construir uma democracia realmente popular, o PT tornará possível materializar o objetivo de tantos que morreram na luta contra a ditadura militar: o socialismo.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/04/tatica-eleitoral-e-politica-de-aliancas.html>*

## Convenções, Encontros, Congressos

O PT foi criado em 1980, durante a ditadura militar, que encerrou-se em 1985.

Seu estatuto inicial obedecia à Lei Orgânica dos Partidos Políticos, editada pela ditadura.

O estatuto previa a realização de Convenções partidárias, para determinar programa e candidaturas. Estas convenções eram compostas de forma não democrática.

O PT então formulou um regimento interno, que não tinha respaldo legal, mas que era obedecido pelo Partido.

Este regimento tinha várias diferenças em relação ao estatuto legal, uma destas diferenças estava na figura dos “encontros partidários”.

Os encontros eram compostos por delegados eleitos pelas bases do partido, num processo piramidal.

Numa cidade de maior porte, por exemplo, poderíamos ter encontros zonais, de que participavam todos os filiados do Partido (desde que estivessem em dia com sua contribuição partidária). Os encontros zonais elegiam delegados ao encontro municipal. Os delegados de todos os encontros zonais reuniam-se no encontro municipal. O encontro municipal, por sua vez, elegia os delegados ao encontro estadual. Os delegados eleitos por todos os encontros municipais compunham o encontro estadual, que por sua vez elegia os delegados ao encontro nacional. Os delegados de todos os encontros estaduais compunham o encontro nacional.

Em cada um destes níveis (zonal, municipal, estadual e nacional), além do debate político e da votação de resoluções, eram eleitos os delegados e as direções.

As decisões do encontro eram obrigatórias, o que significa que quando as convenções reuniam-se, mesmo que a composição da convenção oficial fosse outra, ela tinha simplesmente que homologar o resultado do respectivo encontro.

Tanto os delegados, quanto as direções, eram eleitas através do mesmo método: abria-se um prazo para inscrição de chapas; cada chapa (ou lista) inscrevia seus candidatos, com base numa tese (um documento político); cada filiado (no caso do encontro zonal) ou delegado (no caso dos demais níveis) votava numa chapa; com base na proporcionalidade direta, definia-se o resultado. Portanto, se havia três chapas e cada uma conseguia 33% dos votos, cada chapa ficava com 33% da direção e da delegação.

Cabia à direção eleita, em sua primeira reunião, escolher a executiva e os cargos de cada integrante da executiva, inclusive do Partido, através do voto.

Quem podia apresentar chapas? Qualquer filiado que estivesse em dia com suas obrigações financeiras para com o Partido. As chapas podiam ser inscritas incompletas, ou seja, com um número menor de integrantes do que o número total de vagas em disputa.

Na prática, havia três tipos de chapas: chapas unitárias; chapas apresentadas por filiados; chapas organizadas por tendências do Partido.

É importante saber que no PT sempre houve tendências (em alguns casos partidos dentro do Partido, em alguns casos frações, em alguns casos correntes de opinião mais ou menos permanentes).

Na maioria dos casos são estas tendências que apresentam chapas e teses para discussão, nos processos de encontro.

As tendências foram regulamentadas pelo V Encontro nacional do PT (1987) e pelo Primeiro Congresso (1991).

Portanto, ao longo de seus primeiros 10 anos o organismo máximo do PT era o encontro nacional.

Nos anos 1990 houve duas mudanças importantes. A primeira mudança foi a realização dos congressos. Antes a figura do Congresso não existia. A partir de 1991, passou a existir a figura do Congresso, baseada

na ideia de que os encontros debateriam questões táticas e os congressos debateriam questões estratégicas e organizativas mais profundas.

Na prática, não aconteceu isto. Até hoje fizemos 14 encontros nacionais (sem contar os encontros extraordinários, que não foram numerados) e 5 congressos (sendo que o 5º Congresso terá uma segunda etapa, que vai reunir-se em 2015). E muitos destes congressos não debateram apenas nem principalmente questões de fundo.

Uma outra mudança importante, nos anos 1990, foi a criação dos setoriais do partido. Os setoriais agrupam os militantes por área de atuação (juventude, educação, saúde etc.). Assim, o filiado pode participar da votação geral do Partido (elegendo delegados e direção) e também pode votar para escolher a coordenação e a linha do seu setorial.

O sistema anteriormente descrito foi profundamente alterado em 2001, no Segundo Congresso do PT, que aprovou a realização de eleições diretas para direção partidária.

Trata-se de um processo inicialmente muito comemorado pela maioria do Partido, mas hoje muito polêmico dentro do PT, a tal ponto de ter sido aprovado, no 14º encontro (realizado em dezembro de 2013) uma recomendação de revisar ou até mesmo eliminar este método de eleição.

A eleição direta muda o processo anterior de três formas diferentes. Primeiro, introduz no interior do Partido uma dinâmica semelhante a que ocorre nas eleições burguesas. Segundo, o número de pessoas que votam sem ter participado de nenhuma discussão anterior é imenso (em 2013, tivemos 425 mil votantes contra menos de 30 mil que participaram de alguma discussão sobre a eleição nacional. Não temos dados sobre a participação nos debates municipais e estaduais). Terceiro, a eleição direta unifica todo o processo eleitoral (a eleição de delegados e de direções é feita ao mesmo tempo, para todos os níveis, num único dia de votação).

Antes o filiado votava na zonal, depois o delegado zonal votava no encontro municipal, depois o delegado municipal votava no encontro estadual, depois o delegado estadual votava no encontro nacional. Este

processo não apenas garantia mais debate, como também permitia que o militante de base, o filiado independente, não ligado a nenhuma tendência, tivesse mais participação no processo.

A criação da eleição direta, na prática, fez com que as tendências nacionais controlassem o processo desde o início, ao inscrever suas chapas e suas teses. Na prática, as chapas e teses estaduais e municipais tendem a ser cada vez mais verticalizadas, ou seja, a tomar como referência as teses e chapas nacionais. O que confere, as tendências, um caráter de fração cada vez mais forte.

Outra mudança muito importante, ocorrida a partir de 2001, foi o enfraquecimento das tendências enquanto correntes de opinião e seu fortalecimento enquanto aparato de disputa do poder interno. O que é agravado por outro processo, simultâneo a este, de transformação das tendências em fachada, cobertura, biombo, de mandatos parlamentares ou de grupos vinculados a detentores de mandatos executivos (prefeitos, governadores).

Finalmente, desde 2003 em diante, ou seja, desde nossa chegada à presidência da República, ocorreu um último fenômeno extremamente deletério, que foi o empobrecimento cultural, teórico e político do debate interno.

Quem se puser a ler as resoluções do PT, desde 1980 até hoje, vai verificar que elas perderam profundidade. Como os redatores das resoluções são mais ou menos os mesmos, há 30 anos, e como o Partido ampliou suas cotas institucionais neste mesmo período, uma conclusão possível é que esta perda de densidade cultural, teórica e política constitui um efeito colateral de nosso sucesso eleitoral.

Falando de outra forma: o Partido tende a tomar cuidado com o que escreve, com o que diz, com o que fala, com o que resolve, com o que delibera, mas este “tomar cuidado” não incide apenas sobre a forma (como dizer), mas também começa a impor silêncios (o que não dizer).

Ao mesmo tempo, a forma das resoluções perde vivacidade literária, perde força plástica, perde vivacidade. Ou seja, uma burocratização estética.

Antes, do conflito entre as diferentes posições, das diferentes tendências, emergia em geral um resultado superior às partes em disputa. Agora, tende a ocorrer o contrário: o resultado é inferior.

Com o objetivo de resolver, ao menos em parte, este problema, nos últimos anos o PT tem adotado cada vez mais o sistema de teses guias elaboradas pela direção, com base na qual o debate ocorre na base, sem prejuízo de teses alternativas e sem prejuízo do debate e votação aberta das emendas nos processos de encontro. Embora do ponto de vista formal este processo tenha sido introduzido com a melhor das intenções, na maioria das vezes o resultado prático não correspondeu aos desejos e os problemas citados anteriormente continuaram se fazendo presentes.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/convencoes-encontros-congressos.html>*

## A Copa, as eleições e o que virá depois

O texto abaixo foi escrito, conjuntamente com Lício Lobo, a convite da Editora Boitempo, para uma coletânea que será publicada proximamente.

Entregue o texto, a Editora propôs mudanças.

Os autores informaram que as mudanças propostas alterariam aspectos centrais da posição de ambos.

Então, a proprietária da empresa informou que o texto não seria mais incluído na referida coletânea.

Em seguida, propôs sua publicação no blog da Boitempo.

Somente quando estiver a venda a coletânea supracitada, será possível compreender plenamente as motivações editoriais e políticas pelas quais o texto foi encomendado, depois recusado e novamente convidado (mas para um blog).

Até lá, os leitores de Página 13 podem formar sua opinião. Pois aqui, neste site, não se tem dúvida acerca da pertinência e conveniência, tanto política quanto editorial, de um texto que defende claramente a reeleição de Dilma Rousseff.

\*\*\*

Como vem ocorrendo desde 1989, a eleição presidencial cristaliza o estado da arte da luta de classes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo *vencer as eleições presidenciais de 2014*. Ou seja: eleger a presidenta Dilma Rousseff para um segundo man-

dato presidencial. Mas é preciso vencer *criando as condições para um segundo mandato superior ao atual*.

Por isso o programa de governo 2015-2018 deve ser muito incisivo, reconhecendo que continua posta a tarefa de superar a herança maldita proveniente da ditadura, do desenvolvimentismo conservador e da devastação neoliberal.

Esta herança possui três dimensões principais: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia, e a lógica do Estado mínimo. Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e regional, motivo pelo qual devemos defender e aprofundar a soberania nacional, acelerar e radicalizar a integração latino-americana e caribenha, com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

As quase três décadas perdidas (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começou a ser debelada, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma. Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política e políticas públicas universalizantes do bem estar-social, com um padrão de desenvolvimento ancorado em reformas estruturais.

Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também Dilma foi eleita em 2010. Analogamente, se a esquerda quiser continuar governando o país a partir de 1 de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

As mesmas pesquisas que apontam Dilma como a preferida da maioria do eleitorado, também indicam que o povo quer mudança, ou seja, que Dilma faça um segundo mandato superior ao primeiro.

A oposição, o grande capital e o imperialismo tentam pegar carona no desejo de mudanças manifesto por amplos setores da população. Evidentemente, a mudança que eles desejam se traduz na derrota

de Dilma e do PT, bem como na adoção de outro programa de governo. A mudança que a oposição, o grande capital e o imperialismo desejam é mudança para pior. Já as mudanças desejadas pelo povo se traduzem em *mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia*.

A contradição entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pelas elites é uma contradição antagônica. Por isto, a oposição não pode assumir abertamente seu programa: seria a derrota antecipada. Por isto, a oposição aposta na deterioração e na crise. Por isto, a oposição precisa manipular a população.

Para viabilizar o que a oposição de direita, o grande capital e o imperialismo querem, o ideal seria recuperar plenamente o governo federal, através da vitória de um de seus candidatos. Caso isto não seja possível, eles continuarão trabalhando para impor, tanto ao atual quanto ao segundo mandato Dilma, as políticas preferidas pela oposição de direita. Vale dizer que estas “duas táticas” da direita vem sendo aplicadas pelo menos desde o dia 1 de janeiro de 2003.

Para tentar recuperar o controle pleno do governo federal, a oposição de direita conta com duas candidaturas presidenciais: a candidatura Aécio Neves e a candidatura Eduardo Campos.

Nos referimos à “oposição de direita”, por dois motivos. O primeiro motivo é que há setores de direita que apoiam o governo (e que, pelo menos por enquanto, ainda não são oposição). O segundo motivo é que, em nossa opinião, ser de “direita” ou de “esquerda” na conjuntura atual está vinculado à natureza do projeto de desenvolvimento defendido por cada candidatura, partido e movimento. Os que defendem um projeto de desenvolvimento submisso aos Estados Unidos e de natureza neoliberal ou social-liberal são, em nossa opinião, forças de direita e centro-direita. Os que defendem um projeto desenvolvimentista conservador estão ao “centro” (falando *em tese*, porque de fato o centro se inclina e se divide em favor da direita e/ou da esquerda). Já os que defendem um projeto de desenvolvimento autônomo, de natureza social-desenvolvimentista ou democrático-popular são forças de centro-esquerda ou esquerda.

Somadas, *as candidaturas Aécio+Eduardo/Marina expressam o interesse de conjunto do grande capital*. Claro que haverá empresários apoiando e votando em Dilma. Mas *enquanto classe, a burguesia estará financiando, apoiando, votando e torcendo pela oposição*.

Mesmo que perca as eleições, mesmo que Dilma vença as eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita não vai deixar de existir. Pelo contrário, vai continuar com suas duas táticas: por um lado preparando-se para as eleições presidenciais de 2018, por outro lado trabalhando para impor a política deles ao segundo governo Dilma.

Na luta política contra o PT, a oposição de direita usa e abusa das insuficiências e contradições do governo e do próprio Partido. Por exemplo, a incompreensão acerca do papel do grande capital. Este não é “ingrato” nem “desinformado”, apenas considera que certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro.

Desta incompreensão acerca da postura do grande Capital, decorre a incorreta insistência numa política de alianças com setores da direita, assim como dúvidas sobre o papel positivo e indispensável dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos.

O tema da Copa é um “bom exemplo” dos erros e insuficiências, não apenas do governo do PT, mas também de aliados e opositores de esquerda.

*Vai ter Copa*, mas em condições de temperatura e pressão ainda não precisamente determinadas. E tanto o desempenho da seleção brasileira como a forma com que lidamos com os inúmeros questionamentos, controvérsias e contradições que cercam a questão podem incidir de forma importante no debate e no resultado eleitoral.

Desde as manifestações de junho de 2013, o tema frequente o imaginário da população e é trabalhado pela mídia de alto coturno de forma subliminar e com uma ambiguidade marota, ora se aproveitando das oportunidades bilionárias proporcionadas pelo “negócio da

Copa”, surfando na onda da torcida pelo hexa campeonato, ora ressaltando os “gastos perdulários” com estádios que supostamente subtraem recursos da saúde e da educação.

Os cartazes cobrando “educação e saúde padrão Fifa”, presença constante em todas as manifestações de junho de 2013, em cada uma das cidades em que estas tiveram lugar, e as enormes passeatas que tiveram o Mineirão, o Maracanã e outros estádios como “alvo” nos jogos do Brasil na Copa das Confederações são exemplares neste sentido.

A respeito destas manifestações, é preciso denunciar e derrotar os que pretendem, usando pretextos como a “atualização do marco legal” e a “proximidade da Copa”, adotar uma legislação “celerada”, que legalize a violência policial-militar contra os movimentos sociais e contra a população pobre em geral.

Claro que devemos combater a violência nas manifestações. Mas isto envolve a desmilitarização das polícias: grande parte dos atos de violência ocorridos nos últimos meses tem origem na ação ou falta de ação dos aparatos policiais. É preciso denunciar a atitude predominante nas polícias: a provocação e a permissividade quando interessa gerar o caos; o racismo, a violência desmedida e atitudes militaristas, quando interessa impor o medo. E as vítimas, em sua grande maioria, sempre jovens e negras.

Envolve a necessidade de tratar no grau, nos termos da legislação vigente, atos individuais de violência. O que temos visto em algumas manifestações não é qualitativamente distinto do que assistimos nos estádios, no conflito entre torcidas. Não é preciso lei “antiterrorista” para enfrentar esta situação, não há fatos novos que exijam nova legislação.

Envolve uma ação preventiva contra a proliferação de grupos fascistas, racistas, homofóbicos, de “vigilantes”. Há setores médios que, atendendo ao discurso histórico de certa direita e/ou tomados de esquerdismo inconsequente, estão sendo estimulados, financiados e dirigidos no sentido de gerar situações de conflitos.

Finalmente, combater a violência envolve adotar, nas manifestações organizadas pelos movimentos sociais, populares, estudantis, sindicais e pelos partidos de esquerda, de “serviços de ordem”, a saber, equipes identificadas e treinadas para impedir a ação de infiltrados e provocadores.

Como já dissemos, vai ter Copa. Por isto mesmo, do ponto de vista estratégico, deveríamos ter desmistificado o tal “padrão Fifa” com a adoção de uma postura muito mais ativa na relação com esta entidade, pois a experiência da Copa do Mundo na África do Sul e toda a trajetória da Fifa indicam que o correto seria que o governo tivesse assumido o gerenciamento e execução estatal das obras, e ao mesmo tempo enfrentado a quadrilha que comanda os grandes negócios do mundo esportivo nacional e internacional. Tal postura teria impedido que o preço dos ingressos fosse impeditivo para amplos setores da população.

Cabe ao PT e ao governo entender o fenômeno e ter humildade e capacidade para dialogar com o sentimento real da população, sem ufanismos, sem “chapa branquismo” e com um enfrentamento real dos problemas advindos da tumultuada e mal resolvida relação com a Fifa, que tenta se impor como autoridade plenipotenciária em solo brasileiro.

Assim, ao lado da postura de anfitrião da Copa que a situação exige, é importante capacidade de diálogo no sentido de superar as contradições que são apontadas por setores populares vítimas reais dos “efeitos colaterais” das obras que caracterizam o controverso “legado da Copa”.

É forçoso reconhecer que há problemas sérios de remoções forçadas de 150.000 a 170.000 famílias nas doze cidades que serão sede do mundial, em ações comandadas pelos poderes públicos municipais, com apoio das instâncias estaduais e, em alguns casos, federais, que concorreram para a retirada abrupta de moradias que teriam garantido o direito à permanência no local pelo instituto da usucapião urbano, via de regra retiradas que deram lugar a projetos que para

além das obras de “mobilidade urbana” ensejaram valorização imobiliária que geraram lucros fabulosos para investidores privados “bem posicionados” no mercado.

Abrir um canal de interlocução sério com as entidades representativas desta população é um passo que o governo precisa dar, se quisermos combater com argumentos sólidos o oportunismo eleitoral dos que querem transformar o “não vai ter Copa” em plataforma política.

Na mesma linha, é mesmo inadmissível aceitar a política de “trabalho voluntário” na Copa do Mundo, mal e mal escondendo o suporte deste trabalho não pago ao funcionamento da engrenagem que dará oportunidades de lucros extraordinários para centenas de grandes empresas privadas. Cabe às centrais sindicais e às entidades estudantis combater esta verdadeira afronta à luta contra a precarização das relações de trabalho.

Portanto, recusamos a palavra de ordem “não vai ter Copa”. Esta palavra de ordem poderia ser parte legítima do debate, quando se discutia se o Brasil pleitearia ou não ser sede do evento. Agora, não há maneira de considerar como tempestiva, nem como correta, esta palavra de ordem: “não vai ter Copa” significaria na prática inviabilizar o evento, com os danos imensos que isto causaria, tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do ponto de vista político.

Igualmente recusamos a postura daqueles que, pela esquerda ou pela direita, confundem o legado de 12 anos de governos federais encabeçados pelo PT, com o mal denominado legado da Copa. Ou das Olimpíadas.

A Copa e as Olimpíadas não sintetizam, nem para o bem, nem para o mal, o projeto de mudanças que defendemos para o Brasil. De maneira geral, os grandes eventos e as grandes obras não podem ser analisadas, defendidas ou rejeitadas nem em si, nem como um pacote indiviso.

O conjunto da esquerda brasileira deve lembrar que, aos 50 anos do golpe, as eleições de 2014 ocorrem num ambiente marcado pelo confronto entre o udenismo histórico e as forças políticas que susten-

tam o resgate das reformas de base. Este confronto – muito mais que um jogo, uma copa ou uma olimpíada – é que decidirá o futuro imediato do Brasil.

*\*Valter Pomar é militante do PT e doutor em história pela USP*

*\*Licio Lobo é militante do PT, mestre em “Planejamento e Gestão do Território” pela UFABC*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/a-copa-as-eleicoes-e-o-que-vira-depois.html>*

## De tédio não morreremos II

Esta edição do jornal *Página 13* corresponde aos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Nela, os leitores encontrarão um balanço do processo de eleição das direções partidárias, ocorrido em novembro de 2013. Não se trata de um balanço completo: pretendemos voltar ao assunto na edição que circula em fevereiro de 2014. Aproveitamos, também, para apresentar a bancada que representará a Articulação de Esquerda no Diretório Nacional do PT, empossado dia 12 de dezembro de 2013.

Encontrarão, também, textos analisando os desafios de 2014, em diferentes frentes: Igor Fuser aborda o cenário internacional, sob o prisma do Irã e da Venezuela; Breno Altman fala de pesquisas e eleições presidenciais; João de Deus trata da momentosa eleição maranhense; Rubens Alves fala da pauta legislativa do próximo ano; Max Altman e Rodrigo César abordam, em dois textos distintos, o tema da reforma política; Jandyra Uehara trata dos desafios da CUT, com um texto específico dedicado aos trabalhadores da educação.

*Página 13* republica, também, um texto de Valter Pomar, sobre o significado estratégico das prisões de Genoíno, Dirceu e Delúbio. E publica um inédito de Iole Iliada, sobre o debate de ideias no Partido dos Trabalhadores, a luz de um importante evento realizado pela Fundação Perseu Abramo, em novembro-dezembro de 2013.

Ricardo Menezes aborda os desafios da saúde pública, Jonatas Moreth fala da juventude petista, Patrick Campos e Adrielle Manjabosco falam do recente congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. E Marcos Lazaretti, coordenador geral da UEE Livre

do Rio Grande do Sul, fala da eleição do Diretório Central dos Estudantes de Santa Maria (RS).

Além disso, *Página 13* traz um texto acerca de Marcelo Deda, militante petista, governador de Sergipe, que recentemente nos deixou.

\*

Se não houver contratempos, esta edição de *Página 13* começará a circular na abertura do V Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2013.

Este Congresso foi convocado solenemente em dezembro de 2012. Mas desde o debate sobre a **Convocatória do Quinto Congresso**, ficou clara a existência, no Partido, de pelo menos duas posições distintas a respeito.

Todos reconheciam existir uma contradição entre as necessidades da luta política imediata, por um lado, e as diretrizes mais estratégicas e programáticas que deveriam emergir do Congresso, por outro lado.

Alguns propunham resolver esta contradição rebaixando o Congresso, transformando-o numa convenção eleitoral. Outros propunham resolver esta contradição, elevando nossa tática às necessidades de nossa estratégia.

A polêmica se traduziu, do ponto de vista prático, na elaboração de um documento de subsídio ao Congresso, que deveria ter sido debatido pela CEN, pelo DN e em encontros especiais, simultaneamente ao PED. E que, após o PED, seria refeito, incorporando as contribuições das teses apresentadas ao debate.

Tais debates nunca ocorreram. E o documento apresentado como contribuição ao V Congresso, assinado por apenas dois dos vários integrantes da comissão, é basicamente o mesmo produzido antes do PED.

Por sua vez, a chapa “Partido que muda o Brasil”, que disputou o PED com uma tese, abriu mão desta tese em favor do documento assinado por Marco Aurélio e Ricardo Berzoini. Convenhamos, não

teria sido melhor que tal documento fosse apresentado e debatido pelos filiados ao longo do PED? Ou terá prevalecido a opinião, manifestada por um dos autores do documento, segundo o qual o PED não serve para “este tipo de debate mais de fundo”?

A Articulação de Esquerda divulgará, numa separata distribuída diretamente aos delegados e delegadas presentes ao V Congresso, uma análise crítica da contribuição escrita por Marco Aurélio e Ricardo Berzoini, cotejando com o que era dito pela tese da chapa “Partido que muda o Brasil” e propondo emendas.

Seja como for, o fato é que o V Congresso começa agora, mas não termina agora. O que foi convocado para o final de dezembro é uma sessão inaugural, composta por uma mesa de posse das novas direções (onde falarão Rui Falcão, Lula e Dilma Rousseff); outra mesa dedicada a Genoíno, Dirceu e Delúbio; uma terceira mesa, onde Marco Aurélio e Berzoini apresentarão seu texto, seguido de opiniões dos presidentes da CUT, da coordenação do MST e da diretoria da UNE, depois do que terão (ufa!!!) o direito de falar os representantes das chapas que concorreram ao PED; e uma quarta mesa, dedicada a debater os temas programáticos e estratégicos, com base na contribuição de quatro intelectuais. Finalmente, no sábado, 14 de dezembro, haverá a votação de resoluções.

Em algum outro momento, talvez em março de 2014, os/as delegados/as serão novamente convocados/as, para debater tática eleitoral. E talvez em 2015 se convoque novamente o Congresso. Enfim, os mais velhos devem se lembrar da chamada “tática-processo”; agora estamos diante do “congresso-processo”.

O essencial é que a maioria do Partido decidiu “não mexer em time que está ganhando”. Como diz a contribuição assinada por Marco Aurélio e Ricardo Berzoini: “No ano de 2014 a ação do PT estará concentrada na reeleição da companheira Dilma Rousseff à presidência da República, na expansão de suas bancadas no Senado Federal, na Câmara de Deputados e nas Assembleias Legislativas. Da mesma forma, terá papel central o aumento do número de seus governadores.

Claro está que todos estes embates eleitorais exigirão a consolidação, ampliação e qualificação de nossas alianças políticas, essencial não só para vencer as eleições como para o exercício futuro dos governos em nível nacional e estadual. Ainda que as questões programáticas em jogo nas eleições de 2014 não possam ser separadas totalmente de uma política de longo prazo do partido, é necessário evitar que esses temas, de natureza estratégica, se sobreponham e confundam o debate eleitoral do próximo ano”.

Traduzindo: não estamos seguros de que a tática para 2014 ajude a política de longo prazo do Partido, mas estamos convictos de que colocar agora certos temas de longo prazo pode dificultar nosso desempenho eleitoral, assim é melhor não misturar as duas coisas.

Esta opção pode ter vários desdobramentos, inclusive dar certo. Mas há três variantes que nos preocupam.

Na primeira delas, perdemos as eleições por que não percebemos a necessidade de mudar a tática e a estratégia adotadas até aqui. Na segunda delas, ganhamos as eleições e fazemos um segundo governo a altura da tática, mas aquém das necessidades estratégicas, o que terá consequências até 2018 e em 2018. Na terceira delas, ganhamos as eleições e buscamos, após as eleições, fazer um giro na atuação do governo, sem ter construído, durante o processo eleitoral, as bases políticas necessárias para tal.

Não subestimamos a primeira variante. A direita está fazendo um grande esforço para produzir uma tempestade perfeita. E nosso governo tem reagido a isto de maneira recuada, fazendo um grande esforço para conciliar com os interesses do grande capital e do rentismo. As duas variantes projetam um cenário perigoso, econômica, política e eleitoralmente falando. Mas, ainda assim, ainda que no segundo turno, ainda que com dificuldades, o mais provável é nossa vitória com a reeleição da presidenta Dilma.

Mas, em caso da provável reeleição, a opção tática e estratégica da maioria do Partido não terá criado as condições para fazer um segundo mandato superior ao atual. É claro que esta nossa opinião

deve ser matizada: uma vitória petista nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e/ou Minas Gerais muda a correlação de forças políticas. Porém, já sabemos de longa data que a depender da política implementada pelos novos governos estaduais, uma vitória eleitoral pode se converter num problema político, como algumas prefeituras conquistadas em 2012 estão demonstrando.

Coerentemente com as posições que defendeu no PED, não esperamos da maioria da nova direção partidária uma mudança na tática ou na estratégia. Continuarão insistindo numa postura geral defensiva e aquém das necessidades e possibilidades da conjuntura e do período histórico.

Da nossa parte, vamos continuar insistindo na necessidade de um giro estratégico e tático, assim como no funcionamento do PT. Acha-mos que a conjuntura de 2014 tende a ser turbulenta, que a campanha eleitoral será muito difícil, que o PT precisa de outra postura e de outra política, seja para vencer, seja para governar, seja para transformar o Brasil.

Por isto, estamos seguros, nós que somos petistas, de tédio não morreremos.

E que 2014 seja um ano marcado por grandes lutas e grandes vitórias da classe trabalhadora brasileira.

*Os editores*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/de-tedio-nao-morreremos.html>

## Editorial da revista *Esquerda Petista*

Como sabem os que acompanham a Editora *Página 13*, temos feito um esforço no sentido de “especializar” nossas publicações.

O jornal *Página 13*, editado desde 1998, já está em sua edição de número 130 e concentra-se nos temas conjunturais. O boletim *Orientação Militante*, dedicado a temas “internos”, circula digitalmente desde 3 de fevereiro de 2014; no momento em que este editorial estava sendo escrito, encontrava-se em fase de produção *OM* número 28. A Editora *Página 13*, além disso, dispõe de quase 20 títulos em seu catálogo, incluindo aí uma história em quadrinhos.

Já à revista *Esquerda Petista* – cuja primeira edição está em suas mãos neste momento – cabe o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico.

Embora seja uma revista editada sob responsabilidade da Articulação de Esquerda, não é “porta-voz” da tendência. Como em outras de nossas publicações, cada autor é responsável pelo que escreve, e suas posições não precisam coincidir necessariamente com as posições da tendência. Até porque nossa revista é aberta a militantes que, sendo de esquerda, não são integrantes da AE.

*Esquerda Petista* buscará circular na intelectualidade de esquerda em geral, especialmente – mas não somente – aquela vinculada ao PT.

Editorialmente, nos esforçaremos para cobrir o seguinte temário: o capitalismo do século 21, a crise internacional, a integração regional e nossa política externa; a análise do capitalismo e a luta pelo socialismo no Brasil, a luz das tentativas feitas ao longo do século 20; a discussão sobre programa e estratégia, incluindo rumos do de-

envolvimento e meio-ambiente, políticas públicas universais e reformas estruturais; educação, cultura e comunicação na luta por hegemonia; os debates de fundo acerca da conjuntura e tática; o balanço dos governos encabeçados pelo PT, em âmbito nacional, estadual e municipal; as diferentes manifestações da luta de classes, incluindo eleições, movimentos e lutas sociais; as questões de gênero, raça e orientação sexual; a análise crítica do conteúdo da mídia (TV, rádio, internet, revistas teóricas e políticas, livros); resenhas de livros e outras publicações; e um acompanhamento do debate acerca do PT e do conjunto da esquerda brasileira.

Agradecemos antecipadamente aos leitores que nos enviem críticas e sugestões, de preferência a tempo do número 2, que pretendemos fazer circular durante a Plenária estatutária da Central Única dos Trabalhadores.

Boa leitura e principalmente uma boa luta, é o que desejamos.

*Os editores*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/editorial-da-revista-esquerda-petista.html>*

## **Aécio e Eduardo\***

Na minha opinião, o companheiro João Pedro Stédile comete um grave erro quando afirma que Dilma e Eduardo/Marina são “candidaturas alternativas de um mesmo projeto”.

Eduardo/Marina representam exatamente a posição de setores da burguesia e de setores médios que romperam com o PT, porque desejam reduzir as políticas que beneficiam a classe trabalhadora, além de desejar alterações no campo das liberdades democráticas e das relações internacionais.

A afirmação correta: Aécio Neves e Eduardo/Marina é que são candidaturas alternativas de um mesmo projeto. Com qualquer deles vitorioso, o projeto neoconservador do grande capital vai voltar com tudo.

Por fim: esta impressão equivocada acerca do real caráter da candidatura Eduardo Campos é um dos motivos pelos quais sua candidatura pode se converter na candidatura preferencial dos que desejam – como disse Marina – “acabar com o chavismo do PT”.

*Valter Pomar*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/aecio-e-eduardo.html>*

---

\* Publicado no jornal *Página 13* – <http://www.pagina13.org.br/eleicoes-2/stedile-esta-em-curso-no-brasil-uma-concentracao-da-propriedade-da-terra/>

# Palestra no 1º de Maio de 2014 em Mossoró (RN)

## 1º de maio de 2014

1. Vivemos momentos de mudança (crise, EUA, deslocamento geopolítico).

2. Mudanças lá fora, janela para mudanças aqui (1814, 1930, 1970).

3. Intensifica-se o conflito entre as duas vias de desenvolvimento (conservadora e democrática).

4. Semelhança entre situações: segundo governo Vargas, governo João Goulart, momento atual.

5. Ambiente de tensão explica reações dos setores conservadores (no judiciário, no parlamento, nas forças armadas, nos meios de comunicação, nas igrejas).

6. Qual o impasse?

- país precisa de reformas, Executivo não consegue fazer e Congresso não quer fazer e Judiciário não deixa fazer;

- o crescente impasse institucional mais a corrupção (seja a real, seja aquela que a mídia divulga existir) amplia a perda de legitimidade;

- do jeito que está, não fica por muito tempo mais, pois sem solução institucional conflito vai se aprofundar

7. Qual a “solução democrática” para este conflito?

- ou bem a oposição conservadora vence no voto e tenta fazer o país voltar ao “normal” (o que vai aprofundar um determinado tipo de conflito)

- ou bem se realiza um reforma política e assim criamos as condições para aprofundar mudanças (o que vai aprofundar outro tipo de

conflito, pois derrotada nas urnas e diante de uma Constituinte, uma parte da direita vai apostar numa solução não democrática)

8. Reforma política, para quê?

- para ampliar a participação;
- para ampliar o controle social;
- para ampliar a representação;
- para eliminar a fonte da corrupção institucionalizada;
- para estimular o voto programático.

9. Como fazer a reforma?

● ou via emenda constitucional (mas não há maioria qualificada para aprovar reformas. Ou, se vier, será um retrocesso, vide PEC 352/2013);

● ou via constituinte exclusiva (que precisa de emenda constitucional para convocar, mas apenas maioria simples para reformar. O argumento de que constituinte seria inconstitucional converte a cláusula 60 em pétrea. Politicamente, é o congelamento;.

● ou via judicialização (que é um desastre sob qualquer aspecto).

10. É preciso construir uma maioria popular a favor da reforma via Constituinte. Por isto o Plebiscito Popular.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/palestra-sobre-reforma-politica-em.html>*

## Palestra sobre conjuntura para a direção nacional do MST

1. Centro da tática: eleição presidencial
2. Desde 1989, eleição presidencial cristaliza o estado da arte da luta de classes no Brasil
3. Três candidaturas principais na disputa
4. Não é a primeira vez que três candidaturas disputam
5. Foto de ontem ainda é vitória no primeiro turno; mas o filme de amanhã é disputa acirradíssima no segundo turno
6. Não é o mais provável, mas sempre devemos levar em conta a possibilidade de uma vitória da oposição de direita, com qualquer de suas candidaturas
7. Sem reforma política, não deve haver alteração qualitativa na composição do congresso nacional
8. Esquerda pode conquistar governos estaduais importantes, como MG, RJ e SP. Mas isto ainda está longe de ser a tendência principal. Em SP, por exemplo, PSDB pode perder e esquerda não levar.
9. Quais as três “novidades” desta eleição?
10. Mudou a atitude do grande capital:
  - greve de investimentos, atitude nas campanhas eleitorais, deixa crescer o mau humor da “classe média tradicional”;
  - razões do mau humor: perda de *status*, elevação de custos, redução da desigualdade dentro da CT, comportamento do oligopólio da mídia -sendo que isto é causa e feita ao mesmo tempo.
11. Cresceu o setor não petista e não lulista da classe trabalhadora:
  - mudanças geracionais e de gênero, contradição sociológica entre ascensão pelo consumo e comportamento político, acúmulo de

despolitização —via oligopólo, igrejas, educação, cultura, consumo, atitude sindicalismo e atitude partidos de esquerda.

12. Chegamos numa situação limite, do ponto de vista programático/estratégico: não dá para continuar mudando sem impor perdas ao grande capital

13. PSDB quer mudanças com perdas para os trabalhadores, mas evidentemente não pode falar isto claro. Logo, acentua a crítica a “tudo isto que está aí”. Esta crítica reforça o sentimento por mudanças na massa e pode empurrar um setor para votar na candidatura do PSB - que é expressão de um setor da burguesia e setor médio que rompeu pela direita com o PT. Isso os empurra, contraditoriamente, para choques eleitorais entre eles agora, embora precisem um do outro num segundo turno.

14. Massa do povo quer mudanças sem perdas. Precisa ser convencida de que é preciso impor perdas ao grande capital. Mas para isto PT tem que se convencer. Setores do PT não querem impor perdas, outros não percebem a necessidade e outros ainda setores temem as dificuldades para falar disto numa campanha eleitoral. Solução: tendem a acentuar as perdas do passado (causadas pelo PSDB), falando menos das mudanças no futuro. Risco: também empurrar um setor para votar na candidatura supostamente terceira via (nem as perdas do passado, nem tudo que está aí).

15. Existe uma dificuldade em falar, nas eleições, da necessidade de reformas estruturais? O debate sobre a reforma política como linha de menor resistência.

16. A importância de acoplar o debate sobre a democratização da comunicação.

17. Planos da oposição:

- PSDB: casa das garças hard, acompanhado de oposição forte e por isto tendência à atitude repressiva dura;

- PSB: casa das garças também, mas acompanhado de tentativa de cooptação setores do PT.

18. Nosso desafio: segundo mandato superior ao atual

- polarização programática;
- criar condições institucionais (congresso e governos);
- pressão social.

19. Dois temas imediatos

- Copa: direita torce pela derrota;
- Plebiscito popular: devemos apoiar fortemente.

28 de maio de 2014

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/palestra-sobre-conjuntura-para-direcao.html>*

## **Palestra sobre reforma política em São José do Rio Preto**

1. Vivemos momentos de mudança (crise, EUA, deslocamento geopolítico)

2. Mudanças lá fora, janela para mudanças aqui (1814, 1930, 1970)

3. Intensifica-se o conflito entre as duas vias de desenvolvimento (conservadora e democrática)

4. Semelhança entre situações: segundo governo Vargas, governo João Goulart, momento atual

5. Ambiente de tensão explica reações dos setores conservadores (no judiciário, no parlamento, nas forças armadas, nos meios de comunicação, nas igrejas)

6. Explica também as tensões na base do governo

- seja os que já foram (Eduardo e Marina);

- seja a atitude do PMDB.

7. Quais as alternativas?

- ou cresce pela via conservadora (reduzindo igualdade, soberania e democracia);

- ou cresce pela via democrática (ampliando igualdade e soberania e democracia).

8. Para crescer democraticamente, através de meios institucionais, é preciso fazer reformas.

9. O Executivo não consegue fazer, o Congresso não quer fazer, o Judiciário não deixa fazer reformas. Este crescente impasse institucional, mais a corrupção (seja a real, seja aquela que a mídia divulga existir), amplia a perda de legitimidade

10. Do jeito que está, não fica por muito tempo mais, pois sem solução institucional conflito vai se aprofundar. O que é agravado pela situação internacional.

11. Noutras épocas, as classes dominantes buscariam uma solução não democrática para esta situação (Vargas, 64). Hoje parte da elite se sente tentada pelo golpismo udenista, mas por enquanto não tem os meios.

12. Quais as “soluções democráticas” para superar o impasse?

13. *Hipótese 1*: a oposição conservadora vence no voto e tenta fazer o país voltar ao “normal” (ou seja, um governo federal sintonizado com a tradição de desenvolvimentismo conservador)

14. Oposição tem duas alternativas para isto:

- PSDB: casa das garças hard, acompanhado de oposição forte e por isto tendência à atitude repressiva dura

- PSB: casa das garças também, mas acompanhado de tentativa de cooptação setores da esquerda

15. *Hipótese 2*: Dilma é reeleita e conseguimos realizar uma reforma política e assim criamos as condições para aprofundar as mudanças (o que por sua vez vai aprofundar outro tipo de conflito, pois derrotada nas urnas e diante de uma Constituinte, uma parte da direita vai continuar radicalizando)

16. Sem manter a presidência da República, não tem reforma política. Exemplo das Diretas: não basta povo na rua para ter maioria qualificada no congresso para convocar a constituinte exclusiva.

17. Reforma política, para quê?

- para ampliar a participação;
- para ampliar o controle social;
- para ampliar a representação;
- para eliminar a fonte da corrupção institucionalizada;
- para estimular o voto programático.

18. Dois caminhos para fazer a reforma

- o caminho impossível: via emenda constitucional (não há maioria qualificada para aprovar reformas. Ou, se vier, será um retrocesso, vide PEC 352/2013);

● o caminho difícil: via constituinte exclusiva (que precisa de emenda constitucional para convocar, mas apenas maioria simples para reformar).

19. O argumento de que constituinte seria inconstitucional converte a cláusula 60 em pétrea. Politicamente, é o congelamento.

20. Há um terceiro caminho para fazer a reforma política: a judicialização. Mas este caminho é um desastre sob qualquer aspecto, pois tira do povo a decisão

21. É preciso construir uma maioria popular a favor da reforma via Constituinte. Por isto o Plebiscito Popular. Mas como dissemos, a experiência das Diretas Já informa: mesmo com maioria popular, é preciso apoio do governo. Por isto, o tema da eleição presidencial é central.

22. Desde 1989, eleição presidencial cristaliza o estado da arte da luta de classes no Brasil

23. Três candidaturas principais na disputa. Não é a primeira vez que três candidaturas disputam

24. Foto de ontem ainda é vitória no primeiro turno; mas o filme de amanhã é disputa acirradíssima no segundo turno

25. Não é o mais provável, mas sempre devemos levar em conta a possibilidade de uma vitória da oposição de direita, com qualquer de suas candidaturas

26. Sem reforma política, não deve haver alteração qualitativa na composição do congresso nacional que será eleito em 2014.

27. Esquerda pode conquistar governos estaduais importantes, como MG, RJ e SP. Mas isto ainda está longe de ser a tendência principal. Em SP, por exemplo, PSDB pode perder e esquerda não levar. Por isto fundamental jogar tudo na campanha do Padilha.

28. Quais as três “novidades” desta eleição?

29. *Novidade 1*: Mudou a atitude do grande capital:

● greve de investimentos, atitude nas campanhas eleitorais, estímulo ao péssimo humor da “classe média tradicional”;

● razões deste péssimo humor: perda de status, elevação de cus-

tos, redução da desigualdade dentro da CT, comportamento do oligopólio da mídia - sendo que isto é causa e efeito ao mesmo tempo.

30. *Novidade 2*: Cresceu o setor não petista e não lulista da classe trabalhadora (mudanças geracionais e de gênero, contradição sociológica entre ascensão pelo consumo e comportamento político, acúmulo de despolitização —via oligopólio da mídia, igrejas conservadoras, educação mercantilizada, cultura empresarial, consumismo, atitude burocratizada do sindicalismo e de partidos de esquerda)

31. *Novidade 3*: Chegamos numa situação limite, do ponto de vista programático/estratégico: não dá para continuar mudando sem impor perdas ao grande capital

32. PSDB quer mudanças com perdas para os trabalhadores, mas evidentemente não pode falar isto claro. Logo, acentua a crítica a “tudo isto que está aí”. Vide tema da Copa: direita quer a derrota.

33. Esta crítica do PSDB a tudo que está aí reforça o sentimento por mudanças na massa e pode empurrar um setor para votar na candidatura do PSB -que é expressão de um setor da burguesia e setor médio que rompeu pela direita com o PT. Isso os empurra, contraditoriamente, para choques eleitorais entre eles (PSDB e Campos-Marina) agora, embora precisem um do outro num segundo turno.

34. Massa do povo quer mudanças sem perdas. Precisa ser convencida de que é preciso impor perdas ao grande capital. Mas para isto PT tem que se convencer.

35. Setores do PT não querem impor perdas, outros não percebem a necessidade e outros ainda temem as dificuldades para falar disto numa campanha eleitoral. Solução: tendem a acentuar as perdas do passado (causadas pelo PSDB), falando menos das mudanças no futuro. Risco: também empurrar um setor para votar na candidatura supostamente terceira via (aquela que diz não defender as perdas do passado, e diz não ser responsável por tudo que está aí).

36. Existe uma dificuldade em falar, nas eleições, da necessidade de reformas estruturais? O debate sobre a reforma política como linha de menor resistência.

37. A importância de acoplar o debate sobre a democratização da comunicação.

38. Nosso desafio: segundo mandato superior ao atual

- polarização programática;
- criar condições institucionais (congresso e governos);
- pressão social. Também por isto devemos apoiar fortemente Plebiscito popular.

*30 de maio de 2014*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/palestra-sobre-reforma-politica-em-sao.html>*

## **Dai-nos paciência, ó senhor!!!!**

Como se não bastasse propor uma reforma ministerial no próximo governo, quando tantos de nós esperavam que ele tomasse desde já a iniciativa de “arejar” o ministério, o ministro Paulo Bernardo revela – nas declarações dadas e citadas no texto abaixo reproduzido – que segue sendo alguém doutro mundo.

Leiam com atenção. Ele insiste na tecla de que “se faz uma certa confusão entre os controles da comunicação eletrônico e a censura de conteúdo, que não será feita”. E diz que o fundamental é a regionalização da produção, o que “não significa controle do conteúdo, porque a Constituição demarca o que pode ou não ser feito e proíbe embaraço ou restrições à plena liberdade de informação”.

O jornal *Valor Econômico*, a quem ele deu estas declarações, entendeu que a “confusão” de que fala o ministro é feita pela “militância”, que pelo visto quer “censura de conteúdo”. É possível que Valor tenha razão, pois o ministro – em entrevista dada anteriormente à revista *Veja* – criticou a militância por este motivo.

A pergunta que fica, entretanto, é a seguinte: quem deu ao oligopólio privado o direito de praticar “censura de conteúdo”? Não foi a Constituição, pois esta proíbe o monopólio.

O ministro, tão preocupado em explicar que não é a favor da censura de conteúdo, deve ter algum lampejo de que existe a censura praticada pelas empresas de comunicação. Talvez por isto, nos concede a seguinte pérola: “Precisamos discutir o conceito de monopólio. Na época em que a Constituição foi feita, em 1988, a situação era outra, as tiragens dos jornais eram muito maiores e a audiência da

TV aberta bem mais expressiva. Os conceitos daquele tempo talvez não se ajustem aos tempos de hoje”.

Realmente, precisamos discutir o conceito. Mas, qualquer que seja o “conceito”, a realidade é que a comunicação no Brasil é controlada por um oligopólio. É este oligopólio privado que decide o que é ou não publicado. O que na prática significa censura. O problema é que para Paulo Bernardo e pessoas como ele, “censura” é algo praticado pelo Estado. A censura praticada pelo mercado, essa ao ministro parece ser parte da paisagem, talvez porque lhe escapem os “conceitos daquele tempo” em que todo militante de esquerda defendia de fato e de direito a comunicação como direito.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/dai-nos-paciencia-o-senhor.html>*

# **Roteiro de curso sobre socialismo: história, teoria e estratégias**

## **Socialismo: história, teoria e estratégias no mundo e no Brasil**

Os horários abaixo são indicativos. Caso uma tarefa não possa ser cumprida no prazo previsto, ela será realizada no período seguinte e assim por diante.

### **Dia 6 de junho de 2014, manhã**

- Apresentação da proposta do curso como um todo
- Rodada de apresentação do professor e dos participantes
- Informações organizativas
- Breve intervalo
- Cada um dos participantes vai escrever (é preciso distribuir folhas de papel, de preferência com pauta) a resposta para uma das seguintes questões:
  - por quais motivos eu sou socialista? ou
  - por quais motivos eu não sou socialista? ou
  - por quais motivos eu não sei se sou ou não socialista?
- Cada participante terá 10 minutos para responder sozinho.

Em seguida montaremos  $X$  grupos (os grupos podem ser compostos, por exemplo, por tipo de resposta: os que responderão que são, os que responderam que não são, os que disseram que não sabem).

Os participantes vão ler, nestes grupos, o que escreveram. E uma pessoa vai ficar encarregada de resumir as respostas do grupo.

Em seguida vamos reunir toda a turma e será apresentada a síntese dos grupos.

Com base nestas respostas, o professor fará uma exposição sobre os vários temas que devem ser estudados e debatidos, para compreender o que é socialismo.

Esta exposição abordará panoramicamente, mas já tratando de conteúdo, os itens que serão tratados neste curso de 6 a 8 de junho:

- a ficção científica como espelho distorcido desta discussão;
  - o socialismo utópico (ler trechos de Morus, Fourier);
  - a evolução do capitalismo;
  - as teorias vinculando socialismo com a luta (e as diferentes visões a respeito);
  - as teorias de Marx e Engels (ler trechos do Manifesto Comunista);
  - as lutas da classe trabalhadora;
  - as lutas dos demais setores oprimidos pelo capitalismo;
  - as organizações socialistas;
  - um panorama das revoluções socialistas (vitoriosas e derrotadas);
  - a luta pelo socialismo no Brasil;
  - a situação atual, na América Latina e no mundo;
  - indicações para estudo (livros, filmes, músicas, imagens).
- Intervalo para almoço

## **Dia 6 de junho de 2014, tarde**

Serão montados pequenos grupos, para leitura dos seguintes textos:

- A Utopia, de Thomas Morus;
- Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels;
- manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Será dado o tempo de 1 hora de leitura. Cada grupo lerá o que for

possível e terá, em seguida, 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

Em seguida, o relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

– Teremos um intervalo.

Após o intervalo, o professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto no conjunto do debate que estamos fazendo e dando elementos para uma leitura individual posterior.

### **Dia 6 de junho de 2014, noite, será livre.**

### **Dia 7 de junho de 2014, manhã**

Os mesmos pequenos grupos voltarão a reunir-se, para leitura dos seguintes textos:

- Reforma ou revolução, de Rosa Luxemburgo
- Duas táticas da social democracia na revolução democrática, de Lenin

- artigo de Gramsci sobre a revolução de 1917

Será dado o tempo de 1 hora de leitura. Cada grupo lerá o que for possível e terá, em seguida, 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

O relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

Em seguida, o professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto no conjunto do debate que estamos fazendo e dando elementos para uma leitura individual posterior.

O resto da manhã e a tarde serão ocupadas por uma aula expositiva acerca da luta pelo socialismo pós 1917.

## **Dia 7 de Junho de 2014, noite**

Serão montados pequenos grupos, para leitura dos seguintes textos:

- Manifesto de Agosto;
- Declaração de Março.

Será dado o tempo de 1 hora de leitura. Cada grupo lerá o que for possível e terá, em seguida, 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

Feita a leitura e a discussão, encerram-se os trabalhos.

## **Dia 8 de Junho de 2014, manhã**

O dia começa com o relator de cada grupo tendo até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

Após, o professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto na história do Brasil e na história da luta pelo socialismo no Brasil.

Em seguida, faremos uma discussão sobre os desafios da luta pelo socialismo durante a ditadura e após a ditadura, com o surgimento do PT.

Novamente voltaremos para grupos, para ler o texto do Wladimir Pomar.

Será dado o tempo de 1 hora de leitura. Cada grupo lerá o que for possível e terá, em seguida, 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

Em seguida, o relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

Após, o professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo.

Finalmente, os alunos farão um novo texto, respondendo as mesmas questões colocadas no início.

Cada um dos participantes vai escrever (é preciso distribuir folhas de papel, de preferência com pauta) a resposta para uma das seguintes questões:

- por quais motivos eu sou socialista? ou
- por quais motivos eu não sou socialista? ou
- por quais motivos eu não sei se sou ou não socialista?

O texto será entregue ao professor e será respondido, posteriormente e individualmente.

Esta etapa do curso conclui com uma avaliação, que será conduzida por alguém do sindicato.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/roteiro-de-curso-de-formacao-politica.html>*

## Sequestraram Safatle?

Prezado Caio, demais

Já enviei dois textos acerca da Copa (um do Wladimir, outro meu e do Lício Lobo), onde está contida minha opinião sobre o conjunto da obra – <http://www.calameo.com/read/001810147bffeedb0bb0d> e <http://www.pagina13.org.br/eleicoes-2/a-copa-as-eleicoes-e-o-que-vira-depois/>.

Quanto ao texto do Safatle, reitero o que disse antes: ele foi “sequestrado” e seu texto “é tão inacreditável, que não deve ser dele”.

Explico.

O texto é construído a partir de um artifício literário: o “não teve Copa”.

A afirmação de que “não teve Copa” só faz sentido se for uma referência não a Copa propriamente dita, mas sim uma referência aquela Copa que alguém (o governo, o PT, quem quer que seja) queria que ocorresse.

Ou seja: o confronto entre uma *intenção* (cujos termos Safatle resume de forma caricata) e uma *hipótese* (a de que, ocorra o que ocorrer nos jogos, o resultado já pode ser contabilizado).

Óbvio que esta maneira de tratar do tema resulta no *encobrimento* de uma parcela importante da realidade, a começar pelo que ainda vai acontecer.

O que torna isto particularmente “inacreditável”, vindo de alguém que se considera de esquerda, é que graças a este “truque literário” Safatle *encobre determinados interesses políticos*.

Exemplo: ao dizer que “pela primeira vez uma Copa do Mundo não trará dividendos políticos” Safatle *encobre* os motivos pelos quais a grande imprensa promove uma campanha cotidiana de denúncia acerca da Copa.

Os motivos da grande imprensa, a saber: fazer com que uma derrota do Brasil e/ou um mau funcionamento das coisas durante a Copa afete negativamente a candidatura Dilma.

Acho inacreditável que alguém que se afirma de esquerda cometa este tipo de encobrimento da realidade. Aliás, quem se pretende “oposição de esquerda” deveria tomar o cuidado de se diferenciar da oposição de direita.

Por isto é que considero que Safatle foi “sequestrado”.

No seu lugar está alguém que o mesmo tipo de parâmetro dos articulistas da direita. Estes, incapazes de defender o passado neoliberal e impossibilitados de falar honestamente do futuro que almejam, dedicam-se com um afínco quase esquerdista ao trabalho de criticar “tudo isto que está aí”, atribuindo ao governo e à “esquerda governista” as responsabilidades por tudo e mais um pouco..

Observem, por exemplo, o seguinte raciocínio feito por Safatle: “ (...) apareceu uma outra imagem do país: essa da nação que se estagnou em um ponto no qual o desenvolvimento não consegue se transformar mais em qualidade efetiva de vida. Ponto no qual operários são mortos em construção (...)”.

Vejam que incrível: antes, sabe-se lá quando, tivemos um desenvolvimento que conseguia se transformar em qualidade de vida. Agora não temos mais. *Agora* estagnamos em um “ponto” no qual “operários são mortos em construção”.

Não tenho a menor dúvida de quem recolherá os “dividendos políticos” deste modo de expor as coisas. E não será a esquerda. Nem a ultraesquerda.

Abrços,

Valter Pomar

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/sequestraram-safatle.html>

## Sobre a posição das FARC acerca do segundo turno das eleições presidenciais na Colômbia

O Partido Comunista Brasileiro traduziu e divulgou um texto, de 27 de maio de 2014, que segundo eles contém a posição de Timoshenko, comandante das FARC, acerca do segundo turno das eleições presidenciais na Colômbia.

Supondo que o texto tenha sido adequadamente traduzido e suas posições sejam oficiais, faço as seguintes observações.

Eles têm razão em desmascarar a propaganda que tenta apresentar Santos como um “homem de paz” e em apontar o conteúdo neoliberal de seu programa.

Ainda que cause espécie a extensão da crítica feita pelas Farc contra Santos, *vis a vis* as econômicas referências diretas feitas contra Uribe e seu candidato presidencial, o tal Zuluaga.

Segundo as Farc, “as contradições de Juan Manuel Santos e o ex-presidente Uribe não são da profundidade apresentada”. Isto é verdade.

Segundo as Farc, “os dois guardam identidade e fidelidade absoluta com o neoliberalismo econômico”. Isto é em linhas gerais verdade.

Segundo as Farc, os dois também guardam “fidelidade absoluta” com a “doutrina de guerra dominante, inclinam suas cabeças e servem com devoção aos interesses econômicos e políticos da América do Norte, experimentam igual repugnância para os processos democratizantes e renovadores que ocorrem em vários países sul-americanos”. Já isto **não** é verdade.

Uribe é 100% inimigo da Venezuela e do processo de integração. Santos busca acomodar-se com a Venezuela, adotou uma postura mais cautelosa no tema das bases militares dos EUA na Colômbia e, como se não fosse pouco, aceitou dar início ao processo de paz.

É por isto que parte importante da esquerda latino-americana prefere a vitória de Santos. Pois a vitória de Zuluaga é a vitória da **guerra 100%**.

E qual a origem desta diferença entre Santos e Zuluaga? Ou entre Santos e Uribe?

A diferença é que embora os dois representem “poderosos setores do capital e da terra”, eles representam setores diferentes.

Uribe expressa o “grupo pecuarista” e os “empresários agroindustriais beneficiários da violência”. Santos representa outros setores da burguesia.

As Farc, ao mesmo tempo em que falam das semelhanças (“identidade e fidelidade absoluta”), sabem que há diferenças. Portanto, sabem que estão exagerando, sabem que a tal “identidade e fidelidade” de ambos não é absoluta, ao menos no caso de Santos.

Veja o que as Farc dizem sobre o que diferencia os dois candidatos: “o que os diferencia é o enfoque com que assumem a realidade do conflito interno colombiano, pois, enquanto o primeiro deles, hoje magistralmente interpretado por seu candidato Oscar Iván Zuluaga, decididamente opta pela intolerância absoluta e a solução exclusiva pela força, o segundo aposta, primeiramente, em conseguir a rendição da insurgência na Mesa de Havana, reservando-se paralelamente o direito de esmagá-la pela força”.

Vejam: o primeiro (Zuluaga) busca vencer a guerra e **não aceita negociar a paz**. O segundo (Santos) busca vencer a guerra, mas **aceita negociar a paz**.

A questão é: esta diferença não é importante? Ou é uma diferença secundária, menor?

Claro que Santos é um conservador. Mas o tema é: em que ambiente os trabalhadores **vão poder lutar melhor, com mais facilidade**, por seus direitos econômicos, sociais e políticos? Num ambiente de guerra ou num ambiente de paz?

A questão não é, portanto, saber se Santos “menospreza qualquer reforma de amplo conteúdo democrático ou que implique na menor

mudança na desigual distribuição da terra e da riqueza no país”. Pois é óbvio que ele menospreza.

A questão é: em que ambiente os trabalhadores **preferem** lutar por reformas de amplo conteúdo democrático, que impliquem em mudança na desigual distribuição da terra e da riqueza. Os trabalhadores **preferem** travar esta luta num contexto de guerra ou num contexto de paz?

As Farc dizem que “a paz, para os setores que (Santos) representa, implica necessariamente que tudo continue igual”. Isto é verdade.

Mas faltou dizer que *para os trabalhadores a paz representa uma oportunidade melhor para seguir lutando para que tudo mude.*

Ainda segundo as FARC, “não se pode dizer que Oscar Iván Zuluaga ganhou”. Bom, na terra do grande Gabriel García Márquez, há várias maneiras de abordar a realidade. Mas visto daqui, não há discurso, não há retórica, que consiga ocultar que a ultradireita colombiana obteve um êxito no primeiro turno das eleições.

Na análise das FARC sobre o resultado eleitoral, nos parece existir ilusão semelhante a de alguns setores da ultraesquerda brasileira, que confundem o abstencionismo eleitoral com uma crítica politizada ao sistema político. Infelizmente, não é. Infelizmente, o elevado índice de abstenção mais votos em branco nas eleições colombianas nos parece refletir muito mais a despolitização, e a despolitização ajuda a direita, não a esquerda.

Frente a tudo isto, nos parece uma meia verdade dizer que tanto Oscar Iván Zuluaga quanto Juan Manuel Santos “significará a guerra”. Pois, como as Farc mesmo reconhecem, “com Zuluaga é evidente o assunto”. Já com Santos a divergência reside nos termos com que se negociará a paz.

Novamente perguntando: isto é indiferente?

Como creio estar claro, eu evito fazer especulações sobre mensagens implícitas, sobre segundas intenções. Me limito a considerar as coisas tal como são ditas na entrevista, conforme a tradução feita pelo PCB. E tal como são ditas, estando como estamos a véspera do

segundo turno, considero um erro dizer que “a verdadeira encruzilhada tem uma natureza distinta”.

Dizer isto é equivalente a dizer, no caso brasileiro, que a “verdadeira encruzilhada” é entre a via conservadora ou a via democrática de desenvolvimento.

Isto é verdade? É.

Isto vai se resolver nas eleições de 2014? Não, não vai.

Mas daí não decorre que seja indiferente o resultado da eleição de 2014, que a vitória de fulano ou de beltrana nas eleições de 2014 não incidam fortemente na “verdadeira encruzilhada”.

E no fundo, é isto que está dito no texto reproduzido ao final: quem quer que vença significará “a continuidade imóvel das políticas de despojo e violência que representam os dois candidatos”.

Qual é o problema de fundo deste raciocínio?

Na minha opinião, o problema de fundo é encarar a política como um confronto entre as FARC e o Estado. Quando o certo é encarar a política na Colômbia como uma luta de classes, sendo que a classe trabalhadora terá melhores condições de lutar se Uribe e Zuluaga forem derrotados.

A questão para mim, portanto, não está em caracterizar Santos. Santos é um conservador, é um inimigo de classe. A questão é que a vitória de Uribe/Zuluaga criará um ambiente pior para a classe trabalhadora lutar.

O texto das Farc conclui apontando uma “gama de opções”.

A primeira delas seria “a espontânea e maciça votação em branco”, que eles acham que poderia “gerar um terremoto político no país”, embora reconheçam que teria um “caráter amorfo, desorganizado, espontâneo e difuso”.

A segunda delas seria “um urgente reagrupamento de todos os setores insatisfeitos e de oposição”, “movimentos sociais”, “esquerda política” e o apoio do “conjunto da insurgência”.

Certamente, este reagrupamento é importante e deve ocorrer em qualquer caso. Mas em que condições uma frente como esta lutaria melhor? Contra um governo Zuluaga ou contra um governo Santos?

Claro que sob um governo Zuluaga, a guerra recomeçaria 100% e, portanto, este “reagrupamento” teria que atuar em condições de guerra, onde as Farc evidentemente tem mais experiência e, logo, assumiriam a hegemonia. Mas a experiência recente mostrou que não há solução militar para o conflito colombiano.

As Farc dizem, também, que o novo governo, “qualquer que seja”, “assumirá o poder em condições de debilidade política, com sérias contradições com o grupo do candidato perdedor. Uma forte agitação social e política poderia produzir consequências inesperadas, que fossem suficientes para derrotá-lo. Sim, poderiam contar com condições favoráveis para o crescimento de um verdadeiro movimento alternativo capaz, em curto ou médio prazo, de precipitar, de um modo ou de outro, mudanças, fundamentais na vida nacional, inclusive a paz”.

Sendo verdade o que está acima, tanto faz que ganhe um ou outro?

Finalmente e surpreendentemente, o texto das FARC conclui falando de uma terceira opção: “uma fórmula a ser considerada seria, formada essa coalizão, pactuar com um dos candidatos, de maneira seria, um programa progressista de mudanças. Mesmo que a ideia possa soar atraente, parece nascer mais do desejo que de possibilidades reais. É preciso analisar o caráter precipitado da coalizão e do próprio pacto que resultaria na parceria, além da confiança e credibilidade que pode envolver tal aliança com inimigos declarados do povo colombiano”.

Se isto está traduzido corretamente, devemos entender que Timoshenko admite a possibilidade de uma frente de esquerda/movimentos/insurgentes pactuar “com um dos candidatos” um “programa progressista de mudanças”. Cá entre nós, depois de tudo o que foi dito antes, esta opção não faz sentido. Pois ela suporia admitir que as diferenças entre Santos e Zuluaga são tão grandes, que permitem não apenas votar, mas até pactuar com um deles.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/sobre-posicao-das-farc-acerca-do.html>*

## **Ao companheiro Emídio, presidente do PT São Paulo**

Prezado Emídio

Ontem, ao final do encontro estadual do PT-SP, eu te informei que nesta segunda-feira 16 de junho entraremos com recurso, junto ao Diretório Nacional, pedindo a impugnação da candidatura de Candido Vaccarezza.

Aliás, ontem mesmo solicitamos cópia completa da documentação da Câmara de Recursos, até porque nos surpreendemos com sua afirmação segundo a qual o assunto foi “posição unânime na comissão executiva” (até onde sabemos, a CEE não deliberou sobre o assunto); tampouco conhecemos com base em quais argumentos houve posição “unânime” na câmara de recursos.

Na mesma ocasião, eu te prometi que enviaria a cópia do vídeo das nossas defesas. Segue abaixo o link para o vídeo:

[http://www.youtube.com/  
atch?v=UZ48eYCIIdGE&feature=youtu.be&app=desktop](http://www.youtube.com/watch?v=UZ48eYCIIdGE&feature=youtu.be&app=desktop)

Como você poderá constatar, em sua defesa você me acusa por algo que eu simplesmente não disse.

As suas palavras foram: “Essa questão que foi colocada aqui, que ele votou pelo voto distrital, é reiteradamente uma mentira. Ele nunca deu voto a favor do voto distrital em lugar nenhum”.

Pois bem, ouça o vídeo e veja se encontra a tal “mentira”.

As minhas palavras a respeito foram (1’42’): “Mesmo desautorizado, ele continuou coordenando o grupo de trabalho. O resultado foi a chamada PEC 352, que é uma contrarreforma política, que não

apenas mantém o financiamento privado como inclui uma modalidade de voto distrital”.

Portanto, companheiro Emídio, não há mentira alguma. Em nenhum momento é dito que Vaccarezza “deu voto a favor” disto ou daquilo.

Aliás, afirmei “reiteradamente” que não é o voto individual dele que importa.

O que importa é que ele vem defendendo e articulando abertamente uma posição contrária a do Partido.

E não digo isto baseado em “picuinhas” ou “boatos”. Nosso recurso baseia-se inteiramente em resoluções e notas da bancada, da executiva nacional, do diretório nacional e do encontro nacional do PT.

O link para este recurso está aqui:

<http://www.pagina13.org.br/pt/pedido-de-impugnacao-da-candidatura-a-reeleicao-do-atual-deputado-federal-do-pt-sp-candido-vaccarezza/#.U52TGHJdXrA>

Os fatos citados no recurso demonstram que voce está errado quando afirma que “tudo o que ele fez até agora foi o direito a opinião”.

Aliás, neste tema da reforma política Vaccarezza vem fazendo exatamente aquilo que voce critica: “um partido que está sendo atacado por todos os lados não pode dar tiro no pé dos próprios companheiros.” Faltou apenas dizer que não podemos deixar que “companheiros” atirem no pé do Partido.

As resoluções transcritas no recurso também demonstram que voce está errado quando afirma que “todas as posições do PT são posições do Candido Vaccarezza”. Não são e, portanto, nesta questão da reforma política não é “discurso rebaixado” afirmar que ele “vem se comportando como um deputado do PMDB”.

É seu direito “querer que o Vaccarezza seja candidato inclusive para defender suas posições” ou pensar que “não há acusação grave capaz de barrar sua presença na lista de deputados”.

E é nosso direito buscar a exclusão, da lista de candidatos, de alguém que – nesta questão central da reforma política – não está se comportando como petista.

Como você disse, “nossos inimigos estão do lado de fora”. Certamente. Mas dentro de nós existe uma quinta coluna.

Atenciosamente

*Valter Pomar*

15 de junho de 2014

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/ao-companheiro-emidio-presidente-do-pt.html>*

## Nem todo “escravo” tem a “mentalidade da Casa Grande”

Nunca foi fácil a vida da militância de esquerda que defende o Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, ainda mais difícil anda a vida daquela militância de esquerda que é contra o PT.

Afinal, no atual ambiente político, esta “oposição de esquerda” corre o risco de ser vista, ou de converter-se objetivamente, ou pelo menos é acusada de ser *linha auxiliar da oposição de direita*.

A situação vem gerando polêmicas duras, como fica claro na leitura de Emir Sader (“Não é a Copa, imbecil, são as eleições”, no blog da Boitempo); no editorial do *Brasil de Fato* (dia 03 de junho, falando das “Eleições presidenciais e o papel do esquerdismo”); e na resposta de Mauro Iasi, intitulada “O escravo da casa grande e o desprezo pela esquerda” (<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/16/o-escravo-da-casa-grande-e-o-desprezo-pela-esquerda/>).

Não pretendo comentar aqui o texto do Emir Sader. A quem interessar, sugiro a leitura do artigo: <http://www.pagina13.org.br/eleicoes-2/a-copa-as-eleicoes-e-o-que-vira-depois/>

Tampouco pretendo criticar aqui o editorial do *Brasil de Fato*, embora considere um equívoco o uso que dão ao termo “neodesenvolvimentismo”.

Vou me limitar ao texto do Mauro Iasi, que busca “identificar frações de classes e seus diversos interesses em torno do governo Dilma”, concluindo em 2014 o mesmo que já havia concluído em 2005, a saber: que o PT “assumiu posturas políticas que se distanciam dos objetivos históricos dos trabalhadores”, sendo “um setor da classe trabalhadora” que foi “capturado pela hegemonia burguesa”.

Noutras palavras: “o PT em seu projeto (e prática) de governo apresenta em nome da classe trabalhadora um projeto pequeno-burguês”, sendo que “na composição física do governo vemos setores de classes diretamente representados, como o caso dos interesses dos grandes monopólios (...) dos bancos (...), do agronegócio” etc.

O problema da análise de Mauro Iasi é não conseguir explicar por quais motivos o grande capital, setores médios, a direita, o oligopólio da mídia e os governos imperialistas estão tão irritados com o governo Dilma.

Mauro Iasi sabe que precisa explicar esta “irritação”. Tanto é que afirma o seguinte: “mesmo assim, dando tanto à burguesia monopolista e tão pouco aos trabalhadores, a burguesia sempre vai jogar com várias alternativas, e, na época das eleições, vai ameaçar, chantagear e negociar melhores condições para dar sua sustentação.”

Segundo este raciocínio, as candidaturas da oposição são “instrumento para ameaçar, chantagear e negociar melhores condições”. Ficando implícito que a opção preferencial do “capital monopolista” é governar com o PT e através do PT.

Lamento, mas isto não é “análise concreta da situação concreta”, recordando muito a postura predominante no Partido Comunista frente ao segundo governo Vargas. Naquela ocasião, os comunistas foram incapazes de entender e toma posição adequada frente ao imenso ódio e oposição do imperialismo e da “burguesia realmente existente” contra um governo... burguês.

Iasi parece consciente de que sua análise não consegue dar conta de explicar este aspecto da realidade: por qual motivo um governo que aplica políticas “que se distanciam dos objetivos históricos dos trabalhadores” gera tamanho ódio por parte do grande empresariado e de parcela dos setores médios etc.

Mauro sugere que o problema estaria no foco de análise: trata-se de observar o “período histórico” e não apenas a “conjuntura da eleição”.

Ou seja: teríamos que evitar a “artimanha governista”, a “mágica” que faz desaparecer “o governo real” e no lugar dele coloca “um

mito” que “resiste ao neoliberalismo contra as forças do mal igualmente mitificadas e descarnadas de sua corporalidade real. É o odioso ‘neoliberalismo’, que vai retroceder nos incríveis ganhos sociais alcançados e desestabilizar os governos progressistas na América Latina. Vejam, nos dizem, como são piores que nosso governo, precisamos derrotá-los para evitar o retrocesso e as privatizações. Mas uma vez derrotados eleitoralmente os adversários de direita... quem privatizou o Campo de Libra? Colocando exército para bater em manifestantes? Quem aprovou a lei das fundações público-privadas que abriu caminho para a privatização da saúde e outras? Quem aprovou a lei dos transgênicos, o código florestal e de mineração?”

Portanto, segundo Iasi a imensa bulha do grande empresariado contra o governo encabeçado pelo PT seria um fenômeno real, mas circunscrito ao período eleitoral, pois mesmo derrotado, entre uma eleição e outra o grande empresariado acabaria conseguindo aquilo que deseja.

Novamente, apelo por uma “análise concreta da situação concreta”: a postura amplamente majoritária no grande empresariado, de oposição ao governo Dilma, não é um fenômeno eleitoral. Começou antes, com destaque para o momento em que o governo tentou enfrentar os bancos. A esse respeito, aliás, recomendo a ótima entrevista do professor Adalberto Moreira Cardoso, em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1466547-conluio-antidistributivo-puniu-dilma-e-campanha-sera-mais-radicalizada-diz-sociologo.shtml>

Mauro Iasi comete o mesmo erro pelo qual critica o *Brasil de Fato*: circunscrever a “análise da situação concreta” a um aspecto da realidade. O PT rebaixou seu programa a um patamar “pequeno burguês”? Verdade. O governo é de aliança com setores do grande capital? Verdade. O governo aplica políticas de interesse do grande capital? Também é verdade. Mas o governo também aplica outras políticas e expressa outros setores sociais, o quê, nas condições concretas do Brasil e do mundo entre 2011-2014 entra em conflito com os inte-

resses presentes e futuros do grande capital. O erro de Iasi consiste, no fundamental, em desconhecer ou minimizar este aspecto da realidade, este conflito de classe.

Não se trata de artimanha, de mágica, nem de um fenômeno eleitoral, mas de variáveis bastante “simples”, tais como o nível de emprego, a política de salários, a presença do Estado na economia, o nível de democracia e participação, a relação com os Brics e com a região latino-americana etc.

Algumas destas variáveis são tão visíveis, que Mauro Iasi tem que admitir a existência de “duas versões distintas disputando a direção do projeto burguês no Brasil. Um o capitalismo com mais mercado e menos Estado, outro o capitalismo com mais Estado para garantir a economia de mercado”.

De fato, esta disputa existe, e não é de hoje. Aliás, ao longo do século XX, o papel do Estado na economia foi uma variável muito importante da disputa entre duas vias de desenvolvimento capitalista, a conservadora (que predominou) e a democrática (que geralmente foi derrotada).

Claro que, tomada “em si”, a defesa de um forte papel do Estado não implica em ser de esquerda, nem mesmo em ser democrata. Mas, pergunto: nas condições concretas do período 1980-1989, 1990-2002 e 2003-2014, quais classes e frações de classe defenderam/defendem que o Estado tenha um papel mais ativo na economia e quais classes e frações de classe defenderam/defendem que o Estado tenha um papel menos ativo na economia? E como isto se relaciona com o conjunto dos interesses de cada classe e fração de classe existente no Brasil?

Se não respondermos a estas questões, apontando qual fração defende o que neste determinado momento, a conclusão será aciana e tautológica: *enquanto houver capitalismo, o Estado capitalista cumprirá um papel funcional ao desenvolvimento capitalista.*

Ao invés de responder a esta e outras questões concretas, Mauro opta por algo que me parece uma conclusão “pré-fabricada”, que já estava pronta antes da análise começar e que independe desta análise,

a saber: o “pacto social e de implementação de um social-liberalismo” estariam impedindo o “avanço da consciência de classe”.

Para facilitar o debate, admitamos que isto fosse verdade e respondamos o seguinte: a vitória do PSDB (ou do PSB) nas eleições de 2014 romperá este “pacto social” e interromperá a “implementação do social-liberalismo”? Em caso positivo, o que será colocado no lugar?

Se a resposta é que *tudo vai continuar como antes*, que o pacto social e o social-liberalismo continuarão, então a “mudança” consistiria “apenas” na derrota eleitoral do PT. Neste caso, pergunto: é então da derrota do PT que dependeria o “avanço da consciência de classe”? Se a resposta for sim, então é correto dizer que a “oposição de esquerda” é “aliada objetiva” da direita?

Vamos supor que a resposta seja outra: que uma vitória do PSDB (ou do PSB) provocará *mudanças mais ou menos importantes*. Neste caso, pergunto: as mudanças vão melhorar ou vão piorar a vida da classe trabalhadora? Supondo que piorem, então não caberia reavaliar a análise negativa feita acerca do governo Dilma? Além disto, não caberia explicar como a piora nas condições de vida da classe trabalhadora contribuiria para o “avanço da consciência de classe”?

Quem se der ao trabalho de fazer os “exercícios lógicos” acima deveria concluir o seguinte: quem deseja romper a aliança com o grande capital, quem deseja implementar um programa mais avançado, quem deseja fazer avançar a consciência de classe, deve trabalhar pela vitória do PT nas eleições de 2014. Pois toda alternativa que implique na derrota do PT resultará em piores condições para a classe trabalhadora e para a esquerda brasileira.

Evidentemente, precisamos de uma vitória do PT em condições de fazer um segundo mandato superior. Pois segundo a análise que fazemos, esgotaram-se as condições objetivas que por breve período tornaram possível combinar presidência petista, aliança com o grande capital e políticas públicas moderadas, com avanços em termos de soberania, integração, democracia e condições de vida. A partir de

agora, aconteça o que acontecer nas eleições, haverá uma disjuntiva cada vez mais acentuada. Não espero que o conjunto da oposição de esquerda perceba isto. Mas é nosso dever convencer alguns de seus integrantes e grandes parcelas de sua base social.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/nem-todo-escravo-tem-mentalidade-da.html>*

## Um detalhe que me escapou

Ao comentar o texto de *Mauro Iasi*, me escapou falar de um aspecto importante: sua descrição acerca do que ocorreu com a esquerda petista.

Reproduzo integralmente:

Para manter a “imagem” do governo petista (Sader está preocupado com a imagem) é preciso uma operação perversa: atacar quem denuncia os limites desta experiência, não importando o quanto desqualificado e hipócrita seja o ataque, estigmatizando, despolitizando o debate. Primeiro foi necessário destruir a esquerda dentro do PT e sabemos os métodos que foram usados nesta guerra suja. Na verdade o que vemos agora contra a esquerda fora do PT é uma projeção do ataque vil e brutal que companheiros da esquerda petista sofreram e (aqueles que ainda resistem lá no PT) ainda sofrem (esquerdistas, isolados das massas, sem expressão eleitoral, irresponsáveis etc.). E depois que conseguirem isolar, estigmatizar e satanizar a crítica de esquerda a essa experiência centrista e rebaixada de governo? Quando forem atacados pela direita que não guarda nada a não ser desprezo para com os escravos da casa grande?

O que falta nesta descrição? Na minha opinião, três aspectos: o impacto da crise geral do socialismo e da ofensiva neoliberal; a pressão direta da burguesia; e as opções da chamada esquerda.

Aquilo que Mauro caracteriza como “destruição” da esquerda do PT não teria ocorrido sem os dois primeiros fatores, mais exatamente sem o impacto que causaram na classe trabalhadora brasileira. E a

“reconstrução” da esquerda, por sua vez, está vinculada a mudanças no ambiente geral da luta de classes, em âmbito internacional e nacional.

Já a extensão da “destruição” (e/ou o êxito da “reconstrução”) depende em grande medida das opções ideológicas, programáticas, estratégicas, táticas e organizativas da própria esquerda.

Neste sentido, acho que os “métodos que foram usados nesta guerra” (métodos que Mauro chama de “sujos”) explicam muito menos do que em geral gostamos de admitir. Até porque falar dos “métodos sujos” dos outros é o tipo de discurso de quem perdeu ou de quem desistiu (tipo a “piada” dos republicanos derrotados afirmando que “nossas canções eram melhores” do que as dos franquistas).

Na minha opinião, quem continua na luta não deve “lamentar” a falta de modos (ou de gosto) do inimigo ou adversário. Devemos, é claro, denunciar toda “sujeira”. Mas o que vai decidir a luta não é um lamento, mas sim a adequada combinação entre circunstâncias objetivas, inspiração, transpiração.. e um pouco de sorte.

Deste ponto de vista, observando a trajetória da chamada esquerda petista desde 1993 até hoje, minha impressão é que podíamos ter feito muito mais e melhor para defender nossas posições.

Isto vale tanto para os que saíram do Partido, quanto para os que ficaram no Partido, mas saíram da esquerda, quanto para aqueles que continuam defendendo as posições da esquerda petista (caso em que me incluo).

Existe um enorme espaço e uma enorme simpatia, dentro do PT e dentro de amplos setores da classe trabalhadora que confiam no PT, para a defesa das posições de esquerda.

Claro que neste momento há muito mais “espaço” (em governos, eleitoral, nas direções etc.) para quem sai da esquerda e se acomoda ao *status quo* interno.

Claro, também, que a primeira vista parece ser mais “simples”, mais “coerente”, defender certas posições fora do PT do que dentro dele.

Mas a “comodidade relativa” dos que saem da esquerda petista, seja para fora da esquerda, seja para fora do PT, não implica na solução dos problemas estratégicos postos para a classe trabalhadora.

Na minha opinião, ou conseguimos “girar à esquerda” o próprio Partido e o governo encabeçado pelo PT, ou a classe trabalhadora e o conjunto da esquerda brasileira – inclusive os setores que criticam e condenam o PT – sofreremos uma derrota de longa duração.

É por isto que, respeitando os que desistem do PT, eu não posso deixar de questionar a lógica política envolvida, em especial as ilusões dos que acreditam ser possível, ao mesmo tempo, derrotar o PT e a direita.

Ao menos no atual período histórico, não acredito em solução positiva para a classe trabalhadora brasileira que não envolva positivamente o PT. Contra o PT ou sem o PT, o desenlace será certamente negativo.

Claro que nada garante que com o PT tenhamos um desenlace positivo. Mas até onde consigo perceber, segue sendo melhor correr o risco do que não tentar.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/um-detalle-que-me-escapou.html>*

## Nossas tarefas

*Este texto foi escrito para ser debatido pela direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, em reunião que vai ocorrer nos dias 20 e 21 de junho de 2014.*

1. A militância petista vinculada a Articulação de Esquerda deve jogar todos os seus esforços, até o final de outubro de 2014, em duas prioridades: o **Plebiscito Constituinte** e a **campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores**.

2. Cabe a cada direção estadual, coordenação setorial, organização de base, comitê de campanha e a cada militante individual decidir como combinar as tarefas cotidianas e permanentes, com as duas prioridades indicadas acima.

3. A orientação que adotamos frente ao Plebiscito Constituinte parte das resoluções aprovadas pelo Partido dos Trabalhadores e estão detalhadas em diversos artigos publicados no jornal *Página 13*, na revista *Esquerda Petista* e na página [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br). Destacamos a criação de comitês e a organização da votação nas sedes do Partido e nos comitês de campanha.

4. A orientação que adotamos frente às eleições 2014 também parte das resoluções aprovadas pelo Partido dos Trabalhadores, com as ênfases determinadas nas resoluções da Articulação de Esquerda, igualmente disponíveis nos veículos relacionados no item anterior deste documento.

5. O contexto em que vão ocorrer as eleições de 2014 coincide com o que prevíamos, a saber:

a) o aprofundamento da crise internacional e, por decorrência, maior pressão das potências imperialistas sobre a América Latina e o Brasil;

b) o acirramento da disputa entre as duas vias de desenvolvimento do Brasil, com o grande empresariado e parcela dos “setores médios”, a oposição de direita e o oligopólio da mídia deixando claro sua aversão radical a toda e qualquer medida vinculada à soberania nacional, à integração latino-americana e caribenha, à ampliação das liberdades democráticas, ao bem estar social e à igualdade;

c) a ampliação da parcela da população e do eleitorado oriundo da classe trabalhadora, especialmente na juventude, que mantém reservas ou até mesmo desconfiança frente ao petismo e frente ao lulismo;

d) crescente incapacidade, organizativa, política, teórica, cultural e estratégica por parte do nosso Partido, para enfrentar a nova situação estratégica aberta pelos realinhamentos no empresariado e na classe trabalhadora.

6. A radicalização da direita, internacional e nacional, contra o Partido dos Trabalhadores vem fechando os espaços para a “oposição de esquerda”, que mesmo contra seu desejo e vontade, tende a converter-se em linha auxiliar da oposição de direita. É preciso explicar isto pacientemente, mas com palavras claras, para os militantes dos partidos e organizações que insistem neste caminho. E é necessário disputar sua base social, que inclui setores da classe trabalhadora e da juventude em geral, que insatisfeitos com a política do governo e do nosso Partido e na ausência de uma alternativa coerente de esquerda, podem cair na desmoralização ou inclusive girar à direita.

7. A variável central da conjuntura é a radicalização da direita, que expressa a radicalização do grande capital e do imperialismo. Um exemplo disto é a postura adotada frente à Copa do Mundo. A oposição (tanto a de direita quanto a de esquerda) buscaram politizar ao extremo o tema, adotando em alguns casos o slogan “não vai ter Copa” e de fato torcendo pelo fracasso do certame e da seleção brasileira em campo, deixando ao PT e ao governo a defesa dos “interesses nacionais”.

8. Por qual motivo as oposições agiram assim? Para além de análises e opções táticas, há uma razão estratégica de fundo: depois de quase 12 anos de presidência petista, houve mudanças importantes no país e por isto mesmo parcelas crescentes da população estão insatisfeitas. De um lado, o grande empresariado e os “setores médios tradicionais” (assalariados de alta renda, assim como setores da pequena burguesia) estão insatisfeitos com as mudanças ocorridas, querem evitar seu aprofundamento e querem recuperar o espaço perdido. De outro lado, amplos setores da população trabalhadora e parcelas dos “setores médios” estão também insatisfeitos, não com o sentido das mudanças, mas sim com a timidez das mudanças realizadas e querem ganhar mais e mais rápido.

9. O desejo por mais mudanças é visível, com maior ou menor clareza, nas jornadas de junho de 2013, nas greves de diversas categorias e também na mobilização dos sem-teto.

10. A oposição de direita conhece este desejo por mudanças e sabe que só ganhará as eleições presidenciais se conseguir aparecer, para a maioria do eleitorado, como a portadora de mudanças. Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pela oposição de direita.

11. As mudanças desejadas pelo povo, nós traduzimos em ***mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia***. Já a mudança desejada pela oposição de direita implica em desemprego, redução de salários, menos direitos, menos políticas sociais e democracia: é uma mudança para pior. Por isto, a oposição de direita não pode assumir abertamente seu programa, não pode dizer que tipo de mudança deseja para o país. Dizer que vão gerar desemprego, reduzir salários e investimentos sociais seria a derrota antecipada.

12. Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado – quando implementaram no Brasil o programa neoliberal – o que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas

reais, a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

13. A radicalização da direita abrange todos os cenários e temas. A violenta reação contra o decreto acerca da participação social, acusando o PT de “bolchevismo” e a participação de “soviética”, é de um didatismo total: a direita considera qualquer reforma uma revolução; e, por isso, contra qualquer reforma ela uiva por um golpe preventivo (a “contrarrevolução”).

14. Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto a realidade brasileira. Por isto falaram que “não vai ter Copa”, por isto torcem para que ocorra algum desastre que prejudique a competição, por isto torcem pela derrota do Brasil, por isto xingaram ou foram cúmplices do xingamento contra a presidenta no jogo de abertura da Copa, pois tudo isto reforça o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

15. Falamos de “oposição de direita”, porque há setores da direita que fazem parte da base do governo Dilma e apoiam sua reeleição. Parte destes setores constitui uma verdadeira quinta-coluna, seja porque funcionam como um freio para a adoção de políticas mais avançadas, seja porque se enfrentam com candidaturas petistas nas eleições estaduais e proporcionais, seja porque vai de fato apoiar outras candidaturas presidenciais.

16. A oposição de direita concorre nesta eleição com duas candidaturas principais: a de Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira, representante tradicional do capital financeiro e transnacional; e a candidatura de Eduardo Campos, representante de setores da burguesia que em outros momentos apoiaram as candidaturas e os governos de Lula e de Dilma, mas agora apostam em derrotar o PT. Vale dizer que a “fração de direita” da coalizão encabeçada por Campos é ocupada por Marina Silva, que desde o início deixou claro que seu objetivo é “derrotar o chavismo do PT”.

17. Frente a este cenário complexo, setores importantes do nosso Partido agem como se ainda fosse possível adotar a tática adotada

quando da primeira eleição de Lula, em 2002. Nunca apoiamos aquela tática, por a considerarmos estrategicamente incorreta; mas em 2002 podia-se ao menos argumentar que aquela tática era eleitoralmente “lucrativa”. Hoje, nem isso pode ser dito: as alianças com setores da direita, as expectativas na postura do grande empresariado, a tibieza frente ao oligopólio da mídia, a moderação programática geram, no melhor dos casos, rendimentos decrescentes.

18. Portanto, para além do erro estratégico contido nas atitudes citadas no ponto anterior, há um erro tático: este caminho não nos fará vencer as eleições de 2014, nem nacionalmente, nem nos estados.

19. Aliás, em grande número de eleições estaduais estados o PT foi conduzido, por opções incorretas feitas pelo menos desde 2002, a situações extremamente perigosas: desde alianças descaracterizantes (como no Maranhão e no Pará) até situações de isolamento geradas –paradoxalmente – por um aliancismo subalterno (como no Espírito Santo). Uma análise detalhada do quadro dos estados, acompanhada de nossa posição, será divulgada na edição de julho do jornal *Página 13*.

20. A radicalização da direita (e não apenas da oposição de direita) e a ofensiva do grande capital não dão margem para a reprodução da tática adotada em 2002. Aliás, já em 2006 nossa tática foi distinta daquela adotada em 2002, graças ao que obtivemos em 2006 uma vitória eleitoral, política e ideológica. Ao contrário, a tentativa de reproduzir, na eleição de Dilma em 2010, a tática de Lula em 2002, resultou numa vitória eleitoral, mas num ambiente de defensiva política e ideológica.

21. Não se trata apenas de escolher a melhor tática para ganhar a eleição de 2014. Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também Dilma foi eleita em 2010. Analogamente, se a esquerda quiser continuar governando o país a partir de 1º de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

22. Mesmo que Dilma vença as eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita não vai deixar de existir. Pelo contrário, vai conti-

nuar com suas duas táticas: por um lado preparando-se para as eleições presidenciais de 2018, por outro lado trabalhando para impor a política deles ao segundo governo Dilma.

23. De nossa parte, não basta vencer as eleições presidenciais. O segundo mandato Dilma só terá a força necessária para fazer mudanças estruturais no país, se conseguir combinar vitória na eleição presidencial, ampliação da presença institucional da esquerda (no parlamento nacional, nos parlamentos e governos estaduais), aliança com os movimentos sociais e partidos de esquerda, com democratização da comunicação social e uma reforma política ampla, feita através de uma Constituinte Exclusiva.

24. O detalhamento do programa de reformas estruturais que defendemos para o Brasil está no documento apresentado, pela Articulação de Esquerda, ao 14º encontro nacional do PT, realizado nos dias 2 e 3 de maio de 2014.

25. Na luta política contra o PT, a oposição de direita usa e abusa das insuficiências e contradições do governo e do próprio Partido. Por exemplo, a incompreensão acerca do papel do grande capital. Como já dissemos, este não é “ingrato” nem “desinformado”, apenas sabe que certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro. Dizendo de outra maneira, o atual padrão de acumulação do grande capital necessita da perversa combinação de desemprego e salários baixos, com preços e juros altos.

26. Desta incompreensão acerca da postura do grande capital, decorre a incorreta insistência numa política de alianças do PT com setores da direita política e social, assim como uma compreensão equivocada acerca do papel positivo e indispensável jogado pelos movimentos e pelas lutas sociais, em favor de nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos. Desta incompreensão decorre, ainda, a resistência passiva ou ativa que setores do PT oferecem tanto contra a reforma política, quanto contra a democratização da comunicação.

27. Para ganhar as eleições de 2014, precisamos não apenas manter conosco o “núcleo duro” do nosso eleitorado, mas conquistar os setores populares que mantêm desconfianças, dúvidas e insatisfações frente a nós.

28. Para isto, não basta falar do presente nem do passado. É preciso falar do futuro. Em primeiro lugar, porque o atendimento das necessidades básicas de expressivas parcelas de setores antes marginalizados fez surgir demandas reprimidas que antes não tinham sequer a oportunidade de se apresentar. Em segundo lugar, porque o difuso desejo de mudanças indica que a maioria da população quer novas perspectivas para si e para o país. Em terceiro lugar, porque diferentemente das gerações anteriores, que ao comparar o passado com o presente veem um copo meio cheio, as novas gerações, que tem toda uma vida pela frente, enxergam um copo meio vazio e estão preocupadas em enchê-lo por completo. Tudo isso exige falar sobre o que será feito nos próximos anos para atender estes anseios. E em quarto lugar, e principalmente, porque para ter os recursos necessários para atender as novas demandas, é preciso realizar reformas estruturais, que só serão politicamente viáveis se tivermos força para isto, e construir esta força inclui ganhar a eleição e o apoio do povo às reformas estruturais.

29. Por isto insistimos mais uma vez: nesta eleição de 2014, o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo não apenas vencer as eleições presidenciais, elegendo a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial, mas também vencer criando as condições para um segundo mandato superior, melhor, mais avançado do que o atual.

30. Apesar de ter estabelecido este objetivo (vencer criando as condições para um segundo mandato Dilma superior), o Partido dos Trabalhadores ainda não conseguiu transformar este objetivo em diretrizes programáticas claras. Isto fica evidente da leitura das resoluções do 14º encontro nacional do PT.

31. Em nossa opinião, o programa de governo 2015-2018 deveria partir do reconhecimento efetivo, não apenas retórico, de que conti-

nua posta a tarefa de superar a herança maldita proveniente da ditadura, do desenvolvimentismo conservador e da devastação neoliberal.

32. Esta herança possui três dimensões principais: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia, e a lógica do Estado mínimo.

33. Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e regional, motivo pelo qual devemos defender e aprofundar a soberania nacional, acelerar e radicalizar a integração latino-americana e caribenha, com uma política externa que confronte as políticas imperialistas, em especial dos Estados Unidos e seus aliados diretos.

34. As quase três décadas perdidas (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começou a ser debelada, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma.

35. Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política e políticas públicas universalizantes do bem estar-social, com um padrão de desenvolvimento ancorado em reformas estruturais: a reforma tributária, a reforma do setor financeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, a universalização das políticas sociais, a reforma política e a democratização da comunicação.

36. Ou seja, precisaremos libertar a economia e a sociedade brasileira de um padrão de desenvolvimento econômico que prevaleceu não apenas durante o neoliberalismo, mas ao longo de muitas décadas. Se não conseguirmos fazer isto, se não conseguirmos mudar o padrão de desenvolvimento, sofreremos uma derrota estratégica, não importa qual seja o resultado das eleições.

37. Os militantes da Articulação de Esquerda, especialmente os nossos candidatos e candidatas, devem fazer uma campanha eleitoral que combine a defesa das candidaturas petistas, com a defesa das reformas estruturais indispensáveis a um segundo mandato superior.

Neste sentido, recomendamos o estudo atento da resolução sobre candidaturas proporcionais, resolução esta também aprovada pela direção nacional da Articulação de Esquerda.

38. Aos 50 anos do golpe militar, o conjunto da esquerda brasileira deve saber que as eleições de 2014 ocorrem num ambiente marcado pelo confronto entre a histeria da direita versus as forças políticas que sustentam a realização das reformas de base. Este confronto – muito mais que um jogo, uma copa ou uma olimpíada – é que decidirá o futuro do Brasil. E que, por tabela, incidirá fortemente no futuro da América Latina e do Caribe.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/nossas-tarefas.html>*

## Chat com Tiago Moreira

1. **Valter Pomar** | 17/06/2014 às 21:03 | Resposta

2. Meu comentário ao texto do Mauro Iasi: <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/nem-todo-escravo-tem-mentalidade-da.html>

3. Pingback: O escravo da Casa Grande e o desprezo pela esquerda | Pelo Anti-Imperialismo

4. **Valter Pomar** | 19/06/2014 às 0:02 | Resposta

5. Continuando o diálogo com Mauro Iasi, um detalhe que me escapou dizer.

6. <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/um-detalhe-que-me-escapou.html>

7. **Tiago Moreira** | 19/06/2014 às 1:10 | Resposta

8. *O comentário feito pelo Valter Pomar é emblemático: é uma confirmação prática, com exatidão, de tudo que o Mauro Iasi descreveu.*

9. *Parece que existe um certo sintoma psicanalítico nessa resposta padrão da ala pragmática do PT, ignorando as contradições e sempre apontando o dedo para tentar jogar na esquerda a culpa pelas escolhas infelizes que foram feitas em nome de um reformismo que caminha lentamente para um triste fim... E agora procura a todo custo um bode expiatório.*

10. *E o Valter é sem dúvida um dos melhores nomes do PT. Se nem ele conseguiu escapar dessa falácia reformista e do discurso fatalista do “não tinha outro jeito”...*

*11. Uma pena, uma pena mesmo.*

**Valter Pomar** | 20/06/2014 às 14:56 | Resposta

*O seu comentário aguarda moderação.*

Prezado Tiago

O Mauro Iasi apontou que setores do PT precisam desmoralizar a oposição de esquerda. Mas ele poderia ter dito, também, que setores da oposição de esquerda precisam desmoralizar a esquerda do PT. Pois a existência de uma esquerda petista, que defende o governo Dilma e o PT com argumentos de esquerda, cria dificuldades de diversos tipos para a oposição de esquerda.

Sendo assim, o que posso te pedir é que não exagere. Eu não faço parte de nenhuma ala pragmática; não ignoro as contradições do PT e do governo; nem jogo na conta da esquerda nada que não seja de responsabilidade da própria esquerda.

Assim, eu simplesmente não sei aonde é que nos meus comentários você viu algum discurso fatalista, nem alguma falácia reformista. Se você tiver tempo para apontar, eu terei o maior prazer de discutir. Agora, se a linha for apenas a da desqualificação, você estará simplesmente cometendo o erro criticado pelo Mauro Iasi.

Um abraço

Valter Pomar

**12. Tiago Moreira** | 23/06/2014 às 16:24 | Resposta

*13. Caríssimo Valter,*

*14. Agradeço seu comentário. O que tentei apontar é que não adianta você fazer toda uma argumentação “crítica” se, ao final de tudo, a sua conclusão é invariavelmente fatalista e conservadora: devemos continuar a votar no PT pois sempre a outra opção será pior.*

*15. Isso leva a um claro imobilismo dentro do PT e, mesmo sem maldade alguma e sem você perceber (por isso apontei a possibilidade do triste sintoma psicanalítico), é esse tipo de postura relativista que justamente REFORÇA o reformismo, pois ele continua a*

*obter seus resultados eleitorais sem precisar fazer concessão alguma e sem mexer na correlação de forças e conscientização geral da população (que é argumento do Mauro Iasi), tornando passivas as críticas e mantendo esse círculo vicioso do “não há outra opção”.*

*16. É preciso ir, além disso, e, desculpe, mas é sim aí do seu lado (no âmbito do PT, de sua militância e aliados) que as coisas precisam começar a mudar, e até agora a resposta tem sido conservadora. Os reformistas continuam blindados.*

### *17. Grande abraço*

Prezado Tiago

Veja bem: eu sou petista. Portanto, no que me diz respeito, votar no PT não é uma opção fatalista nem conservadora. E nem diz respeito as eleições. Minha opção pelo PT tem relação com a análise que faço 1) do cenário estratégico em que atuamos e 2) da classe trabalhadora brasileira.

Outro assunto é o seguinte: tento convencer vocês, que não são petistas, a no segundo turno votar no PT, mais exatamente na Dilma. Neste caso, um de meus argumentos é exatamente este: do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, a outra opção é pior.

São duas discussões diferentes. Acho que isto não está claro para você. Por exemplo: a “blindagem do reformismo” tem a ver com a primeira discussão, não com a segunda.

Se a oposição de esquerda percebesse isto, teria alguma chance de crescer. Como aconteceu depois da morte de Vargas, quando o PC quando entre outros motivos porque parou de tratar o PTB como inimigo principal.

Acontece que parte da oposição de esquerda está mais preocupada com o PT do que com a burguesia. Vide o voto da Heloísa Helena em 2006, o voto do Plínio em 2010 e 2012, a postura do Randolfe etc.

Quanto ao que nós fazemos dentro do PT, agradeço a opinião; agora, lembre-se que nossa vitória é vossa derrota. A saber: toda vez que o PT vai para a esquerda, o espaço para a oposição de esquerda ao PT diminui.

E o irônico é que as vezes o PT vai para a esquerda por obra e graça da direita. Aliás, neste sentido a burguesia deste país nunca nos faltou e nunca nos faltará, pois seu ódio é tão profundo que acaba desmoralizando os conciliadores.

Abraços

Valter Pomar.

**Tiago Moreira** | 23/06/2014 às 21:01 | Resposta

*Caro Valter,*

*No que diz respeito ao espaço para oposição à esquerda, penso que talvez você tenha se precipitado no comentário, pois não estou defendendo que o espaço de esquerda exista apenas fora do PT: quero que ele exista e cresça em todos os campos possíveis.*

*Veja, esta frase tua, “(...) lembre-se que nossa vitória é vossa derrota. A saber: toda vez que o PT vai para a esquerda, o espaço para a oposição de esquerda ao PT diminui”, ela é totalmente equivocada: não há derrota alguma nesse sentido para mim se isso ocorrer. O meu interesse na crítica vinda da esquerda não é partidário (defender algum partido de esquerda), mas sim ideológico (defender a ampliação da agenda da esquerda).*

*Até hoje não votei em outro partido que não fosse o PT. Se o PT voltar a ocupar esse campo de disputa de esquerda serei o PRIMEIRO a comemorar. E quis acreditar nisso nos últimos 12 anos. Mas o alerta que iniciou essa discussão toda é esse: não estamos construindo esse caminho na atual situação, pelo contrário, estamos fechando portas pelo lado de dentro do poder. Isso PRECISA ser considerado e debatido muito mais. A importante contradição levantada pelo Iasi permanece: “Depois de 12 anos de governos desta natureza a consciência de classe está mais avançada que estava nos anos 80 e 90? Nos parece que não.”*

*Abraço*

Prezado Tiago

Veja como são as coisas: lendo os seus dois primeiros comentários, eu nunca imaginaria que voce é, pelo menos até hoje, um eleitor do PT.

Independente disto, não te envolve pessoalmente dizer que toda vez que o PT vai para a esquerda, o espaço para a oposição de esquerda ao PT diminui.

Que o PT precisa mudar, estou de acordo. Que o PT pode mudar de lado, isto é sempre um risco, para qualquer partido de esquerda. Mas a reação do oligopólio da mídia à Convenção do PT, realizada no sábado passado, mostra que ao menos para eles, o PT continua na esquerda.

Finalmente: se não tivesse havido alguma mudança na consciência de classe do povo brasileiro, você acha que Lula teria sido reeleito e Dilma eleita?

A questão proposta por Mauro e endossada por você, portanto, precisa ser posta de outra maneira: o nível de consciência, organização e mobilização da classe trabalhadora brasileira cresceu menos do que o necessário para sustentar as mudanças feitas e as mudanças que precisam ser feitas.

Abraços

Valter Pomar

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/resposta-ao-tiago-moreira.html>*

## Sobre crítica do Jones Makaveli

O texto “Sobre a lenda de que a classe dominante e o imperialismo são oposição ao PT” é um bom exemplo dos equívocos da “oposição de esquerda”.

O texto citado, de autoria de Jones Makaveli, pode ser encontrado no endereço

<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/49358-sobre-a-lenda-de-que-a-classe-dominante-e-o-imperialismo-s%C3%A3o-oposi%C3%A7%C3%A3o-ao-pt.html>

Segundo o texto, é uma grande mentira dizer que “o grande capital, setores médios, a direita, o oligopólio da mídia e os governos imperialistas estão tão irritados com o governo Dilma”.

Afinal, diz o texto, “o grande capital é parceiro e apoiador dos governos do PT. Podemos demonstrar isso de várias formas, seja através da política macroeconômica que manteve no essencial a orientação neoliberal (o tripé macroeconômico, etc.), seja nas políticas de fortalecimento do capitalismo monopolista de Estado através do BNDS, seja através das várias privatizações e desnacionalizações, seja através das doações de campanha ao PT etc. É preciso ser muito governista para afirmar que o grande capital é contra o petismo”.

Acontece que esta “demonstração” não demonstra o que pretende.

Vejam: mesmo que fossem 100% verdadeiros, os primeiros exemplos (política macroeconômica, ação do BNDES, privatizações e desnacionalizações) não demonstrariam que o grande capital é um “apoiador” dos governos do PT.

**Demonstrariam, tão somente, que o governos federal é “apoiador” do grande capital.**

**Quanto ao quarto exemplo (as doações de campanha ao PT) demonstram apenas que as grandes empresas buscam “influenciar” todas as candidaturas, inclusive, mas não apenas as do PT.**

**Em resumo: a “demonstração” apenas demonstra algo de que ninguém discorda: que os governos do PT aplicam políticas que, em maior ou menor sentido, beneficiam setores do grande capital.**

**Mas se é assim, por qual motivo (ver texto <http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/nem-todo-escravo-tem-mentalidade-da.html>) o grande capital anda “irritado” com o PT e com o governo Dilma?**

**Na minha opinião, porque nas condições atuais, ao grande capital não bastam “políticas”. Simplificando a questão: o grande capital quer sangue, ou melhor, deseja expressivo desemprego e redução de salários.**

**Makaveli também afirma ser “outra grande mentira” dizer que “setores médios são contra o PT”.**

**Vejamos como ele tenta demonstrar isto:**

“Temos que esclarecer de agora que pensar as classes sociais de forma monolítica, sem sua divisão e frações, é um erro brutal. Fazendo um breve histórico, as camadas médias do Brasil foram esmagadas pela crise econômica durante a ditadura empresarial-militar no final dos anos 70 e anos 80; pressionadas as camadas médias formaram uma das principais bases de oposição à ditadura. Foram fundamentais na formação do PT. Durante todos os anos 80, 90 e parte dos anos 2000 os funcionários públicos qualificados, pequenos comerciantes com alta escolarização, artistas, professores universitários, operários e intelectuais formaram a principal base eleitoral e social do PT. André Singer no seu livro “Os sentidos do Lulismo” mostra que até 2006 quanto maior a escolaridade e renda (até dez salários mínimos) maior eram os votos no PT. A maioria dos setores médios sai da ditadura com uma postura

progressista e de esquerda, durante os anos 90 vemos o início de um processo de realinhamento político-eleitoral, com grande parte dos setores médios assumindo posturas conservadoras e escolhendo o PSDB como sua principal porta voz (não custa lembrar, para ilustrar a argumentação, que Fernando Collor foi eleito com grande quantidade de votos dos pobres e subproletários, já Lula teve amplos votos nas camadas médias, na eleição de 1989). Singer argumenta que a partir de 2006 várias camadas médias se afastam do PT (ele explica os porquês disso no livro) e os trabalhadores pobres, que recebem até três salários mínimos, passam a ser a principal base eleitoral do PT. Mas isso não significa que os setores médios, em bloco, sejam hoje conservadores. A votação de Heloísa Helena para presidente da república em 2006, as estimativas de voto que tinha Ciro Gomes nas eleições de 2010, a votação de Marina Silva também em 2010, a votação de Marcelo Freixo em 2012 e vários outros processos eleitorais mostraram que vários setores médios continuam de esquerda e progressista. É notório para qualquer mero observador do processo eleitoral que existe uma franja ampla de votos para candidatos de esquerda não radical. Aliás, nos próprios partidos de esquerda hoje a maioria dos militantes são de classe média. PCB, PSTU, PSOL, Levante Popular, PCR, MEPR, UV, etc. têm majoritariamente militantes de classe média. Se não na renda, no “capital cultural”. Pessoas pobres que são universitárias, consomem e têm uma vivência cultural dos setores médios (como o autor dessas linhas)”.

**O que é dito no parágrafo acima confirma que os setores médios estão irritados com o PT. Aliás, se reconhece que “grande parte dos setores médios” assume “posturas conservadoras” e “escolhe o PSDB” como “principal porta-voz”. E mostra que outra parte dos setores médios constitui a base social da “oposição de esquerda”. Ambos segmentos estão “irritados” com o PT, confirmando a “grande mentira” que supostamente queria criticar.**

**Makaveli contesta, igualmente, minha afirmação segundo a qual a direita anda “irritada”. Segundo ele, a “maioria da direita, seus**

principais nomes, está no governo do PT. Não é de todo à toa que dizem que o Brasil não tem oposição. O PT usa um verniz de esquerda e engloba os principais nomes da direita brasileira e das oligarquias regionais no seu governo”.

**Desde 1994 até 2014, a disputa presidencial tem sido resolvida no confronto entre PSDB e PT. Mesmo quando derrotadas, as forças encabeçadas pelo PSDB obtém, no segundo turno, cerca de 4 de cada 10 votos. Esta é a base social da oposição de direita no Brasil. Os que “dizem que o Brasil não tem oposição” vivem noutro país.**

**É óbvio que existe um setor da direita que apoia e participa das candidaturas e do governo federal, seja com Lula, seja com Dilma. Por isto, é adequado sempre falar de “oposição de esquerda” e de “oposição de direita”.**

**Qual a novidade? A novidade é que neste último período setores importantes da direita que estavam apoiando o governo, deslocaram-se para a oposição. Um dos frutos disto é a aliança Eduardo Campos/Marina Silva. Este deslocamento (e a irritação política) tem bases socioeconômicas, por exemplo, a já citada (a burguesia quer mais desemprego e menos salários), assim como a reação conservadora de parcela dos setores médios contra a ampliação da capacidade de consumo de setores populares.**

**Não se deve confundir a fotografia com o filme. O filme é o deslocamento crescente da direita rumo à oposição.**

**Vejamos agora a questão da mídia:**

“Pomar também afirma que os oligopólios de mídia fazem oposição ao PT. Isso me parece certo, mas não é porque o PT faz um governo de esquerda, mas sim porque na disputa para ser gerente da ordem burguesa o PT é preterido em relação a outros partidos, como o PSDB”.

**Não me lembro de ter escrito que Dilma “faz um governo de esquerda”. E não seria o caso de perguntar por qual motivo, mes-**

**mo não fazendo um governo de esquerda, o PT é “preterido” na “disputa para ser gerente da ordem burguesa”???**

**Finalmente, Makaveli considera que “beira ao ridículo” afirmar que o “imperialismo está irritado com o PT”. Mas, novamente, seu argumento não confirma sua tese.**

**Vejamos:** “a afirmação de que o imperialismo está irritado com o PT é outra mitologia política que beira ao ridículo. Apenas para dar um exemplo de o quanto o governo do PT é agressivo com o imperialismo. Quando foi descoberto que a NSA espionava o Brasil, a presidente e várias estatais, Dilma fez um discurso muito inflamado em uma reunião da ONU. Só. Não tomou mais nenhuma medida. Alguns meses depois anuncia uma cooperação da Polícia Federal e do Exército Brasileiro com as forças de segurança dos EUA para fazer “segurança” durante a Copa do Mundo. Com as mesmas forças que estavam espionando a presidente e as estatais. Grande oposição ao imperialismo; algo quase bolchevique!”

**Noutro trecho, afirma-se que o governo federal usa** “uma retórica de integração, em vários momentos age contra o imperialismo dos EUA, mas não toma medidas efetivas de integração na esfera da comunicação, tecnologia, segurança militar, cooperação econômica, etc”.

**O autor não percebe que ele comete, aqui, o mesmo equívoco que comete quando fala da relação entre o governo e o grande capital, a saber: ele “demonstra” que o governo faz concessões ao imperialismo, mas não trata da postura do imperialismo frente ao governo brasileiro e frente ao PT.**

**Ironicamente, comete o mesmo equívoco de setores da direita do PT, que pensam mais ou menos assim: já que fazemos concessões para eles, a direita, o oligopólio, o grande capital e o imperialismo vão nos tratar bem. Analogamente, setores da “oposição de esquerda” acham que se o governo Dilma faz concessões, então os beneficiários destas concessões devem agir com reciprocidade.**

**A questão é: não existe tal reciprocidade. Ao menos neste momento, não há concessão ou moderação que faça a maior parte do**

**grande capital, o oligopólio e o imperialismo preferirem o PT aos partidos burgueses.**

**Na direita do PT também existe um setor importante que acha que a “oposição” que “muitos setores burgueses aparentemente mostram contra o governo do PT não passa de jogo político”.**

**Vale dizer que concordo parcialmente que “não podemos avaliar a política burguesa pelas declarações da burguesia ou pelas declarações de veículos de imprensa como a Revista Veja. (...) Enfim, não se vai entender a política da burguesia através das colunas da revista *Veja* e congêneres e dos discursos ideológicos da burguesia de menos estado, mercado perfeito, etc”.**

**Por qual motivo concordo parcialmente? Porque o discurso do oligopólio é parte integrante do comportamento da burguesia. Mas para ter uma visão de conjunto, é preciso ir além do discurso, avaliando, por exemplo, os investimentos da burguesia. E nos últimos anos, apesar dos subsídios, estímulos e tudo o mais, o grande capital não está investindo a altura. E por qual motivo? Porque no atual cenário internacional, os níveis de emprego e de salário existentes no Brasil converteram-se num grande problema para eles.**

**Um último comentário: segundo Jonas Makaveli, “é óbvio que sempre pode piorar. Mas seguindo essa lógica deveríamos ter apoiado o governo Bush ou mesmo o governo do FHC, afinal, também podia ter vindo coisa pior”.**

**De fato, a situação sempre pode piorar. Mas em termos de lógica, acho difícil achar algo pior do que a argumentação acima.**

**Convenhamos: nenhum setor da esquerda, em nenhum lugar do mundo, considerou apoiar Bush (ou as candidaturas republicanas que vieram depois). O problema foi o oposto: as ilusões nas candidaturas e nos governos “Democratas”.**

**Só mais recentemente, nos Estados Unidos (e na Colômbia), colocou-se para alguns setores a questão de votar no mal menor, em Obama contra o Tea Party, em Santos contra o uribismo.**

No Brasil de 1994 e 1998, esta questão do “mal menor” não se colocou. Naquelas eleições presidenciais, a esquerda teve candidato contra FHC: Lula, do PT.

Já no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 e 2010, a “oposição de esquerda” se impôs este dilema e, nos dois casos, seus principais candidatos (Heloísa Helena e Plínio de Arruda Sampaio) preferiram não apoiar as candidaturas petistas.

Agora, num segundo turno das eleições presidenciais de 2014, numa disputa entre Dilma e a candidatura da direita, a “oposição de esquerda” fará o quê?

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/sobre-critica-do-jones-makaveli.html>*

## A Copa, as eleições e depois

Vai ter Copa e a oposição torce pela derrota do Brasil, o que reforçaria o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas de Aécio Neves e de Eduardo Campos.

Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pelas elites.

Por isto, a oposição não pode assumir abertamente seu programa: seria a derrota antecipada.

Sem poder falar do futuro nem do passado neoliberal, o que lhes resta é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas reais, a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

A oposição, o grande empresariado e (não esqueçamos dele) o imperialismo tentam pegar carona no desejo de mudanças manifesto por amplos setores da população.

A mudança que eles desejam se traduz na adoção de outro programa de governo, na derrota do PT e de Dilma: uma mudança para pior.

Já as mudanças desejadas pelo povo se traduzem em *mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia*.

A oposição de direita conta com duas candidaturas presidenciais: a candidatura Aécio Neves e a candidatura Eduardo Campos.

Claro que haverá empresários apoiando e votando em Dilma. Mas *enquanto classe, o grande capital estará financiando, apoiando, votando e torcendo pela oposição*.

O grande capital não faz isto por ser “ingrato”, nem por ser “desinformado”, mas por interesse de classe.

Cada vez que Dilma reitera que não foi eleita para reduzir salários nem para gerar desemprego, ela manifesta opções incompatíveis com a genética do grande empresariado brasileiro, secularmente acostumado ao crescimento com ampliação da desigualdade, com dependência externa e com democracia restrita.

Para enfrentar o consórcio entre a oposição de direita, o grande empresariado, o oligopólio da mídia e a quinta coluna que atua dentro do governo, precisamos de uma política de alianças, de uma estratégia e de um programa organizados em torno de uma ideia muito simples: fazer um segundo mandato Dilma superior ao atual, um segundo mandato orientado pelo espírito das reformas de base.

Falando em termos muito simples, trata-se de impugnar tudo aquilo que Vaccarezza representa. E recuperar tudo aquilo que Olívio Dutra expressa.

Estes são alguns dos assuntos tratados nesta edição de *Página 13*.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/editorial-do-pagina-13-de-junho-de-2014.html>R

## Quem chamou a besta para esta discussão?

Na polêmica com Mauro Iasi e com outros porta-vozes da oposição de esquerda, escolhi não priorizar a demonstração de que **uma eventual derrota de Dilma nas eleições presidenciais de 2014 resultaria em imensos danos para a classe trabalhadora e para toda a esquerda brasileira.**

No lugar disso, priorizei tentar demonstrar que **nossos inimigos de classe querem derrotar o PT e impedir a reeleição de Dilma.**

O motivo desta escolha: a maior parte da oposição de esquerda parece tão focada nos digamos “defeitos” (reais ou não) do governo Dilma, que **não considera adequadamente as ações do nosso inimigo de classe.**

Por conta disto, esta parcela da oposição de esquerda acaba se convertendo em **linha auxiliar da oposição de direita.**

É necessário lançar luz sobre as opções do imperialismo, do grande capital, dos setores médios (ver PS1), da direita e do oligopólio da mídia, para enfrentar o principal limite teórico do esquerdismo e também da direita do PT: **não fazer análise concreta da situação concreta.**

Estes limites ficam evidentes nos dois textos de Jones Makaveli (ver PS2).

Exemplo: Makaveli reconhece que o governo do *PT as vezes [se coloca] contra a política externa do EUA*, mas não reflete sobre o **que o imperialismo anda fazendo, pelo mundo afora, com governos que “as vezes” se colocam contra a política externo dos EUA.**

No geral, Makaveli insiste em “provar” algo que não está em discussão, a saber: que o governo Lula antes e o governo Dilma agora

adotaram medidas que, em maior ou menor medida, beneficiaram setores do Capital.

Mas, em ambos textos, o autor não diz nada que desminta minha tese sobre o que está em discussão, a saber: **nostros inimigos de classe querem derrotar o governo Dilma e o PT!!**

Aliás, lendo seus dois textos, confirma-se que **Jonas Makaveli pensa de maneira similar a um setor da direita do PT.**

Este setor apoia todo tipo de concessão e tem a expectativa de que o Capital vai corresponder. Já Makaveli acha que, devido às concessões feitas pelo governo Lula/Dilma, o Capital efetivamente corresponde.

Acontece que nos dois textos citados (para não falar da realidade), não se encontra um único argumento que comprove esta correspondência (ver PS3).

Pelo contrário, o próprio Makaveli diz que: *desde 2008 o número de greves não para de crescer, os protestos de rua são cada vez mais frequentes e o clima de insatisfação política é ascendente. Nessa situação é mais que normal que parte das classes empresariais e quadros da direita procurem articular alternativas ao PT. O PT é gestor da ordem. Enquanto tal só será “amado” pela burguesia enquanto sua gestão for bem. Ela parece ir cada vez pior.*

Quem se der ao trabalho de desenvolver esta linha de raciocínio vai acabar chegando, ainda que por um caminho torto, à conclusão de que **estamos numa conjuntura em que o grande Capital está em rota de colisão com o PT e com o governo Dilma.**

Se isto é verdade, repito a pergunta: **num segundo turno das eleições presidenciais de 2014, numa disputa entre Dilma (ver PS4) e a candidatura da direita, a “oposição de esquerda” fará o quê?**

Makaveli dá meia resposta para esta pergunta, quando afirma ser *falso* afirmar que *teríamos um retrocesso* caso o PT perca as eleições presidenciais.

Makaveli também afirma que *num eventual segundo turno entre PT e PSDB teremos uma disputa entre dois projetos políticos de*

*direita pró-capital e antipopular; com diferenças pontuais. A grande questão é saber quem será o mais agressivo contra as forças populares.*

Esta linha de argumentação, salvo engano, conduz ao voto em branco, ao voto nulo, ao tanto faz como tanto fez. Aliás, já sabemos o que fizeram Heloísa Helena e Plínio de Arruda Sampaio, no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 e 2010, respectivamente.

Acontece que agora estamos num momento de ofensiva da direita. Talvez por isto Makaveli, embora garanta que as “diferenças” entre PT e PSDB são “pontuais”, fique o tempo todo falando da **direita apocalíptica** e da **besta do sétimo livro**.

Que fique registrado: quem trouxe a **besta apocalíptica** para esta discussão não fui eu. Minhas figuras de linguagem aprendi noutros livros.

*Valter Pomar*

PS1. Também para que não me acusem de omissão: é óbvio que eu não estou “imputando conservadorismo aos setores médios em bloco”. Da mesma forma, não acho que 100% do grande Capital esteja contra o PT, como também não acho que 100% da direita está contra o PT, como também não acho que 100% da oposição de esquerda esteja perdida.

PS2. O primeiro texto de Makaveli: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/49358-sobre-a-lenda-de-que-a-classe-dominante-e-o-imperialismo-s%C3%A3o-oposi%C3%A7%C3%A3o-ao-pt.html>; e o segundo texto: <http://makaveliteorizando.blogspot.com.br/2014/06/debate-com-valter-pomar-minha-treplica.html>

PS3. Para que não me acusem de “omissão”, simplesmente não procede a tese segundo a qual **o PT recebe mais doações do que os outros partidos, logo ele é o partido preferido do Capital**. Não procede por uma razão bem simples: as doações feitas pelo grande Capital aos seus partidos e candidaturas não são apenas as registradas oficialmente. Isto sem falar de outros mecanismos pelos quais o grande capital apoia seus partidos e candidaturas.

PS4. Igualmente para que não me acusem de omissão: devemos votar em Dilma porque estamos melhor hoje do que estávamos sob os governos neoliberais, estamos melhor do que estaríamos se Serra ou Alckmin tivessem vencido as últimas eleições, e também porque a classe trabalhadora terá melhores condições para avançar sob um governo Dilma do que sob um governo Aécio ou Campos.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/quem-chamou-besta-para-esta-discussao.html>*

## Luciana Genro

Recomendo a leitura da entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* por Luciana Genro, candidata do PSOL à presidência da República, substituindo Randolfe Rodrigues.

A entrevista está em <http://lucianagenro.com.br/2014/06/em-entrevista-a-folha-luciana-genro-apresenta-pontos-que-nortearao-campanha/>

A crítica a seguir baseia-se nesta versão, divulgada no blog da própria Luciana Genro. Desconheço se há uma versão integral.

A entrevista tem passagens interessantes, por exemplo sobre as drogas e sobre o aborto, onde Luciana defende o ponto de vista “clássico” da esquerda e dos setores democráticos.

Também muito interessante é a seguinte frase: ***Posso dizer que me orgulho de ter sido expulsa do PT pelo José Dirceu, que hoje está preso***. Acontece que Luciana não foi expulsa por Dirceu, foi expulsa pela ampla maioria do Diretório Nacional do PT, que derrotou a esquerda que votou contra a expulsão. É perfeitamente possível vincular a posição de Dirceu naquele episódio da expulsão, com os procedimentos que levaram a crise de 2005. O problema está em vincular o “orgulho de ter sido expulsa” com a frase “hoje está preso”, como se esta prisão fosse um ato de justiça, sob qualquer aspecto. Clara concessão ao udenismo.

Igualmente interessante é sua resposta acerca de Cuba: ***não vejo Cuba como um país democrático***. Criticar o socialismo cubano é um direito, mas criticar o bloqueio é uma obrigação. Ademais, é reveladora a ênfase que ela dá à ausência de “liberdade de organização partidária”.

Na questão do financiamento, há um diálogo curioso, tendo em vista a polêmica ocorrida no próprio PSOL acerca da Gerda; e também tendo em vista a tradição da esquerda, de questionar o latifúndio, o agronegócio e o grande capital em geral: ***a gente não tem relação com empresas. Se uma empresa quiser fazer uma doação nós vamos avaliar na nossa coordenação de campanha. Desde que não se enquadre nas proibições do nosso estatuto, que são empreiteiras, bancos e multinacionais.***

Na questão da Copa Luciana Genro tenta recuar da posição original do PSOL, mas sem fazer autocrítica de fundo. E sem diferenciar a posição do PSOL da posição da oposição de direita e do oligopólio da mídia: ***os brasileiros todos estavam torcendo, receosos por causa das filas, dos atrasos, mas a gente não apostava no quanto pior melhor.*** Diz também que ***a expectativa era tão ruim que ao ter saído relativamente [bem] as pessoas se surpreenderam.***

No caso das vaias no Itaquerão, por exemplo, sua preocupação principal é criticar o PT (a “esquerda que traiu os seus princípios”). Sobre os vaiantes é dito que teriam ***mais poder aquisitivo***, mas seriam as ***mesmas que há dez anos foram para as ruas comemorar a vitória do Lula***, setores que estão ***sendo sacrificados nessa tributação excessiva***. Como se vê, não é apenas na questão do mensalão que Luciana Genro mantém sintonia fina com determinado discurso.

Registre-se as respostas “politicamente corretas” (e, portanto parciais, para dizer o mínimo) quanto a polêmica envolvendo Safatle e Maringoni, bem como para a desistência da Randolfê Rodrigues, casos reveladores acerca do PSOL realmente existente.

O fundamental da entrevista, óbvio, está na análise das candidaturas de Dilma, de Aécio e de Campos. Para Luciana Genro, as três teriam em comum ***a decisão política de manter este sistema político***. Ou seja, ela simplesmente desconsidera a defesa pública que Dilma faz da Constituinte, da reforma política; assim como desconsidera o engajamento do PT no Plebiscito popular.

Luciana diz, também, que as três candidaturas teriam em comum a decisão política de ***manter este sistema econômico*** e de, a partir de

2015, *fazer um ajuste que significa cortes nas áreas sociais, que significa alta da taxa de juros, aumento de tarifas públicas, represão aos movimentos sociais.*

Mesmo alertada pela *Folha* de que o PT e Dilma não falam deste ajuste (que é defendido claramente por Aécio e disfarçadamente por Campos), Luciana Genro reiterou a acusação. Mas, contraditoriamente, admitiu que com uma eventual vitória do PSDB *haveria retrocesso com certeza, mais privatizações, mais ataques.*

O curioso é que, na hora de expor positivamente seu programa, Luciana Genro diz que o PSOL defende *uma democracia real e um modelo econômico que faça com que os bancos paguem mais impostos, com que os milionários paguem mais impostos, que desonere a classe média e a classe trabalhadora e que volte a economia para os interesses do conjunto do país, e não para os interesses para o capital financeiro, como tem sido hoje.*

Atacar o capital financeiro é uma necessidade e faz parte do beabá, não apenas da esquerda e dos setores democráticos, mas também de alguns setores da direita: *fazer a auditoria da dívida; suspender pagamento preservando os interesses de pequenos poupadores; acabar com a especulação, atacar os interesses dos bancos, que os bancos paguem mais impostos, que os especuladores sejam banidos do país.*

Também é importante defender *que as grandes empresas paguem mais impostos.* Mas falta responder como reorganizar o conjunto da economia, especialmente como tratar o agronegócio, o grande capital monopolista e transnacional, a dinâmica de investimentos privados e públicos.

A esse respeito, um sinal dos tempos: perguntada se o PSOL defende a reestatização de algum setor que foi entregue à iniciativa privada, Luciana Genro responde que *isso vai demandar nós chegarmos ao governo para avaliar a real situação (...) à medida da necessidade haveria sim expropriações no sentido de garantir que o interesse público prevaleça (...) As empresas de energia elétrica*

*que foram privatizadas. Não sei como se comportariam essas empresas em um governo do PSOL. Se for necessário, elas terão que ser reestatizadas.*

Pode ser que na íntegra da entrevista, se existir, haja algo mais. Entretanto, tomando como base o que está transcrito no blog da própria Luciana Genro, trata-se de um “clássico” programa socialdemocrata (mais democracia, mais bem-estar, mais impostos, controle sobre o setor financeiro, ampliar quando necessária a presença direta do Estado etc.). Não admira que, ao chegar ao governo (como em Macapá) o PSOL se veja diante de dilemas tão bem conhecidos por nós.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/luciana-genro.html>*

## Resolução sobre conjuntura

A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, reunida no dia 20 de junho de 2014, debateu a conjuntura, as eleições 2014, as tarefas do Partido dos Trabalhadores e da militância da Articulação de Esquerda.

No dia 21 de junho ocorreu a convenção que lançou oficialmente a candidatura da presidenta Dilma Rousseff à reeleição. Durante a Convenção, assistimos aos discursos de Rui Falcão, Lula e Dilma Rousseff, que confirmaram aspectos importantes das conclusões a que chegamos na reunião da direção nacional da AE.

Levando em consideração a repercussão da Convenção e o que foi debatido dia 20 de junho, a direção nacional da Articulação de Esquerda divulga a seguinte **orientação militante**:

1. A militância da AE deve jogar todos os seus esforços, no próximo período, na reeleição de Dilma Rousseff presidenta.

2. Cabe a cada direção estadual, coordenação setorial, organização de base e a cada militante individual decidir como combinar esta prioridade com nossas demais tarefas, entre as quais destacamos: a plenária estatutária da CUT (28/7 a 1/8), a jornada de formação no Ceará (28/7 a 3/8), a organização do Plebiscito Popular (2 a 7/9) e a campanha de nossas candidaturas.

3. As eleições de 2014 ocorrem num contexto marcado por três grandes variáveis:

a) o aprofundamento da crise internacional e, por decorrência, maior pressão das potências imperialistas sobre a América Latina e o Brasil;

b) o acirramento da disputa entre as duas vias de desenvolvimento do Brasil, com o grande empresariado e parcela dos “setores médios”, a oposição de direita e o oligopólio da mídia deixando claro sua aversão radical a toda e qualquer medida vinculada a soberania nacional, a integração latino-americana e caribenha, a ampliação das liberdades democráticas, ao bem estar social e a igualdade;

c) a ampliação da parcela da população e do eleitorado oriundo da classe trabalhadora que mantém reservas ou até mesmo desconfiança frente ao petismo e frente ao lulismo;

4. Frente a este novo cenário, **crece a necessidade de que o Partido dos Trabalhadores dê** um salto na sua capacidade organizativa, política, teórica, cultural e estratégica.

5. Parcelas importantes e crescentes da base social, eleitoral e militante do Partido reclamam da direção que seja capaz disto. Mas o grupo majoritário na direção nacional do PT não revelou, até o momento, disposição e/ou capacidade para mudar os rumos e os métodos de atuação, mudança essencial para enfrentar a nova situação estratégica aberta pelos realinhamentos no empresariado e na classe trabalhadora.

6. A variável central da conjuntura é a radicalização da direita. Um exemplo disto é a postura adotada frente à Copa do Mundo. **As oposições** (tanto a de direita quanto a de esquerda) buscaram politizar ao extremo o tema, tendo adotado em alguns casos o slogan “não vai ter Copa” e de fato torcendo pelo fracasso do certame e da seleção brasileira em campo, deixando ao PT e ao governo a defesa dos “interesses nacionais”.

7. Por qual motivo as oposições agiram assim? Para além de análises e opções táticas, há uma razão estratégica de fundo: depois de quase 12 anos de presidência petista, houve mudanças importantes no país e por isto mesmo parcelas crescentes da população estão insatisfeitas.

8. De um lado, o grande empresariado e os “setores médios tradicionais” (assalariados de alta renda, assim como setores da pequena

burguesia) estão insatisfeitos com as mudanças ocorridas, querem evitar seu aprofundamento e querem recuperar o espaço perdido.

9. De outro lado, amplos setores da população trabalhadora e parcelas dos “setores médios” estão também insatisfeitos, não com o sentido das mudanças, mas sim com a timidez das mudanças realizadas e querem ganhar mais e mais rápido.

10. Este desejo por mais mudanças é visível, com maior ou menor clareza, nas jornadas de junho de 2013, nas greves de diversas categorias e também na mobilização dos sem-teto.

11. A “oposição de esquerda” gostaria de aproveitar este cenário. Mas a radicalização da direita, internacional e nacional, contra o PT vem fechando os espaços para a “oposição de esquerda”, que mesmo contra sua vontade tende a converter-se em linha auxiliar da direita, do grande capital e do imperialismo. É preciso explicar isto pacientemente, mas com palavras claras, para os militantes de outros partidos e organizações que insistem neste caminho; e é preciso disputar sua base social, que inclui setores da classe trabalhadora que na ausência de uma alternativa de esquerda podem cair na desmoralização ou inclusive girarem à direita.

12. A oposição de direita também conhece o desejo popular por mais mudanças e sabe que só ganhará as eleições presidenciais se conseguir aparecer, para a maioria do eleitorado, como a portadora de mudanças. Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pela oposição de direita.

13. As mudanças desejadas pelo povo, nós traduzimos em mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia.

14. Já a mudança desejada pela oposição de direita implica em desemprego, redução de salários, menos direitos, menos políticas sociais e democracia: é uma mudança para pior.

15. Por isto, a oposição de direita não pode assumir abertamente seu programa, não pode dizer que tipo de mudança deseja para o

país. Dizer que vão gerar desemprego, reduzir salários e investimentos sociais seria a derrota antecipada.

16. Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado – quando implementaram no Brasil o programa neoliberal – o que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas (reais ou não), a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

17. Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto à realidade brasileira. Por isto falaram que “não vai ter Copa”, por isto torceram abertamente para que ocorresse algum desastre que prejudicasse a competição, por isto tentaram (ainda que sem sucesso) “capitalizar” os xingamentos à presidenta no jogo de abertura, pois tudo isto reforça o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

18. Agora, que a Copa já está em curso, a oposição tenta se reposicionar. Seja por razões comerciais, seja por razões políticas, o consórcio entre os partidos de oposição e o oligopólio da mídia não pode assumir abertamente sua torcida pela derrota do Brasil. Mas não faz autocrítica e, tendo oportunidade, voltará à posição original, de torcer pela derrota e pelo desastre.

19. A radicalização da direita abrange todos os cenários e temas. A violenta reação contra o decreto acerca da participação social, acusando o PT de “bolchevismo” e a participação de “soviética”, é de um didatismo total: a direita brasileira considera qualquer reforma uma revolução; e, por isso, contra qualquer reforma ela uiva por um golpe preventivo (a “contrarrevolução”).

20. Frente a este cenário, a maioria da direção do nosso Partido age como se ainda fosse possível adotar a tática de 2002.

21. Nunca apoiamos aquela tática, mas reconhecemos que em 2002 a tática de centro-esquerda era eleitoralmente “lucrativa”. Hoje é diferente: as alianças com setores da direita, as expectativas na postura do grande empresariado, a tibieza frente ao oligopólio da mídia, a moderação programática geram rendimentos **eleitorais** decrescentes.

22. Portanto, para além do erro estratégico contido nas atitudes citadas no ponto anterior, há um erro tático: este caminho não é adequado para vencer as eleições de 2014, nem nacionalmente, nem nos estados.

23. A radicalização da direita (e não apenas da oposição de direita) e a ofensiva do grande capital não dão margem para a reprodução da tática adotada em 2002.

24. Aliás, já em 2006 nossa tática foi distinta daquela adotada em 2002, graças ao que obtivemos em 2006 uma vitória eleitoral, política e ideológica. Já a tentativa de reproduzir, em 2010, a tática de 2002, resultou numa vitória eleitoral, mas num ambiente de defensiva política e ideológica.

25. Não se trata apenas de escolher a melhor tática para ganhar a eleição de 2014. Se trata, também, de escolher uma tática que tenha melhores repercussões estratégicas.

26. Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também Dilma foi eleita em 2010. Analogamente, se a esquerda quiser continuar governando o país a partir de 1 de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

27. Mesmo que Dilma vença as eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita não vai deixar de existir. Pelo contrário, vai continuar com suas duas táticas: por um lado preparando-se para as eleições presidenciais de 2018, por outro lado trabalhando para impor a política deles ao segundo governo Dilma. Isto fica claro no discurso sobre a suposta inevitabilidade de um “ajuste” em 2015, ganhe quem ganhar.

28. De nossa parte, não basta vencer as eleições presidenciais. O segundo mandato Dilma só terá a força necessária para fazer mudanças estruturais no país, se conseguir combinar vitória na eleição presidencial, ampliação da presença institucional da esquerda (no parlamento nacional, nos parlamentos e governos estaduais), aliança com os movimentos sociais e partidos de esquerda, com democratização da comunicação social e uma reforma política ampla, feita através de uma Constituinte Exclusiva.

29. Por isto, consideramos fundamental o engajamento do Partido na luta pela reforma, pela constituinte e na realização do plebiscito popular.

30. Neste sentido, reiteramos nossa defesa da impugnação da candidatura de Candido Vaccarezza a deputado federal pelo estado de São Paulo. De forma geral, o Partido deve ser duro com personagens deste jaez, que como André Vargas e Luiz Moura, integram a quinta coluna da direita no interior de nossas fileiras.

31. Na luta política contra o PT, a oposição de direita usa e abusa das insuficiências e contradições do governo e do próprio Partido. Por exemplo, a incompreensão acerca do papel do grande capital.

32. Como já dissemos várias vezes, o grande capital não é “ingrato” nem “desinformado”, apenas sabe que certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro.

33. Dizendo de outra maneira, o atual padrão de acumulação do grande capital necessita da perversa combinação de desemprego e salários baixos, com preços e juros altos.

34. Desta incompreensão acerca da postura do grande capital, decorre a incorreta insistência numa política de alianças do PT com setores da direita política e social.

35. Em nossa opinião, para manter o eleitorado de esquerda e disputar o eleitorado de centro, precisamos demarcar claramente com as posições da direita, apontando o que eles fizeram, o que nós fizemos e principalmente dizendo o que faremos no próximo mandato.

36. Outra incompreensão existente no nosso Partido diz respeito ao papel, que reputamos positivo e indispensável, dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos.

37. Entre as incompreensões destacamos, ainda, a que leva setores do PT e do governo a não compreenderem a urgência inadiável da reforma política e da democratização da comunicação; bem como

aquela que insiste em chamar de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, graças a nossas políticas, ampliaram sua capacidade de consumo.

38. Para ganhar as eleições de 2014, precisamos não apenas manter conosco o “núcleo duro” do nosso eleitorado, mas conquistar os setores populares que mantêm **ou desenvolveram** desconfianças, dúvidas e insatisfações frente a nós.

39. Para isto, não basta falar do presente nem do passado. É preciso falar do futuro.

40. Em primeiro lugar, porque o atendimento das necessidades básicas de expressivas parcelas de setores antes marginalizados fez surgir demandas reprimidas que antes não tinham sequer a oportunidade de se apresentar.

41. Em segundo lugar, porque o difuso desejo de mudanças indica que a maioria da população quer novas perspectivas para si e para o país.

43. Em terceiro lugar, porque diferentemente das gerações anteriores, que ao comparar o passado com o presente veem um copo meio cheio, as novas gerações, que tem toda uma vida pela frente, enxergam um copo meio vazio e estão preocupadas em enchê-lo por completo. Tudo isso exige falar sobre o que será feito nos próximos anos para atender estes anseios.

44. Em quarto lugar, e principalmente, porque para ter os recursos necessários para atender as novas demandas, é preciso realizar reformas estruturais, que só serão politicamente viáveis se tivermos força para isto, e construir esta força inclui ganhar a eleição e o apoio do povo às reformas estruturais.

45. Por tudo isto, insistimos mais uma vez: nesta eleição de 2014, o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo não apenas vencer as eleições presidenciais, elegendo a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial, mas também vencer criando as condições para um segundo mandato superior, melhor, mais avançado do que o atual.

46. Apesar de ter estabelecido este objetivo (vencer criando as condições para um segundo mandato Dilma superior), o Partido dos Trabalhadores ainda não conseguiu transformar este objetivo em diretrizes programáticas claras. Isto fica claro da leitura das resoluções do 14º encontro nacional do PT. Fica claro, também, tanto nas coincidências quanto nas discrepâncias dos discursos feitos por Rui Falcão, Lula e Dilma Rousseff na Convenção de 21 de junho.

47. Em nossa opinião, o programa de governo 2015-2018 deveria partir do reconhecimento efetivo, não apenas retórico, de que continua posta a tarefa de superar a herança maldita proveniente da ditadura, do desenvolvimentismo conservador e da devastação neoliberal.

48. Esta herança possui três dimensões principais: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia, e a lógica do Estado mínimo.

49. Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e internacional, motivo pelo qual devemos defender e aprofundar a soberania nacional, acelerar e radicalizar a integração latino-americana e caribenha, com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

50. As quase três décadas perdidas (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começou a ser debelada, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma.

51. Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política e políticas públicas universalizantes do bem estar-social, com um padrão de desenvolvimento ancorado em reformas estruturais: a reforma tributária, a reforma do setor financeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, a universalização das políticas sociais, a reforma política e a democratização da comunicação.

52. Ou seja, precisaremos libertar a economia e a sociedade brasileira de um padrão de desenvolvimento econômico que prevaleceu

não apenas durante o neoliberalismo, mas ao longo de muitas décadas. Se não conseguirmos fazer isto, se não conseguirmos mudar o padrão de desenvolvimento, sofreremos uma derrota estratégica, não importa qual seja o resultado das eleições.

53. Os militantes da Articulação de Esquerda, especialmente os nossos candidatos e candidatas, devem fazer uma campanha eleitoral que combine a defesa das candidaturas petistas, com a defesa das reformas estruturais indispensáveis a um segundo mandato superior.

54. Aos 50 anos do golpe militar, o conjunto da esquerda brasileira deve estar consciente de que as eleições de 2014 ocorrem num ambiente marcado pelo confronto entre, de um lado, a direita (social, política, “midiática”), cada vez mais feroz e histórica; e, de outro lado, as forças políticas que defendem a versão moderna das “reformas de base”. Este confronto – muito mais que um jogo, uma Copa ou uma Olimpíada – é que decidirá o futuro do Brasil. E que, por tabela, incidirá fortemente no futuro da América Latina e do Caribe.

*Direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda  
Brasília, 21 de junho de 2014*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/resolucao-sobre-conjuntura-versao-final.html>

## **A burguesia nunca nos faltará (again, again e again)**

Nota divulgada hoje pela executiva estadual do PT de São Paulo diz o seguinte:

“A Executiva do PT-SP aprovou na noite desta segunda-feira (30/06/14) o nome de Nivaldo Santana (PCdoB) como vice da chapa de Alexandre Padilha. Nivaldo foi deputado estadual por três mandatos, presidiu por nove anos o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), sendo profundo conhecedor das questões hídricas. É funcionário de carreira da Sabesp e militante do movimento negro. Também foram aprovados os nomes do primeiro e segundo suplentes a candidatura ao Senado, respectivamente o presidente estadual do PR-SP, José Tadeu Candelária, e a vice-presidente do PT-SP e líder popular Rozane Maria de Sena”.

Sobre isto, três registros e um comentário:

1) No dia 14 de junho, no encontro estadual do PT-SP, levamos a voto a coligação com o PP. Fomos derrotados. A maioria dos delegados aprovou a coligação com o PP, sob o argumento do “tempo de TV”;

2) no dia 22 de junho, apontávamos que “neste último período setores importantes da direita que estavam apoiando o governo, deslocaram-se para a oposição”. E ainda: “não se deve confundir a fotografia com o filme. O filme é o deslocamento crescente da direita rumo à oposição”.

3) no dia 26 de junho, a tendência petista Articulação de Esquerda apontava que da “incompreensão acerca da postura do grande capi-

tal, decorre a incorreta insistência numa política de alianças do PT com setores da direita política e social”. E ainda: “as alianças com setores da direita, as expectativas na postura do grande empresariado, a tibieza frente ao oligopólio da mídia, a moderação programática geram rendimentos eleitorais decrescentes. Portanto, para além do erro estratégico contido nas atitudes citadas no ponto anterior, há um erro tático: este caminho não é adequado para vencer as eleições de 2014, nem nacionalmente, nem nos estados. A radicalização da direita (e não apenas da oposição de direita) e a ofensiva do grande capital não dão margem para a reprodução da tática adotada em 2002”.

A verdade é que a burguesia (e a direita) não nos faltam. Ela, seu reacionarismo, seu direitismo, sua conduta previsível em defesa de seus interesses de classe, continuam sendo o melhor antídoto contra as ilusões (e o oportunismo) de setores da esquerda.

Assim é em São Paulo, onde a burguesia dispõe do plano A (Alckmin) e do plano B (Skaff).

Sigamos em frente, para eleger Dilma, Padilha, Suplicy e uma grande bancada de deputados federais e estaduais do PT.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/a-burguesia-nunca-nos-faltara-again.html>*

## **Brasil, caminhos para o pós-neoliberalismo**

A Fundação Perseu Abramo nos convidou para falar sobre as “bases para um projeto democrático e popular para o Brasil”. Em seguida, haverá outra mesa para discutir “elementos para o debate do paradigma pós-neoliberal”.

Ambos os temas podem ser abordados de duas maneiras diferentes:

a) uma discussão sobre o que pretendemos que faça um segundo mandato Lula;

b) uma discussão sobre nosso projeto estratégico, para além desta conjuntura. Esta será minha abordagem.

Vou começar tratando o tema geral deste seminário.

Fala-se em “caminhos” (no plural) para o pós-neoliberalismo (no singular). Na verdade, o “pós-neoliberalismo” também deveria estar no plural.

Para ficar claro o motivo desta afirmação, é preciso lembrar que o pós-neoliberalismo é uma visão de mundo; uma ação política orientada por esta visão de mundo; e um determinado arranjo de forças, que caracteriza atualmente o capitalismo em escala internacional.

Quais são os traços gerais deste arranjo de forças? Uma hegemonia capitalista sem precedentes na história, uma predominância do capital financeiro, uma alteração no papel do Estado, a hegemonia norte-americana e uma instabilidade profunda em escala global

O que seria, então, o pós-neoliberalismo?

No sentido fraco, seria o abandono do radicalismo ideológico que caracterizou inicialmente a ofensiva neoliberal, em prol de alternativas mediadas (como a terceira via, a centro-esquerda etc.).

No sentido forte, seria um novo arranjo de forças (interno e/ou em escala mundial). Este novo arranjo pode se dar nos marcos do capitalismo, pode ser dar superando o capitalismo ou pode conduzir à destruição da humanidade.

Portanto, não existe um, mas vários paradigmas pós-neoliberais. Ou ainda, só faz sentido falar em pós-neoliberalismo, para fazer referência a um período histórico de transição.

Este mesmo raciocínio pode ser aplicado ao discutirmos as “bases para um projeto democrático e popular”.

Nosso ponto de partida, no outro tema, foi a crise do neoliberalismo; neste tema, nosso ponto de partida é a crise do modelo de desenvolvimento brasileiro, marcado pela associação subordinada ao capital estrangeiro, pela concentração de riqueza e pela concentração de poder.

Este modelo entrou em crise no final dos anos 1970. Depois de uma década de estagnação (os anos 1980), houve o experimento neoliberal (anos 1990). O resultado foi uma tripla crise: a crise do modelo, o aprofundamento da crise devido ao “remédio” neoliberal e a crise do neoliberalismo.

Quais os desenlaces possíveis para esta tripla crise?

Uma possibilidade é o “pântano”: mais uma ou duas décadas perdidas.

Outra possibilidade é um novo ciclo de desenvolvimento capitalista. Mas para isso é preciso que se combinem, como nos anos 1930, uma janela internacional (com um desligamento forçado, por crise e/ou por guerra, entre o Brasil e a economia internacional) com as oportunidades geradas pela crise (desemprego maciço, fronteiras inexploradas para a acumulação de capital etc.).

Uma terceira possibilidade é um desenvolvimento de tipo socialista.

Como estamos diante de várias alternativas, é fundamental definirmos qual é o nosso objetivo.

Óbvio que ter um objetivo não garante que tenhamos força para alcançá-lo. Ter um objetivo não dispensa, tampouco, a necessidade de ter uma estratégia e táticas. Mas ter um objetivo claro ajuda a organizar o pensamento e a ação.

O neoliberalismo é um exemplo exitoso de como um objetivo programático claro ajuda a organizar uma ofensiva política vitoriosa. A ascensão do Welfare State na Europa é um exemplo de como um objetivo mais audacioso as vezes não é alcançado, mas em parte devido a ele, é possível estabelecer um novo equilíbrio de forças num ponto bastante avançado. Já o governo Lula é um exemplo de como o rebaixamento nos objetivos estratégicos conduz a um rebaixamento ainda maior nas conquistas táticas.

Colocar (ou recolocar) o socialismo como objetivo estratégico do PT, na atual quadra história, supõe enfrentar várias objeções, entre elas: a de que o socialismo teria se esgotado; a de que deveríamos ter como objetivo o Welfare State; ou a de que não haveria correlação de forças para tal.

Enfrentar estas objeções é lembrar que a imensa hegemonia do capitalismo recolocou a atualidade do marxismo e do socialismo; e lembrar que está havendo um deslocamento da correlação de forças, na América Latina, que nos permite ser mais ousados, embora não recomende triunfalismos.

Nosso desafio é partir desta correlação de forças e das contradições do capitalismo, para construir uma estratégia que nos leve em direção a um pós-neoliberalismo de tipo socialista. É disto que se trata, quando discutimos as bases de um programa democrático e popular.

O chamado “programa democrático e popular” sempre foi o apelido dado para um programa de transição. Foi assim nos “regimes democrático-populares” do Leste Europeu e na Nova Democracia chinesa pós-1949. Foi assim no programa etapista do comunismo brasileiro. E foi assim, também, nas formulações do 5º Encontro Nacional do PT.

Claro que a trajetória do conceito “democrático e popular”, no interior do PT, foi muito acidentada.

No 5º Encontro, este conceito pressupunha que coincidissem, no tempo, dois fenômenos distintos: o fim da “transição democrática” e

o início de uma ruptura com o capitalismo, ruptura que seria anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista.

Por isso, no 5º Encontro a eleição presidencial seria a antessala de um processo de aprofundamento ainda maior da luta de classes. Mas a história seguiu outro rumo e, ao invés de uma vitória eleitoral, tivemos uma derrota; e ao invés de um avanço em direção ao socialismo, tivemos um retrocesso neoliberal.

De toda forma, foi este o significado do “democrático e popular”, pelo menos desde 1987 até 1993.

No 10º Encontro Nacional do PT, em 1995, a expressão “governo democrático e popular” foi mudando de sentido, perdendo o conteúdo estratégico revolucionário e de transição ao socialismo e ganhando um conteúdo tático, mais vinculado aos governos municipais, estaduais e ao governo Lula, governos que seriam de oposição ao neoliberalismo, não de transição ao socialismo.

Obviamente, não se esperava de um governo municipal, eleito nos anos 1990, que implementasse tarefas antilatifundiárias, anti-imperialistas e antimonopolistas. Manteve-se o nome, mas modificou-se o conteúdo dos conceitos, quando nada impediria que nos adaptássemos às possibilidades da conjuntura, sem perder de vista o objetivo estratégico.

O que está posto para nós, hoje, é recolocar o objetivo estratégico. Que se materializa em cinco grandes pontos:

1. Derrotar a ditadura do capital financeiro, reduzindo o peso do setor financeiro privado, ampliando o peso do setor financeiro público e reduzindo ao mínimo possível o estoque e o serviço da atual dívida pública.

2. Integração da América Latina, político-cultural e de infraestrutura.

3. Ampliação do investimento público, em detrimento do espaço dos monopólios privados, crescendo o investimento do Estado, em particular nas áreas sociais.

4. Redistribuição da riqueza e da renda, em particular em torno dos temas salários, terra e infraestrutura urbana.

5. Poder popular, modificando a institucionalidade, ampliando a força das organizações sociais e da esquerda política.

Estes cinco pontos constituem as “bases do programa democrático e popular”, no sentido estratégico da palavra, pois sua implementação gera uma dinâmica anticapitalista.

Esta orientação estratégica se traduz, no terreno tático de um segundo mandato presidencial, da seguinte forma: a) assumir que governamos nos marcos de uma brutal hegemonia neoliberal, motivo pelo qual temos que ter uma estratégia que nos permite derrotar esta hegemonia; b) lembrar que se nem todos os nossos objetivos são possíveis de alcançar hoje, nem por isso eles deixam de ser nossos objetivos; c) reafirmar que a centralidade da luta contra o neoliberalismo está na política, na alteração da correlação de forças entre as classes sociais.

Neste sentido, os documentos aprovados no XIII Encontro Nacional do PT são positivos, embora tímidos. Neste mesmo sentido, a proposta de adotar o Estado de bem-estar social como objetivo estratégico de um segundo mandato presidencial, tal como foi proposta por Juarez Guimarães, constitui um grande retrocesso.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/brasil-caminhos-para-o-pos.html>*

## **Editorial da segunda edição da revista Esquerda Petista**

Iniciamos repetindo o editorial da edição anterior: embora seja uma revista editada sob responsabilidade da Articulação de Esquerda, Esquerda Petista não é “porta-voz” da tendência. Cada autor é responsável pelo que escreve, e suas posições não precisam coincidir necessariamente com as posições da tendência. Até porque nossa revista é aberta a militantes que, sendo de esquerda, não são integrantes da AE.

Esquerda Petista busca circular na intelectualidade de esquerda em geral, especialmente aquela vinculada ao PT. Entendendo por intelectualidade os dirigentes que “formam a opinião” da classe trabalhadora.

Editorialmente, Esquerda Petista busca travar o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico, sobre um conjunto de assuntos: o capitalismo do século 21, a crise internacional, a integração regional e nossa política externa; a análise do capitalismo e a luta pelo socialismo no Brasil, a luz das tentativas feitas ao longo do século 20; a discussão sobre programa e estratégia, incluindo rumos do desenvolvimento e meio ambiente, políticas públicas universais e reformas estruturais; educação, cultura e comunicação na luta por hegemonia; os debates de fundo acerca da conjuntura e tática; o balanço dos governos encabeçados pelo PT, em âmbito nacional, estadual e municipal; as diferentes manifestações da luta de classes, incluindo eleições, movimentos e lutas sociais; as questões de gênero, raça e orientação sexual; a análise crítica do conteúdo da mídia (TV, rádio, internet, revistas teóricas e políticas, livros); resenhas de livros e outras publicações; e um acompanhamento do debate acerca do PT e do conjunto da esquerda brasileira.

Cumprindo o compromisso assumido, esta segunda edição de Esquerda Petista começa a circular durante a plenária estatutária da Central Única dos Trabalhadores. E tem como “eixo temático” exatamente a classe trabalhadora brasileira. Assunto urgente, pois há na esquerda quem insista no erro, chamando de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, desde 2003, vem ampliando sua capacidade de consumo.

Aliás, entre os desafios imediatos da classe trabalhadora brasileira, está a reeleição de Dilma Rousseff presidenta da República.

Aos que lamentam a moderação deste e de governos anteriores, e aos que tem dúvidas sobre o que será um quarto mandato presidencial, sugerimos observar o que diz e principalmente o que faz a direita brasileira, o oligopólio da mídia, os governos imperialistas e o grande Capital. Esta gente nunca nos faltou, quando se tratava de indicar seu lado. O nosso lado, é o oposto deles, sempre.

O fechamento desta edição coincidiu com o falecimento de Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014).

Esquerda Petista se incorpora às homenagens feitas pelos familiares, amigos, companheiros de luta e adversários honestos.

*Os editores*

<http://www.pagina13.org.br/publicacoes/saiu-o-n-2-da-revista-esquerda-petista/#.U8PaZZRdXrA>

Ps. Entre os vários erros cometidos na primeira edição desta revista, há um já corrigido na versão digital que precisa ser mencionado aqui: a companheira Karen Lose é coautora do texto “Luta feminista e luta de classes”.

Ps2. A terceira edição de Esquerda Petista circulará após as eleições de 2014.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/editorial-da-esquerda-petista-2.html>

## Não teve hexa. Mas teve Copa!

Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado – quando implementaram no Brasil o programa neoliberal – o que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas (reais ou não), a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto à realidade brasileira.

Por isto falaram que “não vai ter Copa”, por isto torceram abertamente para que ocorresse algum desastre que prejudicasse a competição, por isto tentaram (ainda que sem sucesso) “capitalizar” os xingamentos à presidentia no jogo de abertura, por isto comemoraram a eliminação da seleção brasileira, por isso (e não por razões futebolísticas) direcionaram suas simpatias à Alemanha na final.

O objetivo do oligopólio da mídia era e segue claro: reforçar o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

Deste ponto de vista, não tiveram êxito: não teve hexa, mas teve Copa, que segundo muitos especialistas, dentro e fora do Brasil, foi das melhores realizadas até hoje. Por isto, embora já exista gente cobrando o atraso nas obras das Olimpíadas (!!!), este flanco está defendido, ainda que se faça necessário um balanço do conjunto da obra, pois a condução das obras, as concessões à Fifa, o estado da CBF, o desempenho do time e “principalmente” a composição social predominante nos estádios merecerá muita reflexão e principalmente medidas concretas.

Para além da Copa, a questão para o governo e para o PT não está apenas na defesa (geralmente mal conduzida), mas no ataque. Como demonstram vários textos desta edição de *Página 13*, a linha geral da campanha não está à altura do objetivo de reeleger Dilma em condições dela realizar um segundo mandato superior ao primeiro.

E por falar em reação à altura: *Página 13* se soma a todos os que repudiam os ataques do governo de Israel contra a população palestina residente na Faixa de Gaza.

Para este ataque, o pretexto foi o assassinato de três jovens israelenses.

Não fosse este, seria outro. Pois o que está em jogo é inviabilizar o Estado, roubar o território e exterminar a população da Palestina.

Como sempre ocorre, há quem critique o ataque de Israel contra Gaza como “desproporcional”. Não sabemos se esta palavra foi usada a respeito de Guernica, Lídice e Varsóvia. De nossa parte, preferimos falar outra coisa: assassinato deliberado contra civis é crime de guerra.

Nisso, o *modus operandi* do governo de Israel é similar ao dos nazistas. E quem não denuncia isto age de maneira similar aos colaboracionistas.

<http://www.pagina13.org.br/publicacoes/saiu-o-pagina-13-de-julho-2/#.U8LXWpRdXrA>

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/nao-teve-hexa-mas-teve-copa.html>

## Desproporcional?

O governo brasileiro e o Partido dos Trabalhadores divulgaram, recentemente, notas condenando o ataque de Israel contra Gaza.

Nestas e noutras, aparece o termo “desproporcional”.

O uso deste termo é compreensível, dada a disparidade do poder de fogo e na distribuição de mortos e feridos.

Mas o uso do termo “desproporcional” pode passar a impressão de que a diferença fundamental entre Israel e Palestina é militar.

E não é.

A diferença fundamental é a seguinte: Israel *ocupa* a Palestina.

As tropas de Israel são *tropas de ocupação*.

Os palestinos têm todo o direito de lutar contra a ocupação.

Portanto, não se trata apenas de desproporcionalidade militar, mas do *propósito* das ações militares: de um lado, um *exército de ocupação*; de outro lado, a luta pela *libertação nacional*.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/desproporcional.html>

## Truques do “gigante”

O governo de Israel é usuário tradicional do seguinte “truque”: “exigir” que nos lembremos das “agressões terroristas” de que foram “vítimas”.

O governo brasileiro é uma das vítimas deste “truque”: toda nota acerca do conflito Israel/Palestina tem que condenar uns e outros.

E quando “esquecemos” de fazer isto, viramos “anões”.

Ou “aliados dos terroristas”, coisa de que já fui acusado, numa ofensiva anterior contra Gaza, por conta de uma nota que eu e o então presidente do PT Ricardo Berzoini assinamos.

O governo brasileiro agiu certo ao criticar as agressões cometidas por Israel, assassinando civis. E agiu mais certo ainda chamando nosso embaixador para consultas.

Cabe lembrar: Israel ocupa a Palestina.

Portanto, os palestinos têm todo o direito de lutar contra a ocupação.

E não conheço um único caso onde a luta contra a ocupação não tenha sido acusada de “terrorismo” pelas forças de ocupação.

Não estamos diante de uma guerra desigual entre dois Estados.

Estamos diante de uma luta desigual entre um exército de ocupação e diferentes setores de um povo ocupado.

Posso não gostar das atitudes deste ou daquele setor.

Mas nunca, nunca, podemos esquecer que são atitudes de quem está há décadas submetido a ocupação.

Por isto, espero que sejamos mais “anões” ainda e rompamos relações diplomáticas. O governo de Israel precisa ser isolado.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/truques-do-gigante.html>

## Plano de aula para jornada de formação

### Dia 30 de julho, noite

Roda de conversa com os participantes, para identificar quais os temas que cada participante considera prioritário desenvolver.

- 1) surgimento e desenvolvimento do capitalismo;
- 2) como a luta de classes no capitalismo cria as condições objetivas e subjetivas para uma *sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção* (e como, ao mesmo tempo, cria as condições para a *continuidade do capitalismo* e também para a *“destruição das partes em luta”*);
- 3) a diferença entre transição socialista e modo de produção comunista;
- 4) a luta pelo socialismo, as reformas no capitalismo e as revoluções socialistas;

### Dia 31 de julho, manhã

- 5) as revoluções burguesas de 1789 a 1848, as várias correntes socialistas e o surgimento do marxismo;
- 6) a Comuna de Paris e o surgimento da socialdemocracia;

### Dia 31 de julho, tarde

- 7) as revoluções russa de 1905 e 1917, o “imperialismo”, a primeira guerra mundial, e o surgimento do comunismo;

8) as derrotas da revolução na Europa, a crise de 1929, a guerra civil espanhola e o surgimento das “dissidências comunistas” (esquerdismo, luxemburguismo, Trotsky, Gramsci);

9) segunda guerra mundial, regimes “democrático-populares” no Leste Europeu, as vitórias da revolução chinesa de 1949 (Vietnã, Coréia) e da revolução cubana de 1959: os “diferentes caminhos” para o socialismo;

10) o Estado de bem-estar social na Europa, a socialdemocracia (em sua versão “oficial” e em sua versão de esquerda), vis a vis o que acontece na periferia (imperialismo colonial, imperialismo capitalista);

11) nos Estados Unidos...

### **Dia 31 de julho, noite**

Documentário A Batalha do Chile

### **Dia 1º de agosto, manhã**

12) a crise dos 1970, a reação dos EUA e o impacto sobre os demais;

13) a derrota das guerrilhas, da experiência da Unidade Popular chilena, da socialdemocracia e do socialismo soviético: a explosão do movimento comunista, a virada neoliberal da socialdemocracia, os impasses do nacionalismo e do desenvolvimentismo;

### **Dia 1º de agosto, tarde**

14) o imperialismo capitalista moderno, a crise do neoliberalismo, avanços e dificuldades do movimento socialista

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/plano-de-aula-sobre-historia-da-luta.html>*

## Não é ignorância. É coerência

Recomendo a leitura do artigo publicado hoje (29 de julho) por Cláudio Lottenberg, presidente da Confederação Israelita do Brasil, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Título do artigo: “Antissionismo é antissemitismo”.

Neste artigo, Lottenberg afirma que o único caminho para paz é reconhecer *dois Estados para dois povos*.

Ao menos em tese, portanto, Lottenberg reconhece que os palestinos têm os mesmos direitos que os israelenses. Portanto, os palestinos têm direito a ter seu Estado, sua soberania, seu território e uma vida em paz.

Mas se é assim, por quais motivos o governo de Israel vem solapando continuamente toda e qualquer possibilidade dos palestinos usufruírem daqueles direitos?

Certas justificativas são conhecidas: acusar os palestinos, ou parte deles, ou seus aliados, de “atirar a primeira pedra” e de “antissemitismo”.

Estas acusações deixam alguns na defensiva, especialmente aqueles que esquecem (ou preferem não lembrar) que a Palestina está sob ocupação.

E que, portanto, errados ou certos nas táticas que adotam e nos discursos que fazem, todos os palestinos estão no seu legítimo direito de lutar contra tropas de ocupação.

Evidentemente, quem apoia o direito à autodeterminação dos palestinos não tem como negar o mesmo direito à autodeterminação dos israelenses. Isto obviamente vale para quem defende a solução dos

dois Estados; e o mesmo princípio deve valer inclusive para quem defende a solução de um único Estado democrático.

O governo de Israel, sabendo disto, alega que seus ataques contra a Palestina são exercício do legítimo “direito de defesa”. Portanto, bombardeiam Gaza em defesa da soberania nacional e do direito à autodeterminação contra... os que desejam destruir Israel e os judeus.

Este argumento poderia ser honesto, não existissem os assentamentos ilegais, não existisse o Muro, não existisse a ocupação.

Mas como a ocupação da Palestina por Israel existe, do ponto de vista do direito internacional a única “legítima defesa” é aquela exercida pelos palestinos. Pois a violência cometida pelo governo de Israel visa manter a ocupação.

A verdade é que o governo de Israel trabalha com base na seguinte premissa: a existência e a sobrevivência de Israel dependem da ocupação da Palestina. Portanto, dependem de impedir que haja dois Estados convivendo em igualdade de condições.

Sendo esta a premissa fundamental, não admira que sobre ela se erga uma “ideologia” **nacionalista, racista e fundamentalista**. A saber... o **sionismo**.

Gaza não recorda Guernica por mero acaso: o sionismo, nacionalista e racista, tem suas afinidades eletivas com o nazismo, por exemplo na medida que ambas “ideologias” conferem direitos mais-do-que-super-especiais a uma parte dos seres humanos, em detrimento de outros.

Neste sentido, é puro diversionismo a afirmação que Lottenberg faz em seu artigo: a de que até hoje os palestinos pagam por alianças que seus líderes teriam feito com a Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Especialmente vindo de um governo que tem recebido apoio do governo alemão para as barbaridades que comete em Gaza, este argumento não passa de cortina de fumaça... e ato falho, pois no fundo o sionismo moderno usa as atrocidades cometidas pelos nazistas como uma espécie de “licença para matar”.

Uma espécie de retaliação *a posteriori*, evidentemente não contra os nazistas, seus descendentes e aliados, mas contra inimigos muito mais frágeis: uma valentia bem pós-moderna.

Se antissemitismo é igual a antissionismo, então a defesa de Israel exige a defesa do sionismo. Mais ou menos como equiparar a defesa da Alemanha com a defesa do nazismo. Totalitarismo ideológico e estupidez, que só reforçam a certeza de que os maiores inimigos da sobrevivência de Israel são os fanáticos que dirigem o governo de Israel.

Seja como for, não se trata de ignorância, mas de coerência: a aposta destes fanáticos é tudo ou nada numa guerra sem fim. Uma aposta perigosa para eles e para todo o mundo.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/07/nao-e-ignorancia-e-coerencia.html>

## Resolução sobre Palestina

A direção nacional da Articulação de Esquerda considera que o Partido dos Trabalhadores, seus candidatos, sua militância, em especial aquela que atua nos movimentos sociais, devem desencadear uma forte campanha em solidariedade ao povo palestino.

A ofensiva militar desencadeada pelo governo de Israel contra a Faixa de Gaza, realizada sob o pretexto de reação defensiva contra os ataques promovidos pelo Hamas, é parte de uma estratégia colonialista, por sua vez articulada com os interesses imperialistas na região.

De acordo com esta estratégia, é inaceitável tanto a convivência pacífica entre dois estados (Israel e Palestina), quanto a existência de um único Estado laico e democrático.

A extrema-direita que governa Israel busca fundamentar suas ações com base num discurso claramente racista, sobre a superioridade étnica de uns e a inferioridade de outros.

Ao mesmo tempo, a extrema-direita de Israel acusa seus adversários de antissemitismo e de ser contra a existência mesma de Israel.

Mas a verdade é outra: quem vem se demonstrando como o pior inimigo de Israel e quem vem se convertendo na maior ameaça ao judaísmo é exatamente esta extrema-direita, entre outros motivos porque oferece pretextos ao antissemitismo.

O Partido dos Trabalhadores, coerente com as melhores tradições democráticas, socialistas, revolucionárias, recusa qualquer tipo de fundamentalismo; denuncia qualquer forma de antissemitismo; combate toda forma de racismo, inclusive quando aparece sob a forma de sio-

nismo; e reafirma os direitos do povo palestino à autodeterminação, à soberania nacional, a seu Estado democrático.

Um povo ocupado tem o direito de combater seus ocupantes. E um partido de esquerda tem o dever de levantar sua voz em favor das vítimas da opressão colonial.

Neste sentido conclamamos a militância petista a engajar-se em solidariedade ao povo palestino.

*Brasília, 13 de agosto de 2014*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/resolucao-sobre-palestina.html>*

## Resolução sobre conjuntura

1. O secretariado nacional da AE, reunido no dia 13 de agosto de 2014, debateu sobre a conjuntura logo após a confirmação de que Eduardo Campos, candidato à presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro, integrantes de sua equipe e dois pilotos morreram num acidente aéreo na cidade de Santos, São Paulo.

2. A presidenta Dilma Rousseff declarou luto e interrupção por três dias da campanha presidencial. O Partido dos Trabalhadores, em nota de pêsames, também informou interromper pelo mesmo período as atividades de campanha em âmbito nacional, estadual e municipal. As campanhas de militantes vinculados a AE acataram a orientação da direção partidária.

3. A morte de Eduardo Campos causou impacto e consternação entre seus familiares, amigos, correligionários, eleitores, adversários e na população em geral.

4. As reações foram da estupefação inevitável frente a desastres deste tipo – destacando-se a percepção da fragilidade da vida humana – a atitudes ou protocolares, ou demagógicas e oportunistas, passando ainda pelo comportamento tão comum em momentos de luto, especialmente em países de forte influência religiosa como o brasileiro, comportamento esse que converte a pessoa falecida em alvo de elogios superlativos.

5. Deste leque de reações, achamos necessário destacar três questões, vinculadas entre si. Primeiro, a rapidez e virulência da extrema-direita nas redes sociais. Segundo, a linha de cobertura adotada pelos grandes meios de comunicação. Terceiro, a especulação acerca de

qual será o impacto do falecimento de Eduardo Campos na sucessão presidencial.

6. As mensagens da extrema-direita são antes de mais nada ilógicas. Se tivessem mais neurônios e menos bílis, estes brutamontes cavernícolas perceberiam que a trágica morte de Eduardo Campos não favorece em nada as candidaturas que encabeçam a disputa presidencial. Quem alimenta teorias conspiratórias, deveria perguntar quem se beneficia desta tragédia.

7. A irracionalidade fascistóide, sua virulência abjeta, confirma que as eleições presidenciais deste ano serão ainda mais violentas do que as de 2010. Sendo necessário localizar e denunciar os laços existentes entre esta extrema-direita e outros segmentos da oposição de direita, a começar por alguns colunistas de veículos de comunicação “sérios”; bem como os laços entre a extrema-direita, setores das polícias e das forças armadas (ver a este respeito nota da direção nacional da AE, enviada ao Diretório nacional do PT, cobrando um debate sobre o tema).

8. Os grandes meios de comunicação abordaram a tragédia a partir de um objetivo: fazer com que o patrimônio político e eleitoral acumulado por Eduardo Campos seja potencializado e direcionado de forma a garantir que a disputa presidencial vá ao segundo turno. Em muitos casos, a cobertura exaustiva, o fomento da comoção e o lamento pela tragédia não passam de hipocrisia, pois é nítida a comemoração que determinados setores da direita e da mídia fazem, sobre a possibilidade de um segundo turno na eleição presidencial.

9. A maior parte das especulações a respeito aponta no sentido de converter Marina Silva em candidata à presidência da República. Embora haja elementos contraditórios com esta expectativa, elementos que não devem ser desconsiderados, pesquisas divulgadas no dia posterior ao velório e sepultamento de Eduardo Campos corroboram a competitividade eleitoral desta alternativa; a maior parte dos analistas considera que com a candidatura Marina teremos segundo turno; e muitos acham que, neste cenário, Aécio Neves poderia estar fora des-

te segundo turno. Ambas possibilidades ajudam a entender certas reações de próceres (“aecistas” e “serristas”) do PSDB à tragédia.

10. Neste contexto, reforça-se a tendência tão comum de analisar o quadro político a partir, predominantemente, do comportamento dos indivíduos e das cúpulas partidárias. O que constitui uma “versão moderna” da teoria segundo a qual a história é feita pelos príncipes. Evidente que a análise política exige considerar, com a devida importância, a análise dos partidos e seus líderes. Mas é preciso atentar e levar em devida consideração variáveis mais profundas, que constituem marcos dentro dos quais as pessoas e os partidos atuam, expressando a luta entre os diversos interesses de classe e frações de classe.

11. Entre tais variáveis, destacamos três, que já apontávamos na resolução da direção nacional da AE, divulgada em maio de 2014.

12. A primeira delas é o aprofundamento da crise internacional e, por decorrência, a maior pressão das potências imperialistas sobre a América Latina e o Brasil.

13. Os acontecimentos na Palestina, na Ucrânia e na Argentina, bem como as decisões da mais recente reunião dos Brics, só confirmam a intensidade da crise.

14. A segunda variável é o acirramento da disputa entre as duas vias de desenvolvimento do Brasil, com o grande empresariado e parcela dos “setores médios”, a oposição de direita e o oligopólio da mídia deixando claro sua aversão radical a toda e qualquer medida vinculada a soberania nacional, a integração latino-americana e caribenha, a ampliação das liberdades democráticas, ao bem estar social e a igualdade.

15. Esta segunda variável teve uma de suas expressões mais caricatas na famosa “análise” divulgada pelo Banco Santander. Mais relevante, entretanto, é a combinação de três atitudes, por parte do grande capital: a “greve de investimentos”, a “greve de contribuições” e a “aposta na inflação”.

16. A terceira variável é a ampliação (relativamente às eleições de 2010) da parcela da população e do eleitorado oriundo da classe tra-

balhadora, que mantém reservas ou até mesmo desconfiança frente ao petismo, frente ao lulismo e frente à candidatura Dilma presidenta.

17. Destaque-se, neste particular, a existência de um grande contingente de jovens e mulheres que tende a votar branco, nulo ou não sabe em quem votar; e o desempenho de nossas candidaturas estaduais e proporcionais, especialmente na região sudeste do país e nas grandes cidades.

18. Ao longo dos últimos meses, quando analisamos estas três variáveis, nós da tendência petista Articulação de Esquerda sempre dissemos que a eleição presidencial de 2014 tende a ser resolvida no segundo turno, num ambiente de forte confrontação política e ideológica.

19. Se as pesquisas não demonstravam isto ainda, é porque as “candidaturas de oposição realmente existentes” não estavam conseguindo capturar o voto de setores insatisfeitos com o PT e com o governo Dilma. Mas que isto tenderia a ocorrer, quanto mais próximos estivéssemos do dia 5 de outubro.

20. Por quais motivos afirmávamos isto? Reproduzimos, a seguir, o raciocínio contido na resolução que divulgamos no início de maio de 2014.

Depois de quase 12 anos de presidência petista, houve mudanças importantes no país e por isto mesmo parcelas crescentes da população estão insatisfeitas.

De um lado, o grande empresariado e os “setores médios tradicionais” (assalariados de alta renda, assim como setores da pequena burguesia) estão insatisfeitos com as mudanças ocorridas, querem evitar seu aprofundamento e querem recuperar o espaço perdido.

De outro lado, amplos setores da população trabalhadora e parcelas dos “setores médios” estão também insatisfeitos, não com o sentido das mudanças, mas sim com a timidez das mudanças realizadas e querem ganhar mais e mais rápido.

A oposição de direita conhece o desejo popular por mais mudanças e sabe que só ganhará as eleições presidenciais se conseguir aparecer,

para a maioria do eleitorado, como a portadora de mudanças. Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pela oposição de direita.

As mudanças desejadas pelo povo, nós traduzimos em mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia.

Já a mudança desejada pela oposição de direita implica em desemprego, redução de salários, menos direitos, menos políticas sociais e democracia: é uma mudança para pior.

Por isto, a oposição de direita não pode assumir abertamente seu programa, não pode dizer que tipo de mudança deseja para o país. Dizer que vão gerar desemprego, reduzir salários e investimentos sociais seria a derrota antecipada.

Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado - quando implementaram no Brasil o programa neoliberal - o que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas (reais ou não), a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto à realidade brasileira, para reforçar o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

21. Até 13 de agosto, entretanto, como já dissemos, as pesquisas mostravam que as candidaturas presidenciais da oposição não estavam conseguindo converter em voto válido este sentimento oposicionista presente em parcelas importantes do eleitorado.

**22. Pois bem: a oposição de direita enxerga na trágica morte de Eduardo Campos uma oportunidade para tentar resolver esta aparente contradição.**

23. Não está dado que consigam isto, mas devemos reconhecer que as condições objetivas e subjetivas para isto existem. E está claro que existe uma decisão neste sentido, por parte do estado-maior da direita, que é o oligopólio da mídia.

24. A verdade é que, para a oposição de direita, uma possível candidatura Marina combina várias características positivas. Primeiro, sua conversão ao neoliberalismo e à política externa subalterna. Segundo, seu ódio visceral ao petismo, ao lulismo e a Dilma. Terceiro, uma (falsa) imagem de sintonia com as aspirações populares por uma política diferente. Quarto, uma capacidade de disputar o voto evangélico. Finalmente, o *recall* das eleições de 2010.

25. Para alguns, estas características positivas não a convertem em “presidente ideal”, motivo pelo qual esperam apenas que ela ajude na ida de Aécio ao segundo turno e o apoie neste momento.

26. Para outros, as debilidades da candidatura Aécio e as afinidades eletivas entre o pensamento de Marina e o pensamento neoliberal (vide declarações de Pêrsio Arida e Eduardo Gianetti) justificariam uma aposta total em Marina.

27. Para ambos setores da oposição de direita, entretanto, a tragédia de Campos e uma possível candidatura Marina é vista como muito útil na batalha contra o PT e Dilma. Na avaliação destas *hienas*, Marina seria capaz de fazer aquilo que Campos não estava conseguindo. É por isto que muitas declarações de pêsames vindas da direita e da mídia foram acompanhadas de explícita comemoração.

28. Por tudo isto, espera-se que não haja frente a Marina as ilusões que muitos setores tinham frente a Campos, ilusões que transparecem explicitamente em várias mensagens de condolências vindas de setores da esquerda partidária e social.

29. Caso a oposição de direita consiga converter Marina em candidata presidencial, crescem as possibilidades de segundo turno; bem como crescem as possibilidades de Aécio não estar no segundo turno. Neste cenário, torna-se ainda mais atual algo que já dissemos e reafirmamos várias vezes, nos últimos anos: o Partido dos Trabalhadores e o conjunto da esquerda política e social brasileira precisam dar um salto na sua capacidade organizativa, política, teórica, cultural e estratégica.

30. Os motivos estão desenvolvidos na resolução já citada da direção nacional da AE, especialmente nos trechos que resumimos a seguir:

Nunca apoiamos aquela tática, mas reconhecemos que em 2002 a tática de centro-esquerda era eleitoralmente “lucrativa”. Hoje é diferente: as alianças com setores da direita, as expectativas na postura do grande empresariado, a tibieza frente ao oligopólio da mídia, a moderação programática geram rendimentos eleitorais decrescentes.

Para além do erro estratégico contido nas atitudes citadas no ponto anterior, há um erro tático: este caminho não é adequado para vencer as eleições de 2014, nem nacionalmente, nem nos estados.

A radicalização da direita (e não apenas da oposição de direita) e a ofensiva do grande capital não dão margem para a reprodução da tática adotada em 2002.

Aliás, já em 2006 nossa tática foi distinta daquela adotada em 2002, graças ao que obtivemos em 2006 uma vitória eleitoral, política e ideológica. Já a tentativa de reproduzir, em 2010, a tática de 2002, resultou numa vitória eleitoral, mas num ambiente de defensiva política e ideológica.

Se a esquerda quiser continuar governando o país a partir de 1º de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

O segundo mandato Dilma só terá a força necessária para fazer mudanças estruturais no país, se conseguir combinar vitória na eleição presidencial, ampliação da presença institucional da esquerda (no parlamento nacional, nos parlamentos e governos estaduais), aliança com os movimentos sociais e partidos de esquerda, com democratização da comunicação social e uma reforma política ampla, feita através de uma Constituinte Exclusiva.

31. As eleições de 2014 serão não apenas as mais duras, mas também as mais caras da história recente: as três principais candidaturas falam de gastos que, somados, atingem 916 milhões de reais. Ao mesmo tempo, o grande capital está reduzindo ao máximo suas contribuições para as campanhas eleitorais, em especial as contribuições para as candidaturas do PT.

32. A esse respeito, reafirmamos o que já foi dito noutra momento: ***O grande capital não é “ingrato” nem “desinformado”, apenas sabe que certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro. Dizendo de outra maneira, o atual padrão de acumulação do grande capital necessita da perversa combinação de desemprego e salários baixos, com preços e juros altos.***

33. Da incompreensão acerca da postura do grande capital, decorre a incorreta insistência numa política de alianças do PT com setores da direita política e social. Insistência que, frente a um quadro adverso, produziu ***uma política de alianças desencontrada***. Um exemplo disto: temos 17 candidaturas próprias a governador (contra 10 em 2014) e fortes candidaturas ao Senado em 14 estados. Mas em grande número desses estados, confrontamos o PSD e o PMDB, que em âmbito nacional foram cortejados, apesar do que são, apesar do que fazem hoje e do que certamente farão no segundo mandato Dilma.

34. Para ganhar as eleições, precisamos manter o eleitorado de esquerda e disputar o eleitorado de centro. Para atingir estes objetivos, mais relevante que fazer alianças institucionais é demarcar claramente com a oposição de direita, apontar o que eles fizeram quando foram governo nacional e onde são governo nos estados e municípios, contrapondo ao que nós fizemos e principalmente deixando claro o que faremos no segundo mandato Dilma Rousseff.

**35. Esta ênfase no futuro, embora tenha sido oficialmente aceita, não se traduziu nas diretrizes programáticas, nos materiais de campanha, nem mesmo nos principais pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff.**

36. Exemplo disto: o PT faz duras críticas ao “racismo à brasileira” e aponta a articulação existente entre as desigualdades de classe, de gênero, geracionais, regionais e raciais. Ao mesmo tempo, mostramos que em nossos governos houve uma elevação das condições de vida dos setores populares. Mas não apontamos medidas efetivas que

tomaremos para fazer cessar o genocídio praticado contra a juventude negra e pobre das periferias. Medidas que devem incluir a desmilitarização das polícias; a mudança nas políticas de comunicação, cultura e educação; o combate à segregação urbana.

37. Vinculado a isto, insistimos:

- é preciso reconhecer e incorporar nas campanhas o papel positivo e indispensável dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos;

- é preciso encampar urgente e efetivamente a “pauta da classe trabalhadora”, tal como apresentada pela CUT;

- coerente com afirmar a urgência inadiável da reforma política, a presidenta Dilma Rousseff deve convidar a população a votar no Plebiscito Popular;

- é preciso tomar medidas imediatas no sentido da democratização da comunicação e dar destaque a isto no programa de governo 2015-2018;

- é preciso abandonar o discurso equivocado que insiste em chamar de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, graças às nossas políticas, ampliaram sua capacidade de consumo;

- é preciso enfatizar a defesa das reformas estruturais;

- é preciso enfrentar a ditadura do capital financeiro, ampliando o peso dos bancos públicos, quebrando o oligopólio dos bancos privados, reestruturando a dívida interna, estabelecendo controle sobre os fluxos de capital.

38. Para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhar um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política e políticas públicas universalizantes do bem estar-social, com um padrão de desenvolvimento ancorado em reformas estruturais: a reforma tributária, a reforma do setor financeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, a universalização das políticas sociais, a reforma política e a democratização da comunicação. Reformas que do nosso ponto de vista, articulam-se a uma estratégia de luta pelo socialismo.

39. Precisamos libertar a economia e a sociedade brasileira de um padrão de desenvolvimento econômico que prevaleceu não apenas durante o neoliberalismo, mas ao longo de muitas décadas. Se não conseguirmos fazer isto, se não conseguirmos mudar o padrão de desenvolvimento, sofreremos uma derrota estratégica.

40. Por isto, o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo não apenas vencer as eleições presidenciais, mas vencer criando as condições para um segundo mandato superior, melhor, mais avançado que o atual. Por isto e para isto, seguiremos dedicando o melhor dos nossos esforços para a reeleição da presidenta Dilma Rousseff.

*Direção Nacional da AE*  
*18 de agosto de 2014*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/resolucao-sobre-conjuntura.html>

## Felicidade não se encontra no supermercado

Como milhões de pessoas em todo o Brasil, votarei na presidenta Dilma Rousseff.

Isto posto, não me incluo entre os dizem que “queremos continuar a ser um país de classe média”.

A *utopia* de um “país de classe média” não é socialista, nem socialdemocrata, nem trabalhista.

A utopia de um “país de classe média” é parte do discurso da *american way of life*, que organiza a vida com base no consumo individual.

Um sonho que traz embutido uma perversidade: para que exista uma “classe média”, precisa existir uma plutocracia e precisa existir o “povo do abismo”, aqueles que nada tem.

Nos Estados Unidos, há dezenas de milhões que vivem assim. E nos países saqueados pelos EUA, há centenas de milhões.

Não queremos isto para nós. Queremos um Brasil onde o conjunto da classe trabalhadora tenha bem-estar, direitos políticos reais e exerça a soberania sobre as riquezas nacionais.

A utopia de “um país de classe média” é errada, porque remete ao consumo individual; e irrealizável, porque a única maneira de garantir a todos os brasileiros e brasileiras um alto padrão de vida, é através da oferta de políticas públicas, de serviços públicos, não através do consumo individual que caracteriza a chamada classe média.

Nosso projeto de país não deve ser baseado no “consumo individual”. Queremos saúde pública, não planos privados. Queremos educação pública, não escolas privadas. Queremos transporte coletivo,

não carros que se arrastam em avenidas lotadas. Queremos políticas públicas de cultura, não Lei Rouanet. Etc.

Claro que há muitos momentos na história, em que grande parte da classe trabalhadora tem como “sonho” ascender à classe média.

Mas nosso dever é esclarecer que o caminho para que todos tenham (e não apenas alguns tenham, não apenas parte tenha) é outro, é o do “consumo coletivo” de bens e serviços públicos.

Nos últimos anos, as políticas de nossos governos proporcionaram uma elevação no padrão de consumo de milhões de brasileiros e brasileiras.

Como este progresso material não foi acompanhada de equivalente progresso no terreno político-ideológico, o resultado foi que as novas gerações de trabalhadores não aderem ao nosso projeto da mesma forma que as “velhas” gerações.

Talvez alguém acredite que falar que “queremos continuar a ser um país de classe média” nos ajude a conectar com esta nova classe trabalhadora. Certamente precisamos conectar. Mas não desta maneira, não com este discurso.

Quem acompanhou as manifestações de 2013 sabe que há um imenso espaço para defender nosso projeto de país, com Estado e políticas públicas fortes. Apresentar nosso projeto sob a forma de “um país de classe média” só gera confusão, só fortalece o individualismo de quem acha que felicidade se encontra no supermercado.

A ênfase no discurso “classe média” é, vale dizer, totalmente coerente com a americanização das campanhas eleitorais. Que tenham americanizado as campanhas eleitorais, já é um desastre. Que americanizem nosso pensamento, é uma tragédia.

Setores da esquerda abandonaram muitas de suas ideias, nos últimos anos e décadas. Algumas vezes, fizeram bem, pois eram ideias ultrapassadas ou erradas. Outras vezes abandonaram ideias-força, compromissos sem os quais deixaram de ser de esquerda.

Uma das principais ideias-força do PT está inscrita em seu nome. Somos o partido dos trabalhadores. Um partido da classe trabalhadora.

Neste sentido, o debate sobre a “classe média” é uma das formas recentes da disputa que existe, dentro do PT, entre diferentes programas e estratégias, expressando as diferentes classes e frações de classe que disputam os rumos do Partido.

Disputa que também existe no âmbito do governo, acerca das políticas públicas e das alianças de classe, por sua vez vinculadas a diferentes tipos de desenvolvimento.

Enfatizar um “país de classe média” corresponde aos interesses dos que imaginam expandir o desenvolvimento, o bem-estar, a democracia e a soberania, apoiando-se nas “forças do mercado”.

“Forças” que, como está mais do que claro, encontram-se em rota de colisão conosco.

O rumo certo é outro: enfatizar o papel do Estado, as políticas sociais e as reformas estruturais, que correspondem aos interesses da classe trabalhadora, a um desenvolvimentismo democrático-popular e ao socialismo.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/felicidade-nao-se-encontra-no.html>*

# Roteiro para Santa Maria

**Dia 20 de agosto, quarta-feira, 19h00**

**As eleições de 2014**

## *I. Contexto histórico*

● sétima eleição desde o final da ditadura: 89, 94, 98, 2002, 2006, 2010, 2014

● entre a ditadura Vargas e a ditadura militar houve apenas 4 eleições presidenciais: 45 (Dutra), 50 (Vargas), 55 (JK) e 60 (Janio). O que seria a quinta eleição foi cancelada pela ditadura

● o mais longo período de democracia eleitoral ininterrupta

● o que acentua as contradições típicas da democracia burguesa: “mais títulos que carteiras de trabalho”; voto de quem não é proprietário; cresce o voto na esquerda; burguesia reage acentuando os mecanismos corretivos (há aqui um importante debate sobre o Estado, sobre o Estado ampliado, sobre o Estado e os processos eleitorais, sobre os limites da democracia burguesa, sobre a democracia burguesa no Brasil, sobre o máximo que se pode conseguir de mudanças através de processos eleitorais)

## *II.*

● das 6 eleições realizadas desde o final da ditadura, 3 foram vencidas pelos neoliberais, 3 foram vencidas por nós

● há um debate sobre a natureza dos governos encabeçados por Lula e Dilma

- talvez observando o contexto histórico, fique mais claro
- o país em 1964: reformas, revolução e golpe
- o desenvolvimento capitalista impulsionado pela ditadura: modernização conservadora
  - de forma geral, desenvolvimentismo conservador (versus progressista, tendo esquerda socialista linha auxiliar)
  - crise do desenvolvimentismo conservador e crise da ditadura militar, década dos 80, perda no econômico, ganho na organização política, burguesia dividida, choque entre projetos
  - primeiro *round*: o Congresso Constituinte (desenvolvimentismo “progressista”, pouco para a esquerda, demasiado para os conservadores)
  - segundo *round*: 21 candidaturas presidenciais (!!!), segundo turno entre extremos (Collor foi de 20 a 35/Lula foi de 11 a 31)
  - o que fizeram Collor e FHC: desmantelaram os preceitos progressistas contidos na Constituição
  - o que nós fizemos: implementamos os preceitos progressistas contidos na Constituição (ou seja, ficamos no limite do desenvolvimentismo progressista)
  - a que resultado chegamos: insatisfação para nós, (para usar o termo de Sarney) “ingovernabilidade” para eles
  - ou seja: voltamos a dilemas que marcaram os anos 80
  - o problema: eles não tem coragem de dizer o que querem (motivo)
  - o outro problema: o que nós queremos não dá conta do problema (o exemplo do país de classe média versus a postura do grande capital)

### ***III. Qual o cenário eleitoral, do ponto de vista das classes sociais?***

- o grande capital (como se comportou em 2002, 2006, 2010 e agora)
  - a pequena burguesia (como se comportou a partir de 2006)
  - os trabalhadores (a classe tradicional e as novas frações da classe)

### ***Resultado:***

- primeiro, uma disputa duríssima
- segundo, uma disputa que tende a ser mais dura no ideológico do que no político
- terceiro, um sentimento de mudança
- quarto, uma incapacidade da direita capitalizar a mudança (até o acidente que matou Eduardo Campos)

### ***IV. A conjuntura***

A entrada em cena da Marina é visto pela direita como uma grande oportunidade de resolver o problema, o paradoxo das pesquisas

O significado programático de Marina

Por isto não subestimar.

### ***V.***

Que aconteceria se Aécio ganhasse.

Que aconteceria se Marina ganhasse.

Que acontecerá quando ganharmos?

Nosso problema é que não basta ganhar.

Nosso problema é ganhar e fazer um segundo mandato superior.

“De boca”, este objetivo está incorporado.

Mas o que significa fazer um segundo mandato superior?

- reforma política
- lei da mídia democrática
- cultura *latu sensu*
- politização, organização, mobilização
- papel do Estado
- setor financeiro
- novo ciclo de desenvolvimento controlado pelo setor público
- ampliação do consumo público
- as reformas estruturais

## *Anexos*

1. Quadro da disputa presidencial de 2014: eleitores, candidaturas, programas
2. esquerda petista 1 (matéria Eduardo Loureiro)
3. ficha de cada uma das candidaturas inscritas
4. número total de eleitores
5. Eleições presidenciais até 1964
6. Eleições presidenciais a partir de 1989

## **21 de agosto, quinta-feira, 8h30-12h00 & 14h00-18h00**

### **Eleições 2014, vias de desenvolvimento capitalista e luta pelo socialismo no Brasil**

1. Retomar o que foi trabalhado na palestra da noite anterior
2. Projetos x vias de desenvolvimento
3. Desenvolvimento capitalista e socialismo
3. Vias de desenvolvimento conservadora versus democrática
4. Via de desenvolvimento capitalista versus socialismo
5. Estratégia de luta pelo socialismo
6. O debate estratégico no Brasil (até 1980)
7. O debate estratégico no Brasil (até 1990)
8. O debate estratégico entre 1990 e 2002
9. O debate estratégico a partir de 2003
10. O debate estratégico hoje
11. O contexto internacional

## **19h00-21h00**

### **O que a luta pelo socialismo no século XXI tem a aprender com a luta pelo socialismo no século XIX e XX?**

1. Surgimento e desenvolvimento do capitalismo;

2. como a luta de classes no capitalismo cria as condições objetivas e subjetivas para uma sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção (e como, ao mesmo tempo, cria as condições para a continuidade do capitalismo e também para a “destruição das partes em luta”);

3. a diferença entre transição socialista e modo de produção comunista;

4. a luta pelo socialismo, as reformas no capitalismo e as revoluções socialistas;

5. as revoluções burguesas de 1789 a 1848, as várias correntes socialistas e o surgimento do marxismo;

6. a Comuna de Paris e o surgimento da socialdemocracia;

7. as revoluções russa de 1905 e 1917, o “imperialismo”, a primeira guerra mundial, e o surgimento do comunismo;

8. as derrotas da revolução na Europa, a crise de 1929, a guerra civil espanhola e o surgimento das “dissidências comunistas” (esquerdismo, luxemburguismo, Trotsky, Gramsci);

9. segunda guerra mundial, regimes “democrático-populares” no Leste Europeu, as vitórias da revolução chinesa de 1949 (Vietnã, Coréia) e da revolução cubana de 1959: os “diferentes caminhos” para o socialismo;

10. o Estado de bem-estar social na Europa, a socialdemocracia (em sua versão “oficial” e em sua versão de esquerda), vis a vis o que acontece na periferia (imperialismo colonial, imperialismo capitalista);

11. nos Estados Unidos...

12. a crise dos 1970, a reação dos EUA e o impacto sobre os demais;

13. a derrota das guerrilhas, da experiência da Unidade Popular chilena, da socialdemocracia e do socialismo soviético: a explosão do movimento comunista, a virada neoliberal da socialdemocracia, os impasses do nacionalismo e do desenvolvimentismo;

14. o imperialismo capitalista moderno, a crise do neoliberalismo, avanços e dificuldades do movimento socialista

**Dia 22 de agosto, sexta-feira, 08h30-16h00**

**Cartografia da esquerda brasileira: as diferenças estratégicas, programáticas e ideológicas na esquerda brasileira**

1. leitura da EP 1 e 2 (cartografias do Leandro)
2. o programa
3. as estratégias
4. as concepções de partido
5. as táticas
6. a base social

*Tarde: período para leituras*

*Noite: livre ou continuação do curso*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/roteiro-palestra-curso-em-santa-maria.html>*

## Comentário sobre texto de Safatle

Uma das coisas mais interessantes nos textos do Safatle é que eles parecem explicar, parecem ser profundos, mas só parecem.

A questão é: por qual motivo o conservadorismo está presente e crescente em todas as partes (não apenas aqui no Brasil, não apenas na América Latina, mas também nos Estados Unidos, na Europa etc.)?

Responder a isto é fundamental.

Infelizmente, Safatle discorre sobre o tema de maneira “genérica”. Releiam o texto, do segundo parágrafo até o fim, e digam se o escrito não continuaria válido e poderia ser dito em 1980, 1990 ou 2000.

O conservadorismo, por óbvio, é uma constante.

Seu crescimento mundial, nos últimos anos, têm causas conhecidas. Vou me focar no caso do Brasil.

A questão, para mim, é saber por qual motivo, de 2003 para cá, mais especialmente de 2006 para cá, mais visivelmente de 2010 para cá, o conservadorismo se tornou não apenas constante, mas crescente.

A resposta, acho eu, está nas classes.

O relativo equilíbrio de forças gerou, entre 2003 e 2014, governos que adotaram políticas melhoristas.

Um dos resultados mais visíveis e comentados destas políticas foi a ampliação da capacidade de consumo de milhões de pessoas, aquilo que nossa presidente insiste em chamar de “ampliação da classe média”.

Qual o impacto disto na consciência coletiva de milhões de brasileiros e brasileiras?

Em parte importante daqueles que já tinham capacidade de consumo, houve um comportamento reacionário, reação à perda de status.

Em parte importante dos que ganharam capacidade de consumo, cresceu o individualismo (teologia da prosperidade e coisas do gênero), vinculado ao ganho de status.

A grande burguesia, por sua vez, oscilou.

A grande burguesia não foi afetada em seu status. Por isto, aliás, não é difícil encontrar grandes capitalistas que ironizam o reacionarismo da “classe média tradicional”.

A grande burguesia, ao longo de parte dos últimos doze anos, ganhou numa ponta (acréscimo do consumo, investimentos e subsídios estatais vinculados) mais do que perdia noutra (crescimento dos salários e do emprego formal, reduzindo uma das fontes do lucro).

Mas agora, neste ano de Deus de 2014, a equação virou. E a maior parte da grande burguesia está decidida a tirar o PT da presidência da República, para com isso diminuir o “custo Brasil” via aumento do desemprego e redução de salários. Isto está vinculado a motivos nacionais e também internacionais.

Para atingir este objetivo, para tirar o PT da presidência, qual a cunha? Como reduzir e dividir o eleitorado popular que vota no PT, Lula e Dilma?

Falar de política? De programa? De planos concretos de governo? Neste terreno, as direitas enfrentam muita dificuldade.

Por isto, cada vez mais optaram por levar o debate para os “valores”, para a disputa ideológica. Onde contam a seu favor com a inércia do conservadorismo, mais o conservadorismo reacionário das “classes médias tradicionais”, mais o neoconservadorismo dos setores da classe trabalhadora que ampliaram agora sua capacidade de consumo.

A massa da classe trabalhadora evolui politicamente mais rápido do que ideologicamente.

Por isto, na massa dos eleitores de PT, Lula e Dilma, temos progressismo na política e conservadorismo na cultura. Para a direi-

ta, é útil pautar o debate neste terreno, da corrupção, da religião, dos valores, dos direitos das mulheres, dos direitos dos homossexuais etc e tal.

A direita encontra terreno especialmente fértil, já que os governos Lula e Dilma fizeram pouca luta político-cultural, não investiram pesado em comunicação democrática, educação libertadora e cultura popular. Claro que se tivessem feito isto, não mereciam ser chamados de melhoristas.

Acho que é nestes termos concretos que o tema deve ser tratado. A abordagem do Safatle não é erudição, é decorrência da dificuldade de tomar partido nas eleições presidenciais.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/comentario-sobre-texto-de-safatle.html>*

## As hienas exultam

Como já foi dito noutra lugar, *para a oposição de direita, a morte de Eduardo Campos foi uma grande oportunidade.*

Com a morte de Eduardo Campos e a escolha de Marina, a direita percebeu a possibilidade de resolver uma contradição expressa nas pesquisas até 13 de agosto: *por um lado, um eleitorado desejoso de mudanças; por outro lado, a vitória de Dilma no primeiro turno.*

Claro que não faltou a mão amiga do oligopólio da mídia, que manipulou eleitoralmente a cobertura do desastre aéreo e do velório de Eduardo Campos.

As pesquisas publicadas no dia 26 de agosto deixaram exultantes as hienas.

Segundo tais pesquisas, Marina teria ultrapassado Aécio Neves e inclusive venceria Dilma no segundo turno.

Desde 2012 já estava claro, para quem analisasse com seriedade (ou seja, observando as classes sociais) o quadro político-eleitoral do Brasil, que as eleições de 2014 tendiam a ser disputadas no segundo turno (como 2002, 2006 e 2010); que este segundo turno seria mais “fácil” caso disputado contra o PSDB; e que seria mais “difícil” caso disputado por uma candidatura de “terceira via”.

Vale dizer: “terceira via” entre muitas aspas. Pois não se deve confundir a polarização entre PT e PSDB, com a polarização entre projetos de país e blocos de classe.

Como está mais do que claro, Marina Silva é porta-voz de um projeto de país equivalente ao de Aécio Neves. Neste sentido, que é o que de fato interessa, ela não é terceira via.

Marina Silva converteu-se ao neoliberalismo (apoio ao “tripé” e à independência do Banco Central) e converteu-se à política externa subalterna (vide a crítica que fez ao “chavismo do PT”).

Aliás, quem prestar atenção às críticas que ela faz ao agronegócio, perceberá que sua ênfase hoje está em pedir “aumento da produtividade”. Uma linguagem *verde dólar*.

Fosse apenas pelo conteúdo programático, Marina seria tão “fácil” de enfrentar quanto o PSDB.

Acontece que sua candidatura não expressa, como Aécio, os setores que fizeram oposição desde 2003. A candidatura Marina foi produto de setores que em algum momento fizeram parte ou apoiaram os governos Lula e Dilma.

Esta origem permite *enganar* os setores do eleitorado que não apoiam os tucanos, mas são críticos ao petismo. Que antigos militantes de esquerda, como o presidente do PSB Roberto Amaral, se prestem de escada para isto não muda a natureza dos fatos.

Além disso, Marina disputa com vantagem o eleitorado evangélico e, num aparente paradoxo, também o eleitorado crítico à política tradicional. O aparente paradoxo deve-se ao fato de que a crítica à “política tradicional”, hoje e sempre, não vem apenas da esquerda.

Em resumo, as pesquisas divulgadas dia 26 de agosto apenas confirmam o que já se sabia possível e, também, confirmam o êxito da operação político-midiática iniciada dia 13 de agosto.

Portanto, se nada mudar, se o plano da oposição de direita tiver êxito, vai ter segundo turno e será contra Marina.

O que seria o cenário eleitoralmente mais “difícil” para o PT, Lula e Dilma. E um desastre imenso para o PSDB aecista, que terá que fazer um grande esforço para desconstruir Marina.

O cenário eleitoral tornou-se, portanto, mais difícil do que aquele habitado por “anões” e por “vitórias no primeiro turno”.

Mais difícil, mas nada surpreendente. Aliás, em 2006 e em 2010 também houve quem acreditasse que a eleição presidencial seria decidida no primeiro turno. Nos dois casos, a ficha destes crédulos só

caiu durante a apuração. Desta vez, portanto, estamos com sorte: a ficha está caindo várias semanas antes.

Frente a possibilidade de segundo turno e frente a possibilidade de um segundo turno contra Marina, a solução é mais programa, mais disputa política, mais polarização, mais mobilização de nossa base social.

Um pequeno exemplo disto: a presidenta Dilma foi a única que, no debate realizado na TV Bandeirantes dia 26 de agosto, fez referência ao cenário internacional, à crise e aos Brics. Este é um bom caminho: politizar, ou seja, mostrar os grandes conflitos do nosso tempo e apontar por onde passa a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

É preciso falar do passado e do presente, mas colocá-los em função do futuro. Deixar claro que mudanças vamos fazer, no segundo mandato. Falar do passado contra Aécio é muito importante, falar do passado contra Marina é arma secundária.

A ênfase no futuro, embora tenha sido oficialmente aceita, ainda não se traduziu adequadamente nas diretrizes programáticas, nos materiais de campanha, nem mesmo nos principais pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff.

Por isto, insistimos:

- no papel positivo e indispensável dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos;

- é preciso encampar urgente e efetivamente a “pauta da classe trabalhadora”, tal como apresentada pela CUT, inclusive o fim do fator previdenciário e a jornada de 40 horas;

- coerente com o que pensa e reafirmou no debate realizado na TV Bandeirantes dia 26 de agosto, a presidenta Dilma Rousseff deve convidar a população a votar no Plebiscito Popular. Aliás, a este respeito, é incrível que Dilma tenha sido a única a corajosamente defender o plebiscito como um dos instrumentos para a reforma;

- é preciso tomar medidas imediatas no sentido da democratização da comunicação e dar destaque a isto no programa de governo

2015-2018. Falar de “regulação econômica” não basta, nem impede os ataques da direita;

- é preciso abandonar o discurso equivocado que insiste em chamar de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, graças às nossas políticas, ampliaram sua capacidade de consumo;

- é preciso enfatizar a defesa das reformas estruturais. Temas como a reforma política e tributária devem ser ainda mais destacados.

Por fim: não devemos cair na esparrela de tentar carimbar a Marina como uma “incógnita” ou como “inexperiente”.

Ela não é incógnita. Ela é, hoje, uma forte alternativa para o grande capital, especialmente financeiro.

Ela não é inexperiente. Ela se preparou habilmente para ser instrumento da direita neste momento, contra o PT. Aliás, seu giro à direita não começou em 2010, começou quando era senadora e ministra.

Por decorrência, devemos recusar o raciocínio extremamente perigoso dos que acreditam que o grande capital vai recusar a “imprevisibilidade” de Marina.

Quem acredita nesta fantasia, vai acabar caindo na armadilha de tentar derrotar Marina com argumentos de “direita”. Entre outros, o de que nós seríamos mais “confiáveis”, capazes por exemplo de fazer um ajuste fiscal em 2015 e coisas do gênero.

Adotar esta linha seria o caminho certo para uma tripla derrota: eleitoral, política e ideológica.

O caminho para nossa vitória, contra Aécio & Marina, é outro: mobilização, militância, política, programa de esquerda, apontando para um segundo mandato superior, ou seja, que amplie a democracia, o bem-estar, a soberania, a integração e o desenvolvimento, em benefício da ampla maioria da população brasileira, que é trabalhadora.

Agindo assim, derrotaremos mais uma vez o “espírito animal” das hienas.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/as-hienas-exultam.html>*

## Comentário complementar ao texto do Safatle

No comentário que fiz ao texto do Safatle (<http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/comentario-sobre-texto-de-safatle.html>), apontei que “a grande burguesia, ao longo de parte dos últimos doze anos, ganhou numa ponta (acréscimo do consumo, investimentos e subsídios estatais vinculados) mais do que perdia noutra (crescimento dos salários e do emprego formal, reduzindo uma das fontes do lucro)”.

Mas que agora, “a maior parte da grande burguesia está decidida a tirar o PT da presidência da República, para com isso diminuir o “custo Brasil” via aumento do desemprego e redução de salários. Isto está vinculado a motivos nacionais e também internacionais”.

A “virada” na posição da burguesia tem relação com a redução no crescimento.

Quando há crescimento, todos podem se beneficiar, ainda que alguns se beneficiem mais do que os outros.

Mas quando cresce, mas cresce pouco, a distribuição dos benefícios entre as diversas camadas do empresariado é mais fortemente afetada pela tendência à concentração (o pouco que cresce, corresponde a lucros que se concentram mais do que o normal, motivo pelo qual a pequena burguesia é mais prejudicada que a média, que é mais prejudicada que a grande, que é mais prejudicada que os oligopólios transnacionais, que ganham menos que o capital financeiro).

Sendo assim as coisas, então o topo da pirâmide capitalista deveria estar satisfeito. Mas como sabemos, é o mais insatisfeito. Motivo? Além de sua “natureza animal”, digamos assim, é preciso consi-

derar que eles buscam resultados no terreno internacional e neste terreno a pressão está terrível, devido a crise internacional e aos rearranjos decorrentes.

Logo, ainda que por razões relativamente distintas, o conjunto das frações que compõem a classe capitalista no Brasil quer uma mudança nos principais fundamentos da atual política econômica. A saber: querem ampliar o desemprego e reduzir os salários. Este é o ponto de acordo entre todos eles, ainda que possam brigar em torno de outros assuntos.

O “irônico” (entre aspas, pois está mais para trágico) é que os chamados setores médios (assalariados melhor aquinhoados, pequenos proprietários em geral) também estão querendo mudança neste terreno.

Não precisaria ser assim, mas é assim, principalmente porque, dada a natureza da política que aplicamos desde 2003, melhoramos a vida dos de baixo sem tocar na vida dos de cima, o que obviamente afeta a vida dos (e principalmente a percepção que têm da vida) chamados setores médios.

E o trágico (aí sem aspas) é que as camadas populares, os trabalhadores e trabalhadoras, também estão “moderadamente insatisfeitos”, pois já estão sentindo os efeitos da reação dos capitalistas: “greve de investimentos” e “estímulo à inflação”. O que reduz a capacidade de consumo e tende a “zerar” (do ponto de vista político) o efeito das políticas distributivas.

Qual seria (e continua sendo) a solução com maior impacto positivo para neutralizar esta equação perversa?

Do ponto de vista dos chamados setores médios, ampliar o alcance e melhorar a qualidade dos serviços públicos, por exemplo de saúde e educação, permitindo aos setores médios reduzir o que gastam para adquirir estes serviços no mercado; alterando sua percepção acerca do Estado; disputando sua visão de “felicidade através do mercado”; e integrando-os com a classe trabalhadora.

E do ponto de vista do grande capital, a solução está no trato dos oligopólios. que por seu tamanho conseguem impor preços de cartel à

toda economia brasileira. O único jeito de fazer isto é recorrendo àquilo que Dilma disse, no debate entre candidatos na TV Bandeirantes, que deveria ser feito com o oligopólio da mídia. A saber: “regular”. E regular inclui, entre outras coisas, não ter monopólio, quebrar os oligopólios.

No caso do setor financeiro, por exemplo, banco grande tem que ser nacional e público. Bancos médios e pequenos podem ser privados.

Infelizmente, nosso governo é pouco prático nestas questões. E nosso Partido é pouco enfático, digamos assim. Mas como sempre, a burguesia não nos falta e está vindo para cima. Quem não quiser ser atropelado terá que reagir.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/comentario-complementar-ao-texto-do.html>*

## Pânico, nada! Vamos é tirar o tatu da toca

A sempre simpática Dora Kramer, jornalista de *O Estado de S. Paulo*, diz em sua coluna de 29 de agosto que “a possibilidade de uma derrota na eleição presidencial já estava no radar do PT há algum tempo”, mas que a partir do “fatídico dia 13 de agosto último”, a “derrota de Dilma já não se desenhava mais como uma hipótese remota. Enquadrava-se na moldura de uma possibilidade concreta”, acompanhada de derrotas nas eleições estaduais e do enfraquecimento “da legenda também no Congresso, reduzindo seu poder de fogo como força de oposição”.

Frente a isto, a reação das e nas hostes petistas seria de “terror e pânico”, a saber, fazer o “diabo a quatro” para “impedir que seja interrompida não a implantação de um projeto de País, mas a execução de um plano de ocupação hegemônica de todos os instrumentos de poder”.

Divertida esta senhora.

“Ocupação hegemônica” de todos os “instrumentos do poder” é algo que a classe dominante fez neste país, desde os tempos de antanho. Mas, claro, eles podem, os trabalhadores não.

Ademais, como executar um “projeto de país” sem ter *instrumentos de poder*?

Ou alguém acha que é possível implementar desenvolvimento, bem-estar social e soberania nacional, sem simultaneamente ampliar a democracia, sem fazer a classe trabalhadora ocupar mais espaços de poder?

Cá entre nós, o PT poderia ser acusado do contrário: de não lutar adequadamente por ocupar os “instrumentos de poder” que, desde

2003 e até hoje, continuam ocupados por representantes do grande empresariado e de partidos conservadores.

Vide a questão da democracia nas comunicações. O oligopólio da mídia vai de encontro aos preceitos da Constituição de 1988. E mesmo assim nossa presidenta *peca por cautela*, quando prefere falar em “regulação econômica” e não de “democratização da comunicação”.

A censura, a manipulação e a ditadura informativa neste país são praticadas todo santo dia pelos donos dos grandes jornais, revistas, rádios e tevês, que não aceitam nem democracia, nem regulação de nenhum tipo que limite sua “liberdade de empresa”.

Mas tudo isto é “pauta velha”, ainda que com tempero novo: os adeptos do “espírito animal” estão em festa, com a ascensão de Marina nas pesquisas. E acham que o outro lado está em pânico e aterrorizado. Ou que vamos recorrer ao pânico e ao terror. Ou ambas as coisas, a depender como se leia o texto da divertida Kramer.

Vamos por parte.

Não há motivo para ninguém do PT estar em pânico nem aterrorizado, pois desde 2012 já estava claro que as eleições de 2014 tendiam a ser disputadas no segundo turno (como 2002, 2006 e 2010); que este segundo turno seria mais “fácil” caso disputado contra o PSDB; e que seria mais “difícil” caso disputado contra uma candidatura que não fosse explicitamente tucana.

Claro que sempre há quem acredite em fadas, duendes e principalmente em anões. Aliás, estas pessoas também acreditavam que venceríamos no primeiro turno em 2006 e em 2010. E, naquelas duas eleições, só se deram conta de que haveria segundo turno *no dia da apuração* do primeiro turno. Hoje estamos melhor: mais de 40 dias antes, até o Dunga deve estar preparado para o segundo turno.

Quanto ao que deve ser feito para vencer, tampouco nada de novo, apenas o de sempre: debate político, polarização programática, mobilização social. Ou, noutras palavras, trata-se de *tirar o tatu da toca*.

Expliquemos: a oposição sabe que só ganharia as eleições presidenciais se conseguisse aparecer, para a maioria do eleitorado, como a portadora de mudanças.

Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pela oposição.

A mudança desejada pela oposição implica em desemprego, redução de salários, menos direitos, menos políticas sociais e democracia: é uma mudança para pior.

Por isto, a oposição não pode assumir abertamente seu programa, não pode dizer que tipo de mudança deseja para o país. Dizer que vão gerar desemprego, reduzir salários e investimentos sociais seria a derrota antecipada.

Neste ponto, a oposição se bifurca, seguindo por caminhos diferentes, mas chegando ao mesmo ponto.

Aécio não pode falar do futuro que pretende construir, nem pode falar do seu próprio passado, quando ajudou a implementar no Brasil o programa neoliberal. Por isto se concentra em atacar “tudo isto que está aí”, ou seja, o governo Dilma.

Marina também dedica-se a atacar Dilma. Entretanto, ao contrário de Aécio, ela exalta enfaticamente o governo FHC (no qual elogia a “estabilização”) e o governo Lula (no qual elogia o “social”). Quanto ao que faria caso vencesse, isto fica envolto por uma blablação nebulosa que alguns chamam, inadequadamente, de “incógnita”, quando na verdade ela não pode falar claramente do futuro simplesmente porque isto demonstraria a afinidade entre seu programa e o programa do PSDB.

Tirar o tatu da toca é levar a oposição (tanto Aécio quanto Marina) a revelar o que pretende fazer. Na prática, trata-se de dizer o que nós fizemos e fazemos, mas principalmente o que faremos, chamando-os ao contraponto e desmascarando as afinidades neoliberais das duas candidaturas de oposição.

Fizemos isto em 2006, no segundo turno. E Alckmin saiu menor do que entrou. No fundamental é o mesmo que temos que fazer agora, confirmando que nosso programa é que pode materializar a mudança e o futuro que a maioria do Brasil deseja.

Mas para isto há três premissas.

A primeira é não ter dúvidas sobre a natureza da candidatura Marina. Ela não é uma incógnita, nem tampouco uma “Lula de saias”. Ela faz parte de um setor da esquerda brasileira que converteu o que poderia ter sido apenas necessidade (certas concessões ao neoliberalismo) em virtude (total adesão ao programa neoliberal).

A segunda é não ter dúvidas sobre a postura do grande Capital. Este, que alguns chamam pela sigla de “PIB”, vai apoiar qualquer um para derrotar o PT, mesmo que isto resulte num governo com tiradas de Jânio ou Collor.

A terceira é não ter medo de vencer. Medo de perder todo mundo tem (e é bom que se tenha). Mas medo de vencer é o que de pior pode haver, pois quem tem medo de vencer só sabe conciliar. E conciliar não fará o tatu sair da toca .

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/paniconada-vamos-e-tirar-o-tatu-da-toca.html>*

## Roteiro para gravação: 30/8/2014

O que mais chama a atenção nas eleições são as candidaturas e seus partidos.

Obviamente, não podemos tomar as candidaturas e os partidos pelo que eles falam de si.

É preciso, em primeiro lugar, descobrir qual setor social cada partido e cada candidatura representa, mesmo que não tenha consciência disto.

\*

Na sociedade brasileira, existem três grandes classes sociais: os capitalistas, os trabalhadores assalariados e os pequenos proprietários.

Os capitalistas são os proprietários de grandes meios de produção (as fábricas, as fazendas, os meios de transporte etc.), que para produzir contratam a força de trabalho dos assalariados.

Os trabalhadores assalariados vendem a sua força de trabalho exatamente porque não tem outra alternativa, se quiserem sobreviver, uma vez que não são proprietários de meios de produção.

Já os pequenos proprietários são aqueles que sobrevivem do seu próprio trabalho e do trabalho de sua família.

Cada uma destas classes possui subgrupos, que a gente costuma chamar de “frações de classe”. Os capitalistas, por exemplo, atuam em ramos diferentes e possuem dimensões diferentes.

Por exemplo: os grandes banqueiros internacionais e os proprietários de indústrias que produzem para o mercado interno são igual-

mente capitalistas e enquanto capitalistas, possuem interesses comuns. Mas como seu capital é distinto, seja pela forma, seja pelo tamanho, seja pela área de atuação, eles também tem interesses diferentes.

Outro exemplo: os operários da linha de produção e os gerentes de uma fábrica são todos assalariados e, portanto, compartilham interesses comuns. Mas o tamanho do salário e principalmente o papel de cada um no processo produtivo gera diferenças muito importantes entre uns e outros.

Um terceiro exemplo: o pequeno proprietário rural e o diagramador que trabalha em casa usando seu próprio computador. São pequenos proprietários, vivem do seu próprio trabalho, coincidem em algumas questões, mas também divergem em outras.

Cada uma destas classes e frações de classe luta por seus interesses e para isso cria organizações e formula uma determinada visão de mundo.

Ao longo da história, há algumas organizações de classe muito comuns: por exemplo, os sindicatos, os partidos e o Estado.

\*

Muita gente acredita que o Estado é uma instituição a serviço de todos. Mas quando observamos a história, vemos que não é assim.

O Estado surgiu como organização para proteger os interesses de um setor da sociedade contra outro. E ao longo da história, manteve esta característica, por isto costumamos falar de Estado escravista, Estado feudal, Estado capitalista, para apontar de que classe um determinado Estado é instrumento.

Mas o Estado se transforma, ao longo da história. Por exemplo: se compararmos o Estado inglês em 1814, 1914 e 2014, vamos perceber diferenças importantes.

Se consideramos todos os Estados capitalistas, ao longo dos últimos 200 anos, vamos perceber duas tendências atuando.

Primeiro, uma tendência a ampliar a esfera de atuação do Estado. Por exemplo, assumindo encargos sociais (como a educação e a saúde) e assumindo atividades produtivas (as chamadas empresas estatais).

Segundo, uma tendência a democratizar o Estado. As monarquias foram sendo substituído por repúblicas, o voto censitário foi progressivamente substituído pelo voto universal etc.

Estas duas tendências, entretanto, nunca vão até o fim. O Estado capitalista nunca expande sua atuação até o ponto, por exemplo, de estatizar todas as grandes empresas privadas e universalizar todos os serviços públicos.

Muito menos acontece do Estado se democratizar ao ponto de deixar de ser uma organização a serviço dos capitalistas e passar a ser uma organização a serviço da maioria da sociedade, que é composta por trabalhadores.

Antes que uma destas duas coisas chegue perto de acontecer, ou bem os capitalistas dão um golpe de Estado ou bem os trabalhadores realizam uma revolução socialista.

O que demonstra, mais uma vez, que o Estado que temos merece ser chamado de capitalista, pois é uma organização a serviço dos capitalistas; e, se por alguma circunstância histórica ele corre o risco de se transformar, mesmo que parcialmente, em algo diferente disto, os próprios capitalistas fazem de tudo para reverter a situação. Se eles têm sucesso, o Estado continua capitalista. Se eles não têm sucesso, este Estado converte-se noutra, deixa de ser capitalista.

No extremo, este “fazer de tudo” é um golpe de Estado. Mas antes disto, os capitalistas usam vários instrumentos para manter controle sobre a situação.

Por exemplo: o uso e abuso do dinheiro nas campanhas eleitorais.

Por exemplo: cada um de nós e a Neca Setúbal somos iguais perante a Lei, somos cidadãos e temos o mesmo peso nas eleições: um voto.

Porém a Neca Setúbal dispõe de centenas e centenas de milhões de reais, com os quais ela poderia – se ela não fosse, como todos sabemos, uma educadora social – comprar votos (dentro da mais absoluta

legalidade, vale dizer), pagar campanhas eleitorais, promover candidaturas etc.

Outro exemplo: legalmente as campanhas eleitorais duram alguns poucos meses e neste período, os partidos que possuem representação parlamentar dispõem de um horário eleitoral gratuito proporcional ao tamanho de suas bancadas.

Bom, o horário eleitoral não é verdadeiramente gratuito, pois os meios de comunicação privados são reembolsados.

Mas o mais grave é que durante os quatro anos que separam um período eleitoral de outro, os meios de comunicação fazem política todo santo dia. O que não seria problema, se todos tivéssemos acesso a isto. Mas como sabemos a mídia no Brasil é um oligopólio: poucas empresas controlam a maior parte da comunicação. E estas poucas empresas estão a serviço dos interesses de alguns setores sociais, de seus partidos e de suas candidaturas.

\*

Alguém pode concluir disto que foi dito antes, que não vale a pena participar das eleições, pois seria um jogo de cartas marcadas.

Mas esta conclusão constituiria um grande erro político, por dois motivos:

- primeiro, porque participar dos processos eleitorais (e, falando de maneira mais geral, participar da “política burguesa” tal como ela é) permite algumas conquistas muito importantes para a classe trabalhadora. Temos vários exemplos destas conquistas, quando vemos o ocorrido durante os governos Lula e Dilma;

- segundo e principalmente, porque apenas participando da luta política, inclusive dos processos eleitorais, é que as dezenas de milhões de trabalhadores e de trabalhadoras aprendem quais são os limites impostos pela natureza capitalista do Estado e vão construir os caminhos para suplantarem estes limites.

\*

É importante lembrar, então, quais são as tarefas gerais das campanhas eleitorais de um Partido que representa e defende os interesses dos trabalhadores.

Nossas tarefas gerais são:

- estabelecer um canal de diálogo com a classe trabalhadora, especialmente com a juventude trabalhadora e com as mulheres trabalhadoras;

- apresentar nossa visão sobre os temas ideológicos, programáticos, estratégicos e táticos em debate;

- difundir as ideias e as propostas vinculadas ao projeto democrático-popular e socialista que defendemos para o Brasil.

- portanto, defender as reformas estruturais: política, tributária, agrária e urbana, democratização da comunicação, universalização das políticas públicas de saúde e educação e controle do capital financeiro e das transnacionais.

Especificamente nas eleições de 2014, temos as tarefas de:

- reeleger a presidenta Dilma Rousseff;

- eleger as candidaturas majoritárias do PT (governadores, vice-governadores e senadores);

- eleger uma grande bancada petista na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas.

\*

Entre a ditadura Vargas e a ditadura militar houve apenas 4 eleições presidenciais: 45 (Dutra), 50 (Vargas), 55 (JK) e 60 (Janio). A que seria a quinta eleição foi cancelada pela ditadura.

A eleição presidencial de 2014 é a sétima eleição desde o final da ditadura. Antes disso tivemos: 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

Das 6 eleições realizadas desde o final da ditadura, 3 foram vencidas pelos neoliberais, 3 foram vencidas por nós.

Vivemos, portanto, no mais longo período de democracia eleitoral ininterrupta de nossa história.

Isto acentua as contradições típicas da democracia burguesa: “mais títulos que carteiras de trabalho”; voto de quem não é proprietário; cresce o voto na esquerda; e a burguesia reage acentuando os mecanismos corretivos.

\*

Qual o cenário eleitoral, do ponto de vista das classes sociais?

O grande capital está amplamente contra nós (diferente de como se comportou em 2002, 2006 e 2010).

Entre os pequenos proprietários, há uma falange extremamente militante contra nós (diferente de 2002 e pior do que em 2006 e 2010).

Entre os trabalhadores há um setor consolidado a nosso favor e outro setor (as novas frações da classe, basicamente juventude e mulheres) em disputa, neutro, sem compromisso.

\*

Qual o cenário, do ponto de vista político mais geral?

- primeiro, uma disputa duríssima;
- segundo, uma disputa que, no que depender da burguesia, tende a ser mais dura no ideológico do que no estritamente político;
- terceiro, um forte sentimento de mudança;
- quarto, uma incapacidade da direita capitalizar a mudança.

Era assim até o acidente que matou Eduardo Campos.

Para a oposição de direita, a morte de Eduardo Campos foi uma grande oportunidade.

Com a morte de Eduardo Campos e a escolha de Marina, a direita percebeu a possibilidade de resolver uma contradição expressa nas pesquisas até 13 de agosto: por um lado, um eleitorado desejoso de mudanças; por outro lado, a vitória de Dilma no primeiro turno.

Claro que não faltou a mão amiga do oligopólio da mídia, que manipulou eleitoralmente a cobertura do desastre aéreo e do velório de Eduardo Campos.

As pesquisas publicadas no dia 26 de agosto dizem que Marina teria ultrapassado Aécio Neves e inclusive venceria Dilma no segundo turno.

Não devemos tomar 100% a sério as pesquisas.

Mas devemos reconhecer a tendência.

\*

Desde 2012 já estava claro, para quem analisasse com seriedade (ou seja, observando as classes sociais) o quadro político-eleitoral do Brasil, que as eleições de 2014 tendiam a ser disputadas no segundo turno (como 2002, 2006 e 2010); que este segundo turno seria mais “fácil” caso disputado contra o PSDB; e que seria mais “difícil” caso disputado por uma candidatura de “terceira via”.

Vale dizer: “terceira via” entre muitas aspas. Pois não se deve confundir a polarização entre PT e PSDB, com a polarização entre projetos de país e blocos de classe.

Como está mais do que claro, Marina Silva é porta-voz de um projeto de país equivalente ao de Aécio Neves. Neste sentido, que é o que de fato interessa, ela não é terceira via.

Marina Silva converteu-se ao neoliberalismo (apoio ao “tripé” e à independência do Banco Central) e converteu-se à política externa subalterna (vide a crítica que fez ao “chavismo do PT”).

Aliás, quem prestar atenção às críticas que ela faz ao agronegócio, perceberá que sua ênfase hoje está em pedir “aumento da produtividade”. Uma linguagem verde dólar.

Fosse apenas pelo conteúdo programático, Marina seria tão “fácil” de enfrentar quanto o PSDB.

Acontece que sua candidatura não expressa, como Aécio, os setores que fizeram oposição desde 2003.

A candidatura Marina foi produto de setores que em algum momento fizeram parte ou apoiaram os governos Lula e Dilma.

Esta origem permite enganar os setores do eleitorado que não apoiam os tucanos, mas são críticos ao petismo.

Além disso, Marina disputa com vantagem o eleitorado evangélico e, num aparente paradoxo, também o eleitorado crítico à política tradicional.

O aparente paradoxo deve-se ao fato de que a crítica à “política tradicional”, hoje e sempre, não vem apenas da esquerda.

Em resumo, as pesquisas divulgadas dia 26 de agosto apenas confirmam o que já se sabia possível e, também, confirmam o êxito da operação político-midiática iniciada dia 13 de agosto.

Portanto, se nada mudar, se o plano da oposição de direita tiver êxito, vai ter segundo turno e será contra Marina.

O que seria o cenário eleitoralmente mais “difícil” para o PT, Lula e Dilma.

E um desastre imenso para o PSDB aecista, que terá que fazer um grande esforço para desconstruir Marina.

\*

O cenário eleitoral tornou-se, portanto, mais difícil, mas nada surpreendente.

Aliás, em 2006 e em 2010 também houve quem acreditasse que a eleição presidencial seria decidida no primeiro turno.

Nos dois casos, a ficha destes crédulos só caiu durante a apuração.

Desta vez, portanto, estamos com sorte: a ficha está caindo várias semanas antes.

Frente a possibilidade de segundo turno e frente a possibilidade de um segundo turno contra Marina, a solução é mais programa, mais

disputa política, mais polarização, mais mobilização de nossa base social.

Um pequeno exemplo disto: a presidenta Dilma foi a única que, no debate realizado na TV Bandeirantes dia 26 de agosto, fez referência ao cenário internacional, à crise e aos Brics. Este é um bom caminho: politizar, ou seja, mostrar os grandes conflitos do nosso tempo e apontar por onde passa a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

É preciso falar do passado e do presente, mas colocá-los em função do futuro. Deixar claro que mudanças vamos fazer, no segundo mandato. Falar do passado contra Aécio é muito importante, falar do passado contra Marina é arma secundária.

A ênfase no futuro, embora tenha sido oficialmente aceita, ainda não se traduziu adequadamente nas diretrizes programáticas, nos materiais de campanha, nem mesmo nos principais pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff.

Por isto, insistimos:

- no papel positivo e indispensável dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos;

- é preciso encampar urgente e efetivamente a “pauta da classe trabalhadora”, tal como apresentada pela CUT, inclusive o fim do fator previdenciário e a jornada de 40 horas;

- coerente com o que pensa e reafirmou no debate realizado na TV Bandeirantes dia 26 de agosto, a presidenta Dilma Rousseff deve convidar a população a votar no Plebiscito Popular. Aliás, a este respeito, é incrível que Dilma tenha sido a única a corajosamente defender o plebiscito como um dos instrumentos para a reforma;

- é preciso tomar medidas imediatas no sentido da democratização da comunicação e dar destaque a isto no programa de governo 2015-2018. Falar de “regulação econômica” não basta, nem impede os ataques da direita;

- é preciso abandonar o discurso equivocado que insiste em chamar de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, graças às nossas políticas, ampliaram sua capacidade de consumo;

● é preciso enfatizar a defesa das reformas estruturais. Temas como a reforma política e tributária devem ser ainda mais destacados.

Por fim: não devemos cair na esparrela de tentar carimbar a Marina como uma “incógnita” ou como “inexperiente”.

Ela não é incógnita. Ela é, hoje, uma forte alternativa para o grande capital, especialmente financeiro.

Ela não é inexperiente. Ela se preparou habilmente para ser instrumento da direita neste momento, contra o PT. Aliás, seu giro à direita não começou em 2010, começou quando era senadora e ministra.

Por decorrência, devemos recusar o raciocínio extremamente perigoso dos que acreditam que o grande capital vai recusar a “imprevisibilidade” de Marina.

Quem acredita nesta fantasia, vai acabar caindo na armadilha de tentar derrotar Marina com argumentos de “direita”. Entre outros, o de que nós seríamos mais “confiáveis”, capazes por exemplo de fazer um ajuste fiscal em 2015 e coisas do gênero.

Adotar esta linha seria o caminho certo para uma tripla derrota: eleitoral, política e ideológica.

O caminho para nossa vitória, contra Aécio & Marina, é outro: mobilização, militância, política, programa de esquerda, apontando para um segundo mandato superior, ou seja, que amplie a democracia, o bem-estar, a soberania, a integração e o desenvolvimento, em benefício da ampla maioria da população brasileira, que é trabalhadora.

\*

Por fim: para nós não basta ganhar.

Nosso problema é ganhar e fazer um segundo mandato superior.

O que significa fazer um segundo mandato superior?

- reforma política
- lei da mídia democrática
- cultura *latu sensu*
- politização, organização, mobilização

- papel do Estado
- setor financeiro
- novo ciclo de desenvolvimento controlado pelo setor público
- ampliação do consumo público
- as reformas estruturais

\*

Para tudo isto precisamos ter um PT mais combativo etc.  
Fazer campanha, votar e eleger petistas comprometidos com isso.

***Eleições 2014 Parte 1***

[http://youtu.be/2KBr\\_4RtWL4](http://youtu.be/2KBr_4RtWL4)

***Eleições 2014 Parte 2***

<http://youtu.be/RL053d4Y6Z4>

***Eleições 2014 Parte 3***

<http://youtu.be/8PZF7xx7W-Q>

***Eleições 2014 Parte 4***

<http://youtu.be/JX0BkFUHi3U>

***Eleições 2014 Parte 5***

<http://youtu.be/KbG0JsH-4Kk>

***Eleições 2014 Parte 6***

[http://youtu.be/tozkX\\_okHZY](http://youtu.be/tozkX_okHZY)

***Eleições 2014 Parte final***

<http://youtu.be/Lc0-jDugqhM>

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/roteiro-para-gravacao-de-palestra-jae.html>

## Eu acredito em pesquisas

Nós, eleitores de Dilma, não deveríamos gastar nosso tempo questionando a pesquisa *Folha/Globo*.

Claro que pode (aliás, deve) existir alguma manipulação nos resultados, mas a tendência que a pesquisa aponta é exatamente aquela que prevíamos (há pelo menos dois anos) como uma forte possibilidade: *um segundo turno contra uma candidatura que se apresentasse como “terceira via” seria muito difícil*.

Assim, mesmo supondo que haja manipulação, a conclusão deve ser: *ainda temos algum tempo para evitar que os dados falsos de ontem virem os dados reais de amanhã*.

Isto posto, acreditando que são tendencialmente válidos, os números oferecidos pela pesquisa Folha/Globo permitem tirar conclusões importantes para nos orientar nos próximos dias e semanas.

Começemos pelo final: *poderia ocorrer algo que fizesse a eleição presidencial ser resolvida ainda no primeiro turno, dia 5 de outubro?*

Para isto ocorrer, seria necessário que, mantidas as demais variáveis, os aproximadamente 18% que votam em outras candidaturas fossem canalizados às duas líderes, ou para brancos, nulos e não comparecimento.

Tomando como base as eleições anteriores, é pouco provável que isto ocorra espontaneamente. Ou, dizendo de outra forma, seria preciso que ocorresse *uma manipulação com impacto eleitoral similar ao da tragédia de 13 de agosto*.

Há quem diga, por exemplo, que Aécio poderia retirar sua candidatura e disputar o governo de Minas Gerais.

Admitamos, apenas para efeito de análise, que isto viesse a ocorrer.

Pois bem: ***uma renúncia de Aécio seria o maior presente que o PT, Lula e Dilma poderiam receber nesta altura da disputa presidencial.***

Seria a prova definitiva de que “a burguesia não nos faltará”!!!

Afinal, uma renúncia de Aécio deixaria claro, trinta dias antes do primeiro turno, que ***Marina é a candidata preferida pelo PSDB, pelo grande capital, pelo oligopólio da mídia, pela direita.***

Esta “revelação” impactaria o eleitorado antitucano que, neste momento, está sendo enganado pela blabação da suposta “terceira via”.

E como Dilma e Marina estão (segundo a mesma pesquisa Folha/Globo) “tecnicamente empatadas”, tudo poderia ocorrer, inclusive uma vitória de Dilma no primeiro turno.

Isto posto, como além de acreditar em pesquisas, eu acredito que nossos inimigos pensam, concluo daí que o ***consórcio da maldade*** (grande capital/oligopólio midiático/direita oposicionista) considerará mais seguro tentar nos derrotar no segundo turno. E que o mais acertado, do ponto de vista do nosso planejamento político, é continuar raciocinando com um cenário de dois turnos.

A pesquisa Folha/Globo aponta que o segundo turno seria mais “fácil” contra Aécio. Mas não tão fácil assim: 40 Aécio x 48 Dilma.

Números que os “aecistas” vão levar em consideração, em favor deles, até para manter a fidelidade de seu “núcleo duro” eleitoral.

Estes 40% de votos no Aécio são (a preços de hoje) o “pisso” da oposição de direita. Já como “teto” temos os 50% que a pesquisa atribui a Marina.

Uma conclusão que deriva daí é: precisamos dar máxima atenção para estes 10% dos eleitores que, segundo a pesquisa, preferem Marina a Dilma, mas preferem Dilma a Aécio.

Pois se Marina chega a 50% e Dilma chega a 48%, isto significa dizer que é principalmente neste eleitorado flutuante (entre as duas) que se combaterá a principal batalha.

Aliás, este é o tamanho real da tão falada terceira via: 10%. Ou, se quisermos ser mais amplos no conceito: 20% (agrupando aqui os

que, sempre segundo a pesquisa Folha/Globo, afirmam que não votariam em ninguém no segundo turno).

É importante atentar para o seguinte: estes números demonstram que ***o conceito mesmo de “terceira via” é uma fraude, não apenas programaticamente, mas também social e eleitoralmente.***

Não se trata apenas de que a “terceira via” só seria vitoriosa se tivesse os votos da “segunda via”. Mais que isto, trata-se de que ***a maior parte dos votos da suposta “terceira via” são na verdade eleitorado da segunda.***

“Fulanizando”: o que gente como Roberto Amaral e alguns outros militantes de esquerda que integram o PSB histórico estão fazendo é ***servir de escada para o tradicional eleitorado tucano tentar derrotar o PT.***

Já havíamos apontado isto em fevereiro deste ano, no documento ***2014 e o que virá depois.***

Naquele documento está dito algo óbvio, mas como o óbvio as vezes precisa ser dito, reproduzimos tal como está lá: ***”Campos/Marina só têm chances de ir ao segundo turno da eleição presidencial, se conquistarem o apoio de quem não se identifica nem com PT, nem com PSDB. Mas só têm chances de vencer o segundo turno, se contarem com o apoio do eleitorado do PSDB. Por isto o núcleo duro de seu programa é anti-PT, “antichavista” como disse Marina num momento de sinceridade comovente”.***

Supondo que não haverá mais grandes deslocamentos à vista, é preciso dar grande atenção para a disputa do voto destes 10% do eleitorado, que não votam nos tucanos, mas que por enquanto não querem votar em nós.

Não tenho condições, agora, de fazer uma análise qualitativa acerca de quem são (sexo, idade, etnia, condição social, moradia etc.) estas pessoas. Mas geograficamente falando, parece evidente que ***a batalha decisiva vai ser travada – como sabíamos desde sempre – no estado de São Paulo.***

Aqui sim, no estado de São Paulo, é que cabe tomar ***medidas heróicas e extraordinárias***, para elevar nosso percentual de votos para governador e para presidente.

Isto posto, espero que o Diretório Nacional do PT —que certamente já deve estar sendo convocado para os próximos dias — aprove uma resolução que contenha pelo menos três ideias:

1. *não podemos ter medo de vencer;*
2. *colocar a política no comando;*
3. *toda urgência é pouca.*

Quando uma candidatura está na frente e em poucos dias é alcançada pelo oponente, é natural que isto provoque certo medo de perder, tanto entre os dirigentes e militantes, quanto nos seus eleitores e simpatizantes.

Quando este medo é demasiado, paralisa. Isto deve estar acontecendo com aqueles que achavam que a eleição presidencial era um passeio, estava no papo, que tudo seria resolvido no primeiro turno e a nosso favor.

Provavelmente, quem pensava assim hoje está desorientado, comprovando, definitivamente, que *solo adubado com ilusões produz merda em grande quantidade.*

Mas, bem administrado, o medo de perder gera a disposição de luta indispensável à vitória. Portanto, o medo de perder faz parte.

O que não pode existir, o que não podemos tolerar, é o medo de vencer. Pois o medo de vencer conduz a uma postura conciliatória; e no atual momento, *a conciliação é o caminho mais curto para uma derrota.*

Um exemplo de conciliação: em 1994, um importante integrante da coordenação da campanha presidencial dizia que o país estava bem servido, porque segundo ele haveria “dois quadros da esquerda disputando a eleição: Lula e FHC”. Pois bem: FHC venceu as eleições no primeiro turno. E o senhor Francisco Weffort, ex-secretário geral do PT, virou ministro da Cultura de FHC.

Já em 2005, para apaciar a fúria dos que propunham “acabar com nossa raça”, alguns conciliadores propuseram estancar a crise

desfilando Lula do PT e assumindo o compromisso de que Lula não disputaria um segundo mandato presidencial. Neste caso, o desfecho foi diferente: ao invés de capitular, fomos para cima e ganhamos a eleição de 2006 com larga margem.

Como falar besteira custa mais barato do que fazer besteira, correm por aí muitas especulações sobre o que deve ou não ser feito. Este tipo de especulação tem como efeito prático fazer as pessoas girarem em falso, especulando sobre coisas que não estão sob nosso controle e/ou propondo ações que ampliariam as dificuldades.

Um exemplo disto é a proposta, volta e meia estimulada pela mídia oligopolista, de jogar o Lula na disputa presidencial. Um absurdo por vários motivos, que nos faria deixar de ter dois candidatos, como na prática temos hoje, passando a ter só meio candidato (já que perderia credibilidade grande parte do que foi dito até agora).

Por isto mesmo, espero que o Diretório Nacional do PT, numa resolução “pra cima”, ***aponte claramente quais serão as mudanças de linha necessárias para vencer as eleições presidenciais.***

Acho particularmente importante que o Diretório desfaça o “nó” que está embrulhando o cérebro de alguns, a saber: “o que aconteceria no segundo turno, se Aécio ficasse em terceiro lugar?”

Esta projeção, no mais das vezes, termina alimentando o derrotismo, porque postas as coisas desta forma, a conta final desemboca nas projeções de segundo turno feitas pela pesquisa Folha/Globo.

O povo não é idiota. Paga caro quem subestima a capacidade crítica das pessoas. É preciso politizar o debate, polarizar programaticamente e confiar no senso de classe da maior parte do povo.

Parte dos eleitores de Marina é de pessoas que já votaram em nós ou que socialmente podem votar em nós.

Portanto, é preciso conquistar ou reconquistar o voto destas pessoas, assim como conquistar o voto daquelas que ainda não optaram. E isto se faz através de política, programa, mobilização.

Por fim, espero que o Diretório Nacional do PT transmita a todo partido um caráter de urgência absoluta. Temos tempo, mas pouco mais de 30 dias, portanto não temos tempo a perder.

O que fez Marina subir em tão pouco tempo? Havia um terreno preparado para isto, houve um catalizador (a “tragédia”) e houve um multiplicador (a brutal cobertura midiática da tragédia e do velório e da substituição).

Acho que o efeito eleitoral destes fatores está, no fundamental, esgotado.

Na minha opinião, salvo um novo desastre, saímos da “guerra de movimento” (quando há grandes deslocamentos em curto espaço de tempo) e entramos agora na “guerra de posição”, uma “guerra de trincheiras” (quanto os deslocamentos se tornam menores e mais lentos).

Nesta fase, teremos que defender as nossas, mas principalmente atacar as deles.

Traduzindo em termos eleitorais, teremos que mobilizar (tirar das “trincheiras”, escritórios e quetais) centenas de milhares de militantes em todo o país, para uma campanha centralizada em torno da Dilma, adotando a diretriz de *tirar o tatu da toca*.

Tirar o tatu da toca é levar a oposição (tanto Aécio quanto Marina) a revelar o que pretende fazer, caso vitoriosa.

Na prática, trata-se de dizer o que nós fizemos e fazemos, mas principalmente o que faremos, chamando-os ao contraponto e desmascarando as afinidades neoliberais das duas candidaturas de oposição.

Fizemos isto em 2006, no segundo turno. E Alckmin saiu menor do que entrou. No fundamental é o mesmo que temos que fazer agora, confirmando que nosso programa é que pode materializar a mudança e o futuro que a maioria do Brasil deseja.

Ou seja: é preciso *fazer ataques frontais às trincheiras do consórcio da maldade*.

Eliminar a dispersão, concentrar energias, colocar todo mundo na rua ao longo das próximas semanas, com um discurso comum.

Para isto, é fundamental que haja voz de comando.

A voz do Partido, no caso do Diretório Nacional do PT. E a voz de Lula e Dilma, na campanha da TV.

Como de outras vezes, será duro, mas venceremos.

Contra quase toda a burguesia, contra quase todos os meios de comunicação e contra as ilusões de uma parte de nós mesmos, venceremos.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/eu-acredito-em-pesquisas.html>*

## Todo mundo tem seu momento quaker

Como eleitor e militante de sua campanha a governador de São Paulo, li com interesse a entrevista dada por Padilha ao jornal *Folha de S. Paulo*.

A primeira parte da entrevista é “politicamente correta”, no bom sentido da palavra. Padilha prefere o centro da cidade, porque “é o espaço mais democrático”. O que mais o agrada no estado é “o estilo do povo”. O que mais o irrita é a “exclusão, a desigualdade”. Mesmo quando responder porque quer ser governador, Padilha combina o lugar comum (“para transformar São Paulo numa locomotiva”) com um acento social (“da inclusão social e da solidariedade”).

Padilha diz que os protestos de junho de 2013 mudaram sua forma de ver a política. Critica os black blocs e a violência policial. Vincula tanto o PCC, a falta d’água, as deficiências do transporte coletivo e da rede pública de saúde às atitudes (ou falta de) do governo estadual tucano.

No final da entrevista, Padilha prevê que será o melhor governador de São Paulo, critica Alckmin, aponta Lula como sua inspiração e apresenta sua marca: São Paulo, uma locomotiva do século 21...

... e nesse ponto, surge a única resposta realmente inusitada de toda a entrevista.

A *Folha* pergunta: “O que não faltará no seu gabinete?”

Padilha responde: “A Bíblia e o meu iPad”.

Não pretendo opinar sobre a decoração do escritório do futuro (e melhor) governador de São Paulo.

E realmente acho muito legal que meu candidato a governador

considere indispensável ter um livro no seu gabinete. Claro que havia alternativas melhores, desde a laica Constituição brasileira, até a subversiva (para um “paulista de 32”) biografia que Lira Neto fez de Getúlio Vargas.

Mas confesso que tremi ao pensar no que viria, se a entrevista tivesse continuado assim:

Folha: *”Só pode citar um item. Escolha: a Bíblia ou seu iPad?”*

Ou assim:

Folha: *”Qual teu versículo preferido?”*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/todo-mundo-tem-seu-momento-quaker.html>

## Um momento decisivo para a história do Brasil

*Bruno Elias, Jandyra Uehara, Adriano Oliveira, Rosana Ramos apresentam em nome da tendência petista Articulação de Esquerda a seguinte contribuição – aberta a emendas e adesões – para debate na reunião de 5/9/2014 do Diretório Nacional do PT*

1. O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido no dia 5 de setembro de 2014, conclama a militância petista a redobrar os esforços em favor da reeleição de Dilma Rousseff presidenta da República.

2. O que está em questão não é a continuidade do PT na Presidência da República. O que está em jogo, essencialmente, é o futuro do Brasil. E o caminho que seguirmos terá enorme impacto sobre o processo de integração latino-americano e caribenho, bem como sobre a constituição dos Brics e demais ações em favor de um mundo multipolar.

3. Ao longo dos últimos 12 anos, os governos Lula e Dilma deram passos firmes no sentido de melhorar a vida do povo brasileiro, garantir empregos e salários crescentes, expandir a oferta e a qualidade dos serviços públicos, ampliar a democracia, defender a soberania nacional, promover a integração regional e contribuir para a criação de uma nova ordem internacional.

4. Entretanto, cada passo positivo dado pelos governos Lula e Dilma sofreu uma dura oposição por parte dos setores sociais e políticos ligados ao grande capital e ao conservadorismo, que preferem um país profundamente desigual, onde a democracia seja limitada pelo poder do dinheiro e pelo oligopólio da comunicação, e que seja submisso às grandes potências.

5. Enfrentando estes setores, fizemos um segundo mandato Lula melhor do que o primeiro. E faremos um segundo mandato Dilma superior ao atual, sintonizado com o sentimento popular expresso em várias oportunidades, mas especialmente nas chamadas jornadas de junho de 2013, lideradas por expressivas parcelas da juventude brasileira. O que implica concretizar mais mudanças, mais democracia, mais bem-estar social, mais soberania sobre nossas riquezas nacionais.

6. A oposição de direita sabe deste sentimento popular e, por isto mesmo, suas candidaturas vestem a fantasia da mudança e da nova política para tentar esconder o que realmente fariam, caso saíssem vencedores da eleição presidencial.

7. Mas basta ler os programas de governo apresentados pelas candidaturas oposicionistas, bem como observar quem os apoia, para ter certeza de que a mudança almejada pela oposição é oposta aquela desejada pela maioria da população.

8. O programa das oposições aponta no sentido do retrocesso: menos soberania nacional e mais dependência; menos democracia e mais conservadorismo; a volta do desemprego e a redução dos salários. Em resumo: o “ajuste conservador” de sempre.

9. No programa das candidaturas da direita, devem ser destacadas três propostas com graves desdobramentos: a “autonomia do Banco Central”, a “mudança na política externa” e a “revisão das regras do Pré-Sal”. Traduzindo o programa das direitas para um português claro: querem abrir mão do controle das riquezas petrolíferas do país, submeter o país aos interesses das grandes potências e entregar o comando da economia nacional para o capital financeiro, para os bancos, para os rentistas e especuladores. O que resultaria em desemprego, arrocho salarial e retrocesso nas políticas sociais.

10. Foi para atingir estes objetivos que o grande capital financeiro, por meio do oligopólio da mídia, manipulou a tragédia ocorrida no dia 13 de agosto e desencadeou uma violenta operação para forçar o segundo turno e projetar uma candidatura autointitulada de terceira via.

11. Entretanto, mais e mais setores da sociedade brasileira dão-se conta de que esta operação baseia-se numa grande fraude midiática: apresentam como terceira via o que na verdade é o “plano B” da especulação financeira e das políticas neoliberais, um instrumento à serviço dos ultraliberais na economia e dos ultraconservadores nos costumes, a ameaça de um gigantesco passo atrás na economia, na política e nos direitos humanos.

12. Contra a fraude midiática, nosso Partido e nossa candidatura devem reagir com otimismo, firmeza, verdade e humildade.

13. **Humildade** de perceber, autocriticamente, que é também por nossa responsabilidade que setores importantes do eleitorado brasileiro não estão adequadamente informados acerca do que fizemos, acerca do que estamos fazendo e acerca do que propomos fazer. E que deixamos a desejar, especialmente na comunicação com a juventude trabalhadora.

14. **Verdade** ao afirmar que há várias candidaturas, mas apenas dois caminhos nesta eleição presidencial: ou o Brasil avança num segundo mandato superior sob a liderança da presidenta Dilma Rousseff, ou regressaremos a uma variante do neoliberalismo, com todas as suas graves consequências (privatizações, flexibilização dos direitos trabalhistas, sucateamento dos serviços públicos e a submissão do país aos interesses econômicos externos).

15. **Firmeza** para deixar a polarização programática clara para o conjunto da população. De um lado está a força do povo, do outro lado estão as candidaturas a serviço da especulação financeira. Coordenando o programa de governo de Marina Silva, está Neca Setúbal, herdeira de um dos maiores bancos privados nacionais. Com Aécio Neves, está Armínio Fraga, braço direito de um dos maiores especuladores internacionais.

16. **Otimismo**, porque o povo brasileiro já deu seguidas mostras, nos últimos anos, de grande sagacidade política. Ao contrário do pessimismo difundido pela mídia oligopolizada, o povo encara o futuro do Brasil com otimismo. E, ao contrário do que pensam as elites, o

povo não é idiota, o povo sabe votar, sabe escolher o que é melhor para si e para o país. E é com esta confiança que, como Dilma, sabemos que assim como a esperança venceu o medo, a verdade também vencerá a mentira.

17. Ao longo das próximas semanas, nós que apoiamos Dilma Rousseff trabalharemos para politizar as eleições presidenciais, mostrando quais interesses estão por trás de cada candidatura, lembrando como era o país até 2002, falando das mudanças que fizemos a partir de 2003 e principalmente deixando claro o que faremos a partir de 2015.

18. Entre as questões que devem ser levadas ao debate político, dentre aquelas que fazem parte do programa do Partido dos Trabalhadores ou do programa da candidatura Dilma Rousseff, destacamos:

a) mais mudanças exige mais democracia. Por isso é essencial fazer a reforma política, através de uma ***Constituinte exclusiva seguida de uma consulta oficial à população***, para que esta referende ou não as decisões da Constituinte;

b) democracia não apenas na política, mas em todos os aspectos da nossa vida, com destaque para a comunicação. Por isto é essencial aprovar a ***Lei da Mídia Democrática***;

c) democracia representativa, democracia direta e democracia participativa, para que a mobilização e luta social influencie a ação dos governos, das bancadas e dos partidos políticos. Para isto defendemos a ***Política Nacional de Participação Social***;

d) democracia que leve em conta as necessidades da classe trabalhadora, maioria do povo brasileiro. Por isto a imediata a negociação em torno da agenda reivindicada pela Central Única dos Trabalhadores, onde se destacam o ***fim do fator previdenciário*** e a implantação da ***jornada de 40 horas sem redução de salários***;

e) democracia não apenas política, mas também social. Motivo pelo qual é essencial reafirmar o compromisso com as reformas estruturais, como a já citada reforma política, a reforma tributária, as reformas agrária e urbana;

f) democracia que se transforme num salto na oferta e na qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo brasileiro, especialmente na educação, no transporte público, na segurança e no Sistema Único de Saúde, sobre o qual devemos reafirmar nosso compromisso com o *repasso efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública*;

g) salientando nosso compromisso em ampliar a importância e os recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte, pois as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais precisam criar raízes no tecido mais profundo da sociedade brasileira;

h) democracia que proteja os direitos humanos de todos e de todas. Por isto salienta a defesa dos direitos das mulheres, por isto destacar a necessidade de criminalizar a homofobia, por isto enfrentar os que tentam criminalizar os movimentos sociais. Por isto, também, assumir o compromisso com a revisão da Lei da Anistia de 1979 e com a punição dos torturadores. Assim como com a reforma das polícias e a urgente desmilitarização das Polícias Militares, cuja ineficiência no combate ao crime só é superada pela violência contra a juventude negra e pobre das periferias e favelas;

i) por fim, democracia e qualidade de vida supõe manter total soberania sobre as riquezas nacionais – entre as quais o Pré-Sal — e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira – entre as quais o Banco Central, a quem compete entre outras missões combater a especulação financeira que está por detrás das candidaturas da oposição de direita.

19. Estes temas devem ser tratados, tanto no horário eleitoral gratuito quanto na mobilização militante, não apenas como descrição de obras e programas, mas como confronto explícito entre dois projetos antagônicos de país: um a serviço do povo, outro a serviço da especulação. Entre estes projetos, é preciso escolher, *não sendo possível servir aos dois ao mesmo tempo*.

20. Travar o debate sobre estes temas, fundamentais para materiali-

zar algumas das principais mudanças ansiadas pela população trabalhadora e pelos chamados setores médios, fará cair a máscara das candidaturas oposicionistas, deixando claro seus reais compromissos.

21. Para que isso ocorra, entretanto, não bastam as alterações no programa de rádio e TV. É preciso capitalizar o diferencial da candidatura Dilma Rousseff: a militância.

22. É essencial que nossa campanha seja capaz de engajar, com o mesmo entusiasmo e entrega, as centenas de milhares que abraçaram a ideia do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva; os militantes do movimento sindical, estudantil e sem-terra; os jovens de esquerda, que dinamizam as redes sociais e saíram as ruas em junho de 2013; os intelectuais e trabalhadores que fomentam a cultura em todos os rincões de nosso país; e todas as pessoas democráticas e progressistas envolvidas em causas justas, como a luta contra o sexismo, contra o racismo, contra a homofobia, pela paz e a solidariedade ao povo Palestino.

23. Campanhas pagas e pulverizadas em milhares de candidaturas proporcionais não se comparam à campanha politizada e unificada da militância, que sabe que o desempenho da candidatura Dilma Rousseff influenciará positivamente todas as candidaturas que a apoiam, seja ao governo de estados, Senado, Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas.

24. Politicamente, trata-se de direcionar nosso esforço militante em dois sentidos principais: defender nosso projeto de futuro e atacar o retrocesso proposto pelas candidaturas da especulação financeira.

25. Socialmente, trata-se de consolidar nosso apoio entre os trabalhadores, especialmente na juventude e nas mulheres, consolidando o apoio que já temos, reconquistando o que perdemos e conquistando os novos eleitores.

26. Geograficamente, trata-se de ampliar ao máximo nosso resultado naquelas regiões do país em que temos melhor desempenho; mas ao mesmo tempo travar uma batalha firme ali aonde as candidaturas de oposição vão melhor, a começar pelo estado de São Paulo, em que

duas candidaturas de oposição apoiam a reeleição do atual governador, que vem dando uma demonstração cabal de qual é o resultado da política neoliberal de enxugamento do Estado: a falta de água.

27. Cabe à executiva nacional do Partido, interagindo com os partidos aliados e com a direção da campanha, converter estas diretrizes em ações concretas. De imediato, nossas direções partidárias devem se reunir, para organizar em cada município uma agenda permanente de campanha para os próximos 30 dias, com prioridade para a eleição majoritária, promovendo ações de visibilidade e, fundamentalmente, mutirões nos bairros com visitas de casa em casa e contato direto com o eleitor. Olho no olho e a verdade são nossas balizas fundamentais, assim como a pedagogia do exemplo. Esta agenda deve ser monitorada em sua execução permanentemente através de reuniões diárias ou com a maior regularidade possível, envolvendo direta ou indiretamente todo o espectro de apoiadores, nossas candidaturas em todos os níveis e nossas lideranças públicas, parlamentares e executivas.

28. Mais que nunca, precisamos de uma firme voz de comando do Partido, para em parceria com as forças políticas e sociais aliadas, com Lula e Dilma, derrotarmos a ofensiva da oposição.

29. Em defesa do futuro do Brasil, cabe ao conjunto do PT, dirigentes, militantes, filiados, eleitores, simpatizantes, dedicar cada hora e cada dia das próximas quatro semanas a dialogar com o povo brasileiro, a apresentar o que fizemos, o que estamos fazendo e principalmente o que faremos.

30. Convidamos a se engajar nesta luta a militância dos movimentos sociais e dos partidos políticos, bem como todos os cidadãos e cidadãs sem-partido que defendem a reforma política, porque sabem que política se faz com democracia, com participação popular efetiva, e também com partidos políticos, não com messianismos de nenhum tipo.

31. Convidamos para que nos ajudem neste esforço as mulheres que querem manter e ampliar seus direitos; os jovens que lutam por sua autonomia e para viver em um ambiente de tolerância e diversidade; os trabalhadores da ciência, da cultura e o conjunto da intelec-

tualidade, que rejeitam o dogmatismo e o pensamento único; os crentes de todas as religiões, que defendem a convivência num Estado laico, valorizam o ecumenismo e condenam o fundamentalismo; as várias etnias, especialmente indígenas, negros e negras, que querem seguir combatendo o preconceito e a discriminação; os ambientalistas sinceros, que não adaptaram as suas convicções aos parâmetros do mercado; os trabalhadores que desejam mais empregos, salários e serviços públicos de qualidade; e o conjunto do povo brasileiro, que deseja desenvolvimento com sustentabilidade.

32. Há momentos na história que são decisivos para o futuro de um país. Estamos num desses momentos. E sob a liderança de Dilma Rousseff, uma mulher valente que nunca desistiu do Brasil e do povo brasileiro, venceremos e continuaremos fazendo do Brasil a terra onde a esperança vence o medo.

Dilma de novo, com a força do povo!

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/projeto-de-resolucao-ao-dn-do-pt-de.html>*

## A turma do medo está do lado de lá

FHC de saias?

Collor de saias?

Jânio de saias?

Cada uma das frases acima vem sendo utilizada, por diferentes interlocutores e as vezes pelos mesmos, para tentar classificar a candidata Marina Silva.

Entendo os motivos de quem faz tais comparações. Mas seria bom refletir um pouco mais, antes de transformar este tipo de *frase* em base para programas de televisão.

\*

Quem fala que Marina é um FHC de saias, evidentemente quer apontar as semelhanças entre o programa da candidata e o programa tucano.

Se fosse apenas isto, estaria tudo fácil. Acontece que Marina não é apenas isto, não é apenas Neca Setúbal, Eduardo Gianetti e André Lara Resende.

Marina expressa, também, um setor que esteve conosco contra FHC; e que agora é aliado de FHC contra nós.

No caso da pessoa física Marina Silva, ela converteu-se: começou lutando contra o neoliberalismo, depois passou a fazer concessões ao neoliberalismo, depois passou a enxergar virtudes no neoliberalismo e agora assumiu a defesa explícita de políticas neoliberais.

Acontece que a fase final desta conversão foi feita depois que Marina saiu do governo Lula. Portanto, sua face abertamente neoliberal ainda é desconhecida por uma parte do eleitorado.

Com um agravante: há uma parcela do eleitorado que não viveu o governo FHC. Para esta parcela, a comparação de Marina com FHC tem baixa eficácia eleitoral.

Muito mais eficaz – seja para recuperar o eleitorado que votou em nós e agora pensa em votar em Marina, seja para conquistar eleitores populares que nunca votaram em ninguém e agora pensam em votar nela – é priorizar o debate sobre nossas ações futuras, sobre o programa de Dilma 2015-2018, obrigando Marina a sair da zona de conforto.

\*

Quem fala que Marina é um Collor de saias, talvez queira destacar certas “afinidades eletivas” entre a candidata e o ex-presidente.

Estas afinidades realmente existem. Assim como existem afinidades semelhantes entre Marina e Jânio.

Nos três casos, um setor da elite apoia candidaturas demagógicas e autoritárias, para ganhar o apoio de setores despolitizados dos trabalhadores e da pequena burguesia contra candidaturas à esquerda no respectivo espectro político.

A demagogia é um recurso indispensável, porque as candidaturas da elite não podem assumir pública e abertamente o que farão, uma vez no governo.

Aliás, se falassem a verdade e assumissem que seus programas de governo resultam em desemprego e dependência, Aécio e Marina não passariam de 0,1% dos votos.

É por isto que as candidaturas de direita berram tanto sobre outros assuntos: contra os que ofendem a moral e os bons costumes, contra a corrupção, contra os políticos e contra a política, contra o “aparelhamento do Estado” etc.

Isto quando não reclamam dos juros e da inflação causados, em última análise, pelos especuladores que estão por detrás de suas campanhas.

E o autoritarismo? Este constitui, em certa medida, uma decorrência lógica da demagogia: quem constrói seu discurso criticando os políticos e a política em geral, projeta um governo acima do bem e do mal, baseado no poder discricionário individual do ungido.

Claro que cada personagem é autoritário a seu jeito. E isto, como sabemos, contém riscos para a chamada “institucionalidade”: Jânio renunciou, Collor foi impedido. Mas ambos foram úteis para derrotar a esquerda e preparar o terreno, no primeiro caso para o golpe militar de 1964, no segundo caso para o neoliberalismo tucano.

Marina é demagógica? Marina é autoritária? Certamente.

Mas a comparação com Jânio e com Collor ajuda a perceber isto? Mais exatamente: a comparação ajuda a esclarecer e libertar as camadas populares que são vítimas desta demagogia?

No horário eleitoral gratuito, não ajuda. Jânio foi eleito presidente em 1960 e prefeito de São Paulo capital em 1985. Morreu há anos. Collor foi eleito presidente em 1989. Hoje é senador e sempre haverá quem lembre que ele faz parte da “base de apoio” do governo.

Mostrar as afinidades de Marina com Jânio & Collor dentro de uma sala de aula, num texto didático ou numa longa conversa, pode resultar. Mas fazer isto num programa de TV, que será assistido brevemente por milhões de pessoas, corre o risco de não ser compreendido ou, pior, virar bumerangue.

Quando falo em bumerangue, não estou me referindo ao fato de Jânio e Collor, demagógicos e autoritários, terem sido eleitos.

Quando falo em bumerangue, também não estou me referindo ao equívoco de achar que a governabilidade depende principal ou exclusivamente do número de parlamentares eleitos pelo “partido presidencial” ou da “base de apoio”.

Quando falo em bumerangue, estou me referindo a algo mais simples e simbólico.

Dilma é a candidata da verdade que vai vencer a mentira.

Dilma é a candidata do coração valente, da esperança que novamente vai vencer o medo.

A turma do medo, do atraso, do conservadorismo, está do lado de lá.

Mas a depender de como digamos isto, pode parecer que somos nós que estamos com medo.

Ou, pior ainda, pode parecer que estamos mais preocupados em “alertar” as elites de que elas estão apoiando uma aventureira. Como se as elites deste país não soubessem o que fazem. E como se não estivessem dispostas a pagar qualquer preço e a fazer qualquer coisa para derrotar o PT.

\*

Por isto: política no comando. Vamos mostrar que Marina é a candidata do capital financeiro e do conservadorismo político.

Vamos apresentar o que eles fizeram, o que nós fizemos e principalmente o que nós vamos fazer. E vamos derrotar a ela e a Aécio, com argumentos compreensíveis e pela esquerda.

\*

P.S. A quem quer que tenha formulado a frase *“sonhar é bom, mas eleição é hora de botar pé no chão e voltar à realidade”*, eu recomendo 60 dias de reflexão acerca de outra frase, a saber: *“é preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias”*. O autor desta segunda frase (mais exatamente de algo parecido com ela) deu muito, mas muito trabalho para o capitalismo e para a direita no primeiro quartel do século XX. Entre outros motivos porque soube *extrair esperança da realidade* e com isso *transformar a realidade, sem abrir mão da esperança e no rumo da esperança*.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/a-turma-do-medo-esta-do-lado-de-la.html>

## Quem não sabe contra quem luta não pode vencer

Para quem deseja entender os argumentos da “esquerda da esquerda”, recomendo a leitura do texto “Por que a esquerda socialista terá poucos votos nas eleições de 2014?”, de Valério Arcary.

<http://babelaesquerda.wordpress.com/2014/09/03/por-que-a-esquerda-socialista-tera-poucos-votos-nas-eleicoes-de-2014-por-valerio-arcary/>

O principal defeito da “esquerda da esquerda” está resumido na citação que abre o texto de Arcary: “se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas”. Vamos por partes.

Arcary antecipa que os “candidatos da esquerda socialista, Zé Maria do PSTU, Luciana Genro do PSOL e Mauro Iasi do PCB, irmão, muito provavelmente, ter poucos votos nas eleições de outubro de 2014”. Não sabemos por qual motivo o PCO não é incluído na lista.

Arcary reconhece que “já são doze anos desde a eleição de Lula, um tempo grande o bastante, aparentemente, para que uma experiência e balanço político possam ser feitos”. Mas não tira a conclusão óbvia: a maior parte da classe trabalhadora *faz um balanço desta experiência*. Os que a consideram negativa, optam majoritariamente por candidaturas da oposição de direita. E os que a consideram positiva, optam majoritariamente por votar em Dilma e no PT.

Arcary chega perto desta conclusão ao admitir que a baixa votação da “esquerda da esquerda” se relaciona “com o crescimento vertiginoso da candidatura de Marina Silva”, que na sua opinião “vem conseguindo ocupar, simultaneamente, o espaço da oposição de direita e de esquerda ao governo de coalizão liderado pelo PT, e represen-

tado por Dilma Rousseff, deslocando Aécio Neves, e bloqueando uma alternativa à esquerda”. Ou seja: prestidigitação verbal à parte, *ao menos neste momento, quem se decepciona com o PT busca uma alternativa à direita do PT.*

Arcary sabe que as consequências deste raciocínio são letais para a “esquerda da esquerda”. Por isto, é obrigado a pegar leve com o significado da candidatura Marina Silva, afirmando que “o discurso da terceira via (...) encontra respaldo entre aqueles que esgotaram suas expectativas em relação ao PT, mas não querem o retorno aos anos noventa com os governos do PSDB”. Ou seja, Arcary discute os motivos de parte dos que votam, não a candidatura em si de Marina Silva.

Arcary não denuncia como deveria a candidatura de Marina Silva como instrumento da direita, do oligopólio e do capital financeiro, como plano B do grande capital. Ele prefere apresentar esta candidatura como “mais uma mediação. Mais uma posição intermediária. Mais uma armadilha. A terrível pressão das ilusões na possibilidade de regulação de um capitalismo sem corrupção, de um capitalismo sem exploração selvagem”. Ironicamente, as posições de Arcary a respeito de Marina lembram as posições de alguns setores do PT, como o senador Suplicy e o governador Jaques Wagner.

Arcary, quando chega perto de denunciar o caráter de classe da candidatura Marina, o faz de maneira extremamente suave: “Uma candidatura que captura para uma saída moderada, amigável para a Avenida Paulista, o impulso de Junho. Uma nova versão do papel representado, tragicamente, pelo “Lulinha paz e amor”, só que agora, talvez, em forma de farsa. O feitiço se voltou contra o feiticeiro”. Não esperava que Arcary tivesse a mesma avaliação que nós, acerca dos riscos da candidatura Marina. Mas fico surpreso com este nível de subestimação dos riscos envolvidos nesta candidatura.

Arcary percebe que responsabilizar Marina pela baixa votação da “esquerda da esquerda” conduz a um círculo vicioso. Aceita esta explicação e outras do mesmo estilo, nunca a “esquerda da esquerda” sairá da condição de força minoritária. Por isto, ele aponta que “este

fator é muito parcial. Embora, relativamente, verdadeira, esta abordagem não esgota o problema. Permanece insuficiente”.

Arcary apresenta, então, quatro argumentos “para explicar a dificuldade eleitoral da esquerda socialista brasileira”. Os dois primeiros argumentos são *universalmente válidos para qualquer democracia burguesa*: as eleições são diretas, mas não são livres; as eleições são diretas, mas não são democráticas. O problema destes argumentos é que eles ajudam a entender por qual motivo nem mesmo o PT tem 51% do universo total de eleitores; mas não são suficientes para explicar porque os trabalhadores e trabalhadoras conscientes não votam principalmente na “esquerda da esquerda”.

Arcary introduz, então, o terceiro argumento, que vale a pena transcrever na íntegra: “a percepção de que a sociedade está dividida em interesses irreconciliáveis de classe, opondo o capital ao trabalho, o classismo, deixou de ser uma referência importante, decisiva, incontornável, para a nova geração proletária. A consciência de classe forjada ao longo das lutas ao final dos anos setenta e durante os anos oitenta regrediu. A direção do PT, que tinha sido a maior beneficiária desse avanço, merece ser responsabilizada por essa deseducação. A transformação do petismo em lulismo, a “fulanização” da luta política, o culto à personalidade do grande líder teve consequências, com a desvalorização das organizações coletivas e independentes, como os sindicatos e movimentos. Os trabalhadores despolitizaram-se depois de doze anos de governos do PT. A defesa do socialismo não é mais, tampouco, uma referência para a maioria dos trabalhadores. Em outras palavras, os trabalhadores não confiam nas suas próprias forças, e não estão organizados de forma independente para defender seus interesses. Por isso, na hora da crise eleitoral do governo PT, quem cresce é uma candidatura gerada no núcleo duro do aparelho do PT, mas que abre o espaço para que a oposição de direita possa voltar para o Banco Central e para o Ministério da Fazenda através de Marina. A ideologia, ou seja, uma visão de mundo, um conjunto de critérios e valores que expressam as nossas preferências, parece ter menos peso

na definição de voto no Brasil, quando comparado com outros países, a começar pelos vizinhos Argentina ou Uruguai. Essa facilidade de atrair o eleitorado quer ele seja de esquerda ou de direita foi confirmada por pesquisa de opinião, e não se restringe a Marina Silva”.

Arcary poderia ter resumido estes argumentos assim: “traição petista”. E continuaria sem resposta o “que fazer?” frente a isto. Pois quem considera que a traição petista é capaz de gerar tamanho dano, precisa responder como sair desta enrascada. Como veremos mais adiante, a saída que Arcary aponta é derrotar o PT.

Arcary, como é evidente, só vê o copo meio vazio. Temo, aliás, que ele esteja começando a ceder ao “pessimismo” que invariavelmente ataca quase todos os quadros de esquerda, depois de certo tempo de caminhada.

Por exemplo: depois de tudo que o próprio Arcary disse acerca das jornadas de junho de 2013, será 100% correto dizer que para a “nova geração proletária” a “percepção de que a sociedade está dividida em interesses irreconciliáveis de classe, opondo o capital ao trabalho, o classismo, deixou de ser uma referência importante”?

Outro exemplo: como explicar o crescimento no número de greves, nos últimos anos, se adotarmos o critério de que “os trabalhadores não confiam nas suas próprias forças, e não estão organizados de forma independente para defender seus interesses”.

Um terceiro exemplo: é indiferente, para a classe trabalhadora, o que ocorreu em termos de emprego e de salário desde 2003?

Arcary, entretanto, deixa escapar uma frase que alimenta minhas esperanças. Refiro-me a dizer que Marina “abre o espaço para que a oposição de direita possa voltar para o Banco Central e para o Ministério da Fazenda”. Ou seja, admite que pode piorar (e que, portanto, pode ser melhor). Falo isto sem ironia: acredito que todos os fenômenos apontados por Arcary existem, mas para cada tendência há uma contratendência que devemos alimentar, fortalecer, organizar.

Por exemplo: a crise de 2005, as jornadas de junho de 2013 e a candidatura Marina tem relação, direta ou indireta, com o que fez ou

com o que deixou de fazer o PT e os governos Lula e Dilma. O que fazer diante disto? “Denunciar e destruir” o PT, como dizem setores da “esquerda da esquerda”? Ou buscar maneiras de seguir em frente e avançar?

A reação à crise de 2005 nos permitiu um segundo mandato Lula mais avançado. Apesar disto, grande parte da esquerda da esquerda não votou em Lula, no segundo turno de 2006. A reação às jornadas de junho de 2013 desembocou na luta pela Constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Apesar disto, parte da esquerda da esquerda não apoia a campanha pelo Plebiscito Popular. A reação à candidatura Marina está levando a campanha Dilma à sintonizar com demandas mais avançadas. Apesar disso... bom, neste caso, aguardemos, quem sabe, não é mesmo?

Arcary ainda dispõe de um quarto argumento, “para explicar a dificuldade eleitoral da esquerda socialista brasileira”, a saber: “os partidos que defendem os interesses dos trabalhadores enfrentam uma enorme resistência pela defesa que fazem da legitimidade da luta de classes”.

Arcary, antevendo certamente as perigosas conclusões que podem ser extraídas desta frase, explica: “a situação econômica e social, embora deteriorada pela quase estagnação do crescimento, pelo aumento das pressões inflacionárias até dois meses atrás, ainda não é grave o bastante para que o mal-estar que se manifestou em Junho de 2013 tenha se deslocado à esquerda. A parcela jovem da classe trabalhadora que foi às ruas ainda não se vê representada pelas propostas da oposição de esquerda, que parece muito radical. Radical porque conflituosa, defendendo a necessidade de enfrentamento com o capital. Portanto, aos olhos desta corrente de opinião que Marina canaliza, pelo menos por enquanto, também, perigosa”.

Arcary, em junho de 2013, tinha uma visão mais otimista da situação. Estive com ele num debate na PUC São Paulo, no dia em que Haddad e Alckmin anunciaram conjuntamente a revogação do aumento das tarifas. E ouvi, com estes ouvidos que a terra ainda há de

comer, Arcary especulando sobre a possibilidade de um desenlace insurrecional para aquela situação política em que o país estava.

Arcary, agora, tem uma visão mais realista da situação. Mas sua análise padece de um problema que vou tentar resumir, de maneira esquemática, assim: *a esquerda da esquerda fica parada, com suas posições corretas, esperando que a massa aprenda a apreciar seu fino biscoito, quero dizer, seu justo radicalismo*. Penso eu que esta postura – na qual certamente Arcary não vai se reconhecer, mas que do meu ponto de vista é a postura de amplos setores da esquerda da esquerda – ajuda a entender por quais motivos a “esquerda da esquerda” não conseguiu capitalizar 2013. Traduzindo noutros termos: a “esquerda da esquerda” gostaria de ter transformado 2013 em alavanca contra Dilma e contra o PT, e agora descobriu que a direita teve mais êxito nisto.

Arcary e boa parte da “esquerda da esquerda”, é bom dizer, não poderiam ter agido de outra forma, porque seu pensamento estratégico parece organizado em torno da ideia de derrotar o PT. Quem poderia ter agido de outra forma? O próprio PT e o governo Dilma, que fizeram gestos neste sentido (com destaque para o tema da Constituinte), mas tampouco foram consequentes, tampouco fizeram tudo o que devia ter sido feito.

Arcary, além dos cinco argumentos listados (Marina, falta de liberdade, falta de democracia, baixos teores de classismo e de radicalidade), acrescenta como “questão central” a alienação, pois “sem a alienação, a dominação do capital não seria possível. A forma política da alienação é a desconfiança dos trabalhadores em relação à sua capacidade de se unir e defenderem-se coletivamente. É o pé atrás, a suspeita, o receio, o preconceito dos seus iguais. O sentimento manipulador mais poderoso do pensamento mágico é o medo: a capitulação ao impulso do desejo que se confunde em realidade”.

Arcary é, do ponto de vista pessoal, do ponto de vista do que ele pretende ser, do ponto de vista de sua “razão de viver”, um revolucionário sincero. Por isto, fico preocupadíssimo com esta sua linha de

argumentação. Explico: a alienação é um fenômeno tão genérico, que utilizá-lo como explicação para uma situação histórico-concreta é sinal de desespero.

Arcary poderia evitar isto se fizesse a velha e boa “análise concreta da situação concreta” Ou seja: admitisse que o voto no PT é, para parte importante da classe trabalhadora brasileira, um voto nos seus reais interesses de classe. E buscasse, a partir da situação política concreta, descobrir por onde avançar. Mas como o seu método (e o método de boa parte da “esquerda da esquerda”) é olhar “de fora” o processo, é inevitável que a conclusão seja “culpar os outros” (a teoria da traição) ou “culpar a classe” (caso em que o esquerdismo desemboca no niilismo e, “já que Deus não existe”, do niilismo muitos vão para a direita).

Arcary, é bom dizer, aferra-se a primeira conclusão: a “crise de direção do proletariado”, que ele vincula a “imaturidade objetiva e a fragilidade subjetiva do proletariado como sujeito social independente na luta anticapitalista”. Vincula, mas não tira as conclusões adequadas destas duas frases. Pois se existe uma situação histórica em que o proletariado manifesta “imaturidade objetiva” e “fragilidade subjetiva”, não seria o caso dos revolucionários *adequarem cuidadosamente* sua tática e suas formas de organização?

Arcary, ao contrário disto, reafirma que “os trotskistas consideram central a luta implacável contra o PT”. Segundo ele, por uma “razão simples. Esta insegurança do proletariado só se mantém, se reproduz, se perpetua porque há chefes burocráticos que dependem dela para se manter no controle da representação dos trabalhadores”.

Arcary intui que esta simplificação joga fora a “imaturidade objetiva” e converte a “fragilidade subjetiva” em assunto de romance político. Motivo pelo qual ele é obrigado a se defender da acusação segundo a qual “os trotskistas são criticados porque supervalorizam o lugar da traição política na história”.

Arcary não pode, entretanto, num texto dedicado a situação eleitoral de 2014, fugir do seguinte dilema: no segundo turno das eleições de 2014, o que interessa à classe trabalhadora brasileira?

Arcary dedica a este “detalhe” uma nota de rodapé. Nela é dito que “sob a pressão de uma eleição a cada dia mais apertada, a direção do PT começou a abraçar, por desespero, um discurso catastrofista que quer apresentar a disputa entre Marina e Dilma como um armagedon político. Marina seria do mal, Dilma seria do bem. Uma análise marxista abraça um método menos emocional: é uma interpretação das candidaturas orientada por um critério de classe. Muitas vezes na história os governos dos partidos operários reformistas foram mais úteis para a defesa da ordem que os partidos da própria burguesia: protegiam o capitalismo dos capitalistas. Os socialistas, por princípio, não diferenciam diante dos trabalhadores os carrascos mais cruéis dos menos cruéis”.

Arcary, como se vê, anuncia um método, mas fica nos devendo uma “interpretação das candidaturas orientadas por um critério de classe”. Mas, com ou sem análise, a preços de hoje, a questão tende ao seguinte: teremos um segundo turno entre Dilma e Marina. A favor de Marina estará o grande capital, o oligopólio da mídia e a direita mais conservadora deste país. Provavelmente a soma de votos entre Marina e Aécio superará a votação de Dilma no primeiro turno. Logo, lavar as mãos e dizer que não há diferença ajudará objetivamente Marina.

Arcary nos deve esta resposta: *ele considera central a luta implacável contra o PT, a ponto de não votar em Dilma no segundo turno?*

Concluo meus comentários ao texto de Arcary, com a frase final do seu próprio texto: *Quem não sabe contra quem luta não pode vencer.*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/quem-nao-sabe-contra-quem-luta-nao-pode.html>

## O oportunismo de Leitão

A jornalista Miriam Leitão publicou, em *O Globo* desta quinta-feira 4 de setembro, um artigo (ver abaixo) em defesa de Marina Silva.

Até aí, nada de estranho.

Estranho é o argumento: segundo Leitão, estaria havendo “intolerância religiosa” contra Marina.

O argumento recorda a defesa que Marina fez do Pastor Marco Feliciano, em 2013. Segundo Marina, Feliciano estaria sendo hostilizado por ser evangélico, não por estar atentando contra os direitos humanos e as liberdades garantidas pela Constituição brasileira.

Vamos combinar: não há nenhuma “cobrança religiosa” sobre Marina.

O que existe é a dúvida de alguns e a certeza de muitos, acerca da ameaça que paira contra o caráter laico do Estado brasileiro.

Leitão afirma que a laicidade está assegurada pela Constituição. É verdade. Mas a questão é: esta candidata defende a laicidade?

Da boca para fora, sim. Mas basta assistir a entrevista de Marina ao Jornal da Globo para perceber que ela não consegue ir além da saudação à bandeira.

Por exemplo: a postura de Marina frente a criminalização da homofobia.

Uma comparação ajuda a entender qual o problema.

O racismo é crime inafiançável. Se uma autoridade de qualquer crença promover o racismo, a liberdade religiosa não pode ser utilizada como argumento para impedir o cumprimento da legislação.

A homofobia é uma ameaça aos direitos humanos. Por isto é justo defender e será correto aprovar uma lei criminalizando a homofobia.

Pois bem: se a homofobia for criminalizada, de maneira similar ao que fizemos contra o racismo, então quem estimular o preconceito e o ódio contra os homossexuais deve ser tratado nos termos da lei.

Quando alguém diz que não pode ser assim, *porque* isto iria contra a liberdade religiosa de XYZ, minha conclusão é: este tipo de argumento é uma ameaça a laicidade do Estado.

Não é a crença das candidaturas que está em questão, nem tampouco as qualidades literárias da Bíblia, Torá ou Alcorão.

O que está em questão é o nível de compromisso de cada candidatura com a democracia, os direitos humanos e o caráter laico do Estado brasileiro.

Contestar o direito das pessoas questionarem este compromisso é, isto sim, intolerância religiosa. Ou, no caso de Leitão, puro e simples oportunismo eleitoral.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/o-oportunismo-de-leitao.html>*

## Sobre a resposta de Valério Arcary

Para quem não acompanhou, trata-se do seguinte: recebi através do professor Boris Vargaftig um artigo de Valério Arcary, intitulado *Por que a esquerda socialista terá poucos votos nas eleições de 2014?* Este texto está disponível em <http://marxismo21.org/esquerdas-e-eleicoes-2014/>

Publiquei um comentário a respeito, que pode ser lido em <http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/quem-nao-sabe-contra-quem-luta-nao-pode.html>

Acabo de receber a réplica de Arcary, intitulada *De punhos fechados, mas com as mãos nos bolsos*. Disponho do arquivo em pdf, para enviar a quem desejar.

Como eu já disse, no comentário anterior, o que de fundamental eu tinha para dizer, me limitarei agora a pequenos tópicos.

Começo por um tema abordado por Arcary, num rodapé.

No meu texto, eu disse que ***estive com ele num debate na PUC São Paulo, no dia em que Haddad e Alckmin anunciaram conjuntamente a revogação do aumento das tarifas. E ouvi, com estes ouvidos que a terra ainda há de comer, Arcary especulando sobre a possibilidade de um desenlace insurrecional para aquela situação política em que o país estava.***

Arcary me corrige, da seguinte forma: ”o debate que mantivemos na PUC/SP teria ocorrido uma semana depois do dia 20 de junho, quando foi revogado o aumento das tarifas por Haddad, portanto dia 27/06. Correu muito bem, e creio que foi filmado pelos colegas do NEILS. Não disse nada diferente do que escrevi naquelas semanas. Não foi

prevista a iminência de insurreição alguma. Defendi, certamente, a atualidade de uma estratégia insurrecional em oposição à eleitoral”.

De fato o debate foi filmado e, aparentemente, transmitido ao vivo. Como as memórias não coincidem, o melhor é assistir o que falamos à época e confrontar com o que estamos falando agora.

Agora, quanto a data do debate: segundo a página da PUC, o debate foi realizado no dia 19 de junho (<http://www3.pucsp.br/eventos/neoliberal-neodesenvolvimentista-ou-pos-neoliberal-dez-anos-do-governo-do-partido-dos-trabal>).

Passemos aos outros pontos.

Arcary acha que minha linha de argumentação “diminui o significado da desconfiança que cresceu durante doze anos, e o impacto de Junho de 2013”.

Visto do ponto de vista de Arcary, admito que possa *parecer* assim. Mas basta ler os textos de minha autoria, bem como as resoluções da tendência de que faço parte no PT, para constatar que venho apontando seguidamente para a existência de um crescente desgaste do PT junto a setores importantes da classe trabalhadora. Acontece que este *desgaste beneficia muito mais a oposição de direita e apenas marginalmente fortalece a oposição de esquerda*. Já tratei disto numa polêmica com Mauro Iasi, que seguro Arcary acompanhou.

Arcary admite que “doze anos atrás”, abraçou “uma avaliação de que o processo de desgaste da influência política do PT seria mais rápido”. E diz que esta hipótese, este prognóstico, “foi construída considerando que um governo Lula, um governo de colaboração de classes, teria que realizar um ajuste econômico social terrível. O ajuste veio, e foi mesmo terrível”.

Os indicadores econômico-sociais apontam outra coisa: visto de conjunto, *a classe trabalhadora viveu melhor no governo Lula-Dilma (2003-2014), do que viveu no governo FHC*. E mesmo fazendo comparações entre períodos parciais (por exemplo, a primeira etapa do governo FHC e a primeira etapa do governo Lula), ainda assim a conclusão é: a classe trabalhadora viveu melhor no governo Lula.

Arcary diz que “estávamos errados sobre os ritmos do desgaste da experiência com Lula. Tem sido muito mais lento”. Mas considera ter errado “na avaliação do ritmo, mas não da dinâmica”.

Na minha opinião, Arcary não compreendeu a *dinâmica* da “conciliação de classes realmente existente” e seus efeitos sobre cada grande classe social brasileira, tema que eu trato muito esquematicamente no texto <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/comentario-complementar-ao-texto-do.html>

Muito esquematicamente, a dinâmica não vem sendo “conciliação que provoca prejuízos”. A dinâmica vem sendo “conciliação que num primeiro momento provocou ganhos desigualmente distribuídos e, num segundo momento, provoca prejuízos também desigualmente distribuídos”.

Curiosamente, os setores moderados do PT cometem um equívoco similar ao de Arcary: enxergam apenas um momento, um aspecto do processo. E quem não compreende a dinâmica, tem dificuldade de interpretar o ritmo e as etapas. O setor moderado do PT não imaginava que junho de 2013 pudesse acontecer. Arcary imaginava que junho de 2013 pudesse ter outro desfecho.

A discordância acerca da dinâmica, como é óbvia, produz políticas totalmente distintas acerca de como lidar com a classe trabalhadora, com a juventude, com os movimentos sociais, com o governo etc.

Arcary me acusa de “valorizar” esta “terrível lentidão”. Novamente, a crítica faz sentido a partir do ponto de vista de quem acha que *depois de Kerensky virá Lênin*. Mas quem acredita que a dinâmica é outra – quem, por exemplo, lembra que *contra Vargas veio o golpismo* – não “valoriza a lentidão”. Quem acha que a dinâmica é outra, *quer mudar o rumo do governo*.

Arcary diz que eu fui injusto ao acusá-lo de subestimar o significado da candidatura Marina Silva. Bom, por um lado acho bom ler na réplica o que não achei por escrito no artigo original, a saber: “Marina é perigosíssima”.

Mas que valor prático tem isto, se logo em seguida Arcary diz que “os três candidatos têm projetos de gestão que se resumem à regula-

ção do capitalismo, e ainda que as diferenças entre eles existam, são pequenas”.

Pequenas? Num hipotético governo Marina o Brasil sai dos Brics e muda de política na Celac e na Unasul. A política econômica e social volta aos padrões do período FHC. E quanto a democracia... bom, me limito a dizer que os cavernícolas do Clube Militar do Rio de Janeiro apoiam Marina.

Arcary faz uma pequena provocação, perguntando se eu não acho que Marina é traidora. Acho a provocação desnecessária. Arcary sabe que sou neto de um comunista assassinado pela ditadura, episódio em que a repressão foi ajudada por um traidor. Portanto, para mim é óbvio que traidores existem. O que acontece é que, para usar as palavras do próprio Arcary, sou contra “supervalorizar o lugar da traição política na história”.

Finalmente, Arcary considera “bizarro” que a esquerda petista insista em “apoiar o governo” e que sejamos “entusiastas da campanha de Dilma”.

Bom, o que posso dizer é repisar minha “hipótese”, que tem 21 anos pelo menos:

● no atual período histórico, *ou o PT corrige a linha e avança, ou somos todos derrotados pela direita*. Esta luta para corrigir a linha do PT não é uma “luta interna”, é uma luta por influenciar a opinião de um expressivo setor da classe trabalhadora que segue as diretrizes do chamado setor moderado do PT, defensor de uma estratégia que conduz à nossa derrota. Por óbvio, trata-se de uma luta em defesa do PT, travada nos marcos do PT.

Neste período histórico, quem acha possível derrotar ao mesmo tempo a direita e o PT, acaba geralmente *virando linha auxiliar da direita*. Sendo assim, prefiro ser acusado de bizarro.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/sobre-resposta-de-valerio-arcary.html>

## Melhor bizarro

Para quem não acompanhou, trata-se do seguinte: recebi através do professor Boris Vargaftig um artigo de Valério Arcary, intitulado *Por que a esquerda socialista terá poucos votos nas eleições de 2014?* Este texto está disponível em <http://marxismo21.org/esquerdas-e-eleicoes-2014/>

Publiquei um comentário a respeito, que pode ser lido em <http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/quem-nao-sabe-contra-quem-luta-nao-pode.html>

Acabo de receber a réplica de Arcary, intitulada *De punhos fechados, mas com as mãos nos bolsos*. Disponho do arquivo em pdf, para enviar a quem desejar.

Como eu já disse, no comentário anterior, o que de fundamental eu tinha para dizer, me limitarei agora a pequenos tópicos.

Começo por um tema abordado por Arcary, num rodapé.

No meu texto, eu disse que ***estive com ele num debate na PUC São Paulo, no dia em que Haddad e Alckmin anunciaram conjuntamente a revogação do aumento das tarifas. E ouvi, com estes ouvidos que a terra ainda há de comer, Arcary especulando sobre a possibilidade de um desenlace insurrecional para aquela situação política em que o país estava.***

Arcary me corrige, da seguinte forma: ”o debate que mantivemos na PUC/SP teria ocorrido uma semana depois do dia 20 de junho, quando foi revogado o aumento das tarifas por Haddad, portanto dia 27/06. Correu muito bem, e creio que foi filmado pelos colegas do NEILS. Não disse nada diferente do que escrevi naquelas semanas. Não foi

prevista a iminência de insurreição alguma. Defendi, certamente, a atualidade de uma estratégia insurrecional em oposição à eleitoral”.

De fato o debate foi filmado e, aparentemente, transmitido ao vivo. Como as memórias não coincidem, o melhor é assistir o que falamos à época e confrontar com o que estamos falando agora.

Agora, quanto a data do debate: segundo a página da PUC, o debate foi realizado no dia 19 de junho (<http://www3.pucsp.br/eventos/neoliberal-neodesenvolvimentista-ou-pos-neoliberal-dez-anos-do-governo-do-partido-dos-trabal>).

Passemos aos outros pontos.

Arcary acha que minha linha de argumentação “diminuí o significado da desconfiança que cresceu durante doze anos, e o impacto de Junho de 2013”.

Visto do ponto de vista de Arcary, admito que possa *parecer* assim. Mas basta ler os textos de minha autoria, bem como as resoluções da tendência de que faço parte no PT, para constatar que venho apontando seguidamente para a existência de um crescente desgaste do PT junto a setores importantes da classe trabalhadora. Acontece que este *desgaste beneficia muito mais a oposição de direita e apenas marginalmente fortalece a oposição de esquerda*. Já tratei disto numa polêmica com Mauro Iasi, que seguro Arcary acompanhou.

Arcary admite que “doze anos atrás”, abraçou “uma avaliação de que o processo de desgaste da influência política do PT seria mais rápido”. E diz que esta hipótese, este prognóstico, “foi construída considerando que um governo Lula, um governo de colaboração de classes, teria que realizar um ajuste econômico social terrível. O ajuste veio, e foi mesmo terrível”.

Os indicadores econômico-sociais apontam outra coisa: visto de conjunto, *a classe trabalhadora viveu melhor no governo Lula-Dilma (2003-2014), do que viveu no governo FHC*. E mesmo fazendo comparações entre períodos parciais (por exemplo, a primeira etapa do governo FHC e a primeira etapa do governo Lula), ainda assim a conclusão é: a classe trabalhadora viveu melhor no governo Lula.

Arcary diz que “estávamos errados sobre os ritmos do desgaste da experiência com Lula. Tem sido muito mais lento”. Mas considera ter errado “na avaliação do ritmo, mas não da dinâmica”.

Na minha opinião, Arcary não compreendeu a *dinâmica* da “conciliação de classes realmente existente” e seus efeitos sobre cada grande classe social brasileira, tema que eu trato muito esquematicamente no texto <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/comentario-complementar-ao-texto-do.html>

Muito esquematicamente, a dinâmica não vem sendo “conciliação que provoca prejuízos”. A dinâmica vem sendo “conciliação que num primeiro momento provocou ganhos desigualmente distribuídos e, num segundo momento, provoca prejuízos também desigualmente distribuídos”.

Curiosamente, os setores moderados do PT cometem um equívoco similar ao de Arcary: enxergam apenas um momento, um aspecto do processo. E quem não compreende a dinâmica, tem dificuldade de interpretar o ritmo e as etapas. O setor moderado do PT não imaginava que junho de 2013 pudesse acontecer. Arcary imaginava que junho de 2013 pudesse ter outro desfecho.

A discordância acerca da dinâmica, como é óbvio, produz políticas totalmente distintas acerca de como lidar com a classe trabalhadora, com a juventude, com os movimentos sociais, com o governo etc.

Arcary me acusa de “valorizar” esta “terrível lentidão”. Novamente, a crítica faz sentido a partir do ponto de vista de quem acha que *depois de Kerensky virá Lênin*. Mas quem acredita que a dinâmica é outra – quem, por exemplo, lembra que *contra Vargas veio o golpismo* – não “valoriza a lentidão”. Quem acha que a dinâmica é outra, *quer mudar o rumo do governo*.

Arcary diz que eu fui injusto ao acusá-lo de subestimar o significado da candidatura Marina Silva. Bom, por um lado acho bom ler na réplica o que não achei por escrito no artigo original, a saber: “Marina é perigosíssima”.

Mas que valor prático tem isto, se logo em seguida Arcary diz que “os três candidatos têm projetos de gestão que se resumem à regula-

ção do capitalismo, e ainda que as diferenças entre eles existam, são pequenas”.

Pequenas? Num hipotético governo Marina o Brasil sai dos Brics e muda de política na Celac e na Unasul. A política econômica e social volta aos padrões do período FHC. E quanto a democracia... bom, me limito a dizer que os cavernícolas do Clube Militar do Rio de Janeiro apoiam Marina.

Arcary faz uma pequena provocação, perguntando se eu não acho que Marina é traidora. Acho a provocação desnecessária. Arcary sabe que sou neto de um comunista assassinado pela ditadura, episódio em que a repressão foi ajudada por um traidor. Portanto, para mim é óbvio que traidores existem. O que acontece é que, para usar as palavras do próprio Arcary, sou contra “supervalorizar o lugar da traição política na história”.

Finalmente, Arcary considera “bizarro” que a esquerda petista insista em “apoiar o governo” e que sejamos “entusiastas da campanha de Dilma”.

Bom o que posso dizer é repisar minha “hipótese”, que tem 21 anos pelo menos:

- no atual período histórico, ***ou o PT corrige a linha e avança, ou somos todos derrotados pela direita***. Esta luta para corrigir a linha do PT não é uma “luta interna”, é uma luta por influenciar a opinião de um expressivo setor da classe trabalhadora que segue as diretrizes do chamado setor moderado do PT, ***defensor de uma estratégia que conduz à nossa derrota***. Por óbvio, trata-se de uma luta em defesa do PT, travada nos marcos do PT.

- no atual período histórico, quem acha possível derrotar ao mesmo tempo a direita e o PT, acaba geralmente ***virando linha auxiliar da direita***. Sendo assim, prefiro ser acusado de bizarro.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/melhor-bizarro.html>

## Vaccarezza, compromisso com a Igreja

O Jeep de placa FQD 9836 tem no seu vídeo traseiro dois adesivos.

Um pede voto para o Pastor Cezinha, candidato a deputado estadual pelo DEM.

Outro pede voto para Candido Vaccarezza, candidato a deputado estadual pelo PT.

O do Pastor traz como *slogan*: “Minha família VOTA!”

O do Candido traz como *slogan*: “Compromisso com o Povo. Compromisso [com] a Igreja.

Me disseram que o mesmo aparece na inserção de Vaccarezza no horário eleitoral gratuito.

Por falar em foto:

[https://www.facebook.com/PastorCezinhaCezinha/photos/a.1401979986684522.1073741826.1401978510018003/1536975433184976/?type=1&relevant\\_count=1](https://www.facebook.com/PastorCezinhaCezinha/photos/a.1401979986684522.1073741826.1401978510018003/1536975433184976/?type=1&relevant_count=1)

Não tão relevante quanto a de Marina, mas trata-se sem dúvida de uma conversão.

Para os mais jovens (de idade ou de militância), Vaccarezza é lembrado por fatos recentes.

Para que iniciaram a militância nos anos 1970 e 1980, a lembrança é outra.

Marina passou pelo Partido Revolucionário Comunista.

Vaccarezza engajou-se na militância política ainda nos anos 1970, durante a ditadura

Veio para São Paulo, trabalhar como médico na periferia, zona leste de São Paulo.

Militou em organizações como a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) e o Movimento Comunista Revolucionário (MCR).

Na segunda metade dos anos 1980, ainda quando era militante deste MCR, começou a aproximar-se da Articulação, tendência então era majoritária no PT.

No início dos anos 1990, deixa de ser militante do MCR e torna-se militante da Articulação.

Em fevereiro de 1993, faz parte do grupo de militantes da Articulação lança um manifesto chamado *A Hora da Verdade*.

Os signatários deste manifesto elegem Vaccarezza presidente municipal do PT na cidade de São Paulo.

Em 1995, Vaccarezza rompe com a Articulação de Esquerda e apoia José Dirceu para presidente do PT

O apoio pesa na escolha de Vaccarezza para secretário-geral nacional do PT

Pouco depois, entretanto, Vaccarezza perde o cargo, quando descobriu-se que ele era comissionado no gabinete de um vereador da direita, chamado Brasil Vita.

Agora integrante de um grupo regional chamado *Novos Rumos*, parte integrante do Campo Majoritário, Vaccarezza volta a ter projeção nacional quando é eleito deputado federal, especialmente quando lidera um grupo de parlamentares contrário a reforma política.

Aliado a setores do PMDB, Vaccarezza tenta ser escolhido candidato do PT à presidência da Câmara dos Deputados.

Mas sua candidatura é derrotada, no que contribuiu uma entrevista que ele dá às páginas amarelas da revista *Veja*, onde entre outras coisas defende uma reforma conservadora na CLT.

Vaccarezza volta a ganhar protagonismo nacional em 2013, quando é indicado pelo presidente da Câmara, para coordenar um grupo de trabalho cuja missão era inviabilizar a proposta de reforma política defendida pelo PT e pela presidenta Dilma.

Frente a tamanho desrespeito as diretrizes partidárias, um número expressivo de delegados e delegadas tenta impugnar sua candidatura a deputado federal.

Mesmo fazendo ressalvas ao comportamento do deputado, a maioria do Encontro Estadual do PT-SP e a maioria da Comissão Executiva Nacional do PT decidem conceder legenda ao deputado.

Parte do debate a respeito está aqui:

<http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/06/ao-companheiro-emidio-presidente-do-pt.html>

Ao que tudo indica, agora o deputado contratou compromisso com alguma Igreja, para conseguir os votos necessários à sua reeleição.

Que Igreja é esta, não faço ideia.

Aliás, desconhecia que Vaccarezza fosse religioso.

Mas tenho certeza de que, eleito ou não, Candido Vaccarezza ainda nos reservará muitas surpresas.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/vaccarezza-compromisso-com-igreja.html>

## Fernando Rodrigues, o reducionista

Exceto se ocorrer algum “fato extraordinário” – que reduza os demais votos válidos a um número menor do que a diferença entre Dilma e Marina – a eleição presidencial será resolvida no segundo turno.

Portanto, temos pela frente cerca de 45 dias de campanha. Com pelo menos uma diferença importante: no segundo turno, o horário eleitoral gratuito será igual para ambas candidaturas.

Disto decorre o seguinte: até 5 de outubro, é preciso ampliar ao máximo a vantagem de Dilma. E o caminho para fazer isto é, em todos os terrenos, aquele que vem sendo adotado, nos últimos dias, por nossos programas de TV e rádio: politizar e polarizar.

Os resultados positivos disto já estão aparecendo, não apenas no ânimo da militância e nas pesquisas, mas também na reação irada de algumas penas de aluguel. Exemplo disto está no artigo “Desconstruindo Marina”, escrito por Fernando Rodrigues e publicado na *Folha de S. Paulo* de 10 de setembro.

Rodrigues protesta especialmente contra um comercial de 30 segundos da campanha Dilma, onde se diz que Marina defende “entregar o comando do Banco Central aos banqueiros”.

Sua crítica vai contra a presidenta Dilma, que segundo ele “parece não se importar” em vestir um figurino de “esquerda de museu”.

Transcrevo as palavras do senhor Rodrigues: *a propaganda petista lembra o maniqueísmo das passeatas dos anos 70 e 80, quando tudo era “culpa do FMI”. Agora, o reducionismo dilmista sugere que é tudo culpa dos bancos.*

Não é gozado?

Estamos em setembro de 2014. O mundo ainda está sentindo os efeitos de uma crise cujo epicentro está no sistema financeiro. E este cidadão, supostamente dedicado a informar bem as pessoas, considera que criticar uma proposta que dá mais poderes aos banqueiros seria “maniqueísmo” e “reduccionismo”.

O que se pode dizer disto é o seguinte: ou este cidadão Fernando Rodrigues não entende o que está acontecendo no capitalismo mundial, não acompanhou nem mesmo o noticiário publicado desde 2008 até hoje; ou está devidamente informado, mas por razões políticas e ideológicas, prefere omitir e mentir.

Mas os fatos são cabeçudos e é exatamente por isto que *tem eficácia eleitoral* mostrar a relação entre a proposta de Marina (independência do Banco Central) e os efeitos que isto teria na vida do povo (menos emprego, menos salário, menos políticas sociais, desenvolvimento, menos soberania, menos democracia).

Fernando Rodrigues acha que fazer isto, contar a verdade para o povo, é “exagero”, “cinismo” e “marketing eleitoral”. Segundo ele, não são “peças para explicar como seria um segundo governo dilmista. A missão é apenas ganhar a disputa”.

Óbvio: para que haja um segundo mandato Dilma, precisamos “ganhar a disputa” contra Marina, Aécio, à direita, o grande capital e o oligopólio da mídia.

E para que tenhamos um segundo mandato melhor do que o primeiro, superior ao primeiro, à esquerda do primeiro, *um bom começo é ganhar a disputa eleitoral pela esquerda*. Como fizemos no segundo turno de 2006.

Claro que nada disto agrada aos Rodrigues da vida, pois para eles tudo se “reduz” a derrotar o PT. Não importa que para isto tenham que mentir & omitir: noblesse oblige!

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/fernando-rodrigues-o-reduccionista.html>

## Ser de esquerda não é profissão de fé, nem serviços prestados

Recentemente, alguém disse ser "bizarro" que a esquerda petista insista em "apoiar o governo" e que sejamos "entusiastas da campanha de Dilma".

Respondi que "no atual período histórico, quem acha possível derrotar ao mesmo tempo a direita e o PT, acaba geralmente *virando linha auxiliar da direita*. Sendo assim, prefiro ser acusado de bizarro".

Ser de esquerda não é profissão de fé, nem serviços prestados.

Luiza Erundina e Roberto Amaral, por exemplo.

Podemos ter a melhor apreciação sobre suas pessoas ou sobre seu passado. Podemos inclusive concordar com posições que eles defendem sobre determinados assuntos. Mas o papel que eles estão cumprindo na campanha presidencial deste ano de 2014 é de linha auxiliar da direita.

Sem ilusões, mas espero que revejam sua posição, antes de 5 de outubro.

Outro exemplo de linha auxiliar é o jornalista Otto Filgueiras, um destes que poderia ser classificado de "militante histórico" da esquerda brasileira.

A respeito, recomendo ler o artigo "A direita venceu, vamos lutar", disponível no <http://www.correiocidadania.com.br>

Segundo Otto, "mesmo se todas as organizações e partidos da esquerda revolucionária cometerem o equívoco de apoiar o atual governo federal no segundo turno, ainda assim Dilma/Lula seriam derrotados por Marina Silva".

Atentem: não se trata do voto de Otto no primeiro turno (momento em que a "esquerda da esquerda" tem o direito e o dever de apresentar

suas várias e legítimas alternativas). Tampouco trata-se da análise ou profecia sobre o que vai ocorrer no segundo turno. Trata-se de *torcida*. Otto prefere a derrota de Dilma.

Ele antecipa que não vai “brigar” e não vai “romper” com *amig@s* *”se ainda assim pensarem em votar na Dilma no segundo turno. Mas agora direi apenas para não se iludirem e votarem nulo. É tudo farinha podre do mesmo saco”*.

Não faço ideia do que os amigos de Otto pensam a respeito. Mas é revelador que ele coloque a questão neste plano. Afinal, o que está em jogo não são unicamente os seus amigos. O que está em jogo é a vida de dezenas de milhões de brasileiros e de brasileiras.

Em que cenário a classe trabalhadora poderá lutar melhor por seus interesses imediatos e históricos? Que governo pode colaborar melhor para integração latino-americana e caribenha?

Será que Evo Morales, Rafael Correa, Mujica, Maduro, Daniel Ortega, Salvador Sanchez Ceren, Raul e Fidel acham que Dilma e Marina são “farinha podre do mesmo saco”?

De que lado estão os interesses e a torcida do governo dos Estados Unidos?

A quem favorece, objetivamente, a posição do voto nulo? Aos que lutaram contra a ditadura ou aos cavernícolas do Clube Militar?

A verdade é a seguinte: esta defesa do voto nulo é um desserviço para a esquerda.

Um último exemplo de linha auxiliar está na seguinte declaração, que transcrevo a seguir: *”A campanha do PT contra Marina Silva, tanto na TV como aqui no facebook, ganhou ares de fascismo. Desapareceram a pessoa honrada, a militante histórica do partido, a ministra que Lula gostava de exhibir para o mundo. Marina, agora, é a encarnação de todo o mal. Seu crime: ameaçar a reeleição de Dilma Rousseff e a continuidade das mordomias de uma ex-militância que já se acostumou com as facilidades das verbas públicas e dos gabinetes oficiais. Agora, Marina é apresentada como a queridinha dos bancos. Mas o próprio Lula sempre repetiu que os*

*bancos nunca ganharam tanto dinheiro como nos governos do PT, e foi o PT que colocou na agenda brasileira a questão da autonomia do Banco Central, até então nunca cogitada (Fernando Henrique havia rejeitado explicitamente essa proposta, que retornou com Palocci). Até aqui, os bancos contribuíram com R\$ 9,5 milhões para a campanha de Dilma e com R\$ 4,5 milhões para a de Marina. Já escrevi aqui que não votarei em nenhuma das duas – nem em Aécio, por suposto –, mas lamento tanta hipocrisia. Não se constrói uma Nação com golpes de espertezas e de marketing. A esquerda brasileira não cansa de me decepcionar”.*

Vejamos por partes.

**1. Quem adora comparar petismo com nazi-fascismo é a revista Veja**, numa tradição que vem de longe: a de colocar comunismo e nazismo no mesmo pacote de “totalitarismo”. Assim, a luta dos Estados Unidos contra a União Soviética podia ser apresentada como uma continuidade da luta contra a Alemanha hitlerista. É esta tradição que o autor da declaração acima reedita, ao falar dos “ares de fascismo”.

**2. Quem trata bem inimigo, é aliado do inimigo.** Acerca da “pessoa física” Marina Silva, há diferentes opiniões. A presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, fez elogios públicos a ela. Mas o que está em questão não é a “pessoa física”, como também não são os amigos do Otto. O que está em questão é a “pessoa jurídica”, ou seja, que forças políticas e sociais estão expressas na candidatura Marina Silva. E a vida fez com que esta candidatura seja, *neste momento e num segundo turno*, a “encarnação de todo o mal”, entre os quais destaco os cavernícolas do Clube Militar, o capital financeiro e governo dos Estados Unidos.

**3. Quem reduz os 12 anos de presidência petista às “mordomias de uma ex-militância que já se acostumou com as facilidades das verbas públicas e dos gabinetes oficiais” é quem pensa como o oligopólio da mídia.** Uma eventual vitória de Marina afetaria negativamente a vida de dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras. Quem se acha de esquerda mas não percebe isto, deixou de ser de esquerda.

4. **Quem demonstra que Marina é a queridinha dos bancos são os próprios banqueiros**, são os irmãos Setúbal, são os programadores de Marina. A este respeito, recomendo ler <http://www.entrefatos.com.br/2014/09/10/tio-rei-o-ultimo-aecioman-revela-que-marina-prometeu-aos-bacanas-do-bank-of-america/>

5. Quem colocou na agenda brasileira a questão da independência do Banco Central foram os banqueiros e seus empregados, pouco importando se entre eles havia gente importante que militava em partidos de esquerda. Mas não seria o caso de perguntar por qual motivo esta proposta “até então nunca [fora] cogitada”? E a resposta para esta questão é óbvia: porque até então o PT não estava no governo. Sob FHC & Cia., os banqueiros não precisavam deste tipo de garantia institucional.

6. Que o grande capital “lucrou como nunca”, é um fato. E quanto as doações de campanha, aguardemos os dados finais e completos. Mas só não vê quem não quer: **o grande capital está em campanha para derrotar Dima e o PT**. Os motivos disto estão esquematicamente resumidos em <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/08/comentario-complementar-ao-texto-do.html>

7. Quem acha que atacar a proposta de independência do Banco Central é “hipocrisia”, “golpe de esperteza” e “marketing” é quem não compreende o papel decisivo do capital financeiro na definição do conteúdo social da “Nação” brasileira.

A declaração que critiquei está disponível em <https://www.facebook.com/cesar.benjamin.58/posts/732337526801628>

O autor da declaração é César Benjamin, que conclui dizendo que *”a esquerda brasileira não cansa de me decepcionar”*.

Não posso dizer o mesmo.

Me “decepcionei” com César Benjamin em maio de 1994, quando vi que posições ele defendeu no debate sobre o programa da candidatura Lula.

O que veio depois pode ter sido surpreendente, mas nunca “decepcionante”: quando e como saiu do PT, quando e como atuou

na Consulta Popular, quando e como virou candidato a vice-presidente na chapa de Heloísa Helena, quando e como atacou Lula de forma vil etc.

Aliás, para os que não lembram deste último episódio, sugiro ler <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Cesar-o-que-e-de-Cesar%0d%0a/4/15431>

Mas como ainda há gente que o considera uma pessoa de esquerda, recomendo a leitura dele mesmo, em [http://resistir.info/brasil/c\\_benjamin\\_05ago05.html](http://resistir.info/brasil/c_benjamin_05ago05.html)

Recomendo especialmente o seguinte trecho (o negrito é meu):

*“Muitos temem que a direita se fortaleça. Estão certos, mas só no curto prazo. Paradoxalmente, a crise do governo Lula poderá vir a ser a crise do neoliberalismo no Brasil, propiciando, finalmente, o aparecimento de uma proposta real de mudanças, cujo contorno continua obscuro. Não creio, porém, que a sociedade aceite passivamente o retorno dos velhos esquemas, já conhecidos, que afundaram o país no atoleiro. Ela demandará um projeto novo. Nossa grandeza será medida pela capacidade que tivermos para construí-lo. De esquerda, de preferência. Com a esquerda, se possível. **Sem a esquerda, se necessário**, pois a crise brasileira é grave demais. Há muito sofrimento humano em jogo. No que me diz respeito, o compromisso com o povo e a nação está acima das seitas”.*

**“Sem a esquerda, se necessário”.**

É preciso dizer algo mais?

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/ser-de-esquerda-nao-e-profissao-de-fe.html>

## "Confundir e atacar"

Nas grandes redações (de revistas, jornais, rádios e televisões) há muitos profissionais sérios, honestos e competentes.

Há conservadores e direitistas que exibem estas qualidades. Gente que defende posições antagônicas às nossas, mas as defende por convicção e com argumentos.

Mas há um número importante de *penas e línguas de aluguel*, que em geral não se dão ao trabalho de pensar no que escrevem.

Estes mercenários (e mercenárias, pois há algumas ilustres) estão furiosos com a posição do PT acerca do Banco Central.

Vejamos um exemplo disto na imprensa de 12 de setembro, mais exatamente num texto do *Valor Econômico* intitulado "Um ataque inusitado à autonomia formal do BC".

**Reproduzo o texto, na íntegra e em negrito, ao final.**

Segundo o *Valor*, estaríamos diante de uma **"discussão esotérica - a autonomia institucional do Banco Central"**, tema que eles reconhecem **"importante, mas colocado na linha de frente dos palanques, produziu mais calor que luz e um festival de bobagens"**.

Claro: nenhum banqueiro, nem seus mercenários, gosta de ver seus "segredos" discutidos publicamente, na "linha de frente" dos palanques. Mas se há algum "esoterismo" na campanha eleitoral, ele não tem origem nos que defendem a candidatura Dilma Rousseff.

Segundo o *Valor*, "os marqueteiros da presidente Dilma Rousseff não entraram na discussão para esclarecer, mas para confundir - e atacar. Criaram uma peça de rara desonestidade em que, no final, pérfidos banqueiros, que tomaram naturalmente o Banco Central au-

tônomo, roubam a comida da mesa do pobre cidadão brasileiro - adverte-se que podem fazer outros males, como produzir desemprego, queda dos salários etc.”

Não é patético?

Um jornal que publica cotidianamente textos sobre a crise internacional, que sabe dos efeitos deletérios da especulação financeira sobre o emprego e os salários de dezenas de milhões de pessoas em todo mundo, considera “desonestidade” falar disto na campanha eleitoral.

*Valor* sabe disto. E por isto **nem ao menos tenta** elencar argumentos para sustentar o ponto de vista segundo os quais a especulação financeira é benéfica, ou que faz bem para o Brasil ter um oligopólio financeiro tão influente.

Não, nada disto. O que faz *Valor*? Tenta “**confundir e atacar**”.

Segundo o *Valor*, Lula e Dilma “mantiveram relações amistosas com a banca, um dos principais financiadores de suas campanhas”. Logo, o objetivo da propaganda petista “nada tinha a ver com a proposta de autonomia formal do BC. Visavam deter no desespero a ascensão da candidata do PSB, que tem como conselheira Neca Setúbal, herdeira do banco Itaú, associando a imagem de Marina à da parcela mais rica e aristocrática da elite nacional”.

Divertido.

Suponhamos que seja 100% verdade que Lula e Dilma “mantiveram relações amistosas com a banca”.

Aceita esta hipótese, decorre que Dilma deveria ser a favor da independência do Banco Central?

Ou seja, decorre que Dilma deveria ser a favor de ampliar a influência “da parcela mais rica e aristocrática da elite nacional” sobre a economia e sobre a política brasileira?

É óbvio que, mesmo que fosse aceita a premissa do *Valor*, dela não decorre necessariamente a defesa da independência do BC.

Argumentar que usar “bancos como espantelho não combina com o passado” é como dizer que um governo que **não reduziu como podia** os juros não tem o direito e o dever de **lutar contra a ampliação** dos juros.

Um dos problemas da candidatura Marina reside exatamente nisto: seu programa defende *ampliar a influência dos banqueiros, via independência do Banco Central*.

Ainda na linha de “confundir e atacar”, *Valor* diz que “setores do PT” sempre “torceram o nariz para a autonomia formal do BC”.

Setores?

Mentira. Nas instâncias do PT, a proposta de independência do Banco Central nunca foi aprovada, nem mesmo proposta para debate e aprovação..

A verdade é: todo o PT sempre foi contra a proposta de independência do BC.

O *Valor* diz que “a proposta é polêmica e há bons argumentos contrários e favoráveis a ela. A discussão é complexa. Há modelos diferentes, mas basicamente a autonomia em lei visa evitar interferências políticas na condução da política monetária, com mandatos fixos não coincidentes para os membros do BC, regras para sua destituição, escolha etc.”

Este é o ponto crucial: “evitar interferências políticas”.

Política é luta pelo poder. Evitar “interferências políticas” no BC tem como resultado prático deixar *apenas aos banqueiros e seus funcionários o poder de tomar decisões*.

Ou seja, o que se pretende é evitar “interferências políticas”... da maioria do povo, dos que pagam a conta.

Ou seja, evitar “interferências políticas”... é deixar que só interfiram politicamente os banqueiros e seus funcionários.

É óbvio que esta proposta só interessa a plutocracia, aos setores “mais ricos e aristocráticos da elite”.

É óbvio, também, que esta proposta é indefensável publicamente.

Por isto, o mesmo *Valor* que falou que a independência visa “evitar interferências políticas” diz que não é bem assim, diz que na verdade as “metas e os objetivos que o BC autônomo perseguirá, à sua maneira, são determinadas fora dele, pelo Executivo com ou sem aval do Congresso. É o Executivo também que deve indicar os escolhidos

para o cargo, que serão examinados e aprovados (ou não) pelo Congresso. Da mesma forma, a meta de inflação, ou de crescimento, ou ambas, podem ser fixadas pelo Executivo, ao passo que a prestação de contas costuma ser periódica e é feita ao Congresso. Assim, para que haja um festim de banqueiros com as merendas tiradas da mesa do povo na sede de um novo BC autônomo, como mostra a propaganda petista, é preciso que tudo isso seja feito com o expresso consentimento dos representantes desse mesmo povo”.

Não é preciso ser muito esperto para ver que tem algo faltando nesta argumentação.

Pois se é assim como está dito no parágrafo anterior, no que então residiria a **diferença** entre a situação atual (em que há alguma interferência política) e a situação que Marina deseja (em que se vai evitar a interferência política)?

Ou, dizendo de outro modo, do que têm medo os banqueiros, que os leva a tentar reforçar sua influência via aprovação da “autonomia formal” do BC?

O **Valor** acha “golpe baixo” dizer que esta diferença (entre o que temos hoje e a independência defendida por Marina) seria favorável aos banqueiros e prejudicial ao povo.

Diz, também, que Marina tem dificuldade para reagir “por não se sentir à vontade com uma ideia que não era sua”.

Bom, se não era, passou a ser, pois como o próprio **Valor** lembra, Marina agora diz que “o país não volta a crescer e os investimentos a se revigorar se a autonomia do BC não virar lei”.

**Valor** diz que a independência do Banco Central “não tem apelo eleitoral”.

Mentira tem: a defesa desta proposta faz Marina perder votos.

Por isto **Valor** quer tirar o assunto da pauta, quer que o tema saia da campanha eleitoral. E morre de medo que um segundo mandato Dilma quebre o domínio do oligopólio financeiro sobre a economia brasileira.

A este respeito, vale a pena reler atentamente o parágrafo final do texto de **Valor**.

Lá está disto: “supondo-se que [Lula] não gostasse [dos bancos], teria de ser amistoso, porque os bancos detinham boa parte da dívida mobiliária federal interna de R\$ 623 bilhões, quando Lula assumiu o poder em 2003, e de mais de R\$ 1,6 trilhão, quando o deixou no fim de 2010”.

Ou seja: segundo o *Valor*, o presidente da República tem que ser amistoso com os bancos, porque os bancos são credores do governo.

Lá também está disto: “A presidente Dilma tentou derrubar os juros, mas errou no método, aumentando ao mesmo tempo as dívidas e reduzindo a economia necessária para pagá-las. Os juros voltaram a ser o que eram antes dela chegar ao Planalto. E uma forma de ganhar alguma autonomia em relação aos bancos é não precisar tanto deles”.

Ou seja: segundo o *Valor*, o “método” adequado é ampliar o superávit primário pago pagar as dívidas.

É isto que eles querem do segundo mandato. E é por isto que eles defendem a independência do Banco Central.

Afinal, *se você deve mil reais ao banco, o problema é seu. Mas se você deve 1 trilhão, o problema é do banco.*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/confundir-e-atacar.html>

## Eles têm um plano C

A classe dominante estava no plano A: Aécio.

Agora está no plano B: Marina.

Mas também tem um plano C: pressionar o segundo mandato de Dilma, para que este não corresponda aquilo que a própria presidenta, Lula e o PT vem defendendo na campanha eleitoral.

Dizendo de outro jeito: a classe dominante, o grande empresariado capitalista, tem diferentes frações, bem como diferentes representantes políticos e intelectuais.

Nos últimos anos, o conjunto destas segmentos fez uma opção majoritária anti-PT e anti-Dilma.

Derrotados eleitoralmente, não se farão de rogados e buscarão outros caminhos para implementar seus planos de “ajuste fiscal, desemprego e redução de salários”.

Buscarão, não.

Já estão buscando.

Sinais desta busca estão no artigo de Claudia Safatle no *Valor Econômico* de 12 de setembro, discutindo como seria a “nova Dilma” num segundo mandato.

O texto é parcialmente baseado em declarações atribuídas a um “integrante da campanha à reeleição”, que teria explicado “o que o PT imagina que viriam a ser mais quatro anos de governo Dilma”.

Reproduzido na íntegra ao final, o texto informa que para o “núcleo da campanha”, a “nova Dilma” seria:

- uma pessoa mais afeita ao diálogo
- mais propensa a ouvir

- menor disposição a experimentar suas próprias ideias.
- ação mais amigável junto ao setor privado, especial atenção à indústria que definha e à classe média.

Genial, não?

Pela suposta boca de um suposto integrante da campanha, temos **uma lista de defeitos**.

Estabelecida a premissa (Dilma teria que ser outra), o texto continua: “talvez esse grupo não saiba, mas Dilma terá tarefas urgentes já no dia 27 de outubro”.

Depois de se apoiar num suposto “integrante da campanha”, que supostamente fala pelo “núcleo da campanha”, a jornalista passa a **informar** como Dilma deve agir para “reconstruir as pontes que ela mesma dinamitou no curso da campanha”.

Ou seja: uma campanha eleitoral que está conseguindo politizar e ganhar o apoio do povo, é criticada por dinamitar pontes com setores da elite e seus queridinhos.

Claro: **para certa imprensa, esquerda boa é aquela que apanha, perde e muda de lado**.

A preocupação da jornalista é monotemática: “não bastará recompor a figura do ministro da Fazenda, tratado com descuido nos últimos dias, como carta fora do baralho. Importante será decidir o que fazer com o Banco Central, instituição cuja reputação vem sendo destroçada por Dilma nas últimas semanas, tanto nas declarações que faz para os jornais quanto na propaganda do horário eleitoral”.

Portanto, a reputação do Banco Central seria “destroçada” toda vez que dizemos tratar-se de um banco público, portanto deve estar subordinado às instituições eleitas pelo povo.

Esta concepção democrática acerca do BC, óbvio, não pode mesmo agradar a quem acredita que o **compromisso primeiro** de qualquer governo é “preservar o valor da moeda”. Nem a quem leva a sério a comparação entre o **Banco Central** e a **invenção da roda**.

Correndo o risco da repetição, perguntamos: em que mundo esta gente vive?

Como é possível que num mundo vítima de imensa crise econômica, crise que tem como epicentro a atuação da banca, num jornal especializado em economia, seja possível ler um texto que critica como “deformado” o propósito de manter o Banco Central “controlado com rédeas curtas pela presidente da República e pelo Congresso, sob o risco de servir à ganância desmedida dos bancos”.

A quem serve um Banco Central, se não for controlado “com rédeas curtas” pelos representantes da população???

Desde quando criticar a proposta de independência do Banco Central marca “um impensável retrocesso institucional que pode custar caro ao país”???

O trecho final do artigo de Claudia Safatle recorre novamente ao off, desta vez de uma “alta fonte” (sic) e de “um amigo e ex-colaborador de Lula”.

A primeira teria dito que “todos os presidentes reeleitos mudaram” e que “nós aprendemos errando”. A segunda diz que Dilma teria “pouco compromisso com a realidade”. Ou seja, uma prevê mudanças, outra não, mas ambas criticam a presidenta.

Claudia Safatle conclui dizendo que “Dilma pode não se reinventar mas, para o bem do país, terá que ao menos atualizar as suas convicções e recuperar a política econômica”.

Moral da história: a batalha pela natureza do segundo mandato Dilma não termina na eleição.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/eles-tem-um-plano-c.html>*

## Quem é a esquerda que a direita usa?

Ao que me parece provocado principalmente por um artigo de Breno Altman, Valério Arcary escreveu novo texto com críticas a Dilma, ao PT e a esquerda petista.

O artigo de Breno Altman foi publicado em <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/153194/Por-que-a-ultra-esquerda-brasileira-%C3%A9-residual.htm>

O texto de Arcary é reproduzido ao final.

Arcary inicia perguntando: “quem é a esquerda que a direita gosta?”

A resposta mais adequada para esta pergunta é: **a direita não “gosta” da esquerda, nunca.**

Mas devemos perguntar: **quem é a esquerda que a direita usa?**

Para esta pergunta, minha sugestão de resposta é: ***no atual momento, a direita brasileira usa aquela esquerda que ajuda a debilitar Dilma e o PT.***

A maior parte do que eu teria a dizer acerca deste tema, já foi dito em textos anteriores, entre os quais *Ser de esquerda não é profissão de fé, nem serviços prestados*: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/ser-de-esquerda-nao-e-profissao-de-fe.html>

Tendo em vista o que diz Arcary em seu novo texto, quero acrescentar apenas o seguinte:

1. Não concordo que a campanha eleitoral de 2014 seja a “mais imprevisível desde 1989”. Desde o final de 2012 já havíamos apontado quais seriam as **características fundamentais** da eleição presidencial deste ano. Por isto, ao menos no que nos diz respeito, não há “insegurança” nem “falta de serenidade”;

2.a violência (e não apenas a “rispidez”) desta eleição está vinculada a mudanças no comportamento das classes fundamentais da sociedade brasileira. Na classe trabalhadora, aumentou o contingente dos que encaram com crítica, desconfiança ou indiferença o PT e os governos que o PT encabeça. Na pequena burguesia, aumentou a influência daqueles que consideram o PT e seus governos como “a fonte de todos os males”. No grande empresariado capitalista, tornou-se hegemônica a decisão de derrotar o PT e eleger outro governo para o país;

3. as condições em que transcorre a eleição presidencial de 2014 tornam ainda mais necessário “demarcar o campo de classe”, seja com setores da esquerda moderada (que conciliam com a direita, com o oligopólio da mídia e com o grande capital, dificultando assim nossa vitória e um segundo mandato superior), seja com setores da “esquerda da esquerda” (que tratam o PT e Dilma como inimigos principais e, agindo assim, convertem-se em linha auxiliar da oposição de direita);

4. Arcary reclama que “não foram poucos os artigos dedicados a diminuir e desqualificar a oposição de esquerda e, em especial, o PSTU, durante o último mês”. Bom, ao menos no que me diz respeito, o primeiro texto que li nesta linha foi escrito pelo próprio Arcary, prevendo um baixo resultado eleitoral para o PSTU, para o PSOL e para o PCB. Maiores detalhes estão em <http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/sobre-resposta-de-valerio-arcary.html>

5. ao menos em princípio, não considero “indigno” dizer que a “oposição de esquerda cumpre o papel de uma linha auxiliar da oposição de direita”. **Indigno** é ser linha auxiliar da direita. **Indigno** é acusar alguém de um crime que não cometeu. Assim, se deseja provar que se trata de algo indigno, Arcary precisaria demonstrar que a frase a seguir não é verdadeira: “no atual período histórico, quem acha possível derrotar ao mesmo tempo a direita e o PT, acaba geralmente virando linha auxiliar da direita”. Arcary não consegue provar isto. Com isto, sua reclamação se torna um muxoxo, que considero estra-

nho vindo de alguém que não é propriamente tímido quando se trata de criticar Dilma, o PT e a esquerda do PT;

6. Arcary diz que “na luta política existem mais do que dois campos, situação e oposição. Existem as classes sociais, e elas se expressam através de vários partidos”. Isto é verdade. Mas também é verdade que *existem alguns momentos em que a luta política se torna polarizada* e a disputa envolve *apenas dois campos*. Um segundo turno presidencial em 2014, por exemplo;

7. Arcary tenta justificar as ações da esquerda da esquerda, hoje, apoiando-se nas ações do PT nos anos 1980. A comparação omite um detalhe fundamental: as circunstâncias históricas. O PT era minoritário em 1980, *frente a quem e contra quem?* O PT era mais forte (na classe trabalhadora) que os seus concorrentes à esquerda (PCB, PCdoB, MR8). E era minoritário (inclusive na classe trabalhadora) frente aos partidos da burguesia. Arcary sabe disso e lembra que o PT “surgiu desafiando a liderança do MDB e, portanto, dividindo a unidade das oposições à ditadura”. Mas Arcary não percebe que é nisto que reside uma diferença fundamental entre o PT dos anos 1980 e a “esquerda da esquerda” nos dias atuais: *o PT dos anos 80 representava a maior parte da vanguarda da classe trabalhadora brasileira, contra a hegemonia da oposição burguesa na luta contra a ditadura. Já a “esquerda da esquerda” busca representar uma minoria da classe trabalhadora, contra um partido que reúne a maior parte da vanguarda da classe trabalhadora*. Não é possível esquecer este “detalhe” – que classe e fração de classe cada partido representa e contra quem luta – quando comparamos a esquerda dos anos 1980 com a esquerda em 2014;

8. o PCdoB, o MR8 (e também o PCB) acusavam o PT de “dividir as oposições”. Mas estes partidos diziam isto porque *aceitavam que a liderança da oposição coubesse a burguesia*. O PT não aceitava ficar, nem deixar a classe trabalhadora estar sob hegemonia da oposição burguesa. A postura do PT nos anos 1980 era baseada e também favorecida por um forte movimento ascensional de luta e organização

da classe trabalhadora. É por isto que o segundo turno da eleição presidencial de 1989 foi Lula contra Collor, não Leonel Brizola, ou Roberto Freire, ou Ulysses Guimarães contra Collor. Já em 2014, a “esquerda da esquerda” não aceita a liderança do PT e tenta mimetizar, contra o Partido dos Trabalhadores, o combate que travamos contra a oposição liberal nos anos 1980. Como os alvos são distintos, mesmo quando ocorre um movimento ascensional de lutas, não é a “esquerda da esquerda” que capitaliza, como vimos nas jornadas de 2013;

9. eu não discuto a “legitimidade” das candidaturas de Mauro Iasi, Zé Maria, Luciana Genro e Rui Pimenta (do PCO, partido que Arcary sei lá por qual motivo exclui de seus comentários). No que me diz respeito, acho que a “esquerda da esquerda” tem o direito e o dever de ter candidatura própria no primeiro turno. O que eu pergunto é o que farão no segundo turno;

10. Arcary diz ser falsa a “premissa de que, quem não está conosco, objetivamente, é aliado dos nossos inimigos”. Mas Arcary não prova que esta premissa seja falsa. No que me diz respeito, não discuto a “honestidade subjetiva” da “esquerda da esquerda”. Nem afirmo que aquela premissa seja uma tese válida para todo e qualquer momento. Nem digo que valha para todos. O que eu disse e repito é que “***no atual período histórico***, quem acha possível derrotar ao mesmo tempo a direita e o PT, acaba ***geralmente*** virando ***linha auxiliar*** da direita”;

11. a classe trabalhadora possui várias frações. Achar que o PT representa a todas seria, de fato, uma tolice. Até porque uma parte da classe trabalhadora vota nas candidaturas da direita, da burguesia. A questão é outra: em que circunstâncias pode ser justo que um partido de esquerda, que representa um setor da classe trabalhadora, transforme outro partido, que também representa um setor da classe trabalhadora, em inimigo principal? Mais exatamente: nas circunstâncias de um segundo turno da eleição presidencial de 2014, é justo que a “esquerda da esquerda” transforme o PT em inimigo principal? Se a “esquerda da esquerda” fizer isto, ela não chamará o voto em Dilma num segundo turno de 2014. E isto ajudará, objetivamente, a candi-

datada da burguesia e prejudicará objetivamente a candidatura do Partido que, no atual momento histórico, expressa a posição majoritária na vanguarda da classe trabalhadora. O que, entre outras coisas, não é um caminho inteligente para quem deseja ganhar maioria na classe trabalhadora, o que suponho seja o desejo de qualquer pessoa de esquerda;

12. obviamente não sou contra determinada minoria, por ser minoria. A questão que discuto é: qual a política desta minoria? É uma política que ajuda a classe trabalhadora a derrotar a burguesia? No caso concreto da eleição de 2014, há setores da “esquerda da esquerda” que adotam uma política na minha opinião prejudicial aos interesses da classe trabalhadora. Traduzindo: é melhor, é mais fácil, defender os interesses da classe trabalhadora no contexto de um governo encabeçado pelo PT do que no contexto de um governo encabeçado pela direita, pela burguesia. A política de setores da “esquerda da esquerda” parte, geralmente, de outra premissa: a de que derrotar o PT é condição essencial para o avanço da classe trabalhadora. Quando age assim, a política desta minoria (presente nos partidos da “esquerda da esquerda”) é prejudicial para a classe trabalhadora e, aliás, é prejudicial para a própria minoria, que também por este motivo não consegue avançar além de certos limites;

13. ser maioria não dá razão para ninguém. Nem ser minoria tira a razão de ninguém. Mas a luta política não é uma disputa para saber quem tem razão. A luta política é uma disputa pelo poder. E para um partido de esquerda, uma premissa para conquistar o poder é conquistar a maioria na classe trabalhadora. Arcary fala dos bolcheviques, diz que “foram ínfima minoria na Segunda Internacional em 1914” e “minoria na Rússia até Agosto de 1917, portanto, durante mais de vinte anos”. Mas deixa de citar o fundamental, do meu ponto de vista: *qual foi a política desenvolvida pelos bolcheviques para ganhar maioria junto a classe operária russa e qual a política que eles adotaram para manter e ampliar esta influência, especialmente nos períodos não revolucionários*. Quem conhece a história destes

períodos sabe que os bolcheviques tinham uma admirável flexibilidade, que a “esquerda da esquerda” faria muito bem em estudar;

14. eu não acho relevante, neste debate, discutir se a “audiência” da “esquerda da esquerda” é ou não “residual”. Meu problema, volto mais uma vez ao ponto, não é discutir o tamanho de ninguém. Quero discutir a política. Pois quem tem a política certa, pode influenciar, pode crescer, pode até deixar de ser minoria. Mas quem tem a política errada, não importa se é maioria ou minoria, prejudica os interesses da classe trabalhadora. E, voltando ao meu tema preferido, a atitude frente a eleição presidencial de 2014 é muito importante;

15. Arcary diz que “a possível vitória de Dilma, que permanece incerta, se acontecer, significará uma derrota, não uma vitória da esquerda petista. Porque será para a esquerda petista uma vitória de Pirro”. Arcary erra. *Se Dilma perdesse, seria uma derrota para toda a classe trabalhadora e para toda a esquerda, inclusive para a esquerda petista e, pasmem, até mesmo para os setores honestos da “esquerda da esquerda”*. Já a vitória de Dilma será uma vitória para toda a classe trabalhadora, inclusive para a esquerda petista e, num certo sentido, até mesmo para os setores honestos da “esquerda da esquerda”. Entendo por honestos aqueles que tem efetivo compromisso com melhorar a vida e a influência política da classe trabalhadora. Agora, evidente que a história não termina no segundo turno de 2014. Por isto, não está em disputa apenas a vitória de Dilma, mas a natureza do segundo mandato Dilma. Quanto mais à esquerda formos na disputa eleitoral, melhores as chances de termos um segundo mandato superior do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Mas isto não está dado, como nunca nada está dado;

16. Arcary afirma que “o argumento de que os governos do PT foram um período de resistência ao neoliberalismo é uma fantasia exagerada, portanto, insustentável, em um debate sério. Em outras palavras, pensamento mágico. Expressão pura da força do desejo”. É claro que houve resistência ao neoliberalismo durante o período 2003-2014. A questão, portanto, é outra: em que medida a ação dos governos encabeçados pelo PT contribuiu para esta resistência. Para res-

ponder esta questão, é preciso discutir qual a responsabilidade dos governos Lula e Dilma no fato de que a classe trabalhadora vive melhor hoje do que no período de governos tucanos. Ou debater, hipoteticamente, se a classe trabalhadora viveria igual ou pior, caso o PSDB tivesse vencido as eleições de 2002, 2006 e 2010. Ou, ainda, responder se os governos Lula e Dilma não contribuíram para que o Brasil tivesse, hoje, um desemprego inferior ao que existe em várias metrópoles do capitalismo. Qualquer “debate sério” sobre isto concluirá que, apesar de todas as concessões e contradições, os governos Lula e Dilma contribuíram para a resistência ao neoliberalismo;

17. Arcary reconhece que houve uma “tentativa de redução da taxa de juros”, que houve “crescimento entre 2004 e 2008, com uma retomada em 2010”, que houve “uma redução do desemprego”, que houve uma “recuperação do salário médio para os níveis de 1990”, que houve “reformas progressivas durante os últimos doze anos”, que “houve aumento do salário mínimo acima da inflação”, que houve “elevação do crédito popular com os empréstimos consignados”, que houve “expansão do Bolsa Família como política de emergência assistencial”, que houve “sensação de alívio depois da degradação das condições de vida pela superinflação dos anos oitenta, e estagnação dos anos noventa”. Mas, segundo ele, “nada disso” é o bastante para definir os governos do PT como “reformistas. Porque foram muito mais numerosas as contrarreformas”. Infelizmente Arcary não cita a lista de contrarreformas. Mas convenhamos: qualquer que seja a lista, isto não vai alterar alguns dados básicos, citados por ele mesmo, a saber: *o emprego, o salário e a sensação de alívio*. Como Arcary mesmo diz, *não importa o tamanho da montanha, ela não pode tapar o sol*.

Finalmente: num segundo turno das eleições presidenciais, haverá duas alternativas. *Então, quem não votar em Dilma, vai agir objetivamente como linha auxiliar da oposição de direita*. Ou seja, uma “esquerda” que a direita usa.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/quem-e-esquerda-que-direita-usa.html>

## O que falta para Dora Kramer?

A jornalista Dora Kramer acusou a campanha do PT de não estar “preocupada com a verdade dos fatos”.

Kramer vai além.

Diz que o PT não estaria preocupado com a “verdade dos fatos” porque “não está falando para os informados”, porque “aposta na massa que não dispõe de dados nem discernimento suficientes para cotejar os fatos”.

Será mesmo?

Vejamos um exemplo.

Dora Kramer reclama da “narrativa da propaganda eleitoral petista”, segundo a qual “Marina é candidata dos banqueiros a quem pretende entregar o País caso seja eleita presidente, permitindo que aquela gente malvada leve à miséria o povo brasileiro”.

Quem é desinformado?

Quem não tem discernimento?

São os trabalhadores pobres deste país, que votam em Dilma? Ou é Dora Kramer?

Vejamos o que diz o jornal *Valor*, no dia 16 de setembro: “Há seis anos o banco de investimento americano Lehman Brothers foi à falência e a economia mundial ainda está longe de ter se recuperado da debacle financeira de 2008. Em relatório econômico divulgado ontem, os economistas da OCDE resumem o momento: fraqueza econômica persistente, crescimento potencial em queda, a desigualdade em alta, os desequilíbrios externos e ameaças à estabilidade financeira ainda estão no horizonte. As principais economias ainda estão às vol-

tas com as políticas adotadas para responder à mais grave crise do capitalismo desde a Grande Recessão de 1929. O golpe foi tão forte nos Estados Unidos, onde tudo começou, que o Federal Reserve precisou de três programas de afrouxamento quantitativo para que a economia entrasse em uma rota de recuperação que agora parece firme. A herança deixada preocupa. (...) Após a farra do subprime americano, a crise da dívida soberana foi um segundo e mais poderoso golpe sofrido pelos bancos europeus. Boa parte deles ainda não está com balanços equilibrados e tem pouco interesse ou capacidade para realizar empréstimos, que caem há muito tempo na zona do euro”.

Evidentemente, o jornal *Valor* não concorda com as políticas do PT para enfrentar a crise.

Mas não tem como negar que a crise é real.

Que o vínculo entre a crise e o poder do capital financeiro é um fato.

Assim como é um fato a posição de Marina em favor da independência do Banco Central.

O problema de Dora Kramer e de outros jornalistas não é falta de informação, nem falta de discernimento.

Falta outra coisa.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/o-que-falta-para-dora-kramer.html>

## Marina, peça para Rands dar mais entrevistas assim

Marina tem um notável grupo de assessores, entre os quais a “educadora” Neca Setúbal e o “filósofo” Eduardo Gianetti.

Mas a celebridade do momento é Alexandre Rands, que numa entrevista ao jornal *O Globo* (14/9) acusou a presidenta Dilma de “tratar os empresários como prostitutas”.

A entrevista está disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-trata-empresarios-como-prostitutas-diz-coordenador-economico-do-programa-do-psb-13925349>

Rands confirma que concorda em “80% dos temas” com os tucanos.

Segundo Rands, a concordância com os tucanos existe porque há “alguns consensos na teoria econômica. Estão em todas as universidades americanas, em 98% das europeias, em 95% das asiáticas e 97% das brasileiras”.

Os percentuais podem estar exagerados, mas na essência o que Rands diz é verdade: grande parte do pensamento acadêmico foi colonizado por teses pró-mercado financeiro e pró-transnacionais.

Já sabíamos que o PSDB defende estas teses.

Rands apenas reafirma que Marina e seu partido-hospedeiro defendem o mesmo.

E Dilma? Segundo Rands, ela “pensa com a cabeça de Campinas, que hoje é uma ilha que parou no tempo”.

Por Campinas, Rands refere-se a Universidade de Campinas: “só uma universidade aqui não tem articulação internacional: a Unicamp. Ela é endógena. Mas tem uma força no governo Dilma que não tinha no de Lula, que era muito mais próximo do que Marina defende hoje”.

Rands “exagera”, digamos assim.

É fato que a Economia da Unicamp está “à esquerda” da média. Assim como é fato que no primeiro mandato de Lula, social-liberais como Palocci tiveram muita influência. Mas daí não se deduz o restante.

Assim como não é fato que as eleições de 2014 são a “primeira vez” em que “cada candidato tem propostas de desenvolvimento baseadas em concepções diferentes”.

Para piorar, Rands é meio tosco na hora de falar destas concepções.

Ele diz que “na visão de Marina, reformas institucionais são importantes, mas mais importante é o impulso da educação, que aumenta a produtividade”.

Diz também que “para os tucanos, bastaria manter o gasto sob controle e crescer. Depois, isso se resolve”.

Já Dilma teria “a visão estruturalista de privilegiar um ou outro setor com políticas discricionárias. O governo fica tentando aumentar o crédito para estimular a demanda. É um modelo econômico altamente inflacionário, baseado no (economista) Celso Furtado”.

Rands agrega ainda o seguinte: “a escola de Campinas e grande parte da esquerda brasileira não conseguiram se libertar de Celso Furtado. Só que é um modelo que gera uma crise dentro dele próprio. O que são R\$ 500 bilhões do Tesouro no BNDES para subsidiar empresários? É dinheiro direto na veia dos grandes empresários. Tem coisa mais de direita do que isso?”

Para desgosto dos setores do PSB que, mesmo a serviço de uma candidatura pró-capital financeiro, ainda tentam “manter a classe”, Rands diz que Celso Furtado hoje não faz sentido. E questiona inclusive se já fez sentido em algum momento.

É perfeitamente legítimo e necessário debater os limites da interpretação feita por Celso Furtado.

E, óbvio, gente de direita tentará questionar Celso Furtado também pela direita.

Mas o argumento de Rands é algo indescritível: “Lá atrás, quem seguiu modelo diferente se deu melhor. A ditadura da Coreia do Sul,

que na década de 1960 era mais pobre que o Brasil, industrializou, mas sobretudo investiu na educação”.

Leram?

Não se trata apenas da falta de cautela científica, imprescindível quando se pretende fazer análise comparada entre países como Brasil e Coréia do Sul.

O problema principal é: trata-se de alguém importante numa campanha presidencial, campanha que considera como *o mais importante o impulso da educação que aumenta a produtividade*, que dá uma entrevista **elogiando** uma **ditadura** por investir **sobretudo** em educação.

Rands entra para a direita dando seta para a esquerda: no Brasil, segundo ele, temos um “governo subjogado ao empresariado”.

Até aí, Rands repete a cantilena. Mas ele resolveu florear e saiu-se assim: “Dilma detesta os empresários, mas todas as políticas são para eles fazerem o que bem entenderem. O governo bate, mas depois convida para um drinque. Trata os empresários como prostitutas. Quer estar com elas, desfrutar de suas benesses, mas depois vai denegrir sua imagem”.

Deixo para outros uma análise literária destas frases. Temo que nem Freud explique todos os preconceitos presentes na comparação utilizada por Rands.

Agora, quanto a consistência política do que é dito, valeria perguntar exatamente o mesmo que o Globo pergunta a Rands: “Se os empresários lucram, como explicar a resistência à reeleição de Dilma?”

Ou seja: por quais motivos o grande empresariado brasileiro reagiu de uma maneira entre 2006 e 2010 e reage de outra maneira, entre 2011 e 2014? Descobrir estes motivos exige analisar, também, o que ocorreu com os chamados “setores médios” e com os trabalhadores assalariados.

Responder a estas questões permitirá debater, com seriedade, não apenas as relações existentes hoje, entre cada setor do empresariado e o governo Dilma; mas principalmente debater quais os limites e possibilidades do segundo mandato.

Dito de outra maneira, permitiria debater, para além de frases feitas, quais as “propostas de desenvolvimento baseadas em concepções diferentes” de cada candidatura presidencial.

Infelizmente, a resposta de Rands ao **Globo** é a seguinte: “você acha que as prostitutas confiam nos homens que recebem? Chamariam um deles para a festa de aniversário do filho? Claro que não. Só têm interesse e medo”.

Do ponto de vista das ideias, é um desastre. Mas sem dúvida ajudam a esclarecer a “qualidade” do pensamento da equipe de Marina.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/marina-peca-para-rands-dar-mais.html>*

## Grife Higienópolis, molde Carandiru

Muito reveladora a entrevista concedida por José Arthur Giannotti, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 14 de setembro.

A entrevista está aqui: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-nao-soube-atuar-na-oposicao-afirma-giannotti-imp-,1559858>

A entrevista deixa evidente qual o pano de fundo das reflexões de um dos principais intelectuais “tucanoides” (o termo é dele).

Giannotti diz com todas as letras: “Aécio não vai ganhar a eleição”.

Prevê que Aécio e o PSDB vão apoiar Marina.

Afinal, ”para fazer o antipetismo” é preciso “apoiar a Marina”.

Segundo Giannotti, o “antipetismo está bem instalado na política brasileira hoje. É uma tremenda força”.

Antes que perguntassem, Giannotti cuida de acrescentar: “e não venham dizer que é esquerda contra direita”.

Aliás, Giannotti não considera correto comparar Marina com Collor e Jânio.

Mas reconhece que ”dá para lembrar deles na medida em que vem alguém religiosamente para salvar a pátria e depois tem uma enorme complicação na montagem do governo. (...) Quando o avião cai, ela se acha predestinada a salvar a pátria e começa com esse discurso. A partir do desastre, ela lembra Jânio e Collor ao dizer que veio para salvar a pátria”.

Para Giannotti, o fato de Marina ser evangélica “colabora para que ela venha na onda da salvação da pátria e do Estado”.

Por quê?

“Quando há uma crise de Estado, os conflitos religiosos aparecem. Quando não há uma estrutura do poder central organizando a sociedade, Deus aparece como o centralizador. Isso está evidente no Oriente Médio. O avanço evangélico é um sintoma da crise de Estado”.

O caso é este: Giannotti acredita que estamos diante de ”um problema muito sério”, uma “crise de Estado”.

E explica: “Uma crise de Estado acontece quando você decide em cima e a decisão não chega embaixo. E o Estado, dessa forma, não funciona. Já temos uma crise de decisão. Ela continua se Dilma ou Marina vencerem”.

Na minha opinião, o pensamento de Giannotti é equivalente aos discursos de ultradireita que falam que o país está numa situação de caos, que só pode ser superada com um golpe.

Claro que a grife é Higienópolis.

Mas o molde é Carandiru.

A UDN apoiou Jânio para derrotar o populismo trabalhista. A direita anos 80 apoiou Collor para derrotar Lula. Agora, Giannotti defende que o PSDB apoie Marina para tentar derrotar Dilma. Sempre a pretexto da ”salvação da Pátria e do Estado”.

Detalhe: Giannotti afirma que a crise do Estado “continua” se Marina vencer. O que nos leva a especular que outras medidas extraordinárias ele consideraria necessárias, além da “Santa Aliança” para tentar derrotar o PT nas eleições presidenciais de 2014.

Falar de crise do Estado seria um exagero de um intelectual tucanoide?

Sim e não.

O país não está um caos. Mas o oligopólio da mídia difunde esta interpretação todo santo dia. E há setores importantes, no grande capital e nos setores médios, que acreditam nisto e agem em conformidade.

Além disso, existem problemas reais, entre os quais um que Giannotti resume assim: “você decide em cima e a decisão não chega embaixo. E o Estado, dessa forma, não funciona”.

Quem decide o quê? Qual decisão não chega? Não funciona para quem? Isto Giannotti não detalha, mas acredito que vale lembrar o que foi dito da Constituição de 1988.

O PT não votou a favor daquela Constituição, para deixar claro que considerava insuficiente o conjunto da obra. Já o então presidente Sarney dizia que a Constituição de 1988 ia deixar o país ingovernável.

Vieram os governos Collor e FHC, que trabalharam para desmantelar os aspectos progressistas da Constituição, enquanto o PT assumia sua defesa contra as reformas regressivas dos tucanos.

Em 2002, o PT vence as eleições e boa parte dos esforços de Lula e Dilma podem ser resumidos assim: implementar o que estava previsto na Carta.

Um exemplo, entre muitos: a integração latino-americana, que está lá na Constituição de 1988.

Acontece que, lembremos do então presidente Sarney, a Constituição de 1988 deixaria o país ingovernável. Se Sarney adotasse o vocabulário de Giannotti, ele teria dito que a *aplicação da Constituição de 1988 colocaria o país diante de uma crise do Estado*.

E por quê?

Entre outros motivos porque os capitalistas brasileiros realmente existentes não toleram conviver por muito tempo, especialmente em momentos de crise internacional, com doses crescentes, mesmo que reduzidas, de democratização, bem estar-social e soberania nacional.

Reitero: não se trata de uma intolerância do capitalismo, em tese. Mas sim dos capitalistas, que enxergam radicalismo bolchevique no que não passa de medidas moderadamente reformistas.

A intolerância dos capitalistas não se traduz, apenas, na histeria do oligopólio da mídia. Ela aparece, também, sob a forma de conflitos crescentes entre o executivo, o legislativo, o judiciário, a burocracia de Estado, as forças de segurança etc.

Não é por acaso que o PT defenda com cada vez maior ênfase uma reforma política progressista, enquanto outros setores defendam reformas conservadoras temperadas pela judicialização crescente da política.

Tampouco é por acaso que temas como a desmilitarização das polícias militares, a criminalização dos movimentos sociais e a ampliação da participação popular ganhem espaço na pauta política.

Isto posto, voltemos a Giannotti.

Ele considera que o PSDB “não conseguiu se articular como oposição”, porque “não teve discurso. Na medida em que o PT foi para o centro, ele roubou o discurso do PSDB”.

Esta ideia de que o problema do PSDB é o discurso (ou a falta de) é compartilhada por alguns setores do PT, que acreditam nisto ou simplesmente querem desqualificar a oposição de direita.

Mas a verdade é outra: o PSDB tem discurso, tem programa, tem uma análise acerca do país. Análise que corresponde, em maior ou menor medida, às aspirações de um setor do grande capital e de seus funcionários.

O PT não “roubou” o discurso do PSDB, que tampouco estava no “centro”. O que acontece foi algo mais simples: no governo FHC, os efeitos decorrentes da aplicação de seu programa de direita fizeram o PSDB perder, paulatinamente, parte de seus apoiadores nos setores populares, nos setores médios e inclusive no grande capital.

Mas mesmo fora da presidência da República o PSDB manteve um poderoso apoio econômico, político e eleitoral. Insuficiente, contudo, para vencer a eleição presidencial de 2006 e de 2010.

Para vencer, o PSDB precisaria atrair 1/3 do eleitorado que flutua entre PT e PSDB. O sonho do PSDB era fazer isto em 2014, recebendo o apoio de Campos (ou de Marina) no segundo turno.

Mas aconteceu o que sabemos: o discurso tucano ser “melhor interpretado”, ou seja, ter mais chances de vitória quando vocalizado por alguém que não é tucano de origem. E agora o PSDB se vê, que tristeza, na condição de terceirizado, dependendo de interposta figura.

Que Marina, originária da esquerda, se proponha a este papel, não deveria nos surpreender. Serra também já foi um homem de esquerda. Hoje, no máximo ele está à esquerda de Alckmin.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/grife-higienopolis-molde-carandiru.html>*

## Safatle em fase Bee Gees

Curioso este texto do Safatle: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2014/09/1516545-esquerda-sazonal.shtml>

Efetivamente, na democracia eleitoral burguesa muitas eleições são *temporada de cerejas vermelhas*.

Isso acontece especialmente naqueles países onde há mais títulos eleitorais do que carteiras de trabalho.

Efetivamente, há setores que radicalizam o discurso apenas quando estão sob pressão, sob ameaça.

Nos demais 44 meses do ano, a direita tem licença para matar, para mentir, para caluniar.

Efetivamente, uma das dificuldades de Marina está em tentar embalar “os sonhos das manifestações de junho vestindo o figurino de uma Margaret Thatcher da Floresta”.

Pode ser que ela leia esta crítica e siga a *conselho*.

Mas o que efetivamente chama minha atenção neste texto do Safatle não é o humor, nem a lembrança dos Bee Gees (<https://www.youtube.com/watch?v=ihhHQEpPrAI>).

O que chama minha atenção é o *perfume*.

Um perfume parecido ao que sinto nos textos da Dora Kramer e da Miriam Leitão, quando leio neles a acusação de que o PT está mentindo e enganando parcelas desinformadas do povo.

Afinal, como não perceber que a estação das cerejas vermelhas vai só até 27 de outubro?

Afinal, como não perceber que, a partir daí, as árvores governistas voltarão a dar os cinzentos “frutos amargos da austeridade”?

Ou será que isto é licença poética de Safatle?

Ou será que as tais “árvores governistas” são muitas, os frutos são muitos e nem tudo é cinza nos quatro anos que separam uma eleição da outra?

Neste caso, a situação política e eleitoral não tem nada de “cômica”.

Há um combate sendo travado, que vai afetar os níveis de bem estar, democracia e soberania existentes no Brasil, com impactos regionais e mundiais.

Neste combate, numa final contra a turma da Margareth Thatcher da Floresta, espero que Safatle apoie a turma das cerejas vermelhas.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/safatle-em-fase-bee-gees.html>*

## **Eles não usam ciclovias**

Os grandes empresários brasileiros reclamam que o Brasil tem impostos demais.

De certa forma é verdade.

Há muitos tipos de impostos e de taxas.

E quem vive do seu trabalho, efetivamente paga demais.

Mas quem vive de explorar o trabalho dos outros, paga menos.

Paga muito menos do que pode e muito menos do que deveria pagar.

E quem menos paga é quem mais tem.

Refiro-me aos 61 bilionários brasileiros.

Repito: 61 pessoas de cidadania brasileira são bilionários.

Bilionários em dólar.

A soma do que eles possuem equivale a 8% do Produto Interno Bruno brasileiro.

Ou seja, o equivalente a oito por cento de tudo o que o Brasil produz num único ano.

A soma do que estes 61 possuem é uma riqueza maior do que a economia de 100 países do mundo.

Ao todo eles possuem US\$ 182 bilhões.

Cento e oitenta e dois bilhões de dólares.

Na média, cada um possui quase 3 bilhões de dólares.

E adivinha onde mora a maioria destes 61 afortunados? Na cidade de São Paulo!!!!

Na pauliceia moram 36 bilionários, que possuem 91 bilhões de dólares.

Dados de *O Estado de S.Paulo*.

É contra esta gente e principalmente contra seu dinheiro, que estamos disputando a eleição.

Alckmin é apenas um funcionário deles.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/eles-nao-usam-ciclovias.html>

## Já leu Capobianco, Amaral?

A *Folha de S. Paulo* desta segunda-feira, 22 de setembro, traz uma longa entrevista com João Paulo Capobianco, pessoa muito influente na campanha de Marina, tanto quanto foi em sua gestão no MMA.

Destaco a seguir algumas passagens da entrevista (a íntegra está ao final).

Capobianco...

... critica o governo Dilma por “discutir com as empresas a taxa interna de retorno. Este governo tem preconceito com o setor empresarial”.

... diz ser “preciso recuperar a interlocução com o Congresso. Ministérios precisam estar abertos aos deputados”.

... fala que “o PT vai para a oposição raivosa, é óbvio. Agora, os outros partidos estarão diante de um novo cenário.

... fala que o PMDB, assim como o PSDB, PSD e PV, são “partidos com os quais vamos disputar nossas propostas. Não acho que tendam a ir para a oposição raivosa, onde o PT vai estar, até porque Marina não quer reeleição. A possibilidade para 2018 estará aberta”.

... afirma que “com Dilma, o BC perdeu credibilidade. Quem diz são os setores da economia, não somos nós. O mais importante é denunciar a política intervencionista do governo”.

... diz que “o Brasil exige um sinal pela independência do BC e isso não é neoliberal. Se fosse, FHC teria feito”.

... perguntado se o governo Marina vai ser de esquerda, centro ou direita, Capobianco responde: “O PSB é o Partido Socialista Brasi-

leiro. É de esquerda? É o quê? De direita? Acho que essa questão não está colocada”.

Pois é.

A questão “não está colocada”.

Simples assim.

Compare-se isto e as demais declarações de Capobianco, com a reclamação de Roberto Amaral, presidente do PSB, em matéria também publicada neste 22 de setembro, no jornal *Valor Econômico*: ”É a mesma estratégia de incutir o medo que usaram contra o PT em todas as eleições. O PSDB sempre fez este jogo antirrepublicano, mas ver o PT fazer isso é chocante”.

Amaral também diz, acerca do PT: “Eles temiam esta disputa conosco e por isso recorrem a um discurso ideológico, para que se crie a impressão de que é o PT que está enfrentando a direita”.

“Discurso ideológico”???

Existe algum que não seja?

“Impressão” de que estamos “enfrentando a direita”?

Impressão???

Já leu Capobianco, Amaral?

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/ja-leu-capobianco-amaral.html>

## Vitória no primeiro turno

As pesquisas divulgadas nos últimos dias, mostrando Dilma em alta e Marina em baixa, ressuscitaram a hipótese de uma vitória no primeiro turno.

Trata-se de uma hipótese que não deve ser descartada, nunca.

Trata-se, também, de uma hipótese muito mais “agradável”, digamos assim, para nós que defendemos a reeleição da Dilma Rousseff.

Afinal, num segundo turno as duas candidaturas teriam tempos iguais no horário eleitoral gratuito, o PIG todo trabalharia contra nós e o anti-petismo seria (ainda mais) utilizado como “programa mínimo” para unificar toda a oposição contra nós.

Liquidar a fatura no primeiro turno, portanto, é evidentemente o melhor cenário.

Porém, vejamos o outro lado do problema.

O PIG sabe disto tudo. Sabe, também, que a única candidatura que poderia vencer no primeiro turno é a de Dilma. Logo, sabem que só podem nos derrotar num segundo turno. Logo, quando eles admitem a possibilidade de uma vitória de Dilma no primeiro turno, **o fazem para alertar sua própria tropa**. E isto tem efeitos práticos.

Dito de outra forma: nas atuais condições, uma vitória no primeiro turno dependeria muito do “fator surpresa”. Que já está eliminado, de saída.

Além do mais, é preciso não confundir matemática com política. Vejamos, por exemplo, os dados da pesquisa CNT/DMA de 23 de setembro.

Dilma tem 36. Marina tem 27,4. Aécio tem 17,6. Os demais têm 1,2%. E a abstenção fica em 18%.

As contas a seguir supõem que a abstenção de 2014 não se altere em relação às pesquisas, o que é possível, pois 18% é o mesmo patamar de abstenção de 2010.

Considerando apenas os votos válidos, Dilma tem 44%, Marina tem 33,4%, Aécio tem 21,4% e os demais obtêm 1,2%.

Logo, 44% versus 56%.

Matematicamente parece fácil.

Mas politicamente, estamos diante do seguinte desafio: teria que haver um imenso esforço do nosso lado, que gerasse como reação um recuo de todo o lado de lá.

Vale lembrar os seguintes dados de 2010: Dilma, 46,91%; Serra, 32,61%; Marina, 19,33%; Outros, 1,2%.

Ou seja: não basta que Dilma cresça, é preciso que os outros caiam.

Dito de outra maneira: teríamos que conseguir que todos os votos que Marina está perdendo, se transferissem para Dilma, não para Aécio ou qualquer outra candidatura; e que nenhuma destas outras candidaturas conseguisse captar votos de Dilma (nem dos que estão se abstendo neste momento).

Não é impossível. Mas é **muito** difícil que isto ocorra.

Vale a pena tentar? Claro, até porque, como dizia o poeta, tudo vale a pena, quando a alma não é pequena.

Como? **Insistindo na mesma postura que adotamos nas últimas semanas, a saber: politizar, polarizar, mobilizar.**

Vale dizer que esta postura é válida para os dois turnos.

Pois no segundo turno estará posto o mesmo problema: converter a nosso favor os votos válidos dados no primeiro turno às demais candidaturas; estimular a neutralidade (brancos, nulos, não comparecimento) de quem não queira votar a nosso favor; converter em votos válidos a nosso favor o maior número possível dos que se abstiveram no primeiro turno.

Uma tradução política destas diretrizes eleitorais: atrair, com o nosso programa, o voto dos setores sociais democrático-populares; atrair mas principalmente neutralizar, falando do programa e das de-

bilidades da adversária, o voto dos setores sociais que não integram o campo democrático-popular.

O que devemos evitar? O gravíssimo erro cometido em 2006 e em 2010, por setores do partido, da campanha e do governo, que tinham 100% de certeza de que venceríamos no primeiro turno. Setores que, quando veio o segundo turno, passaram vários dias em estado de choque, sem saber o que fazer.

Por isto, devemos estar preparados – politicamente, organizativamente, animicamente – para uma duríssima disputa até 27 de outubro. E que, é bom lembrar, não vai se encerrar aí, porque o antipetismo da direita é uma aposta de “longa duração”.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/vitoria-no-primeiro-turno.html>*

## Saindo do armário

A ilusão é má conselheira.

Também por isto, é pedagógico, é didático, é útil, ver lideranças do empresariado fazendo críticas a Dilma e elogios a Marina.

Especialmente quando sabemos que estas lideranças eram, não faz muito tempo, elogiadas como exemplos de que tínhamos apoios “no outro campo”.

Dois exemplos: Antonio Delfim Netto e Benjamin Steinbruch.

Ambos podem ser lidos na *Folha de S.Paulo* de 24 de setembro.

Segundo Steinbruch, atual presidente da Fiesp e também à frente da (privatizada) CSN, Marina Silva é “uma boa opção para o Brasil andar para a frente.”

Já Dilma seria “fechada em si mesma”, “se distancia da realidade”, “dura com as pessoas, inibe aqueles que a cercam de falar a verdade ou de levar os problemas”.

É sempre **tocante** ler um empresário atento para este tipo de questão.

Mas, segundo a própria *Folha*, haveria outra lista de “motivos” para a declaração de voto de Steinbruch, lista que inclui atritos por causa da Transnordestina e a atuação da Receita Federal.

Diz a *Folha*: “o empresário discute com o fisco uma autuação de R\$ 4 bilhões aplicada à CSN, por supostamente ter deixado de pagar impostos sobre os ganhos na venda de parte de uma mineradora em 2008. A siderúrgica recorreu”.

De fato, alguém que deixa a Receita cobrar 4 bilhões de reais é mesmo “dura”.

E Delfim?

Este é um caso de laboratório.

Ministro da ditadura, depois parlamentar, conselheiro de gregos e troianos, capaz de tiradas e raciocínios inteligentes.

Por exemplo: ele tem razão ao criticar, na *Folha* de 24 de setembro, a *submissão das campanhas eleitorais ao domínio irresponsável dos “marqueteiros”*.

Ele também tem razão ao acusar de falacioso o argumento segundo o qual *a crença que o Estado cria recursos físicos do nada e que, portanto, não tem limite – a não ser a “vontade política” – para atender às suas demandas.*

Mas é uma vergonha – vindo de alguém inteligente, como sem dúvida ele é – ler o seguinte: *afirmar que um Banco Central independente “rouba a comida da boca do pobre” é uma ignomínia.*

Vou repetir o trecho inteiro, para que fique claro o raciocínio:

*As falsidades que o elegeram são as mesmas que lhes serão cobradas no exercício do governo. Afirmar que um Banco Central independente “rouba a comida da boca do pobre” é uma ignomínia.*

*Independente de quem, se sua diretoria é escolhida pelo presidente que lhe fixa os objetivos e aprovada pelo Senado, ao qual presta contas regularmente?*

*Prometer que vai “eliminar o fator previdenciário” diante das contas de previdência e do rápido envelhecimento da população brasileira é tão irresponsável quanto a promessa anterior.*

*Prometer que vai “modificar os índices de produtividade do campo” é irrelevante para aumentar a “produtividade” e será uma bobagem verificável só quando o MST promover a revolução...*

*A urna aprova qualquer barbaridade, mas a sociedade aprende para a próxima eleição. Infelizmente, a verdade é sempre descoberta tarde demais...*

*É por isso que nas democracias (sem adjetivo!) o remédio é mais democracia, cuja marcha pode, eventualmente, ser interrompida pelo “democratismo delirante”.*

Vamos por partes:

Quem deve ser cobrado a explicar a independência do Banco Central é quem a está propondo. Nós, do PT, sempre fomos contra.

E basta ler os intermináveis artigos em defesa da independência, para perceber qual o objetivo: aumentar a autonomia do setor financeiro, frente à soberania popular.

Prometer eliminar o fator previdenciário só seria irresponsável, caso a proposta não viesse acompanhada de medidas para ampliar os recursos disponíveis, por exemplo via reforma tributária ou via redução dos encargos da dívida pública.

Utilizar como argumento as contas da previdência e o rápido envelhecimento da população é desconhecer os avanços da produtividade e a existência de riquezas acumuladas, hoje disponíveis apenas para uma parte minúscula da população brasileira.

Se modificar os índices de produtividade do campo fosse mesmo irrelevante, por qual motivo o agronegócio faz tamanha agitação contrária à proposta?

Nem o MST, nem toda a esquerda brasileira, é capaz de “promover a revolução”. Neste quesito, não há como competir com os black blocs do grande capital.

Por fim: vindo de um coxinha, a última frase do texto não me preocuparia.

Mas vindo de alguém com o passado de Delfim, preocupa-me ler o seguinte: ***a marcha da democracia pode, eventualmente, ser interrompida pelo “democratismo delirante”***.

“Eventualmente”, isto pode ser entendido como uma ameaça típica de golpistas.

Golpistas cujos armários ainda estão cheios de cadáveres.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/saindo-do-armario.html>

## A polêmica sobre a redução da desigualdade

Não tememos o debate sobre a desigualdade.

Nem historicamente: cada avanço da igualdade é produto da luta da classe trabalhadora.

Nem nos últimos 12 anos: os setores populares vivem melhor (social e politicamente) nos governos Lula e Dilma, do que viveram nos governos tucanos.

Nem nos últimos quatro anos, em que nadamos contra a corrente da crise internacional.

Nem tememos os resultados do PNAD (ver matéria abaixo, publicada no *Valor*).

O fato é muito simples: todos sabíamos que, nos marcos do modelo, há um limite para a redução da desigualdade.

Este limite não é físico.

O limite é político, social e econômico.

Aumentar os empregos, aumentar os salários, aumentar o consumo, aumentar as políticas sociais... num primeiro momento reduz a desigualdade (mesmo que basicamente entre os que vivem de salário).

Mas, num segundo momento, a reação conservadora dos que detêm a riqueza, a propriedade e o poder tira com uma mão (juros, inflação, redução no crescimento) o que eles foram forçados a dar com a outra.

Por isto é que dissemos, sempre: continuar reduzindo a desigualdade exige “mudar de modelo”.

Ou seja, fazer reformas estruturais que democratizem a riqueza, a renda e o poder.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/a-polemica-sobre-reducao-da-desigualdade.html>

## Miriam Leitão e Ana Paulo Araújo são de Marte ou de Vênus?

No espaço nobre do editorial, o vetusto *O Estado de S.Paulo* sapecou “O autorretrato de Dilma”.

Lá está dito: “Habituada, da cadeira presidencial, a falar o que quiser, quando quiser e para quem quiser – e a cortar rudemente a palavra do infeliz do assessor que tenha cometido a temeridade de contrariá-la –, a autoritária candidata à reeleição foi incapaz de aguentar a barra de uma entrevista de meia hora a três jornalistas da Rede Globo, no “Bom dia, Brasil”. A sabatina foi gravada domingo no Palácio da Alvorada e levada ao ar, na íntegra, na edição da manhã seguinte do noticioso. Os entrevistadores capricharam na contundência das perguntas e na frequência com que aparteavam as respostas. Se foram, ou não, além do chamamento jornalístico do dever, cabe aos telespectadores julgar.”

Vamos atender ao pedido do Estadão.

Eu, como telespectador, discordo do comportamento dos entrevistadores.

Não porque tenham questionado os números apresentados pela presidenta.

Não porque tenham exigido respostas às suas perguntas.

Isto daí, diria, faz parte.

Acho, entretanto, que as seguidas interrupções prejudicaram o entendimento das opiniões da entrevistada.

Ou seja, uma atitude profissionalmente questionável.

Tão ou mais grave que a forma, foi o conteúdo de alguns questionamentos.

Eles têm todo o direito de pensar e dizer o que pensam e dizem. Mas a recíproca é verdadeira. Assim, como o *Estadão* achou que era o caso de perguntar, respondo: minha opinião é que em alguns casos a ignorância só é menor do que a cara-de-pau

Recomendo assistir na íntegra a entrevista.

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/bom-dia-brasil-entrevista-dilma-rousseff.html>

Me chamaram a atenção, especialmente, os seguintes trechos:

*Ana Paula Araújo: Eu queria falar da sua campanha eleitoral na TV, em que a senhora diz que, se a sua adversária Marina for eleita, os pobres vão passar fome, os banqueiros vão fazer as maiores maldades com o povo, acaba o pré-sal, as pessoas não vão mais comprar casa própria. Enfim, claro que a sua adversária nega fundamento em todas essas acusações. A minha pergunta é: a senhora acha legítimo levar o debate político para esse lado, ao invés de discutir propostas, soluções para o país, ficar botando medo nas pessoas?*

“Esse lado”?

No mundo em que a senhora Ana Paula vive, os banqueiros não estão no centro de uma crise econômica que provocou dezenas de milhões de desempregados??

Não se deve falar disto na campanha???

E depois temos a Miriam Leitão.

*Miriam Leitão: Candidata, é o seguinte... Outros países, como por exemplo o Reino Unido, o Partido Trabalhista decidiu pela autonomia do Banco Central. Isso reduziu os juros de longo prazo, estabeleceu uma política monetária tranquila. Ninguém acusou o Partido Trabalhista, ou em outros países, no Chile, por exemplo, de isso empobrecer os pobres e defender os bancos. Quer dizer, por que não é melhor levar argumentos mais racionais em vez de usar um argumento desses, que é um argumento... Não faz sentido esse argumento.*

Novamente perguntamos: em que mundo, em que planeta, vivem as senhoras Miriam Leitão e Ana Paula Araújo?

Neste mundo, é racional, faz sentido dizer que defender os bancos favorece os pobres???

O pior é que a condição de porta-vozes do oligopólio faz certos jornalistas acreditarem sinceramente em certas mentiras.

Aliás, este pode ser um motivo a mais para democratizar a comunicação: libertar certos jornalistas desta situação angustiante, de ter que mentir sinceramente todo santo dia.

Mais democracia, mais empregos, mais liberdade.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/miriam-leitao-e-ana-paulo-araujo-sao-de.html>*

## Os coxinhas em defesa dos milionários

O Instituto Liberal do Centro-Oeste divulgou um vídeo criticando o que foi dito por Luciana Genro, em entrevista concedida ao programa de Danilo Gentili.

O vídeo é um ótimo resumo dos preconceitos ideológicos, programáticos e políticos que a direita tem contra a esquerda, que os capitalistas têm contra os socialistas, que os coxinhas têm contra os militantes.

A entrevista de Luciana a Gentili está aqui:

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/09/apos-ser-comparada-com-hitler-luciana-genro-pensa-em-processar-danilo-gentili/>

O vídeo dos coxinhas está aqui:

[http://www.brasilpost.com.br/2014/09/22/luciana-genro-entrevista\\_n\\_5865358.html?utm\\_hp\\_ref=mostpopular](http://www.brasilpost.com.br/2014/09/22/luciana-genro-entrevista_n_5865358.html?utm_hp_ref=mostpopular)

Que Luciana Genro tenha irritado os coxinhas é um ponto a seu (dela) favor.

Mas quem assistir ao vídeo dos coxinhas, perceberá que é preciso usar argumentos **em defesa do socialismo** diferentes daqueles utilizados por Luciana.

Na luta pelo socialismo, podemos e devemos recusar modelos.

Assim como podemos e devemos criticar duramente as experiências de transição socialista ocorridas no século XX e XXI.

Mas é um erro adotar o argumento segundo o qual “na prática não vimos nenhum regime socialista”.

Dito desta forma, as experiências soviética, chinesa, cubana, vietnamita etc. são convertidas em *fraudes*. Ou reduzidas a *aspectos positivos*, como Luciana faz na entrevista a Fernando Rodrigues.

Um trecho da entrevista de Genro a Rodrigues está aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=Q8NLT3Ky6uw>

Na origem deste “argumento”, há um pressuposto utópico, idealista, segundo o qual o socialismo de verdade surgiria desde o início perfeito, mais ou menos como Palas Athena saiu da cabeça de Zeus.

Socialismo é transição. Não há como surgir perfeito. Especialmente nas condições históricas do século XX.

Na entrevista dada a Gentili, Luciana apelou para uma imagem: disse que Marx deve se revirar no túmulo (segundo entendi, ao ver seu nome associado ao tipo de sociedade existente em países como URSS, China, Cuba, Vietnã...).

A imagem é meio batida, mas sempre divertida. Entretanto, supondo que mortos revirem na tumba, o que faria Trotsky se tivesse o azar de assistir **aquela parte** da entrevista?

Ou se ouvisse a defesa que ela faz do *socialismo libertário*?

Acho que ele diria que adotar **um ponto de vista liberal** sobre o socialismo, não ajuda a derrotar o ponto de vista dos coxinhas.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/os-coxinhas-em-defesa-dos-milionarios.html>

## A cada qual, o seu

O Alexandre Rands merece o troféu sinceridade.

Segundo ele, em entrevista a *Folha de S. Paulo* (25/9), se Marina Silva fosse eleita, haverá um "ajuste fiscal grande".

E deu detalhes: "No primeiro ano, haverá crescimento baixo porque você precisará de ajuste fiscal grande, com acomodação de preços relativos, como câmbio, energia, gasolina".

Acomodação é a palavra tucana para aumentos.

Rands admite que isto vai gerar "uma série de incertezas na economia. Mas certamente as previsões vão melhorar se Marina ganhar, porque você não vai ter um governo federal jogando contra como você tem hoje".

Claro, claro.

As "previsões" elaboradas ***pelos consultores pagos pelos bancos*** vão "melhorar", pois eles terão um governo 100% a favor deles.

É por estas, mas também por muitas outras, que dizemos que Marina é hoje a candidata preferida dos banqueiros.

Aliás, recomendamos ao governador Sebastião Viana (Acre) que converse com Rands, com Gianetti, com Neca Setúbal e companhia limitada.

No mesmo dia 25 de setembro, o jornal *Valor* perguntou e Viana respondeu o que segue:

***Como o senhor vê os ataques a Marina feitos pela campanha do PT?***

*Acho errado. Preferia um debate de quem pode fazer melhor pelo Brasil. Temos a chance de ver um novo debate democrático no Bra-*

*sil entre duas forças progressistas, o PT e a Marina. E é diferente porque desloca o eixo conservador da disputa de poder do Brasil para a periferia, que é o Aécio [Neves, candidato à Presidência pelo PSDB], que representa as forças conservadoras do mercado, querendo ter de novo espaço de poder nacional. Quando vem o ataque, é ruim. Mas não dá para dizer que o PSB é santo, não. A Marina tem atacado o PT injustamente.*

### **Como? Quando?**

*Muito injustamente. Quando ela falou “como pode o governo bancar 12 anos um servidor para roubar?” Ora, aquele rapaz [Paulo Roberto Costa] era diretor da Petrobras no governo Fernando Henrique. Ele é funcionário de carreira Petrobras, serviu ao governo Fernando Henrique, como é que ela não criticou o PSDB? Marina foi do governo Lula. Então é fogo cruzado, não tem vítimas aí. Conheço a Marina, Marina é de combate.*

Ao contrário do que diz Viana, Marina não é progressista.

E é fundamental deixar isto claro para a população. Para que todos possam votar com conhecimento de causa.

Considero “compreensível” que Viana faça este tipo de confusão, que ache Marina progressista.

Afinal, Viana mesmo já defendeu e praticou alianças com o PSDB. O que significa que ele tem um critério singular para definir o que vem a ser um progressista.

Hoje Viana já entendeu o que é o PSDB. Espero que até o dia 5 de outubro ele perceba que também Marina é candidata das “forças conservadoras do mercado”.

Aliás, a candidata preferida.

Rands que o diga.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/09/a-cada-qual-o-seu.html>

## Guarda alta, salto baixo e bandeira firme

A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda aprovou a seguinte resolução, dirigida aos militantes e amigos da tendência.

1. As pesquisas divulgadas nesta reta final despertaram uma enorme euforia na militância petista e no eleitorado de Dilma. A euforia é merecida. Afinal, contrariando os prognósticos do oligopólio da mídia, Dilma lidera e vence em todos os cenários, tanto de primeiro quanto de segundo turno.

2. Não devemos, contudo, praticar o erro cometido nas eleições presidenciais de 2006 e 2010. Embora seja possível uma vitória no primeiro turno, o mais provável é que a disputa seja resolvida apenas no segundo turno.

3. Por isto, ao mesmo tempo que colocamos em tensão todas as nossas forças com o objetivo de obter a maior votação possível no dia 5 de outubro, também devemos estar política, organizativa e psicologicamente preparados para mais três semanas de campanha.

4. Não devemos, tampouco, repetir o erro do início desta campanha presidencial de 2014, a saber, subestimar os adversários. Quem quer que vá ao segundo turno contra nós, contará com o apoio da extrema-direita, do oligopólio da mídia, da especulação financeira e de potências estrangeiras, vocalizando os interesses dos setores hegemônicos do grande capital, nacional e internacional. Nossos inimigos farão de tudo, legal ou ilegal, para tentar nos derrotar. Portanto, ocorrendo segundo turno, será uma guerra, não um passeio.

5. Neste espírito, não devemos cometer a ingenuidade de “escolher adversário”. Sempre haverá raciocínios e cálculos para todos os gos-

tos e sabores, a apontar as debilidades e os pontos fortes de uma ou de outra candidatura oponente. Quem quer que seja, entretanto, não pode ocorrer nenhuma mudança na linha de campanha adotada depois de 13 de agosto, a saber: ***mobilização máxima, politização máxima e máxima polarização programática***. Linha válida tanto para esta reta final do primeiro turno como para um possível segundo turno.

6. Cabe aos dirigentes partidários e coordenadores de campanhas eleitorais combinar a ofensiva dos próximos dias, com o planejamento e medidas preparatórias para os cenários do dia seguinte.

7. A militância deve estar preparada para iniciar a segunda-feira 6 de outubro trabalhando por nossas candidaturas a presidenta e a governador (onde estivermos no segundo turno).

8. Num segundo turno, sem prejuízo de movimentos que se façam no sentido de neutralizar ou ganhar outros setores políticos e sociais, nosso esforço fundamental deve ser o de manter e ampliar o voto junto à classe trabalhadora, em especial a juventude trabalhadora. Para este esforço ter êxito, reiteramos ser fundamental que tenha continuidade a correta guinada à esquerda dada pela campanha depois de 13 de agosto.

9. Desde já, mas também num segundo turno, devemos buscar o voto de toda a esquerda, de todas as forças democráticas e populares, de todos os setores progressistas, de todos aqueles que não participam ou são oposição ao governo encabeçado por nós, mas que não desejam uma restauração neoliberal.

10. Especialmente num segundo turno, o “programa mínimo” da oposição será o antipetismo. Para enfrentar o ódio e a desinformação, será preciso aliar a firmeza no combate aos inimigos com a paciência no diálogo com os setores populares que tem críticas a nós. Será necessário, também, estar especialmente atento para as agressões, armações e manipulações, a começar pelas pesquisas que devem sair logo após o primeiro turno.

11. Orientamos nossas candidaturas para que comuniquem à direção nacional, por escrito, do que necessitam para dar continuidade ao esforço de campanha durante o segundo turno.

12. Orientamos, também, nossas candidaturas a que deixem para novembro o balanço detalhado das eleições. Certamente será necessário um profundo balanço da situação geral do Partido, debilidades e diferenças. Mas o momento para fazer isto é depois de concluída a batalha presidencial e as batalhas pelos governos onde estivermos no segundo turno.

13. O povo brasileiro, a classe trabalhadora e a esquerda socialista estamos muito perto de conquistar mais uma importante vitória, reelegendo a presidenta Dilma Rousseff e criando as condições para um segundo mandato superior, alinhado com as reformas democráticas e populares. Mas para atingir estes objetivos será preciso, mais do que nunca ***manter a guarda alta, o salto baixo e fazer uma defesa firme de nossas bandeiras.***

*A direção nacional da Articulação de Esquerda*

<http://www.pagina13.org.br/resolucoes-e-documentos-da-ae/guarda-alta-salto-baixo-e-bandeira-firme-resolucao-da-ae/>

*1º de outubro de 2014*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/guarda-alta-salto-baixo-e-bandeira-firme.html>

## Declarando voto

Como tenho recebido várias mensagens a respeito, aqui vai a “resposta padrão”.

Meu voto é 13 de ponta-a-ponta.

Como tem sido desde 1982, sem nenhuma exceção, voto nas candidaturas do Partido dos Trabalhadores.

Nesta eleição, isto significa votar em Dilma presidenta.

Como sou morador do estado de São Paulo, significa também votar em Padilha governador e em Suplicy senador.

Como ainda não votamos em lista partidária, votarei no Renato Simões 13813 para deputado estadual e na Ana Lídia 1303 para deputada federal.

Algumas observações:

1. Voto em Dilma não apenas para impedir o retrocesso, mas principalmente porque uma quarta vitória presidencial do PT criará melhores condições para a organização e a luta da classe trabalhadora, não apenas por mais e melhores políticas públicas, mas principalmente por reformas estruturais e pelo socialismo.

2. Voto em Padilha não apenas para termos um governo estadual decente, mas principalmente porque o Tucanistão sob gestão Opus Dei é um dos grandes obstáculos que nos impedem de ampliar a democracia e o bem estar no Brasil.

3. Voto em Suplicy não apenas para enterrar o vampiro e sua criação, mas principalmente porque defendo uma reforma política que acabe com o Senado e estabeleça um número máximo de mandatos para os parlamentares.

4. Voto no Renato Simões não apenas para ajudar a eleger Márcio Pochmann prefeito de Campinas em 2016, mas principalmente porque o PT de São Paulo precisa mais parlamentares, executivos e dirigentes partidários realmente petistas.

5. Voto na Ana Lúcia 1303 não apenas por ela ser mulher, jovem, petista e socialista, mas principalmente porque já passou da hora de **falar menos e fazer mais** no sentido de projetar novas lideranças, especialmente jovens trabalhadoras como é o caso da Ana Lúcia, para uma luta que todos sabemos será muito longa.

Finalmente: como dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras, voto no 13, voto no PT, por suas qualidades. E espero que o V Congresso do PT corrija alguns de seus defeitos, por exemplo expulsando aqueles que usam nosso partido como legenda de aluguel, que fazem da campanha um negócio, que colocam seus mandatos a serviço dos empresários que os financiaram.

Voto 13, voto PT!!!

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/declarando-voto.html>*

## Algumas precisões

A Rede Brasil Atual publicou, no dia 5 de outubro, um texto a partir de uma entrevista feita comigo.

O texto publicado pela RBA está aqui: <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/dirigente-do-pt-diz-que-falta-de-reformas-politica-e-da-comunicacao-explicam-eleicoes-7238.html>

A partir dele, produzi o que segue.

Não há motivo para surpresa, nem com a votação de Aécio Neves, nem com a realização de segundo turno.

**Só ficou surpreso quem subestimava os adversários, achava que fossem “anões políticos”.**

Desde as eleições municipais de 2012 havia ficado claro que a disputa presidencial de 2014 tendia a ser resolvida no segundo turno. Como, aliás, ocorreu em 2002, 2006 e 2010.

Por qual motivo a tendência era esta?

Por três fenômenos combinados: a) a maioria do grande empresário está operando para nos derrotar; b) consolidou-se nos setores médios um violento sentimento antipetista; c) na classe trabalhadora, cresceu um setor que tem dúvidas e desconfianças contra nós.

Estes três fenômenos estiveram cada vez mais evidentes ao longo de 2013 e em 2014, seja na “greve de investimentos”, seja nas manifestações de junho, seja no movimento “não vai ter Copa”.

Entretanto, **não devemos avaliar negativamente as manifestações de junho de 2013**. Tampouco devemos achar que a Copa estava/está acima de qualquer crítica. Especialmente nas manifestações

de junho, havia uma disputa, na qual o Partido e nossos governos deveriam ter atuado com mais, digamos, ênfase e eficácia.

Aliás, nos últimos anos, o Partido não tem *conseguido conquistar os votos da juventude trabalhadora*. Juventude que poderia estar em sua maioria entusiasmadamente conosco se, entre outras ações, tivéssemos adotado outra política de comunicação, se tivéssemos alterado o currículo dominante nas escolas e se tivéssemos uma política cultural mais forte.

Na ausência destas e de outras ações, não devemos nos espantar com o “contraste” entre certas bandeiras presentes nas manifestações de junho de 2013, vis a vis a eleição de conservadores de quatro costados para o Congresso Nacional.

Algo parecido aconteceu nos anos 1990: quem não lembra, pesquise quem venceu as eleições em São Paulo logo após o movimento pela ética na política? Movimentos de massa que amedrontam o estabelecimento, mas não tem organicidade nem direção política à altura, muitas vezes são seguidos de uma ressaca reação conservadora.

Do ponto de vista eleitoral, entretanto, é correto perguntar: não estaria em curso uma guinada conservadora e se esta guinada não ajudaria o Aécio Neves a se eleger?

O aumento do conservadorismo é real. Mas qual sua origem?

Ele é produto de uma combinação de fatores: a) uma reação até certo ponto espontânea de parcela dos setores médios, especialmente contra sua perda de status; b) uma ação deliberada da direita partidária, do oligopólio da mídia; c) no período mais recente, o reforço vindo também de parcelas majoritárias do grande empresariado.

Esta reação conservadora poderia ter sido neutralizada pela classe trabalhadora e pelos setores médios progressistas. Mas para que conseguíssemos isso, seria necessário um esforço de democratização da mídia, uma política educacional e cultural mais ousadas, uma ação de organização e formação política mais intensa etc.

Como sabemos, entretanto, **nestes últimos anos, parcelas importantes do empresariado capitalista e dos chamados setores médi-**

**os giraram para a direita, mas na classe trabalhadora, que é maioria, não houve um giro equivalente para a esquerda. Se essa nova geração que entrou no mercado de trabalho agora, devido às políticas do PT, tivesse acesso a uma mídia e uma educação mais democrática, teria virado para a esquerda. Como isso não ocorreu, no jogo de vetores o que vem prevalecendo é a ideologia dos dominantes, a tal guinada conservadora.**

Por este motivo, os governos, os parlamentares, os partidos e os movimentos sociais do campo democrático **vão ter que fazer nos próximos 4 anos o que não fizemos nos últimos 12.** Entre outras coisas, **um esforço redobrado de sindicalização e organização popular, de democratização da mídia, de mudanças nos currículos educacionais e nas políticas culturais.**

Esta situação é um dos efeitos colaterais da estratégia de mudança sem ruptura. Mudança sem ruptura parece para muita gente uma boa coisa. Mas ela tem um pressuposto: fazer concessões aos inimigos. A conta só fecha se, com o passar do tempo, os inimigos deixarem de ser tão inimigos. Mas o que ocorre na vida real? Na vida real, apesar das concessões, os inimigos se tornaram ainda mais inimigos. E graças as concessões que fazemos/fizemos, eles não apenas mantiveram, como também ampliaram os meios de que dispõem para agir contra nós. Ao mesmo tempo, certas concessões que fazemos/fizemos dividem nosso campo, nos impedem ou pelo menos reduzem nossa capacidade de ganhar amigos e fortalecer nosso lado. Moral da história: tendência ao fortalecimento deles e enfraquecimento nosso. Alguma hora vai parar de funcionar, simples assim.

Por tudo isto é que insisto: não podemos mais esperar para fazer a reforma do sistema político, nem para democratizar a comunicação. Isto não nos impedirá de ganhar estas eleições presidenciais de 2014, **mas se isso não for tratado, daqui até 2018 tende a se tornar um problema incontornável.**

Vamos ganhar a eleição presidencial, com um Congresso mais complexo (digamos assim) do que o atual. Mas existe muita coisa

que poderia ter sido feita e que pode ser feita em termos de democratização da mídia, independente da aprovação ou não da Lei da Mídia Democrática. Assim como há muita coisa que pode ser feita em favor da reforma política, independente ou em paralelo a tramitação institucional das propostas a respeito.

**O fato de não termos conseguido realizar uma reforma política, nem a democratização da mídia, criou uma contradição: continuamos ganhando a eleição presidencial, mas naquele terreno onde as deformações do sistema político-eleitoral são mais evidentes, que é o Congresso, a gente começa a ter queda na nossa representação.**

Por isto nossa bancada reduziu em números absolutos. Claro que a queda na representação parlamentar federal está concentrada em estados como São Paulo e Pernambuco, mas isto é a materialização de um problema mais geral, a saber: entre 1994 e 2002, nós avançamos no terreno institucional, tanto nas presidenciais, quanto nos parlamentos, quanto nos governos estaduais. Entre 2002 e 2010, nós oscilamos para cima e para baixo, mas mantendo o mesmo patamar. Já entre 2011 e 2014 começou um movimento de redução de nossa presença institucional, que fica evidente agora. Ou seja, até então estávamos *batendo no teto*. Agora, começamos a cair.

Contudo, esta onda conservadora não vai favorecer Aécio **no segundo turno**. Na verdade, ela já favoreceu Aécio no primeiro turno. Ele não será mais favorecido no segundo turno porque – como, aliás, demonstram as pesquisas – o povo é majoritariamente progressista no terreno da política econômica e social.

Sabendo disto, Aécio vai tentar fazer dois movimentos.

Por um lado, vai tentar colocar o debate sobre a corrupção no centro da pauta; por isto nós – sem fugir do debate sobre a corrupção – devemos colocar as políticas econômicas e sociais no centro da pauta.

Por outro lado, Aécio vai tentar “dourar a pílula” de seu programa, vestir seu neoliberalismo com as vestes da “nova política”. Para

atingir tal objetivo, ele busca desesperadamente do apoio de Marina Silva e do PSB, pois desta forma ele pretende neutralizar parte dos efeitos negativos da herança tucana. Por isto, sem deixar de fazer a comparação entre o que fizemos e o que fizeram os tucanos, nós devemos ser capazes de apresentar um programa convincente acerca do que faremos, acerca do que será o segundo mandato Dilma.

Pelas razões apontadas, é claro que um segundo turno com Aécio é melhor para o PT do que uma disputa com Marina. **É muito menor a chance das pessoas se iludirem com as propostas de Aécio: ele é um playboy, representante do capital e dos setores da elite. É jogo mais claro, o que não significa jogo mais fácil. São dois projetos distintos para o país, que vão se enfrentar pela sétima vez desde 1989.**

Falando em tese, seria mais difícil ganhar um segundo turno contra alguém que já fez parte do governo, da base aliada, do PT. Vale reconhecer, entretanto, que Marina cometeu o erro (do ponto de vista dela, é claro, pois para nós foi um “favor”) de ter se “convertido” muito explicitamente e muito rapidamente, mostrando que a suposta terceira via não era mais do que um sucedâneo da segunda via, da via tucana, neoliberal.

No segundo turno, **os votos recebidos por Marina vão se dividir. O eleitorado dela é composto de vários segmentos: uma parte vem desde 2010, que é de gente que não é tucana mas está insatisfeita com o PT; tem uma parte que ela agregou nessa reta final, que é de gente de direita que viu nela uma chance de derrotar o PT e voltou para o Aécio; tem uma parte que é progressista e quer mudança etc.**

Neste contexto, qual efeito terá a votação do estado de São Paulo? Minha opinião é que a vantagem que Aécio obteve no primeiro turno em São Paulo não impede nossa vitória presidencial no segundo turno.

Entretanto, pensando não apenas no segundo mandato da Dilma, mas também no desafio de mudar profundamente o país, o quadro de São Paulo é muito grave.

**O governo de Alckmin é um governo de m..., mas ainda sim um setor do eleitorado vota nele.** Por qual motivo isto ocorre? Na minha opinião, por vários motivos, nenhum deles misterioso.

Um destes motivos é: em São Paulo concentra-se o grande empresariado que está operando para nos derrotar; concentram-se, também, os setores médios antipetistas; concentra-se, ainda, o setor da classe trabalhadora que tem dúvidas e desconfianças contra nós. Aliás, quem gosta de falar que vamos transformar o Brasil num *país de classe média* deveria olhar para São Paulo para perceber o risco que isto significaria, se fosse verdade.

Outro dos motivos é: durante décadas, São Paulo beneficiou-se do atraso relativo do restante do país. Nós, desde 2003, estamos trabalhando para tirar o conjunto país do atraso. Para superar o atraso, é preciso dar mais a quem foi historicamente prejudicado. A elite paulista reage a isto da mesma maneira como certos setores médios reagem a melhora de vida das camadas populares: consideram isto uma perda de status. Alguém já disse, creio, que o regionalismo de São Paulo é nossa *questão meridional*.

Um terceiro motivo sobre o qual prefiro falar depois de 26 de outubro é o comportamento do PT em geral, mas especialmente no estado de São Paulo. A esse respeito, deixo registrado para comentários posteriores a não eleição do deputado Candido Vaccarezza.

Por fim, vamos ganhar o segundo turno da eleição presidencial. Para isso, devemos: a) recuperar cerca de 4 milhões de eleitores que perdemos em comparação com 2010; b) atrair a parcela progressista do eleitorado de Marina; c) atrair parcela dos votos não válidos do primeiro turno; d) tentar manter neutros os demais segmentos.

Tomando como base as pesquisas de primeiro turno, consideramos que no fundamental estes votos que perdemos são: a) socialmente, de jovens trabalhadores; b) residentes nos grandes centros urbanos; c) e de pessoas com simpatias à esquerda.

Para ganhar aqueles setores, será preciso manter a linha geral de campanha. A saber: mobilização máxima, politização máxima e má-

xima polarização programática. Não basta a comparação de governos. Será preciso apresentar propostas programáticas claras, que apontem o sentido geral do novo ciclo que se pretende abrir no segundo mandato Dilma com “mais mudança”. É o caso da reforma política, através de uma Constituinte exclusiva; da democratização da comunicação; da reforma tributária progressiva; das 40 horas de jornada; da revisão do fator previdenciário; da criminalização da homofobia; da revisão dos índices de produtividade agrária.

Paradoxalmente, se mantivermos esta linha, estaremos criando as condições não apenas para a vitória, mas também para um segundo mandato mais avançado, mesmo que em condições mais difíceis.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/algumas-precisoas.html>*

## Chega de PT?

Este é o programa mínimo da oposição: votar em Aécio para “acabar com a raça do PT”.

Para variar, a direita tem motivos e propósitos claros.

Também para variar, entre partidos e pessoas que se dizem de esquerda, há controvérsia sobre o que significaria, do ponto de vista prático, uma derrota do PT nas eleições presidenciais de 2014.

No caso do PV de Eduardo Jorge e da ampla maioria da direção do Partido Socialista Brasileiro, prevaleceu o apoio a Aécio Neves no segundo turno, por afinidades programáticas.

Agora, vejamos o que dizem a respeito dois textos divulgados no dia 8 de outubro de 2014, um assinado pelo Diretório Nacional do Partido do Socialismo e da Liberdade e outro assinado pelo militante do PSTU Valério Arcary.

O primeiro texto diz que o projeto do PSOL “sai fortalecido das urnas” e que os 5 deputados federais e os 12 deputados estaduais eleitos “farão a diferença nos seus estados e no Congresso Nacional na luta por mais direitos”. Afirmar, ainda, que o PSOL deu conta da “principal missão política” que havia se proposto para esta eleição, a saber, apresentar “a melhor candidata e a melhor proposta para o Brasil”, constituindo-se “como a principal referência da esquerda coerente”.

E o que a “principal referência da esquerda coerente” tem a dizer sobre o segundo turno das eleições presidenciais?

Afirmar que um segundo turno, “quando não nos sentimos representados nele, é muitas vezes mais do veto que do voto”. Diz que

Aécio Neves, PSDB e aliados são os representantes “mais diretos” da classe dominante e do imperialismo. Recomendam que os eleitores do PSOL “não votem em Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais”. Deixa claro não ser “cabível” qualquer apoio dos filiados do PSOL. Ataca a “provável capitulação de Marina Silva à candidatura tucana”, o que seria “aderir ao retrocesso”. Acusa Dilma de estar “distante do desejo de mudanças que tomou as ruas no ano passado” e de ter feito um governo que “atuou contra as bandeiras mais destacadas” da campanha do PSOL. E conclui dizendo que “se Dilma vencer o segundo turno, o PSOL seguirá como oposição de esquerda e lutando pelas bandeiras que sempre defendemos, inclusive durante a campanha eleitoral”.

Portanto, pode-se votar em Dilma, pode-se até fazer campanha por ela, mas o PSOL como Partido optou por não recomendar o voto em Dilma.

Haveria muito que dizer a respeito da posição oficial do PSOL, mas o fundamental a ser dito, na minha opinião, é que **subestima os danos que causaria, à classe trabalhadora brasileira e à esquerda latino-americana, uma vitória de Aécio.**

Aliás, é muito revelador que partidos e pessoas que professam o internacionalismo secundarizem o impacto internacional que teria um giro à direita no governo do Brasil.

**Subestimar os danos que causaria, à classe trabalhadora brasileira e à esquerda latino-americana, uma vitória de Aécio** também é o erro fundamental do PSTU, cuja posição está expressa no texto assinado por Valério Arcary.

Arcary diz que o PT estaria “exagerando nas tintas” e abraçando “um discurso catastrofista que quer apresentar a disputa entre Aécio e Dilma como um armagedon político”, numa “campanha de dramatização [que] não é educativa”.

Arcary reconhece que Aécio é “um horror” e “merece ser combatido impiedosamente”. E concede que “devemos dialogar com nossos colegas de trabalho, em especial aqueles que por fadiga e cansaço

com os governos de colaboração de classes liderados pelo PT, podem estar inclinados a votar nele”.

Mas, diz Arcary, “os marxistas não indicam nunca a escolha do carrasco menos cruel”.

Ou seja, a posição do PSTU é nem Aécio, nem Dilma.

Arcary reconhece que “a maioria do movimento organizado dos trabalhadores deseja derrotar Aécio”. Mas diz que não pode votar em Dilma “porque nos últimos doze anos o PT governou o Brasil ao serviço do capitalismo”. Resumidamente: “o capitalismo brasileiro não tem porque temer o PT”. Não estaria em jogo uma “disputa entre o capital de um lado e o trabalho do outro”, mas sim “dois projetos de gestão do capitalismo, ainda que com diferenças de ênfase”.

Arcary deveria lembrar que em 1964 também houve uma disputa entre “dois projetos de gestão do capitalismo”. Logo, “diferenças de ênfase” podem ter imenso impacto sobre a vida dos trabalhadores e da juventude brasileira.

Portanto, mesmo supondo que ele estivesse correto na sua apreciação sobre o PT e os governos Lula e Dilma, ainda assim votar nulo só teria lógica em dois casos: ou para quem acha que Dilma vai ganhar de qualquer jeito ou para quem aderiu à tese do quanto pior, melhor.

Arcary diz que “os trabalhadores e a juventude, em situações políticas de estabilidade da dominação capitalista, não têm expectativas elevadas, ou seja, não acreditam senão em reformas nos limites da ordem existente.” E afirma que “o papel dos socialistas não pode ser o de reforçar essa prostração político-social, mas, ao contrário, o de incendiar os ânimos, inflamar a esperança, e combater a perigosa ilusão de que é possível regular o capitalismo”. Afirma, ainda, que “a tarefa daqueles que defendem o programa socialista consiste em demonstrar para os trabalhadores que era e é possível ir além”. “Às vezes, infelizmente, muitas vezes, é preciso ter a firmeza de nadar contra a corrente”.

Novamente, este raciocínio de Arcary só teria sentido em dois casos.

O primeiro caso é o de quem acha que existe uma “corrente” favorável ao PT. Mas todos os dados indicam o contrário: “nadar contra a corrente” neste momento é trabalhar ativamente para impedir a vitória da direita. Sendo esta a situação, então ***não tomar posição em favor de Dilma e/ou defender o voto nulo*** na prática favorece a derrota do PT e a vitória da direita.

O segundo caso é o de quem acredita que uma vitória da direita vai “incendiar os ânimos” dos jovens e trabalhadores. Arcary percebe que este raciocínio percorre o terreno perigoso do ***quanto pior, melhor***. Provavelmente por isto ele afirma que “Dilma não corre o risco de ser derrotada pela oposição de esquerda. Dilma corre o risco de ser derrotada por si mesma”.

De fato, se acontecesse uma derrota, a principal responsabilidade política seria do meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Mas uma “oposição de esquerda” que valha este nome não pode subestimar o desastre que uma vitória de Aécio causaria para a classe trabalhadora brasileira e para a esquerda latino-americana.

Cabe a nós, apoiadores da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, ampliar nossa votação no segundo turno, em particular buscar os 4 milhões de votos que tivemos em 2010 e que não compareceram em 2014. Parte destes votos é de eleitores progressistas e de esquerda, que “por fadiga e cansaço” com os governos liderados pelo PT, podem estar inclinados a votar nulo ou a não fazer campanha no segundo turno.

A estes eleitores, mais do que as comparações de praxe entre passado e presente, cabe lembrar que com Dilma haverá um ambiente político mais favorável à luta por mudanças importantes como a reforma política, através de uma Constituinte exclusiva; como a democratização da comunicação; como a revisão da Lei de Anistia; como a reforma tributária progressiva, com taxação das grandes fortunas; como a jornada de 40 horas; como a revisão do fator previdenciário; como a criminalização da homofobia; como a revisão dos índices de produtividade agrária.

E aos líderes de partidos como o PSOL e o PSTU, mesmo correndo o risco de ser acusado de “dramatização”, gostaria de lembrar as palavras de um conhecido militante socialista, proferidas em meados de 1931 contra a política do Partido Comunista Alemão: *Sair à rua com a palavra de ordem “Abaixo o governo Brüning-Braun!” quando, dada a relação de forças, este governo só pode ser substituído pelo de Hitler-Hindenburg, é aventureirismo puro.*

Dada a atual *relação de forças*, não tomar posição em favor de Dilma ou pedir voto nulo é objetivamente favorecer Aécio, piorando a situação objetiva e subjetiva da classe trabalhadora brasileira e afetando negativamente o conjunto da esquerda brasileira, PSOL e PSTU incluídos.

Para evitar isto, divergências claras, pedimos vosso voto em Dilma.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/chega-de-pt.html>

## Como trocar a roda, com o carro em movimento?

A “onda conservadora” é um tema presente em muitas análises das eleições 2014.

Presente, especialmente, naqueles analistas que superestimaram os aspectos progressistas das manifestações de junho de 2013, minimizando o fato delas não serem homogêneas nem organizadas e, principalmente, terem produzido uma reação por parte da direita política e midiática, seja para “interpretar” seu significado, seja para neutralizar eventuais desdobramentos positivos.

Presente, também com destaque, nas preocupações daqueles que subestimaram os nossos adversários nas eleições presidenciais de 2014, acreditando em vitória no primeiro turno e outras quimeras do estilo.

Presente com força, finalmente, naqueles que destacam o que ocorreu no legislativo (redução do número total de deputados da esquerda e eleição bem-votada de porta-vozes da pior direita), minimizando o resultado que obtivemos na eleição presidencial, contra quase tudo e contra quase todos (e inclusive contra alguns da mal denominada base aliada).

Isto posto, a onda conservadora existe, suas raízes vem de 2003 e não pode ser subestimada. Tampouco superestimada, sob pena de pessimismo, derrotismo e desmobilização, na linha da profecia auto-anunciada.

A respeito, recomendo ler o texto “Onda conservadora”, de Guilherme Boulos (reproduzo na íntegra ao final).

Segundo Boulos, o “último domingo revelou eleitoralmente um fenômeno que já se observava ao menos desde 2013 na política brasileira: a ascensão de uma onda conservadora. Conservadora não no

sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita. Talvez, o recente período democrático brasileiro não tenha presenciado ainda um Congresso tão atrasado como o que foi agora eleito. O que já era ruim ficará ainda pior”.

Boulos nota que São Paulo, que foi o berço das mobilizações de junho de 2013, foi também base fundamental desta virada a direita. “Contradição? Nem tanto”: “Por um lado, as jornadas de junho expressaram uma descrença de que as transformações populares se darão por dentro destas instituições. Foram sintoma de uma aguda crise urbana, traduzida no tema da mobilidade. E deixaram um legado positivo com o crescimento das mobilizações populares, ocupações e greves no último período. Esta vertente esquerdista de junho talvez tenha se manifestado eleitoralmente –além da votação no PSOL– pelo aumento das abstenções e votos inválidos. Neste ano somaram 29,03%, mais do que os 26,93% do primeiro turno de 2010 e do que os 26,79% que definem a média das eleições brasileiras desde 1994”.

Aqui há um ponto que eu gostaria de destacar. Nas atuais condições históricas, uma estratégia socialista deve combinar ruas e urnas, mobilização social e presença institucional, movimentos e partidos.

A descrença em transformações “por dentro” das instituições, se conduzir à abstenção eleitoral e a invalidar os votos, se for acompanhada de um movimentismo “sem partido”, não vai conduzir a transformação alguma.

Mutatis mutandis, a ideia de transformação “por dentro”, se não for combinada com a mobilização social, tampouco conduzirá à transformação. Por isto, aliás, é que devemos apontar que o esquerdismo e a esquerda moderada cometem erros simétricos.

Voltemos a Boulos: “junho teve outra vertente, que deixou rescaldos mais marcantes. A direita saiu do armário”. (...) “Isso tudo se sintetizou num antipetismo feroz que correu o país. As ofensas a Dilma em estádios da Copa apenas repetiram o cântico que foi ecoado nas ruas meses antes”.

Sim, este é o fato, a direita saiu do armário. Mas por qual motivo este fato ocorreu?

Na minha opinião, por motivos similares aos da eleição de Tancredo & Sarney no Colégio Eleitoral, depois das Diretas Já; e aos da eleição de Paulo Maluf prefeito de São Paulo, logo depois do movimento pela ética na política conhecido como Fora Collor.

A saber: toda vez que há uma grande mobilização de massas com um sentido progressista, há uma reação. E se a mobilização de massas não tem organização, homogeneidade e desdobramentos, a reação terá maior êxito em “domesticar” seu significado.

Boulos acrescenta algo muito importante: “Alguns petistas ainda não compreenderam. Pensaram estar lidando com uma segunda versão do movimento “Cansei”. E por isso são incapazes de entender o que ocorreu no último domingo. Aécio ganhou no Campo Limpo, Itaquera, Jardim São Luis, Ermelino Matarazzo e Sapopemba. Elite?”

Novamente, este é o fato: o anti-petismo penetrou setores populares. Não é apenas um fenômeno da “classe média tradicional” e do grande empresariado. Mas que setores populares são antipetistas? E por quais motivos?

Arrisco a seguinte explicação, evidentemente incompleta e parcial: há um fenômeno “geracional”, há um fenômeno “social” e um fenômeno “político-ideológico”.

“Geracional”: a nova classe trabalhadora (por idade ou por tempo de carteira) não pensa da mesma forma que a “velha” classe trabalhadora e não tem os mesmos vínculos e opiniões com o PT.

“Social”: o fenômeno de ascensão social via consumo tende a gerar um comportamento social que mimetiza a “velha classe média” no que ela tem de pior. Risco que não é levado em devida conta por quem acha que nosso objetivo é criar um “país de classe média”.

“Político-ideológico”: nos últimos 12 anos, a direita reforçou seus aparatos de comunicação, cultura e educação. E a esquerda, na melhor das hipóteses, fez muito menos do que deveria e poderia.

Os três fenômenos citados estão presentes, de forma combinada, em todo o país. E estão na base da popularização do antipetismo. Contudo, por quais motivos as eleições conduziram a resultados regionalmente tão contrastados?

Entre outros motivos, na minha opinião, porque...

... 1. Os aspectos positivos do que fizemos nestes 12 anos impactaram de maneira regionalmente desigual;

... 2. a correlação de forças e a influência da hegemonia da classe dominante também são diferentes de região para região. Em São Paulo, por exemplo, há um peso maior do grande empresariado e dos setores médios tradicionais;

... 3. finalmente, porque se é verdade que em nosso discurso faltou politização/polarização de classe, também é verdade que em nosso discurso esteve presente uma politização/polarização digamos “regional”.

Este terceiro aspecto vale para nós, mas também para a direita. Aliás, este é um tema que não aparece na análise de Boulos: o antipetismo de base popular (assim como, no passado, o antivarguismo etc.) é mais forte em determinadas regiões do país, como São Paulo.

Sigamos adiante com Boulos: “o que o PT teimou em não compreender é que o modelo de governo que adotou nos últimos doze anos chegou ao esgotamento. Junho de 2013 foi um sintoma disso. O pacto social construído por Lula em 2002 não funciona mais. A ideia de que todos os interesses são conciliáveis, de que todos podem ganhar, depende do crescimento econômico e da desmobilização das forças sociais”.

Para ser preciso, desde 2005 setores importantes do PT vem apontando para o esgotamento da estratégia (não apenas do “modelo de governo”) baseado em mudanças sem rupturas, baseado na ampliação das políticas públicas mas não em reformas estruturais etc.

Hoje, arrisco dizer que parte importante do PT já se convenceu de que é preciso outra estratégia, embora haja opiniões diametralmente opostas sobre o que seria esta outra estratégia.

Mas... os setores que são majoritários na direção nacional do PT não se convenceram da necessidade de mudar a estratégia *a tempo de incidir nas eleições de 2014*. Pesou nesta postura, na minha opinião, uma visão equivocada acerca do cenário em que esta eleição se daria. Mas, desde que perceberam qual o cenário real, vem havendo uma *tentativa* de ajustar, senão a estratégia, pelo menos a tática.

Esta tentativa, como Boulos aponta, dá espaço preferencial para "uma retórica semelhante à de 2006 contra Alekmin, dos de baixo contra os de cima", sendo que "a eficácia [desta retórica] pode não ser a mesma".

Qual a alternativa? "Apontar o rumo de transformações populares para o próximo mandato", opção que nas palavras de Boulos pode causar problemas com aliados de centro e direita.

O desafio, resumidamente, está em saber *trocar a roda do carro, com o carro andando*.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/como-trocar-roda-com-o-carro-em.html>

## **Resolução da direção nacional da Articulação de Esquerda**

1. Acertamos ao prever que a eleição seria muito provavelmente resolvida no segundo turno e que seria duríssima. Hoje parece desnecessário insistir nisto, mas é bom lembrar que a subestimação dos adversários (“são anões políticos”) e o salto alto (vitória no primeiro turno) prevaleceu até 13 de agosto. Estes erros não podem repetir-se no segundo turno.

2. Os resultados do primeiro turno confirmam: embora Dilma saia com vantagem, o resultado da eleição presidencial não está garantido.

3. A candidatura Aécio Neves conta com o apoio da extrema-direita, do oligopólio da mídia, da especulação financeira e de potências estrangeiras. A frente reacionária em torno de Aécio vocalizará os interesses dos setores hegemônicos do grande capital, nacional e internacional. Conterá, também, com o apoio de setores que apoiaram outras candidaturas presidenciais, como é o caso do PV, do Pastor Everaldo e do PSB. Aécio fará de tudo, legal ou ilegal, para tentar nos derrotar. Portanto, precisamos estar política, organizativa e psicologicamente preparados para três semanas de guerra.

4. Mas tampouco devemos temer os adversários. O único que devemos temer são os “ufanistas-de-primeiro-turno” que agora se convertem em “derrotistas-de-segundo-turno”. Os números abaixo dão elementos importantes para nossa reflexão:

	1º turno de 2014		1º turno de 2010		
<b>Dilma</b>	41,59%	43.267.478	<b>Dilma</b>	46,91%	47.651.434
<b>Aécio</b>	33,55%	34.897.206	<b>Serra</b>	32,61%	33.132.283
<b>Marina</b>	21,32%	22.176.613	<b>Marina</b>	19,33%	19.636.359

5. Os números do primeiro turno de 2014 (acima) são semelhantes aos do primeiro turno de 2010. Quem ficou impactado com os 33,55% de Aécio é porque acreditou nas pesquisas, mas esqueceu que em 2010 Serra já havia obtido 32,61%. O fundamental não são os índices, mas o movimento: Aécio vai ao segundo turno numa curva ascendente, o que pode favorecê-lo nas pesquisas iniciais do segundo turno, mas que pode ser revertida nas próximas semanas com a ampliação da mobilização social e demarcação programática de nossa parte.

6. Marina, por sua vez, aumentou tanto percentualmente quanto em votação absoluta, em relação ao resultado que teve em 2010. Mas o movimento é oposto: ela saiu politicamente menor. Apesar disto, o apoio dela, do PSB e do PV no segundo turno tem mais relevância política que estritamente eleitoral, pois com este apoio Aécio pretende tornar sua candidatura mais palatável a setores contrários às políticas tucanas.

7. Por isto mesmo, devemos dar especial atenção para os mais de 4 milhões de votos que nós perdemos, em relação as eleições de 2010. Neste sentido, nossas prioridades são: a) recuperar os eleitores que perdemos; b) atrair a parcela progressista do eleitorado de Marina; c) atrair parcela dos votos não válidos do primeiro turno; d) tentar manter neutros os demais segmentos.

8. Tomando como base as pesquisas de primeiro turno, consideramos que estes votos que perdemos são, no fundamental: a) socialmente, de jovens trabalhadores; b) residem nos grandes centros urbanos; c) politicamente são pessoas com simpatias à esquerda.

9. Para ganhar estes setores, será preciso manter a linha geral de campanha. A saber: *mobilização máxima, politização máxima e máxima polarização programática. Mas não basta a comparação de governos.* Será preciso apresentar propostas programáticas claras, que apontem o sentido geral do novo ciclo que se pretende abrir no segundo mandato Dilma com “mais mudança”. Entre estas propostas, destacamos:

- a) reforma política, através de uma Constituinte exclusiva;
- b) democratização da comunicação;
- c) reforma tributária progressiva, com imposto sobre grandes fortunas;
- d) 40 horas de jornada;
- e) revisão do fator previdenciário;
- f) criminalização da homofobia;
- g) revisão dos índices de produtividade agrária.
- h) revisão da Lei da Anistia, para punição dos torturadores e sequestradores.

10. Sem prejuízo das ações no sentido de neutralizar ou ganhar outros setores políticos e sociais, o esforço fundamental deve ser o de manter e ampliar o voto junto à classe trabalhadora, em especial a juventude trabalhadora.

11. Do ponto de vista geográfico, é preciso manter e ampliar os resultados obtidos; mas cabe atenção especial para a Grande São Paulo, bem como para alguns estados, como é claro São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, onde ademais temos uma candidatura petista disputando o segundo turno.

12. A linha geral é: frente única contra a direita neoliberal. Neste sentido, a decisão da direção nacional do PSOL para o segundo turno, recomendando seus eleitores a não votar em Aécio e tomar livremente sua decisão, deve servir para que nós eleitores da Dilma peça-mos o voto dos eleitores da Luciana Genro. Por outro lado, devemos buscar os votos dos eleitores progressistas e populares de Marina e de Eduardo Jorge. Para que esta frente única tenha êxito, reiteramos

ser fundamental dar continuidade à correta guinada à esquerda dada pela campanha depois de 13 de agosto, assumindo fortemente os pontos programáticos que elencamos acima e explicando de forma didática para a população as consequências práticas da opção neoliberal do tucanato.

13. A ampliação da campanha é fundamental para neutralizar o “programa mínimo” da oposição, que será o antipetismo. E é preciso perceber que, em estados como o São Paulo, o antipetismo contaminou também setores populares.

14. Para enfrentar o ódio e a desinformação, será preciso aliar a firmeza no combate aos inimigos com a paciência no diálogo com os setores populares e aliados que tem críticas a nós. Por isto é fundamental realizar mutirões, visitas de casa em casa, atividades nos bairros populares onde possamos não apenas falar, mas também ouvir.

15. Será necessário, também, estar especialmente atento para as agressões, armações e manipulações, a começar pelas pesquisas.

16. A experiência do primeiro turno mostrou que as pesquisas continuam sendo um instrumento fundamental no ânimo e motivação da militância. Mas as eleições também mostraram que as pesquisas estão sendo manipuladas e/ou contém falhas metodológicas gravíssimas, motivos pelos quais elas não podem substituir nunca a análise política.

17. As direções estaduais, municipais, setoriais, núcleos, comitês de candidaturas, devem convocar ao longo das próximas semanas várias plenárias de mobilização com petistas, simpatizantes e eleitores.

18. Devemos convidar para estas plenárias toda a esquerda, todas as forças democráticas e populares, todos os setores progressistas, todos aqueles que não participam ou são oposição ao governo encabeçado por nós, mas que não desejam uma restauração neoliberal.

19. Certamente será necessário um profundo balanço da situação geral do Partido, debilidades e diferenças. Mas o momento para fazer isto é depois de concluída a batalha presidencial e as batalhas pelos governos onde estivermos no segundo turno.

20. O povo brasileiro, a classe trabalhadora e a esquerda socialista estão muito perto de conquistar mais uma importante vitória, reelendo a presidenta Dilma Rousseff e criando as condições para um segundo mandato superior, alinhado com as reformas democráticas e populares. Mas para atingir estes objetivos será preciso, mais do que nunca, *manter a guarda alta, o salto baixo e fazer uma defesa firme de nossas bandeiras.*

*A direção nacional da Articulação de Esquerda  
08 de outubro de 2014*

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/resolucao-da-direcao-nacional-da.html>

## 2018

Em 2010, na campanha eleitoral, eu ouvi que o melhor controle social da mídia seria o controle remoto.

Acontece que o oligopólio da mídia tem várias cabeças, mas fala uma só língua. E de pouco adianta mudar o canal.

Em 2013, lá na Quadra dos Bancários, durante o ato de inauguração do XIX Encontro do Foro de São Paulo, eu ouvi que os jornais estariam superados, que o futuro seria digital etc. e tal.

Acontece que as redes não são tão democráticas e neutras como parecem ser. E, sem redações permanentes de nosso lado, quem define a pauta é o lado de lá. E se jornais e revistas semanais fossem instrumentos dispensáveis na luta política, por quais motivos a classe dominante investe tanto nos seus?

No início de 2014, eu ouvi que “venceríamos no primeiro turno”, até porque nossos inimigos seriam “anões políticos”.

A crença na vitória em primeiro turno eu já conhecia, de 2006 e de 2010. Nos dois casos, só serviu para produzir desânimo na tropa, quando chegou o segundo turno.

Já quanto aos “anões políticos”, bom...

Aécio é um playboy, o candidato perfeito dos coxinhas e das madames. Mas não é a primeira vez que a direita brasileira recorre, no desespero, a “salvadores da pátria”. Ademais, como subestimar um inimigo que prosseguiu mesmo quando viu sua campanha virando pó?

Lá para maio de 2014, foi a época das ilusões na chamada terceira via.

Havia de tudo: os que achavam que a terceira via não ia ter candidato, os que achavam que se tivesse não decolaria, os que achavam

que se decolasse poderia ser até melhor, os que achavam que a candidatura da terceira via poderia nos apoiar contra os tucanos...

Hoje sabemos onde foi parar a terceira via.

A partir de setembro de 2014, foi a vez das pesquisas. Cada uma que saía apontando que podíamos ganhar no primeiro turno, consumia energias imensas em discussões infundáveis...

Agora, o mesmo: cada pesquisa que sai, gera também discussões infundáveis, consumindo energias que poderiam ser melhor aplicadas no debate político com a população.

Existem os que acreditam que, com nossos 10 minutos no programa de TV, seremos capazes de responder-bem-respondido cada uma das acusações feitas nas demais 23 horas e 50 minutos da programação...

Melhor, penso eu, utilizar nosso tempo demarcando os dois projetos e apontando ações de futuro que empolguem a classe trabalhadora, os setores populares, a juventude, as mulheres, os setores progressistas e de esquerda, todos os setores que vão garantir a nossa vitória.

Mas a pior das ilusões é a que ouvi, talvez não por coincidência, no Dia da Criança: *se viéssemos a perder as eleições agora, voltaremos em 2018*.

Bom, todo mundo é livre para sonhar. No caso, me fez lembrar uma história ilustrada da Segunda Guerra, da editora Renes, que eu lia quando tinha uns 10 anos.

Eram vários títulos: *Tobruk, Guadacanal, Comandos, A batalha das Ardenas, O Dia D...*

Dentre tantos, me impressionaram muito os que contavam a história da invasão da URSS.

No começo, os nazistas entraram com tudo. Mas a partir de certo momento, a resistência foi crescendo e a ofensiva nazi foi perdendo energia.

Há mil e uma razões para isto. Mas nos livrinhos da Renes, era citada uma que nunca esqueci: os nazistas eram muito cruéis.

Cruéis com o povo, pois eles consideravam que os eslavos eram um povo inferior. Para usar a linguagem de alguns coxinhas, os eslavos eram “nordestinos”.

E cruéis com os oficiais do Exército e com os militantes do Partido, para quem havia ordens de fuzilamento sumário. Para usar a linguagem de algumas madames, eram “petralhas corruptos”.

A crueldade nazista era tamanha, que num determinado momento da guerra não era mais necessário convencer ninguém: cada cidadão soviético, cada soldado raso, cada dirigente do governo ou do exército, sabia que a luta era de vida ou de morte.

Ou derrotavam os nazistas, *ou seriam transformados em escravos por muitas e muitas gerações.*

Acho que esta convicção, entranhada em cada indivíduo, motivou boa parte da bravura, do empenho, do espírito de sacrifício, de milhões de combatentes que, no final das contas, ganharam a guerra e derrotaram os nazistas.

Isto posto, a quem fica se iludindo sobre 2018, eu prefiro dizer o seguinte: **o caminho para ganhar em 2018 passa por ganhar em 2014.**

Se um feitiço entregasse a presidência ao **playboy dos coxinhas e das madames**, não acredito que viveríamos quatro anos normais e depois uma “eleição limpa”.

Se um feitiço entregasse a presidência ao playboy dos coxinhas e das madames, o mais provável é que tivesse início um período de muitos anos de perseguição contra o povo, contra os sindicatos, contra os movimentos sociais, contra a esquerda, contra o PT e especificamente contra Lula.

Afinal, as elites aprenderam com 2005. Naquele ano, eles acharam que nós íamos sangrar, sangrar e perder nas eleições. E, de fato, nós sangramos, sangramos, mas também lutamos e ganhamos em 2006 e 2010.

Agora, se um feitiço desse a presidência ao playboy, é muito pouco provável que a direita cometesse o mesmo erro de 2005. Pelo contrário, tentariam criminalizar, processar e condenar o maior número possível de lideranças da esquerda. A começar por aquela que é a liderança mais querida pelo povo brasileiro.

Por tudo isto, não cabe ter nenhuma, absolutamente nenhuma ilusão no lado de lá. Eles já demonstraram várias vezes não ter limites.

É preciso que nossa militância, nosso eleitorado, nosso povo tenha muito claro o que está em jogo, até porque esta consciência aumenta o empenho que todos e todas estamos dedicando à reeleição de Dilma Rousseff.

E é desse empenho, do empenho de cada um dos milhões de brasileiras e brasileiros que sabem o que está em jogo, que virá nossa vitória no dia 26 de outubro.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/2018.html>*

## Alemão

Li recentemente, mas o alemão me impede recordar a fonte: num combate, um dos momentos mais perigosos ocorre quando as tropas de um exército estão prestes a se chocar com as tropas do exército inimigo.

Quando o ataque começa, há aquele entusiasmo. Mas durante o ataque, o bombardeio inimigo, as primeiras baixas, a visão da trincheira adversária, o barulho infernal... tudo isto gera nos soldados um medo crescente.

O medo aumenta, a cada passo dado em direção ao momento em que vai ocorrer o choque entre os dois exércitos. Esta é a hora do risco máximo, em que o ataque pode virar retirada, debandada, fuga.

Então, é importante a boa comunicação, através de cornetas, tambores, bandeiras e no gogó.

Mas o que importa mesmo é a segurança dos oficiais e a coragem dos atacantes.

Nos exércitos normais, em que a soldadesca funciona com base na disciplina imposta, os oficiais pesam mais.

Nos exércitos populares, em que funciona a disciplina consciente, a moral da tropa é o mais importante.

Por moral da tropa, entenda-se: conhecer e estar convencido acerca das razões da luta, da justiça da causa.

O alemão me fez esquecer onde li isto. E também esqueci por qual motivo estou escrevendo isto agora. Mas se há alguma razão, haverá de entender.

ps. tem uma versão desmilitarizada desta história. Trata-se do grande nadador que foi atravessar um rio de grande extensão, a nado. Na metade do trajeto, no meio do rio, ele cansou e decidiu voltar. A nado.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/alemao.html>*

## A caixa de gordura

Respeito e entendo quem está se sentindo desconfortável com o nível dos dois debates presidenciais ocorridos neste segundo turno.

Desconheço qual a avaliação da coordenação da campanha e o que dizem as pesquisas a respeito.

Isto posto, minha opinião pessoal é a seguinte: no dia-a-dia da campanha, cada um de nós sabe qual o nível do debate e qual o nível das acusações a que estamos sendo submetidos nas ruas e nas redes.

Nelas, o debate “de alto nível” sobre os dois projetos é convertido a seus termos mais simples: verdade e mentira, honestidade e falsidade, tolerância e preconceito, pobre e rico, trabalhador e explorador, vida e morte...

Sendo estas as condições escolhidas pelo lado de lá, considero inevitável que, sem deixar de falar nos dois projetos, sejamos obrigados a desmascarar, tanto como pessoa jurídica quanto física, uma candidatura que se comporta como “pombo enxadrista” (ver ilustração ao final).

Insisto neste ponto: as condições da disputa foram escolhidas pelo lado de lá. Escolhidas conscientemente, pois incapazes de defender seu passado e impossibilitados de apresentar qual futuro propõem, lhes resta radicalizar “contra tudo isto que está aí”, mesmo que para isto tenham que distorcer os fatos.

Esta é a escolha feita pela maioria dos meios de comunicação, quando maximizam os problemas (reais ou supostos) do PT e de seus governos, quando minimizam ao máximo os problemas do PSDB e de suas administrações (veja o caso da água em São Paulo), quando

publicam as “afirmações” de Aécio enquanto criticam as “alegações” de Dilma, quando invertem o ônus da prova...

Esta é a escolha feita pelo próprio Aécio, que se comporta como aquele assaltante que grita “pega ladrão” para disfarçar seu malfeito.

Esta é a escolha feita por 9 em cada 10 militantes da candidatura Aécio, que repercutem todo tipo de mentira e ofensa, e cada vez mais partem para a ignorância.

Aliás, o candidato das elites não é quem é, nem é como é, por acaso. Ele é produto da “seleção natural” que gerou centenas de milhares como ele: filhinhos de papai, coxinhas, mauricinhos, toda a fauna e flora playboy, com seus conhecidos hábitos pessoais, seu nepotismo e seu repertório de violência verbal e física.

É repugnante (e aqui vai toda minha solidariedade à presidenta Dilma) ter que desmascarar tudo isto. Mais lamentável ainda, contudo, é não deixar claro que o ser Aécio resume a conduta política de toda uma segmento social. Quem o vê nos debates, reconhece logo o tipo: valentão de boutique, grosseiro com os pobres e servil com os ricos.

Como disse no início, não tenho elementos objetivos para julgar os efeitos eleitorais dos dois confrontos diretos ocorridos neste segundo turno.

Mas animicamente acho reconfortante ver que nossa principal militante sabe que estamos enfrentando um gangsterismo estilo Al Capone; sabe que não ganharemos com performances a la Woodstock; sabe que estamos num daqueles momentos em que o exemplo pessoal da comandante ajuda muito no ânimo dos combatentes (<http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/alemao.html>).

Limpar a caixa de gordura espalha um cheiro ruim pela casa. Mas depois da limpeza, o cheiro passa. Já a outra alternativa...

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/a-caixa-de-gordura.html>

## Siqueira tem saudade de Meirelles!!!!

Em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, o novo presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, o senhor Carlos Siqueira, tenta explicar o apoio de seu partido à candidatura de Aécio Neves.

Segundo Carlos Siqueira, “para que se possa compreender as razões que levaram o Partido Socialista Brasileiro a optar pelo apoio programático à candidatura de Aécio Neves é preciso partir de um elemento de realidade. Esse elemento já estava posto quando o saudoso governador Eduardo Campos decidiu protagonizar a luta pela mudança da qualidade da práxis política: as realizações do PT de Lula não são as mesmas de Dilma Rousseff”.

Esperávamos que na sequência Siqueira apontasse as supostas ou reais *diferenças programáticas* entre os governos Lula e Dilma, e justificasse a partir daí um apoio programático a quem fez oposição tanto ao “PT de Lula” quanto a Dilma.

Mas não é isso que vem na sequência.

O que vem na sequência é uma catilinária sobre o “envelhecimento de ideais, inerente à permanência no poder. Esse processo de fadiga prática e teórica leva, não raro, à aristocratização de lideranças que, na origem, eram comprometidas com as causas populares. Ou seja, o PT que está no poder há 12 anos envelheceu e se afastou de sua base social e de seus ideais políticos”.

Deixo registrado que este mesmo raciocínio não foi aplicado no estado de São Paulo, onde o PSB apoiou a reeleição do governador Geraldo Alckmin, senhor das águas e da falta de água.

Talvez os tucanos envelheçam melhor ou não envelheçam (Oscar Wilde?).

Supondo que seja verdade que há uma fadiga de material, ainda assim qual a justificativa programática para apoiar no segundo turno quem se opõe não apenas a Dilma em 2010 e 2014, mas também se opôs ao PT e a Lula em 1994, 1998, 2002 e 2006?

Siqueira argumenta o seguinte: "impunha-se, portanto, como tarefa política, criar para os brasileiros uma oportunidade concreta de alternância. Esse é um princípio básico do regime democrático, ao qual nosso partido se engajou sem qualquer ambivalência já no momento de sua fundação, em 1947".

O "portanto" aí é pura prestidigitação retórica: voce lê o portanto, acha que uma coisa leva a outra, quanto na verdade o autor está mudando de assunto, está deixando de lado qualquer debate explícito sobre o programa e passando a discutir outra coisa. A saber, a tal "alternância".

Ao tratar do tema, Siqueira confunde o direito à alternância com a natureza da alternância.

O direito à alternância é garantido pelas liberdades democráticas, que permitem ao povo eleger e não eleger seus governantes.

Mas qual a natureza da alternância?

Uma pessoa ser substituída por outra? Um partido ser substituído por outro? A esquerda ser substituída pela direita? Uma desenvolvimentista por um neoliberal? Um democrata ser substituído por um fascista?

A defesa em abstrato da alternância, desconsiderando o conteúdo do projeto de cada partido/governo/governante, pode levar a opções absurdas, inaceitáveis como algumas das citadas no parágrafo acima.

Por isto, para evitar este tipo de desfecho absurdo, é imprescindível distinguir o direito à alternância, do conteúdo concreto da alternância.

Siqueira sabe disto, penso eu, mas ele está obnubilado pelo discurso de 9 em cada 10 direitistas deste país: *derrotar o PT* em defesa da... democracia, da ordem, dos bons costumes, da honestidade, do bom gosto e principalmente do direito de enriquecer sem olhar o que está acontecendo com os pobres e com os trabalhadores.

Tanto é assim que a contradição programática, para ele, vira um mero “complemento”. Pois o essencial para ele, o que vem em primeiro lugar, é derrotar o PT (a tal “alternância”).

Reparem na frase: “Nota-se, em complemento, que a aproximação com o PSDB não é incondicional e que está amparada por diretrizes programáticas baseadas em sugestões do PSB. Daí a nossa firme decisão de apoiar de forma entusiástica a candidatura de Aécio Neves à Presidência da República”.

Divertido, não? Não é incondicional, mas é entusiástica.

E por qual motivo não é incondicional? Porque, conforme Siqueira deixa implícito, o PSDB é o partido do “favorecimento do grande capital”, da “renúncia à soberania nacional” e da “aliança com o capital financeiro internacional”.

E apesar disto tudo, o apoio é entusiástico!!!

A forçada de barra é tão grande, que ele é obrigado a usar uma desculpa.

E a desculpa é a seguinte: ”o petismo que chegou ao poder se valeu de um quadro ligado à banca internacional e eleito deputado federal pelo PSDB, Henrique Meirelles, para comandar o Banco Central. Sua política no BC assegurou ganhos extraordinários às instituições financeiras nacionais e internacionais”.

Vamos supor que o PT chegou ao “poder”.

E vamos reconhecer que especialmente entre 2003 e 2005, Henrique Meirelles teve poderes que nunca deveria ter tido, numa presidência do BC para a qual ele nunca deveria ter sido nomeado.

Mas mesmo supondo isto tudo, ainda cabe perguntar: um petista ter aceito um tucano na presidência do BC é justificativa para um socialista defender um tucano na presidência da República???

Só pode responder positivamente esta pergunta, quem gostou tanto da política do tucano na presidência do BC, que agora quer estender a tucanagem para o conjunto do governo federal.

Talvez seja este, para Siqueira, o grande defeito de Dilma: não ter Meirelles na presidência do BC!!!

Que tipo de “possibilidade libertária” isto nos traria, só Milton Friedman pode explicar.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/siqueira-tem-saudade-de-meirelles.html>*

## Nas vésperas

Pode haver muita tensão pós-eleitoral.

Seja por atos agressivos de aecistas.

Seja por decisão política da campanha tucana, frente à uma quarta derrota presidencial consecutiva.

Não sei dizer qual será a posição do conjunto da cúpula tucana.

Mas já sabemos qual é a posição de um de seus integrantes: Alberto Goldman.

Esta posição, que já foi criticada por Breno Altman, está disponível no seguinte texto:

<http://www.psdb.org.br/o-brasil-rejeitou-o-pt-dilma-nao-teria-condicoes-de-governar-o-brasil-por-alberto-goldman/>

A crítica de Breno Altman está aqui:

<http://operamundi.uol.com.br/brenoaltman/2014/10/20/tucanos-flertam-com-golpismo/>

No final de seu texto, Goldman pergunta o seguinte: “ainda que vitoriosa nas urnas, Dilma teria condições de governar o Brasil?”

O que motiva a pergunta de Goldman?

Não são as dificuldades da economia internacional ou nacional.

Não é o apoio congressual nem a capacidade de gestão.

O que motiva a pergunta de Goldman é a **composição social do eleitorado de Dilma**.

Segundo Goldman, no primeiro turno “o Brasil rejeitou o PT”.

E prossegue: “Dilma recebeu 41,5 % dos votos válidos no primeiro turno das eleições. Os restantes são 58,5%, somando-se Aécio, Marina e os nanicos. Todos, sem dúvida, que fazem oposição ao PT.

Os brancos e nulos não computados nessa conta (9% do total de eleitores) e parte das abstenções (19% do eleitorado) têm, também, um caráter de rejeição”.

Se Goldman ficasse por aqui, seu texto seria apenas acaciano.

Pois é óbvio que se temos segundo turno, é porque ninguém teve maioria absoluta no primeiro.

E o sistema eleitoral em dois turnos permite exatamente que alguém se eleja, com maioria relativa ou absoluta, graças aos votos de quem fez outra opção no primeiro turno.

Em 2002, 2006 e 2010, Lula e Dilma não tiveram maioria absoluta no primeiro turno. Mas ganharam o segundo turno. E governaram o país.

Ao compararmos os oito anos de **FHC-vitorioso-no-primeiro-turno** com os oito anos de **Lula-vitorioso-no-segundo turno**, constatamos que ter maioria de votos já no primeiro turno influi, mas não *determina* a governabilidade, muito menos o *conteúdo* e o *êxito* de uma administração.

Acontece que o questionamento de Goldman é *de fundo, bem fundo, fundo mesmo*: ele não considera que os votos em Dilma tenham o mesmo valor que os votos dados a Aécio.

Reproduzo as palavras de Goldman: “O Brasil do trabalho formal, produtivo, dos seus trabalhadores e empresários, no campo e na cidade, o Brasil da cultura e da tecnologia – essa é, de fato, a elite brasileira – rejeitou, por ampla maioria, o PT e sua candidata. Deu mais votos a Aécio e Marina. Os outros, com todos os direitos que lhes devem ser garantidos e com toda a proteção social que a sociedade lhes deve, são os excluídos. Deram a maioria dos votos à Dilma.”

E aí vem o corolário: “A pergunta que qualquer pessoa intelectualmente honesta deve se fazer é se com esse perfil político do eleitorado, ainda que vitoriosa nas urnas, Dilma teria condições de governar o Brasil?”

Cientificamente, o raciocínio de Goldman é baseado em vários sofismas, meias verdades e mentiras completas acerca do “mapa de votação” e da estrutura de classes existente no país.

Aliás, neste terreno científico, o raciocínio de Goldman tem paradoxais afinidades eletivas com um raciocínio incorreto cometido por nossa campanha, quando insistimos em cortejar e almejar um país “majoritariamente classe média”.

Mas o problema principal de Goldman não está na “ciência pura”, mas nos seus desdobramentos políticos: o raciocínio deste tucano é *potencialmente golpista*.

Afinal, qualquer pessoa “intelectualmente honesta” consegue perceber que a tese de fundo, bem fundo, fundo mesmo de Goldman é a seguinte: **o voto do pobre não é tão legítimo assim**. E como o voto do pobre não é tão legítimo assim, o governo dele resultante tampouco será tão legítimo assim.

Por isto é que Goldman questiona se Dilma, ”ainda que vitoriosa nas urnas, teria condições de governar o Brasil?”

Se o pensamento de Goldman for hegemônico na cúpula tucana, o pós-eleitoral será mesmo muito tenso.

Sendo assim, não basta vencer as eleições.

Temos que vencer com uma diferença que contenha o golpista potencial que existe na alma de certos tucanos.

Por isto, nas vésperas do *day after*, temos que ampliar ao máximo a diferença pró-Dilma; coesionar ao máximo a frente democrática contra o retrocesso neoliberal; e alertar as camadas populares, os setores democráticos, progressistas, de esquerda, socialistas, sobre o que pode estar sendo planejado pelo lado de lá.

No mesmo sentido, devemos estar preparados para de tudo um pouco, seja na campanha de rua, seja no debate na Globo, seja nos meios de comunicação, seja nas pesquisas, seja no acesso dos eleitores às urnas, seja no momento da totalização e divulgação dos resultados.

Para que o *day after* seja uma grande festa do povo, é preciso lembrar que *prudens cum cura vivit, stultus sine cura*.

Para quem não entende latim e está sem acesso ao tradutor automático, basta o seguinte:

- nós, cum cura;
- eles, sine cura.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/nas-vesperas.html>

## Cada profissão tem o Lobão que merece

Quando a mídia quer dar aparência “objetiva” para as suas posições, é comum recorrer à “opinião isenta de um especialista”.

Marco Antonio Villa é um destes “especialistas”.

Sua “objetividade científica” pode ser medida pelo artigo publicado pela *Folha de S.Paulo*, no dia 23 de outubro de 2014.

Título do artigo?

“Fora PT!”

Citaremos e comentaremos a seguir o tal artigo, reproduzido na íntegra ao final.

Villa começa com uma afirmação que consideramos correta: “estamos vivendo o processo eleitoral mais importante da história da República”.

Mas os motivos dele são diferentes dos nossos.

Consideramos que está em jogo a possibilidade de aprofundar as mudanças iniciadas em 2003.

Já Villa entende que nestas eleições “está em jogo um mandato de 12 anos”.

Aparentemente, ele não fala dos 12 anos passados, mas dos próximos 12 anos.

Segundo entendi, Villa é daqueles que acha que uma vitória do PT em 2014 nos garantiria mais três mandatos presidenciais.

Para nós, a vitória de Dilma não é a vitória do PT tão somente, mas é a vitória das forças políticas e sociais que defendem outro projeto de país.

Para Villa, “caso o PT vença, estarão dadas as condições para a

materialização do projeto criminoso de poder – expressão cunhada pelo ministro Celso de Mello no julgamento do mensalão”.

Ou seja: o PT, na opinião de Villa, pode ser resumido a uma organização criminosa.

Convenhamos: quem pensa assim, se for coerente, não vai reconhecer a legitimidade de um futuro governo Dilma e pode vir a romper a legalidade.

E uma hipotética vitória de Aécio, o que seria?

Segundo Villa, neste caso “poderemos pela primeira vez ter uma ruptura democrática – pelo voto – com a vitória da oposição. Isso não é pouco, especialmente em um país com a tradição autoritária que tem”.

Ops!!!

De 1989 a 2010 tivemos seis eleições presidenciais.

O PT perdeu três e ganhou três.

Villa tem todo o direito de dizer que uma hipotética vitória de Aécio seria uma “ruptura democrática”.

Mas não é sério dizer que seria “pela primeira vez” uma “ruptura democrática – pelo voto’ – com a vitória da oposição”.

Pois como todos sabemos, em 2002, com a vitória de Lula, tivemos uma vitória da oposição que com muito mais motivos pode ser qualificada de “ruptura democrática”.

Salvo se...

Salvo se Villa achar que estamos numa ditadura ou algo equivalente a isto.

Temos visto gente do PSDB falar isto nas ruas.

Certamente é o que Villa pensa e por isto ele fala em ruptura democrática pelo voto.

Na opinião de Villa, “o PT não gosta da democracia. Nunca gostou. E os 12 anos no poder reforçaram seu autoritarismo”.

Na nossa opinião, o PT quer mais democracia, mais participação popular, mais controle social, mais transparência, mais liberdade de comunicação.

Acontece que a “democracia” que Villa defende não é a democracia que o PT defende.

E mesmo nos marcos da democracia que Villa defende, façamos uma comparação do governo Aécio com o governo Dilma, em por exemplo dois temas: transparência e liberdade de imprensa.

Em qual governo as informações são mais amplamente divulgadas?

Em qual governo os meios de comunicação são mais críticos ao governo?

Convenhamos, mesmo adotando os critérios que provavelmente são os que Villa considera índices de democracia e autoritarismo, a comparação é clara: no governo Dilma há mais transparência e liberdade de imprensa.

Villa considera que “hoje, o partido não sobrevive longe das benesses do Estado. Tem de sustentar milhares de militantes profissionais”.

Aqui Vila enuncia seus desejos, como se fossem fatos.

Claro que ter militantes profissionalizados, ou seja, recebendo salário para fazer política, seja no Parlamento, nos governos, nos sindicatos e no próprio partido, pode ser importante para qualquer partido.

Aliás, até onde eu sei, Aécio é um exemplo de “político profissional” **tradicional**, desde antes da maioria.

Mas no caso do PT (e da esquerda em geral), a experiência destes 12 anos mostra que a maior vitalidade do PT, demonstrada, por exemplo, neste segundo turno, não vem dos “profissionais da política”.

Pelo contrário, a imensa força e vitalidade do PT vem exatamente daqueles que não recebem salário para fazer política.

A vitalidade do PT vem daqueles que pagam para fazer política, a chamada “militância voluntária”.

Villa afirma que o PT substituiu “o socialismo marxista” pelo “oportunismo, pela despolitização, pelo rebaixamento da política às práticas tradicionais do coronelismo”.

Claro que o pensamento petista é influenciado por diferentes versões do marxismo. Mas falar de “substituição” é forçar a barra, pois a

rigor o PT nunca foi “marxista”, ou seja, nunca adotou o marxismo (ou qualquer outra corrente de pensamento) como sua “doutrina oficial”.

Quanto as demais acusações, convenhamos, na boca de Villa viraram mero xingamento. Novamente, sugiro confrontar as acusações com o que está sendo visto nas ruas.

O PT politiza a disputa, ou seja, deixa claro que há uma disputa de projetos de país (não de pessoas, não de partidos somente).

Aliás, a presença do PT na história brasileira, desde 1980, contribuiu para a politização da sociedade brasileira.

O PT estimula a participação das massas populares na política brasileira. O contrário das “práticas tradicionais do coronelismo”.

Quanto a acusação de oportunismo, é preciso lembrar qual o significado desta palavra, a saber: abandonar os objetivos de longo prazo em favor de ganhos de curto prazo.

Cá entre nós: se o PT tivesse mesmo abandonado os seus objetivos de longo prazo, Villa estaria atacando o PT com tanta virulência???

Na verdade, o que irrita Villa é que depois de 12 anos de governo, depois de concessões e alianças que muitos petistas consideram incorretas, *o conjunto do PT, o que o petismo significa na e para a sociedade brasileira, continua sintonizado com os interesses da classe trabalhadora.*

Para Villa, entretanto, a “socialização dos meios de produção se transformou no maior saque do Estado brasileiro em proveito do partido e de seus asseclas de maior ou menor grau”.

Novamente, fala o tucano, cala o historiador: todos os dados disponíveis apontam para o PSDB como o partido mais envolvido em casos de corrupção.

Portanto, mesmo se todas as acusações feitas ao PT e contra petistas fossem verdadeiras, ainda assim o PSDB ficaria com o troféu de “maior saque”.

O historiador cala e o tucano fala, também, na acusação contra Lula, que Villa acusa de ser “o que há de mais atrasado na política brasileira. Tem uma personalidade que oscila entre Mussum e Stálin”.

Cá entre nós: que tipo de história ensina este senhor, capaz de produzir análises tão desqualificadas?

Villa poderia ter oferecido alguma análise e crítica séria sobre a política de alianças do PT, sobre as relações do PT com setores do PMDB, sobre as concessões feitas a setores do Capital.

Mas ele não fez nada disto. Ele limita-se a ofender o PT e Lula, que segundo ele “fez de tudo para que esta eleição fosse a mais suja da história”.

Ora, ora: foi o PSDB que resolveu colocar no centro da pauta eleitoral o tema da corrupção, do “mar de lama”. É Villa e gente como ele quem trata o PT como uma organização criminosa. E é Lula que está fazendo desta eleição a “mais suja da história”?

Trata-se, digamos, de um problema de “ponto de vista”.

Para Villa, as mentiras divulgadas todo o dia pelo oligopólio da mídia são justas, verdadeiras, corretas, equilibradas e limpas. Já as respostas do PT seriam “sujeira”.

Por exemplo, Villa acusa o PT, “por meio do seu departamento de propaganda – especializado em destruir reputações”, de ter “triturado” Marina Silva “com a mais vil campanha de calúnias e mentiras de uma eleição presidencial”.

Curioso este historiador. Não aponta uma única calúnia, não aponta uma única mentira.

Acontece que o fato, que Villa deveria saber (e neste caso mente), ou não sabe (e neste caso deveria devolver o diploma), é que as “reputações” de Marina e de Aécio não foram “destruídas” pelo PT, mas por eles mesmos.

Marina, ao assumir o programa do PSDB.

Aécio, por ser quem é e defender o que defende.

Por falar em (tentar) destruir reputações: Vila diz que “Dilma nada representa. É mera criatura sem vida própria. O que está em jogo é derrotar seu criador, Lula”.

Novamente, Villa não está observando os fatos. Dilma não apenas tem uma bela história, não apenas tem posições firmes, não apenas é

uma grande presidenta, mas também todos percebem hoje que se converteu numa grande liderança popular.

Para horror do PSDB, o PT agora tem duas grandes lideranças nacionais, não apenas uma.

Mas devemos agradecer a Villa por nos lembrar o que o PSDB faria, se tivesse a oportunidade: tentar destruir Lula.

Mas por qual motivo tanto ódio de Lula?

Villa acusa Lula de ter transformado “o Estado em sua imagem e semelhança”. Quem quer que conheça o Estado brasileiro sabe que isto não é verdade. Aliás, fazer uma profunda reforma que democratize o Estado e a política seguem sendo tarefas pendentes.

Villa diz que Lula “desmoralizou o Itamaraty ao apoiar terroristas e ditadores. Os bancos e as estatais foram transformadas em seções do partido. Nenhuma política pública foi adotada sem que fosse tirado proveito partidário. A estrutura estatal foi ampliada para tê-la sob controle, estando no poder ou não”.

Fatos que sustentam esta tese? Nenhum.

A verdade é o oposto do que diz Villa: apesar do PT ter vencido três eleições presidenciais, parcelas importantes da máquina estatal continuam não apenas “autônomas”, como também influenciadas ou até dirigidas pela oposição.

Vejam o caso do STF: tanto Joaquim Barbosa quanto vários dos ministros que acompanharam seu voto na AP 470, foram indicados por Lula e por Dilma.

Na verdade, o ódio contra Lula é menos pelo que ele fez e mais pelo que ele representa, simbólica e historicamente.

Aliás, a parte mais divertida do texto de Villa é quando ele manifesta sua preocupação com o PT. Diz ele: “a derrota petista é a derrota de Lula. Será muito positiva para o PT, pois o partido poderá renovar sua direção e suas práticas longe daquele que sempre sufocou as discussões políticas, personalizou as divergências e expulsou lideranças emergentes”.

Vou repetir: para Villa, derrotar Lula teria efeitos positivos para o PT. Dá para levar a sério, como historiador, como ser pensante e racional, quem é capaz de escrever isto?

Mas não causa divertimento algum ler o seguinte: “principalmente, quem vai ganhar será o Brasil porque o lulismo é um inimigo das liberdades e sonha com a ditadura”.

Insisto: quem fala e pensa isto, amanhã pode começar a pensar em estimular e apoiar um golpe.

Quem considera que o PT deve ser tratado como “os marginais do poder” não vai aceitar democraticamente mais uma derrota eleitoral.

A parte final do texto de Villa é um elogio ao que Aécio representa. Desnecessário comentar aqui, salvo o seguinte trecho: Aécio “representa a ética e a moralidade públicas”.

Como história, é uma fábula.

Mas como política, revela os padrões de ética e de moralidade considerados ótimos pela oposição de direita.

E uma oposição de direita que considera ótimo um candidato como Aécio, só pode mesmo ter “intelectuais” do porte de um Marco Antonio Villa e de um Lobão.

E já que estamos no terreno dos lobões, Chapeuzinho Vermelho e a Vovó devem aumentar seus cuidados.

Pois a seriedade intelectual desta gente é tão grande quanto seu compromisso democrático.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/cada-profissao-tem-o-lobao-que-merece.html>*

## Sandra Starling

Ao mesmo tempo em que somos tomados de emoção, cada vez que vemos as ruas alegres pela militância de esquerda em favor da candidatura Dilma Rousseff...

Ao mesmo tempo em que somos tomados de indignação, quando vemos a direita desfilar seus ódios, rancores, preconceitos e violências...

Ao mesmo tempo, somos tomados de espanto ao ver algumas pessoas com passado de esquerda declinarem seu voto em Aécio.

O espanto dura pouco, pois a história está cheia de casos assim.

Gente que no passado militou na esquerda e, em algum momento, passou para o lado de lá.

Para citar dois vivos, Serra e Fernando Henrique.

Para citar um morto-vivo, Carlos Lacerda.

Para minha tristeza, é também o caso de Sandra Starling.

Sua declaração de voto em Aécio está reproduzida ao final.

Cito: “Quero ter a coragem de enfrentar esses 12 anos em que o PT se julgou a consciência política do Brasil”.

Cito: “censura ao IPEA”.

Cito: “Não compactuo com esse tipo de método”.

Teria o que dizer a respeito disto.

Mas não tenho nada a dizer acerca do que vem depois.

Cito: **“Vou votar no Aécio, com todo o medo que ele me causa de que venha a aumentar o peso da exclusão sobre os trabalhadores, as mulheres, os homossexuais, aqueles excluídos enfim – mas não vou me calar diante das mentiras que a Dilma vem assumindo”.**

Cito: “Qualquer que seja o resultado, para mim, terei cumprido meu dever de brasileira: arrisquei a perder ou a ganhar – para os outros que sofrem, não para mim, porque nada tenho a perder”.

Starling tem medo de Aécio.

Starling tem medo de que, com Aécio, aumente a exclusão sobre os trabalhadores.

Starling tem medo de que, com o Aécio, aumente a exclusão sobre as mulheres.

Starling tem medo de que, com o Aécio, aumente a exclusão sobre os homossexuais.

Mesmo assim, Starling prefere votar em Aécio.

Por causa das “mentiras”? Por causa da “censura”??

Vejam: mesmo que os problemas apontados fossem verdade, mesmo que no quesito “mentiras e censuras” o PSDB de Aécio não fosse campeão absoluto, mesmo assim **o compromisso com os de baixo vem em primeiro lugar para quem tem o coração do lado esquerdo do peito.**

Há muito tempo não tenho notícias de Sandra. Não sei quando, como e porque seu coração mudou de lado. Mas com esta decisão, na batalha decisiva de 26 de outubro, ela estará nas trincheiras do inimigo. Com seu voto, ajudará aqueles que querem piorar a vida dos excluídos.

Sandra acha, provavelmente sem perceber o sentido ambíguo que a frase adquire no contexto, que ela **nada tem a perder**, ganhe quem ganhar

Mas ela está enganada.

Pois a classe trabalhadora, a maioria do povo brasileiro e latino-americano, tem muito a perder (e a ganhar) nesta eleição.

Quem não leva isto em consideração, perdeu algo fundamental. Que não perceba isto, já diz tudo sobre o tamanho da perda.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/sandra-starling.html>*

## Veja faz

Faz parte.

Gastei parte da minha manhã lendo a revista *Veja*.

Chamo de **revista** porque estudei artes gráficas e opto pelo termo técnico.

Não fora isto, chamaria de outra coisa.

Lida capa e miolo, não há dúvida de que se trata apenas de um *panfleto eleitoral* contra a reeleição de Dilma, contra Lula e contra o PT.

Panfleto que desrespeita a legislação eleitoral.

Panfleto escrito com assessoria de advogados.

Teria muita coisa a ser dita. Mas para economizar nosso tempo, vejamos apenas os dois trechos a seguir (os negritos são meus):

Trecho 1: “**VEJA não publica reportagens com a intenção de diminuir ou aumentar as chances de vitória desse ou daquele candidato.** VEJA publica fatos com o objetivo de aumentar o grau de informação de seus leitores sobre eventos relevantes, que, como se sabe, não escolhem o momento para acontecer”.

Trecho 2: “(...) poderia ter realizado toda essa manobra sem que Lula soubesse? O fato de ter ocorrido no governo Dilma é uma prova de que ela estava conivente com as lambanças da turma da estatal? **Obviamente, não se pode condenar Lula e Dilma com base apenas nessa narrativa.** Não é disso que se trata. Youssef simplesmente convenceu os investigadores de que tem condições de obter provas do que afirmou a respeito de a operação não poder ter existido sem o conhecimento de Lula e Dilma.”

Sutil, não?

Eventos relevantes **não escolhem o momento para acontecer**.

“Eventos” não. Mas a mídia escolhe do que falar, como falar e o momento de falar.

Por exemplo: a falta de água em São Paulo.

Vai ver que eventos tucanos não movem a *Veja*.

Mas afinal, de que **eventos** trata a presente edição da revista?

Lendo o texto, não se encontra uma mísera prova de que:

1) Youssef tenha realmente dito o que *Veja* coloca na boca dele;  
2) Os “investigadores” tenham realmente ficado convencidos de algo.

Tudo que há é off.

Off... ou pura e simples **invenção**.

Por falar em invenção, convém lembrar do episódio relatado no link abaixo:

<http://terramagazine.terra.com.br/semfronteiras/blog/2010/12/26/a-falsa-comunicacao-de-crime-feita-por-gilmar-mendes-encerra-2010/>

Mas vamos imaginar que Youssef tenha mesmo dito algo (**seu advogado nega**) e vamos supor, também, que os investigadores tenham mesmo ficado convencidos de algo.

Ainda assim, quem garante que Youssef esteja falando a verdade?

Como se sabe, o que é dito na delação premiada precisa ser comprovado.

Sem provas, é um ato criminoso divulgar uma acusação desta gravidade.

E fazê-lo neste momento constitui interferência criminosa no processo eleitoral.

*Veja* cometeu estes crimes, para tentar ajudar Aécio nesta reta final.

Ou, quem sabe, para começar antecipadamente a campanha de 2018.

Mas *Veja* sabe o risco que está correndo.

Por exemplo, o de ter que pagar uma indenização milionária.

Certamente por isto, algum advogado recomendou à *Veja* incluir, no mesmo texto em que condena Lula e Dilma, a seguinte frase: “**não se pode condenar Lula e Dilma com base apenas nessa narrativa**”.

Não é genial?

Não se pode condenar, com base numa narrativa que *Veja* atribui a terceiros, mas que tudo indica forjada pela própria revista.

Não se pode condenar, mas *Veja* pode divulgar, em matéria de capa, na véspera da eleição, como se verdade fosse.

*Veja* merece um escracho.

*Veja* merece ser condenada, entre outras coisas a pagar uma indenização monstro a todos que ofendeu.

*Veja* merece sobreviver única e exclusivamente de seus assinantes e leitores.

*Veja* merece perder as eleições.

E *Veja* merece ser vendida num saquinho plástico impermeável, com uma recomendação do Ministério da Saúde estampada do lado de fora.

Algo genérico assim: *Veja* faz (muito) mal.

\*

ps. aproveitando, vamos contribuir neste concurso: <http://desesperodaveja.tumblr.com>

ps. vale a pena ler Azenha: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/como-funciona-venda-casada-entre-revista-veja-e-o-jornal-nacional.html>

ps. fundamental ouvir a presidenta Dilma: <http://youtu.be/th857UxUe8Y>

ps. Lei da Mídia Democrática neles!!!!

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/veja-faz.html>

## A ordem de batalha

As pesquisas publicadas no sábado 25 de outubro indicam a vitória de Dilma Rousseff.

No Ibope, 53 x 47.

No Datafolha, 52 x 48.

Frente a isto, a Globo tem três alternativas básicas.

Primeira alternativa: uma cobertura na linha do *Jornal Nacional* de 24 de outubro, sexta-feira.

Neste caso, não haverá fato novo e as urnas vão confirmar o resultado indicado pelas pesquisas.

Segunda alternativa: repercutir a edição criminosa da revista *Veja*.

Neste caso, Dilma ganhará assim mesmo, ainda que seja 50,5 versus 49,5. E no *day after* não será apenas a revista *Veja* a prestar contas na Justiça.

Terceira alternativa: não apenas repercutir a edição criminosa da revista *Veja*; ir muito além e fazer uma edição criminosa do *Jornal Nacional*, com desdobramentos na programação do dia 26.

A dúvida de quem dirige a Globo deve ser a seguinte: e se decidirem ir para o tudo ou nada, mas mesmo assim Dilma for reeleita presidenta?

Afinal, a experiência dos últimos anos demonstrou seguidas vezes a força do povo.

Este deve ser o dilema da Globo.

O nosso não é um dilema, é uma decisão: estar preparados para os três cenários.

Logo mais saberemos qual a *ordem de batalha* do lado de lá: *aceitar a derrota*, *arriscar* ou *ir para o tudo ou nada*.

Ação deles, reação correspondente nossa.

Mas qualquer que seja a ação deles, nosso foco não pode mudar: *o dia de amanhã deve ser totalmente dedicado a ganhar.*

A melhor maneira de evitar qualquer golpismo é ganhando nas urnas.

\*

ps... O Jornal Nacional optou pela alternativa 1 vírgula 5.

Sigamos alertas, mas foco total nas urnas.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/a-ordem-de-batalha.html>

## Comemoração e luta!

*A direção nacional da Articulação de Esquerda, reunida dia 27 de outubro, realizou um balanço do segundo turno das eleições de 2014 e opinou sobre quais devem ser as ações imediatas do campo democrático-popular e do governo Dilma Rousseff no sentido de consolidar a vitória e garantir um segundo mandato superior. O texto abaixo contém um resumo do que foi debatido e constitui um roteiro para discussão no Partido dos Trabalhadores e também junto ao conjunto da esquerda política e social que apoiou a reeleição da presidenta no segundo turno.*

1. O povo brasileiro, a classe trabalhadora, o campo democrático-popular e a esquerda socialista conseguiram reeleger Dilma Rousseff para presidir o Brasil até 31 de dezembro de 2018.

2. Nossa vitória foi comemorada por todos os setores democráticos, progressistas e de esquerda, no mundo e particularmente na América Latina e Caribe.

3. Comemoração por mais uma vez termos conseguido derrotar a direita, o oligopólio da mídia, o grande capital, seus aliados internacionais. Comemoração, porque este resultado foi obtido no fundamental graças à consciência de classe de importantes parcelas do nosso povo, à mobilização em grande medida espontânea da velha e da nova militância de esquerda. Comemoração, porque a campanha confirmou que o Partido dos Trabalhadores conta com duas grandes lideranças populares: o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma.

4. Nas eleições de 2014, estava em jogo não apenas a continuidade e a possibilidade de aprofundamento de um processo iniciado em

2002, com a eleição de Lula. Estava em jogo, também, impedir ou não o retrocesso.

5. É importante reafirmar que a oposição encabeçada por Aécio Neves foi portadora das piores práticas e políticas: o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância, o preconceito, o ódio, a saudade da ditadura militar, o neoliberalismo, a submissão às potências estrangeiras.

6. Passada a eleição, esta oposição segue atuante, questionando o resultado eleitoral, defendendo a divisão do país, ameaçando a normalidade institucional, buscando chantagear o governo eleito para que adote o programa dos derrotados.

7. Por isto, não basta comemorar a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. É preciso tomar as medidas necessárias para que ela faça um segundo mandato superior ao atual.

8. É com este objetivo que devemos desencadear um amplo processo de balanço das eleições 2014.

9. Estudar o comportamento das classes sociais no processo eleitoral; a atuação do campo democrático-popular; o jogo dos setores conservadores; o papel dos partidos políticos, da “terceira via”, dos movimentos sociais; a batalha da cultura e da comunicação; os resultados das eleições estaduais e parlamentares, entre outras variáveis: tudo isso é essencial para que a esquerda construa uma nova estratégia e um novo padrão de organização e atuação, indispensáveis se quisermos não apenas seguir governando, mas principalmente seguir transformando o Brasil.

10. Não basta administrar bem, fazendo mais e melhores políticas públicas. É preciso construir hegemonia cultural e fazer reformas estruturais, com destaque para a reforma política e para a Lei da Mídia Democrática. Para atingir estes objetivos, tanto o PT quanto o conjunto da esquerda devemos aprender a incorporar as energias, a militância, o ânimo alegre e combativo que foi às ruas, especialmente no segundo turno da campanha eleitoral. Também é preciso compreender os motivos e os mecanismos político-culturais que levam par-

celas dos setores médios e da classe trabalhadora a tomarem atitudes reacionárias e a votarem na candidatura dos ricos e poderosos.

11. Para que Dilma faça um segundo mandato superior ao atual, será necessário desencadear um amplo processo de organização e mobilização destes milhões de brasileiros e brasileiras que saíram às ruas não apenas para apoiar Dilma Rousseff, mas principalmente para defender nossos direitos humanos, nossos direitos à democracia, ao bem estar social, ao desenvolvimento, à soberania nacional.

12. As eleições de 2014 reafirmaram a validade de uma ideia que vem desde os anos 1980: para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira “revolução cultural” no modo de fazer política das classes trabalhadoras.

13. O Partido dos Trabalhadores, como principal partido da esquerda brasileira, está convocado a encabeçar este processo de mobilização cultural, social e política. Que exigirá, repetimos, renovar nossa capacidade de entender, de compreender, a sociedade brasileira, a natureza do seu desenvolvimento capitalista, a luta de classes que aqui se trava sob as mais variadas formas, cores e sabores.

14. As eleições mostraram que o PT possui raízes profundas no povo, na classe trabalhadora, entre as mulheres, entre negros e negras, na juventude. Mas também evidenciaram nossas imensas debilidades. A consciência de classe e a generosidade de amplas parcelas do povo brasileiro nos deram mais uma oportunidade de corrigir estas debilidades. Não temos o direito de desperdiçá-la.

15. O Partido dos Trabalhadores tem a obrigação de realizar um balanço profundo e sólido do processo eleitoral, que sirva de base para uma orientação política global para o período 2015-2018.

16. Realizar um balanço desta natureza demandará um certo tempo, necessário para analisar variados aspectos, consolidar os dados mensuráveis, ouvir as distintas opiniões, produzir uma reflexão à altura do processo extraordinariamente rico que vivemos, só comparável à campanha de 1989.

17. O 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores deve converter-se neste processo de diálogo entre o Partido e estes milhões que foram às ruas defender a reeleição de Dilma Rousseff. Um diálogo tanto com os petistas quanto com aqueles que não são do PT e que criticam, sob diferentes ângulos, nosso Partido.

18. Cabe ao Diretório Nacional do PT, convocado para os dias 28 e 29 de novembro de 2014, aprovar uma agenda congressual que preveja debates abertos a toda a militância que se engajou em defesa da candidatura Dilma, bem como um momento final que possibilite a síntese e o salto de qualidade tão necessários para que o Partido seja capaz de, tanto quanto superar seus problemas atuais, contribuir para que o segundo mandato de Dilma seja superior ao primeiro.

19. Porém, certas medidas, impostas pela realidade internacional e nacional, mas principalmente pela atitude golpista da oposição, precisam ser tomadas imediatamente, não podem esperar pelo 5º Congresso.

20. Embora o candidato da oposição tenha aceitado a derrota, o bloco conservador age como se não tivesse perdido as eleições. Ademais, como resultado do que faz o oligopólio da mídia “todo santo dia”, mas também em decorrência do que fizeram Serra em 2010 e Aécio em 2014, o “gênio saiu da garrafa”: não apenas nas redes sociais, mas ao vivo e em cores, a extrema-direita saiu do armário, cresceu no parlamento e está empestando o ambiente com todos os preconceitos e atitudes violentas.

21. A oposição de direita fala que o país está dividido, com o claro objetivo de impor o programa dos derrotados e debilitar a autoridade da presidenta. A “tese” da oposição de direita não resiste aos fatos e à observância dos costumes. Vitória é vitória, mesmo que por um voto. E Dilma Rousseff teve 54.477.479 votos, mais de três milhões a frente de Aécio. Os brasileiros são brasileiros, não importa em que estado vivam. A oposição foi derrotada no Nordeste, mas também em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a tal ponto que a maior parte dos votos de Dilma Rousseff veio do Sudeste e Sul somados. Os partidos que apoi-

aram a reeleição de Dilma têm maioria no Congresso Nacional. E o resultado das urnas demonstra que a maioria do eleitorado defende a continuidade e o aprofundamento das mudanças iniciadas em 1º de janeiro de 2003.

22. A postura da oposição de direita, portanto, não decorre da análise dos fatos e dos costumes. Decorre simplesmente do seguinte: o bloco conservador não aceita que tenhamos vencido a quarta eleição presidencial seguida, apesar de tudo que fizeram contra nós. O bloco conservador treme de indignação frente às grandes possibilidades de o campo democrático-popular avançar nas suas conquistas e vencer também as eleições presidenciais de 2018.

23. É preciso que tenhamos isto claro: para os donos do poder, é simplesmente inaceitável a continuidade da ampliação do bem-estar social, das liberdades democráticas e da soberania nacional. Frente à quarta derrota presidencial consecutiva, eles fazem e farão de tudo para que a presidenta implemente o programa dos derrotados; para tentar sabotar o novo governo; para buscar desestabilizar a institucionalidade democrática; para nos derrotar em 2016 e 2018. Sua estratégia pode ser resumida em duas palavras: reação permanente.

24. Não basta constatar isto, muito menos atribuir ao governo estrito senso a solução, pois já aprendemos que o espaço de atuação do governo depende em parte da mobilização social. Para contribuir nisto, defendemos que o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

25. Organize uma grande festa popular no dia da segunda posse da presidenta Dilma Rousseff;

26. Antecipe para o primeiro trimestre de 2015 o 5º Congresso do PT.

27. Procure dar organicidade ao grande movimento político-social que venceu o segundo turno das eleições presidenciais. Partidos e setores de partidos, movimentos sociais, trabalhadores da cultura e intelectualidade democrática devem ser convidados a compor uma grande frente onde possam debater e articular ações comuns, seja em defesa da democracia, seja em defesa das reformas democrático-populares.

28. Inicie a construção de um jornal diário de massas e de uma agência de notícias, articulados a mídias digitais (inclusive rádio e TV web), com ação permanente nas redes sociais, que sirvam de guarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de ideias. E integre esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste país e que foi tão importante no segundo turno.

29. Relance a campanha pela reforma política e pela mídia democrática, contribuindo para que o governo possa tomar medidas avançadas nestas áreas e para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional.

30. Participe ativamente das decisões acerca das primeiras medidas do segundo mandato, em particular sugerindo medidas claras no debate sobre a política econômica. É preciso incidir numa das principais disputas em curso, presente durante toda a campanha e também após a vitória, entre os que defendem a retomada do crescimento via ajuste fiscal e corte nos gastos públicos contra aqueles que defendem retomar o crescimento através da redução da taxa de juros e a adoção imediata de políticas industrializantes e de investimentos para a elevação da produção. É preciso ter claro que só um salto de qualidade no desenvolvimento fornecerá as bases materiais indispensáveis para sustentar a mobilização popular, recuperar apoios perdidos e isolar a oposição de direita.

31. Reafirme o compromisso do PT com a seguinte plataforma:

a) a reforma política, através de uma Constituinte exclusiva seguida de uma consulta oficial à população, para que esta referende ou não as decisões da Constituinte;

b) democracia na comunicação, com a Lei da Mídia Democrática e a implantação das principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009;

c) democracia representativa, democracia direta e democracia participativa, para que a mobilização e luta social influencie a ação dos governos, das bancadas e dos partidos políticos. O governo pre-

cisa dar continuidade à participação social na definição e acompanhamento das políticas públicas e tomar as medidas para reverter a derrubada da Política Nacional de Participação Social, objeto de um decreto presidencial cancelado pela maioria conservadora da Câmara dos Deputados no dia 28 de outubro de 2014;

d) a agenda reivindicada pela Central Única dos Trabalhadores, onde se destacam o fim do fator previdenciário e a implantação da jornada de 40 horas sem redução de salários;

e) o compromisso com as reformas estruturais, com destaque para a reforma política, as reformas agrária e urbana, a desmilitarização das Polícias Militares;

f) salto na oferta e na qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo brasileiro, em especial na educação pública, com reformas pedagógicas e curriculares no ensino básico, médio e universitário; no transporte público; na segurança pública e no Sistema Único de Saúde, sobre o qual reafirmamos nosso compromisso com a universalização do atendimento e o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública;

g) ampliar a importância e os recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte, pois as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais precisam criar raízes no tecido mais profundo da sociedade brasileira;

h) proteção dos direitos humanos de todos e de todas. Salientamos a defesa dos direitos das mulheres, a necessidade de criminalizar a homofobia, o enfrentamento dos que tentam criminalizar os movimentos sociais. Afirmamos o compromisso com a revisão da Lei da Anistia de 1979 e com a punição dos torturadores. Assim como com a reforma das polícias e a urgente desmilitarização das PMs, cuja ineficiência no combate ao crime só é superada pela violência genocida contra a juventude negra e pobre das periferias e favelas;

i) total soberania sobre as riquezas nacionais, entre as quais o Pré-Sal, e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira, entre as quais o Banco Central, a quem

competem entre outras missões combater a especulação financeira que está por detrás das candidaturas da oposição de direita.

32. O Partido dos Trabalhadores considera que são medidas políticas e diretrizes programáticas desta natureza, amplas, envolventes, de natureza mais social que institucional, que farão a diferença nos próximos quatro anos. E que garantirão nossa vitória em 2018. Hoje, como já foi dito, contamos com duas grandes lideranças populares. Mas o mais importante é que contamos com uma força social imensa, a qual, para além das pessoas e dos governos, ganhou capacidade de defender autonomamente seus direitos e interesses.

33. Os números confirmam aquilo que nossa análise política indicava, há tempos: uma eleição duríssima, vencida no segundo turno graças à mobilização e ao voto da militância de esquerda, graças à confiança e a consciência de classe de importantes setores do povo brasileiro, graças à disposição de debater política, demarcar projetos, apontar perspectivas de futuro e assumir compromisso com mudanças mais profundas.

34. As eleições de 2014 foram um momento marcante da luta de classes que atravessa toda a sociedade brasileira. Quem anda pelas ruas do Brasil percebe que o debate político não se interrompeu no dia 26 de outubro. A grande burguesia demonstrou estar decidida a derrotar o PT e o campo democrático-popular. A maioria dos chamados setores médios atuou com o mesmo propósito, com ainda maior agressividade. Nossa vitória foi garantida pelo apoio que recebemos da classe trabalhadora.

35. Tivemos êxito exatamente porque nossa campanha, a partir de 13 de agosto, deixou clara a existência de dois projetos antagônicos, apelou para a mobilização dos setores populares, democráticos e socialistas. Sem esta mobilização, não conseguiríamos derrotar o bloco antagonista, que dispunha de meios superiores, em particular do oligopólio da comunicação. Oligopólio inconstitucional, cujo desmonte é uma das condições para o aprofundamento da democracia no Brasil. A reforma política, especialmente a proibição do financiamento empresarial, é outra das condições.

36. É bom que se diga que nosso êxito eleitoral foi facilitado pelo

comportamento hegemônico da oposição. Tanto a campanha de Marina quanto a campanha de Aécio foram rapidamente “sequestradas” pelos setores mais conservadores. Exemplos didáticos disto: 1) o recuo da primeira no apoio à agenda LGBT e sua adesão à tese de independência do Banco Central; 2) a escolha, pelo segundo, de Armínio Fraga como ministro da Fazenda. Ao dar garantias ao “Deus mercado” e ao adotar explicitamente o discurso de “acabar com a raça do PT”, ambos deixaram claro o que realmente estava em jogo: não mudar, mas sim retroceder.

37. Derrotamos o retrocesso, mas, vendo em perspectiva histórica, nem em 2006, nem em 2010 o campo conservador esteve tão perto de recuperar a Presidência da República. Por isto, tão fundamental quanto compreender e criticar os métodos dos inimigos é perceber nossas debilidades e erros.

38. É o caso da **opção preferencial pela mudança sem ruptura**, cujo pressuposto é fazer concessões aos inimigos. Tal opção só conduz ao êxito se, com o passar do tempo, os inimigos deixarem de ser tão inimigos. Mas na vida real, apesar das concessões, os inimigos se tornaram ainda mais inimigos. E graças às concessões que fazemos/fizemos, eles não apenas mantiveram, como também ampliaram os meios de que dispõem para agir contra nós. Ao mesmo tempo, certas concessões que fazemos/fizemos dividem nosso campo, nos impedem ou pelo menos reduzem nossa capacidade de ganhar amigos e fortalecer nosso lado. Como resultado, há uma tendência ao fortalecimento deles e ao enfraquecimento nosso. O que em algum momento resultará em nossa derrota total.

39. É o caso da opção preferencial pela **ascensão por meio do consumo**. Se não for acompanhada de fortes investimentos em outro tipo de educação e de cultura, combinados com uma forte democratização da comunicação e com uma reforma política, a ascensão via consumo acabará ampliando as fileiras de setores que podem se voltar contra os valores da esquerda. Recorde-se a informação segundo a qual 70% dos beneficiários do ProUni declararam-se contrários ao

Bolsa-Família. Por outro lado, a ascensão por meio do consumo é insustentável no longo prazo, pois a melhoria da vida “da porta para dentro da casa” não apenas gera a percepção de que a vida estaria piorando “da porta da casa para fora”, como também reforça um padrão de investimentos que deixa em segundo plano a oferta de bens públicos e de infraestrutura.

40. É o caso, ainda, da equivocada defesa de um **”país de classe média”**, quando nosso objetivo é, na verdade, construir um país onde a classe trabalhadora viva cada vez melhor, com mais democracia e bem estar social. Isto significa adotar um desenvolvimentismo democrático-popular, ou seja: forte crescimento, com ampliação da nossa capacidade industrial e tecnológica, alicerçado em reformas estruturais, na ampliação da democracia e do bem-estar social.

41. É o caso da incompreensão dos motivos pelos quais o PSDB e o oligopólio da mídia mantêm forte hegemonia sobre algumas regiões do país e sobre alguns setores sociais. Sobre isto, o estratégico estado de São Paulo deve ser objeto de uma análise especial. Claro que há erros imensos cometidos pelo Partido e pela esquerda, que ajudam a compreender os resultados eleitorais de 2014. Mas não se trata apenas de um problema de tática eleitoral, de política de alianças, de escolha de candidatura, de linha de campanha, da atitude das bancadas parlamentares e das direções partidárias. Ainda que nos espante a falta de autocrítica por parte de alguns, é claro que coincidimos com as críticas feitas acerca da incapacidade política e burocratização de certas direções, bem como acerca dos danos causados pelas acusações de corrupção. Mas nada disto, tomado isoladamente, explica o que já se convencionou chamar de “Tucanistão”.

42. Em nossa opinião, assim como parte importante dos setores médios reage à ascensão social dos setores populares, de forma semelhante o estado mais rico da federação reage ao desenvolvimento dos estados mais empobrecidos da federação. Hegemonia de classe e hegemonia regional são parte de um mecanismo integrado, que nosso Partido e nosso governo devem entender, para poder incidir sobre ele,

recuperando apoios perdidos junto aos trabalhadores e setores médios. O que depende, além de medidas políticas, de desenvolvimento, crescimento, industrialização e ampliação da produtividade, em bases democrático-populares.

43. Por fim, é preciso compreender o recado que estas eleições deram ao nosso Partido dos Trabalhadores.

44. Desde 1989, o PT polariza as eleições presidenciais. Nas sete eleições presidenciais realizadas desde então, perdemos 3 e vencemos 4. Mas esta de 2014 foi a eleição mais difícil já disputada por nós, em que ganhamos enfrentando um vendaval de acusações não apenas sobre nossa política, mas sobre nosso partido. Não nos comove que a direita nos acuse de organização criminoso, de aparelhismo e de acomodação as benesses do poder. Mas nos importa que acusações deste tipo sejam aceitas como verdadeiras por camadas do povo, inclusive por setores que votam em nós. Neste sentido, o Partido tem que retomar sua capacidade de fazer política cotidiana, sua independência frente ao Estado, e ser muito mais proativo no enfrentamento das acusações de corrupção, em especial no ambiente dos próximos meses, em que setores da direita vão continuar premiando delatores. Faz parte desta atitude mais proativa lutar pela investigação, julgamento e punição dos malfeitos dos corruptores, dos tucanos e seus aliados.

45. Como em todas as eleições, perdemos e ganhamos governos estaduais, cadeiras no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias estaduais. Mas observando o “conjunto da obra”, especialmente considerando a evolução eleitoral desde 2002, é claro que há uma inflexão para baixo, soterrando o discurso triunfalista que falava em ampliação geral das bancadas e governos. Discurso triunfalista, aliás, que falava também que os adversários eram “anões políticos”; que venceríamos a eleição presidencial no primeiro turno; que venceríamos por ampla margem no segundo turno; que elegeríamos muitos novos governadores, inclusive elegeríamos simultaneamente os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Discurso triunfalista que não encontrava correspondência na direção da cam-

panha, especialmente na política de alianças, cujos limites e incoerências ficaram mais do que evidentes, até para os seus defensores. Aliás, a oposição de direita conta com o apoio de setores importantes do que se denomina de “base parlamentar do governo”.

46. Ao mesmo tempo que se passa tudo isto com o nosso Partido, o que houve no segundo turno demonstrou que a quase totalidade da esquerda e do campo democrático-popular tem consciência de que a derrota do PT seria a derrota do conjunto da esquerda; e que nossa vitória seria a vitória do conjunto das forças democráticas e progressistas. Na prática, setores da esquerda que romperam com o PT foram levados a aceitar a correção de nossas afirmações quanto ao papel histórico do PT. O voto de esquerda teve papel decisivo no resultado do segundo turno. Mas isto só terá continuidade e consequência se adotarmos uma nova estratégia e padrão de funcionamento; se dermos continuidade à linha de politização, polarização e mobilização que marcou a reta final das eleições de 2014; se adotarmos outra tática frente à militância social em geral e frente à militância de outros partidos de esquerda.

47. De imediato, isto exige que nossa tática para 2016 e 2018 seja construída tendo como aliado preferencial não o PMDB, mas sim esta esquerda política e social que foi às ruas garantir nossa vitória. Precisamos organizar uma Frente Popular, unificando os partidos de esquerda e os movimentos sociais, numa coalizão estratégica para disputar o comando do Estado. Não será um movimento fácil, pois temos o PMDB na vice e com grande influência num Congresso Nacional ainda mais conservador do que em anteriores legislaturas. Mas é um movimento necessário, pois não haverá vitória sem mudança e não haverá mudança tendo o PMDB como aliado prioritário. Aliás, como suposto aliado prioritário, pois a maior parte do PMDB já opera contra nós há anos.

48. Cabe construir outro tipo de governabilidade, que dependa menos das maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados, e que dependa mais dos movimentos sociais e do apoio na sociedade como

um todo. Mas para que isto não seja um gesto inconsequente, precisamos de força. E só teremos força, se nosso Partido souber apoiar o governo, sem confundir-se com ele, sem adotar uma postura subalterna, passiva, burocrática, apagada. Se deixarmos de ser aquele partido cuja direção aceita que seu papel seja terceirizado, inclusive para “técnicos” que muitas vezes esquecem que nossa vitória nas urnas depende sempre da sinergia com as ruas, que nas ruas está o elemento fundamental, não nos dez minutos de horário eleitoral gratuito, escassos diante das quase vinte e quatro horas diárias de que dispõem nossos adversários na mídia hegemônica, para martelar suas ideias e alcançar “corações e mentes” da população.

49. Um governo democrático não pode financiar com recursos públicos nenhuma gangue de delinquentes midiáticos. As pichações e o lixo jogado em frente à sede da Editora Abril, embora tenham sido úteis à manipulação midiática da direita, nada representam frente ao vandalismo brutal que o oligopólio comete cotidianamente contra a democracia brasileira. Por isto, quem corretamente acha que a Justiça não deve ser feita com as próprias mãos, deve fazer uso do poder de Estado para combater o crime organizado midiático.

50. Não devemos temer dizer que o Brasil está diante de um impasse histórico. Nem a direita, nem a esquerda estão satisfeitas com a atual institucionalidade. Nós, que defendemos a democracia, sustentamos que a solução passa por uma Constituinte, por plebiscito e referendo, por uma reforma política que abra caminho para um parlamento mais democrático, capaz de aprovar reformas estruturais. A direita, que não tem compromisso com a democracia, questiona o resultado eleitoral, alimenta discursos golpistas, propõe uma contrarreforma eleitoral, recusa a saída constituinte. O impasse alimenta a inaceitável judicialização da política e cria um ambiente de crispação cada vez maior entre direita e esquerda.

51. Não será fácil construir uma saída para este impasse histórico, que nos leve em direção a um Brasil democrático-popular e socialista. Não será fácil, especialmente porque não é assunto que dependa

de retórica, mas sim de persistente construção. Mas uma coisa é certa: como nosso coração valente, a saída é vermelha e está no lado esquerdo do peito.

*A direção nacional da tendência  
petista Articulação de Esquerda  
Brasília, 27 de outubro de 2014*

*[http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/  
comemoracao-e-luta.html](http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/comemoracao-e-luta.html)*

## Comentários adicionais (1)

A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda divulgou o documento **Comemoração e luta!** onde faz um balanço das eleições 2014 e discute os desafios do segundo mandato Dilma Rousseff.

A seguir faço alguns comentários adicionais aquele texto, a partir do que foi dito na reunião que o elaborou. Não necessariamente o que vem a seguir é opinião minha.

1. É necessário retomar o debate sobre a formação social brasileira, sobre o capitalismo brasileiro, sobre a estrutura de classes existente em nosso país, sobre suas relações com a região e o mundo. A verdade é que, como Partido, conhecemos pouco as dinâmicas de fundo existentes em nossa sociedade.

2. A partir deste conhecimento sobre as dinâmicas de fundo da sociedade brasileira, devemos precisar melhor os obstáculos e os desafios que estamos enfrentando. É correto criticar o administrativismo (achar que “fazer um bom governo” resolve). Também é correto dar ênfase ao tema da política (tanto no sentido do fazer política, quanto no sentido de mudar as condições estruturais em que a política é feita, através da reforma política e da democratização da mídia). Mas é fundamental não perder de vista que nosso sucesso político depende, em última análise, do êxito das transformações sociais e estas dependem do êxito de nossa política macroeconômica.

3. Neste sentido, é preciso incidir fortemente no debate sobre a política econômica. Hoje ele está centrado em alguns pontos interrelacionados: inflação, juros, ajuste fiscal, taxa de investimento, baixo

crescimento, redução da desigualdade etc. Evidentemente estes pontos condensam o conflito de classes, o conflito distributivo existente em nossa sociedade. Qual deve ser nossa postura frente a isto?

4. É preciso retomar o crescimento econômico. Evidentemente não se trata de qualquer crescimento. Nossa proposta envolve: ampliação da indústria brasileira, ampliação da produtividade, fortes investimentos em C&T, formação amplo senso da classe trabalhadora, ampliação dos investimentos “produtivos”, ampliação da produção de alimentos (combinado outra política agrária e outra política agrícola), baratear o custo de reprodução da força de trabalho através de fortes investimentos públicos (reforma urbana, habitação, transporte, saneamento, educação, saúde, cultura, esportes), redução da taxa de juros e do peso da dívida pública.

5. O crescimento que defendemos, portanto, é um elo numa política desenvolvimentista democrático-popular, ou seja, vinculada a democratizar o poder, a propriedade e a riqueza, através de reformas estruturais. Do ponto de vista macro, trata-se de fortalecer o capitalismo de Estado, como parte de uma estratégia socialista.

6. O Partido dos Trabalhadores precisa saber debater estes grandes temas junto à população. O país vive um “impasse” claro: a atual situação não agrada ao grande capital, tampouco aos trabalhadores, nem aos setores médios. O grande capital quer retomar o crescimento através da redução dos salários. Os trabalhadores querem combinar retomada do crescimento com ampliação dos salários. O grande capital não consegue recuperar a presidência da República, imprescindível para executar seu programa. Os trabalhadores não conseguem maioria congressual, imprescindível para executar seu programa. O impasse gera questionamentos à institucionalidade e um imenso nervosismo nos “setores médios”.

7. O debate sobre “a classe média” converteu-se num grande enigma sociológico e político a ser desvendado. FHC disse, há algum tempo, que era necessário disputar os setores médios com o PT. Dilma passou parte da campanha falando que nosso objetivo é ser um país de classe média. Mas afinal, do que se está falando?

8. A depender do interlocutor, “classe média” pode querer dizer: a) capitalistas de pequena dimensão (ou seja, que só empregam assalariados, mas em empresas de pouco capital e pequeno número de trabalhadores); b) pequenos proprietários de variados tipos (ou seja, que não empregam assalariados, ou que empregam assalariados em pequena quantidade, dependendo basicamente do trabalho familiar); c) trabalhadores que recebem salários mais altos que a média e que, por isto, podem contratar outros assalariados (por exemplo, empregados/as domésticos/as); c) trabalhadores que recebem salários de diferentes tamanhos, mas que tem como “padrão de vida”, como “sonho de consumo”, uma vida de classe média (consumo privado, ascensão individual).

9. Nas manifestações de junho de 2013, estes quatro setores foram as ruas. Por isto é tão difícil falar em junho de 2013. Mais certo seria falar em junhos. Alguns tiveram como resultado a redução de tarifas de ônibus em 700 cidades e generalizaram uma crítica à violência policial e aos meios de comunicação de massa. Mas também houve o que se chamou de “junho dos coxinhas”.

10. O que chamamos de coxinha é uma coalizão de setores sociais, galvanizados pela oposição à ascensão social das camadas populares. Note-se que muitas vezes o coxinha pode ser um trabalhador, um filho de trabalhador, um morador da periferia. Mas que se identifica com a visão de mundo de outros setores sociais. Há vários fenômenos que podem causar isto: a influência dos meios de comunicação; a influência de determinados discursos religiosos; a projeção (querer ser como...); a rejeição (não querer ser como...); a influência ideológica do neoliberalismo (individualismo, consumismo etc.).

11. Três fatores são decisivos para explicar porque nos últimos anos aumentou a produção da fábrica de coxinhas. O primeiro deles é a redução das taxas de crescimento. O segundo deles é o modelo de crescimento adotado, com forte influência do consumo individual. O terceiro deles é a incapacidade, seja do governo, seja do PT e aliados de esquerda, de construir uma narrativa “progressista” que fosse para

o processo que estamos vivendo no país. Quando esta narrativa entra em cena, como no segundo turno das eleições de 2014, forma-se uma maioria eleitoral a nosso favor.

12. Os três fatores acima listados ajudam a entender a “onda conservadora”, a força de propostas como a redução da maioria penal, a queda na representação parlamentar das esquerdas etc. Já a existência de uma narrativa clara, de contraposição de projetos, ajuda a entender a mobilização intensa que ocorreu no segundo turno, à revelia das direções, dos comitês e até mesmo das candidaturas.

13. Passada a eleição, todo mundo quer fazer a autocritica dos outros. Parabenizamos quem percebeu que do jeito que está, não dá. Mas não se pode usar o veneno como remédio. É preciso menos marketing e mais reflexão sobre os problemas de fundo que vivemos, para que possamos construir uma alternativa coletiva.

14. São Paulo é um exemplo acabado disto. Nas eleições de 2014, fomos vítimas de uma tempestade perfeita: a) o estado mais rico do país, que se ressentiu do que está sendo possível hoje para os estados mais pobres; b) o estado onde se concentra o principal do grande capital; c) o estado onde se concentram o principal dos setores médios acima listados; d) um estado com forte influência do oligopólio da mídia; e) um estado onde se encontra parte importante do Estado maior da oposição de direita; f) um estado aparelhado há pelo menos duas décadas por um mesmo grupo político. Neste estado, temos por outro lado: a) uma esquerda que não conseguiu construir uma oposição político-social eficaz; b) uma esquerda fortemente golpeada pelas acusações de corrupção; c) uma esquerda que construiu uma tática de campanha baseada num falso pressuposto (o de que o lado de lá estava caindo de pobre) e que por isso tentou construir um discurso conservador (tentando disputar o eleitor supostamente descontente do lado de lá) e uma política de alianças pela direita (esvaziada quando Skaf sai candidato e Maluf pula fora); d) uma esquerda que tentou repetir duas vezes a mesma mágica (deu certo em 2012, não deu certo em 2014), não percebendo os desgastes e avarias causados por junho de 2013 e suas sequelas.

15. Fala-se em despaulistizar o PT, mas é preciso lembrar que foi São Paulo que deu à atual maioria partidária seu respaldo e vantagem numérica. Assim, para sermos lógicos e coerentes, é preciso enfrentar o debate teórico, ideológico, político tal como ele é: não se trata de um grupo de dirigentes, trata-se de uma política que precisa ser revista.

16. Outro exemplo da profundidade dos problemas é a situação das direções, dos setoriais e da juventude petista. Somos um partido de massas (estão aí os milhões de votos a demonstrar), mas não somos um partido com vínculos orgânicos com as massas. Pior ainda: estamos assistindo ao crescimento de um antipetismo de massas, de base popular.

17. Nosso sucesso na campanha eleitoral deveu-se as massas, não ao Partido, não ao marketing. Os erros políticos cometidos (pela direção, pela campanha, pelo governo) poderiam ter nos custado a eleição. Por isto, insistimos: é hora de reflexão, crítica e autocrítica à sério. A começar dos principais dirigentes e lideranças públicas.

18. Alguns exemplos disto: a ilusão no comportamento do grande capital, o que levou a falta de recursos em algumas campanhas; a ilusão de que teríamos um crescimento nas bancadas, ao mesmo tempo que se adotou uma tática e política de alianças que todos sabiam que levaria a redução; a ilusão no controle remoto, quando do começo até o fim os meios de comunicação mostraram a serviço de quem e do quê estão; a ilusão de que o tema da corrupção perderia força. A verdade é que o PT colheu o que plantou, de certo mas também de errado.

19. Outro exemplo disto é a relação com o PMDB como aliado prioritário. Na verdade, o PMDB são vários. E grande parte do PMDB está do outro lado. Agora, quando elegeu-se um Congresso ainda mais conservador do que o atual, dispomos de uma bancada federal mais frágil do que a atual.

20. Um terceiro exemplo disto: toda uma linha auxiliar da oposição teve origem em nosso Partido. Marina, Eduardo Jorge, Cristovam Buarque, para falar apenas dos mais ilustres.

21. Estamos diante do desafio de construir outra estratégia, não apenas outra tática ou outro padrão de funcionamento interno. Uma estratégia capaz de integrar, num único movimento, o recoesionamento do campo democrático-popular, reformas políticas e econômicas. Neste sentido, é muito ruim que nosso Partido tenha produzido diretrizes programáticas tão débeis e que nossa campanha não tenha sido capaz de divulgar um programa de conjunto. As circunstâncias explicam, mas não justificam.

22. O tema da Constituinte é fundamental, mas não deve ser tratado com ligeireza, nem como fetiches. Qual o problema que buscamos resolver? A inadequação entre a institucionalidade brasileira e a profundidade das mudanças que o país necessita. Portanto, a Constituinte realmente necessária seria integral. Ao defendermos uma Constituinte exclusiva, apenas para fazer a reforma política, já estamos dando um passo atrás. Mas nada garante que este passo atrás amplie nossas forças e reduza nossos riscos. É preciso deixar isto claro, sob pena de estarmos deseducando as pessoas.

23. O tema da reforma política é fundamental e tem apelo de massas, sempre e quando for vinculado a dois outros: o do controle sobre os eleitos e o do combate à corrupção. Uma reforma política que acabe com o financiamento empresarial privado, que acabe com as coligações, que garanta a paridade e que introduza o voto em lista seria um grande avanço. Mas não nos equivoquemos: se tivermos forças para obrigar o Congresso a fazer uma reforma, a direita se mobilizará para defender a sua reforma conservadora. É um risco que devemos correr, pois pior é a estagnação. Mas é preciso deixar claro que os riscos existem.

24. Sem reforma política e sem mídia democrática, estará esgotada a capacidade transformadora da estratégia que combina luta social com presença institucional.

25. Devemos lutar pela mídia democrática. Mas é preciso combinar isto com a construção de nossos meios de comunicação de massa.

26. A oposição de direita combina três movimentos: pressionar nosso governo para que adote o programa dos derrotados; sabotar o

nosso governo e atacar nosso Partido, para que cheguemos enfraquecidos nas próximas eleições; se “as circunstâncias exigirem” for, apelar para o golpe institucional (impeachment) ou até mesmo para um golpe clássico. Mas é um erro alimentar o alarmismo, até porque hoje o discurso golpista é no fundamental um instrumento para nos levar a ceder no programa.

27. O candidato da oposição teve 51 milhões de votos. Isto nos impõe três tarefas: dar organicidade aos nossos 53 milhões, dividir o eleitorado que votou 45 e atrair os eleitores que não compareceram, votaram branco e nulo.

28. O caminho para isto envolve, ao menos em parte, o que fizemos no segundo turno. A mídia reclama da “sujeira” da campanha, mas o que eles consideram “sujeira” é o que nós chamamos de “demarcar o campo de classe”, desmascarar os interesses por trás do candidato oponente.

29. É desnecessário e prematuro lançar Lula como candidato. É desnecessário porque, caso ele queira, ninguém se oporá. É prematuro, porque nossa vitória em 2018 não depende de ações eleitorais, mas sim de um conjunto de medidas políticas e organizativas.

30. Vivemos um bom momento para ser de esquerda, para ser petista. Não são tempos fáceis, mas são tempos onde é possível mudar e é possível vencer.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/comentarios-adicionais-1.html>*

## Curso de leitura rápida para direitistas

Um companheiro escreveu avisando que fui citado por certo cidadão.

Os links em que sou citado cá estão:

<http://politicasemfiltro.wordpress.com/2014/10/06/o-foro-de-sp-nas-palavras-de-um-petista/>

<https://www.facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10152777659282192>

O supracitado conclui que o PT “se configura imediatamente num partido ilegal”, que “dentro das leis eleitorais brasileiras, estariam (sic) impedidos de participar das eleições do Brasil”.

Os motivos?

Segundo o referido, o PT estaria “articulado com uma entidade estrangeira, que influencia diretamente nas eleições de diversos países latino-americanos, e que, sendo parte deste esquema, compactua com suas políticas de intervenção às soberanias nacionais destes países, incluindo o próprio Brasil. O PT considera esta entidade sua prioridade, colocando-a acima dos próprios interesses do povo brasileiro”.

Vou repetir seguindo o método *tatibitati*.

O PT...

1. Seria articulado com uma entidade estrangeira;
2. entidade que influencia diretamente nas eleições de diversos países latino-americanos;
3. compactua com suas [da entidade] políticas de intervenção às soberanias nacionais destes países, incluindo o Brasil;
4. considera esta entidade sua prioridade, colocando-a acima dos próprios interesses do povo brasileiro.

Como em todo discurso cavernícola, há sempre uma *entidade* no meio.

A entidade em questão é o Foro de São Paulo.

O PT participa do Foro de São Paulo desde 1990.

O Foro de São Paulo não tem nenhum tipo de centralismo, portanto quem participa do Foro faz aquilo que suas instâncias próprias, 100% nacionais, decidem.

O PT participa do Foro por estar convencido de que a integração latino-americana e caribenha é extremamente importante para o Brasil e para o povo brasileiro.

E aqui neste continente, quem pratica intervenção e desrespeita a soberania nacional são os Estados Unidos.

País em que reside Olavo de Carvalho.

Ao menos é o que informa o Google (vejam links abaixo).

Mas o Google, é claro, pode estar sob controle do Foro de São Paulo.

<http://www.midiase mascara.org/artigos/cultura/14494-entrevista-de-olavo-de-carvalho-ao-dc-qprovocacoes-ao-nosso-colunistaq.html>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo\\_de\\_Carvalho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo_de_Carvalho)

<http://www.olavodecarvalho.org/index.html>

## **Advertência póstuma**

Não confundam o senhor Olavo de Carvalho com a senhora Judite Raiti.

E não achem que o “supracitado” e o “referido” refere-se ao autor, refere-se ao link.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/curso-de-leitura-rapida-para-direitistas.html>

## Nem escrever, nem desenhar: basta um poema

O balanço eleitoral apresentado pela tendência petista Articulação de Esquerda repercutiu em alguns meios.

Dois exemplos disto:

<http://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/corrente-do-pt-defende-criacao-de-jornal-de-massas-hegemonia-cultural-e-menos-pmdb/>

[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/10/30/interna\\_politica,585278/corrente-do-pt-defende-pichacao-em-sede-de-editora-e-propoe-lei-da-midia-democratica.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/10/30/interna_politica,585278/corrente-do-pt-defende-pichacao-em-sede-de-editora-e-propoe-lei-da-midia-democratica.shtml)

*Neste segundo texto, de Alessandra Alves, são feitas três críticas ao texto da Articulação de Esquerda.*

A primeira crítica é a seguinte: o texto da AE ”entra em contradição” ao “alegar preconceito” por parte da “extrema-direita” e em seguida, dizer que o setor está “empesteando o ambiente”.

Alegar?

Dizer que a extrema-direita é preconceituosa é uma “alegação”??

Criticar um racista por ser racista é contraditório???

Combater o fascismo é ser intolerante????

A segunda crítica é que o texto da AE seria contraditório porque “reclama da oposição quando ela diz que o país está dividido, sem lembrar que, matematicamente, a diferença de votos entre os dois candidatos foi de pouco mais que 3 milhões de votos, em um quadro com 21,1% de abstenções, 1,71% de votos brancos e 4,63% de votos nulos”.

Sugerimos a autora reler o item 6 do texto da AE, onde está dito o seguinte: *6. Passada a eleição, esta oposição segue atuante, questio-*

*nando o resultado eleitoral, defendendo a divisão do país, ameaçando a normalidade institucional, buscando chantagear o governo eleito para que adote o programa dos derrotados.*

Nossa crítica não exige matemática, nem se dirige aos que acham que a população brasileira está “dividida” em torno de posições diferentes. Pois é óbvio que existe uma divisão, que tem séculos de história e bases econômico-sociais muito claras.

Nossa crítica se dirige aos que fazem um discurso separatista.

Finalmente, a autora afirma que o texto da Articulação de Esquerda “chega a defender a pichação e o lixo jogado em frente a sede da Editora Abril”.

Todo mundo é livre para interpretar.

Mas vejamos o que está escrito no texto transcrito pela própria Alessandra Alves: “As pichações e o lixo jogado em frente a sede da Editora Abril, embora tenham sido úteis à manipulação midiática da direita, nada representam frente ao vandalismo brutal que o oligopólio comete cotidianamente contra a democracia brasileira”.

Ou seja: achamos que as “pichações e o lixo jogado em frente à sede da Abril” foram “úteis à manipulação midiática da direita”.

Mas achamos que elas “nada representam frente ao vandalismo brutal que o oligopólio [da mídia] comete cotidianamente contra a democracia brasileira.

Trata-se, portanto, de adaptação livre do raciocínio de um famoso poeta alemão, acerca dos que *chamam de violento um rio turbulento, mas não lembram de chamar de violentas as margens que o aprisionam.*

A íntegra do balanço da Articulação de Esquerda pode ser lida aqui:

<http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/comemoracao-e-luta.html>

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/nem-escrever-nem-desenhar-basta-um-poema.html>

## **Texto escrito a pedidos da Territórios Transversais: Fator de transformação**

A revista *Territórios Transversais* pediu que eu escrevesse um artigo sobre o seguinte tema: “Lulopetismo: fator de transformação ou manutenção das bases sociais do Brasil no limiar do Século XXI?”.

Responder exige explicar o que compreendo por cada um dos termos da pergunta: o que são as “bases sociais do Brasil”? Que transformações estão ocorrendo em nossa sociedade? Qual o papel do PT e de Lula nessas transformações?

O Brasil é uma sociedade capitalista, como a maior parte do planeta. O que diferencia a formação social brasileira de outras é o processo específico, histórico, pelo qual o capitalismo se desenvolveu aqui: dependência, desigualdade e democracia restrita.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos momentos de crescimento intenso e de recessão, em épocas de bonança internacional e de crise, foi possível graças à manutenção de imensas taxas de desigualdade social, de fortes restrições às liberdades democráticas (sem as quais a desigualdade seria posta em questão) e de grande dependência externa (ideológica, militar, política, tecnológica, de capitais, de mercados etc.).

Em outros termos: os grandes capitalistas transformaram-se, ao longo do século XX, em classe dominante, mantendo e aprofundando padrões de subordinação externa, exploração econômica e opressão política herdadas de períodos pré-capitalistas. Houvesse mais democracia e bem-estar social, os capitalistas brasileiros não teriam enriquecido como enriqueceram.

Quem olha o Brasil de hoje e compara com o Brasil de 1914, vê um país maior e mais desenvolvido. Mas este crescimento/desenvol-

vimento foi obtido como? Longos períodos de ditadura aberta ou de restrições fortes às liberdades democráticas mais básicas. Uma constante dependência em relação às metrópoles capitalistas. E uma intensificação, pelos mais variados meios, da exploração das classes trabalhadoras (a de pequenos proprietários e a de assalariados).

Este crescimento/desenvolvimento ocorreu através de intensa luta. No Brasil, a história da transição capitalista (a partir de 1850) e do capitalismo industrial (a partir de 1930) foi marcada por duro enfrentamento entre duas vias de *desenvolvimento capitalista*.

Claro que havia setores reacionários, agraristas, contrários ao desenvolvimento, que foram perdendo influência à exata medida que o capitalismo central passou à fase imperialista, de exportação de capitais, portanto em alguma medida estimulando o desenvolvimento de parte da periferia.

Claro que havia socialistas e comunistas. Mas até 1980, estas forças se viram diante de duas situações: ou não tinham influência relevante na luta política e social; ou se convertiam em linha auxiliar das forças que defendiam um desenvolvimento capitalista democrático, contra aqueles que defendiam um desenvolvimento capitalista conservador.

No embate entre capitalismo democrático (que defendia desenvolver ampliando a democracia, a soberania e o bem estar) e o capitalismo conservador (que implicava em desenvolver conservando os níveis de desigualdade, dependência e democracia), quem geralmente levou a melhor até 2002 foram os conservadores.

Há várias causas para isto, mas duas delas têm muito interesse para o debate da situação atual.

A primeira causa é, exatamente, o atraso relativo do desenvolvimento capitalista no Brasil. O capitalismo chegou ao Brasil bem depois de já estar instalado solidamente nas regiões centrais. Durante muito tempo conviveu com uma formação social que não era hegemonicamente capitalista. E durante todo o século XX, permaneceu existindo uma defasagem entre o nível de desenvolvimento capitalista no Brasil e nos países centrais.

Qual a conclusão que a maior parte das forças políticas tirou deste fato? A de que existe um grande espaço para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Motivo pelo qual o *desenvolvimento* foi e segue sendo palavra-chave na boca das mais variadas correntes ideológicas e forças políticas. Mas qual desenvolvimento?

Aí entra em cena a segunda causa das vitórias conservadoras: certo paradoxo enfrentado pelos que defendem um desenvolvimento capitalista democrático.

A saber: o capitalismo tal como existe no Brasil depende de altas taxas de desigualdade, conservadorismo político e dependência externa. Construir uma via de desenvolvimento capitalista *democrática* implica, portanto, em choque com os próprios capitalistas. Choque que só pode resultar em vitória dos democráticos, caso estes mobilizem as camadas populares. Cujo movimento traz para o palco questões que entram em choque com os limites do próprio capitalismo.

Por isto os defensores do desenvolvimento capitalista democrático se viram frequentemente diante de uma encruzilhada: ou avançar por uma estrada que daria numa transição socialista; ou conciliar com os defensores do desenvolvimento capitalista conservador. Sendo que estes nunca pagaram para ver, motivo pelo qual é muito comum que os setores conservadores promovam golpes preventivos contra “ameaças comunistas”, que na verdade não são comunistas, mas sim democrático-capitalistas.

Em resumo: o desenvolvimentismo conservador não apenas conta com as vantagens da inércia e da força de quem é dominante, mas também com uma “fragilidade estrutural” do desenvolvimento capitalista democrático. Fragilidade que pode ser resumida assim: o capitalismo não se dá bem com a democracia.

De 1980 até hoje, o que mudou?

Em primeiro lugar, o desenvolvimento capitalista brasileiro atingiu grande maturidade. Com isto, a classe trabalhadora assalariada passou a ter um peso maior que antes e isto se traduziu numa mudança na liderança e na orientação dos setores defensores de uma via capitalista democrática.

No segundo turno das eleições de 1989, o conflito foi entre extremos: um neoliberal encabeçando os que defendiam um desenvolvimento conservador, um socialista encabeçando os que defendiam um desenvolvimento democrático.

Este fato poderia ter resultado, nos anos 1990, numa mudança dos termos da equação fundamental da história brasileira. Ao invés do conflito entre duas vias de desenvolvimento capitalista (uma conservadora e outra democrática), poderíamos ter passado a um conflito entre via capitalista e via socialista de desenvolvimento.

Mas não foi isto o que ocorreu. O PT e Lula continuaram liderando o enfrentamento com o conservadorismo. Mas o fizeram a partir de um programa de desenvolvimento capitalista democrático, não a partir de um programa socialista.

Por qual motivo isto ocorreu?

Há explicações para todos os gostos. Mas para quem acredita que os fatos fundamentais da história não podem ser explicados por escolhas subjetivas, mas sim que as escolhas subjetivas é que podem ser explicadas pelos fatos fundamentais, é preciso entender o que ocorreu na luta de classes.

E o que ocorreu na luta de classes, no Brasil e no mundo, nos anos 1990, é fartamente conhecido: um retrocesso do socialismo, uma ofensiva capitalista, uma regressão neoliberal.

Um dos efeitos do neoliberalismo foi enfraquecer a classe trabalhadora brasileira e, com isto, enfraquecer as bases objetivas de uma via de desenvolvimento socialista.

Claro que diante deste fato objetivo, havia diversas alternativas. Uma delas seria dobrar a aposta na defesa de uma via de desenvolvimento socialista, sem mediações. Outra seria passar a ter como objetivo estratégico não mais o socialismo, mas sim uma via de desenvolvimento capitalista democrática. Uma terceira seria fazer um recuo tático, que nos permitisse reconstituir as bases estratégicas de uma via de desenvolvimento socialista.

A partir de 1995, a posição majoritária no PT foi aderir ao desenvolvimento capitalista democrático. Não foi uma mudança de direito,

pois o socialismo segue nas resoluções como objetivo estratégico do Partido. Mas foi uma mudança de fato e que adquire cada vez mais cidadania no discurso petista, como se pode constatar pela defesa veemente que vem sendo feita, de um “país de classe média”.

O PT venceu as eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014 e governa o país orientado por esta perspectiva estratégica, capitalista democrática. Neste sentido, foi mais longe do que todos os seus antecessores. Mas também levou mais longe a contradição fundamental de todo os que defendem uma via de desenvolvimento capitalista democrática.

Repetimos o que já dissemos antes: o capitalismo tal como existe no Brasil depende de altas taxas de desigualdade, conservadorismo político e dependência externa. Construir uma via de desenvolvimento capitalista *democrática* implica, portanto, em choque com os próprios capitalistas. Choque que só pode resultar em vitória dos democráticos, caso estes mobilizem as camadas populares. Cujo movimento traz para o palco questões que entram em choque com os limites do próprio capitalismo.

Por isto o PT está diante de uma encruzilhada: ou avançar por uma estrada de reformas estruturais, democráticas, populares e socialistas; ou conciliar com os defensores do desenvolvimento capitalista conservador. Que novamente estão demonstrando que não pagam para ver, motivo pelo qual já se fala de golpe contra a “ameaça comunista”.

O Brasil vive há alguns anos este dilema: ou construímos um caminho de desenvolvimento democrático que se articule com uma via de desenvolvimento socialista; ou no final das contas, por um caminho ou outro, acabará prevalecendo o desenvolvimento conservador.

O desfecho deste dilema depende de opções que estão sendo tomadas aqui e agora, mas é certo que veremos choques de proporção cada vez maior.

Qual a posição de Dilma, Lula e o PT frente a este dilema?

O que foi feito ao longo destes doze anos pode ser resumido assim: os governos federais encabeçados pelo PT estão tornando possí-

vel recompor, mesmo que lentamente, a força objetiva e subjetiva da classe trabalhadora; mas não fomos capazes de desmontar as bases objetivas e subjetivas do poder do grande capital e seus aliados.

Para fazer isto, o PT precisará adotar outra estratégia. Nisto estamos empenhados.

*Valter Pomar é historiador e militante do PT*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/texto-escrito-pedidos-da-territorios.html>*

## Moralmente primitivas

Acreditem ou não, está na página 134 da edição de 5 de novembro de 2014 da revista *Veja*: “O Brasil, por decisão da metade e mais um pouco dos seus eleitores, foi mantido sob o comando de pessoas moralmente primitivas, que acabam de ser premiadas por levar a atividade política à fronteira do crime”.

A frase é de autoria do senhor J.R.Guzzo, responsável pela coluna de opinião que “fecha” cada edição do panfleto semanal do PSDB..

Outra destaque desta edição de *Veja* é o “Manual de sobrevivência no segundo mandato”, que abre com o seguinte raciocínio: “A reeleição de Dilma Rousseff dará ao PT dezesseis anos ininterruptos no Palácio do Planalto. Especialistas apontam os riscos dessa situação, inédita na história da democracia brasileira, e sugerem formas de se proteger de seus efeitos deletérios”.

Se há “ineditismo”, ele é muito maior do que os quatro mandatos presidenciais contínuos do PT.

Afinal, vivemos no mais longo período ininterrupto de democracia eleitoral da história do Brasil.

O anterior durou cerca de dezoito anos, de 1946 a 1964. Este, a depender da conta, tem pelo menos 25 anos.

Interessante, não?

Mais tempo de democracia eleitoral e, como que “por acaso”, a esquerda consegue chegar e continuar no governo federal.

Setores da oposição de direita acham que isto pode não durar muito.

Segundo Rubens Ricúpero (aquele do que é ruim a gente esconde), “a última coisa de que precisávamos era de uma sociedade ra-

chada ao meio, polarizada e radicalizada. Como tivemos nos dois anos e meio de paralisia antes do golpe militar”. (FSP, 27/10)

A oposição de direita faz este tipo de ameaça & chantagem e ainda acham que os “moralmente primitivos” somos nós???

Mas nem tudo são pedras.

*Veja* nos brindou também com uma frase de Winston Churchill: “Os problemas da vitória são mais agradáveis do que aqueles da derrota, mas não são menos difíceis”.

Tão difíceis, que geram realinhamentos políticos e teóricos surpreendentes.

Recentemente, um intelectual vinculado à esquerda da esquerda escreveu um texto cheio de moderação, acerca do tema reforma política & Constituinte exclusiva.

E um intelectual vinculado à esquerda moderada do PT publicou num semanário paulista texto em que critica as atitudes de Dilma na semana pós-eleição, pedindo coerência e radicalização.

Sob imensa pressão da direita, com um governo e uma esquerda (não apenas o PT, mas toda a esquerda) que precisam trocar de roda com o carro andando (ou seja, trocar de estratégia sem desacumular o que conseguimos até agora), é inevitável que haja muita confusão no próximo período.

O que não podemos esquecer, mesmo em meio a confusão, é que o lado de lá nos acha moralmente primitivos. E, portanto, fará de tudo para semear a confusão, a cizânia e o desalento entre nós. Assim, façamos como os primitivos: em caso de dúvida, nos guiamo pelo faro.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/moralmente-primitivas.html>

## Os Mesquita são contra a livre concorrência

Eu esperava tudo do jornal O Estado de S.Paulo, menos este editorial explícito contra a livre concorrência: "Os radicais atacam de novo", disponível em

<http://m.estadao.com.br/noticias/opiniaao,radicais-atacam-de-novo-,1587642,0.htm>

O referido texto "acusa" a presidenta Dilma de ter uma visão "claramente intervencionista [acerca do papel] do Estado". Diz que Dilma, "nessa questão, alinha-se com a esquerda do PT".

Ao mesmo tempo, O Estado (!!!) de S. Paulo "elogia" a presidenta por resistir "bravamente" aos "radicais de seu partido", que no entender do jornal "pregam a censura dos meios de comunicação".

Até aí, nada de novo. Como tampouco há novidade no ataque que o Estadão faz contra o texto divulgado pela tendência petista Articulação de Esquerda.

O texto criticado pelo jornal está disponível no link <http://valterpomar.blogspot.ie/2014/10/comemoracao-e-luta.html>

A novidade aparece quando o Estadão critica a proposta, feita pelo texto, de que o PT deva lançar um "jornal diário de massas e uma agência de notícias".

Segundo o Estadão, a proposta da esquerda lançar um jornal diário de massas e uma agência de notícias seria "uma ideia típica do voluntarismo inconsequente e do sectarismo de esquerda, do discurso daqueles para quem a população é deliberadamente mal informada por uma mídia 'burguesa' comprometida apenas com interesses da 'elite'. Mas esse é um problema que se resolve facilmente, como de-

monstra acreditar a facção petista, com o lançamento de um jornal para as ‘massas’, capaz de colocar a elite perversa no devido lugar.”

Curiosa esta acusação: para o Estadão, a esquerda lançar um jornal de massas e uma agência de notícias seria “voluntarismo inconsequente”.

Eu acharia “normal” ouvir este tipo de crítica numa reunião petista, por exemplo de alguém preocupado com as dificuldades e riscos envolvidos na operação de um jornal e/ou de uma agência deste tipo. Ou mesmo de gente que acredita que as redes sociais tornaram dispensáveis os diários impressos e/ou não compreende o vínculo entre o trabalho de uma redação e o de uma agência.

Mas estaria o Estadão preocupado conosco?

Chegam ao ponto de nos “alertar” para o seguinte: mesmo que sejamos capazes “de superar, mediante o investimento de enorme volume de recursos financeiros, as dificuldades de produção industrial e distribuição de um diário de tiragem compatível com a demanda da ‘massa’, certamente [teríamos] dificuldades para transformar a leitura diária de um jornal em objeto de desejo dessa ‘massa’.”

De fato as dificuldades existem e são múltiplas. Mas o desejo por outro padrão de informação ficou claro durante as eleições de 2014. Assim como ficou claro o papel diferenciado e indispensável, na batalha da comunicação, das agências de notícias e dos impressos, revistas semanais e jornais diários.

Neste último caso, existem hoje no mínimo algumas centenas de milhares de pessoas em todo o país que não dispõem de outros jornais impressos diários, salvo os oferecidos pelo oligopólio. Parte destas pessoas estão “ávidas pela maravilhosa perspectiva” de que se lhes ofereça um jornal diário preocupado em divulgar não apenas outras notícias, mas outro ponto de vista. Para usar os termos que o Estadão conhece, existe mercado para um novo produto.

Claro que na versão OESP do liberalismo, só parecem existir duas alternativas: 1) as “notícias objetivas” fornecidas pelo oligopólio e 2) a propaganda dos “salvadores da pátria”.

Nós, que paradoxalmente somos acusados de “arreganhos totalitários”, temos outra perspectiva: achamos que no Brasil coexistem diferentes pontos de vista, que precisam resultar em diferentes noticiários e numa pluralidade de meios. Inclusive impressos diários.

Neste ponto, fica mais claro que O Estado de S. Paulo teme a concorrência, tanto política quanto comercial.

Tanto é assim que, entre os argumentos contrários à existência de um jornal de esquerda de grande tiragem, o Estadão reclama que o “mercado” de leitores seria pequeno, porque “o Brasil ainda é um dos países com pior desempenho na área da Educação, o que resulta na existência do enorme flagelo do analfabetismo funcional”.

Curioso este argumento, que só valeria contra um novo jornal da esquerda, mas não afetaria os vários jornais e revistas mantidos hoje e há décadas pelo oligopólio. Que o próprio Estadão considera algo “indesejável”, mas não a ponto de aceitar a moderada proposta feita pela presidenta Dilma, de uma “regulação econômica”.

Nada mais coerente: o liberalismo do Estadão é feito apenas para inglês ver.

Para estes liberais de meia pataca, a liberdade de imprensa funciona assim: eles podem ter jornais de grande circulação. Nós, se quisermos estar “mais bem sintonizados com a vida real”, devemos nos dar por “satisfeitos em produzir um jornal para a militância”.

Talvez os Mesquita desejem ganhar uma assinatura do jornal Página 13, que circula desde 1998. Mas o que preferimos dar a eles e seus colegas de oligopólio é algo mais solene: concorrência.

*[http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/os-mesquita-sao-contralivre\\_4.html](http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/os-mesquita-sao-contralivre_4.html)*

## Para leitura

O tempo corre contra quem defende realizar reformas estruturais no Brasil.

A depender do que fizermos, a direita pode vencer as presidenciais de 2018.

A depender do que fizermos, a direita pode tentar provocar uma crise institucional antes de 2018.

A depender do que fizermos, a direita pode impor (total ou parcialmente) ao novo governo o programa que foi derrotado nas urnas.

Mais precisamente: em parte a depender da capacidade e esperteza dos nossos opositores, em parte a depender de como se posicionem os setores em disputa. em parte a depender de como nosso lado, nosso bloco, nosso campo se posicionar.

Entendendo que *nosso lado* inclui partidos de esquerda, movimentos sociais, parlamentares e executivos progressistas, assim como gente atuante no campo da arte, da cultura, do educar e do comunicar.

Evidente que ao PT e ao governo Dilma cabe um lugar especial neste campo.

Evidente, igualmente, que do ponto de vista imediato o governo Dilma cumpre um papel deveras destacado.

Entretanto, como demonstraram os acontecimentos desde 2003, embora o governo seja importante, no frigidar dos ovos o Partido cumpre papel decisivo.

Neste sentido, deveras importante que a executiva nacional do PT tenha aprovado o seguinte documento: <http://www.pagina13.org.br/pt/resolucao-politica-da-executiva-nacional-do-pt/#.VGNwvPmsVZ8>

Um dos nossos desafios consiste em transformar as diretrizes deste documento em linha geral do Partido.

Por enquanto, temos apenas um resolutivo da CEN. Cabe trabalhar para o que DN e o V Congresso do PT referendem esta linha. E que ela seja efetivamente implementada pelo Partido e por seus dirigentes mais destacados, inclusive os que ocupam postos executivos e parlamentares.

Uma vez que conseguimos consolidar no conjunto do Partido a linha aprovada pela Executiva nacional, isto deve ter reflexo nas diretrizes organizativas, nos dirigentes, no funcionamento da tesouraria, no trabalho de formar, informar e mobilizar.

Nada disto vai transcorrer tranquilamente. Temos inimigos poderosos fora do Partido, temos passivos importantes e temos diferentes posturas no interior do campo popular, a respeito do que fazer.

Um exemplo: os que subiram no muro no segundo turno, torcem agora para que o governo gire para a direita, o que lhes serviria de desculpa.

Outro exemplo: os que acham que o governo pode girar para a esquerda tanto quanto a campanha girou para a esquerda, confundindo o papel e as possibilidades do Partido e do campo popular, com o papel e as possibilidades do governo.

Um terceiro exemplo: os que defendem que o governo gire para a direita, aplicando parcialmente o programa dos derrotados. Dentre estes, existem os que adotam os mesmos pressupostos dos tucanos. Mas existem, igualmente, os que acreditam que girar para a direita permitiria evitar um confronto maior com a direita, num momento em que os setores populares mostraram capacidade de mobilizar, mas perderam votos frente ao que obtivemos em recentes processos eleitorais e ainda carecem de organicidade e instrumentos adequados para comunicar-se com o povo. Os que pensam isto acham que a luta de classes em 2014 obedece ao mesmo design da luta de classes em 2002.

Finalmente, e em grande quantidade, existem aqueles que percebem que precisamos mudar e precisamos mudar urgente, mas que

nem sempre percebem que isto constitui um processo bastante complexo, em que precisamos mudar de estratégia (não apenas de tática) e que precisamos mudar profundamente nosso funcionamento, nosso comportamento interno e externo.

Alguns dos textos abaixo selecionados (exceto logicamente o de Breno Altman, que cuida de apresentar o documento da executiva nacional) permitem visualizar vários destes pontos de vista que consideramos incorretos ou insuficientes. Destaca-se a dificuldade de perceber os acontecimentos atuais como manifestar de profundos conflitos de classes, que tem hoje um design diferente daquele de 2002. Motivo pelo qual a facilidade com que determinadas pessoas esquecem de analisar seus atos passados e inclusive de assumir a responsabilidade por seus erros, as conduz agora a propor mais do mesmo, sob o disfarce de grande novidade.

Boa leitura. (no link o leitor poderá encontrar os textos citados no artigo original, de Grajew, Singer, Boulos e Altman).

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/para-leitura.html>*

## Sobre Frei Betto

Em artigo intitulado *A fábula petista*, publicado na *Folha de S. Paulo* dia 10/11/2014, Frei Betto comete dois equívocos muito comuns entre figuras importantes do petismo.

Reproduzo abaixo a íntegra do texto a seguir criticado.

O primeiro equívoco consiste no que chamo de fazer autocrítica pelos outros. Quem tivesse vindo de outro planeta e lesse o texto de Betto poderia achar que ele nunca foi de fato petista, que ele nunca influenciou os principais dirigentes do PT, que suas ideias não foram dominantes nos anos decisivos de nossa história e que em sua passagem pelo governo Lula, Frei Betto nunca foi picado pela mosca azul.

Em grande medida por não fazer sua própria autocrítica, Betto comete o segundo equívoco: o de analisar a atual situação, a partir dos mesmos pressupostos teóricos que levaram o PT a cair na situação atual.

O exemplo máximo disto está na identificação que ele faz entre a ”progressiva desconstrução” do PT e o “projeto de poder”. Nas palavras de Betto: “O projeto de Brasil cedeu lugar ao projeto de poder.”

Na verdade aconteceu exatamente o contrário do que diz Betto.

Ao longo dos anos 1990, o PT progressivamente substituiu sua estratégia de “conquistar o governo como parte do caminho para ser poder”, por uma estratégia que supunha conquistar o governo e conviver com o poder dos grandes capitalistas.

Em parte por isto, grandes setores do PT passaram a preferir um péssimo acordo a uma boa briga.

Em parte por isto, a organização do Partido, do campo popular, da classe trabalhadora, perderam centralidade.

Em parte por isto, os êxitos de um bom governo chegavam no máximo até as fronteiras dos poderes capitalistas.

O problema do PT nunca foi e não é ter adotado um “projeto de poder”.

Os problemas do PT derivam em grande medida do oposto: ter enfraquecido seu “projeto de poder”.

Boa parte do que Betto diz acerca do poder deriva de uma ideia vulgar acerca do que é o “poder”. Vulgaridade que a própria classe dominante estimula, para que a classe trabalhadora não queira ter o poder, esta coisa “nojenta” e “corruptora”. Vulgaridade que convive bem com um discurso de matriz religiosa, um discurso sedutor e basista que foi muito funcional aos que empurraram o PT para o caminho trilhado a partir dos anos 1990.

Por conta desta abordagem vulgar do tema, Betto não consegue compreender nem explicar corretamente o aparente paradoxo destes 12 anos: uma esquerda moderada & uma direita radical.

Quem tiver interesse acerca das causas reais deste paradoxo, sugiro o texto:

<http://valterpomar.blogspot.com/2014/10/texto-escrito-pedidos-da-territorios.html>

Ao invés de explicar o aparente paradoxo, Betto afirma que “em 12 anos de governo, o PT despolitizou a nação.” Nem Deus, nem Betto, seriam capazes de tal prodígio. Não há como despolitizar uma sociedade de classes, pois onde há luta de classes há luta política, ou seja, luta pelo poder. E quem recusa a luta pelo poder, ajuda os poderosos.

A fábula petista, na verdade, poderia ser apresentada assim: enquanto as formigas lutavam, certas cigarras produziram uma teoria e uma estratégia que nos levaram aos impasses atuais. O melhor que estas cigarras podem fazer agora é aprender a tocar outra música.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/sobre-frei-betto.html>

## Pedra sobre pedra

A presidenta Dilma já reiterou diversas vezes seu apoio a todas as ações que visam investigar, julgar e condenar corruptos e corruptores.

As atuais investigações, naquilo que têm de substancial e consistente, vem comprovando que o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, supostamente baseado em doações de empresas privadas, na verdade é financiado por recursos públicos.

Portanto, para além de atos criminosos, estamos podendo enxergar um dos muitos aspectos de um mecanismo sistêmico que corrompe cotidianamente as chamadas liberdades democráticas, pois no lugar do “voto cidadão”, o financiamento privado reintroduz de fato o voto censitário.

Este é mais um motivo para apoiarmos uma ampla e constitucional reforma política, especialmente a proibição de todo e qualquer financiamento eleitoral empresarial.

Pelo mesmo motivo, devemos vigiar para que o processo de investigação e julgamento não seja manipulado pelos mesmos interesses políticos e empresariais que se faz necessário punir.

A corrupção institucionalizada está presente na história do Brasil, nos períodos democráticos e especialmente nos períodos ditatoriais, há muito tempo. Correu solta e até agora sem punição no período da presidência tucana e nos seus governos estaduais.

Não é coincidência que a oportunidade de “não deixar pedra sobre pedra” ocorra exatamente no período de presidência petista. Como já foi dito, de tédio não morreremos.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/pedra-sobre-pedra.html>*

## **Carta sobre o PT, o governo e assuntos conexos**

No dia 19 de novembro de 2014, um companheiro escreveu uma mensagem pedindo minha opinião sobre o PT. Mais precisamente, ele expunha suas dúvidas sobre filiar-se ou não ao Partido dos Trabalhadores. No mesmo dia, respondi.

Algumas pessoas que leram a troca de mensagens consideraram que seria útil divulgar mais amplamente minha resposta. Aceitei a sugestão, especialmente tendo em vista a polêmica em torno do ministério do segundo mandato de Dilma.

O que segue abaixo, portando, é minha resposta inicial, retirando os trechos que identificam o interlocutor e desenvolvendo melhor diversos aspectos.

“Prezado

Você escreveu, meio à sério, meio brincando, que às vezes acorda petista, mas às vezes fica encantado com o discurso de alguns partidos da ultraesquerda.

Entendo o que você quis dizer, mas te proponho a seguinte questão: qual teoria, qual programa, qual estratégia é defendida pelos partidos da chamada ultraesquerda?

São muito diferentes, certo? A tal ponto que tiveram posições muito diferentes no segundo turno de 2014, têm posições muito diferentes sobre a estratégia, bem como sobre o socialismo etc. Alguns, inclusive, de “ultraesquerda” tem muito pouco.

Minha pergunta é: levando em conta estas diferenças, o que exatamente te “encanta” no conjunto destes partidos?

Não deve ser a tática, a teoria, o programa e a estratégia, até porque por estes motivos seria praticamente impossível encantar-se com todos ou com vários deles ao mesmo tempo.

Arrisco então uma hipótese: o que te “encanta” em alguns partidos da “ultra” é que parece ser mais fácil, mais simples, menos contraditório, às vezes menos complicado e constrangedor estar num destes partidos, do que militar no PT.

Se estiver certo e for este o motivo do “encantamento”, então proponho que antes de decidir em qual partido você vai militar, você escolha se vai “casar ou comprar uma bicicleta”.

Dizendo de outro jeito: escolha entre “lutar por” ou “falar do” comunismo, do socialismo, da revolução, das reformas estruturais etc.

Se tua escolha for “lutar por”, então prepare-se, principalmente o estômago, pois não haverá escolhas fáceis, simples, perfeitas e que não sejam contraditórias. Nunca houve, desde 1848. E não haverá, pelo tempo das nossas vidas.

Dito de outro jeito: escolher militar no PT ou noutro partido é uma decisão que não pode estar baseada no que é “mais fácil de levar”.

Aliás, as vezes ouço ou leio o que é dito por lideranças destes partidos e morro de inveja... até me lembrar que a história dos últimos 34 anos, inclusive a dos últimos doze anos, deu razão a nós, que continuamos no PT. Uma prova disto, aliás, é que a esquerda não-petista oscila o tempo todo entre aliar-se com o PT ou aliar-se de fato com a direita contra o PT.

Você diz que apesar do “encanto”, não milita em alguns partidos da “ultraesquerda” porque avalia que estes partidos não “passam de uma vanguarda anos luz da base.”

Veja: ser vanguarda implica neste risco, no risco de ficar longe da base.

Uma vanguarda só é vanguarda porque em alguma medida pensa, se organiza e age de maneira diferente da base. E uma vanguarda pode passar um longo tempo “pastando” na condição de minoria.

Na maior parte do Brasil, o PT foi durante vários anos uma minoria pouco relevante eleitoralmente, tanto do ponto de vista eleitoral

quanto do ponto de vista social. Depois virou o que somos hoje. Mas nada impede que amanhã sejamos superados por outro Partido.

Assim, acho que a questão central não é quem hoje “está longe da base”.

A questão central é: qual a linha política? Qual a estratégia? Qual o programa? Qual a teoria? Pois é isso que determina a relevância, a importância, a justeza, de estar numa organização e não noutra, independente do tamanho e da base que esta organização tem no dia de hoje.

Acrescento: com uma “pequena ajuda” da luta de classes, são as questões apontadas no parágrafo acima que ajudarão a determinar se uma organização será vanguarda de massas ou se continuará para sempre “vanguarda de si mesmo”.

Da mesma forma, quem hoje é vanguarda pode – devido à suas opções teóricas, programáticas e estratégicas – estar conduzindo as massas e a si mesmo por um rumo equivocado.

Veja o caso da Unidade na Luta/Construindo um novo Brasil/Articulação sindical. Tomada isoladamente, esta tendência petista é o maior “partido” da esquerda brasileira. É uma vanguarda com base de massas. Mas fazer parte desta tendência, desde 1993 até agora, significou e significa apostar numa linha política, numa estratégia, num programa e numa teoria incorretas, cujos “efeitos colaterais” todo militante é hoje capaz de enxergar.

A polêmica em torno da composição do ministério do segundo mandato de Dilma Rousseff contém vários exemplos destes efeitos colaterais.

Por tudo isto, o ponto de partida para decidir em que partido militar não pode ser o “encanto”, nem o “apoio de massas” hoje.

Cada qual tem seus motivos e razões, mas quem deseja decidir de “maneira científica” em qual partido militar, deve buscar fazer uma análise concreta da situação concreta, ou seja, analisar a luta de classes, especialmente no Brasil; e a luta entre Estados, em âmbito mundial.

Suponho que você já deve ter lido alguns textos acerca da posição da tendência petista Articulação de Esquerda sobre estas questões.

Partimos do fato de que o Brasil é uma sociedade capitalista, como a maior parte do planeta. O que diferencia a formação social brasileira de outras é o processo específico, histórico, pelo qual o capitalismo se desenvolveu aqui: dependência, desigualdade e democracia restrita.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos momentos de crescimento intenso e de recessão, em épocas de bonança internacional e de crise, foi possível graças à manutenção de imensas taxas de desigualdade social, de fortes restrições às liberdades democráticas (sem as quais a desigualdade seria posta em questão) e de grande dependência externa (ideológica, militar, política, tecnológica, de capitais, de mercados etc.).

Em outros termos: os grandes capitalistas transformaram-se, ao longo do século XX, em classe dominante, mantendo e aprofundando padrões de subordinação externa, exploração econômica e opressão política herdadas de períodos pré-capitalistas. Houvesse mais democracia e bem-estar social, os capitalistas brasileiros não teriam enriquecido como enriqueceram.

Quem olha o Brasil de hoje e compara com o Brasil de 1914, vê um país maior e mais desenvolvido. Mas este crescimento/desenvolvimento foi obtido como? Longos períodos de ditadura aberta ou de restrições fortes às liberdades democráticas mais básicas. Uma constante dependência em relação às metrópoles capitalistas. E uma intensificação, pelos mais variados meios, da exploração das classes trabalhadoras (a de pequenos proprietários e a de assalariados).

Este crescimento/desenvolvimento ocorreu através de intensa luta. No Brasil, a história da transição capitalista (a partir de 1850) e do capitalismo industrial (a partir de 1930) foi marcada por duro enfrentamento entre duas vias de *desenvolvimento capitalista*.

Claro que havia setores reacionários, agraristas, contrários ao desenvolvimento, que foram perdendo influência à exata medida que o capitalismo central passou à fase imperialista, de exportação de capitais, portanto em alguma medida estimulando o desenvolvimento de parte da periferia.

Claro que também havia setores socialistas e comunistas, que defendiam como “objetivo final” uma sociedade não-capitalista. Mas até 1980, estas forças se viram diante de duas situações: ou não tinham influência relevante na luta política e social; ou se convertiam em linha auxiliar das forças que defendiam um desenvolvimento capitalista democrático, contra aqueles que defendiam um desenvolvimento capitalista conservador.

No embate entre capitalismo democrático (que defendia desenvolver o Brasil ampliando a democracia, a soberania e o bem estar) e o capitalismo conservador (que implicava em desenvolver o Brasil conservando os níveis de desigualdade, dependência e democracia), quem geralmente levou a melhor até 2002 foram os conservadores.

Há várias causas para isto, mas duas delas têm muito interesse para o debate da situação atual.

A primeira causa é, exatamente, o atraso relativo do desenvolvimento capitalista no Brasil. O capitalismo chegou ao Brasil bem depois de já estar instalado solidamente nas regiões centrais. Durante muito tempo conviveu com uma formação social que não era hegemonicamente capitalista. E durante todo o século XX, permaneceu existindo uma defasagem entre o nível de desenvolvimento capitalista existente no Brasil e aquele existente nos países centrais.

Qual a conclusão que a maior parte das forças políticas tirou deste fato? A de que existia um grande espaço para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Motivo pelo qual o *desenvolvimento* foi e segue sendo palavra-chave na boca das mais variadas correntes ideológicas e forças políticas. Mas qual desenvolvimento?

Aí entra em cena a segunda causa das vitórias conservadoras: certo paradoxo enfrentado pelos setores que defendem um desenvolvimento capitalista democrático.

A saber: o capitalismo tal como existe no Brasil depende de altas taxas de desigualdade, conservadorismo político e dependência externa. Construir uma via de desenvolvimento capitalista *democrática* implica, portanto, em choque com os próprios capitalistas. Choque que só

pode resultar em vitória dos setores democráticos, caso estes mobilizem as camadas populares. Cujos movimentos traz para o palco questões que entram em choque com os limites do próprio capitalismo.

Por isto os defensores do desenvolvimento capitalista democrático se viram frequentemente diante de uma encruzilhada: ou avançar por uma estrada que daria numa transição socialista; ou conciliar com os defensores do desenvolvimento capitalista conservador.

Sendo que os conservadores nunca “pagaram para ver”, motivo pelo qual é muito comum que os setores conservadores promovam golpes preventivos contra “ameaças comunistas”, que na verdade não são comunistas, mas sim democrático-capitalistas.

Em resumo: o desenvolvimentismo conservador não conta apenas com as vantagens da inércia e da força de quem é dominante, mas conta também com uma “fragilidade estrutural” daqueles que defendem um desenvolvimento capitalista democrático. Fragilidade que pode ser resumida assim: o capitalismo não se dá bem com a democracia.

De 1980 até hoje, o que mudou?

Em primeiro lugar, o desenvolvimento capitalista brasileiro atingiu grande maturidade. Com isto, a classe trabalhadora assalariada passou a ter um peso social e político maior que antes e isto se traduziu numa mudança na liderança e na orientação dos setores defensores de uma via capitalista democrática.

No segundo turno das eleições de 1989, por exemplo, o conflito foi entre extremos: um neoliberal encabeçando os que defendiam um desenvolvimento conservador, um socialista encabeçando os que defendiam um desenvolvimento democrático.

Este fato poderia ter resultado, nos anos 1990, numa mudança total dos termos da equação fundamental da história brasileira. Ao invés do conflito entre duas vias de desenvolvimento capitalista (uma conservadora e outra democrática), poderíamos ter passado a um conflito entre via capitalista e via socialista de desenvolvimento.

Mas não foi isto o que ocorreu. O PT e Lula continuaram liderando o enfrentamento com o conservadorismo. Mas o fizeram a partir

de um programa de desenvolvimento capitalista democrático, não a partir de um programa socialista. A mudança ocorrida na equação fundamental da história brasileira foi, portanto, parcial: mudou a liderança, mas não mudaram os termos do problema.

Por qual motivo isto ocorreu?

Há explicações para todos os gostos. Mas para quem acredita que os fatos fundamentais da história não podem ser explicados por escolhas subjetivas; e sim que as escolhas subjetivas é que podem ser explicadas pelos fatos fundamentais, é preciso entender o que ocorreu buscando a explicação na luta de classes.

E o que ocorreu na luta de classes, no Brasil e no mundo, nos anos 1990, é fartamente conhecido: um retrocesso do socialismo, uma ofensiva capitalista, uma regressão neoliberal.

Um dos efeitos do neoliberalismo foi enfraquecer a classe trabalhadora brasileira e, com isto, enfraquecer as bases objetivas de uma via de desenvolvimento socialista.

Claro que diante deste fato objetivo, havia diversas alternativas.

Uma delas seria dobrar a aposta na defesa de uma via de desenvolvimento socialista, sem mediações. Foi isto o que em tese propuseram fazer alguns dos setores que romperam com o PT, a partir de 1989.

Outra alternativa seria passar a ter como objetivo estratégico não mais o socialismo, mas sim uma via de desenvolvimento capitalista democrática. Mesmo sem assumir explícita e conscientemente isto, foi o que fez por exemplo a Unidade na Luta/Construindo um novo Brasil/Articulação sindical.

Uma terceira alternativa seria fazer um recuo tático, que permitisse reconstituir as bases estratégicas de uma via de desenvolvimento socialista. Foi o que propôs fazer, por exemplo, a Articulação de Esquerda.

A partir de 1995, a posição majoritária no PT foi a de aderir ao desenvolvimento capitalista democrático. Não foi uma mudança de direito, pois o socialismo segue nas resoluções como objetivo estratégico do Partido. Mas foi uma mudança de fato e que adquire cada vez

mais cidadania no discurso petista, como se pode constatar pela defesa veemente que vem sendo feita de um “país de classe média”.

O PT venceu as eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014 e governa o país orientado por uma perspectiva estratégica que é “capitalista democrática”. Neste sentido, chegou mais longe do que os seus antecessores (o trabalhismo e o comunismo). E exatamente por isto levou mais longe “que nunca antes na história do Brasil” a contradição fundamental de todo os que defendem uma via de desenvolvimento capitalista democrática, a saber: o capitalismo não se dá bem com a democracia.

Repetimos o que já dissemos antes: o capitalismo tal como existe no Brasil depende de altas taxas de desigualdade, conservadorismo político e dependência externa.

Construir uma via de desenvolvimento capitalista *democrática* implica, portanto, em choque com os próprios capitalistas. Choque que só pode resultar em vitória dos democráticos, caso estes mobilizem as camadas populares. Cujos movimentos traz para o palco questões que entram em choque com os limites do próprio capitalismo.

Por isto o PT está já há vários anos diante de uma encruzilhada: ou avançamos por uma estrada de reformas estruturais, democráticas, populares e socialistas; ou conciliamos com os defensores do desenvolvimento capitalista conservador. Que novamente estão demonstrando que não pagam para ver, motivo pelo qual já se fala de golpe contra a “ameaça comunista”.

Não apenas o PT, mas o Brasil vive, já há alguns anos, este dilema: ou construímos um caminho de desenvolvimento democrático que se articule com uma via de desenvolvimento socialista; ou no final das contas, por um caminho ou outro, acabará prevalecendo o desenvolvimento conservador.

O desfecho deste dilema depende de opções que estão sendo tomadas aqui e agora, mas é certo que veremos choques de proporções cada vez maiores.

Qual a posição de Dilma, de Lula e do PT frente a este dilema?

O que foi feito ao longo destes doze anos pode ser resumido assim: objetivamente, as políticas adotadas pelos governos federais encabezados pelo PT estão tornando possível recompor, mesmo que lentamente, a força objetiva e subjetiva da classe trabalhadora; mas não fomos capazes de desmontar as bases objetivas e subjetivas do poder do grande capital e seus aliados.

Exemplos desta incapacidade: o capital financeiro, as transnacionais e o agronegócio continuam hegemonizando a economia e a política brasileiras; o oligopólio da comunicação segue intacto; a legislação eleitoral permite ao financiamento privado reintroduzir a compra de votos e o voto censitário; as forças armadas e policiais seguem as mesmas de sempre.

Por isto, o tempo corre contra quem defende realizar reformas estruturais no Brasil. A depender do que fizermos, a direita pode vencer as presidenciais de 2018. A depender do que fizermos, a direita pode tentar provocar uma crise institucional antes de 2018. A depender do que fizermos, a direita pode impor (total ou parcialmente) ao novo governo o programa que foi derrotado nas urnas.

Mais precisamente: em parte a depender da capacidade e esperteza dos nossos opositores, em parte a depender de como se posicionem os setores em disputa. em parte a depender de como nosso lado, nosso bloco, nosso campo se posicionar.

Entendendo que *nosso lado* inclui partidos de esquerda, movimentos sociais, parlamentares e executivos progressistas, assim como gente atuante no campo da arte, da cultura, do educar e do comunicar.

Evidente que ao PT e ao governo Dilma cabe um lugar especial neste campo. Evidente, igualmente, que do ponto de vista imediato o governo Dilma cumpre um papel deveras destacado. Entretanto, como demonstraram os acontecimentos desde 2003, embora o governo seja importante, no frigidar dos ovos o Partido cumpre papel decisivo.

Neste sentido, foi muito importante que a executiva nacional do PT tenha aprovado o seguinte documento:

<http://www.pagina13.org.br/pt/resolucao-politica-da-executiva-nacional-do-pt/#.VGNwvPmsVZ8>

Um dos nossos desafios consiste em transformar as diretrizes deste documento aprovado pela CEN em linha geral do Partido. Cabe trabalhar para o que DN e o V Congresso do PT referendem esta linha. E que ela seja efetivamente implementada pelo Partido e por seus dirigentes mais destacados, inclusive os que ocupam postos executivos e parlamentares.

Uma vez que consigamos consolidar no conjunto do Partido a linha aprovada pela Executiva nacional, isto deve ter reflexo nas diretrizes organizativas, nos dirigentes, no funcionamento da tesouraria, no trabalho de formar, informar e mobilizar.

Nada disto vai transcorrer tranquilamente. Temos inimigos poderosos fora do Partido, temos passivos importantes e temos diferentes posturas no interior do campo popular, a respeito do que fazer.

Um exemplo: os que subiram no muro no segundo turno, agora dizem que a composição do ministério dará razão para sua postura. Quando na verdade o segundo turno de 2014 consistia em duas batalhas, combinadas mas diferentes: uma era impedir o retrocesso, outra criar as condições para um segundo mandato superior. Vencemos com dificuldade a primeira batalha, a segunda está em curso e será muito mais difícil. Quem não apoiou Dilma no segundo turno de 2014 adotou uma posição vergonhosa, que só ajudou o grande Capital, tanto na primeira quanto na segunda batalha. De “revolucionários” deste tipo, está cheinho um dos círculos nomeados por Dante.

Outro exemplo das diferentes posturas que temos no campo popular: os que acham que o governo pode girar para a esquerda tanto quanto a campanha girou para a esquerda, confundindo o papel e as possibilidades do Partido e do campo popular, com o papel e as possibilidades do governo.

Um terceiro exemplo: os que defendem que o governo gire para a direita, aplicando parcialmente o programa dos derrotados. Dentre estes, existem os que adotam os mesmos pressupostos dos tucanos. Mas existem, igualmente, os que acreditam que girar para a direita neste início de segundo mandato permitiria evitar um confronto maior

com a direita, num momento em que os setores populares mostraram capacidade de mobilizar, mas perderam votos frente ao que obtivemos em recentes processos eleitorais e ainda carecem de organicidade e instrumentos adequados para comunicar-se com o povo. Os que pensam isto apontam problemas reais, mas suas soluções partem de um pressuposto equivocado, pois a luta de classes em 2014 não obedece ao mesmo design da luta de classes em 2002, logo é um duplo erro tentar repetir em 2015 o que foi feito em 2003.

Finalmente, e em grande quantidade, existem aqueles que percebem que precisamos mudar e precisamos mudar urgente, mas que nem sempre percebem que isto constitui um processo bastante complexo, em que precisamos mudar de estratégia (não apenas de tática) e que precisamos mudar profundamente nosso funcionamento, nosso comportamento interno e externo.

Dentre as muitas mudanças “organizativas” que devem ocorrer, é fundamental citar: a) o financiamento do Partido, que não pode depender do empresariado; b) a comunicação do Partido, que não pode esperar mais para ter sua própria mídia; c) a formação da militância, que precisa cada vez mais preparo para enfrentar a luta de classes; d) e nossa composição social: o PT é e deve continuar sendo o partido dos trabalhadores e das trabalhadoras que vivem de salário.

Mas a mudança fundamental deve ser política: o PT precisa adotar outra estratégia.

Nisto estamos empenhados, seja propondo ao Partido que faça esta opção em seu V Congresso, seja defendendo que no atual momento devemos aprofundar as liberdades democráticas, fortalecer a classe trabalhadora, ampliar o papel do Estado na economia e dividir a burguesia, especialmente isolando e derrotando os setores ligados ao capital financeiro e ao grande capital monopolista transnacional.

A luta política dos últimos 34 anos mostrou a importância do petismo. Mas também demonstrou que estamos chegando no limite: ou damos um salto de qualidade (assumindo posições pelo menos parecidas com as que hoje são posições da tendência petista AE), ou viveremos um longo período de retrocesso.

Se tivermos êxito, estaremos mais próximos dos nossos objetivos históricos.

Já se o PT for derrotado (por cooptação, derrota eleitoral ou golpe), viveremos um longo período de desacumulo de forças.

Este é outro motivo pelo qual justifica-se participar ativamente da luta que se trava no interior do PT.

Estar no PT implica em tomar posição na luta interna do Partido dos Trabalhadores. Ou seja, tomar partido dentro do Partido, tomar posição no debate sobre qual linha, qual programa, qual estratégia, qual teoria?

O grupo hoje majoritário na direção do PT conduz o Partido e o conjunto da esquerda por um caminho cada vez mais perigoso, exatamente devido a suas opções estratégicas, tais como a conciliação de classes.

Assim, nossa posição é a seguinte: somos petistas que lutam para que o Partido adote uma linha diferente daquela que é atualmente majoritária.

Isto vai “dar certo?” Não há como responder.

Quais as chances de dar certo? Pequenas. Como sempre foram pequenas, em todas as partes do mundo, as chances de vitória da esquerda socialista e revolucionária.

Optamos, porque em nossa opinião nenhuma outra alternativa responde melhor aos grandes problemas postos diante da classe trabalhadora, no atual momento histórico.”

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/carta-sobre-o-pt-o-governo-e-assuntos.html>

## Devaneios direitistas?

“Devaneios esquerdistas” é o título da coluna assinada por Merval Pereira, no jornal *O Globo* de 28 de novembro de 2014.

O texto de Merval é reproduzido ao final deste comentário.

O simpático título faz referência a um abaixo-assinado divulgado há poucos dias, intitulado “Em defesa do programa vitorioso nas urnas”.

O texto do abaixo-assinado pode ser lido aqui:

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Em-defesa-do-programa-vitorioso-nas-urnas/4/32296>

Segundo Merval, “as diversas facções em que se divide a esquerda brasileira aliada ao governo petista estão atônitas com a chegada ao ministério do segundo mandato de Dilma de Joaquim ‘mãos de tesoura’ Levy, que pretende, como anunciou ontem em linguagem diplomática, colocar ordem na bagunça em que se encontra a economia nacional”.

Procurando bem, sempre se pode achar alguém atônito. Mas a questão é muito simples: como os dois mandatos do presidente Lula e como foi seu primeiro mandato, o segundo mandato da presidenta Dilma será o de um governo em disputa.

Nas eleições, impedimos o retrocesso que seria resultante de uma vitória de Aécio Neves. Mas para conseguirmos um segundo mandato Dilma que seja superior ao primeiro – entendo por superior principalmente contribuir para a implementação de reformas estruturais – será preciso muito mais esforço.

Dada a correlação de forças no Congresso, bem como dadas as debilidades da esquerda política e social, para não falar dos constrangi-

mentos objetivos derivados da economia nacional e internacional, está claro que não existem condições para fazermos o governo “ideal”.

Agora, reconhecer a correlação de forças não é igual a capitular frente ao inimigo.

Quem capitula, faz concessões que nos impedem de alterar para melhor a correlação de forças.

Para evitar este tipo de situação, esperamos que governo faça a parte que lhe cabe na democratização da comunicação, na reforma política, na manutenção e progresso da vida material e cultural da classe trabalhadora etc.

E para isto, não basta termos a presidenta Dilma; é necessário que ela nomeie uma equipe que sinalize e contribua no sentido indicado.

O abaixo-assinado significa que, do ponto de vista de uma parte dos/das que apoiaram e elegeram a presidenta Dilma Rousseff, nomes como o de Joaquim Levy e Kátia Abreu não correspondem ao que esperamos de seu segundo mandato.

Na nossa opinião, Kátia Abreu é defensora de uma política favorável ao agronegócio, política esta que vem desde 2003 e que precisa ser alterada.

Também na nossa opinião, Joaquim Levy é partidário das políticas gerenciadas por Palocci entre 2003 e 2005, políticas danosas então e agora.

Portanto, quem assinou o abaixo-assinado, seja pelas razões acima indicadas ou por outras, não está “atônito”; está apenas fazendo um movimento contrário ao que é feito por Merval. Com a legitimidade de quem lutou em favor de Dilma e contra o oligopólio a que Merval presta obediência.

Segundo Merval, o que “esse pessoal [do abaixo-assinado] “não quer enxergar, e que Dilma foi obrigada a entender, é que a vitória eleitoral do PT em outubro não correspondeu a uma vitória política, pois forjada à base do abuso da máquina pública e mentiras, sejam as divulgadas pela propaganda eleitoral, ou as espalhadas em diversas formas pelo país para amedrontar os menos informados”.

Para quem não entendeu o raciocínio, Merval desenha assim: “Da mesma forma que Collor espalhava em 1989 que Lula confiscaria a poupança dos brasileiros para depois fazer ele mesmo o que criticava no adversário, também hoje estamos vendo o governo Dilma anunciar ‘medidas impopulares’ que seriam a base do governo de seu adversário ‘neoliberal’.”

Ou seja: Merval apoia-se na nomeação de Levy para acusar Dilma e o PT de estelionato eleitoral.

Contra esta interpretação, vários porta-vozes de setores do PT ou do governo já disseram o óbvio: que é a presidenta quem decide e que a decisão da presidenta é manter o desenvolvimento com bem-estar social.

É bom que isto seja dito, mas se é assim, por qual motivo era necessário nomear especificamente Levy? Afinal, dentre os eleitores e apoiadores de Dilma há vários empresários e economistas, inclusive gente conservadora e comprometida com o rigor fiscal.

A escolha de Levy, entre seus muitos defeitos, tem este: abre espaço para que digam que “a presidente Dilma viu-se obrigada a dar um salto triplo carpado para tentar recuperar a credibilidade”.

Se ficasse só nisto, não seria um grande problema (especialmente se o PT tivesse um jornal para afirmar outro ponto de vista).

Ocorre que a oposição de direita irá muito além das piadinhas: fará de tudo para tentar converter Levy num “super-ministro”, autônomo em relação à presidenta da República.

A mesma operação foi feita entre 2003 e 2005, contra Lula e em favor da dupla Meirelles/Palocci. E não existe memória seletiva capaz de esconder os danos causados.

Então como agora, era dito que tais ministros teriam como tarefa garantir “uma política econômica que os petistas chamam de ‘neoliberal’ mas que na verdade é apenas sensata e equilibrada, que usa o mercado privado para ajudar o governo a atingir metas que, sozinho, ele não conseguiu nos últimos quatro anos e nem conseguiria nos próximos quatro, mantidas as mesmas premissas que vigoravam e foram formalmente rejeitadas pela nova equipe econômica.”

A oposição de direita, que em geral comemorou a escolha de Levy, incorporou ao seu “plano” o seguinte: 1) impedir o governo Dilma de aplicar o programa vitorioso nas urnas, 2) obrigar nosso governo a aplicar ao menos parcialmente o programa derrotado e 3) tirar vantagens eleitorais disto (a exemplo do que busca fazer uma recente manchete de capa do Correio Braziliense: “Trio do arrocho vai subir juros e cortar despesas”.)

Parte da esquerda subestima as consequências da escolha de Levy & Cia. E acha que o plano resumido acima não passa de um devaneio direitista.

Pode ser. Mas basta observar os resultados eleitorais entre 2002 e 2014 para perceber que não estamos em condições de errar; e que um dos graves erros que não podemos repetir é o de afastar aquela parte do eleitorado e da militância de esquerda que não estiveram conosco no primeiro turno, mas que foram decisivos no segundo turno.

Para os setores do PT que percebem isto, será preciso ter muita paciência e perseverança.

Afinal, lutamos contra a pressão da mídia, que é na sua maioria favorável ao neoliberalismo e ao desenvolvimentismo conservador.

Lutamos contra tucanos infiltrados em nossas fileiras (sempre é bom lembrar que Marina não se “converteu” depois que saiu do PT).

Lutamos contra os que acham que conciliação é não apenas uma tática eventual, mas uma estratégia.

E, por fim, temos que lembrar que acabamos de sair de uma dura campanha, momento em que as pessoas defendem primeiro e perguntam depois.

Nada disto é novo: vivemos situação similar, por exemplo, em 2003-2005. E mesmo em agosto de 2014, parte da esquerda acreditava em vitória fácil no primeiro turno, o que dá uma boa medida da dificuldade que alguns setores têm para analisar a realidade é perceber nossas falhas.

Considerando tudo isto, talvez o mais importante seja não repetir, agora, os erros cometidos naquele momento pela parte mais crítica da

esquerda, por exemplo: a impaciência, achar que cada batalha é a última, perder de vista o cenário mais amplo da luta de classes no Brasil e da luta entre estados no mundo.

Assim, paciência, perseverança, didatismo e método. A disputa será longa. E o papel decisivo será jogado pela classe trabalhadora, por sua disposição de lutar por mais mudanças.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/devaneios-direitistas.html>*

## Entrevista sobre o Foro

No dia 6 de novembro fui contatado por um jornalista, interessado em informações sobre o Foro de São Paulo.

Concedi a entrevista por escrito, via correio eletrônico.

A matéria a respeito acabou não sendo publicada.

Entretanto, como o Foro continua sendo objeto de todo tipo de informação desencontrada, considero útil divulgar as perguntas que me foram feitas e as respostas que dei, revisadas e complementadas.

Omito as referências ao jornalista, pois como já disse a matéria não foi publicada.

*1. Quem representa o PT hoje no Foro de SP? Em qual cargo?*

O Foro é uma reunião anual: os encontros.

Como não se vota nada, nessas reuniões cada partido escolhe quantas pessoas vai mandar como delegação e quais.

No caso do PT, é a executiva que decide e, quando o encontro foi no Brasil, todo petista filiado que quis participar, foi credenciado como delegado.

Entre um encontro anual e outro, reúne-se o Grupo de Trabalho (GT), composto por X países.

Não sei o número atual, mas acho que podem ser 18 países.

Quando um país faz parte do GT, a princípio todos os partidos deste país passam a ser automaticamente membros. Mas no GT, cada país tem um voto.

Ou seja, pode ter um partido (caso de Cuba e Nicarágua) ou 12 (caso de Argentina), mas tem um só voto.

Como tudo é decidido por consenso (salvo questões de encaminhamento), na prática isto é mera formalidade.

A regra acima (todos os partidos de um país fazem parte) vale, como é óbvio, para os que são integrantes do Foro. E para ser integrante, ou se é fundador ou se é aceito pelos atuais integrantes, também por consenso.

Outra coisa: em alguns casos, nem todos os partidos de um país fazem parte oficialmente do GT. No caso do Brasil, por exemplo, o PPS, o PSB, o PDT, o PPL, o PCB, o PCdoB e o PT fazem parte do Foro. Mas só PT e PCdoB são do GT.

Quem representa o PT nas reuniões do GT é quem ocupa a SRI do PT. [No caso, Monica Valente] O que não impede que numa ou noutra reunião, o PT vá com mais de uma pessoa, a titular da SRI e mais alguém. Como também não impede que outra pessoa vá no lugar da titular da SRI.

Eu, por exemplo, representei o PT no GT do Foro entre 2005 e 2013, mas só fui titular da SRI até 2010.

## *2. Como os dirigentes são escolhidos? Quem são eles?*

Não há dirigentes pessoas físicas.

São os partidos que fazem parte e indicam quem querem.

O que acontece é que o PT foi escolhido para cuidar da secretaria executiva do Foro.

E o PT escolheu para cuidar disto o/a titular da SRI.

Como este cargo de SRI foi ocupado no Brasil, durante muitos anos, pelo Marco Aurélio Garcia e depois por mim, e como por isso durante muitos anos assumimos a secretaria executiva do Foro, ficou a impressão de que há eleição de pessoas.

## *3. Qual o processo de tomada de decisões?*

Consenso.

## *4. Qual a periodicidade dos encontros?*

Anual.

## *5. Qual a forma de financiamento? Qual o orçamento?*

Cada partido paga seus custos.

E quando o encontro acontece num determinado país, o(s) partido(s) anfitrião (ões) paga o que pode e cobra dos outros o que precisa.

Ou seja: não tem orçamento, não tem conta bancária, não tem personalidade jurídica a parte, própria.

6. *De que forma o Foro se relaciona com os governos de partidos associados?*

Politicamente.

7. *Desde 1990 muita coisa mudou e o Foro acompanhou estas mudanças. Quais foram as “fases” do Foro?*

Isto está no prefácio e no último capítulo [de um livro sobre o Foro, publicado pela editora da Fundação Perseu Abramo, escrito por Roberto Regalado e por mim.]

Basicamente as “fases” foram: resistência ao neoliberalismo (1990-1998), chegada aos governos (1998-2006), contra-ataque da direita (2006-2014) e decorrente equilíbrio relativo.

8. *De que forma a chegada ao poder de partidos que integram a entidade afetou o Foro?*

Passamos a ter partidos capazes de levar a prática seu programa, com as decorrências que isto tem.

[Lembrando que na minha opinião, na maioria dos países os partidos do Foro não detém o “poder”]

9. *No sentido contrário, de que forma o Foro influenciou os governos?*

Os debates travados no Foro ajudaram a esquerda de cada país a refletir sobre qual deveria ser sua estratégia nacional. Mas cada um refletiu à sua maneira.

10. *É possível perceber na prática resultados das ideias defendidas pelo Foro? Quais?*

A integração latino-americana e caribenha é o aspecto fundamental.

11. *O PPS diz que se afastou do Foro por causa da “hegemonia bolivarianista”. Seja lá o que isso signifique, é verdade?*

Pergunte ao PCB e ele dirá que o PT e os social-liberais é que hegemonomizam o Foro.

Cada um vê o que quer.

Na minha opinião, a única hegemonia incontestada no Foro é a da integração.

*12. Qual a influência de Lula e Chávez no Foro?*

Imensa.

*13. Como e por que o Foro proibiu a participação de grupos que defendiam a luta armada? Quais são estes grupos? Eles ainda têm algum vínculo com o Foro?*

A pergunta está construída baseada em um pressuposto equivocada.

O Foro não proíbe nem permite genericamente o ingresso de ninguém.

Cada caso é um caso.

Por exemplo, quando o Foro fez sua primeira reunião, em 1990, a FMLN de El Salvador participou. E na época havia luta armada em El Salvador.

Assim, você é que precisa me dizer de que grupos você está falando.

Agora, quanto a situação atual, não participa do Foro nenhum partido que esteja envolvido em luta armada.

*14. É possível notar a influência do Foro na América Latina? Como?*

Em vários países, partidos vinculados ao Foro fazem parte dos governos nacionais e/ou são os principais partidos da oposição.

*15. O Foro virou uma espécie de fetiche da extrema direita, a exemplo de Cuba. Aquele setor aponta o Foro de SP como ameaça à democracia da região. Existe algum motivo para isso que não seja de ordem patológica ou psicanalítica?*

Quem ameaça a democracia na região é quem defende a volta das ditaduras.

*16. Ficaram duas dúvidas. A primeira é sobre os grupos armados. Baseei a pergunta numa matéria que dizia que as Farc foram*

*proibidas de participar em 2005. É verdade? Algum outro grupo passou pelo mesmo processo?*

Por partes: desde sempre o Foro foi e é a favor da paz na Colômbia.

Existe um processo de negociação em curso entre as Farc e o governo colombiano.

Assim, eu prefiro não falar nada a respeito da Colômbia.

Agora, o que você está me perguntando já me foi perguntando “n” vezes, especialmente em 2010.

Pesquise na internet e você verá lá minhas respostas, que continuam valendo.

Sobre a matéria que você cita, me envie, mas se entendi o que é dito, o suposto fato citado não ocorreu.

*17. A segunda dúvida é sobre Lula e Chávez. Gostaria de saber se existe algum antagonismo, divisão ou matiz baseado na influência de um e de outro e de que forma e quando cada um deles teve seus momentos de maior ou menor influência.*

Sobre Lula e Chávez, veja: o Foro sempre combateu a ideia de que existam duas esquerdas na América Latina.

Achamos que existem várias esquerdas, mais que duas.

Logo, não aceitamos a ideia de que existiria uma esquerda de tipo lulista e outra esquerda de tipo chavista.

Claro que dentro e fora do Foro, tanto na esquerda quanto na direita, existe gente que tem uma visão dicotômica e por isso construiu uma (na verdade, mais que uma) “teoria” que contrapõe Lula e Chávez, os convertendo em polos de duas correntes antagônicas.

Isto é o que posso te dizer em termos gerais.

Agora, sobre temas concretos haveria o que dizer acerca de pontos de convergência ou diferenças, mas aí você tem que fazer perguntas concretas.

*18. Quais as diferenças entre o que se poderia chamar de “chavismo” e “lulismo”? Quais partidos e países estão mais alinhados a Lula e a Chávez? Houve períodos em que Lula ou Chávez exerceram mais ou menos influência sobre o Foro? Qual foi o período de maior influência de cada um deles?*

Não existe uma definição inequívoca acerca do que seria o lulismo e do que seria o chavismo.

Para complicar, ambos (Lula e Chávez) são intelectuais orgânicos do mesmo tipo de Fidel, ou seja, não tem uma obra estruturada, mas sim vão construindo uma interpretação ao longo do caminho. O que reforça a possibilidade de múltiplas leituras, que vão se multiplicando por ação de amigos e inimigos.

No que me diz respeito, eu penso o seguinte:

a) embora tenham nascido e vivido em países diferentes, com trajetórias pessoais também distintas, ambos chegaram à presidência no mesmo momento histórico, enfrentaram dilemas estratégicos similares e conquistaram uma lealdade popular de perfil semelhante.

b) suas diferenças fundamentais, na minha opinião, são três:

- Chávez tinha uma política para as forças armadas e sobre o papel das forças armadas. Nem Lula, nem o PT, nem a esquerda brasileira conseguiram elaborar uma política para as forças armadas, seja qual fosse;

- Chávez organizava seu pensamento em torno de uma ideia central: o bolivarianismo. Nem Lula, nem o PT, nem a esquerda brasileira adotam uma ideia-força semelhante;

- Chávez construiu uma política internacional em torno do objetivo de enfrentar os EUA. A política externa do governo Lula foi baseada na ideia de independência frente aos EUA.

c) há uma quarta diferença importante, acerca de como lidar com o capitalismo. Mas sobre esta quarta diferença há que se tomar três cuidados:

- há diferenças profundas, não apenas de escala, mas de formação, entre o capitalismo venezuelano e o brasileiro;

- a política de Chávez a respeito mudou muito e várias vezes, entre 1998 e seu falecimento;

- neste tema, diferente dos três citados no ponto B, há uma grande distância entre o nome que se dá às coisas e as coisas como efetivamente são, o que gera muita confusão na hora de compreender a realidade.

Respondendo a sua outra pergunta, não há nenhum país alinhado com ninguém.

Claro que há alguns partidos que se consideram mais alinhados com o que acham que um ou outro representa.

Mas entre os grandes partidos, ou seja, aqueles que possuem base de massa, nenhum comete a tolice de se considerar “alinhado” com fulano ou com beltrano. Como disse Lula acerca da candidatura Chávez: tua vitória é a nossa vitória. E para Chávez a recíproca sempre foi verdadeira.

Finalmente: até 1998 Chávez não tinha influência relevante. Ele se tornou influente no Foro depois de sua eleição. Portanto, até 1998 a influência de Lula era maior. Mas ambos se tornaram presidentes no mesmo período, sendo que Lula foi fundamental para ajudar Chávez em 2002. E desde então, até o falecimento de Chávez, atuaram junto com outros líderes importantes da região. Liderança compartilhada.

*19. Você considera “bolivarianismo” um termo adequado? O que é bolivarianismo?*

Nem como dirigente político, nem como historiador, me cabe considerar “adequado” um termo como bolivarianismo. [Até porque isto suporia o contrário: poder julgar inadequado um fenômeno histórico, político e social.]

Há uma história na América Latina que explica porque Bolívar e outros são considerados pais da pátria em algumas regiões e ao mesmo tempo são praticamente desconhecidos noutras. Eu entendo as razões pelas quais Chávez se apoia em Bolívar (e Fidel em Martí; e muitos gringos em George Washington).

Quanto ao que é o bolivarianismo, entendo como uma corrente política e intelectual que busca encontrar num determinado recorte do passado de luta contra a colônia espanhola, as raízes da luta atual contra o imperialismo e seus efeitos na região. Quem ler Garcia Márquez vai entender, aliás, quão profundo isto pode ser.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/entrevista-sobre-o-foro.html>

## Memorial

Publico a seguir trechos de um **Memorial** apresentado em setembro de 2014 como parte dos requisitos necessários a um concurso público para o cargo de professor adjunto na carreira do magistério superior.

\*

Nasci na cidade de São Paulo, em agosto de 1966. Durante meus primeiros dez anos, morei também nas cidades de Santos (SP), Fortaleza (SP), Crato (CE), Juazeiro (CE) e Belém (PA). Sempre com meus pais e, às vezes, com meus irmãos. Uma vida tranquila do ponto de vista material e tendo acesso, em casa, a muitos livros, especialmente adaptações “para jovens” de clássicos da literatura universal.

A única excentricidade deste período foi, aos sete anos, uma troca de nome, de Valter para Carlos. Os motivos ficaram mais claros no dia 16 de dezembro de 1976, quando forças policiais e militares atacaram uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Entre os assassinados, meu avô Pedro Pomar. Entre os presos, meu pai Wladimir Pomar.

No início de 1977, acompanhei minha mãe até Brasília, para um rápido encontro com o general de exército José Ferraz da Rocha, único irmão de meu avô materno, então já falecido. Neste encontro, o general informou nada poder fazer pela sobrinha e seu marido, uma vez que “se recebesse ordem para matar, mataria”. Afóra isto, a visi-

ta à casa do general serviu para descobrir que manga também se comia no prato, com garfo e faca.

De Brasília, minha mãe veio para São Paulo, encontrar-se clandestinamente com sogra e cunhados, um dos quais me abrigou em sua casa. Meses depois voltei a morar com minha mãe Rachel, depois que ela recuperou seus documentos legais e constituiu advogado para meu pai, condenado naquele mesmo ano a alguns anos de cadeia. Luís Eduardo Greenhalgh, advogado de meu pai, consta como testemunha na certidão de nascimento de Valter Ventura da Rocha Pomar, nome que só passei a utilizar quando já tinha onze anos.

Entre 1978 e 1981, fui bolsista no Ginásio do Grupo Educacional Equipe, escola criada por pedagogos e militantes de esquerda. Igualmente tranquilo do ponto de vista material, foi um período cultural e politicamente agitado. Visitei regularmente meu pai na cadeia, onde convivi com muitos presos políticos e suas famílias. Engajei-me no movimento estudantil secundarista, acompanhando também atividades universitárias. Ingressei na chamada “esquerda” do Partido Comunista do Brasil e dela fui expulso pouco tempo depois, por defender posições distintas daqueles que dariam origem ao Partido Revolucionário Comunista (entre os quais José Genoíno, Tarso Genro e Marina Silva).

Foi a partir desta trajetória pessoal e influenciado por este ambiente que comecei a ler e estudar sistematicamente, especialmente filosofia, economia, história, sociologia e política, tanto em português quanto em espanhol.

Em 1982, ingressei mediante concurso na Escola Técnica SENAI Theobaldo de Nigris e Felício Lanzara. Foram três anos de escola e um de estágio, convivendo com uma realidade diferente da existente no Grupo Educacional Equipe: colegas filhos de operários, escola tão “democrática” quanto uma empresa, estágio numa grande gráfica situada na periferia de São Paulo.

A partir de 1985, já diplomado como *técnico industrial especializado em produção visual gráfica*, trabalhei como diagramador,

editor de arte, secretário de redação e depois gerente de produção. E, na mesma época, começo a reunir a documentação necessária para pleitear uma especialização em produção industrial de embalagens, na República Popular da China.

A intenção de ter uma carreira profissional como desenhista gráfico foi arquivada em 1986, ano em que fui convidado para integrar a equipe do Instituto Cajamar (Inca), instituição que estava sendo criada naquele mesmo ano para oferecer formação político-ideológica aos militantes do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de diversas entidades do movimento popular. Aceito o convite para trabalhar no Inca, decidi concorrer e fui aprovado no vestibular para o curso de Economia da Universidade de Campinas.

As instalações do Inca ficavam num antigo motel situado no km 46,5 da Via Anhanguera, nas cercanias das cidades de Jundiáí, Jordanésia e Cajamar, a menos de uma hora de São Paulo capital.

Até 1988, o Inca foi não apenas meu local de trabalho, mas também minha residência. Comecei atuando no Departamento de Recursos Pedagógicos e depois no Departamento de Pesquisas, este último dirigido então por Aloizio Mercadante. Mas em pouco tempo passei a me dedicar prioritariamente ao Departamento de Formação, primeiro como professor e depois como coordenador da equipe de formadores. Entre 1987 e 1990, tenho registro de ter planejado cursos, preparado materiais didáticos, orientado outros professores e também lecionado para mais de 2 mil alunos vinculados ao PT, a CUT, a sindicatos e movimentos sociais diversos.

Os alunos ficavam hospedados e tinham aulas nas próprias dependências do Inca. Cada turma tinha de 20 a 40 alunos. Os cursos oferecidos duravam uma ou duas semanas. Havia cursos de “formação de formadores”, “formação de monitores” e de “formação política geral”. Cada curso possuía uma grade específica de matérias, entre as quais: “história das lutas do povo brasileiro”, “história das lutas pelo socialismo no Brasil e no mundo”, “o modo de produção capitalista”, “classes sociais no Brasil”, “estratégia e tática”, “ins-

trumental de análise de conjuntura” e “metodologia de formação”. Dei aula acerca de todos estes temas e fui docente em grande parte dos cursos oferecidos pelo Instituto.

Além dos cursos, o Inca realizava regularmente seminários sobre variados assuntos, entre os quais destaco “A relação partido sindicato”, “Poder local e participação popular” e “70 anos de experiências de construção do socialismo”. Este último foi realizado em 1987 e contou com a participação de Luís Carlos Prestes, Jacob Gorender e David Capistrano Jr.

Ademais de participar na organização, contribuí com a edição das publicações resultantes de várias destas atividades, uma vez que acumulava minhas atividades docentes com a coordenação de um pequeno setor de publicações do Inca, onde colaboravam os jornalistas Rui Falcão, Alípio Freire e o economista Carlos Eduardo Carvalho.

Lecionar foi fundamental para minha formação pessoal. Para isto contribuiu, também, o convívio que havia no próprio Instituto Cajamar, no PT e na CUT, com dirigentes políticos e intelectuais como Lula, Paulo Freire, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Marco Aurélio Garcia e muitos outros, incluindo aí uma pitada de Eric Hobsbawm, que certa vez visitou e fez uma palestra para alunos do Inca. Mas o que mais contribuiu para minha formação foi o convívio com milhares de alunos e alunas que eram também educadores, no sentido mais amplo deste termo. E que me obrigavam a estudar de forma permanente.

No meu caso, tomei como “orientadores” Perry Anderson e Eric Hobsbawm. Utilizei suas obras como “roteiro” para estudar de forma sistemática a história do capitalismo, a história das correntes socialistas europeias, a história da Rússia e da China, bem como a história das organizações de esquerda no Brasil e na América Latina.

Infelizmente, não consegui conciliar esta atividade com a graduação em Economia na Unicamp. Minha jornada de trabalho no Inca era muito intensa, as aulas do curso de Economia eram diurnas e os professores rigorosos quanto à frequência, o que me levou primeiro a cursar poucas disciplinas e depois a optar por trancar a matrícula.

Pelas aulas, palestras e conversas com Fernando Novaes, Liana Cardoso de Mello, Francisco Graziano e João Manoel Cardoso de Mello, tenho noção do que perdi do ponto de vista cultural e acadêmico.

A partir de 1990, os acontecimentos internacionais e nacionais provocaram um intenso debate político e ideológico em toda a esquerda brasileira, do qual participei ativamente. Não por acaso, foi também uma época de mudanças pessoais.

Interrompi meu vínculo profissional com o Instituto Cajamar, trabalhei em várias iniciativas editoriais (Editora Scritta, jornal *Brasil Agora*, revista *Atenção*, revista *Teoria e Debate*), de pesquisa (Programa Educativo sobre a Dívida Externa), como funcionário público (assessor do prefeito David Capistrano na Prefeitura de Santos), continuei atuando como professor em cursos de educação política para militantes sindicais, populares e partidários e, a partir de agosto de 1997, tornei-me integrante do Diretório Nacional do PT, partido ao qual sou filiado desde 1985.

Simultaneamente, concorri e fui aprovado no vestibular para o curso de História da Universidade de São Paulo, oferecido também no período noturno. No dia 3 de março de 1997, a Faculdade de História da Universidade de São Paulo me conferiu o grau de bacharel. No dia 4 de julho de 2000, defendi a dissertação de mestrado intitulada *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*. Integraram a comissão examinadora as professoras Maria Aparecida de Aquino e Odette Carvalho de Lima Seabra, além do professor Osvaldo Coggiola. Em 1 de fevereiro em 2006, defendi a tese intitulada *A metamorfose. Programa e estratégia do Partido dos Trabalhadores*. Participaram da comissão julgadora os professores Emir Sader, Jorge Grespan, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Carneiro e novamente Osvaldo Coggiola, meu orientador tanto no mestrado quanto no doutorado. Considerando ser ele dirigente do Partido Obrero argentino e apaixonado por futebol, é quase um milagre que tenhamos chegado até o final sem nenhum destes atritos entre orientador e orientando que compõem certo folclore da pós-graduação.

Estudar o PCdoB e o PT exigiu enfrentar várias questões de natureza metodológica, entre as quais a relação entre o historiador e seu objeto. No meu caso, há implicações políticas e familiares. Meu bisavô, Felipe Cossio del Pomar, integrou a Aliança Popular Revolucionária Americana, o APRA peruano, sendo amigo e biógrafo de Haya de La Torre. Pedro Pomar, primogênito de Felipe e Rosa Araújo, ligou-se ao Partido Comunista do Brasil no início dos anos 1930. Foi membro do Comitê Central desta organização por quase duas décadas, participando da cisão que, em 1962, deu origem ao atual PCdoB, do qual foi dirigente até ser assassinado pela ditadura militar, em dezembro de 1976, no episódio conhecido como Chacina da Lapa. Wladimir Pomar, o filho mais velho de Pedro e Catharina Torres, ingressou no Partido Comunista nos anos 1950. Também participou da “reorganização do PCdoB”, integrando o Comitê Central daquela organização de 1966 até 1976, quando foi preso pela ditadura militar, no mesmo episódio em que seu pai foi assassinado.

Wladimir defendeu, então, a realização de um congresso do PCdoB, com o objetivo principal de realizar um balanço crítico da experiência da Guerrilha do Araguaia. O grupo majoritário na direção do PCdoB foi contrário à realização do congresso, expulsando os dissidentes. Estes seguem diversos caminhos: boa parte decide criar o Partido Revolucionário Comunista (PRC); alguns vão para outras organizações (como o PCB); muitos optam por integrar individualmente o Partido dos Trabalhadores (PT). É o caso de Wladimir, que em 1986 será eleito para a executiva nacional do PT, coordenando a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 1989, sobre a qual escreveu o livro *Quase lá* (Editora Scritta, 1990). Minha mãe Rachel, meus irmãos Pedro Estevam e Wladimir Milton, assim como minha esposa Nayara Oliveira, também são desde então e até hoje ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Depois de 1997, como dirigente nacional do PT, integrei a coordenação do Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa, realizado em 2000. Os debates travados a respeito, dentro e fora do Brasil, permi-

tiram a publicação de dois pequenos livros, em coautoria com o professor Reinaldo Gonçalves: *O Brasil endividado* e a *Armadilha da dívida*, ambos publicados pela Editora da Fundação Perseu Abramo.

Em dezembro de 2001, fui convidado pela então prefeita Izalene Tiene para ser secretário municipal de Cultura, Esportes e Turismo na prefeitura de Campinas. Coordenei uma equipe de 500 servidores, distribuídos em mais de 100 equipamentos públicos, entre os quais museus, teatros, praças de esporte, casas de cultura. Uma das realizações da gestão é considerada hoje um dos “destaques” da cidade de Campinas: a Estação Cultura. Quando concluímos a gestão, em dezembro de 2004, dispúnhamos de quase 3% do orçamento municipal.

Em 2005, fui eleito para dirigir a secretaria de Relações Internacionais do PT. Até então, minha atividade internacional estrito senso havia sido limitada: uma visita a Angola, em 1990, com Paulo Vanucchi, para dar aulas na Escola Superior Dr. Agostinho Neto; assistir e proferir palestras em eventos partidários, em Cuba, Itália e Grécia; e atividades da campanha contra a dívida externa, na Espanha, África do Sul e Alemanha. Além, é claro, da fortuna de representar o Instituto Cajamar na criação, em 1990, do Foro de São Paulo, de que fui secretário executivo entre 2005 e 2013, coordenando uma instituição que chegou a reunir 141 organizações de 28 países.

Neste período, desenvolvi uma intensa atividade na área internacional, da qual prestei contas em diversos artigos e livros, tais como: *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha* (2013) e *Uma estrela na janela* (2014). Para além das atividades digamos diplomáticas, fui obrigado a acompanhar sistematicamente a situação internacional, com destaque para a evolução da situação econômica, bem como para as políticas adotadas pelos principais governos da região e do mundo. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de ver, a quente e em cores, parte daquele movimento socialista internacional que havia sido objeto de meus estudos, desde 1978. Reflito a respeito em três livros publicados em 2014: *A foice, o martelo e a estrela*; *A esperança é vermelha*; e *Miscelânea internacional*.

Em novembro de 2013, escolhi deixar de ser dirigente titular do PT. Embora continue militando ativamente, agora o faço na condição de “civil”, cuja preocupação principal é contribuir na análise do capitalismo contemporâneo, pelos motivos que expliquei no projeto de pesquisa apresentado como parte dos requisitos previstos no concurso (...)

Concluo com uma lembrança de criança. Certa feita meu avô teve que cancelar uma visita que faria à nossa casa, por conta de minha avó ter sido hospitalizada. No lugar da visita, mandou uma cartinha datilografada, que tenho até hoje, onde dizia: “Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e bela da vida”.

Minha avó viveu mais dez anos depois desta carta. Meu avô, meses depois, foi assassinado. Mas ele tinha total razão.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/memorial.html>*

## **Roteiro de curso sobre socialismo: história, teoria e estratégias II**

**Socialismo: história, teoria e estratégias no mundo e no Brasil**

**Dia 12 de dezembro de 2014, manhã**

- Apresentação da proposta do curso como um todo.
- Apresentação do professor e dos participantes.
- Informações organizativas.

Breve intervalo

Cada um dos participantes terá 10 minutos para responder por escrito e individualmente apenas uma das seguintes questões:

- por quais motivos eu sou socialista?
- por quais motivos eu não sou socialista?
- por quais motivos eu não sei se sou ou não socialista?

Em seguida montaremos três grupos por tipo de resposta (os que responderão que são, os que responderam que não são, os que disseram que não sabem).

Os participantes vão ler, nestes grupos, o que escreveram. E uma pessoa vai ficar encarregada de resumir as respostas do grupo.

Em seguida vamos reunir toda a turma e será apresentada a síntese dos grupos.

Com base nas respostas, o professor fará uma exposição sobre os vários temas que devem ser estudados e debatidos, para compreender o que é socialismo.

Esta exposição abordará panoramicamente, mas já tratando de conteúdo, os itens que serão tratados neste curso de 6 a 8 de junho:

- a ficção científica como espelho distorcido (distopia)
- o socialismo utópico (ler trechos de Morus, Fourier)
- a evolução do capitalismo
- as teorias vinculando socialismo com a luta (e as diferentes visões a respeito)
  - as teorias de Marx e Engels (ler trechos do Manifesto Comunista)
  - as lutas da classe trabalhadora
  - as lutas dos demais setores oprimidos pelo capitalismo
  - as organizações socialistas
  - um panorama das revoluções socialistas (vitoriosas e derrotadas)
  - a luta pelo socialismo no Brasil
  - a situação atual, na América Latina e no mundo
  - indicações para estudo (livros, filmes, músicas, imagens)

### **Dia 12 de dezembro de 2014, tarde**

Em pequenos grupos e durante uma hora, será feita a leitura de trechos dos seguintes textos:

- A Utopia, de Thomas Morus
- Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels
- manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores

Cada grupo lerá o que for possível durante 30 minutos e terá em seguida mais 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

Em seguida, o relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

O professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto no conjunto do debate que estamos fazendo e dando elementos para uma leitura individual posterior.

### **Dia 12 de dezembro de 2014, noite, será livre.**

### **Dia 13 de Junho de 2014, manhã**

Os mesmos pequenos grupos voltarão a reunir-se, para leitura de trechos dos seguintes textos:

- Reforma ou revolução, de Rosa Luxemburgo
- Duas táticas da social democracia na revolução democrática, de Lenin
- artigo de Gramsci sobre a revolução de 1917

Cada grupo lerá o que for possível durante 30 minutos e terá em seguida mais 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

Em seguida, o relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

O professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto no conjunto do debate que estamos fazendo e dando elementos para uma leitura individual posterior.

O resto da manhã e a tarde do dia 13 de dezembro serão dedicadas a aula expositiva acerca da luta pelo socialismo pós 1917.

### **Dia 13 de dezembro de 2014, noite**

Serão montados pequenos grupos, para leitura dos seguintes textos:

- Manifesto de Agosto
- Declaração de Março

Cada grupo lerá o que for possível durante 30 minutos e terá em seguida mais 30 minutos para debater quais as ideias fundamentais do texto e quais as dúvidas ou temas para debate que o texto suscitou.

Em seguida, o relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

O professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto no conjunto do debate que estamos fazendo, dando elementos para uma leitura individual posterior e situando o texto na história do Brasil e na história da luta pelo socialismo no Brasil.

## **Dia 14 de dezembro de 2014, manhã**

Em seguida, faremos uma discussão sobre os desafios da luta pelo socialismo durante a ditadura e após a ditadura, com o surgimento do PT.

Os mesmos pequenos grupos voltarão a reunir-se, para leitura do seguinte texto:

- Carta sobre o PT, o governo Dilma e assuntos conexos (<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/carta-sobre-o-pt-o-governo-e-assuntos.html>)

Em seguida, o relator de cada grupo terá até 10 minutos para fazer uma apresentação para todo o grupo.

O professor discutirá ponto a ponto aquilo que foi apresentado por cada grupo, situando o texto no conjunto do debate que estamos fazendo e dando elementos para uma leitura individual posterior.

Finalmente, os alunos farão um novo texto, respondendo as mesmas questões colocadas no início.

Cada um dos participantes terá 10 minutos para responder individualmente e por escrito uma das seguintes questões:

- por quais motivos eu sou socialista?
- por quais motivos eu não sou socialista?
- por quais motivos eu não sei se sou ou não socialista?

O texto será entregue ao professor e será respondido, posteriormente e individualmente.

Esta etapa do curso conclui com uma avaliação.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/roteiro-de-curso.html>

## Perguntas e respostas sobre o relatório da CNV

Entrevista concedida à jornalista Lucia Rodrigues, que está escrevendo um artigo para a revista *Caros Amigos*.

*Queria que vc comentasse o que achou do relatório da CNV, apontado pontos positivos e eventuais falhas.*

De maneira geral, achei o relatório positivo.

*E qual é a sua expectativa em relação a esse texto.*

Em relação ao texto não tenho expectativa nenhuma.

O que eu pretendo fazer é pressionar para que o governo, o parlamento e a Justiça implementem as medidas sugeridas.

*Considera que possa levar os torturadores para a cadeia.*

Considero que é possível fazer isto, se houver pressão social e disposição das instituições.

*Considera importante o relatório trazer o nome dos torturadores e dos ex-presidentes que deram o suporte para as torturas?*

Considero essencial que se tenha citado os ditadores, pois a tortura, os desaparecimentos, a ocultação de cadáver, os assassinatos foram uma política de Estado e portanto os ditadores são diretamente responsáveis e devem ser punidos.

*Queria que você comentasse também a importância da Comissão da Verdade para o avanço da democracia, apesar de suas limitações.*

Meu ângulo é o seguinte: o Brasil precisa de forças armadas e policiais. Mas estas forças armadas e policiais precisam estar sob controle. E para que elas estejam sob controle agora e no futuro, é

preciso deixar claro que certas atitudes não serão toleradas. E só há um jeito de deixar isto claro: punindo exemplarmente os crimes cometidos durante este grande crime que foi a ditadura.

*Queria que abordasse a reação dos militares ao relatório. Você considera que há algum risco de retaliação?*

Os militares da reserva e parcela da cúpula militar da ativa já vem reagindo, há anos. Portanto, não se trata de um risco, se trata de uma ação que já está em curso. Como cidadãos, eles podem fazer o que a lei permite. Mas enquanto militares, servidores públicos submetidos a uma legislação específica, quem reagir de forma ilegal deve ser tratado como a lei prevê.

*A democracia corre risco?*

A democracia corre risco, se os que defendem as liberdades democráticas não conseguirem punir exemplarmente os que cometeram crimes durante a ditadura militar.

*Como você viu aquele incidente do velho tomando de assalto o microfone pra defender a ditadura durante o evento na OAB.*

Previsível e patético.

*Você acha que a publicação do relatório vai acuar a extrema-direita que tá indo pra rua pedir a volta dos milicos.*

A extrema-direita não será acuada por um relatório. A extrema-direita será acuada por ações políticas de massa, por medidas judiciais, por medidas educacionais e de comunicação.

Também queria que você falasse como viu o choro da Dilma e como ela pode ajudar a passar essa história a limpo.

Quem viveu, lutou e sofreu naquela época tem todo o direito de se emocionar. O que espero da presidenta Dilma é que coloque o governo para cumprir a parte que lhe cabe das recomendações do relatório da CNV.

*Você considera que o ministério público, a defensoria e a magistratura vão levar adiante as recomendações do texto.*

Se houver pressão social, sim, vão levar adiante.

*Como viu a recomendação para o fim da PM?*

As polícias militares são uma das muitas heranças malditas da ditadura militar.

Dá pra dizer que o Brasil entrou no rol dos países que querem colocar seus algozes na cadeia?

Dá para dizer que estamos mais perto disto.

*Para a ONU, os crimes não podem ficar impunes, mas o Brasil não acatou a sentença da Corte Interamericana de DH sobre o Araguaia até hoje.*

Esta é uma das mudanças de atitude que espero do segundo mandato da presidenta Dilma. Não dá para apoiar as críticas e condenações de outros países, na área dos direitos humanos, e ao mesmo tempo adotar esta postura.

*Queria que comentasse também a importância da divulgação do nome das empresas envolvidas na repressão.*

A ditadura foi militar e os militares envolvidos, assim como as forças armadas institucionalmente, devem ser responsabilizadas. Mas é evidente que o grande empresariado foi o maior beneficiado pelo golpe e pela ditadura. Assim, é muito positivo mostrar quem se envolveu diretamente, embora o conjunto do grande capital tenha se beneficiado.

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/perguntas-e-respostas-sobre-o-relatorio.html>

## Nassif: quando a relevância sobe à cabeça

A vitória de Dilma Rousseff é resultado de muito esforço coletivo. Tem especial relevância a contribuição dada por muitos comunicadores progressistas e de esquerda, entre eles blogueiros como Luís Nassif.

Cada blogueiro tem seu estilo e sua linha.

Nassif, por exemplo, é capaz de perpetrar artigos como *A perda de relevância do PT*, divulgado no dia 16 de dezembro de 2014 pela *Carta Capital*.

O artigo de Nassif está reproduzido na íntegra ao final deste e está também disponível no endereço <http://bit.ly/1AgE9oq>

O artigo começa ao estilo de 9 de cada 10 artigos publicados pela grande imprensa a respeito do PT: falando de Lula.

Diz Nassif: “Lula tem dois enormes desafios pela frente. O mais distante são as eleições de 2018; o mais premente, é dar relevância ao PT.”

Claro que alguém que concebe a política desta maneira, *como extensão dos desafios de um indivíduo*, seja lá quem for, só pode mesmo concluir que o Partido é irrelevante.

O papel de Lula é com certeza relevante. Mas vencer as eleições de 2018 e dar protagonismo ao PT são tarefas coletivas. Quem não percebe isto e quem não age em consonância com isto, contribui para nossa derrota, mesmo que pretenda o oposto disto.

Segundo Nassif, “nos últimos anos, o PT tornou-se um partido insignificante. Tem apenas um porta-voz, o presidente Rui Falcão, que em geral não se pronuncia em momentos cruciais. Intelectuais, personalidades públicas, juristas simpatizantes surgem em seu apoio

quando a democracia é ameaçada, mas há muito deixaram de ter voz ativa no partido”.

Além de bela, como é gozada esta nossa vida.

Não há na história brasileira um Partido com o protagonismo alcançado pelo PT. Nos últimos 25 anos, polarizamos todas as disputas presidenciais. Nos últimos doze anos, vencemos todas as eleições presidenciais. Qual o critério para nos considerar um partido “insignificante”?

O PT tem defeitos? Certamente. Aliás, como dirigente do PT entre 1997 e 2013, sou responsável por parte destes defeitos. Mas entre reconhecer nossos defeitos e dizer que o PT “tornou-se um partido insignificante”, vai uma distância enorme.

Sei que atacar a política, os políticos, os partidos e o PT virou o esporte predileto de muitos jornalistas, comentaristas e “analistas” da política nacional, especialmente os de coração tucano. Mas até neste esporte, é preciso um pouco de seriedade.

Não é sério, por exemplo, atribuir a uma pessoa a solução dos problemas do PT. Pelas mesmas razões, tampouco é sério atribuir a uma pessoa os problemas do PT.

Segundo Nassif, o “isolamento” do PT “tem muito a ver com a personalidade de Rui Falcão”. E para criticar Falcão, Nassif faz um paralelo entre o que teria ocorrido no Sindicato dos Jornalistas nos anos 1980 e o que está ocorrendo no PT atualmente.

Sei dos Sindicato dos Jornalistas mais ou menos o mesmo que Nassif demonstra saber sobre o PT: muito pouco ou quase nada.

Exemplo: quem conhece um pouco o PT sabe que viajar o país não “consolida estrutura de influência”: trata-se apenas uma necessidade incontornável em um Partido nacional e diversificado.

Outro exemplo: não é o presidente do Partido quem define a composição da direção partidária.

E se “grandes nomes” foram rumo ao governo, isto é devido à concepção dominante em certos meios, segundo a qual o governo é mais “significante” do que o Partido.

Nassif, noventa e fora o desconhecimento acerca do PT e algum problema mal resolvido com Falcão, comete uma inaceitável fulanização dos problemas do petismo.

Nossos problemas financeiros, organizativos, comunicacionais, democráticos e éticos não tem “muito a ver” com a “personalidade” de Rui Falcão, nem com as “personalidades” de Dirceu, Genoíno, Tarso Genro, Ricardo Berzoini, Marco Aurélio Garcia, Zé Eduardo Dutra, Lula e Dilma.

Claro que cada uma destas “personalidades” tem seu papel na nossa história, inclusive nos nossos problemas.

Mas os grandes problemas do PT derivam da política, mais especialmente da **estratégia** e do respectivo **modelo de organização e funcionamento** adotado pelo Partido desde 1995.

Se não modificarmos esta **estratégia** e o derivado **padrão de organização e funcionamento**, não haverá “personalidade” que nos salve.

Resumidamente, trata-se de retomar – não apenas como discurso, mas como prática – uma orientação que vem desde os anos 1980: para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira “revolução cultural” no modo de fazer política das classes trabalhadoras.

Um detalhamento destes problemas estratégicos pode ser lido em <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/11/carta-sobre-o-pt-o-governo-e-assuntos.html>

Outro texto que trata destes problemas está em <http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/10/comemoracao-e-luta.html>

Claro que Nassif não é o único a desconsiderar a estratégia como a causa de fundo dos problemas do PT.

Este erro é cometido até mesmo por gente muito diferente de Nassif. Lula, por exemplo, no discurso que fez no ato de lançamento do Congresso do PT, depositou nas “cotas” de jovens, negros/as e mulheres a responsabilidade por problemas que são essencialmente de outra natureza.

Nassif, entretanto, incorre em algo mil vezes pior do que a **desinformação** e uma **perspectiva incorreta**.

O problema principal é que, para Nassif, tudo já era: “O PT envelheceu, perdeu o viço dos movimentos sociais, a vitalidade intelectual, a dimensão pública. E, especialmente junto à juventude, a Lava Jato terá um poder corrosivo mil vezes maior do que a AP 470. Fica o País órfão de partidos, entre o PT, que perdeu a dimensão do nacional, e o PSDB, que tornou-se um partido golpista, com suas principais lideranças se permitindo ser coadjuvantes de revoltados online. E sem Marina, que continua chorando pelos cantos como uma harpia autocompadecida”.

O mais desolador em Nassif é a **desesperança**.

Desesperança compartilhada, aliás, por muitos que sonhavam numa aliança entre PT e PSDB.

Desesperança que as vezes resulta em textos alarmistas sobre o golpismo da direita, que desembocam em textos alarmantes justificando concessões à direita golpista.

A este respeito, ler os dois textos abaixo:

<http://jornalggn.com.br/noticia/armado-por-toffoli-e-gilmar-ja-esta-em-curso-o-golpe-sem-impeachment>

<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/161992/Nassif-Dilma-acerta-na-largada-do-segundo-mandato.htm>

Quem insiste em manter uma estratégia de conciliação, fica mesmo sem muita alternativa para explicar o que está dando de errado, salvo por exemplo colocar a culpa em pessoas.

Não há dúvida: os problemas do mundo, do Brasil e do PT são imensos. Mas é possível enfrentá-los e resolvê-los, sob três condições.

A primeira condição é buscar a solução não em indivíduos geniais, mas no coletivo, mais exatamente na conscientização, organização e mobilização da classe trabalhadora.

A segunda condição é buscar a solução não na conciliação, mas no enfrentamento com aqueles setores políticos e sociais contrários à soberania, à democracia e à igualdade.

A terceira condição é não perder nem a esperança, nem a cabeça e muito menos o bom humor. Em nome disto, aliás, peço licença para concluir citando uma “piada interna”: *contra quase tudo, contra quase todos e contra a maioria de nós mesmos, venceremos.*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/nassif-quando-relevancia-sobe-cabeca.html>*

## De duas, vencemos uma

Passamos o ano de 2014 repetindo um mantra: o de que o PT tinha dois objetivos na eleição presidencial. O primeiro era o de vencer. O segundo, vencer criando as condições para um segundo mandato superior. O primeiro objetivo foi atingido. O segundo, não. Joaquim Levy está aí para comprovar isto.

O grave é que se não fizermos um segundo mandato superior ao primeiro, corremos sérios riscos. Entre eles o de não vencer as próximas eleições presidenciais, em 2018. Mas corremos, também, o risco de vencer as eleições para implementar o programa dos derrotados. Ou de sermos sabotados do primeiro ao último dia. Ou o de sofrermos uma tentativa de impeachment ou cassação do registro do partido. Pois todas as alternativas estão postas na mesa das oposições de direita.

Ao fecharmos esta edição, não sabemos ainda qual a composição completa do ministério do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Mas, independente disto, está claro que uma de nossas tarefas principais, em 2015 e adiante, será completar o que não foi feito em 2014. Ou seja: criar as condições para um segundo mandato superior. Tarefa na qual o Partido dos Trabalhadores, os partidos e movimentos sociais aliados, bem como a intelectualidade democrática, têm muito a dizer e fazer.

É com este espírito que participaremos do Quinto Congresso do PT. É com este espírito que estaremos presentes nos congressos da CUT, da UNE, da Ubes e da Juventude do PT. É sob esta diretiva, também, que acontecerá o Segundo Congresso da Articulação de Esquerda.

Acreditamos que nossas preocupações coincidem com a de grande parte da militância que foi às ruas garantir a vitória no segundo turno de 2014. É preciso sair das cordas. E isto não se faz na defensiva, isto não se faz conciliando, isto não se faz de cabeça baixa. Mais uma vez, é preciso arriscar: as boas brigas são perigosas. Mas são sempre melhores do que os péssimos acordos.

Que o próximo ano seja de grandes vitórias para os trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo. Que o nosso Partido dos Trabalhadores não apenas aprove resoluções, mas também mobilize sua base em defesa das reformas democrático-populares e do socialismo. Para o que se faz necessário, por exemplo, ressuscitar o Muda Mais e pressionar pelo julgamento e prisão para os criminosos da ditadura militar.

*Os editores*

*<http://www.pagina13.org.br/jornal-pagina-13/edicoes-antiores/>*

*13 de dezembro de 2014*

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/editorial-do-pagina-13-de-dezembro-de.html>*

# Eu não vou à posse da Presidenta Dilma

## O novo ministério de Dilma e o papel da esquerda e do PT

O ministério até agora divulgado pela presidenta Dilma Rousseff provocou reações variadas entre os que apoiaram sua reeleição.

Há desde elogios rasgados, passando por críticas ponderadas, até ataques duros contra certas escolhas e/ou contra o conjunto da obra.

Entre estes últimos, há variadas doses de surpresa e decepção com o espaço ministerial ocupado por quadros conservadores, seja da direita oposicionista (como Levy), seja da ala direita da coligação que elegeu Dilma (como Kassab e Kátia Abreu).

Desconheço o tamanho de cada grupo (elogios, críticas, ataques), mas uma coisa é certa: se entre o eleitorado medido pelas pesquisas de opinião cresceu a confiança na presidenta, entre a militância que fez sua campanha cresceu a desconfiança.

Sem o contraponto da quase inexistente mídia petista, a desconfiança é adubada pelo oligopólio da comunicação, que torce por uma presença minguada na posse da presidenta.

Seja como for, o ministério até agora divulgado não constitui propriamente uma surpresa, ao menos para quem leva em conta a **correção de forças, a estratégia majoritária na esquerda brasileira e o estilo da presidenta.**

Vencemos as eleições presidenciais de 2014. Mas, comparado a eleições anteriores, recuamos. O mesmo ocorreu nas eleições para governos estaduais e para o Congresso Nacional.

A correlação de forças institucional é pior, hoje, do que em 2003. E desde então nossa capacidade de organização, de mobilização e de comunicação não cresceu mais do que cresceram as de nossos inimigos.

Apesar disto, seria totalmente possível compor um ministério **mais parecido com a campanha do segundo turno** e menos parecido com a “base” do governo no Congresso nacional.

Entretanto, se não estamos falando apenas de nomear ministros provenientes da ala esquerda da coligação que elegeu Dilma, se estamos falando também e principalmente de aplicar políticas governamentais mais à esquerda, isto significaria um segundo mandato Dilma que sofreria uma resistência ainda maior por parte do oligopólio da mídia, do grande capital e da oposição de direita.

Desde 2003, a resistência da oposição vem num crescendo. Nossos governos realizam políticas públicas, mas enfrentam uma oposição de direita cada vez mais radical e cada vez mais massiva, que atua como se estivéssemos fazendo reformas estruturais ou ameaçando com uma revolução.

Portanto, caso o segundo mandato Dilma realmente venha a trilhar o caminho das reformas estruturais, enfrentará uma resistência muito maior do que a que já enfrenta hoje.

Para enfrentar e derrotar esta resistência, dependeremos de uma mobilização também muito superior àquela que conseguimos, por exemplo, no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Esta mobilização superior também é possível de alcançar, sempre e quando os partidos e movimentos sociais que integram o campo democrático e popular sejam capazes não apenas de aprovar resoluções mais radicais, mas também sejam capazes – ao longo dos próximos quatro anos – de fazer de maneira organizada aquilo que fizemos de maneira em grande medida espontânea nos meses de setembro e outubro de 2014.

Entretanto, isto significa que tais partidos e movimentos, especialmente o Partido dos Trabalhadores, têm que mudar a estratégia adotada desde 1995, estratégia que num certo sentido foi “radicalizada”

pela *Carta aos brasileiros* em 2002 e ainda mais “radicalizada” pela dupla Palocci-Meirelles em 2003-2004.

Antes de 1995, nossa estratégia apontava que para transformar o Brasil, seria necessário combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira “revolução cultural” no modo de fazer política das classes trabalhadoras. Mas a partir de 1995 ocorreu uma hipertrofia da ação institucional, em detrimento dos outros componentes da estratégia.

Antes de 1995, nossa estratégia supunha articular a luta por reformas estruturais democráticas e populares com a luta pelo socialismo. A partir de 1995, o objetivo socialista e as reformas estruturais foram cedendo lugar às políticas públicas. Necessárias e importantes, mas que como estamos confirmando hoje são insuficientes não apenas para transformar o Brasil, mas também insuficientes para desmontar as bases de poder de nossos inimigos.

Antes de 1995, nossa estratégia apontava o conjunto do grande capital como inimigo estratégico. A partir de 1995, parcelas do grande capital e de seus representantes políticos passaram a ser tratados como aliados. *A Carta aos brasileiros* e o período Palocci-Meirelles foram além, com suas concessões ao grande capital financeiro e transnacional.

Os defensores da estratégia de 1995 argumentam que ela foi fundamental para vencer as eleições presidenciais de 2002. Podemos concordar ou não com esta afirmação. A esquerda petista discorda. Mas, hoje, doze anos depois, não é preciso ser da esquerda petista para perceber que a estratégia de 1995 é, ao menos em parte, responsável por não termos conseguido fazer nenhuma reforma estrutural.

Além disso, a estratégia de 1995 tem “efeitos colaterais” que estão ameaçando nossas vitórias institucionais, nosso acúmulo social, nossa atuação partidária e até mesmo nossa capacidade de fazer políticas públicas. Aliás, a estratégia de 1995 nos levou, desde então e até agora, a geralmente preferir **fazer um acordo ruim a comprar uma boa briga.**

Assim como outro ministério é possível, assim como outra correlação de forças é possível, outra estratégia é possível e urgente.

Mudar a estratégia não é apenas nem principalmente aprovar outra resolução ou eleger outra direção. Mudar a estratégia é corrigir o comportamento geral do Partido em todas as dimensões da luta de classes e no seu funcionamento interno. Portanto, um processo trabalhoso e demorado. Cujos alicerces precisam ser lançados nos debates do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, das três variáveis que explicam (mas não justificam) o ministério até agora nomeado, podemos e devemos mudar duas: a correlação de forças e a estratégia majoritária na esquerda brasileira. Mas isto exigirá um grande esforço, envolverá uma boa dose de risco e demandará certo tempo.

Talvez por isto muita gente esperasse que a presidenta Dilma lidasse este processo, seja para facilitá-lo, seja para apressá-lo.

Obviamente, quem esperava isto, sofreu uma decepção em dose tripla com o ministério até agora anunciado. Pois ele deixa claro que, na melhor das hipóteses, **a presidenta não se dispõe a comandar o processo de “retificação” da estratégia e de alteração na correlação de forças.**

Aliás, a própria presidenta já deixou claro não ser presidenta do PT, nem da esquerda brasileira, mas sim presidenta do Brasil. Com isto ela deixou claro como enxerga seu papel e que não compartilha a lógica (que a direita denomina caricaturalmente como “bolivariana”) segundo a qual caberia ao chefe do governo nacional protagonizar o processo de mudanças estratégicas no país.

Gostemos ou não disto, não há porque esperar que ela faça o que não se propõe a fazer, o que não foi eleita para fazer e o que ela provavelmente não saberia fazer.

Isto posto, quem deseja um segundo mandato Dilma superior ao primeiro não deve esperar que a iniciativa parta do governo ou da presidenta.

Para criarmos as condições para um segundo mandato superior ao primeiro, devemos nos concentrar em mudar a estratégia da esquerda

e em mudar a correlação de forças na sociedade, ao mesmo tempo em que seremos forçados a disputar os rumos do governo Dilma.

Disputar os rumos do governo Dilma inclui dizer clara e publicamente à presidenta que seu ministério está aquém do necessário e do possível. Mas inclui, principalmente, organizar nossa base social para derrotar não apenas a direita oposicionista, mas também a direita governista. Até porque não há concessão que faça o lado de lá aceitar nossa presença na presidência da República.

Em resumo, estão corretos aqueles que criticam o peso que a direita possui no ministério anunciado até agora pela presidenta Dilma Rousseff. Mas é preciso converter esta crítica em capacidade de organização, mobilização e comunicação da esquerda política e social. E, no caso dos que somos petistas, é preciso fazer com que esta crítica se converta em uma nova estratégia e em um novo comportamento partidários.

Por tudo isto, como não poderei comparecer pessoalmente à esta posse da presidenta Dilma Rousseff, além de contribuir para a presença de nossa militância, farei como a esmagadora maioria dos eleitores e militantes da campanha à reeleição: erguerei um brinde ao êxito de novo governo e outro brinde à continuidade da nossa luta por um segundo mandato superior, no rumo das reformas estruturais e do socialismo.

Até porque não basta ganhar, tem que levar.

*<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/eu-nao-vou-posse-da-presidenta-dilma.html>*

## O que falta fazer

*Esquerda Petista* conclui seu primeiro ano de vida, reaúrmendo os propósitos expostos no editorial de nossa primeira edição: ser um espaço para o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico.

Esta edição, por exemplo, aborda sob diversos aspectos o que constitui uma das tarefas principais da esquerda brasileira, em 2015 e adiante: completar o que não foi feito em 2014. Ou seja: criar as condições para um segundo mandato Dilma que seja superior ao primeiro. Tarefa que como todos sabem, é diúscultada pela conjuntura econômica internacional, pelo comportamento do grande capital aqui instalado, pela agressividade da oposição, mas principalmente pelo espírito conciliatório que domina o raciocínio estratégico de grandes setores da esquerda brasileira.

*Esquerda Petista* conclui seu primeiro ano reaúrmendo, também, o compromisso de ser uma revista editada sob responsabilidade da tendência petista Articulação de Esquerda, mas aberta a militantes de esquerda que não são integrantes de nossa tendência. Lembrando sempre que cada autor é responsável pelo que escreve e suas posições não necessariamente coincidem com as nossas.

2015 será um ano de intensa luta política e social, mas também de muito debate, a exemplo dos congressos do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Lutaremos para que este debate contribua para retomar – não apenas como discurso, mas como prática – uma orientação antiga e atual:

para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira revolução cultural” no modo de fazer política das classes trabalhadoras.

Os problemas do mundo, do Brasil e do PT são imensos. Mas é possível superá-los, se buscarmos as soluções não em indivíduos geniais, mas no coletivo, mais exatamente na conscientização, organização e mobilização da classe trabalhadora. E se adotarmos, no lugar da conciliação que tanto atrasa nosso país, uma postura de enfrentamento com aqueles setores políticos e sociais contrários à soberania, à democracia e à igualdade. Nesse espírito, aliás, publicamos na contracapa desta edição a lista de criminosos formatada pela Comissão Nacional da Verdade.

*Esquerda Petista* é do time dos que não perdem a esperança, a cabeça e muito menos o bom humor. Na edição anterior já alertávamos que a burguesia não nos faltaria e ela não nos faltou. E agora reaúrmamos que venceremos. Mesmo que às vezes pareça ser contra quase tudo, contra quase todos e contra a maioria de nós mesmos, venceremos.

*Os editores*

<http://www.pagina13.org.br/publicacoes/confira-a-nova-edicao-da-revista-esquerda-petista/#.VKJ0OyvF98E>

*ps.* No dia 10 de fevereiro circulará a edição impressa de Esquerda Petista, incluindo além do que está nesta edição digital, um balanço da posse e do ministério nomeado pela presidenta Dilma

<http://www.valterpomar.blogspot.com.br/2014/12/acaba-de-sair-do-forno-terceira-edicao.html>